As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

TOK&STOK

[*Ticker* Novo Mercado]

ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 49.732.175/0001-82 | NIRE 35.3.0044666-6
Avenida Tucunaré, nº 500
CEP 06460-020, Barueri, SP

[•] Ações
Valor Total da Oferta: R$[•]
Código ISIN das Ações "[•]"
Código de negociação das Ações na B3: "STOK3"

No contexto da Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto).

A **Estok Comércio e Representações S.A.** ("**Companhia**"), o Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("**FIP Fundo Brasil**"), FS- Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("**FIP FS**"), TS - Coinvestimento - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("**FIP TS**" e, em conjunto com FIP Fundo Brasil e FIP FS, os "**Fundos Carlyle**"), Regghi Participações S.A. ("**Regghi Participações**"), Paul Edouard Dubrule ("**Paul**"), Régis Edouard Alain Dubrule ("**Régis**"), Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule ("**Ghislaine**") e Paul Jean Marie Dubrule ("**Paul Jean**" e, em conjunto com Paul, Régis e Ghislaine, os "**Acionistas Vendedores Pessoas Físicas**" e, em conjunto com os Fundos Carlyle e a Regghi Participações, os "**Acionistas Vendedores**") estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de, inicialmente, [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de[, inicialmente,] [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de[, inicialmente,] [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas quantidades indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 39 deste Prospecto ("**Oferta Secundária**") em ambos os casos, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**").

A Oferta será realizada sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**" ou "**Agente Estabilizador**"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("**Credit Suisse**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**") e do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Credit Suisse, o Bradesco BBI e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**" e "**Regulamento do Novo Mercado**", respectivamente), com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("**Instituições Consorciadas**" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "**Instituições Participantes da Oferta**").

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itau BBA USA Securities, Inc., pelo BofA Securities, Inc., pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC, pelo Bradesco Securities, Inc., pelo Santander Investment Securities Inc. e pelo UBS Securities, LLC (em conjunto, "**Agentes de Colocação Internacional**") (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na *Rule* 144A, do *U.S. Securities Act* de 1933, conforme alterado ("***Securities Act***"), editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ("**SEC**"), em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e nos regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos da América (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* ("**Regulamento S**"), editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "**Investidores Estrangeiros**"), em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 4.373, de 29 de setembro de 2014, conforme alterada ("**Resolução CMN 4.373**"), e pela Instrução da CVM n° 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada ("**Instrução CVM 560**"), ou pela Lei n° 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("**Lei 4.131**"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país que não o Brasil, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional (conforme definido neste Prospecto).

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) poderá, a critério [da Companhia / dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 39 deste Prospecto], e nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais até [•]ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na seção "Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos" na página 39 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia / pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), em conexão com a prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa do Preço por Ação, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto. O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***"). Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)(1)	Comissões (R$)(1)(2)(4)	Recursos Líquidos (R$)(1)(2)(3)(4)(5)
Preço por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]
Total Oferta	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
(3) Sem dedução das comissões, despesas e tributos da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 43 deste Prospecto.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações emitidas pela Companhia e a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores e os recursos líquidos a serem por eles recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 39 deste Prospecto.

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("**JUCESP**") em [•] de [•] de 2020, sob o nº [•] e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("**DOESP**") e no jornal "Data Mercantil" em 16 de outubro de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Data Mercantil" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, serão aprovados pela Regghi Participações na forma do disposto no seu estatuto social. A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, será aprovada pelo FIP Fundo Brasil na forma do disposto no seu regulamento. Não será necessária qualquer aprovação societária em relação ao FIP FS, ao FIP TS e aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (conforme definido neste Prospecto), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta Primária e a Oferta Secundária foram registradas pela CVM em [•] de [•] de 2020, sob o nº CVM/SRE/REM/2020/[•] e CVM/SRE/SEC/2020/[•], respectivamente.

"OS REGISTROS DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS ÀS AÇÕES E À OFERTA" DESCRITOS NAS PÁGINAS 18 E 68, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

[Logo dos Coordenadores da Oferta]

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2020.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **4**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **5**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **7**
SUMÁRIO DA OFERTA **22**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **36**
Composição do Capital Social da Companhia 36
Principais Acionistas e Administradores da Companhia 37
Acionistas Vendedores 38
Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos 39
Descrição da Oferta 40
Aprovações Societárias 41
Instituições Participantes da Oferta 42
Preço por Ação 42
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 43
Custos de Distribuição 43
Estabilização do Preço das Ações 47
Características das Ações 48
Público Alvo da Oferta 49
Procedimento da Oferta 49
Oferta de Varejo 50
Oferta Institucional 55
Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta 56
Prazo de Distribuição 57
Liquidação 58
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 58
Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional 59
Violações de Normas de Conduta 60
Negociação das Ações na B3 60
Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*) 61
Instituição Financeira Escrituradora das Ações 61
Cronograma da Oferta 61
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta 63
Companhia 63
Coordenadores da Oferta 63
Instituições Consorciadas 64
Informações Adicionais 64
Companhia 64
Coordenadores da Oferta 65
Instituições Consorciadas 66
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES **68**
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **76**
Coordenador Líder 76
Bank of America 77
Credit Suisse 78
Bradesco BBI 80
Santander 81
UBS BB 83
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA **85**
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 85

Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America ... 86
Relacionamento entre a Companhia e o Credit Suisse ... 88
Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI ... 88
Relacionamento entre a Companhia e o Santander ... 90
Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB ... 91
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA ... 93
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ... 93
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America ... 94
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Credit Suisse ... 95
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI ... 95
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander ... 96
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB ... 98
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES ... 99
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS ... 102
CAPITALIZAÇÃO ... 104
DILUIÇÃO ... 105
ANEXOS ... 109
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA ... 113
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA, BEM COMO SEUS TERMOS E CONDIÇÕES ... 135
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020 DA REGGHI PARTICIPAÇÕES S.A. QUE APROVOU A SUA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA ... 139
MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL ... 143
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 ... 149
DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 ... 155
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 ... 173
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017 ... 179
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO PERÍODO DE NOVE MESES ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 ... 263
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ... 331

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, "Companhia" refere-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, a Estok Comércio e Representações S.A. e suas subsidiárias na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção "Sumário da Oferta" na página 22 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Acionistas Controladores	TS - Coinvestimento - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e FS- Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor.
Companhia	Estok Comércio e Representações S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não foi instalado.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, até a data de divulgação do Anúncio de Início (data na qual o referido contrato entrará em vigor), por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado.

CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Deliberação CVM 860	Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução CVM nº 539 de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
Instrução CVM 560	Instrução da CVM nº 560, de 27 de março de 2015, conforme alterada.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários – IOF.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Offering Memoranda	*Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Distribuição Internacional, considerados em conjunto.

Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a ele e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a ele e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	*Rule* 144A editada ao amparo do *Securities Act*.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado da B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado.
Regulamento S	Regulamento S editado ao amparo do *Securities Act*.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Estok Comércio e Representações S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 49.732.175/0001-82, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.3.0044666-6.
Registro na CVM	Em fase de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM.
Sede	Localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, nº 500, CEP 06460-020.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, nº 500, CEP 06460-020. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Guilherme Favaro. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 2186-8428 e o seu endereço eletrônico é ri@tokstok.com.br.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "STOK3", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início.
Jornais nos quais divulga informações	As publicações realizadas pela Companhia em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no DOESP e no jornal "Data Mercantil".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
Website	ri.tokstok.com.br As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações acerca do futuro, ou estimativas e declarações prospectivas, principalmente, nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", descritos nas páginas 18 e 68, respectivamente, deste Prospecto, e nas seções "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações prospectivas se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de Coronavírus (COVID-19) (ou outras pandemias, epidemias e crises similares) particularmente no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, podendo, portanto, intensificar o impacto dos demais riscos aos quais estamos sujeitos;

- o impacto do surto de COVID-19 na economia e condições de negócio no Brasil e no mundo e quaisquer medidas restritivas impostas por autoridades governamentais no combate ao surto;

- nossa capacidade de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos do surto de Coronavírus (COVID-19) em nossos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;

- nossa capacidade de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento de nossos consumidores em razão do surto de Coronavírus (COVID-19) ou outras pandemias, epidemias e crises similares), mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;

- conjuntura socioeconômica, política e de negócios do Brasil, incluindo, exemplificativamente, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional e confiança do consumidor;

- inflação e desvalorização do Real, bem como flutuações das taxas de juros;

- modificações em leis e regulamentos, incluindo os que são aplicáveis ao setor de atuação da Companhia e/ou que envolvem questões fiscais e trabalhistas;

- capacidade da Companhia de implementar suas estratégias de crescimento, incluindo a abertura e desenvolvimento das atuais e futuras lojas;

- capacidade da Companhia de se financiar adequadamente;

- capacidade da Companhia de atender seus clientes de forma satisfatória;

- nossa capacidade de manter os preços de nossos produtos face aqueles praticados por nossos concorrentes atuais, bem como aqueles que poderão ser praticados por novos concorrentes;

- mudanças nas preferências dos consumidores e demandas pelos produtos que vendemos;

- dificuldades na manutenção e melhoria de nossas marcas e reclamações desfavoráveis de clientes, ou publicidade negativa, que afetem nossas marcas;

- aumento do custo da estrutura da Companhia, em especial de custos trabalhistas;

- o ambiente econômico mundial e brasileiro em geral e os riscos associados à pandemia da COVID-19; e

- outros fatores de riscos apresentados na seção "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia", nas páginas 68 e 18, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

As palavras "acreditamos", "podemos", "poderemos", "estimamos", "continuamos", "antecipamos", "pretendemos", "esperamos" e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de desempenho futuro, na medida em que os reais resultados podem não se concretizar ou ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, dos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência da Companhia podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS DESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E PROSPECTIVAS FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Acreditamos ser a marca de referência ("*lifestyle brand*") para móveis e acessórios no Brasil. Acreditamos que mais do que operar como um varejista tradicional, vendemos design, *lifestyle* e experiência. E esse tem sido o nosso foco há mais de 40 anos. Com o maior nível de *awareness*[1], no país, somos a maior[2] e entendemos que somos a mais reconhecida empresa de móveis e acessórios de decoração para casa para o público A e B no Brasil, nos considerando líder absoluto no setor. Nossa missão é possibilitar que nosso cliente mobilie e decore seu espaço com design, inovação e qualidade, de uma forma simples e prática, graças ao nosso modelo *one-stop-shop*, e com excelente custo benefício.

Somos o resultado de um legado rico e duradouro. Fundada há mais de 40 anos pelo casal de empreendedores Régis e Ghislaine Dubrule, a Tok&Stok foi criada para trazer inspiração, inovação, excelente custo benefício e estoque a pronta entrega na jornada de compra de móveis e acessórios. Partindo de uma pequena loja na Avenida São Gabriel em São Paulo, a Tok&Stok evoluiu e, na nossa visão, se tornou a marca dominante de móveis e acessórios no Brasil, com atualmente 59 lojas em 4 formatos diferentes. Nossa trajetória de crescimento se acelerou nos anos 2000 e culminou no investimento do The Carlyle Group em 2012 e a profissionalização do time de gestão a partir de 2017. Nossos últimos anos têm sido marcados pelo maior foco em eficiência e rentabilidade e pela transformação digital, que acelerou a participação de vendas online de 5% da nossa receita líquida no exercício de 2017 para mais de 24% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, conforme observado na imagem abaixo.

Somos uma marca sólida no mercado brasileiro.

Acreditamos que nossa proposta de valor é única e atende às aspirações dos nossos clientes. Em comparação a outros varejistas (lojas físicas tradicionais, e-commerce especializados ou lojas de departamento), nós acreditamos ser a marca com a melhor experiência omnicanal, maior variedade de produtos com curadoria e design exclusivo e melhor jornada de compra. Somos uma empresa DTC (Direct-to-Consumer) vendendo produtos únicos, com a nossa marca e por meio de nossos canais próprios, isso permite que tenhamos uma estrutura verticalizada e integrada para melhor atender as necessidades dos nossos clientes e garantir maior vantagem competitiva em relação aos competidores.

Nossa marca apresenta o maior nível de *awareness*[1], lealdade do setor voltado para o nosso público e melhor nota no Reclame aqui (tanto na loja digital quanto física) e se diferencia por ser uma marca em que o brasileiro confia, com a qual se identifica e que tem orgulho de ter em seu lar. Acreditamos que a construção da marca Tok&Stok é resultado da qualidade do produto e experiência de loja, reforçada pela nossa posição que acreditamos ser na vanguarda das tendências de móveis e acessórios e pelo nosso comprometimento com elevados níveis de serviço com o nosso consumidor.

Nossos produtos são os protagonistas do nosso modelo de negócios. Nosso sortimento é composto por mais de 10.000 SKUs, sendo 75% deles exclusivos e quase todos comercializados sob a marca Tok&Stok. Nossos produtos evoluem e acompanham as mais atualizadas e variadas tendências de design, remetendo às principais tendências internacionais adaptadas ao mercado brasileiro e contando com uma equipe composta por mais de 100 profissionais responsáveis por sua curadoria e aprimoramento. 5% dos nossos SKUs são renovados mensalmente e aproximadamente 16% das vendas dos últimos 12 meses findos em

---

1 De acordo com pequisa Kantar – Tracking Decora realizada no período de novembro de 2019 a fevereiro de 2020.

2 Em termos de receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, com base nas informações publicadas pela Euromonitor International Limited

30 de setembro de 2020 vieram desses novos SKUs. Atualmente, trabalhamos com mais de 900 fornecedores que produzem de acordo com os nossos padrões de qualidade e design os móveis e acessórios para casa inovadores e de alta qualidade que oferecemos aos nossos clientes.

Focamos em capturar tendências e estilos inovadores para implementá-los na concepção, desenvolvimento e criação de móveis e itens de decoração, o que se traduz em itens com designs originais a um melhor custo-benefício para nossos clientes. Em nossas lojas (físicas e online), criamos para nossos clientes ambientes que oferecem ampla variedade de estilos, gostos e preços, na busca a incentivá-los a expressar o seu próprio estilo.

Nossos produtos são desenvolvidos levando como base nas seguintes nove macrotendências:

Contamos com a parceria de longo prazo com mais de 150 designers e arquitetos e um time interno de design com mais de 25 anos de experiência.

Nossas vendas são realizadas através do nosso e-commerce e de nossas lojas físicas, adotando o conceito de *one-stop shop* (ou seja, oferecemos uma proposta comercial em que o cliente consegue mobiliar e decorar sua casa com apenas uma única visita a qualquer um dos nossos múltiplos canais). Estamos presentes em toda a jornada do nosso consumidor e somos muito bem avaliados por eles. Nosso NPS ("Net Promoter Score") tem se mantido em nível superior a 80 desde 2019. Mais de um quinto dos nossos clientes são recorrentes (considerando aqueles que compraram mais de 4 vezes nos últimos 24 meses). Possuímos a melhor avaliação no Reclame Aqui de 8,0 em 30 de setembro de 2020, considerando a média dos últimos 6 meses, comparado à média de 6,5 de potenciais competidores dos setores de móveis e acessórios para casa.

Nossa jornada sempre foi orientada aos nossos clientes e omnicanal. Acreditamos que ocupamos uma posição de vanguarda no mercado brasileiro, a qual se traduz nos produtos e no desenvolvimento dos nossos canais de venda, em especial na estratégia de atuação em uma plataforma de múltiplos canais de venda (omnicanal). A omnicanalidade é elemento central da experiência de compra desenvolvida de forma visionária pelos nossos fundadores desde a inauguração da Tok&Stok, em 1978, ano de inauguração da Tok&Stok.

Nos mantemos atentos e buscamos nos atualizar à nova jornada dos nossos clientes, desenvolvendo soluções de integração aos múltiplos canais. Após a implementação do conceito de corredor infinito já na nossa inauguração em 1978, lançamos o atendimento via telemarketing em 1996 e cinco anos depois já possuíamos vendas por *e-commerce* e possibilidade de consultar os estoques *online*. Em 2017, expandimos nosso canal digital para comercialização de acessórios. Mais recentemente, integramos aos nossos canais os serviços de retirada em loja (*"pick-up in store")*, a partir de 2019, e drive-thru, atendimento via WhatsApp e pagamentos por link, a partir de 2020. Em setembro de 2020 lançamos um aplicativo que permite ao cliente realizar um processo completo de compra e interações de pós-venda com a Tok&Stok, além de oferecer funcionalidades, como a opção de realidade aumentada, que permitem ao cliente fazer a melhor seleção possível dos produtos.

Reflexo disso, durante o período de 9 meses encerrado em 30 setembro 2020, 18% dos nossos clientes já são omnicanal, e 35% dos nossos clientes visitam o nosso site antes de ir para as lojas físicas, de acordo com uma pesquisa com aproximadamente 1.200 mil clientes e 785 entrevistas nas nossas lojas físicas em dezembro de 2018, e 73% vão às lojas físicas antes de comprar no nosso site de acordo com a mesma pesquisa. Entre novembro de 2019 a fevereiro de 2020, 23% das nossas vendas online terminaram nas nossas lojas físicas através do pick-up in store (venda online de produtos que estão no estoque da loja) ou do click&collect (venda online de produtos que estão no centro de distribuição e são encaminhados às lojas para serem entregues). Nossos clientes omni são mais rentáveis por possuírem uma frequência de compra e um ticket médio de 4,1x nos últimos

24 meses e R$579,00 respectivamente, comparado com uma frequência de 2,7x e um ticket médio de R$523,00 do nosso cliente médio. Nos nove meses findos em 30 de setembro de 2020, nosso canal digital representou 24% da nossa receita líquida, comparado com 11% em 2019, 7% em 2018 e 5% em 2017, e com patamares de rentabilidade equivalentes aos que obtemos nas vendas em nossas lojas físicas.

Acreditamos ser líder absoluto no Brasil, resultado de uma performance financeira sólida e em crescimento. No exercício social findo em 31 de dezembro 2019, atingimos receita líquida de R$1.201,6 milhões (63% em venda de móveis e 37% em acessórios de decoração), um EBITDA Ajustado de R$150,6 milhões e um Lucro Líquido Ajustado de R$88,8 milhões, vide item 3.2 do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto. Acreditamos que nos destacamos pela nossa performance nos canais digitais, em que tivemos um crescimento de receita bruta de 68% em 2019, quando comparado com 2018. Nos nove meses findos em 30 de setembro de 2020, 18% dos clientes eram omni e realizaram compras online e em nossas lojas, 24% das vendas foram feitas online e as vendas no nosso canal digital apresentaram crescimento de 69%.

Seja através dos canais físicos ou digitais, acreditamos que a Tok&Stok vem sempre acompanhando as novas tendências e estilos que emergem no Brasil e no mundo. Móveis e acessórios de decoração são elementos centrais, que acompanham os momentos de mudança na vida dos nossos clientes, e somos especializados nisso. Acreditamos, assim, que estamos em posição privilegiada para continuar crescendo em nosso mercado de atuação, e que nosso crescimento ocorrerá de forma orgânica ou através de novas ocasiões de consumo e será favorecido por nossa capacidade de desenvolver novos conceitos e atualizar concepções já existentes. Neste momento em que a casa adquire um papel ainda mais importante no bem-estar das pessoas, estamos unicamente posicionados para continuar a encantar nossos clientes.

Principais Informações Operacionais e Financeiras

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

Dados Financeiros

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
	(em R$ milhões, exceto percentuais)				
Receita Líquida	668,1	872,4	1.201,6	1.124,6	1.029,6
Lucro (Prejuízo) Líquido	(50,1)	32,2	53,5	73,0	(12,8)
EBITDA[(1)(3)]	39,5	136,9	192,7	130,0	33,7
EBITDA Ajustado[(2)(3)]	8,5	109,7	150,6	149,9	96,6
Margem EBITDA[(4)]	5,9%	15,7%	16,0%	11,6%	3,3%
Margem EBITDA Ajustada[(5)]	1,3%	12,6%	12,5%	13,3%	9,4%
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado[(3)(6)]	(11.6)	61,4	88,8	76,1	20,8

(1) O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527"). O EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido do período/exercício, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social e da depreciação e amortização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, o resultado da Companhia foi impactado pela adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Na adoção de tal norma a Companhia optou pelo método retrospectivo modificado, não reapresentando os exercícios anteriores. Desta forma, as informações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção desta norma, portanto, não são comparáveis com as informações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA, vide seção 3.2 do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto;

(2) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA ajustado por (i) pagamentos de passivo de arrendamento,

(3) ajuste a valor presente das vendas e compras a prazo, (iii) despesas extraordinárias decorrentes da mudança do centro de distribuição e gastos com projeto logístico,

(4) despesas relativas à contratação da Domus, (v) despesas (reversão) de opções e bônus de subscrição relativa a pagamento baseado em ações dos executivos da Companhia e da Domus, e (vi) despesa com parcela sob condição suspensiva relativa a contas a pagar com partes relacionadas. Para reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA Ajustado, vide seção 3.2 do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto.

	Em 30 de setembro de	**Em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**	**2017**
Dívida Bruta[(1)(3)]	289,2	112,2	111,5	112,9
Caixa e equivalentes de caixa	(198,5)	(12,4)	(15,5)	(4,8)
Dívida Líquida[(1)]	90,7	99,8	96,0	108,1
Dívida (Caixa) Líquido Ajustado[(2)]	(139,7)	(194,2)	(217,0)	(138,6)

(1) A Dívida Bruta refere-se ao total de empréstimos e financiamentos.

(2) A Dívida (Caixa) Líquido Ajustado é calculada a partir do saldo de Dívida Líquida, acrescentando: (i) saldo de contas a pagar com partes relacionadas e (ii) saldo de parcelamento de impostos, e deduzido pelo saldo de contas a receber de cartões de crédito, passíveis de venda ou desconto. A Dívida (Caixa) Líquido Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BRGAAP e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, e não possui um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida (Caixa) Líquido Ajustado de maneira diferente da utilizada pela Companhia. Para reconciliação da Dívida (Caixa) Líquido Ajustado, vide seção 3.2 do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto.

Dados Operacionais

Informações Operacionais	**Período de 9 meses findo em 30 de setembro de**		**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
	(em R$ milhões, exceto percentuais)				
Número de Lojas (fim do período)	59	57	59	55	55
Crescimento das vendas mesmas lojas - *Like-for-Like* (L4L)[1]	(23%)	6%	4%	5%	1%
Participação do Canal Digital	24%	11%	11%	7%	5%
Crescimento do *e-commerce*	69%	94%	68%	47%	6%

(1) Vendas mesmas lojas – Like for Like (LFL) são vendas realizadas nas lojas físicas comparáveis e no *digital*.
(2) Participação do canal digital representa a porcentagem de vendas realizadas através dos canais digitais no total de receita líquida da companhia.

Nossas Vantagens Competitivas

Acreditamos que as seguintes vantagens competitivas nos diferenciam dos concorrentes e contribuem para nosso sucesso:

Dinâmica positiva de um setor ainda fragmentado

O mercado total de móveis, acessórios de decoração e utensílios domésticos no Brasil representa R$90 bilhões em receita em 2019, segundo o IEMI, e cresce anualmente a 2,1x o PIB em termos reais3. O sub-segmento de lojas especializadas de móveis e acessórios de decoração do varejo no Brasil representa R$36 bilhões em receita em 2019, e, incluindo o mercado de móveis sob medida, temos um sub-segmento, em 2019, de R$51 bilhões em termos de receita, segundo dados do Euromonitor em 2020. Nesse mercado altamente pulverizado, os 5 principais players somam 3% (segundo a Euromonitor) do market share (considerando o mercado total segundo o IEMI em 2019), enquanto em outros segmentos do varejo no Brasil como vestuário e calçados, saúde e beleza, e alimentos, somam 22%, 26% e 29%, respectivamente, segundo a Euromonitor.

As classes sociais que mais consomem no setor em que estamos inseridos são as classes A até C1, que são nosso público-alvo e representam, segundo o *IPC Maps, Furniture and Home Decor em 2020*, mais de 67% dos gastos com móveis e acessórios de decoração no Brasil.

Adicionalmente, acreditamos que o mercado brasileiro de móveis é bastante fechado, com importações representando 3,0% de penetração no setor. Ainda, acreditamos que os elevados custos de importação e a complexidade logística limitam a possibilidade de entrada de concorrentes estrangeiros no setor de móveis, razão pela qual não acreditamos em uma interferência internacional no mercado brasileiro no curto e médio prazo. Acreditamos que a dificuldade de entrada de novos concorrentes, em conjunto com a alta fragmentação do setor varejista de móveis e acessórios de decoração, é uma grande oportunidade de crescimento para nós.

Conceito de lojas físicas diferenciado para comercialização de móveis e acessórios de decoração no Brasil.

Nossas lojas estão distribuídas por todas as regiões do Brasil, se beneficiando de um know how acumulado nos mais de 40 anos desde a nossa fundação.

Em 30 de setembro de 2020, nossas 59 lojas físicas estavam presentes em 21 Estados e 36 cidades, incluído o Distrito Federal, e em todas as regiões do Brasil. A distribuição das nossas lojas se dá estrategicamente conforme o Produto Interno Bruto (PIB) nacional, razão pela qual nossa concentração se dá principalmente na região Sudeste, a mais rica do país. A distribuição geográfica de nossos pontos de venda é a seguinte: 54% na região Sudeste, 20% na região Nordeste, 15% na região Sul, 9% no Centro-Oeste e 2% na região Norte:

Nossa operação de lojas está dividida em 4 formatos:

- Lojas *Flagship* com mais de 6 mil m^2, oferecendo o nosso sortimento completo, localizadas exclusivamente em São Paulo e Rio de Janeiro;

- Lojas *Megastore* com tamanho entre 2 e 6 mil m^2, concentradas nas principais regiões metropolitanas do Brasil, oferecendo sortimento extenso de móveis e acessórios de decoração;

- Lojas *Standard* com tamanho entre 1 e 2 mil m^2 localizadas em cidades menores com população de pelo menos 300 mil habitantes e consumo anual de móveis e acessórios de pelo menos R$ 300 milhões; e

- Lojas *Studio* de até 1 mil m^2 localizadas nas principais regiões metropolitanas brasileiras, onde estamos presentes também com lojas *Flagships* e/ou Megastores, dentro de shoppings centers de alto fluxo, oferecendo 70% do sortimento de acessórios e oferecendo o sortimento de móveis exclusivamente através de totem digital para venda online, e experiência de loja focada em uma jornada mais espontânea do cliente e na compra por impulso.

Do total das 59 lojas físicas que possuímos, 2 são Flagship, 32 são Megastore, 17 são Standard e 8 são Studio. As lojas Studio localizadas no Shopping Market Place em São Paulo e no Shopping Tijuca no Rio de Janeiro refletem um novo conceito para este formato e que empregaremos nas próximas inaugurações. Este novo conceito é voltado para uma jornada de compra mais rápida, de conveniência e impulso, com foco na venda de acessórios e decoração. A "Nova Loja Studio" apresenta, assim, um sortimento focado em acessórios de decoração, cuja proposta comercial é estruturada levando em consideração nossas tendências e estilos, de forma que continuamos proporcionando, em tais espaços, ambientes inspiradores que buscam beneficiar e combinar com os estilos individuais de nossos clientes.

Marca reconhecida ("Top of Mind Brand") no setor de móveis e decoração no Brasil.

Nossa marca é altamente reconhecida no mercado brasileiro, com 97% de *brand awareness*, de acordo com pesquisas desenvolvidas pela Kantar – Tracking Decora entre novembro de 2019 e fevereiro de 2020 com potenciais clientes do nosso mercado alvo. Assim, somos a *lifestyle brand* mais reconhecida em atributos intangíveis e relevantes para a decisão de compra dos clientes no setor de móveis e acessórios de decoração, com o maior nível de awareness[1].

Continuamos fortalecendo nossa marca ao oferecermos aos nossos clientes produtos exclusivos através de uma proposta comercial que acreditamos ser única, que combinam a constante entrega de produtos diferenciados e de qualidade aos consumidores, aliados a um ótimo custo-benefício.

Acreditamos que o poder de nossa marca é um exemplo da fidelidade de nossos clientes e sua relação a longo prazo conosco, contribuindo ainda mais para nosso crescimento e resiliência.

Desde 1994, ganhamos mais de 90 prêmios, nacionais e internacionais, dentre eles os mais relevantes para nossa marca:

- GIA – Global Innovator Award, em 2004;
- Ebit – Melhor e mais querida loja virtual do Brasil, em 2016;
- Alshop – Top of mind móveis e decoração, 12 vezes consecutivas, de 2001 a 2020;
- Casa & Mercado – Top of mind loja de objetos de decoração e design, 9 vezes consecutivas, de 2001 a 2020;
- IBEVAR - Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo & Mercado de Consumo - Empresa mais admirada no segmento de "Artigos para o Lar", além de ter registrado pontuação máxima no critério "Eficiência", 2019

Produtos funcionais, com design inovador e forte apelo comercial como core da operação e da nossa cultura empresarial.

A Tok&Stok desenvolveu um conceito que acreditamos ser único baseado na diferenciação de produtos oferecidos aos clientes – o nosso produto tem *design*, inovação e é funcional, além de ser altamente comerciável. Oferecemos uma ampla gama de produtos inovadores que buscam propiciar a nossos clientes *design* a um melhor custo benefício, fazendo uso de um *merchandising* atraente e inspirador. Através dessa combinação, oferecemos aos nossos clientes uma experiência imersiva e interativa, que os leva a reconhecer a diferenciação da marca.

Temos como marca registrada a capacidade de criar "universos de decoração" abrangendo todos os cômodos da casa em uma ampla variedade de temas e estilos, combinando acessórios de decoração para casa e mobília. Os clientes se beneficiam de produtos que são inspiradores e originais, e que combinam com seus estilos individuais.

Pretendemos continuar sendo um dos primeiros a adotar estilos e tendências em ascensão, capturando e adaptando projetos de design, cuidadosamente selecionados por nossa equipe experiente de *design* e nossa parceria com mais de 150 arquitetos e *designers*.

A nossa abordagem equilibra design e eficiência comercial, reutilizando e adaptando *best-sellers* e aproveitando os dados históricos detalhados de vendas para gradualmente nos atualizar e criar novas coleções e universos correspondentes às novas tendências do mercado.

Rede de lojas físicas integradas a uma plataforma de e-commerce omnicanal em crescimento.

Temos uma longa tradição de multi-canalidade, tendo adotado um modelo disruptivo desde nossa inauguração em 1978. Oferecendo, desde a nossa fundação, a opção de compra na loja com entrega à domicílio com serviço de montagem. A oferta de sortimento expandido (corredor infinito) é parte do nosso DNA e da rotina de loja, uma vez que sempre tivemos variedade de tecidos e acabamentos de produtos que não estavam expostos em lojas. 90% de nossas vendas são associadas a um *client ID* específico, o que nos possibilita trabalhar com uma base de dados detalhada que ajuda na maior assertividade na tomada de decisões de campanhas de marketing e comunicação com nossos consumidores. Nossa base de clientes conta com mais de 6 milhões de nomes cadastrados, dos quais 4 milhões estão ativamente cadastrados no nosso *mailing list*.

Nosso cliente é omnicanal. Por isso, trabalhamos na sinergia entre nossos diferentes canais de venda. O estoque de móveis de nossas lojas é 100% integrado entre elas e o nosso centro de distribuição, além de termos implementado, em 2019, o *pick up in store* e o *click & collect.* Adicionalmente, nossos vendedores estão equipados com dispositivos móveis para realização de uma jornada de compra em lojas 100% mobile, podendo inclusive finalizar compras sem necessidade de filas em caixas tradicionais. Ainda, nossos clientes podem se apoiar no nosso aplicativo como ferramenta de suporte à jornada (seja dentro ou fora de nossas lojas).

Nossas plataformas digitais buscam expandir nossa experiência de loja a todos os clientes. A partir de nosso *website* e aplicativo *mobile*, os clientes podem se inspirar com as novas coleções, ambientes, buscar curadoria de tendências, consultar estoque de produtos em loja, dentre outros. Atualmente, 35% dos nossos clientes pesquisam online antes de ir para a loja, de acordo com uma pesquisa com aproximadamente 1.200 mil clientes e 785 entrevistas realizada nas nossas lojas físicas em dezembro de 2018, e 73% dos clientes online foram à loja antes de realizar uma compra via e- commerce, segundo a mesma pesquisa. Entre novembro de 2019 e fevereiro de 2020, 23% das nossas vendas online terminam nas nossas lojas físicas através do *pick up at store* ou do *click&collect*. Acreditamos que a robustez da nossa omnicanalidade possui ainda grande potencial de crescimento, engajando nosso consumidor em todos os canais disponibilizados.

Reconhecemos, desta forma, que os nossos canais *online* e *offline* são complementares e permitem a criação de jornadas múltiplas e integradas para nossos clientes, dando a eles a opção de percorrer seu caminho de inspiração, pesquisa, formação de opinião e compra do jeito que preferirem. Acreditamos, entretanto, que o nosso mercado de atuação nunca será 100% digital dado que a experiência de sentar em um sofá, sentir a textura de um tecido, tocar em um acabamento ou testar a maciez de um colchão ainda é essencial aos nossos clientes, razão pela qual prezamos também pelo domínio de execução das nossas lojas físicas. Nossa experiência reforça a força da complementariedade dos nossos canais. Por exemplo, a abertura da loja na cidade de Santos, São Paulo, em 2019, levou a um crescimento de 237% nas vendas através do canal digital nesta cidade, comparando os 12 meses anteriores a abertura com os 12 meses posteriores.

Proporcionamos atendimento especializado e oferecemos informação e orientação completa sobre os produtos e serviços disponíveis em nossas lojas. Nossa experiência de loja é reconhecidamente um diferencial competitivo da nossa empresa, com um Net Promoter Score (NPS) superior a 80 entre nossos clientes na média dos últimos 36 meses.

Nosso canal digital, que contempla todos os tipos de produtos, de móveis a acessórios, é um dos grandes motores de nosso crescimento com 68% e 69% de crescimento na receita líquida digital no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, respectivamente. A receita líquida digital representou 24% da nossa receita líquida no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, comparado a 11% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com crescimento na participação das vendas totais de mais de 4 vezes desde 2015. A constante evolução de uma plataforma omnicanal será chave para fornecer soluções que fazem o melhor uso das nossas lojas físicas como um meio conveniente para nossos clientes e para possibilitar uma experiência que englobe todos os canais de forma unificada propiciando a jornada de consumo que o cliente desejar fazer.

Atualmente, temos 2 milhões de clientes ativos (que realizaram compras nos últimos 24 meses com no mínimo uma compra online e uma offline) com um grau de recorrência de 2,7 vezes durante 24 meses e ticket médio de R$523,00. Dentre os clientes ativos, mais de 10% são clientes que estão conosco há mais de 10 anos e 21% são considerados clientes recorrentes, considerando aqueles que compraram mais de 4 vezes nos últimos 24 meses. O cliente omnicanal, que representa 18% do total de clientes[4], realizou na média 4,1 compras na Tok&Stok nos últimos 24 meses, enquanto o cliente que comprou somente nas nossas lojas físicas realizou na média 2,5 compras na Tok&Stok nos últimos 24 meses e o cliente que realizou compras exclusivamente online, em média 1,3vezes.

Na média, o ticket médio anual do cliente omnicanal é de R$579,00, já o offline é de R$504,00 e o online é de R$474,00, considerando os últimos 24 meses.

Possuímos, ainda, uma grande presença nas mídias sociais, contando com aproximadamente 2,8 milhões de seguidores na rede social Instagram e 2,1 milhões no Facebook ao final de setembro de 2020. Quando comparada com outras empresas do setor, a Tok&Stok contempla o maior número de seguidores entre elas, conforme tabela abaixo.

TOK&STOK	2.8 mi	2.1 mi
CAMICADO	1.9 mi	1.0 mi
etna	1.6 mi	0.5 mi
	1.0 mi	1.5 mi
MOBLY	0.8 mi	1.5 mi

Ainda, possuímos mais de 2 milhões de curtidas no Facebook, 2,3 mil posts no Instagram, mais de 160 vídeos no Youtube e lives com mais de 3 mil visualizações, em setembro de 2020. Tais plataformas de mídia digital permitem, além da maior interação com o público-alvo e conexão entre a marca e consumidor, o enriquecimento da plataforma omnicanal e uma maior visibilidade para a divulgação de nossos produtos.

Talentos engajados trabalhando com uma equipe de administradores e prestadores de serviços qualificada e experiente

Acreditamos que nosso time é caracterizado por ser ágil, organizados em *squads* multi-funcionais e criativo. Combinamos especialistas em tecnologia disruptiva, gestão de varejo e design e tendências de móveis e acessórios para casa no nosso corpo gerencial.

Esta equipe altamente qualificada se mostra complementar devido a suas diferentes habilidades adquiridos com vivências singulares no setor. A experiência e o engajamento de nossa administração são elementos cruciais para a expansão e estratégia de nossos negócios.

Buscando a potencialização e uma aceleração da transformação digital, em setembro de 2019, estruturamos a contratação exclusiva da prestadora de serviços Domus, formada por um grupo de profissionais de renome e com vasta experiência no mercado digital aplicado ao varejo, focada em e incentivada a potencializar a conexão da nossa plataforma de e-commerce à nossa estratégia de omnicanalidade e transformação digital, de forma a acelerar nossa resposta às mudanças do comportamento do consumidor.

O nosso time de tecnologia e a TK Solution, nosso laboratório de inovação tecnológica, são liderados pelos sócios executivos da Domus, que incluem:

- Gustavo Avelar, com experiência Linx, Neemu e Cnova;
- Fábio Coutinho, com experiência na Linx e Neemu;
- Leonardo Gasparin, com experiência em Neemu e Cnova;
- Luiz Carvalho, com passagem na XP Inc;
- Daniel Vidotti, que trabalhou na Centauro;
- Lucas Zago, que passou pela Linx e Chaordic; e
- Lucas Santos com experiência na Linx e Cnova.

A TK Solution e nossa área de tecnologia são responsáveis por gerar conteúdo digital, desenvolver tecnologia móvel, aquisição de mídia online, atração de clientes via canal digital, integração e desenvolvimento dos sistemas, gestão e análise de dados do nosso *data lake*, desenvolvimento e gestão de nossa plataforma de e-commerce, marketing via mídias sociais, desenvolvimento de nossa *user experience* online e desenvolvimento tecnológico de nossas lojas físicas.

A equipe da TK Solutions em conjunto com a nossa área de tecnologia é formada por mais de 210 profissionais, sendo 98 totalmente dedicados à tecnologia e mais de 100 engenheiros.

Forte cultura de governança corporativa, apoio dos fundadores e alinhamento de longo prazo dos executivos

Acreditamos que uma de nossas forças está na presença ativa do nosso conselho de administração, que inclui nossos fundadores, nas decisões estratégicas, na supervisão seguindo melhores práticas de governança corporativa e mantendo a essência do processo criativo de nossos variados produtos, preservando a identidade e autenticidade da marca. Ainda, nossos executivos estão alinhados com a nossa estratégia de longo prazo e possuem incentivos que os tornam sócios com participação relevante no capital social, em uma visão de diluição máxima (*fully-diluted basis*).

The Carlyle Group investiu na Tok&Stok em 2012 e, a partir de então, implementou um plano de expansão com crescimento orgânico, profissionalizou as operações e deu suporte para que tenhamos mais foco em eficiência e rentabilidade. Atualmente, estamos nos concentrando na estratégia omnicanal e de aceleração digital. O The Carlyle Group possui um know how extenso do mercado de varejo e consumo brasileiro e internacional, oferecendo à Tok&Stok apoio estratégico, financeiro e operacional para as tomadas de decisões.

Solidez Financeira

Temos um histórico crescimento tanto em receita líquida, quanto em EBITDA Ajustado e Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado. Entre 2017 e 2019, o CAGR de Receita Líquida, EBITDA Ajustado e Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado foi de 8,0%, 24,9% e 106,4%, respectivamente. Acreditamos que nosso retorno sobre o capital investido (ROIC) é atraente representando 15,5% e 21,9%em 2018 e 2019, respectivamente.

Nosso baixo Índice de Alavancagem, vide item 3.2 e 10.1 do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, nos possibilita atravessar períodos adversos da economia e ter maior flexibilidade para aproveitar oportunidades estratégicas de expansão e investimento. Em 30 de setembro de 2020, tínhamos uma dívida líquida de R$ 90,7 milhões e uma posição de caixa líquido ajustado de R$139,7 milhões.

Nossa Estratégia

Objetivamos fortalecer a nossa liderança no mercado de móveis e acessórios de decoração para os segmentos A e B com foco total no cliente, através de um relacionamento próximo e personalizado, mantendo nossos níveis de reconhecimento de marca (*brand awareness*), aumentando a fidelidade dos nossos clientes e reforçando o DNA da nossa marca. Para tanto, temos como estratégia o fortalecimento do nosso *core business*, a expansão de nossas operações e formatos de lojas físicas e a busca pela liderança na transformação digital e diferenciação logística, a serem utilizadas como pilar para conhecer, engajar, vender e se relacionar com clientes, através de uma jornada de consumo multicanal.

Liderança de marca, inovação em design e lealdade dos nossos clientes

Continuamos fortalecendo o *core* da marca por meio de constante investimento na manutenção da nossa liderança no setor de móveis e acessórios de decoração brasileiro, buscando continuar a ser um dos primeiros a adotar estilos e tendências em ascensão, capturando e adaptando projetos de *design*, cuidadosamente selecionados por nossa equipe experiente de design e nossa parceria com mais de 150 arquitetos e designers. Estamos focando também em oferecer uma variedade maior e mais categorias de produtos, a partir da revisão e gestão do calendário integrado (planejamento, desenvolvimento de produto, compras e comunicação / campanhas), adaptado para diferentes *clusters* (geografia, nível de renda, tamanho da loja) e fortalecimento do nosso compromisso com a cadeia de fornecedores (*compliance*, desenvolvimento e controle de qualidade).

Estamos focados em aprimorar a experiência e o relacionamento com nosso consumidor em todos os canais. Os nossos investimentos em logística, especialmente o nosso novo centro de distribuição, está encurtando os nossos prazos de entrega e aumentando o sortimento disponível em todos os canais. Monitoramos constantemente as aspirações e mudanças nos hábitos de consumo dos nossos clientes, de forma a aprimorar a nossa linha de produtos e potencialmente introduzir novas categorias. Em 2020, introduzimos a nossa primeira linha de móveis e acessórios para *pets* que de maneira inovadora é integrada a nossas coleções de móveis. Ainda, estamos buscando maior integração entre as nossas vendas de móveis e acessórios de decoração.

Em paralelo ao desenvolvimento do nosso canal digital, estamos introduzindo novas tecnologias e fortalecendo nossas lojas físicas para oferecer mais conteúdo e interatividade, dentro do conceito de *retailtainment*. Algumas das iniciativas que estamos implementando são: redução do atrito na jornada do cliente na loja, possibilitando maior flexibilidade e rapidez, com serviço móvel e eliminando o conceito de caixa físico para *checkout*; melhor alocação e *layout* do espaço; aumento da inspiração com maior ênfase no conteúdo e experiências interativas; implementação de projetos de decoração personalizada; modernização da experiência de loja e digitalização da jornada do cliente.

A nossa política de preço está migrando para um modelo granular e estratégico, onde há uma maior flexibilidade para os clientes e onde os preços dos produtos e dos serviços são segregados (por exemplo, serviços de entrega e montagem).

Buscar liderança na transformação digital no segmento de móveis e acessórios de decoração

Pretendemos buscar a liderança na transformação digital do nosso mercado e a digitalização da jornada do nosso consumidor, através do aprofundamento de nossa estratégia omnicanal e da aceleração da nossa capacidade de desenvolvimento e entrega de tecnologia nas nossas principais áreas de negócio. Desta forma, pretendemos evoluir na visão de gestão e entrega de experiência focada no cliente, independente do canal escolhido para se relacionar com a marca, e na busca por formas mais eficientes e mais rápidas de entrega de produtos na casa dos consumidores, a partir da transformação dos nossos sistemas e processos logísticos.

Nosso processo de transformação digital é segregado em três fases. A primeira delas é o posicionamento digital, em que o *e*-commerce representava até 10% da receita e visa o desenvolvimento do *e-commerce* com uma proposta de diferenciação do canal. Nessa fase, passamos também a investir em marketing *online* e focamos nossa plataforma de CRM para o canal digital. A segunda fase – em que estamos atualmente – foca na integração da experiência do consumidor. Nesta etapa, o digital tipicamente representa 10% a 30% da receita e com clientes *omni* representam mais de 20% do total, com consolidação da plataforma por meio de avanços paralelos de atividades e times voltados para atender o canal. Por fim, a terceira fase objetiva garantir o domínio da plataforma digital garantindo que esta seja capaz de se adaptar facilmente às necessidades do consumidor. Nesta etapa, o canal digital tipicamente representa mais de 30% da receita e clientes *omni* representam mais de 50% do total. Como fruto desses esforços, esperamos aumentar a participação da receita líquida do canal digital na receita líquida total dos atuais 24% do período de 9 meses findos em setembro de 2020 para os patamares típicos da transformação digital mencionada, e obtendo patamares de rentabilidade equivalentes aos que obtemos nas vendas em nossas lojas físicas.

A estratégia omnicanal tem como objetivo ampliar o relacionamento com os nossos clientes, para isso estamos criando novas interfaces com o consumidor, como lista de casamento, app mobile, pagamento por WhatsApp, vendedor online, entre outros. Também pretendemos ter todo o sortimento da Tok&Stok disponível para venda, troca e devolução em todas essas interfaces e ter novas opções e serviços de entrega, como entrega no mesmo dia, entrega em 1 dia e diversos serviços de montagem, entre outros.

Nós também estamos focando na digitalização de toda a experiência B2B, que já representa mais de 10% das vendas, e em oferecer novos serviços relacionados a móveis e acessórios, como FAAS (móveis como serviço) e arquiteto online, em internalizar ou migrar para plataformas que permitem que a Tok&Stok assuma 100% da interface de gestão do consumidor, em recrutar equipes de tecnologia em diferentes áreas de negócio e ter sistemas modulares e independentes de arquitetura para permitir paralelismo e agilidade na entrega da tecnologia. Todas essas iniciativas de transformação digital focam na maximização do *lifetime value* do cliente com base em suas necessidades.

Intenso investimento em logística para termos mais eficiência e melhor serviço aos clientes

Logística é um dos nossos diferenciais competitivos e visualizamos a oportunidade de manter nossa eficiência de entrega e distribuição a fim de aprimorar nossos prazos e expandir nossos raios de entrega e estrutura de custos para garantir que o produto correto chegue no prazo correto aos nossos consumidores. Acreditamos que, dadas as características bastante peculiares do nosso segmento, especialmente em relação ao transporte e montagem, possuirmos uma estrutura logística própria e dedicada é uma vantagem competitiva para nós.

O nosso novo centro de distribuição, que inauguramos em setembro de 2020 na cidade de Extrema, Minas Gerais e para qual todas nossas atividades de distribuição devem ser transferidas até novembro de 2020, será essencial para termos mais eficiência e melhor serviço aos clientes. As principais vantagens do novo centro de distribuição são:

- Arquitetura e projeto 100% adequados as nossas necessidades atuais;
- Uso dos novos sistemas de gerenciamento de armazém (WMS) e de gestão de pedidos (OMS), que possibilita um ganho de produtividade e redução do tempo de envio; maior precisão nos pedidos entregues ao cliente;
- Aumento da área de docas de carga e descarga para permitir a inclusão de novos parceiros logísticos (redução do tempo de entrega e redução de custos);
- Infraestrutura adequada para cross-docking;
- Entrega de móveis em 100% do Brasil;
- Captura de incentivos fiscais com o Estado de Minas Gerais equivalentes a aproximadamente 2,5% sobre a Receita Bruta;
- Área de embalagem para entrega direta dedicada; e
- Aumento da capacidade em relação ao centro de distribuição anterior localizado na cidade de Jandira, São Paulo: área construída aproximadamente 50% maior (66.000 m^2), número de docas aproximadamente 60% maior (112 docas de carga e descarga), e posição de pallets aproximadamente 52% maior (90.000).

Expansão de nossas operações e adensamento de nossa presença em praças onde já operamos

Vemos oportunidade significativa para aumento da nossa capilaridade de lojas físicas, tanto nos modelos tradicionais (*Flagship*, *Megastore* e *Standard*), que permitem ao cliente experimentar nosso portfólio completo de móveis, objetos de decoração e acessórios, quanto no modelo *Studio*, que permite uma maior presença em *shopping centers* e a captura de outras ocasiões de compra, mais impulsivas e menos planejadas. A oportunidade de expansão de nossa rede de lojas existe tanto por meio do adensamento em grandes regiões metropolitanas como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, onde já possuímos presença mais expressiva, quanto por meio da entrada em novas cidades.

Acreditamos ter um *track* record excelente de abertura de lojas, e nunca fechamos uma loja por baixa rentabilidade. Acreditamos que nossa vasta experiência em abrir lojas físicas e nossa alavancagem operacional podem contribuir para resultados positivos nos próximos anos.

Eventos Recentes – Impactos da Pandemia do COVID-19 em Nossas Atividades:

Estamos enfrentando um período de incertezas relacionado ao impacto contínuo da pandemia do Coronavírus (COVID-19) sobre a nossa demanda de clientes e nossa cadeia de suprimentos, incluindo, mas não se limitando, às logísticas associadas e funcionamento de lojas, que podem sofrer interrupções parciais ou totais, temporárias ou permanentes.

O escopo e a natureza desses impactos estão em constante evolução. A seguir, apresentamos um resumo de nossas ações recentes e previstas em resposta à pandemia de COVID-19 e seus impactos em nossos negócios:

Entre o período de 22 de março a 25 de abril de 2020 permanecemos com 100% de nossas lojas físicas fechadas, com o intuito de resguardar a saúde e segurança de nossos funcionários e consumidores e de acordo com as determinações das autoridades governamentais em cada localidade. Em março de 2020, nós também adotamos o regime de teletrabalho para todos os seus funcionários, exceto aqueles que trabalham no centro de distribuição e aqueles considerados chave para as operações omnicanal. Adotamos os protocolos recomendados de saúde, e segurança do trabalho para proteção de nossos funcionários que permaneceram trabalhando em suas instalações.

Acreditamos que a pandemia do COVID-19 trará impactos relevantes, especialmente no Brasil, incluindo a deterioração significativa da economia brasileira, consequentemente revertendo as expectativas (anteriores à atual pandemia) de uma recuperação econômica e de aumento da renda em níveis de consumo e renda da população brasileira, e possíveis interrupções na produção devido aos impactos sobre a cadeia de suprimentos. Nesse ambiente econômico desafiador, estamos focados em tomar as medidas necessárias para fortalecer nossa saúde financeira face ao impacto contínuo e sem precedentes da COVID-19.

Estamos enfrentando um período de incertezas relacionado ao impacto contínuo da pandemia do Coronavírus (COVID-19) sobre a nossa demanda de clientes e nossa cadeia de suprimentos, incluindo, mas não se limitando, às logísticas associadas e funcionamento de lojas, que podem sofrer interrupções parciais ou totais, temporárias ou permanentes.

Nossos principais desafios nesse momento contemplaram a necessidade de readequação logística para manutenção da entrega dos pedidos dos clientes (novos parceiros e modelos logísticos) e revisão dos protocolos de segurança para entrada no local de entrega para montagem de móveis. Na cadeia de suprimentos, temos trabalhado fortemente com nossos fornecedores a fim de minimizar os impactos da desaceleração de cadeia produtiva e a fim de manter os níveis de abastecimento do nosso estoque em patamares saudáveis para sustentação das vendas futuras (ex: apoio dos fornecedores na compra de suprimentos para produção, revisão e troca de matéria prima de produtos com componentes em escassez, revisão das políticas de "no show" e reforço de volume de estoque dos próximos meses - a fim de minimizar riscos de ruptura além do usual). Para mais informações sobre os impactos do COVID-19 em nossas atividades e sobre as medidas tomadas em decorrência da pandemia, vide item 10.9 do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto.

Estamos focando nossos esforços de venda em nossa plataforma omnicanal, servindo nossos clientes principalmente via *e-commerce*. Além disso, continuamos a nos concentrar nas seguintes estratégias prioritárias para conclusão ainda em 2020:

- aceleração dos enablers (viabilizadores): implementação de novo sistema integrado de gerenciamento empresarial (ERP) e implementação do WMS e OMS, novo suporte técnico em TI;
- digitalização de toda plataforma de atendimento ao cliente (para chat, e-mail e WhatsApp);
- habitilização de venda por WhatsApp e retirada de mercadorias vias *drive-thru* nas lojas a partir de março;
- aceleração da transformação logística com antecipação dos investimentos em *software,* a partir *de* novo centro de distribuição na cidade de Extrema, estado de Minas Gerais e de novo sistema de gerenciamento de armazém para entrega.

Estamos utilizando o atual período de incertezas relacionado ao impacto contínuo da pandemia do Coronavírus (COVID-19) sobre as nossas vendas e cadeia de logística e estamos adotando uma série de medidas administrativas, operacionais com o intuito de gerar um crescimento da nossa transformação digital.

Acreditamos que a adoção de medidas administrativas e operacionais poderão nos permitir mais soluções de omnicanalidade e o ganho de eficiência para diminuição dos impactos da COVID-19 em nossas operações.

Em busca do desenvolvimento logístico, até a data do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, modificamos nossa cadeia logística do modelo “dedicado” para o modelo “híbrido”, permitindo maior flexibilidade nas entregas dos produtos aos nossos clientes, trabalhando com logística de entrega dedicada e também logística de entrega compartilhada. Ainda, modificados algumas entregas que anteriormente eram enviadas dos centros de distribuição diretamente para o cliente final (em praças com dificuldades de entregas ou problemas de estoque), para um formato de entregas enviadas diretamente de das nossas lojas físicas para o cliente final.

Além disso, desde o início da pandemia de COVID-19, estamos monitorando de perto o negócio, e implantando ações de proteção e aumento de liquidez. Além do fechamento temporário de nossas lojas e da implantação do regime de teletrabalho para os nossos funcionários, tomamos as seguintes medidas: reforçamos o nosso caixa com a captura de linhas de crédito em bancos no valor de R$255 milhões, renegociamos todos os aluguéis de lojas físicas, alguns permanentemente (com descontos contratuais efetivos) e outros postergações de pagamento, reforçamos ainda mais a contenção de despesas. Além disso, aplicamos a Medida Provisória 927/2020 de 22 de março de 2020 para nossos funcionários da seguinte forma: nossos colaboradores de loja ficaram 10 dias em casa, acumulando horas negativas em Banco de Horas e em seguida entraram em férias coletivas de 15 dias. Os colaboradores do escritório passaram a trabalhar em regime de Home Office e os colaboradores do Centro de Distribuição também ficaram em casa acumulando horas negativas em Banco de Horas.

No momento em que a MP 936 foi assinada passamos a aplicá-la em todo nosso time: suspensão de contrato para o time de loja, redução de jornada e salário para líderes de loja e times administrativos. A equipe do Centro de Distribuição foi reduzida (parte ficou com contrato suspenso) e outra parte teve carga horária e salário reduzidos. Todos os colaboradores pertencentes à grupo de risco tiveram seus contratos suspensos.

Conseguimos responder com muita eficiência aos impactos da pandemia do COVID-19, o que contrabalanceou o fato de várias de nossas lojas ficarem totalmente ou parcialmente fechadas desde março até setembro. Na imagem abaixo é possível observar que em setembro voltamos a patamares de receita líquida pré-COVID, com 100% de nossas lojas abertas, mas ainda com limitações de horários na maioria delas, de forma que em setembro nossas lojas estavam funcionando apenas aproximadamente 80% do tempo que poderiam funcionar caso não houvessemrestrições.

Desdobramento de ações

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de outubro de 2020, foi aprovado o desdobramento das 665.390 (seiscentas e sessenta e cinco mil e trezentas e noventa) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia em 266.821.390 (duzentos e sessenta e seis milhões, oitocentas e vinte e uma mil, trezentas e noventa) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem modificação no capital social, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A. Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, o desdobramento não resulta na modificação do valor total do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares, operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia, não afetando os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Localizada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, nº 500, CEP 06460-020. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Guilherme Favaro. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 2186-8428 e o seu endereço eletrônico é ri@tokstok.com.br.. Informações contidas no site não constituirão parte do Prospecto, ou serão consideradas como incorporadas por referência ao Prospecto.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do Coronavírus (COVID-19), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimento globais, e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros. Em 15 de junho de 2020, o Brasil era considerado um dos centros da pandemia global em número de casos e óbitos, da COVID-19. A pandemia da COVID- 19 teve e acreditamos que continuará tendo um impacto adverso relevante sobre os nossos negócios e desempenho financeiro. O alcance do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os nossos negócios e desempenho financeiro, inclusive a nossa capacidade de executar nossas estratégias de curto e longo prazos e implantar iniciativas no período esperado dependerá de desdobramentos futuros, inclusive a duração e gravidade da pandemia, especialmente no Brasil, o que é incerto e não pode ser previsto.

Em função da pandemia da COVID-19, e em resposta às normas ou recomendações editadas pelas autoridades governamentais, bem como das decisões que tomamos, no período de 22 de março a 25 de abril de 2020, todas nossas 59 lojas ficaram fechadas e, após a reabertura, todas as nossas lojas foram obrigadas a operar em horário reduzido. Em 30 de junho de 2020, a maior parte das nossas lojas havia sido reaberta. Nosso único centro de distribuição continuou operando, porém com algumas alterações nas rotinas principais. O volume de recebimento de mercadorias foi reduzido de maneira significativa, (em decorrência do atraso de fornecedores e de nossas lojas que fecharam ou operaram parcialmente). A expedição para clientes finais (entrega) continuou operando e apresentou um crescimento relevante devido à migração de vendas para o canal online. Caso a pandemia da COVID-19 se agrave ou uma segunda onda da doença se dissemine globalmente ou pelo Brasil, podemos enfrentar por mais tempo a obrigação de fechamento de lojas e/ou outras restrições operacionais com relação a algumas ou todas as nossas lojas e centro de distribuição, incluindo as lojas localizadas em shopping centers, por períodos prolongados de tempo devido a, entre outros fatores, normas governamentais, que se encontram em constante mutação, inclusive diretivas de saúde pública, políticas de quarentena, medidas de distanciamento social ou até mesmo um *lockdown*. Assim, acreditamos que os nossos resultados operacionais poderão continuar a ser afetados de forma adversa e relevante em decorrência da pandemia da COVID- 19.

Adicionalmente, 41 das nossas 59 lojas são localizadas em shopping centers, os quais foram e podem continuar a ser particularmente afetados pandemia da COVID-19. Não podemos garantir que não haverá alteração do hábito dos nossos consumidores ou que a frequência e volume de pessoas em shopping centers não diminuirá em decorrência da pandemia da COVID-19. Além disso, caso haja alteração de hábito, não podemos garantir que seremos eficientes e ágeis na adaptação ao atendimento desses hábitos. Ainda, nosso modelo de negócios pode necessitar ser alterado caso os shopping centers onde as nossas lojas estão localizadas tenham um fluxo de pessoas significativamente reduzido ou sofram prejuízos relevantes em decorrência da pandemia da COVID- 19, sendo que não podemos garantir que seremos eficientes na implementação de uma eventual mudança nem que ela será bem-sucedida.

Embora nossas lojas já estejam todas abertas na data do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, continuamos sujeitos a certas restrições operacionais e medidas de distanciamento social (incluindo, por exemplo, limites no número de clientes em nossas lojas e horas e dias de abertura para vendas), e não podemos prever quando isso não será mais necessário e o impacto contínuo que isso poderá ter no comportamento do cliente e em nosso desempenho de vendas.

Além disso, o receio dos consumidores de adoecerem poderá persistir, mesmo após a abertura total de nossas lojas, o que poderá afetar adversamente os padrões de consumo e o tráfego de clientes nas lojas. O gasto dos consumidores também poderá ser afetado negativamente pelas condições gerais macroeconômicas e pela confiança do consumidor, inclusive os impactos de qualquer recessão, resultante da pandemia da COVID-19. Isso pode afetar negativamente as vendas nas nossas lojas e em nossa plataforma omnicanal. Qualquer redução significativa no número e no gasto de consumidores nas lojas devido à pandemia da COVID-19, e qualquer diminuição no gasto em nossas lojas ou *e-commerce* devido à diminuição da confiança e de gastos do consumidor após a pandemia resultaria em perda de receita, afetando a nossa lucratividade e capacidade de geração de caixa.

A pandemia da COVID-19 também pode impactar a nossa cadeia de suprimentos, se as fábricas que produzem as matérias primas dos produtos que comercializamos, o nosso centro de distribuição, ou as operações dos nossos prestadores de serviços de logística forem interrompidas, encerradas temporariamente, enfrentarem falta de funcionários ou sofrerem os efeitos de uma segunda onda de disseminação da COVID-19. Também pode haver interrupções ou atrasos em entregas e impactos negativos na precificação de determinados componentes dos nossos produtos. A nossa participação de recebimento e venda de importados é de aproximadamente 20%, sendo mais concentrado em acessórios, com cerca de 35%, e móveis com 10%. Até a data do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, em função da capacidade reduzida de produção durante o período da pandemia da COVID-19, sofremos com atrasos de fornecedores de produtos importados e de fornecedores de produtos nacionais, uma vez que muitas matérias primas estão em falta no mercado, como espumas, tecidos, chapas MDF e embalagens de papelão. Consequentemente, a entrega de certos de nossos produtos sofreu atrasos, bem como ampliação de prazo. Durante os meses de março a maio de 2020, a Companhia suspendeu o serviço de montagem para todos os seus produtos e passou a fazer a entrega de produtos sem realizar a montagem dos produtos dentro das casas dos clientes.

Em função da pandemia da COVID-19, tendo em vista as normas e orientações governamentais, também limitamos o acesso aos nossos escritórios administrativos e outras instalações, adotando uma política de teletrabalho para nossos funcionários administrativos. Isso pode causar aumentos na indisponibilidade de nossos sistemas e infraestrutura, interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas do sistema e maior vulnerabilidade a ataques cibernéticos, bem como perdas gerais de produtividade. Dessa forma, nossa capacidade de conduzir nossos negócios pode ser adversamente afetada.

No contexto da recessão econômica no Brasil causada pela pandemia da COVID-19, também podemos enfrentar dificuldades na obtenção de novos financiamentos de instituições financeiras, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos covenants financeiros aos quais estamos sujeitos de acordo com nossos contratos de financiamento. Se nossos negócios não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis para nós por meio de empréstimos através das linhas de crédito ou de outras fontes, podemos não conseguir cobrir nossas despesas, cumprir nossas obrigações com terceiros (inclusive fornecedores), investir no crescimento do nosso negócio, responder aos desafios competitivos ou atender outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar nossos negócios. Os nossos custos com seguro também podem aumentar substancialmente no futuro para cobrir os custos que as seguradoras poderão vir a incorrer em função dessa pandemia.

Além disso, o fechamento de nossas lojas, de muitos shopping centers onde possuímos lojas e as normas federais, estaduais e municipais relacionadas à pandemia da COVID-19, podem nos expor a riscos jurídicos, reputacionais e financeiros em relação a nossos contratos de locação, como pagamento de multas por rescisão antecipada. Não há garantia de que, após a pandemia da COVID- 19, conseguiremos retomar as operações em nossas lojas nos atuais termos dos contratos de locação em vigor, ou sequer se conseguiremos cumprir com os termos dos contratos de locação atuais firmados pela Companhia antes da pandemia do COVID-19. Caso não sejamos capazes de arcar com os pagamentos dos aluguéis de nossas lojas, centro de distribuição e imóveis administrativos, isso será considerado inadimplemento contratual, capaz de ensejar a rescisão antecipada do contrato de locação, afetando, desta forma, a continuidade de nossa ocupação no eventual imóvel.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre nossos negócios e resultados operacionais depende de desdobramentos futuros, que são incertos e imprevisíveis, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, especialmente no Brasil, seu impacto sobre os mercados de capitais e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões, bem como as ações tomadas para contê-la, entre outras. No atual momento, não podemos estimar de forma razoável o alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, os efeitos da pandemia da COVID-19 poderão exacerbar os efeitos de outros fatores de risco divulgados no Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto. Para maiores informações sobre os efeitos da COVID-19 sobre os negócios da Companhia, vide item 10.9 do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto.

Se não implementarmos totalmente nossa estratégia de crescimento, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

Nossa estratégia de crescimento envolve a abertura e a operação de novas lojas a cada ano, o que pode demandar recursos adicionais. Tal estratégia gera demandas crescentes sobre nossos recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros, as quais podem resultar em queda de eficiência na gestão dos nossos negócios, que por sua vez pode levar a uma deterioração no desempenho de nossas lojas individualmente e de nosso negócio como um todo. Ainda, quando a inauguração de novas lojas ocorrer em mercados onde já possuímos lojas, poderemos sofrer uma redução nas vendas líquidas das lojas pré-existentes nesses mercados em função do deslocamento de vendas, que pode afetar negativamente nossos negócios e o resultado de nossasoperações.

A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e ações relativas à nossa estratégia de crescimento dependem de fatores críticos de sucesso, dentre os quais nossa competência e capacidade de (i) aproveitar as novas ocasiões de consumo com a abertura de novas lojas no formado *studio* (ii) alavancar as vendas das lojas existentes e aumentar a rentabilidade de nossas operações para clientes atuais e atrair novos clientes; (iii) fortalecer e expandir a oferta e variedade de produtos e serviços em condições competitivas para nossa base de clientes; (iv) aperfeiçoar a experiência de vendas por meio da omnicanalidade alinhada com competente gestão das operações comerciais, logísticas e de gestão de estoques; e (v) continuar com nossa estratégia de transformação digital, por meio da inclusão digital de nossos clientes, o aprimoramento contínuo de nossas operações multicanais, desenvolvimento de nossa plataforma digital e os produtos e serviços a ela associados, reformulação e digitalização de nossas lojas físicas e fortalecimento de nossa cultura digital.

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas no conceito “like for like” ou vendas “LFL” são: (i) dificuldades de aumentar nossa produtividade; (ii) nossa capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (iii) nossa capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iv) a confiança do consumidor; (v) a situação econômica nas áreas onde nossas lojas estão localizadas, pois qualquer cenário adverso pode impactar negativamente a demanda por nossos produtos, incluindo a recessão econômica em curso causada pela pandemia da COVID-19; (vi) o impacto que a abertura de novas lojas pode gerar sobre as lojas pré-existentes nestes mesmos mercados; (vii) mudanças em nossas políticas de propaganda e *marketing*; (viii) concorrência; e (ix) capacidade de reduzir prazos de entrega e aumentar a satisfação dos clientes quanto aos produtos, preços e serviços. Em decorrência dos eventos descritos acima, nossa performance de vendas *“like for like”* pode não apresentar um crescimento contínuo ou pode diminuir em exercícios futuros, o que pode impactar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, nosso crescimento futuro de vendas está fortemente baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como *e-commerce*, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependência de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo de nossos clientes, podendo impactar nosso ritmo de crescimento de vendas.

Nossa capacidade de reformar nossas lojas já existentes e de abrir novas lojas depende de inúmeros fatores que estão fora de nosso controle, tais como disponibilidade de materiais e estrutura a preços acessíveis, tecnologia disponível para as novas atratividades da loja e disponibilidade de mão de obra capaz de administrar esse modelo. Além disso, podemos nos deparar com dificuldades em encontrar locais adequados para a abertura de novas lojas, ou os locais disponíveis poderão estar acessíveis a preços maiores do que estamos dispostos a pagar, impossibilitando a abertura das novas lojas.

Não podemos garantir que as próximas lojas no formato *studio* serão recebidas de forma satisfatória pelos nossos clientes, tampouco que seremos capazes de aprimorar os modelos de lojas físicas de acordo com as necessidades e comportamentos de consumo de nossos clientes. Não podemos prever ainda que o novo modelo de loja atingirá os patamares esperados de faturamento e que as obras decorrentes das transformações das lojas não impactarão de forma negativa o nosso faturamento total. Não podemos garantir que encontraremos espaço disponível adequado para a instalação de novas lojas *studio* nos shopping centers que escolhemos como *target* para a expansão deste novo formato de lojas.

Ademais, as reformas e eventuais transformações de nossas lojas demandam a realização de obras para as quais é necessária a obtenção ou renovação (conforme o caso) de registros, autorizações, licenças, alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros. A nossa falha ou o atraso na obtenção desses registros, autorizações, licenças, alvarás e Autos de Vistoria poderá inviabilizar a transformação de algumas lojas ou impactar o nosso cronograma de expansão.

Caso não possamos implementar nossas estratégias podemos afetar adversamente nossos negócios.

Além disso, considerando o caráter sazonal do nosso negócio, existem períodos em que a necessidade de capital de giro é maior. Não existe garantia de que teremos oportunidade de (i) nos financiar através da antecipação de nossa carteira de recebíveis de cartão de crédito; (ii) renovar nossas linhas de crédito atuais; (iii) ter acesso a novos financiamentos; (iv) emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições favoráveis; (v) negociar os prazos de pagamento com nossos fornecedores em condições atrativas; (vi) receber de nossos clientes em prazos reduzidos; ou (vii) manter nossa eficiência de estoque. Caso essas condições não ocorram, poderemos nos tornar insolventes, incapazes de implementar nossa estratégia de crescimento e de responder a pressões de concorrentes ou de financiar iniciativas importantes para a Companhia, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e situação financeira.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira, provocada por quaisquer fatores, incluindo em razão de pandemias e/ou outros surtos regionais ou internacionais, pode dificultar tanto nosso acesso a novos financiamentos em termos aceitáveis, quanto a emissão de valores mobiliários em condições favoráveis.

Os resultados de nossas operações podem ser afetados adversamente pelo efeito da sazonalidade das vendas de nossos produtos e serviços.

Os resultados de nossas operações variaram de trimestre para trimestre e entendemos que tais variações continuarão a acontecer no futuro. Historicamente, nossa receita e lucratividade atingem seus maiores níveis durante o último trimestre do ano, principalmente por conta de datas comemorativas como *Black Friday* e Natal.

Qualquer variação inesperada da demanda para tais ocasiões poderá nos compelir a vender o estoque excedente a preços significativamente inferiores àqueles inicialmente previstos e comumente praticados, o que reduzirá nossas margens e, com isso, nos afetará adversamente e de forma relevante. Para mais informações sobre a sazonalidade a que as nossas vendas estão sujeitas, vide item 7.3(d) do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto.

Além disso, com o objetivo de atender ao aumento de demanda durante o último trimestre do ano, incorremos em investimentos e despesas adicionais significativas, tais como o aumento do volume de produtos estocados, das obrigações com fornecedores e da contratação temporária de equipes para as lojas físicas. Se nós previrmos erroneamente a demanda pela quantidade de produtos que nós venderemos durante o quarto trimestre de cada ano, nossas vendas líquidas podem não ser altas o suficiente para nos permitir recuperar integralmente nossos investimentos em produtos e serviços e nossas despesas com pessoal e publicidade. Consequentemente, poderemos experimentar um impacto negativo desproporcional e significativo em nossos resultados operacionais e financeiros no período em questão.

Disposições restritivas nos contratos financeiros (covenants) da Companhia podem afetar adversamente a capacidade de conduzir suas atividades e de realizar os pagamentos destes.

Alguns dos contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas restritivas. Em especial, algumas dessas cláusulas a impedem de incorrer em dívida adicional ou de efetuar pagamentos, caso alguns índices e testes financeiros não sejam cumpridos. Esses índices e testes financeiros têm como base o atingimento de certos níveis de EBITDA (calculado de acordo com os critérios contidos em seus instrumentos de dívida) e endividamento total. Esses índices e testes financeiros são testes de manutenção, o que significa que a Companhia deve cumpri-los continuamente para não descumprir suas obrigações de dívida. A capacidade da Companhia de cumprir com esses índices e testes financeiros pode ser afetada por eventos além do seu controle e a Companhia não pode garantir que irá cumprir com esses índices e testes financeiros.

Na hipótese da Companhia estar inadimplente nos termos de qualquer um de seus contratos de financiamento, os saldos devedores nos termos desses contratos (incluindo principal, juros e quaisquer multas) poderão ser antecipados, o que poderá acionar as disposições sobre inadimplemento cruzado ou vencimento antecipado (cross acceleration e cross default) nos termos de outros contratos de financiamento e instrumento de dívida da Companhia, o que pode afetar substancial e negativamente a sua situação financeira. A Companhia pode não conseguir cumprir com tais ou outras cláusulas aplicáveis e ser obrigada a solicitar anuências, para as respectivas instituições financeiras, as que quais poderão não ser obtidas. Para mais informações acerca dos contratos financeiros da Companhia, ver Seção 10.1 do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto.

Podemos não conseguir ajustar o alinhamento de nossos canais de venda dentro de nossas expectativas.

Nossas operações são realizadas por meio de lojas físicas e canais digitais de *e-commerce*. Caso não consigamos ajustar o constante alinhamento e complementaridade das operações das lojas físicas e dos canais digitais de *e-commerce* sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e *marketing* e de atendimento às expectativas dos nossos clientes, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo impactar adversamente nossos resultados operacionais.

Outro risco da omnicanalidade é a possibilidade dos nossos canais de vendas entrarem em competição. Caso isso aconteça, não seremos bem-sucedidos na estratégia de crescimento do nosso faturamento e a integração dos nossos canais de vendas poderá não nos trazer os benefícios esperados, afetando negativamente os nossos negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.

Adicionalmente, podemos incorrer em custos maiores do que os esperados e as iniciativas omnicanal podem se mostrar economicamente inviáveis ou ter uma rentabilidade menor do que a esperada. Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à plataforma omnicanal no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que nos deixa vulneráveis a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para nossas operações. Qualquer dos fatores acima poderá afetar de forma relevante nossa estratégia de crescimento e o nosso resultado operacional.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 18 e 68, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, incorporadas por referência a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionistas Vendedores	Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, os Fundos Carlyle e a Regghi Participações S.A., considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	Paul Edouard Alain Dubrule, Régis Edouard Alain Dubrule, Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule e Paul Jean Marie Dubrule.
Ações	[•] ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data de divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), poderá, a critério [da Companhia / dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais até [•]ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas proporções indicadas na página 37 deste Prospecto], e nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações do Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar [secundário] em percentual equivalente a até [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas proporções indicada na página 38 deste Prospecto], e nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta	Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 36 deste Prospecto.
Agentes de Colocação Internacional	Itau BBA USA *Securities*, Inc., BofA Securities, Inc., Credit Suisse *Securities* (USA) LLC, Bradesco *Securities*, Inc., Santander Investment *Securities* Inc. e UBS Securities, LLC, considerados em conjunto.
Agente Estabilizador ou Bank of America	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Alocação Varejo *Lock-up*	Alocação prioritária aos Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, no âmbito da Oferta de Varejo.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, imediatamente após a distribuição da totalidade das Ações, limitado a 6 (seis) meses, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, na forma dos artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 63 deste Prospecto.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400, informando acerca do início do Prazo de Distribuição das Ações, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 63 deste Prospecto.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 63 deste Prospecto.

Aprovações Societárias	A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em Reunião do Conselho da Administração da Companhia realizada em 13 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCESP em [•] de [•] de 2020, sob o nº [•] e publicada no DOESP e no jornal "Data Mercantil" em 16 de outubro de 2020. O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Data Mercantil" na data de disponibilização do Anúncio de Início. A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, serão aprovados pela Regghi Participações na forma do disposto no seu estatuto social. A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, será aprovada pelo FIP Fundo Brasil na forma do disposto no seu regulamento. Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos FIP FS e ao FIP TS e aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A., divulgado nesta data e a ser novamente divulgado em [•] de [•] de 2020 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, com a identificação das Instituições Consorciadas, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 63 deste Prospecto.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Características das Ações	Para informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja item "Informações Sobre a Oferta – Características das Ações", na página 48 deste Prospecto.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-anuente, a B3.
Contrato de Distribuição Internacional	*Placement Facilitation Agreement*, a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, e os Agentes de Colocação Internacional.

Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A., a ser celebrado entre [•], na qualidade de doador, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A., a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes-anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, Bank of America, Credit Suisse, Bradesco BBI, Santander e UBS BB, considerados em conjunto.
Corretora	Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
Credit Suisse	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Cronograma da Oferta	Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Aviso ao Mercado, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Cronograma da Oferta", na página 61 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados da data do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta, após a dedução das comissões e das despesas estimadas pela Companhia no âmbito da Oferta, serão destinados para [(i) execução do plano de expansão e melhoria na experiência do consumidor; (ii) transformação digital, tecnologia; (iii) desenvolvimento de nova marca e aquisições oportunistas; (iv) desalavancagem e melhoria da estrutura de capital da Companhia]. Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados, nas respectivas proporções, aos Acionistas Vendedores. Para informações adicionais, veja a seção "Destinação dos Recursos" na página 102 deste Prospecto.

Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta	O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta" na página 63 deste Prospecto.
Estabilização do Preço das Ações	O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476. Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realiza-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.
Faixa Indicativa	Faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto, a ser fixada após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.
Fatores de Risco	Os investidores devem ler as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados às Ações e à Oferta", descritos nas páginas 18 e 68, respectivamente, deste Prospecto, e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.
FIP FS	FS- Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
FIP Fundo Brasil	Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
FIP TS	TS - Coinvestimento - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
Fundos Carlyle	FIP FS, FIP TS e FIP Fundo Brasil, considerados em conjunto.

Garantia de Firme Liquidação

Consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de liquidar, na Data de Liquidação, a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. A Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado e cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 47 deste Prospecto.

Ghislaine

Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule.

Informações Adicionais

Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção "Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 64 deste Prospecto.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em [•] de [•] de 2020.

	Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia, [dos Acionistas Vendedores,]das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 64 deste Prospecto.
Instituição Financeira Escrituradora das Ações	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*	Investidores Não Institucionais que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* Oferta de Varejo.
Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária	Investidores Não Institucionais que não sejam caracterizados como Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*.
Investidores Estrangeiros	Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na *Rule* 144A do *Securities Act*, editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no *Securities Act* e regulamentos editados ao amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos da América (*non-U.S. persons*), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do *Securities Act*, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373, e pela Instrução CVM 560, ou pela Lei 4.131.
Investidor Institucional	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.

Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, e que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de investidores profissionais e investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM 539, como fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo valores mínimos e máximos de investimento.
Investidor Não Institucional	Investidores pessoas físicas e jurídicas, e clubes de investimento registrados na B3, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que formalizem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.
***Lock-up* Oferta de Varejo**	Obrigação, aplicável aos Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* que adquirirem Ações no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up*, pelo prazo de 45 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, de não, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Como condição para a participação na Alocação Varejo *Lock-up*, cada Investidor da Oferta de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código “STOK3”.
Oferta	Oferta Primária e Oferta Secundária, consideradas em conjunto.

Oferta de Varejo Distribuição de, no mínimo, 10% e, no máximo, [20]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta e da Companhia, destinada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, sendo que: (i) o montante de, no mínimo, [•]% das Ações da Oferta de Varejo serão alocadas prioritariamente aos Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*; e (ii) após a alocação das Ações da Oferta de Varejo à Alocação Varejo *Lock-up*, o montante de, no mínimo, [•]% das Ações da Oferta de Varejo será alocado aos Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária.

Oferta Institucional Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding.*

Oferta Primária A distribuição primária de[, inicialmente] [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.

Oferta Secundária A distribuição secundária de[, inicialmente], [•] ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.

Opção de Ações do Lote Suplementar	Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada [pela Companhia / pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.
Paul	Paul Edouard Alain Dubrule.
Paul Jean	Paul Jean Marie Dubrule.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva e durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, data esta que antecederá em, pelo menos, 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Rateio Varejo	Rateio Varejo *Lock-up* e Rateio Varejo Sem Alocação Prioritária, considerados em conjunto.
Rateio Varejo *Lock-up*	Rateio a ser realizado entre os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações, caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* exceda o total de Ações Alocação *Lock-up*.
Rateio Varejo Sem Alocação Prioritária	Rateio a ser realizado entre os Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações, caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária exceda o total de Ações Sem Alocação Prioritária.

Régis	Régis Edouard Alain Dubrule.
Regghi Participações	Regghi Participações S.A.
Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
UBS BB	UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Pessoas Vinculadas	Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia, dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau dos Acionistas Vendedores; (iii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iv) administradores, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (v) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vi) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidas na Oferta; (ix) cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau das pessoas mencionadas nos itens (iii) a (vi) acima; e (x) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.
Prazo de Distribuição	O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa ("**Preço por Ação**"). **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na faixa indicativa do preço e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na faixa indicativa do preço, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2020 da CVM, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto.**

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 70 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até [20%] da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

Público Alvo da Oferta

Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

[A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de [180] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up,* sujeito a determinadas exceções: sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).]

[As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: [(i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do instrumento de *lock-up,* desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; e (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização.]

	A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.
Valor Total da Oferta	R$[•], considerando o Preço por Ação, que é o ponto médio da faixa de preço indicada na capa deste Prospecto e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	O valor mínimo de pedido de investimento é de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento é de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Investidor Não Institucional.
Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*	Ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis em ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia sujeitas ao *Lock-up*.
Veracidade das Informações	A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder, prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 143.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$237.636.507,80 (duzentos e trinta e sete milhões, seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e sete reais e oitenta centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 266.821.390 (duzentos e sessenta e seis milhões, oitocentas e vinte e uma mil, trezentas e noventa) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de 266.821.390 (duzentos e sessenta e seis milhões, oitocentas e vinte e uma mil, trezentas e noventa) ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição/integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição acima.

Na hipótese de colocação das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total.....	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de [•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre [•] e [•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total.....	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de [•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre [•] e [•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação das Ações, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar:

	Composição Atual		**Composição Após a Oferta**	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Total.....	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de [•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre [•] e [•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor[(1)(2)]
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de [•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre [•] e [•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Principais Acionistas e Administradores da Companhia

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos membros da administração da Companhia, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	%	Quantidade	%
FIP Fundo Brasil	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP FS	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP TS	[•]	[•]	[•]	[•]
Regghi Participações	[•]	[•]	[•]	[•]
Paul	[•]	[•]	[•]	[•]
Régis	[•]	[•]	[•]	[•]
Ghislaine	[•]	[•]	[•]	[•]
Paul Jean	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,0**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Quantidade	%	Quantidade	%
FIP Fundo Brasil	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP FS	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP TS	[•]	[•]	[•]	[•]
Regghi Participações	[•]	[•]	[•]	[•]
Paul	[•]	[•]	[•]	[•]
Régis	[•]	[•]	[•]	[•]
Ghislaine	[•]	[•]	[•]	[•]
Paul Jean	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,0**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações do Lote Suplementar, mas sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
FIP Fundo Brasil	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP FS.....	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP TS.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Regghi Participações	[•]	[•]	[•]	[•]
Paul.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Régis.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Ghislaine	[•]	[•]	[•]	[•]
Paul Jean	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,0**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**
FIP Fundo Brasil	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP FS.....	[•]	[•]	[•]	[•]
FIP TS.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Regghi Participações	[•]	[•]	[•]	[•]
Paul.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Régis.....	[•]	[•]	[•]	[•]
Ghislaine	[•]	[•]	[•]	[•]
Paul Jean	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,0**	**[•]**	**100,00**

Acionistas Vendedores

Segue abaixo descrição sobre os Acionistas Vendedores:

Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 11.760.191/0001-06, representado por sua gestora, a TCG Gestor Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 12º andar, conjunto 1201, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 10.632.282/0001-01, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de investimentos conforme Ato Declaratório nº 10.509, de 30.07.2009.

FS - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 16.465.811/0001-06, representado por sua gestora, a TCG Gestor Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 12º andar, conjunto 1201, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 10.632.282/0001-01, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de investimentos conforme Ato Declaratório nº 10.509, de 30.07.2009.

TS - Coinvestimento - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 16.973.196/0001-30, representado por sua gestora, a TCG Gestor Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 12º andar, conjunto 1201, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 10.632.282/0001-01, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de investimentos conforme Ato Declaratório nº 10.509, de 30.07.2009.

Regghi Participações S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 3015/161, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 59.876.664/0001-61.

Paul Edouard Dubrule, francês, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros RNE nº W273999, inscrito no CPF/ME sob o nº 177.418.958-50, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 3015/161, CEP 01452-000.

Régis Edouard Alain Dubrule, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.877.265 (SSP/SP) e inscrito no CPF/ME sob o nº 815.598.368-49, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 3015/161, CEP 01452-000.

Ghislaine Thérèse De Vaulx Dubrule, francesa, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade para Estrangeiros RNE nº W273953-N e inscrita no CPF/ME sob o nº 003.925.208-69, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 3015/161, CEP 01452-000.

Paul Jean Marie Dubrule, francês, divorciado, aposentado, portador do passaporte nº 01BE722607, inscrito no CPF/ME sob o nº. 232.995.068-38, residente e domiciliado na Suíça, em 107 A, Route de Saconnex d'Arve, 1228 Plan Les Ouates, Genebra

Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2]**
		(R$)	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]
FIP Fundo Brasil	[•]	[•]	[•]
FIP FS	[•]	[•]	[•]
FIP TS	[•]	[•]	[•]
Regghi Participações	[•]	[•]	[•]
Paul	[•]	[•]	[•]
Régis	[•]	[•]	[•]
Ghislaine	[•]	[•]	[•]
Paul Jean	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação.
(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais, sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]
FIP Fundo Brasil	[•]	[•]	[•]
FIP FS	[•]	[•]	[•]
FIP TS	[•]	[•]	[•]
Regghi Participações	[•]	[•]	[•]
Paul	[•]	[•]	[•]
Régis	[•]	[•]	[•]
Ghislaine	[•]	[•]	[•]
Paul Jean	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação.
(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações do Lote Suplementar, sem considerar as Ações Adicionais:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]
FIP Fundo Brasil	[•]	[•]	[•]
FIP FS	[•]	[•]	[•]
FIP TS	[•]	[•]	[•]
Regghi Participações	[•]	[•]	[•]
Paul	[•]	[•]	[•]
Régis	[•]	[•]	[•]
Ghislaine	[•]	[•]	[•]
Paul Jean	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação.
(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada por cada Acionista Vendedor, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante[1]	Recursos Líquidos[1][2]
		(R$)	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]
FIP Fundo Brasil	[•]	[•]	[•]
FIP FS	[•]	[•]	[•]
FIP TS	[•]	[•]	[•]
Regghi Participações	[•]	[•]	[•]
Paul	[•]	[•]	[•]
Régis	[•]	[•]	[•]
Ghislaine	[•]	[•]	[•]
Paul Jean	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação.
(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) poderá, a critério [da Companhia / dos Acionistas Vendedores], em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até [20]% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 37 deste Prospecto], e nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até [15]% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia[, das quais até [•] ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia e até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, na proporção indicada na página 38 deste Prospecto], nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção a ser outorgada [pela Companhia / pelos Acionistas Vendedores] ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4°, da Lei do Mercado de Capitais.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições foram aprovadas em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 13 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCESP em [•] de [•] de 2020, sob o nº [•] e publicada no DOESP e no jornal "Data Mercantil" em 16 de outubro de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no DOESP e no jornal "Data Mercantil" na data de disponibilização do Anúncio de Início.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, serão aprovados pela Regghi Participações na forma do disposto no seu estatuto social. A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, será aprovada pelo FIP Fundo Brasil na forma do disposto no seu regulamento. Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos FIP FS e ao FIP TS e aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, convidarão as Instituições Consorciadas para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ("**Faixa Indicativa**"), ressalvado, no entanto, que o preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa ("**Preço por Ação**"). **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia descritas neste Prospecto, exceto no caso de o Preço por Ação ser inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2020 da CVM, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva.**

Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.", na página 71 deste Prospecto.

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1°, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("**Procedimento de *Bookbuilding***").

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até [20%] da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não será permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional poderão realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou intenções de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo transações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas, e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos, na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400, e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia", na página 73 deste Prospecto.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário", na página 70 deste Prospecto.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Na data deste Prospecto, não existem ações da Companhia em negociação no mercado. Após a realização da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, um montante de até [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, [•]% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção "Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia" na página 36 deste Prospecto.

Custos de Distribuição

As despesas com auditores, advogados, traduções, taxas de registro e outras despesas descritas abaixo serão suportadas [exclusivamente pela Companhia]. As comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta serão suportadas [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.]

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	**Valor total[(1)(10)]**	**% em relação ao Valor Total da Oferta[(10)]**	**Custo unitário por Ação[(10)]**
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta[(2)]			
Comissão de Coordenação[(3)]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[(4)]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[(5)]	[•]	[•]%	[•]
Remuneração de Incentivo[(6)]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[(7)]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[(8)]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[(9)]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de [•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre [•] e [•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores].

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(6) Corresponde a até [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, conforme descrito no Contrato de Distribuição, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente [pela Companhia].

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(10) Sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	**Valor total[(1)(10)]**	**% em relação ao Valor Total da Oferta[(10)]**	**Custo unitário por Ação[(10)]**
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta[(2)]			
Comissão de Coordenação[(3)]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[(4)]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[(5)]	[•]	[•]%	[•]
Remuneração de Incentivo[(6)]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[(7)]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[(8)]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[(9)]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de [•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre [•] e [•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores].

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(6) Corresponde a até [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, conforme descrito no Contrato de Distribuição, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente [pela Companhia].

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(10) Considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	**Valor total[(1)(10)]**	**% em relação ao Valor Total da Oferta[(10)]**	**Custo unitário por Ação[(10)]**
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta[(2)]			
Comissão de Coordenação[(3)]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[(4)]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[(5)]	[•]	[•]%	[•]
Remuneração de Incentivo[(6)]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[(7)]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[(8)]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[(9)]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de [•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre [•] e [•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores].

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, uma vez que as Ações do Lote Suplementar não são objeto da Garantia Firme de Liquidação; e (ii) o Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(6) Corresponde a até [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, conforme descrito no Contrato de Distribuição, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente [pela Companhia].

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(10) Sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando as Ações do Lote Suplementar.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total[(1)(10)]	% em relação ao Valor Total da Oferta[(10)]	Custo unitário por Ação[(10)]
	(R$)		*(R$)*
Comissões da Oferta[(2)]			
Comissão de Coordenação[(3)]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Colocação[(4)]	[•]	[•]%	[•]
Comissão de Garantia Firme[(5)]	[•]	[•]%	[•]
Remuneração de Incentivo[(6)]	[•]	[•]%	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas da Oferta[(7)]			
Impostos, Taxa e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na B3	[•]	[•]%	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]
Total de Despesas com Taxas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Despesas com Advogados[(8)]	[•]	[•]%	[•]
Despesas com Auditores Independentes	[•]	[•]%	[•]
Outras Despesas[(9)]	[•]	[•]%	[•]
Total de Outras Despesas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Despesas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**
Total de Comissões e Despesas da Oferta	**[•]**	**[•]%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de [•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre [•] e [•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo dessa faixa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta [pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores].

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar, uma vez que as Ações do Lote Suplementar não são objeto da Garantia Firme de Liquidação; e (ii) o Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(6) Corresponde a até [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações ofertadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar; e (ii) o Preço por Ação. A Remuneração de Incentivo, conforme descrito no Contrato de Distribuição, constitui parte **estritamente** discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta.

(7) Despesas estimadas da Oferta assumidas exclusivamente [pela Companhia].

(8) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(9) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(10) Considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3°, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 64 deste Prospecto.

Características das Ações

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no estatuto social da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

- direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;

- observadas as disposições aplicáveis na Lei das Sociedades por Ações e no estatuto social da Companhia, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação de assembleia geral ou pelo conselho de administração, conforme aplicável;

- direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores alienantes da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado (*tag along*);

- direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada;

- no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

- direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;

- direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início, na proporção da sua participação no capital social da Companhia; e

- todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "18. Valores Mobiliários" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Público Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores Não Institucionais, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva; e (ii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

Procedimento da Oferta

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização deste Prospecto, o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação, a ser prestada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, na proporção e até os limites individuais previstos na página 58 deste Prospecto, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de duas ofertas distintas, quais sejam: (i) uma Oferta de Varejo, destinada aos Investidores Não Institucionais, na qual terão prioridade de alocação os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* (conforme definido abaixo); e (ii) uma Oferta Institucional, destinada aos Investidores Institucionais.

Os Coordenadores da Oferta, a Companhia e os Acionistas Vendedores elaborarão um plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, observado que os Coordenadores da Oferta deverão assegurar: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400, e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, de exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder. Nos termos do Ofício Circular SRE nº 01/2020 da CVM, relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores não poderão, em nenhuma hipótese, ser consideradas no plano de distribuição para fins da alocação dos Investidores Não Institucionais.

Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, sendo possível o cancelamento do pedido de registro da Oferta caso não haja investidores suficientes para subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso não existam Pedidos de Reserva e/ou intenções de investimento para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento, conforme o caso, automaticamente cancelados, e os valores eventualmente depositados serão devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta.", na página 71 deste Prospecto.**

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 64 deste Prospecto.

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, para a realização de operações destinadas a fomentar a liquidez das ações ordinárias emitidas pela Companhia no mercado secundário. No entanto, [não houve e não haverá contratação de formador de mercado no âmbito da Oferta.]

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, em ambos os casos, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados no caso de excesso de demanda superior a 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

No contexto da Oferta de Varejo e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária, o montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, [20]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, será destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado, sendo que:

(i) montante de, no mínimo, [•]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) ("**Ações Alocação *Lock-up***") será alocado prioritariamente aos Investidores Não Institucionais que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* Oferta de Varejo (conforme definido abaixo) ("**Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up***" e "**Alocação Varejo *Lock-up***", respectivamente); e

(ii) montante de, no mínimo, [•]% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) será alocado aos demais Investidores Não Institucionais que optarem por não se comprometer com o *Lock-up* da Oferta de Varejo ("**Ações Sem Alocação Prioritária**" e "**Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária**", respectivamente).

Na eventualidade da totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais ser superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, haverá Rateio Varejo.

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (b) e (d) abaixo e nas seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 56, 56 e 60, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta deverá realizar a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, sendo que tais Investidores Não Institucionais poderão estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). **Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência, em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" nas páginas 18 e 68, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro, e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada**;

(b) os Investidores Não Institucionais que tenham interesse em participar da Alocação Varejo *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Oferta de Varejo, sob pena de serem considerados Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária e não participarem da Alocação Varejo *Lock-up*;

(c) os Investidores Não Institucionais deverão indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela respectiva Instituição Consorciada. Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), será vedada a colocação de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados e os valores depositados devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada);

(d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações subscritas/adquiridas pelos Investidores Não Institucionais, serão informados a cada Investidor Não Institucional até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (d) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio Varejo;

(e) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (c) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;

(f) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (b) e (d) acima e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 56, 56 e 60, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio Varejo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;

(g) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* (i) seja igual ou inferior ao montante de Ações Alocação *Lock-up*, não haverá Rateio Varejo *Lock-up* (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações da Oferta de Varejo remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária; ou (b) exceda o total de Ações Alocação *Lock-up*, será realizado rateio entre os respectivos Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações (“**Rateio Varejo *Lock-up***”). Caso haja Rateio Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação;

(h) caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo realizados por Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária (a) seja igual ou inferior ao montante de Ações Varejo Sem Alocação Prioritária, não haverá Rateio Varejo Sem Alocação Prioritária (conforme definido abaixo), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária, de modo que as Ações Sem Alocação Prioritária remanescentes, se houver, serão destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o total de Ações Sem Alocação Prioritária, será realizado rateio entre os respectivos Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária que apresentarem Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio Varejo Sem Alocação Prioritária**" e, em conjunto com o Rateio Varejo *Lock-up*, "**Rateio Varejo**"). Caso haja Rateio Varejo Sem Alocação Prioritária, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação; e

(i) a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, a quantidade de Ações destinadas a Investidores Não Institucionais poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o Rateio Varejo descrito acima.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, vide seções "Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta", "Suspensão ou Cancelamento da Oferta" e "Violações de Normas de Conduta" nas páginas 56, 56 e 60, respectivamente, deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descrito acima. As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

[A subscrição/aquisição das Ações realizada por Investidor Não Institucional no âmbito da Oferta de Varejo será formalizada, nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, mediante manifestação da intenção de investimento através da assinatura do Pedido de Reserva e por meio do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição/contrato de compra e venda, nos termos da Deliberação CVM 860.]

Os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* que adquirirem Ações no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de [●] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("***Lock-up* Oferta de Varejo**"). Dessa forma, como condição para a participação na Alocação Varejo *Lock-up*, cada Investidor da Oferta de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. **Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* Oferta de Varejo e tendo em vista a impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações, referidas restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, diante da impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título as ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações" no Prospecto Preliminar.**

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta de Varejo, as Ações remanescentes que não forem colocadas na Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá subscrever/adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a integralização/liquidação à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocada ao respectivo Investidor Institucional, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

[Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação CVM 860, a subscrição/aquisição das Ações será formalizada mediante assinatura/atesto de aceite do documento de aceitação da Oferta, que conterá os requisitos previstos na Deliberação CVM 860, tendo sido dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda.] As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta

Caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos investidores, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja inferior ao resultado da subtração entre o valor mínimo previsto na Faixa Indicativa, e o valor correspondente a 20% do valor máximo previsto na Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4°, do Anexo II, do Código ANBIMA e do Ofício Circular SRE nº 01/2020 da CVM ("**Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa**"), os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, [devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até as 12:00 horas do 5° dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; (b) até as 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima; e (c) até as 14:00 horas do 5° dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo investidor, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca do Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, no caso do item (iv) acima.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta ou em caso de Evento de Fixação de Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Participante da Oferta deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Participante da Oferta a respeito da modificação efetuada.

Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Como resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva", na página 71 deste Prospecto.

Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, nos termos acima descritos, até as 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação, ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Participante da Oferta acerca da suspensão ou modificação da Oferta, conforme aplicável. Caso o Investidor Não Institucional não informe sua decisão de desistência do respectivo Pedido de Reserva nos termos deste item, tais Pedidos de Reserva serão considerados válidos e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total do seu investimento.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento e venha a desistir do respectivo Pedido de Reserva nos termos deste item, os valores depositados serão devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Na hipótese de (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) resilição do Contrato de Distribuição; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta, que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, ou, ainda; (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva, em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Instituições Participantes da Oferta comunicará o cancelamento da Oferta, inclusive por meio de divulgação de comunicado ao mercado e aos Investidores Não Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva. Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento, os valores depositados serão devolvidos, no prazo máximo de 3 dias úteis contados do recebimento da comunicação, pelo investidor acerca de quaisquer dos eventos acima citados, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400.

Prazo de Distribuição

A data de início da Oferta será divulgada mediante divulgação do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2020, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro ("**Prazo de Distribuição**").

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Liquidação

A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contado da data de divulgação do Anúncio de Início ("**Data de Liquidação**"), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis contado da data de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar ("**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**").

As Ações, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Instrução CVM 560, ou na Lei 4.131.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária dos Coordenadores da Oferta de liquidar, na Data de Liquidação, a totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição ("**Garantia Firme de Liquidação**").

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, multiplicado pelo Preço por Ação, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação a ser definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. Tal Garantia Firme de Liquidação passará a ser vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado e cumpridas as condições suspensivas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, deferidos os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção "Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações" na página 47 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenadores da Oferta	**Quantidade de Ações**	**Percentual**
		(%)
Coordenador Líder	[•]	[•]
Bank of America	[•]	[•]
Credit Suisse	[•]	[•]
Bradesco BBI	[•]	[•]
Santander	[•]	[•]
UBS BB	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, não limitada (i) a entrega de opiniões legais e cartas negativas de conforto (*negative comfort letter*) pelos assessores jurídicos da Companhia, dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela [Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria]. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, a Companhia obriga-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são obrigados, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Distribuição Internacional determina ainda que a inobservância às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, pode resultar em eventuais potenciais procedimentos judiciais. A condenação em um procedimento judicial no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Distribuição Internacional, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de colocação no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.*", na página 72 deste Prospecto.

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais" na página 64 deste Prospecto.

Violações de Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF e/ou do câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento dos Pedidos de Reserva, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere esta seção deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento, Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Negociação das Ações na B3

A Companhia, voluntariamente, solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, condicionada à realização da Oferta.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código “STOK3”.

A Companhia celebrará, até a data de divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia deverá aderir às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas, de forma resumida, no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Preliminar.

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma das Instituições Participantes da Oferta.

Recomenda-se a leitura do Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e o item "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir da página 68 deste Prospecto Preliminar.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

[A Companhia, os Acionistas Vendedores, e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, pelo período de [180] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não efetuar, direta ou indiretamente, quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up***"), sujeito a determinadas exceções: (i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor, direta ou indiretamente, dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).]

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses de: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do instrumento de *lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, conforme alterada, dos signatários do instrumento de *lock-up,* desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se com os Coordenadores da Oferta por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; e (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do instrumento de *lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição e do Contrato de Estabilização.]

[A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – *A emissão, a venda, ou a percepção de uma potencial emissão ou venda, de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, após o período de Lock-up, poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 69 deste Prospecto.]**

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Cronograma da Oferta

Segue, abaixo, um cronograma tentativo indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da data de protocolo dos pedidos de registros da Oferta junto à CVM:

#	Eventos	Data[1]
1	• Protocolo de pedido de registro da Oferta junto à CVM	[•] de [•] de 2020
2	• Divulgação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas) • Disponibilização deste Prospecto • Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) • Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•] de [•] de 2020
3	• Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas) • Início do Período de Reserva • Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2020
4	• Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de 2020
5	• Encerramento do Período de Reserva	[•] de [•] de 2020
6	• Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) • Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* • Fixação do Preço por Ação • Aprovação do Preço por Ação pela Companhia • Assinatura do Contrato de Distribuição, do Contrato de Distribuição Internacional e dos demais contratos relacionados à Oferta • Início do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2020
7	• Concessão dos registros da Oferta pela CVM • Divulgação do Anúncio de Início • Disponibilização do Prospecto Definitivo	[•] de [•] de 2020
8	• Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3	[•] de [•] de 2020
9	• Data de Liquidação	[•] de [•] de 2020
10	• Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2020
11	• Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	[•] de [•] de 2020
12	• Término do *Lock-up* Oferta de Varejo	[•] de [•] de 2020
13	• Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	[•] de [•] de 2021

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado, nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, [dos Acionistas Vendedores,]das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção “Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 63 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação” na página 58 deste Prospecto.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), no Brasil e no exterior, no período compreendido entre a data em que este Prospecto for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação, inclusive.

Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA, DA CVM E DA B3, NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS INDICADOS ABAIXO.

Os investidores que desejarem obter acesso ao Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com logotipos das Instituições Consorciadas), ao Anúncio de Início, ao Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta deverão acessar as seguintes páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar o Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com logotipos das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Companhia

ri.tokstok.com.br (neste *website*, acessar [•]).

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A." e, posteriormente, clicar em "2020" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim, clicar no link específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
http://www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, no item "Prospectos" clicar no item "Tok&Stok" e, então, clicar no título do documento correspondente).

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
www.credit-suisse.com/br (neste *website*, acessar "[•]").

Banco Bradesco BBI S.A.
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx (neste *website*, identificar "IPO [•]" e, posteriormente, clicar no título do documento correspondente).

Banco Santander (Brasil) S.A.
www.santander.com.br/prospectos (neste *website*, acessar o link "Ofertas em andamento", posteriormente identificar "IPO Tok&Stok" e selecionar o link específico do documento correspondente).

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
https://www.ubs.com/br/pt/ubs_corretora/ofertas-publicas.html (neste *website*, clicar no título do documento correspondente no subitem "[•]").

Instituições Consorciadas

Comissão de Valores Mobiliários

www.cvm.gov.br (neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente à "Estok Comércio e Representações S.A.", no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Estok Comércio e Representações S.A.", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Informações Adicionais

Mais informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", nas páginas 18 e 68, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar os seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de divulgar este Prospecto, uma vez que não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Companhia

Estok Comércio e Representações S.A.
Avenida Tucunaré, nº 500
CEP 06460-020, Barueri, SP
At.: Sr. Guilherme de Antonio Favaro
Tel.: +55 (11) 2186-8428
ri.tokstok.com.br (neste *website*, acessar [●]).

Coordenadores da Oferta

Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 2º andar
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/ (neste *website*, clicar em "ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A." e, posteriormente, clicar em "2020" e, em seguida, em "Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)", por fim em "Prospecto Preliminar").

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 12º andar
04543-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
Fax: +55 (11) 2188-4009
http://www.merrilllynch-brasil.com.br (neste *website*, no item "Prospectos" clicar no item "Tok&Stok" e, então, clicar em "Prospecto Preliminar").

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., nº 700, 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (partes)
04542-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo de la Peña
Tel.: +55 (11) 3701-6401
www.credit-suisse.com/br (neste *website*, clicar em "*Investment Banking*", depois clicar em "Ofertas" e, então, clicar no título do documento correspondente ao lado de "Estok– Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Estok Comércio e Representações S.A.").

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 10º andar
04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Bollina Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847 5488
https://www.bradescobbi.com.br/Site/Home/Default.aspx (neste *website*, identificar "IPO [•]" e, posteriormente, clicar em "Prospecto Preliminar").

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2.041 e 2.235, 24º andar
04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. José Pedro Leite da Costa
Tel.: +55 (11) 3553-3489
https://www.santander.com.br/prospectos/ (neste *website*, acessar o link "Ofertas em andamento", posteriormente identificar "IPO Tok&Stok" e clicar no título "Prospecto Preliminar").

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.400, 7º andar
04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Billy McArthur
Tel.: +1 (212) 713-8758
https://www.ubs.com/br/pt/ubs_corretora/ofertas-publicas.html (neste *website*, clicar em "Prospecto Preliminar" no subitem "[•]").

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (http://www.b3.com.br/).

O Aviso ao Mercado foi intencionalmente divulgado sem a indicação das Instituições Consorciadas e será novamente divulgado em [•] de [•] de 2020, dia de início do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, com a indicação das Instituições Consorciadas que aderiram à Oferta. A partir de tal data, informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas poderão ser obtidas na página da rede mundial de computadores da B3.

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites:* (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website*, clicar em "Central de Sistemas na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente à "Estok Comércio e Representações S.A." e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) **B3** (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/sobre-ofertas-publicas/ – neste website acessar "Ofertas em andamento", clicar em "Empresas", depois clicar em "Estok Comércio e Representações S.A.", posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda das Ações nos Estados Unidos da América ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida. As Ações não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos da América ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja registro ou isenção de registro nos termos da *Regra 144A* do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta recomendam que os investidores baseiem suas decisões de investimento nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência. Para mais informações, veja seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta", na página 74 deste Prospecto.

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência, especialmente as seções que tratam sobre os riscos aos quais a Companhia está exposta.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", NAS PÁGINAS 18 E 68, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES NA TOMADA DA DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e dos riscos inerentes ao investimento em ações, bem como aos riscos associados aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao seu perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais.

"Os registros da Oferta não implicam, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia, bem como sobre as Ações a serem distribuídas."

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" na página 18 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, incorporados por referência a este Prospecto.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou lhe "afetará adversamente" ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus ("**COVID-19**"), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundial pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Um mercado ativo e líquido para as Ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários. A este respeito, vide risco "*O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia*" na página 68 deste Prospecto

Em 30 de setembro de 2020, a capitalização de todas as companhias listadas na B3 representava, aproximadamente, R$[•] trilhões e a média de negociações diárias de, aproximadamente, R$[•] bilhões, segundo dados da própria B3. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, [•]% do volume total de ações negociadas na B3 durante o ano de 2019, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US$[•] trilhões em 31 de dezembro de 2019 e um volume diário médio de negociação de, aproximadamente, US$[•] bilhões durante o ano de 2019.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso na liquidez e, consequentemente, no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após o período de* Lock-up *poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

[A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Administradores] celebrarão acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (*Lock-up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, durante o período de [180] dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.]

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)" na página 61 deste Prospecto.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos eventualmente incidentes, e se a alíquota for superior a zero. Para mais informações, ver a seção "Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta" na página 60 deste Prospecto.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de valores mobiliários, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão e afetar o preço das Ações.

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus acionistas, de acordo com as disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis, e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será fixado com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding em* até [20]% da quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação, e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, caso as Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) não sejam integralmente subscritas/adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Distribuição, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva, documentos de aceitação da Oferta e intenções de investimento automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta" na página 56 deste Prospecto.

Como resultado do Procedimento de* Bookbuilding*, o Preço por Ação poderá ser fixado abaixo da Faixa Indicativa e, nesta hipótese, os Investidores Não Institucionais poderão exercer a opção de desistir de seus Pedidos de Reserva.

Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, os Investidores Não Institucionais poderão desistir de seu Pedido de Reserva, o que poderá resultar em uma menor dispersão acionária do capital social da Companhia do que aquela inicialmente esperada.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção "Destinação dos Recursos", na página 102 deste Prospecto, e afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações sofrerão diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem/adquirirem Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever/adquirir as Ações na Oferta.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, ser obrigada a buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das Ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 105 deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais que adquirirem Ações no âmbito da Alocação Varejo Lock-up, diante da impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título as ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores Não Institucionais que adquirirem Ações no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 dias contados da data da divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações de sua titularidade após a liquidação da Oferta. Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, por quaisquer motivos, venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* Oferta de Varejo, e tendo em vista a impossibilidade tais Ações de sua titularidade serem oferecidas, vendidas, alugadas (emprestadas), contratadas a venda, dadas em garantia ou cedidas ou alienadas de outra forma ou a qualquer título, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de colocação no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreenderá a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* e em outros documentos relacionados à colocação das Ações no exterior.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Distribuição Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Distribuição Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas. Vendedores também fazem diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, poderá envolver valores elevados e afetar negativamente a Companhia.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado de valores mobiliários da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, Ásia, Estados Unidos, Europa e outros. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises no Brasil e nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras, inclusive com relação aos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelos seus atuais Acionistas Controladores, cujos interesses podem diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da Oferta (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), os atuais Acionistas Controladores da Companhia serão titulares de [•]% das ações ordinárias de emissão da Companhia. Dessa forma, os atuais Acionistas Controladores da Companhia, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuarão capazes de nos influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas da Companhia.

A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a consequente alteração de seu cronograma.

[A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.]

[Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará com as comissões da Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos pelos investidores no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 43 deste Prospecto.]

Os interesses dos Administradores podem ficar excessivamente vinculados à cotação de negociação das ações de emissão da Companhia, na medida em que suas remunerações são baseadas, em parte, em planos de opções de compra de ações.

Os Administradores são beneficiários dos Planos de Opção de Compra de Ações, nos termos do quais os potenciais ganhos para os beneficiários estão vinculados a valorização do preço das ações de emissão da Companhia no mercado. O fato de uma parcela significativa da remuneração dos Administradores estar ligada ao desempenho de mercado das ações de emissão da Companhia pode levá-los a conduzir suas atividades com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas da Companhia que tenham uma visão de investimento de longo prazo. Para mais informações sobre os Planos de Opção de Compra de Ações, ver a seção "Diluição" deste Prospecto e o item "13.4. Plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária" do Formulário de Referência.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas *corporate* do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de março de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R$1,7 trilhão e uma carteira de crédito de R$647 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um *player* de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área *corporate* do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

Atividade de investment banking do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor *investment bank* do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de *M&A* da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de *deposit receipts* (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de *research* do Brasil e da América Latina, segundo a Institucional Investor. Em 2018 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US$6,1 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 49 transações em 2018 na América do Sul, obtendo a primeira colocação no *ranking* por quantidade de operações acumulando um total de US$25,7 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, *commercial papers, fixed* e *floating rate notes*, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o *ranking* da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R$7 bilhões. Pelo mesmo *ranking*, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US$4 bilhões em 2015, US$8 bilhões em 2016 e US$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US$8 bilhões.

Bank of America

O Bank of America está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 660 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o Bank of America acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 67 milhões de clientes a partir de suas mais de 4.400 agências, mais de 16.100 caixas eletrônicos e um sistema online que atende mais de 36 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do Bank of America, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de *equity*, bonds e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

Credit Suisse

O Credit Suisse foi fundado em Zurich, na Suíca, em 1856, e possui operações em 50 países e 46.840 empregados de mais de 170 países. A estratégia do Credit Suisse consiste em ser um dos líderes globais em gestão de fortunas com excelentes capacidades de Investment Banking.

O Credit Suisse oferece aos seus clientes uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas principais divisões de negócios: International Wealth Management, Investment Banking & Capital Markets, Global Markets, Swiss Universal Bank e Asia Pacific.

Uma história de sucesso no Brasil

Em 1959, com a abertura de um escritório de representações do então CS SKA, o Credit Suisse estabeleceu a sua presença no Brasil. Em 1990, o Banco de Investimento Credit Suisse First Boston estabeleceu sua presença no País. Em 1998, o Credit Suisse adquiriu o Banco Garantia (fundado em 1971), e posteriormente, em 2006, a Hedging-Griffo (fundada em 1981), criando a Credit Suisse Hedging-Griffo. Atualmente, o Credit Suisse no Brasil oferece uma completa linha de produtos e serviços financeiros por meio de suas divisões locais de Wealth Management, Investment Banking & Capital Markets e Global Markets.

O Credit Suisse no Brasil tem por objetivo ser o banco preferencial dos melhores empresários, empresas e investidores do Brasil; além de ser o assessor de pessoas físicas e investidores institucionais, oferecendo uma linha completa de soluções financeiras feitas sob medida, de acordo com as necessidades de cada um de nossos clientes.

Os ratings do Credit Suisse no Brasil, atribuídos às instituições financeiras do País pela Fitch Ratings, são: AAA (bra), perspectiva estável (longo prazo) e F1+ (bra) (curto prazo), desde 2013.

Investment Banking & Capital Markets no Brasil

O Credit Suisse tem conhecimento local e experiência em fusões e aquisições, em colocações primárias e secundárias de ações e em instrumentos de dívida. Além disso, mantém a liderança consolidada em Investment Banking na América Latina desde 2005 (Fonte: Thomson Reuters e Dealogic entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de maio de 2020).

Líder em fusões e aquisições: O Credit Suisse é líder no ranking de Fusões e Aquisições (M&A) na América Latina, entre 2005 e 2020, com volume de US$393 bilhões, em transações acima de US$100 milhões (Fonte: Thomson Reuters e Dealogic. Considera transações anunciadas acima de US$100 milhões entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de maio de 2020).

Líder em emissões de ações: No segmento de Ofertas de Ações (ECM) na América Latina, o Credit Suisse é líder entre 2005 e 2020, com volume de US$43 bilhões (Fonte: Dealogic. Considera valor proporcional repartido entre coordenadores das ofertas para transações entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de maio de 2020).

Líder em IPOs: No segmento de Ofertas Públicas Iniciais (IPOs) na América Latina, o Credit Suisse é o líder entre 2005 e 2018, com volume de US$26 bilhões (Fonte: Dealogic. Considera valor proporcional repartido entre coordenadores das ofertas para transações entre 1º de janeiro de 2005 e 31 de maio de 2020).

Líder em corretagem de ações

A corretora do Credit Suisse é a maior dos últimos cinco anos em negociação de ações do Ibovespa no Brasil, com uma participação de 21,0% no período (Fonte: Bloomberg. Considera apenas companhias negociadas no índice Ibovespa).

A Corretora do Credit Suisse tem foco no atendimento a clientes estrangeiros (não residentes) e institucionais, atua em negociação de ações e opções, negociação eletrônica, colocações de ações em blocos, IPOs e "follow-ons", estruturação de derivativos de renda variável e elaboração e distribuição de análises fundamentalistas (setorial e por empresas alvo de investimentos).

A Corretora do Credit Suisse trabalha em conjunto com uma experiente equipe de vendas da América Latina, com vendedores no Brasil e nos Estados Unidos e tem o apoio de uma das mais reconhecidas equipes de análise de ações da América Latina.

Wealth Management no Brasil

O Private Banking da CSHG administra R$118 bilhões e é um dos principais administradores de recursos no segmento de wealth management no Brasil (Fonte: Credit Suisse Hedging-Griffo. Patrimônio Administrado: AUM (Assets under Management) e AUA (Assets under Advisory). A estratégia de gestão na CSHG é a de ter bankers exclusivamente dedicados para cuidar dos interesses patrimoniais de seus clientes, oferecendo expertise e soluções inovadoras em:

Gestão de portfólios exclusivos e produtos diferenciados: Participação do CIO do Private Banking Brasil no comitê global de investimentos do Credit Suisse, definição dos cenários internacional e local para elaboração do asset allocation estratégico e tático da CSHG, gestão de mais de 900 produtos e portfólios exclusivos.

Proximidade direta ao time de gestão e especialistas: Equipe multidisciplinar incluindo estrategistas, economistas, investors, analistas de empresas e traders, e um investor/especialista dedicado a cada portfólio exclusivo com foco em enquadramento do portfólio às condições do mercado, visando alocação estrutural e tática.

Acesso à plataforma global de investimentos: Expertise e pioneirismo em seleção de oportunidades em ativos líquidos e ilíquidos globais e locais, composições e alternativas de investimento, com a incorporação e experiência dos relatórios de research do Credit Suisse Global.

Filosofia de gestão e controle de riscos: Análise e monitoramento completos de produtos e ativos, transparência e detalhamento em relatórios gerenciais de conta e fundos, sistema proprietário de gestão, monitoramento e controle de mandatos personalizados para fundos exclusivos de acordo com os objetivos de cada família.

Expertise para desenvolver soluções de investimento em: Wealth Advisory (Planejamento sucessório, patrimonial e investimentos sociais via nosso Instituto CSHG); Estruturas exclusivas (Fundos restritos e estruturados, abertos e fechados); Fundos de investimento (Fundos de investimento próprios e do mercado); Soluções estruturadas (Estruturas de investimento, proteção (*hedge*), empréstimos e emissão de dívida); Operações de renda fixa e variável (Títulos públicos, títulos privados, ações, derivativos e câmbio); Investimentos alternativos (Fundos imobiliários, Private Equity & Venture Capital, Club Deals, ativos estressados e infraestrutura); Produtos de previdência (Fundos de investimento previdenciários).

CSHG Real Estate - Produtos imobiliários

A área de Investimentos Imobiliários da Credit Suisse Hedging-Griffo iniciou suas operações em 2003, com o objetivo de prover aos clientes alternativas de investimentos no mercado imobiliário por meio de estruturas e instrumentos sofisticados do mercado de capitais.

Atualmente, a CSHG possui produtos imobiliários voltados para os segmentos comercial (escritórios e imóveis corporativos), logístico e industrial e recebíveis imobiliários.

Responsabilidade social e cultural

O Instituto Credit Suisse Hedging-Griffo (Instituto CSHG) é o principal veículo de investimento social do Credit Suisse no Brasil. O Instituto CSHG seleciona criteriosamente projetos sociais, primordialmente na área da educação, e acompanha sua execução de forma próxima e permanente.

Em 2018, completou 15 anos de existência, tendo apoiado mais de 190 organizações sem fins lucrativos e investido R$36 milhões nesse período.

Atualmente, alguns dos parceiros do Instituto CSHG são: Instituto Proa, Fundo de Bolsas do Insper, Fundação Estudar, Banco da Providência, entre outros.

Bradesco BBI

Banco de Investimento do Banco Bradesco S.A., o Bradesco BBI, é responsável por (i) originação e execução de operações de financiamento de projetos; (ii) originação e execução de operações de fusões e aquisições; (iii) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda fixa no Brasil e exterior; e (iv) originação, estruturação, sindicalização e distribuição de operações de valores mobiliários de renda variável no Brasil e exterior.

Bradesco BBI conquistou em 2018 os prêmios *"Best Investment Bank in Brazil*" pela Euromoney, "*The Best M&A Bank From America* Latina" e "*The Best Investment Bank in Brazil*" pela Global Finance e "*Most Innovative Investment Bank from Latin America*" pela The Banker. Já em 2019, o Bradescco BBI conquistou em 2019 o prêmio "*The Best Investment Bank in Brazil*" pela Global Finance e "*The Most Innovative Bank in Latam*" pela The Banker.

Em 2019, o Bradesco BBI assessorou seus clientes no total de 191 operações em todos os segmentos de *Investment Banking* em um montante total de aproximadamente R$236,571 bilhões.

Presença constante em operações de renda variável, com presença na maioria dos *IPOs* (*Initial Public Offerings*) e *Follow-ons* que foram a mercado nos últimos anos, tanto no Brasil quanto no exterior.

O Bradesco BBI apresentou em 2019 presença significativa no mercado de capitais brasileiro, tendo participado como *joint bookrunner* no *Follow-on* do IRB Brasil RE, no montante de R$2.516 milhões, coordenador líder do *IPO* da Centauro, no montante de R$705 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* do Banco BTG Pactual, no montante de R$2.539 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* de CPFL Energia, no montante de R$3.212 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da intermédica, no montante de R$2.370 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da Light, no montante de R$2.500 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* do IRB Brasil RE, no montante de R$7.390 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da Movida, no montante de R$832 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* do Banco Inter, no montante de R$1.248 milhões, *joint bookrunner* no *Follow-on* da Trisul, no montante de R$405 milhões, coordenador líder do *Follow-on* da Helbor, no montante de R$560 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Log CP, no montante de R$638 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Arco Educação, no montante de US$332 milhões, *joint bookrunner* do *IPO* da C&A, no montante de R$1.831 milhões, *joint bookrunner* do Re-*IPO* da CCP, no montante de R$870 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Lopes, no montante de R$147 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Magazine Luiza, no montante de R$4.730 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da JHSF, no montante de R$513 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Marisa, no montante de R$570 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Aliansce Sonae, no montante de R$1.191 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Intermédica, no montante de R$5.002 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Unidas, no montante de R$1.829 milhões, *joint bookrunner* do *Follow-on* da Marfrig, no montante de R$2.997 milhões e *joint bookrunner* do *Follow-on* da Restoque, no montante de R$259 milhões.

Com importantes transações realizadas, o Bradesco BBI concluiu 2019 com grande destaque em renda fixa. Participou de 118 operações no mercado doméstico, em ofertas que totalizaram mais de R$101,540 bilhões originados.

No ano de 2019, o Bradesco BBI assessorou 28 transações de M&A envolvendo um volume total de aproximadamente R$40 bilhões, tendo como destaque: (i) assessoria ao Casino na compra da participação detida pelo Éxito na Segisor por R$5,4 bilhões (ii) assessoria à Odebrecht TransPort na venda da rodovia Rota das Bandeiras para o Farallon e o Mubadala por R$4,0 bilhões, (iii) assessoria ao Banco Bradesco na aquisição do BAC Florida Bank por R$2,0 bilhões, (iv) assessoria à Kroton na realização de oferta pública de ações no contexto da aquisição da Somos Educação por R$1,7 bilhões, (v) assessoria à EDP Renováveis na venda da Babilônia Holding para a Actis por R$1,2 bilhões, e (vi) assessoria ao Grupo CB na venda de portfólio de galpões logísticos para a HSI por valor confidencial.

O Banco Bradesco S.A. está presente em todos os municípios brasileiros e em diversas localidades no exterior. Clientes e usuários têm à disposição 80.222 pontos de atendimento, destacando-se 4.478 agências.

Santander

O Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha fundada em 1857 ("Santander Espanha"). O Santander e/ou seu conglomerado econômico ("Grupo Santander") possui, atualmente, cerca de €1,46 trilhão em ativos, 12 mil agências e milhares de clientes em diversos países. O Santander desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou presença no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc. Adicionalmente, atua no financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 15 países do continente e nos Estados Unidos da América.

Em 2019, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €8,3 bilhões no mundo, dos quais 53% nas Américas e 28% no Brasil. Na América Latina, em 2019, o Grupo Santander possuía cerca de 4,6 mil agências e cerca de 90 mil funcionários.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e o Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander passou a ter presença em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

O Santander oferece aos seus clientes um portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (*Global Transaction Banking*), mercados de crédito (*Credit Markets*), finanças corporativas (*Corporate Finance*), ações (*Equities*), taxas (*Rates*), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Grupo Santander.

Na área de Equities, o Santander atua na estruturação de operações na América Latina, contando com equipe de Equity Research, Equity Sales e Equity Capital Markets.

A área de Equity Research do Santander é considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de research dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores target em operações brasileiras.

Em Sales & Trading, o Grupo Santander possui equipes dedicadas a ativos latino-americanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos da América, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio do Coordenador Contratado.

Em 2019, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 26,3 milhões de clientes, 3.840 agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e cerca de 37,1 mil caixas eletrônicos próprios e compartilhados, além de um total de ativos em torno de R$858 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R$68,2 bilhões. O Santander, no Brasil, em 2019, possui uma participação de aproximadamente 28% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no Mundo, além de representar cerca de 53% no resultado do Grupo Santander na América.

A área de Equity Capital Markets do Santander participou como *bookrunner* em diversas ofertas públicas de valores mobiliários no Brasil nos últimos anos.

Em 2013, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública de ações da Via Varejo S.A., na oferta pública inicial de ações da Ser Educacional S.A., na oferta pública inicial de units de Alupar Investimentos S.A. e na oferta pública inicial de Smiles S.A.

Em 2014, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta de follow–on da Oi S.A.

Em 2015, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta de *follow-on* da Telefônica Brasil S.A. e atuou como coordenador na oferta de *follow-on* da General Shopping Brasil S.A.

Em 2016, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e na oferta de *follow-on* da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., como coordenador na oferta de *follow-on* da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e na oferta de *follow-on* da Fras-le S.A. Além disto, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Energisa S.A.

Em 2017, o Santander atuou como coordenador no *follow-on* da Alupar S.A. e no *follow-on* do Banco Santander (Brasil) S.A., como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais de Movida Participações S.A., Azul S.A., Atacadão S.A., Ômega Geração S.A. Camil Alimentos S.A. e Petrobras Distribuidora S.A., e nas ofertas de *follow-on* da CCR S.A., Lojas Americanas S.A., BR MALLS Participações S.A., BR Properties S.A., Azul S.A., Magazine Luiza S.A., Rumo S.A., International Meal Company Alimentação S.A. e Restoque S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Eneva S.A.

Em 2019, o Santander atuou como coordenador nas ofertas de follow-on da CPFL Energia S.A., Light S.A., Marfrig Global Foods S.A. e Restoque Comércio e Confecções de Roupas S.A. O Santander também atuou como *bookrunner* nas ofertas de follow-on da Eneva S.A., Tecnisa S.A., Petrobras Distribuidora S.A., Hapvida Participações e Investimentos S.A., Movida Participações S.A., Banco Inter S.A., Banco PAN S.A., Omega Geração S.A., Magazine Luiza S.A., BR Properties S.A., Aliansce Sonae Shopping Centers S.A. e Notre Dame Intermédica Participações S.A., e na oferta pública inicial da C&A Modas S.A.

Em 2020, o Santander atuou como coordenador nas ofertas públicas iniciais da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., da Empreendimentos Pague Menos S.A., da Pet Center Comércio e Participações S.A., da Hidrovias do Brasil S.A. e da Sequoia Logística e Transportes S.A. e nas ofertas de follow-on do Grupo SBF S.A., da Via Varejo S.A., do Banco BTG Pactual S.A. e do Banco Inter S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial do Grupo Mateus S.A. e nas ofertas de follow-on da Cogna Educação S.A. e das Lojas Americanas S.A.

UBS BB

O UBS BB foi constituído em 2020 através da combinação das operações de banco de investimentos do UBS AG ("**UBS**") e do BB - Banco de Investimento S.A ("**Banco do Brasil**"), incluindo, entre outras, atividades de mercado de capitais de renda fixa e variáveis, fusões e aquisições, além de corretagem de títulos e valores mobiliários no segmento institucional. Essa parceria abrange o Brasil, assim como em outros países da América Latina, incluindo Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai.

Essa combinação de forças cria uma plataforma única de banco de investimentos, oferecendo para nossos clientes o melhor da plataforma do UBS, como presença e conhecimento global, *research* de primeira linha, plataforma de análise de dados exclusiva, rede de distribuição com alcance em todos os principais mercados mundiais e uma das maiores corretoras do Brasil, e o melhor da plataforma do Banco do Brasil, com seu forte relacionamento com clientes e conhecimento local sem paralelo dos clientes locais, principalmente em Corporate Banking. O Banco do Brasil também traz uma posição de liderança em mercados de capital de dívida e histórico comprovado de operações de ECM, *project finance* e M&A no país, além de uma incrível capacidade de distribuição de varejo.

O UBS, acionista com 50,01% das ações, é um banco sediado em Zurich na Suíça e conta com escritórios espalhados nos maiores centros financeiros globais onde emprega mais de 68.000 funcionários. O sucesso do UBS baseia-se em seu modelo de negócio diversificado, composto pelas áreas de: Wealth Management, Investment Bank, Personal & Corporate Banking e Asset Management, e detém mais de US$2,6 trilhões em ativos sob gestão e uma cadeia de relacionamento em mais de 50 países.

Esse modelo que vem sendo consistentemente reconhecido em todos seus segmentos, o UBS tendo recebido inúmeros prêmios de prestígio ao longo dos anos, tendo sido reconhecido em 2017, pelo terceiro ano consecutivo, "Best Global Investment Bank" e em 2019, pelo quarto ano consecutivo, "Best M&A Bank" pela Global Finance. O UBS também foi nomeado "Most innovative Investment Bank for IPOs and equity raisings" nos anos de 2019 e 2018 e, em 2016, "Most Innovative Bank for M&A" pela The Banker. Ainda, em 2019, o UBS foi nomeado como "Best Bank for Swiss Francs", "Best Equity Bank for Western Europe" e "Best Investment Bank in China, Hong Kong and Singapore". Além disso, recebeu o primeiro lugar na categoria "Bank of the Year" como parte dos Prêmios IFR em 2015, considerado um dos prêmios mais prestigiados da indústria global de mercados de capitais. Outras plataformas do UBS também têm se destacado, como a de Private Banking que foi reconhecida como "Best Global Private Bank" pela Euromoney em 2019.

O Banco do Brasil, acionista com 49,99% das ações, em seus mais de 210 anos de existência, acumulou experiências e pioneirismos, promovendo o desenvolvimento econômico do Brasil e tornando-se parte integrante da cultura e história brasileira. Sua marca é uma das mais conhecidas no país, ocupando pela 28ª vez consecutiva a primeira colocação na categoria "Bancos" do Prêmio Top of Mind 2018, do Instituto Data Folha, sendo reconhecido como Melhor Banco no Brasil em 2020 pela Euromoney, Banco do Ano na América Latina em 2019 pela The Banker e Banco mais Inovador da América Latina em 2019 e 2020 pela Global Finance.

Ao final do 2º trimestre de 2020, o Banco do Brasil apresentou aproximadamente R$1,7 trilhão de ativos totais e presença em 99% dos municípios brasileiros, resultado do envolvimento de 92 mil funcionários, distribuídos entre 4.367 agências, 15 países e mais de 60.200 pontos de atendimento.

No Brasil e América Latina, a parceria estratégica, por meio de seus acionistas, teve forte atuação em fusões e aquisições, tendo participado em importantes transações como: a aquisição do Éxito pelo Grupo Pão de Açúcar, a aquisição da Avon pela Natura &Co, a aquisição da The Body Shop pela Natura, aquisição da Vale Fertilizantes pela Mosaic, fusão entre a BM&Fbovespa e Cetip, aquisição de participação pela Salic na Minerva Foods e fechamento de capital da Souza Cruz.

Também desempenhou também um papel importante em emissões de ações, tendo atuado em diversas ofertas públicas de ações na região, incluindo as ofertas da Telefônica, Terrafina, Senior Solution, Bioserv, Smiles, Tupy, CPFL Renováveis, BB Seguridade, Fibra Uno, Avianca Holdings, Volaris, Grupo Financiero Inbursa, Oi, Ourofino Saúde Animal, OHL México, Santander México, Volaris, Via Varejo, Unifin Financiera, Grupo Financiero Galicia, Gerdau, Rumo Logística, Azul Linhas Aéreas, CCR, Lojas Americanas, Magazine Luiza, BR Distribuidora, Grupo NotreDame Intermedica, Arco Platform, Banco BTG Pactual, Petrobras, IRB Brasil Resseguros, Centauro, Neoenergia, Banco Inter, Movida, Afya, XP Inc., Vasta Platform, Quero Quero, D1000, Estapar, Moura Dubeux, Minerva Foods, Marfrig, Marisa, entre outros.

Além disso, no mercado doméstico de renda fixa coordenou, em 2019, 81 emissões que totalizaram o valor de R$25,1 bilhões e 10,9% de *market share*, encerrando o período em 4º lugar no Ranking ANBIMA de Originação por Valor de Renda Fixa Consolidado Acumulado de 2019. No mesmo período, foram estruturadas 16 operações de securitização, sendo 3 CRIs, 12 CRAs e 1 FIDC, com volume total de R$6,4 bilhões. No mercado externo, participou da emissão de US$7,9 bilhões, lhe conferindo o 6º lugar no Ranking ANBIMA de Emissões Externas – Totais Público & Privado, em 2019.

A parceria estratégica também conta com a maior corretora do país em volume de transações na B3 em 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018, e a segunda maior em 2019.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento relevante com o Coordenador Líder e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- Pagamentos de Conta de Livre Movimento, com abertura em 06 de dezembro de 2000, sem prazo de vencimento, ao qual se aplica taxa de R$1,30 por transação. Tal serviço não conta com quaisquer garantias.

- Contrato de Cobrança, realizado em 15 de abril de 2019, sem prazo de vencimento, ao qual se aplica uma taxa de R$2,90 por transação. Tal serviço não conta com quaisquer garantias.

- 2 operações de empréstimo capital de giro via CCB no valor de R$50.000,00 e R$10.000,00, com datas de início em 30/03/2020 e 13/04/2020, respectivamente, e vencimento em 25/03/2021, taxas equivalentes a CDI + 3,91%. Tal serviço não conta com quaisquer garantias.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico do Coordenador Líder e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 73 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 43 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bank of America e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Bank of America e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bank of America no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 73 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 43 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 43 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bank of America poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bank of America ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bank of America ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Credit Suisse

Exceto no que se refere à Oferta, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento com a Companhia. A Companhia poderá, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Ações com seus clientes. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 43 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Credit Suisse e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Credit Suisse poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária da Oferta.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Credit Suisse ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Bradesco BBI e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- Antecipação de recebíveis com volume anual de R$200 milhões e taxa entre 2,5% e 3,5% a.a., no momento, R$30 milhões de volume tomado.
- R$2 milhões de fiança com prazo médio de 1,5 anos, comissão entre 1% e 2% a.a. e sem garantias.
- Capital de giro no valor de R$60 milhões com prazo de 1 ano, sem garantias e taxa entre 3,5% e 4,5% a.a.
- Volume mensal médio de gastos de R$400 mil com cartões de crédito corporativo.
- Adquirência de toda rede de lojas Cielo.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Bradesco BBI e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 73 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 43 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 43 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Santander

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Santander e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

Estok Comércio e Representações S.A. – CNPJ/ME 49.732.175/0001-82

- Operação de Financiamento na modalidade de giro reais, no montante de R$50.000.000, contratado em 20/04/2020, com prazo de vencimento em 20/04/2021 e taxa de CDI+4,6% a.a., sem garantias;

- Operações de Fiança, no montante total de R$41.374, contratadas em 03/11/2009, 12/11/2009, 04/12/2009, 28/12/2009, 01/03/2010 e 02/03/2010, com prazo de vencimento indeterminado e comissões de 38,67%, 9,32%, 21,78%, 24,39%, 17,10% e 25,26%, respectivamente; e

- Aplicações financeiras realizadas junto à Mesa / Tesouraria do Santander em operações de Certificado de Depósito Bancário no montante bruto de R$49.714.021, contratadas em 20/04/2020, com vencimento em 20/04/2021 e taxa de 100% do CDI.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Santander e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Santander e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Santander e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia" na página 73 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", na página 43 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Santander poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o UBS BB

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o UBS BB e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 73 deste Prospecto.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 43 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações ver seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 43 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o UBS BB poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento dos Acionistas Vendedores com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o Itaú BBA e/ou outras sociedades do seu conglomerado financeiro, prestam serviços bancários para alguns Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, incluindo, entre outros, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, os Acionistas Vendedores poderão fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America

Na data deste Prospecto, exceto pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bank of America e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bank of America no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bank of America poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Bank of America ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Credit Suisse

Exceto no que se refere à Oferta, o Credit Suisse não possui atualmente qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. O Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico prestaram, prestam e poderão prestar no futuro serviços financeiros aos Acionistas Vendedores no contexto de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, assessoria financeira, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, serviços de corretagem, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Credit Suisse como instituição intermediária da Oferta.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Credit Suisse ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI

Na data deste Prospecto, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Bradesco BBI e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

- Prestação de serviços de cartões de crédito e conta corrente.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Bradesco BBI e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Bradesco BBI no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Bradesco BBI e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bradesco BBI poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Bradesco BBI como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, o Santander e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não tinham qualquer relacionamento com os Srs. Paul Jean Marie Dubrule e Paul Edouard Dubrule, a Regghi Participações S.A. e o FS Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, bem como com sociedades eventualmente por eles controladas.

Os Srs. Paul Jean Marie Dubrule e Paul Edouard Dubrule, a Regghi Participações S.A. e o FS - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, bem como as sociedades eventualmente por eles controladas, poderão, no futuro, vir a contratar o Santander e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com os Acionistas Vendedores ou sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Santander e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico prestam serviços bancários, incluindo, entre outros, prestação de serviço de conta corrente, prestação de serviço de cartão de crédito, prestação de serviço de cheque, operação de financiamento de veículos, aplicações financeiras, prestação de serviço de seguro e investimentos em poupança, para os Srs. Régis Edouard Alain Dubrule e Sra. Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule.

Os Srs. Régis Edouard Alain Dubrule e Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule poderão, no futuro, contratar o Santander e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, operações de crédito, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, consultoria ou gestão financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o nº 11.760.191/0001-06, possui o seguinte relacionamento comercial relevante com o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro:

- Prestação de serviços de administração fiduciária;
- Prestação de serviços de conta corrente.

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o TS - Coinvestimento - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ sob o nº 16.973.196/0001-30, possui o seguinte relacionamento comercial relevante com o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro:

- Prestação de serviços de conta corrente.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Santander e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Santander e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Santander e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Santander poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o UBS BB e/ou as sociedades do seu conglomerado econômico. Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o UBS BB e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão os Acionistas Vendedores.

Os Acionistas Vendedores contrataram e poderão, no futuro, contratar o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão dos Acionistas Vendedores. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do UBS BB no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao UBS BB e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico, cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o UBS BB poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do UBS BB como instituição intermediária da Oferta. Os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o UBS BB ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos com a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta nos seguintes endereços:

Companhia

Estok Comércio e Representações S.A.
At.: Sr. Guilherme de Antonio Favaro
Avenida Tucunaré, 500
CEP 06460-020, Barueri, SP
Tel.: +55 (11) 2186-8428
ri.tokstok.com.br

Acionistas Vendedores

Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 1201
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: TCG Gestor / Sr. Daniel Sterenberg
Tel.: +55 (11) 3568-7700
TCG.GestorLtda@carlyle.com / daniel.sterenberg@carlyle.com

FS- Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 1201
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: TCG Gestor / Sr. Daniel Sterenberg
Tel.: +55 (11) 3568-7700
TCG.GestorLtda@carlyle.com / daniel.sterenberg@carlyle.com

TS - Coinvestimento - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 1201
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: TCG Gestor / Sr. Daniel Sterenberg
Tel.: +55 (11) 3568-7700
TCG.GestorLtda@carlyle.com / daniel.sterenberg@carlyle.com

Regghi Participações S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3015, 161
CEP 01452-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Régis Edouard Alain Dubrule
Tel.: +55 (11) 3168-4228
rd@rgpart.com.br

Paul Edouard Dubrule
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3015, 161
CEP 01452-000, São Paulo, SP
Tel.: +55 (11) 3168-4228
paul@tokstok.com.br

Régis Edouard Alain Dubrule
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3015, 161
CEP 01452-000, São Paulo, SP
Tel.: +55 (11) 3168-4228
rd@rgpart.com.br

Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3015, 161
CEP 01452-000, São Paulo, SP
Tel.: +55 (11) 3168-4228
gd@rgpart.com.br

Paul Jean Marie Dubrule
107 A, Route de Saconnex d'Arve
1228 Plan Les Ouates
Genebra, Suíça
Tel.: +4122.771.23.25
pjd@andiga.com

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder
Banco Itaú BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
http://www.itau.com.br/itaubba-pt/

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: +55 (11) 2188-4000
www.merrilllynch-brasil.com.br

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Rua Leopoldo Couto Magalhães Jr., 700, 10º (parte) e 12º a 14º andares (partes)
CEP 04542-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo de la Peña
Tel.: +55 (11) 3701-6401
http://www.credit-suisse.com.br

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, 1.309, 10º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sra. Claudia Bollina Mesquita
Tel.: +55 (11) 3847 5488
www.bradescobbi.com.br

Banco Santander (Brasil) S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, 24º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. José Pedro Leite da Costa
Tel.: +55 (11) 3553-3489
https://www.santander.com.br

UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.400, 7º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Billy McArthur
Tel.: +1 (212) 713-8758
www.ubs.com

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Lefosse Advogados
Rua Tabapuã, 1.277, 14º andar
CEP 04533-014, São Paulo, SP
At.: Srs. Rodrigo Junqueira e Jana Araujo
Tel.: +55 (11) 3024-6100
Fax: +55 (11) 3024-6200
www.lefosse.com

Consultores Legais Locais da Companhia e dos Fundos Carlyle

Pinheiro Neto Advogados
Rua Hungria, 1100
CEP 01455-906, São Paulo, SP
At.: Srs. Eduardo Paoliello e Guilherme Monteiro
Tel.: +55 (11) 3247-8400
www.pinheironeto.com.br

Consultores Legais Locais da Regghi Participações e dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas

TozziniFreire Advogados
Rua Borges Lagoa, nº 1328
CEP 04038-004, São Paulo, SP
At.: Sr. Alexei Bonamin / Sra. Fabíola Cavalcanti / Sra. Silvia Zono
Tel.: +55 (11) 5086-5000
www.tozzinifreire.com.br

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta	Consultores Legais Externos da Companhia e dos Acionistas Vendedores
Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3311 - 7º andar CEP 04538-133, São Paulo, SP At.: Sr. Mathias von Bernuth Tel.: +55 (11) 3708-1820 Fax: +55 (11) 3708.1845 www.skadden.com	**Davis Polk & Wardwell LP** Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 CEP 04543-011, São Paulo, SP At.: Sr. Manuel Garciadiaz Tel.: +55 (11) 4871-8400 Fax: +55 (11) 4871-8500 www.davispolk.com

Auditores Independentes

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909 - Torre Norte - 7º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. Lazaro Angelim Serruya
Tel.: +55 (11) 2573 3000
www.ey.com/pt_br

Declarações de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 109.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, serão de aproximadamente R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 43 deste Prospecto.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária para: [(i) Execução do plano de expansão e melhoria na experiência do consumidor; (ii) transformação digital, tecnologia; (iii) desenvolvimento de nova marca e aquisições oportunísticas; (iv) desalavancagem e melhoria da estrutura de capital da Companhia;]

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretender dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido[(1)(2)]**
		(em R$)
Execução do plano de expansão e melhoria na experiência do consumidor	40%	[•]
Transformação digital e tecnologia	25%	[•]
Desenvolvimento de nova marca e aquisições oportunísticas	20%	[•]
Desalavancagem e melhoria da estrutura de capital da Companhia	15%	[•]
Total	**100,0%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta e presumindo que não haverá exercício de opção de sobrealocação ou colocação de ações adicionais.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, nas quais baseia suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências além de outros fatores que não se pode antecipar (e.g., como resultado da pandemia COVID-19). Alterações nesses e em outros fatores podem nos obrigar a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Além disso, no âmbito da Oferta, os Acionistas Vendedores poderão alienar até [25%] das ações de sua titularidade de modo que os atuais controladores podem deixar de deter mais do que 50% do capital votante da Companhia, o que pode gerar o vencimento antecipado desses contratos. Assim, caso a Companhia não seja capaz de obter com seus credores dos contratos financeiros e contrapartes de contratos comerciais, as confirmações por escrito de que renunciarão à declaração de vencimento antecipado em termos aceitáveis para a Companhia, os contratos financeiros e comerciais poderão ser rescindidos antecipadamente. Assim, parte dos recursos da Oferta Primária poderão ser destinados ao pagamento antecipado de determinados contratos financeiros e/ou de multas rescisórias dos contratos comerciais e, nesse caso, a Companhia não pode garantir que os recursos serão integralmente alocados na forma descrita acima. Para mais informações, vide o fator de risco "*A eventual alteração do controle da Companhia após a Oferta sem a obtenção de determinadas autorizações contratuais prévias poderá acarretar o vencimento antecipado ou rescisão (conforme aplicável) de determinados contratos financeiros, contratos comerciais e contratos de locação, o que poderá afetar adversamente a Companhia*", na página 73 deste Prospecto Preliminar.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores à sua estimativa, sua aplicação será reduzida de forma proporcional aos objetivos e observada a ordem de alocação disposta na tabela acima e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos da Oferta Primária na situação patrimonial da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 104 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, composta por empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento e patrimônio líquido consolidado da Companhia em 30 de setembro de 2020, indicando a: (i) posição real em 30 de setembro de 2020; e (ii) posição ajustada considerando o recebimento dos recursos líquidos a serem obtidos pela Companhia com a Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) estimados em R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

As informações descritas abaixo na coluna denominada "Real" foram extraídas das nossas informações financeiras intermediárias, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções "3. Informações Financeiras Selecionadas" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Companhia, bem como com as demonstrações financeiras da Companhia e Informações Trimestrais – ITR da Companhia, as quais se encontram anexas a este Prospecto.

	Em 30 de setembro de 2020	
	Real	**Ajustado Pós-Oferta[1]**
	(em milhares de R$)	
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	[•]	[•]
Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)	[•]	[•]
Patrimônio Líquido	**[•]**	**[•]**
Capitalização Total[2]	**[•]**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir o recebimento de recursos líquidos da Oferta Primária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), estimados em R$[•] mil, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, no montante estimado de R$[•] mil, calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.

(2) Capitalização total corresponde à soma do total de empréstimos e financiamentos e passivo de arrendamento e patrimônio líquido consolidado.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução do valor do patrimônio líquido e da capitalização total da Companhia em R$[•] milhões, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta.

O valor do patrimônio líquido da companhia após a conclusão da oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Dessa forma, nossa capitalização não será afetada pela Oferta Secundária.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de setembro de 2020, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R$[•] milhões e o valor patrimonial por ação ordinária correspondia, na mesma data, a R$[•]. Os referidos valores patrimoniais por ação ordinária representam o valor do patrimônio líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de setembro de 2020.

Considerando: a emissão das Ações no âmbito da Oferta Primária, com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, e após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta; o patrimônio líquido da Companhia seria de R$[•] milhões, representando um valor patrimonial de R$[•] por ação ordinária de emissão da Companhia. Isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os acionistas existentes e uma diluição imediata no valor do patrimônio líquido por ação ordinária de R$[•] para os novos investidores que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Oferta.

Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação ordinária imediatamente após a Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões de distribuição e das despesas da Oferta, veja a Seção "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição", página 43 deste Prospecto.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação ordinária de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de setembro de 2020, considerando os impactos da realização da Oferta Primária:

	Após a Oferta Primária
	(em R$, exceto percentagens)
Preço por Ação[1]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ordinária em 30 de setembro de 2020	[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação ordinária atribuído aos atuais acionistas	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária para os novos investidores[2]	[•]
Percentual de diluição dos novos investidores[3]	**[•]%**

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.
(3) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para informações detalhadas sobre o procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja seção "Informações Sobre a Oferta", na página 36 deste Prospecto.

Plano de Opção de Compra de Ações

Em reunião do conselho de administração realizada em 30 de dezembro de 2014, foi aprovado um plano de pagamento baseado em ações ("**Plano de Opção I**").

As opções no âmbito do Plano de Opção I foram concedidas aos empregados considerados executivos-chave da Companhia, neste caso indicados pelo conselho de administração para receberem opções.

O Plano de Opção I tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos participantes com o objetivo de atrair, motivar e reter executivos-chave. O preço de exercício das opções concedidas é o valor justo das ações no momento da outorga das opções, definido nos contratos individuais celebrados com cada participante, sem correção monetária até a data de seu efetivo exercício nos termos do plano.

As opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção I são divididas em:

(i) Opção com base no prazo do vínculo empregatício: outorga o direito do beneficiário de comprar ações a um preço predeterminado com base na ocorrência de um evento de liquidez e no tempo de trabalho contínuo na Companhia. Estas opções estão sujeitas a um período aquisitivo dos direitos às opções e ao seu exercício. O beneficiário terá direito de exercer as opções, com base em um cronograma de *vesting* de 20% ao ano, por cinco anos, desde que ocorra o evento de liquidez e o mesmo permaneça como empregado, diretor ou prestador de serviços da Companhia durante o referido período. Na ocorrência de um evento de liquidez em data anterior ao vencimento do prazo de exercício de cinco anos, as opções poderão se tornar exercíveis antecipadamente e em data anterior ao aniversário da outorga das opções.

(ii) Opção com base no desempenho da Companhia: outorga o direito do beneficiário de comprar ações na ocasião de um evento de liquidez (como por exemplo a alienação total/parcial de participação acionária ou abertura qualificada de capital pela Companhia) condicionado ao atingimento da meta temporal de crescimento da área de vendas da Companhia.

Adicionalmente, em 20 de dezembro de 2018 o conselho de administração da Companhia aprovou a criação de um plano de opção de compra de ações da Companhia ("**Plano de Opção II**" e, em conjunto com o Plano de Opção I, os "**Planos de Opções**").

São elegíveis para participar do Plano de Opção II determinados funcionários da Companhia.

As opções de compra de ações válidas outorgadas nos termos dos Planos de Opções da Companhia poderão conferir direitos de aquisição sobre até [•] ações, representando uma diluição máxima total de R$[•], considerando o capital social da Companhia em 30 de setembro de 2020.

Plano de Remuneração Baseada em Ações

A Companhia celebrou, em 3 de setembro de 2019, contrato de prestação de serviços de gestão e desenvolvimento de tecnologia com a Domus ("**Contrato de Prestação de Serviços Domus**") por meio do qual a Companhia, como contraprestação aos serviços exclusivamente prestados no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços Domus, realizará pagamento baseado em ações por meio da entrega de instrumentos patrimoniais, especificamente bônus de subscrição, cujo exercício está condicionado à verificação de determinadas condições, incluindo a ocorrência desta oferta ininial de ações da Companhia, métricas de *valuation* da Companhia, bem como de performance de tais prestadores de serviços ("**Plano de Remuneração em Ações**"). O Contrato de Prestação de Serviços Domus permanecerá em vigor até 1º de julho de 2027, ou até a data de término aplicável em caso de rescisão antecipada.

Foram alienados e entregues à Domus, no âmbito do Plano de Remuneração em Ações, instrumentos patrimoniais (bônus de subscrição) subdivididos em 3 séries, quais sejam Série A (subdividida em A.1 e A.2), Série B e Série C.

Os instrumentos patrimoniais entregues à Domus poderão conferir direitos de aquisição sobre até [7,05]% do capital social da Companhia, representando uma diluição máxima total de R$[•], considerando o capital social da Companhia em 30 de setembro de 2020.

A tabela abaixo apresenta (a) todas as opções válidas abrangidas no âmbito dos Planos de Opções, considerando um preço de exercício das opções no âmbito do Plano de Opção I de R$[•] e do Plano de Opção II de R$[•] e (b) todas as emissões de ações abrangidas pelo Plano de Remuneração em Ações, considerando um preço de exercício de R$[•].

A tabela a seguir apresenta os efeitos hipotéticos do exercício/emissão de todas as opções e/ou ações no âmbito dos Planos de Opções e do Plano de Remuneração em Ações de acordo com seus respectivos preços de exercício:

	Após a Oferta Primária
	(em R$, exceto percentagens)
Preço por Ação[(1)]	[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2020	[•]
Valor patrimonial contábil por Ação em 30 de setembro de 2020 considerando a Oferta Primária e o exercício da totalidade das opções abrangidas no âmbito do Plano de Opção I	[•]
Valor patrimonial contábil por Ação em 30 de setembro de 2020 considerando a Oferta Primária e o exercício da totalidade das opções abrangidas no âmbito do Plano de Opção II	[•]
Valor patrimonial contábil por Ação em 30 de setembro de 2020 considerando a Oferta Primária e a emissão da totalidade das ações no âmbito do Plano de Remuneração em Ações	[•]
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação atribuída aos atuais acionistas	[•]
Valor patrimonial contábil por ação ajustado para refletir a Oferta Primária	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os novos investidores da Oferta considerando a Oferta Primária e o exercício da totalidade das opções abrangidas no âmbito do Plano de Opção I	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os novos investidores da Oferta considerando a Oferta Primária e o exercício da totalidade das opções abrangidas no âmbito do Plano de Opção II	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por ação para os novos investidores da Oferta considerando a Oferta Primária e a emissão da totalidade das ações no âmbito do Plano de Remuneração em Ações	[•]
Percentual de diluição imediata para os investidores da Oferta considerando a Oferta Primária e o exercício da totalidade das opções abrangidas no âmbito dos Planos de Opções e a emissão da totalidade das ações no âmbito do Plano de Remuneração em Ações	**[•]%**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é preço médio da Faixa Indicativa.

Para mais informações sobre os Planos de Opções e o Plano de Remuneração em Ações, veja os itens "*13.4 – Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária*" e "*14.3 – Descrição da política de remuneração dos empregados*", do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

Nos últimos cinco anos, a Companhia não realizou aumentos de capital.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA, BEM COMO SEUS TERMOS E CONDIÇÕES

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020 DA REGGHI PARTICIPAÇÕES S.A. QUE APROVOU A SUA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO PERÍODO DE NOVE MESES ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 49.732.175/0001-82
NIRE 35.3.0044666-6

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO 1
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1. A ESTOK COMERCIO E REPRESENTAÇÕES S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável, em especial a Lei nº 6 404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

Parágrafo Único. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado").

Artigo 2. A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, nº 550, andar 1, salas 101 e 102, andar 2, salas 201 e 202, Tamboré, CEP 06460 020.

Parágrafo Único. A Companhia poderá abrir, encerrar e alterar o endereço de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 3. A Companhia tem por objeto social a exploração das atividades de: (i) comercialização varejista, importação, exportação e a locação de móveis, utensílios ou objetos de uso pessoal, doméstico, esportivo, profissional, de decoração ou adorno incluindo artigos de iluminação, artigos de tapeçaria, cortinas e persianas, artigos de cama, mesa e banho, colchoaria, vidros, artesanato, de entretenimento e artigos de toucador; (ii) comercialização varejista de móveis planejados; (iii) prestação de serviços de instalação, montagem, locação e decoração, por conta própria ou de terceiros; (iv) prestação de serviços de carga, descarga e logística interna, por conta própria ou de terceiros; (v) prestação de serviços de consertos, manutenção, assistência técnica e visita; (vi) representação comercial por conta própria ou de terceiros; (vii) exploração de serviços de restaurante, lanchonete, chá, café e bar; (viii) participação em outras empresas, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, com ou sem controle acionário; (ix) exploração de estacionamentos por conta própria ou de terceiros; (x) edição e comercialização de livros e revistas; (xi) comercialização de eletroeletrônicos em geral; (xii) comercialização de telefones celulares e acessórios; (xiii) comercialização de equipamentos e acessórios de telefonia fixa; e (xiv) a comercialização de ferramentas elétricas; (xv) prestação de serviços de organização logística de cargas por meio do transporte rodoviário, aéreo, ferroviário, marítimo e fluvial, no âmbito municipal, intermunicipal e interestadual; (xvi) intermediação e negociação, com estipulante, na venda de seguros massificados no varejo e/ou produtos de crédito aplicado ao varejo; e (xvii) a intermediação de operações de captura de cartão de crédito e/ou outros produtos de crédito.

Parágrafo Único. A Companhia poderá explorar outros ramos de atividade afins ou complementares ao objeto expresso no Artigo 3.

Artigo 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO 2
DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 5. O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 237.636.507,80 (duzentos e trinta e sete milhões, seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e sete reais e oitenta centavos), dividido em 266.821.390 (duzentos e sessenta e seis milhões, oitocentas e vinte e uma mil, trezentas e noventa) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º É vedado à Companhia a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo 2º O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo 3º As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 4º Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com a qual a Companhia mantenha contrato de escrituração em vigor, sem emissão de certificados. O custo de transferência da propriedade das ações poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Artigo 6. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, até o limite de 266.821.390 (duzentos e sessenta e seis milhões, oitocentas e vinte e uma mil, trezentas e noventa) de ações ordinárias, independentemente de reforma deste Estatuto Social, mediante a deliberação do Conselho de Administração, na forma do artigo 168 da Lei das S.A.

Parágrafo 1º O aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado previsto neste artigo, poderá ser realizado por meio da emissão de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá fixar as condições da emissão e subscrição, preço por ação, forma e prazo de integralização, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo 2º Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado previsto neste artigo, o Conselho de Administração poderá, ainda, deliberar e aprovar: (i) a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviço da Companhia ou suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas, com

base no plano aprovado pela Assembleia Geral; e (ii) aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

Parágrafo 3º Adicionalmente, a Companhia também está autorizada a aumentar o capital social mediante a emissão de até 20.038.772 (vinte milhões, trinta e oito mil, setecentas e setenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, de forma a viabilizar os eventuais exercícios, independentemente de reforma estatutária e sem direito de preferência para os acionistas, por deliberação da Diretoria, de bônus de subscrição a serem convertidos em ações, nos termos do artigo 75 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 7. A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei das S.A., ou, ainda, para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das S.A.

Parágrafo Único. A mora do acionista na integralização do capital subscrito importará a cobrança de juros de 1% ao mês, atualização monetária com base no IGP-M, na menor periodicidade legalmente aplicável, e multa de 10% sobre o valor da obrigação, sem prejuízo das demais sanções legais aplicáveis.

Artigo 8. Nos casos previstos em lei, o valor de reembolso das ações, a ser pago pela Companhia aos acionistas dissidentes de deliberação da Assembleia Geral que tenham exercido direito de retirada, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado em avaliação aceita nos termos dos parágrafos 3º e 4º do artigo 45 da Lei das S.A., sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial contábil constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO III
DA ASSEMBLEIA GERAL

Seção I – Organização

Artigo 9. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei das S.A. e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo 1º Ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A., as Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 15 (quinze) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação, pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, por seu substituto, ou nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais. Independentemente de qualquer formalidade, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Parágrafo 2º Salvo se de outra forma expresso na Lei das S.A., as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes na Assembleia Geral, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto Social. Todo acionista poderá participar e votar a distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das S.A. e regulamentação da CVM.

Parágrafo 3º Ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A., a Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação.

Parágrafo 4º As atas de Assembleia Geral deverão ser (i) lavradas no Livro de Atas das Assembleias Gerais na forma de sumário dos fatos ocorridos, contendo a indicação resumida do sentido do voto dos acionistas presentes, dos votos em branco e das abstenções; e (ii) publicadas com omissão das assinaturas.

Artigo 10. Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro Conselheiro, Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) Secretários.

Artigo 11. Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo Único. O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos.

Seção II - Competência

Artigo 12. Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei:

(i) deliberar sobre a emissão de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações (inclusive debêntures) da Companhia, ressalvado o disposto no Artigo 6 acima;

(ii) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão total ou parcial envolvendo a Companhia ou a transformação de seu tipo societário;

(iii) deliberar sobre a alteração das matérias sujeitas à aprovação da Assembleia Geral, bem como das normas aplicáveis a convocação e realização da Assembleia Geral, observado o disposto na Lei das S.A.;

(iv) tomar as contas dos administradores da Companhia e/ou suas controladas, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;

(v) deliberar sobre a liquidação e dissolução da Companhia e/ou suas controladas, o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação, bem como sobre a eleição e a destituição de liquidantes e do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(vi) autorizar os administradores a confessar falência, ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial;

(vii) deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia;

(viii) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pelo Conselho de Administração da Companhia, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;

(ix) aprovar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, observado que, em qualquer caso, a remuneração deverá estar contemplada nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia;

(x) deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado;

(xi) suspender o exercício de direitos de acionista, conforme previsto em lei e neste Estatuto Social, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão;

(xii) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas;

(xiii) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; e

(xiv) aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor.

Parágrafo 1º Para fins da alínea (x) acima:

(a) a Assembleia Geral deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(b) caso o quórum previsto na alínea (a) acima não seja atingido, a Assembleia Geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação; e

(c) a deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na Assembleia Geral.

Parágrafo 2º A Companhia não concederá financiamentos ou garantias para os acionistas, membros de seu Conselho de Administração ou Conselho Fiscal (quando instalado) ou seus Diretores, exceto na medida em que tais financiamentos ou garantias sejam requeridos por lei ou de outra forma aprovados por acionistas representando a maioria do capital social votante da Companhia.

Artigo 13. O presidente da Assembleia Geral não computará qualquer voto proferido em violação ao presente Estatuto, à legislação aplicável ou a acordo(s) de acionistas arquivado(s) na sede da Companhia, sob pena de responsabilidade pessoal.

CAPÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I – Disposições Gerais

Artigo 14. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social.

Parágrafo Único. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 15. O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria será unificado e de 2 (dois) anos a contar da data das respectivas eleições, sendo permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração e os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 16. Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo 1º Só é dispensada a convocação prévia da reunião do Conselho de Administração e da Diretoria como condição de sua validade se presentes todos os seus membros.

Parágrafo 2º Caso não estejam fisicamente presentes, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria poderão fazer-se representar e manifestar seu voto por meio de: (a) delegação de poderes feita em favor de outro membro do respectivo órgão, (b) voto escrito enviado antecipadamente e (c) transmitido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, bem como por sistema de áudio ou videoconferência ou outros meios semelhantes, desde que permitam a identificação e participação efetiva na reunião, de forma que os participantes consigam simultaneamente ouvir uns aos outros.

Artigo 17. A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição entre os membros da administração.

Artigo 18. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 47 desde Estatuto.

Parágrafo Único. A posse dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal (quando aplicável) sujeita-se, ainda, à assinatura de termo de adesão às Políticas da Companhia, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão, imediatamente após a investidura nos

respectivos cargos, comunicar à B3 a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Artigo 19. Nos termos do artigo 156 da Lei das S.A., os administradores da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento de fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento.

Artigo 20. Dentro dos limites estabelecidos neste Artigo, a Companhia indenizará e manterá indenes seus membros do Conselho de Administração, membros da Diretoria, membros de comitês de assessoramento e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia

Parágrafo 1º A Companhia não indenizará o Beneficiário por (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no artigo 159 da Lei das S.A. ou ressarcimento de prejuízos de que trata o artigo 11, § 5º, II da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976 ("Lei 6.385"); e (v) outros excludentes de indenização previstos em contrato de indenidade firmado com o Beneficiário.

Parágrafo 2º Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados: (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo 3º As condições e as limitações da indenização objeto do presente Artigo serão determinadas em contrato de indenidade, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

Seção II – Conselho de Administração

Subseção I – Composição

Artigo 21. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo 7 (sete) e, no máximo 10 (dez) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral a qualquer tempo ("Conselheiros"), com mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data das respectivas eleições, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º Na Assembleia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão fixar, primeiramente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos.

Parágrafo 2º Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do

Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado como independente o Conselheiro eleito mediante faculdade prevista pelo artigo 141, §§ 4º e 5º da Lei das S.A., na hipótese de haver acionista controlador ("Conselheiros Independentes").

Parágrafo 3º Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no § 2º deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 4º O membro do Conselho de Administração deverá ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, quem: (i) for empregado, conselheiro, consultor, advogado, auditor, executivo, prestador de serviços ou ocupar cargos de administração em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo membro do Conselho de Administração caso se configurem, supervenientemente, os mesmos fatores de impedimento, sem prejuízo do disposto no §5º deste Artigo.

Parágrafo 5º O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração, relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses da Companhia.

Parágrafo 6º O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês de assessoramento ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que serão compostos por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia ou aos seus afiliados. Caberá ao Conselho de Administração a aprovação do regimento interno dos comitês ou grupos de trabalho eventualmente criados, bem como a eleição de seus membros.

Artigo 22. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente, que será eleito pela maioria de votos dos presentes, na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de tal membro, ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naquele cargo.

Parágrafo 1º Nas deliberações do Conselho de Administração, será atribuído, ao Presidente do órgão, o voto de qualidade.

Parágrafo 2º No caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes.

Parágrafo 3º Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as Assembleias Gerais da Companhia.

Subseção II – Reuniões

Artigo 23. O Conselho de Administração reunir-se-á (i) pelo menos 6 (seis) vezes ao ano, de acordo com calendário a ser aprovado pelo Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a eleição, independentemente de qualquer convocação; ou (ii) extraordinariamente, sempre que necessário, mediante a respectiva convocação feita nos termos deste Estatuto.

Artigo 24. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por seu Presidente, mediante notificação escrita entregue a cada membro do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, e com indicação da data, hora, lugar e ordem do dia detalhada e apresentação dos documentos pertinentes e necessários para a deliberação sobre os assuntos a serem tratados. Quaisquer 2 (dois) Conselheiros poderão, mediante solicitação escrita ao Presidente do Conselho de Administração, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia.

Parágrafo 1º As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento-ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Parágrafo 2º Cada Conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do Conselho de Administração, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros presentes na reunião.

Parágrafo 3º As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia e somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

Parágrafo 4º Em caso de impossibilidade de realização na sede da Companhia, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação. A participação dos conselheiros por quaisquer desses meios será considerada presença pessoal na referida reunião.

Parágrafo 5º O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá levar em consideração e não computará o voto proferido em violação ao presente Estatuto, à legislação aplicável ou a acordo(s) de acionistas arquivado(s) na sede da Companhia.

Artigo 25. As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar entre os presentes.

Parágrafo 1º O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nas hipóteses de ausência temporária ou impedimento, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente ou, não havendo indicação, por escolha dos demais Conselheiros. Não poderá qualquer outro membro do Conselho de Administração exercendo temporariamente as funções do Presidente, exercer o voto de qualidade previsto no § 1º do artigo 22. Na hipótese de vacância permanente do Presidente do Conselho, assumirá outro Conselheiro indicado pelos demais Conselheiros, que deverá convocar uma reunião do Conselho de Administração em até 60 (sessenta) dias, a partir da data da vacância, para a nomeação do novo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º No caso de ausência temporária ou impedimento de qualquer membro do Conselho de Administração, tal membro ausente ou temporariamente impedido poderá ser representado nas reuniões do Conselho de Administração por outro membro daquele órgão, por ele indicado por escrito, o qual, além de seu voto, proferirá o voto em nome do membro ausente ou temporariamente impedido.

Parágrafo 3º No caso de vacância do cargo de membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes. O Conselheiro substituto exercerá sua função até o término do mandato do substituído. Além dos casos de morte, impedimento ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do membro do Conselho de Administração que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por mais de 60 (sessenta) dias consecutivos.

Parágrafo 4º Em qualquer caso, se o membro do Conselho de Administração a ser representado for Conselheiro Independente, o membro que o representar também deverá ser um Conselheiro Independente.

Parágrafo 5º Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração ou que tenham se manifestado na forma do Parágrafo 2º do Artigo 16 deste Estatuto Social, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Subseção III - Competência

Artigo 26. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e regulamentos aplicáveis, e por este Estatuto Social, compete ao Conselho de Administração:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger e destituir seus membros, bem como atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados neste Estatuto Social;

(iii) distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os Diretores e Conselheiros;

(iv) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papeis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;

(v) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente, observado o disposto neste Estatuto Social;

(vi) manifestar-se sobre (a) o relatório da administração e as contas da Diretoria, (b) as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral e (c) a aprovação das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia;

(vii) estabelecer a alçada para aprovar investimentos, estabelecer qualquer associação, consórcio, parcerias ou alianças com terceiros envolvendo a Companhia e/ou suas controladas;

(viii) estabelecer a alçada para aprovar a venda, aquisição, desinvestimento, alienação, oneração de bens do ativo não circulante;

(ix) estabelecer a alçada para aprovar a celebração de quaisquer acordos no âmbito de processos judiciais, arbitrais ou administrativos;

(x) estabelecer a alçada para aprovar doações, inclusive no contexto de programas de assistência social da Companhia, pela Companhia e/ou suas controladas;

(xi) estabelecer a alçada para aprovar a realização de transações entre a Companhia e/ou suas controladas e quaisquer partes relacionadas, e observado que eventuais membros não poderão participar da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a matéria;

(xii) estabelecer a alçada para aprovar concessão de empréstimos pela Companhia ou qualquer de suas controladas em favor de quaisquer terceiros, incluindo adiantamentos ou empréstimos a fornecedores;

(xiii) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário;

(xiv) propor à Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

(xv) deliberar sobre a admissão à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, bem como sobre ofertas de valores mobiliários de sua emissão, no Brasil ou no exterior;

(xvi) aprovar e/ou modificar a política de endividamento da Companhia, incluindo o limite máximo de endividamento;

(xvii) aprovar a adoção ou a mudança na política de derivativos financeiros e “hedging” da Companhia;

(xviii) aprovar e/ou modificar o plano anual de negócios (“Plano Anual”), o plano plurianual de negócios (“Plano Plurianual”), os orçamentos anuais e plurianuais, bem como o orçamento de capital preparados pela Diretoria da Companhia e/ou suas controladas (“Orçamento”), incluindo o estabelecimento de alçadas para que a Diretoria possa alterar parte do Orçamento de determinados patamares do total de despesas ou de determinada linha desse Orçamento;

(xix) aprovar orçamento da área de auditoria interna, e dos demais comitês de assessoramento, se e quando instaurados;

(xx) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia e/ou suas controladas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

(xxi) estabelecer a alçada para aprovar a outorga ou concessão, pela Companhia ou qualquer de suas controladas, de qualquer garantia, incluindo garantia real, garantia fidejussória ou aval, para garantir obrigações da Companhia ou suas controladas;

(xxii) deliberar sobre o resgate ou aquisição, pela Companhia ou por qualquer de suas controladas, de ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou cancelamento ou alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

(xxiii) aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Ética; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação de Administradores; (d) Política de Gerenciamento de Riscos; (e) Política de Transações com Partes Relacionadas; e (f) Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários ("Políticas da Companhia");

(xxiv) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

(xxv) autorizar a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, nos limites autorizados no Artigo 6 deste Estatuto Social, fixando as condições da emissão e subscrição, preço por ação, forma e prazo de integralização, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(xxvi) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Artigo 6 deste Estatuto Social, aprovar: (i) a outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas, com base no plano aprovado pela Assembleia Geral; e (ii) o aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

(xxvii) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior;

(xxviii)deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

(xxix) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, contendo a manifestação, ao menos: (i) sobre a conveniência e a oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

(xxx) estruturar um processo e avaliação do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria;

(xxxi) aprovar operações que envolvam ou visam à contratação de derivativos;

(xxxii) estabelecer a alçada para aprovar alterações na política comercial da Companhia; e

(xxxiii) estabelecer a alçada para aprovar a contratação das assessorias a serem contratadas pela Companhia em processos de aquisição e/ou investimentos estratégicos.

Artigo 27. O Conselho de Administração designará os membros dos Comitês que vierem a ser instituídos para seu assessoramento, com objetivos e funções definidas, sendo integrados por membros dos órgãos de administração da Companhia ou não.

Parágrafo Único - Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Seção II – Diretoria

Subseção I – Composição

Artigo 28. A Diretoria será composta por, no mínimo 2 (dois) e no máximo 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração ("Diretores"), sendo um (1) Diretor Presidente, um (1) Diretor Financeiro; e um (1) Diretor de Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica. Os cargos de Diretor-Presidente e Diretor de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Os Diretores poderão acumular cargos, desde que observado o número mínimo de Diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

Subseção II – Eleição e Destituição

Artigo 29. Os membros da Diretoria serão eleitos pelo Conselho de Administração da Companhia com prazo de mandato unificado de 2 (dois) anos a contar da data das respectivas eleições, sendo permitida a reeleição e destituição.

Parágrafo 1º Os membros da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas do Conselho de Administração, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 44 desde Estatuto.

Parágrafo 2º O Diretor-Presidente será obrigatoriamente substituído: (i) em caso de afastamento ou impedimento por período de até 30 (trinta) dias, por outro Diretor por ele indicado; (ii) em caso de afastamento por prazo superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias, por Diretor nomeado pelo Conselho de Administração, em reunião especialmente convocada para tal fim; e (iii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 dias ou vacância. No caso de substituição, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor-Presidente, conforme os procedimentos estabelecidos neste Estatuto Social.

Parágrafo 3º Os demais Diretores (exceto pelo Diretor-Presidente) serão obrigatoriamente substituídos: (i) nos casos de ausência ou impedimento, bem como de afastamento por prazo

inferior a 120 dias, por outro Diretor indicado pelo Diretor-Presidente; e (ii) em caso de afastamento por prazo igual ou superior a 120 dias ou vacância. Em tais casos, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo(s) Diretor(es).

Subseção III – Reuniões

Artigo 30. A Diretoria reunir-se-á sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria.

Subseção IV – Competência

Artigo 31. Compete à Diretoria, como órgão colegiado, ademais de implementar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração:

(i) administrar os negócios sociais em geral e praticar, para tanto, todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.

(ii) realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de credito, observadas as restrições legais e as disposições estabelecidas neste Estatuto Social;

(iii) submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(iv) preparar as demonstrações financeiras anuais e trimestrais, para submissão ao Conselho de Administração, bem como, se for o caso, demonstrações ou balancetes emitidos em menor periodicidade;

(v) propor ao Conselho de Administração o Orçamento Plano Anual e o plano de negócios da Companhia;

(vi) aprovar a política de vendas da Companhia, incluindo as diretrizes para concessão de financiamento e parcelamento aos clientes; e

(vii) decidir sobre qualquer assunto que não seja competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º Compete ao Diretor-Presidente (i) coordenar e supervisionar a atuação dos demais Diretores, dirigindo o trabalho da Companhia e determinando os procedimentos a serem seguidos (ii) definir e acompanhar as diretrizes estratégicas a serem observadas pelos demais Diretores, com visão de curto, médio e longo prazo, em consonância com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, (iii) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades controladas e/ou indicar um Diretor ou um procurador para representá-lo e (iv) exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 2º Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; (iii) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente; (iv) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (v) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e (vi) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Parágrafo 3 º Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas de finanças da Companhia, e suas controladas, que abrange análise de investimento e gestão de risco, preservando a integridade financeira; (ii) planejar a elaboração do orçamento consolidado, do plano de negócios e orçamento plurianual da Companhia; (iii) supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles e projeções financeiras, de gerenciamento de riscos, consolidando e reportando os resultados da Companhia e suas controladas; (iv) prospectar, analisar e negociar oportunidades de investimentos e desinvestimento para a Companhia, incluindo oportunidades de novos negócios; (v) manter a relação da Companhia com bancos, seguradoras, investidores existentes e potenciais; (vi) dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia, incluindo a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco, propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, negociações de outorga ou substituição de garantias nas operações em que a Companhia seja parte, operações de tesouraria e o planejamento e controle da Companhia; (vii) garantir o alinhamento das áreas subordinadas (controladoria, financeira, jurídica, inspetoria, planejamento financeiro e tesouraria), (vii) auxiliar os demais Diretores no desenvolvimento e acompanhamento das estratégias da Companhia; e (ix) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

Subseção V - Representação

Artigo 32. Observado o disposto nos parágrafos abaixo, a Companhia considerar-se-á obrigada quando representada por:

(i) 2 (dois) Diretores em conjunto, ou

(ii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído, ou

(iii) por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes especiais, devidamente constituídos, ou

(iv) por 1 (um) único Diretor ou 1 (um) procurador com poderes especiais, devidamente constituído.

Parágrafo 1º As procurações outorgadas pela Companhia deverão: (i) ser assinadas por 2 (dois) Diretores; (ii) especificar expressamente os poderes conferidos; e (iii) conter prazo de validade limitado a no máximo 1 (um) ano, ressalvada a outorga de poderes para representação da Companhia em processos administrativos e judiciais, que poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo 2º É vedado aos Diretores ou a qualquer procurador, em nome da Companhia, conceder financiamentos, fianças, avais ou qualquer outra espécie de garantia, ou contrair obrigações de qualquer natureza em operações estranhas aos negócios sociais, com exceção das fianças locatícias em favor de empregados transferidos pela Companhia. Os atos praticados com violação deste dispositivo não serão válidos ou eficazes, nem obrigarão a Companhia, respondendo o Diretor e/ou o procurador infrator pessoalmente pelos efeitos de tais atos e pelas obrigações deles decorrentes.

CAPÍTULO V
DO CONSELHO FISCAL

Artigo 33. O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas nas hipóteses previstas em lei ou pelos regulamentos da CVM.

Artigo 34. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e suplentes em igual número, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, sendo todos eles qualificados em conformidade com as disposições legais aplicáveis ("Conselheiros Fiscais").

Parágrafo 1º Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado que terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária imediatamente subsequente à sua eleição, podendo ser reeleitos.

Parágrafo 2º Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente.

Parágrafo 3º Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado nem livro próprio, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 47 desde Estatuto Social.

Parágrafo 4º A remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada na Assembleia Geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no Artigo 162, parágrafo 3º da Lei das S.A.

Parágrafo 5º Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

Artigo 35. Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras.

Parágrafo 1º As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal por sua própria iniciativa ou por solicitação por escrito de qualquer de seus membros.

Parágrafo 2º Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo 3º O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros.

Parágrafo 4º Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO VI
EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

Artigo 36. O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º Ao fim de cada exercício social, a Diretoria procederá à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes, as quais deverão ser auditadas por auditores independentes devidamente registrados na CVM escolhidos pela Assembleia Geral.

Parágrafo 2º Além das demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social e trimestre, a Companhia fará elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância dos preceitos legais pertinentes.

Artigo 37. Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício social, a Diretoria e o Conselho de Administração apresentarão à Assembleia Geral proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício social, com observância do disposto neste Estatuto e na Lei das S.A.

Parágrafo Único. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social.

Artigo 38. Após realizadas as deduções contempladas no Artigo acima, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma:

(i) 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social serão alocados para a reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 100% (cem por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(ii) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.;

(iii) a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório e destinada para a reserva de incentivos fiscais;

(iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (vi) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A;.

(v) uma parcela não superior à diferença entre (a) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (b) a reserva indicada no item (iii) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; e

(vi) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das S.A.

Parágrafo 1º - O dividendo previsto na alínea (vi) do caput deste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação dentro de 5 (cinco) dias da realização da Assembleia Geral, e os Diretores deverão protocolar na CVM um relatório fundamentado, justificando a informação transmitida à Assembleia.

Parágrafo 2º Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Artigo 39. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembleia Geral, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração sobre o capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo distribuídos pela Companhia previsto neste Estatuto Social.

Parágrafo 1º Em caso de credito de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que tem direito, sendo lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese do valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

Parágrafo 2º O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o credito no decorrer do exercício social, se dará por deliberação do Conselho de Administração, no curso

do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos.

Artigo 40. A Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração:

(i) o pagamento de dividendo ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro apurado em balanço semestral, os quais poderão ser imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver;

(ii) a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendo pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º da Lei das S.A.; e

(iii) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo a serem distribuídos pela Companhia, se houver.

Artigo 41. A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável, sem prejuízo do disposto no Artigo 6º, parágrafo 2º deste Estatuto Social.

Artigo 42. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

CAPITULO VII
ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

Artigo 43. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

CAPITULO VIII
DO JUÍZO ARBITRAL

Artigo 44. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (efetivos e suplentes, se houver) obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal ou decorrente da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas na Lei n° 6.385/76, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Único. A posse dos administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, lavrado em livro próprio, que deve contemplar a sua sujeição à cláusula compromissória, referida no *caput* deste Artigo 44.

CAPÍTULO IX
DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 45. A Companhia entrara em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante ou liquidantes, bem como os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e remuneração.

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 46. O Conselho de Administração poderá ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros, dispensada a eleição de Conselheiros Independentes enquanto a Companhia não obtiver o registro de companhia aberta na CVM, na qualidade de emissor de valores mobiliários "Categoria A".

Artigo 47. Deverão ser observadas pelos acionistas, pelos administradores, pelos membros do Conselho Fiscal e pela Companhia, as disposições de acordo(s) de acionistas da Companhia arquivado(s) em sua sede, sendo lhes expressamente vedado praticar qualquer ato em desconformidade ou acatar ou registrar qualquer declaração de voto de qualquer acionista signatário ou administrador vinculado a acordo(a) de acionistas arquivado(s) na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou direitos de subscrição de ações ou outros valores mobiliários em descumprimento ao previsto em referido(s) acordo(s) de acionistas.

Artigo 48. As disposições contidas no parágrafo único do Artigo 1, inciso (x) do Artigo 12, parágrafo único do Artigo 14, parágrafo 2º do Artigo 21, Artigo 43 e Artigo 44, somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

Artigo 49. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das S.A., observado o previsto no Regulamento do Novo Mercado.

****

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020 QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA, BEM COMO SEUS TERMOS E CONDIÇÕES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 49.732.175/0001-82
NIRE: 35.3.0044666-6

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: 13 de outubro de 2020, às 10h30, na sede social da Estok Comércio e Representações S.A., na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, nº 550, 1º andar – salas 101 e 102 e 2º andar – salas 201 e 202, Bairro Tamboré, CEP 06460-020 ("Companhia").

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros efetivos do conselho de administração da Companhia, conforme lista de presenças.

MESA: Presidida pelo Sr. Daniel Braga Sterenberg e secretariada pelo Sr. André Jacques Levy.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as seguintes matérias: **(A)** a realização da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); e **(B)** a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.

DELIBERAÇÕES POR UNANIMIDADE: Após discussão da matéria constante da ordem do dia, os conselheiros presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, aprovaram:

(A) A realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas. Adicionalmente, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertadas, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, com a finalidade exclusiva de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta. Nos termos do artigo 172, I, da Lei das S.A., não haverá direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

(B) A autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários para implementação das deliberações acima.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura de presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. **MESA**: Daniel Braga Sterenberg – Presidente; André Jacques Levy – Secretário. **CONSELHEIROS**: Régis Edouard Alain Dubrule, Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule, Paul Edouard Dubrule, Daniel Braga Sterenberg, Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges e Andre Jacques Levy.

Barueri, 13 de outubro de 2020.

Mesa:

Daniel Braga Sterenberg
Presidente

Andre Jacques Levy
Secretário

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO DE 2020 DA REGGHI PARTICIPAÇÕES S.A. QUE APROVOU A SUA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DocuSign Envelope ID: 1A46ABDB-BFD0-4377-9529-894294589059

REGGHI PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 59.876.664/0001-61
NIRE 35300439228

Ata de Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 13 de outubro de 2020

DATA, HORA E LOCAL: 13 de outubro de 2020, às 10h00, na sede social da Regghi Participações S.A., na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3015, Conjunto 161, Parte, Bairro Jardim Paulistano, CEP 01.452-000 ("Companhia").

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º da Lei n° 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

MESA: Presidida pelo Sr. Régis Edouard Alain Dubrule e secretariada pela Sra. Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule.

LEITURA DE DOCUMENTOS: foi dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia desta Assembleia Geral.

ORDEM DO DIA: deliberar sobre:

(i) o voto da Companhia, enquanto acionista da Estok Comércio e Representações S.A. ("Estok"), favorável à (i) realização da oferta pública inicial e oferta pública secundária de distribuição de ações da Estok; (ii) submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM), (iii) submissão de pedido de registro junto à CVM da oferta pública inicial de distribuição de ações da Estok; e (iv) submissão do pedido de registro de emissor da Estok na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e adesão ao segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"); e

(ii) a autorização para a diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários para implementação das deliberações acima tais como representá-la perante quaisquer autoridades públicas, em especial, mas não se limitando, à CVM e à B3, contratar assessores, assinar contratos, petições, bem como delegar poderes de representação da Companhia a quaisquer terceiros.

DS READ DS GTDVD

DocuSign Envelope ID: 1A46ABDB-BFD0-4377-9529-894294589059

DELIBERAÇÕES: Após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue:

(i) o voto favorável da Companhia, enquanto acionista da Estok, pela (i) realização da oferta pública inicial e oferta pública secundária de distribuição de ações da Estok; (ii) submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, e (ii) submissão do pedido de registro de emissor da Estok na B3 e a sua adesão ao Novo Mercado; e

(ii) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários para implementação das deliberações acima, incluindo, mas não se limitando, a definição da quantidade de ações da Estok pertencentes pela Companhia que serão incluídas na oferta primária e secundária; a representação perante quaisquer autoridades públicas, em especial, CVM e B3, contratação de assessores, assinatura de contratos e petições, bem como delegar poderes de representação da Companhia a quaisquer terceiros que se faça necessário para implementar as deliberações ora aprovadas.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém o fez, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **MESA**: Régis Edouard Alain Dubrule, Presidente e Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule, Secretária. **ACIONISTAS PRESENTES**: (i) Régis Edouard Alain Dubrule; (ii) Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule; (iii) Paul Edouard Dubrule; (iv) Arthur Régis Dubrule; (v) Fanny Marie Dubrule; (vi) Marganne Marie Alanne Dubrule; e (vii) Virginie Bárbara Dubrule Baptista.

Certificamos que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 13 de outubro de 2020.

Mesa:

DocuSigned by: RÉGIS EDOUARD ALAIN DUBRU
256D9572641E416...

Régis Edouard Alain Dubrule
Presidente

DocuSigned by: GHISLAINE THÉRÈSE DE VAULX DU
6076834F333C4EE...

Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule
Secretária

DS READ DS GTDVD

MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO E O AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 49.732.175/0001-82
NIRE: 35.3.0044666-6

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [●] DE [●] DE 2020

1. Data, Hora e Local: [●] de [●] de 2020, às [●], na sede social da Estok Comércio e Representações S.A., na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, nº 550, 1º andar – salas 101 e 102 e 2º andar – salas 201 e 202, Bairro Tamboré, CEP 06460-020 ("Companhia").

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros efetivos do conselho de administração da Companhia, conforme lista de presenças.

3. Mesa: Presidida pelo Sr. Daniel Braga Sterenberg e secretariada pelo Sr. André Jacques Levy**.**

4. Ordem do Dia: no âmbito a oferta pública inicial de ações da Companhia, aprovada pela Reunião do Conselho de Administração realizada em [●] de [●] de 2020 ("Oferta"), deliberar sobre as seguintes matérias:

(i) a fixação do preço de emissão das ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem emitidas pela Companhia ou alienadas pelo acionista vendedor identificado no Prospecto Preliminar da Oferta, no âmbito da Oferta ("Ações" e "Preço por Ação", respectivamente);

(ii) a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante emissão de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.");

(iii) a determinação da forma de subscrição e integralização das Ações a serem emitidas;

(iv) a aprovação dos direitos atribuídos às novas Ações;

(v) a verificação da subscrição das Ações distribuídas no âmbito da Oferta e a homologação do novo capital social da Companhia; e

(vi) a autorização para a Diretoria da Companhia emitir o prospecto definitivo e o *final offering memorandum*, bem como tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer

atos necessários relacionados à Oferta e seu correspondente aumento de capital, incluindo, *inter alia*, assinar o "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A.", o "*Placement Facilitation Agreement"*, o "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A." e todos os outros contratos e documentos que se fizerem necessários no âmbito da Oferta (os "Documentos da Oferta").

5. Deliberações: Após discussão e análise das matérias constantes da ordem do dia foram tomadas as seguintes deliberações pelos membros do Conselho de Administração:

(i) a fixação do Preço por Ação em R$ [●] ([●]), com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de Bookbuilding"), conduzido exclusivamente com investidores profissionais no Brasil e no exterior, pelos Coordenadores da Oferta e Agentes do Colocação Internacional (conforme definidos no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A.), nos termos do artigo 23, parágrafo primeiro, e artigo 44 da Instrução nº 400, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários em 29 de dezembro de 2003, conforme alterada. De acordo com o artigo 170, parágrafo primeiro, inciso III da Lei das Sociedades por Ações, a escolha do critério para a determinação do Preço por Ação é justificada pelo fato de que não promoverá diluição injustificada do atual acionista da Companhia e pelo fato de as Ações serem distribuídas por meio de uma oferta pública, na qual o preço de mercado das Ações foi definido com base no resultado do Procedimento de *Bookbuilding;*

(ii) o aumento no capital social da Companhia, de R$ [●] ([●] reais) para R$ [●] ([●] reais), mediante a emissão de [●] ([●]) Ações, dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, para subscrição pública no âmbito da Oferta, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das S.A. e com o Estatuto Social da Companhia. Do Preço por Ação de R$ [●] ([●] reais): **[**(a) o valor de R$ [●] ([●] reais) será destinado à conta de capital social da Companhia, totalizando a quantia de R$ [●] ([●] reais) em aumento do capital social; e (b) o valor remanescente será destinado à formação de reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações, totalizando a quantia de R$ [●] ([●] reais) destinada à reserva de capital**]**;

(iii) a forma de integralização das Ações sujeitas à Oferta, que deverá ser feita em moeda corrente nacional, na data de liquidação da Oferta, nos termos das cláusulas aplicáveis do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A.

(iv) a atribuição, aos titulares das novas Ações emitidas em virtude do aumento do capital social da Companhia, dos mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares das Ações previamente emitidas pela Companhia, de acordo com a Lei das S.A., o Regulamento do Novo Mercado e o Estatuto Social da Companhia, a partir da data de publicação do Anúncio de Início da Oferta;

(v) a verificação pelo Conselho de Administração da subscrição de [●] ([●]) Ações, distribuídas no âmbito da Oferta e, consequentemente, a homologação do novo capital social da Companhia, que passa a ser de R$ [●] ([●] reais), dividido em [●] ([●]) Ações. O Conselho de Administração irá submeter à Assembleia Geral de acionista a proposta para alterar a Cláusula 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o novo capital social; e

(vi) autorizar a Diretoria da Companhia a emitir o prospecto definitivo e o *final offering memorandum*, bem como tomar todas as providências e praticar todos e quaisquer atos necessários relacionados à Oferta e seu correspondente aumento de capital, incluindo, *inter alia*, assinar os Documentos da Oferta.

6. Encerramento: Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a reunião encerrada e suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Barueri, [●] de [●] de 2020. **MESA**: (aa) Daniel Braga Sterenberg – Presidente; André Jacques Levy – Secretário(a). **CONSELHEIROS**: (aa) Régis Edouard Alain Dubrule, Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule, Paul Edouard Dubrule, Daniel Braga Sterenberg, Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges e Andre Jacques Levy.

CERTIDÃO: Certifico que a presente é cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio.

_____

Daniel Sterenberg
Presidente

_____

André Levy
Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, nº 500, CEP 06460-020, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o n° 49.732.175/0001-82, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Companhia**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, FS- Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, TS - Coinvestimento - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Regghi Participações S.A. e dos acionistas vendedores pessoas físicas identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("**Acionistas Vendedores**" e "**Oferta Secundária**", respectivamente), a ser realizada no Brasil, sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("**Credit Suisse**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**") e do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Credit Suisse, o Bradesco BBI e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais as Companhias e o Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as novas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

FS – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 16.465.811/0001-06, neste ato representado por sua gestora, a TCG Gestor Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 12º andar, conjunto 1201, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 10.632.282/0001-01, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de investimentos conforme Ato Declaratório nº 10.509, de 30.07.2009 ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("**Acionistas Vendedores**" e "**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("**Credit Suisse**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Credit Suisse, o Bradesco BBI e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados, pela Companhia, os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados à Companhia pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e suas subsidiárias, os quais a Companhia confirmou ter disponibilizado;

(E) a Companhia confirmou ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre a Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participou da elaboração do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações

Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

FS – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 11.760.191/0001-06, neste ato representado por sua gestora, a TCG Gestor Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 12º andar, conjunto 1201, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 10.632.282/0001-01, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de investimentos conforme Ato Declaratório nº 10.509, de 30.07.2009 ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("**Acionistas Vendedores**" e "**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("**Credit Suisse**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Credit Suisse, o Bradesco BBI e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados, pela Companhia, os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados à Companhia pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e suas subsidiárias, os quais a Companhia confirmou ter disponibilizado;

(E) a Companhia confirmou ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre a Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participou da elaboração do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

TS – Coinvestimento – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 16.973.196/0001-30, neste ato representado por sua gestora, a TCG Gestor Ltda., sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 12º andar, conjunto 1201, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ sob o nº 10.632.282/0001-01, autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de carteira de investimentos conforme Ato Declaratório nº 10.509, de 30.07.2009 ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("**Acionistas Vendedores**" e "**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("**Credit Suisse**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Credit Suisse, o Bradesco BBI e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados, pela Companhia, os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados à Companhia pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e suas subsidiárias, os quais a Companhia confirmou ter disponibilizado;

(E) a Companhia confirmou ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre a Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participou da elaboração do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações

Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

TS – Coinvestimento – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule, francesa, casada, empresária, portadora da Cédula de Identidade para Estrangeiros RNE nº W273953-N e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia sob n° 003.925.208-69, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3015/161, CEP 01452-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("**Acionistas Vendedores**" e "**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("**Credit Suisse**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Credit Suisse, o Bradesco BBI e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados, pela Companhia, os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados à Companhia pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e suas subsidiárias, os quais a Companhia confirmou ter disponibilizado;

(E) a Companhia confirmou ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre a Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participou da elaboração do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

Paul Edouard Dubrule, francês, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade para Estrangeiros RNE nº W273999 e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia sob n° 177.418.958-50, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3015/161, CEP 01452-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("**Acionistas Vendedores**" e "**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("**Credit Suisse**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Credit Suisse, o Bradesco BBI e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados, pela Companhia, os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados à Companhia pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e suas subsidiárias, os quais a Companhia confirmou ter disponibilizado;

(E) a Companhia confirmou ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre a Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participou da elaboração do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

Paul Edouard Dubrule

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

Paul Jean Marie Dubrule, francês, divorciado, aposentado, portador do passaporte nº 01BE722607 e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia sob n° 232.995.068-38, residente e domiciliado na 107 Route de Saconnex d'Arve, 1228 Plan Les Ouates, cidade de Genebra, na Suíça ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("**Acionistas Vendedores**" e "**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("**Credit Suisse**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Credit Suisse, o Bradesco BBI e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados, pela Companhia, os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados à Companhia pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e suas subsidiárias, os quais a Companhia confirmou ter disponibilizado;

(E) a Companhia confirmou ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre a Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participou da elaboração do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

[•], [•] de [•] de 2020.

Paul Jean Marie Dubrule

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

Regghi Participações S.A., sociedade por ações e inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob n° 59.876.664/0001-61, com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3015/161, CEP 01452-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Acionista Vendedor**"), neste ato representada na forma de seu estatuto social, vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("**Acionistas Vendedores**" e "**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("**Credit Suisse**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Credit Suisse, o Bradesco BBI e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados, pela Companhia, os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados à Companhia pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e suas subsidiárias, os quais a Companhia confirmou ter disponibilizado;

(E) a Companhia confirmou ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre a Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participou da elaboração do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

Regghi Participações S.A.

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

Régis Edouard Alain Dubrule, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.877.265 e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia sob n° 815.598.368-49, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3015/161, CEP 01452-000, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.** ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**"); e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("**Acionistas Vendedores**" e "**Oferta Secundária**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**"), do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("**Bank of America**"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("**Credit Suisse**"), do Banco Bradesco BBI S.A. ("**Bradesco BBI**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**"), do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**UBS BB**" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, o Credit Suisse, o Bradesco BBI e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados, pela Companhia, os documentos que a Companhia considerou relevantes para a Oferta;

(D) além dos documentos a que se refere o item (C) acima, foram solicitados à Companhia pelos Coordenadores da Oferta documentos e informações adicionais relativos à Companhia e suas subsidiárias, os quais a Companhia confirmou ter disponibilizado;

(E) a Companhia confirmou ter disponibilizado para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre a Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participou da elaboração do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

Régis Edouard Alain Dubrule

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 2º andar, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo: (i) a distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Oferta Primária**") e (ii) a distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, FS- Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, TS - Coinvestimento - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Regghi Participações S.A. e dos acionistas vendedores pessoas físicas identificados no Prospecto Preliminar (conforme definido abaixo) ("**Acionistas Vendedores**" e "**Oferta Secundária**", respectivamente), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Coordenador Líder, do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., do Banco Bradesco BBI S.A., do Banco Santander (Brasil) S.A. e do UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em setembro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Estok Comércio e Representações S.A. ("**Prospecto Preliminar**") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, dentre eles a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta;

(D) foram disponibilizados, pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;

(E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos

Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder, aos demais coordenadores e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, aos demais coordenadores e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários; e

(iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [•] de [•] de 2020.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras

Estok Comércio e Representações S.A.

31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
com relatório do auditor independente

Estok Comércio e Representações S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Índice

Relatório da Administração 1
Declaração dos Diretores 9
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 11

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais 17
Demonstrações dos resultados 19
Demonstrações dos resultados abrangentes 20
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 21
Demonstrações dos fluxos de caixa 22
Demonstrações do valor adicionado 23
Notas explicativas às demonstrações financeiras 24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Visão Geral

Somos a marca de referência ("lifestyle brand") para móveis e acessórios no Brasil, com base no nosso NPS (Net Promoter Score) e de acordo com nosso ranking no site do Reclame Aqui. Mais do que um varejista tradicional, vendemos design, lifestyle e experiência no nosso ecossistema. E esse é o nosso foco há mais de 40 anos. Nossa missão é possibilitar que nosso cliente mobilie e decore seu espaço com design, inovação e com produtos de qualidade. Tudo isso de uma forma simples, prática e com o melhor custo benefício.

Somos o resultado de um legado longo e duradouro. Fundada há mais de 40 anos pelo casal de empreendedores Régis e Ghislaine Dubrule, a Tok&Stok foi criada para trazer inspiração, inovação, custo benefício e estoque a pronta entrega na jornada de compra de móveis e acessórios. Partindo de uma pequena loja na São Gabriel em São Paulo, a Tok&Stok evoluiu e se tornou a marca dominante de móveis e accessórios no Brasil, com atualmente 59 lojas em 4 diferentes formatos. Sua trajetória de crescimento acelerou nos anos 2000 e culminou no investimento do Carlyle em 2012 e a profissionalização do time de gestão a partir de 2017. Nossos últimos anos têm sido marcados pelo maior foco em eficiência e rentabilidade e pela transformação digital, que acelerou a participação do digital de 5% em 2016 para 24% em setembro de 2020, conforme observado na imagem abaixo.

Somos uma marca única no mercado brasileiro.

Nossa proposta de valor é única e atende as principais aspirações do nosso cliente. Em comparação a outros varejistas (B&M tradicionais, e-commerce especializados ou lojas de departamento), nós nos posicionamos como a marca com a melhor experiência omnicanal, maior variedade de produtos com design exclusivo e melhor experiência de compra. Somos uma empresa DTC (Direct-to-Consumer) vendendo produtos únicos e em nossos próprios canais.

Nossa marca apresenta o maior nível de brand awarenes e lealdade do setor voltado para o nosso público e se diferencia por ser uma marca em que o brasileiro confia, se identifica e tem orgulho de ter em seu lar. A construção da marca Tok&Stok é resultado do nosso pioneirismo em design, inovação, qualidade do produto e experiência de loja, reforçada pela nossa posição na vanguarda das tendências de móveis e acessórios e pelo nosso comprometimento com elevados níveis de serviço com o nosso consumidor.

Nossos produtos são os protagonistas do nosso modelo de negócios. Nosso sortimento é composto por mais de 10.000 SKUs diferentes, sendo 75% deles exclusivos e quase todos comercializados sob a marca Tok&Stok. Nossos produtos evoluem e acompanham as mais atualizadas e variadas tendências de design, remetendo às principais tendências internacionais adaptadas ao mercado brasileiro e contando com uma equipe composta por mais de 100 profissionais responsáveis por sua curadoria e aprimoramento. 5% dos nossos SKUs são renovados mensalmente e aproximadamente16% das vendas dos últimos 12 meses findos em 30 de setembro de 2020 vem desses novos SKUs. Atualmente, trabalhamos com mais de 900 fornecedores que produzem de acordo com os padrões de qualidade e design os móveis e acessórios para casa inovadores e de alta qualidade que oferecemos aos nossos clientes.

Focamos em capturar tendências e estilos inovadores para implementá-los na concepção, desenvolvimento e criação de móveis e itens de decoração, o que se traduz em itens com designs originais a um melhor custo benefício para nossos clientes, que são exibidos em nossas lojas (físicas e online). Mais que isso, criamos para nossos clientes ambientes que oferecem ampla variedade de estilos, gostos e preços, na busca a incentivá-los a expressar o seu próprio estilo.

Exergamos nossos produtos sob 9 macro tendências e estilos de vida:

Contamos com a parceria de longo prazo com mais de 150 designers e arquitetos e um time interno de design com mais de 25 anos de experiência. Possuimos atualmente mais de 900 fornecedores que nos apoiam na materialização de um produto inovador e de alta qualidade.

Nossas vendas são realizadas através do nosso e-commerce e de nossas lojas físicas, nos tornando uma referência de One Stop Shop. Estamos presentes durante toda a jornada do nosso consumidor e somos muito bem avaliados por eles - NPS (“Net Promoter Score”) superior a 80; 21% dos nossos clientes são recorrentes (considerando aqueles que compraram mais de 4 vezes nos últimos 24 meses); e possuímos a maior avaliação no Reclame Aqui de 8,0 em Setembro de 2020, considerando a média dos últimos 6 meses, comparado a média de 6,5 dos competidores.

Nossa jornada sempre foi orientada à nossos clientes e omnicanal. A posição de vanguarda que ocupamos se traduz em nossos produtos e no desenvolvimento dos nossos canais de venda, em especial na estratégia de atuação em uma plataforma de múltiplos canais de venda (*omnicanal*), que na posição visionária dos nossos fundadores e desde 1978, ano de inauguração da Tok&Stok, já vem sendo desenhada e desenvolvida por meio do conceito de corredor infinito.

A primeira parte da jornada do cliente começa com a motivação para ir até a loja. Ambientes personalizados e diversoas artigos permitem que se inspire e gere interesse. Com isso, o cliente passa a entender o tipo de produto que necessita, sua funcionalidade no ambiente e compara com os outros itens. Após isso, nossa estrutura garante que o processo de compra seja facilitado, auxiliando na finalização do processo. O cliente, então, retira a mercadoria e monta, processos estes bastante simples e didáticos, que impactam diretamente em aumento de engajamento e lealdade e resultam em um NPS de 80.

Nos mantemos atentos e buscamos nos atualizar à nova jornada dos nossos clientes, desenvolvendo soluções de integração aos múltiplos canais. Após o desenvolvimento do conceito de corredor infinito (“*endless aisle”)* em 1978, lançamos o atendimento via telemarketing em 1996 e cinco anos depois já possuíamos vendas por ecommerce e possibilidade de consultaros estoques via online. Em 2017,

expandimos nosso canal digital para comercialização de acessórios. Os principais canais atualmente contam com serviços de retirada em loja (“*pick-up in store”)* que iniciou em 2019, drive-thru, atendimento via whatsApp e pagamento por link. Estes últimos serviços foram desenvolvidos em 2020 e catalisados pela necessidade gerada pela pandemia. Em setembro de 2020 lançamos um aplicativo que permite a conclusão de todo o processo de compra.

Reflexo disso, 18% dos nossos clientes já são omnicanal. 35% dos nossos clientes visitam o nosso site antes de ir para as lojas físicas, de acordo com uma pesquisa com aproximadamente 1.200 mil clientes e 785 entrevistas nas nossas lojas físicas em dezembro de 2018, e 73% vão às lojas físicas antes de comprar no nosso site, de acordo com uma pesquisa nas lojas e online em dezembro de 2018. Entre novembro de 2019 a fevereiro de 2020, 23% das nossas vendas online terminam nas nossas lojas físicas através do pick up in store ou do click&collect. Apesar da necessidade de adequação dos nossos processos e canais para atender esse comportamento do nosso cliente, nossos clientes *omni* são mais rentáveis por possuírem uma frequência de compra e um ticket médio de 4.1x e R$579, respectivamente, maiores do que o cliente regular. Nos 9 meses findos em 30 de setembro de 2020, nossos canais online representaram 24% da nossa receita líquida, comparado com 11% em 2019 e 7% em 2018.

Nos posicionamos como líder absoluto no Brasil, resultado de uma performance financeira sólida e em crescimento. No ano de 2019, tivemos uma Receita Líquida de R$1,202 milhões (63% em venda de móveis e 37% em acessórios de decoração). Nos destacamos pela nossa performance nos canais digitais, em que tivemos um crescimento de 68% em 2019, quando comparado com 2018, e nos 9 meses findos em 30 de setembro de 2020, 18% dos clientes eram omni e 24% das vendas foram feitas online.

Seja através dos canais físicos ou digitais, a Tok&Stok vem sempre acompanhando as novas tendências e estilos que emergem no Brasil e no mundo. Móveis e acessórios de decoração são elementos centrais no contexto de mudança e somos especializados nisso. Acreditamos, assim, que estamos em posição privilegiada para continuar crescendo em nosso mercado de atuação, e que nosso crescimento ocorrerá de forma orgânica ou através de novas ocasiões e será favorecido por nossa capacidade de desenvolver novos conceitos e atualizar conceitos existentes. Neste momento em que a casa readquire um papel central no bem-estar das pessoas, estamos unicamente posicionados para continuar a encantar nossos clientes.

Informações Financeiras Relevantes

Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido foi de R$53,5 milhões em comparação a R$ 73,0 milhões em 2018. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação ocorreu principalmente em razão de um aumento no lucro bruto da Companhia de R$30,1 milhões, ou 4,6%, contrapondo um aumento das despesas operacionais em R$33,0 milhões, ou 5,8%, que pode ser explicada pelo impacto do pagamento antecipado de parcela fixa do contrato de longo prazo firmado com a Domus Aurea, empresa de tecnologia, no montante de R$29,1 milhões, parcialmente

compensado pelo efeito da adoção da norma contábil CPC06 (R2) - IFRS16, que altera o tratamento dado aos contratos de arrendamento da Companhia, e que gerou um impacto redutor das despesas operacionais de R$22,3 milhões no ano de 2019. Adicionalmente, a Companhia apresentou despesas financeiras líquidas em 2019 no montante de R$28,4 milhões comparado com uma receita financeira líquida de R$5,1 milhões em 2018. Esse impacto decorre principalmente da adoção inicial da norma contábil CPC06 (R2) - IFRS16 em 2019, que alterou o tratamento dos contratos de arrendamentos da Companhia, e refletiu em uma despesa financeira no montante de R$39,6 milhões. O lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 atingiu R$73,0 milhões, apresentando um aumento de R$85,8 milhões em relação a 2017, quando a Companhia apresentou prejuízo de R$12,8 milhões. Na opinião dos Diretores da Companhia, este crescimento de rentabilidade deve-se principalmente a um aumento de 9% nas vendas combinado com redução nas despesas operacionais em 2%, sendo que parte dessa redução de despesas deve-se ao reconhecimento, em 2017, de R$ 34,0 milhões do ajuste referente a uma parcela sob condição suspensiva decorrente de negociação relacionada à compra de participação entre os acionistas da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração por nossos administradores na condução de nossos negócios:

Indicadores financeiros (em R$ milhões)	**31 de dezembro de**		
	2019	**2018**	**2017**
Receita Líquida	1.201,6	1.124,6	1.029,6
Custo dos produtos vendidos	(516,1)	(469,2)	(441,5)
Lucro bruto	**685,5**	**655,4**	**588,1**
Margem bruta (%)	57,0%	58,3%	57,1%
Despesas com vendas	(393,5)	(394,2)	(390,9)
Despesas gerais e administrativas	(153,6)	(146,5)	(136,9)
Outras despesas operacionais	(46,3)	(19,7)	(56,0)
Lucro operacional	**92,1**	**95,0**	**4,3**
Depreciação e amortização	100,5	34,9	29,4
Resultado financeiro líquido	(28,4)	5,1	4,8
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**63,8**	**100,1**	**9,1**
Impostos de renda e contribuição social	(10,3)	(27,2)	(21,9)
Lucro líquido (prejuízo)	**53,5**	**73,0**	**(12,8)**

Receita Líquida

A receita líquida totalizou R$ 1.201,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 77,0 milhões, ou 6,8%, quando comparada com o valor de R$ 1.124,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento decorre, principalmente, da abertura de novas lojas e do aumento das vendas de e-commerce, que representaram 1,9% e 10,3% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, respectivamente, quando comparado com 1,3% e 6,0% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, respectivamente.

O aumento da receita líquida pode ser explicado principalmente devido (i) aplicação de um diversificado calendário promocional que contribuiu para o crescimento da receita líquida oriunda de vendas Like-for-Like (“LFL”)em 5,1 %, e (ii) a receita líquida de R$21,4 milhões oriunda de novas lojas.

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos totalizou R$516,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 46,9 milhões, ou 10,0%, quando comparado com o valor de R$469,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo aumento nas vendas refletido na receita líquida, de 6,8%, combinado com uma redução da margem bruta dos itens vendidos. Tal aumento refere-se, ainda, (i) a um crescimento de vendas LFL de 4,3% excluindo efeitos de calendário e de fechamento de lojas, e (ii) uma queda na margem em 0.6 p.p.

Despesas Operacionais:

Com Vendas

As despesas com vendas totalizaram R$ 393,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 0,8 milhão, ou 0,2%, quando comparada com o valor de R$ 394,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pelo efeito da adoção do CPC 06(R2) Arrendamentos no valor de R$ 22,2 milhões (exclusão da despesa com aluguel e inclusão de despesa com amortização dos referidos contratos capitalizados - vide detalhes na seção 10.4), compensada pelo aumento das despesas com pessoal e com transportes nos montantes de R$ 7,1 milhões e R$ 6,7 milhões, respectivamente.

Gerais e Administrativas

As despesas administrativas e gerais totalizaram R$153,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$7,2 milhões, ou 4,8%, quando comparada com o valor de R$146,5 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo aumento de despesas com pessoal no montante de R$ 11,8 milhões, compensado pela redução de despesa com depreciação no valor de R$5,7 milhões, uma vez que, em 2018, verificamos uma aceleração na depreciação dos móveis do escritório central antes da mudança para a atual sede administrativa. O aumento das despesas com pessoal decorre de contratação de novas posições administrativas e de logística, principalmente relacionadas às iniciativas de crescimento dos canais digitais/e-commerce e ajustes na estrutura administrativa e operacional.

Outras Despesas Operacionais, Líquidas

As outras despesas operacionais líquidas totalizaram R$46,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com R$ 19,7 milhões em 2018, representando um aumento de R$26,6 milhões. Este aumento pode ser explicado, principalmente, por custos não recorrentes, no valor de R$ 34,2 milhões relacionados à contratação da Domus Aurea Serviços de Tecnologia Ltda. ("Domus"), que prestará serviços exclusivos de desenho de estratégia, desenvolvimento, assessoria, gestão e treinamento em tecnologia digital para as operações da Companhia ao longo dos próximos 5 anos, serviços esses que serão compensados também por remuneração mensal e pelos frutos advindos de bônus de subscrição de ações emitidos pela Companhia. Referido gasto com a Domus foi parcialmente compensado pela redução em custos de projetos de reestruturação ocorridos em 2018, em aproximadamente R$11,3 milhões.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro totalizou uma despesa líquida de R$ 28,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma aumento de R$ 33,5 milhões, ou 651,1%, quando comparado com o valor da receita líquida de R$ 5,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo efeito da adoção do CPC 06(R2) no valor de R$ 39,6 milhões referente a juros sobre arrendamentos.

Imposto de renda e Contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social totalizou R$ 10,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 16,9 milhões, ou 62,5%, quando comparado com o valor de R$ 27,2 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pela redução de 33,5% do lucro antes dos tributos pelo benefício de dedutibilidade dos juros sobre capital próprio deliberados em 2019, que reduziu a alíquota efetiva da Companhia.

Lucro Líquido

O lucro líquido do exercício totalizou R$53,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$19,5 milhões, ou 26,7%, quando comparado com o valor de R$73 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pelo decréscimo no lucro antes do imposto de renda e contribuição social de R$ 36,4 milhões, parcialmente compensada também pela redução nas despesas com imposto de renda e contribuição social, de R$ 27,2 milhões em 2018, para R$ 10,3 milhões em 2019.

Recursos humanos

A Companhia possui mais de 3.000 colaboradores divididos em todas as regiões do Brasil (mais de 2.500 em 2018 e mais de 3.300 2017) e considera a gestão de pessoas como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária. A destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações previstas em lei ou no estatuto, será deliberado na Assembleia Geral.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com a opinião expressa no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Relacionamento com Auditor Independente

Ao longo do exercício de 2019, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. (“EY”) para realizar auditoria e emitir relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. A administração da Companhia informa que não contratou o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse ou de independência.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Estok Comércio e Representações S.A., declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no relatório de auditoria dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

Barueri, 18 de outubro de 2020.

OCTAVIO CÔRTES PEREIRA LOPES
Diretor Presidente

GUILHERME DE ANTONIO FAVARO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores
Estok Comércio e Representações S.A.
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Estok Comércio e Representações S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção de erros em decorrência das alterações descritas na referida nota explicativa, atualização de eventos subsequentes e ajustes no resultado por ação e nas quantidades de ações e opções de compra de ações decorrentes do desdobramento da quantidade de ações, além da inclusão do relatório da administração conforme seção "Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor". Em 11 de maio de 2020 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes aos períodos anteriores foram ajustados de forma retrospectiva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia reconhece valores relativos a imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, além de diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Em 31 de dezembro de 2019, o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo não circulante nas demonstrações financeiras era de R$ 50.833 mil.

A Companhia fundamenta a recuperabilidade do tributo diferido ativo com base em projeções de resultados tributáveis futuros. Estas projeções são elaboradas e fundamentadas com base em premissas, tais como: (i) crescimento da receita; (ii) taxas de descontos; (iii) comportamento dos custos e despesas, entre outros. Tais projeções incluem incertezas e julgamento profissional que podem não se realizar no futuro, podendo alterar o prazo e plano de realização. A divulgação deste item está incluída na nota explicativa 21 às demonstrações financeiras.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário exercido pela administração na determinação das premissas e na projeção dos resultados futuros.

Como nossa auditoria tratou o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o envolvimento de especialistas em avaliação para nos auxiliar na avaliação do plano de negócios sobre os quais as projeções de lucros futuros foram elaboradas e na avaliação das premissas e metodologia usadas pela administração relacionadas às estimativas de lucros tributáveis futuros, bem como as taxas de descontos aplicadas; (ii) o envolvimento de especialistas em impostos para nos auxiliar na análise dos cálculos dos tributos diferidos; (iii) a avaliação das projeções para realização dos referidos créditos tributários considerando o plano de negócios da Companhia; (iv) a avaliação se o plano de negócios

considerado pela Companhia para elaboração das projeções foi devidamente aprovado pelos responsáveis pela governança; (v) a análise da consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções de resultados e os dados contábeis, quando aplicável; e (vi) teste da exatidão matemática dos cálculos incluídos nas projeções.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade do tributo diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Adoção de novas Normas Contábeis - IFRS 16/NBC TG 06 (R3)/CPC06(R2) - Arrendamentos

Conforme divulgado nas notas explicativas 3.11, 4.1.1 e 14, em 1 de janeiro de 2019, a Companhia adotou a NBC TG 06 (R3) / CPC06 (R2) - Arrendamentos, equivalente ao IFRS 16 emitido pelo IASB, que resultou no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de um ativo por direito de uso e um passivo de arrendamento, de mesmos valores conforme critério de adoção adotado pela Companhia, nos montantes de R$410.749 mil.

Consideramos esse tema como um dos principais assuntos de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos nos cálculos do passivo de arrendamento e do direito de uso, bem como devido ao fato desse processo ter envolvido interpretação de nova normativa complexa, novos processos para coleta de dados e julgamentos importantes relacionados aos termos dos contratos de arrendamento e às taxas de desconto aplicáveis.

Como a nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação: (i) das políticas contábeis e expedientes práticos adotados pela Companhia; (ii) da integridade da base de contratos identificados e sujeitos à aplicação da norma; (iii) da interpretação da administração dos termos e condições dos contratos de locação; (iv) e da razoabilidade dos julgamentos significativos aplicados pela administração nas definições de prazo dos contratos e de taxa de desconto do passivo de arrendamento, além dos testes nos cálculos efetuados pela administração que determinaram o saldo das contas de direito de uso e passivo de arrendamento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas utilizadas pela administração na mensuração do ativo e passivo iniciais e de outros registros aplicáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.11, 4.1.1 e 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International *Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de outubro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

Estok Comércio e Representações S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018	2017
Ativo		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	12.425	15.504	4.810
Contas a receber de clientes	8	351.407	355.960	288.494
Estoques	9	179.561	156.512	148.987
Tributos a recuperar	10	22.345	20.888	3.812
Outros ativos		6.360	7.785	7.971
		572.098	**556.649**	**454.074**
Não circulante				
Tributos a recuperar	10	896	604	1.152
Outros ativos		1.403	1.527	1.819
Depósitos judiciais	11	14.317	22.309	58.598
Tributos diferidos	21.2	54.382	54.655	81.768
Imobilizado	12	203.282	182.005	189.850
Intangível	13	10.040	4.757	5.906
Direito de uso	14	399.855	-	-
		684.175	**265.857**	**339.093**
Total do ativo		**1.256.273**	**822.506**	**793.167**

Estok Comércio e Representações S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018	2017
Passivo e patrimônio líquido		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Circulante				
Fornecedores	15	92.049	94.295	84.398
Confirming		-	-	25.031
Empréstimos e financiamentos	16	112.150	103.985	89.088
Salários e encargos sociais	18	27.604	40.952	30.846
Tributos a recolher	19	16.529	21.156	20.952
Imposto de renda e contribuição social - parcelamento	21.1	986	951	914
Compras de imobilizado a pagar		5.515	5.528	2.677
Receitas diferidas	20	26.790	20.781	17.997
Dividendos a pagar	24	29.700	25.777	5.604
Passivo de arrendamento	14	94.781	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	17	-	-	1.125
Outras contas a pagar		26.010	21.705	22.321
		432.114	**335.130**	**300.953**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	16	-	7.510	23.796
Receitas diferidas	20	-	669	2.239
Contas a pagar com partes relacionadas	17	39.148	36.546	34.010
Imposto de renda e contribuição social – parcelamento	21.1	7.617	8.317	8.513
Passivo de arrendamento	14	322.397	-	-
Provisão para demandas judiciais	22	17.248	30.884	68.819
		386.410	**83.926**	**137.377**
Total do passivo		**818.524**	**419.056**	**438.330**
Patrimônio líquido				
Capital social	24.a	237.637	237.637	237.637
Reserva de capital		1	1	1
Reserva de lucros		182.858	154.848	105.551
Reserva para pagamento baseado em ações	24.d	10.416	4.127	4.811
Ajuste de avaliação patrimonial		6.837	6.837	6.837
Total do patrimônio líquido		**437.749**	**403.450**	**354.837**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.256.273**	**822.506**	**793.167**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estok Comércio e Representações S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2019	2018	2017
		(reapresentado)		(reapresentado)
Receita, líquida	25	1.201.626	1.124.635	1.029.552
Custo dos produtos vendidos	26	(516.126)	(469.234)	(441.474)
Lucro bruto		**685.500**	**655.401**	**588.078**
Despesas operacionais				
Com vendas	27.1	(393.454)	(394.225)	(390.903)
Gerais e administrativas	27.2	(153.550)	(146.450)	(136.871)
Outras despesas operacionais, líquidas	28	(46.306)	(19.680)	(56.012)
		(593.310)	**(560.355)**	**(583.786)**
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		**92.190**	**95.046**	**4.292**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	29	28.764	23.329	39.115
Despesas financeiras	29	(57.138)	(18.180)	(34.323)
		(28.374)	**5.149**	**4.792**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**63.816**	**100.195**	**9.084**
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	(9.999)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	21	(273)	(27.165)	(21.879)
		(10.272)	**(27.165)**	**(21.879)**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		**53.544**	**73.030**	**(12.795)**
Lucro líquido (prejuízo) por ação (em R$)				
Básico	31	0,20	0,27	(0,05)
Diluído	31	0,19	0,27	(0,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estok Comércio e Representações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018	2017
	(reapresentado)		(reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**53.544**	**73.030**	**(12.795)**
Outros resultados abrangentes	**-**	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	**53.544**	**73.030**	**(12.795)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estok Comércio e Representações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros			Reserva de plano de opções de compra de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de investimentos				
Em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)		**237.637**	**1**	**10.253**	**-**	**111.158**	**5.229**	**6.837**	**-**	**371.115**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	-	(12.795)	(12.795)
Reversão de dividendos 2016		-	-	-	-	2.539	-	-	-	2.539
Reversão líquida por pagamento baseado em ações		-	-	-	-	-	(418)	-	-	(418)
Dividendos propostos		-	-	-	-	(5.604)	-	-	-	(5.604)
Absorção do prejuízo		-	-	-	-	(12.795)	-	-	12.795	-
Em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)		**237.637**	**1**	**10.253**	**-**	**95.298**	**4.811**	**6.837**	**-**	**354.837**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	73.030	73.030
Reversão líquida por pagamento baseado em ações	24.f	-	-	-	-	-	(684)	-	-	(684)
Destinação do lucro líquido do exercício:										-
Reserva legal	24.b	-	-	3.652	-	-	-	-	(3.652)	-
Dividendos e JSCP deliberados	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(23.733)	(23.733)
Retenção de lucros		-	-	-	-	45.645	-	-	(45.645)	-
Em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)		**237.637**	**1**	**13.905**	**-**	**140.943**	**4.127**	**6.837**	**-**	**403.450**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	53.544	53.544
Outorga de pagamento baseado em ações	24.f	-	-	-	-	-	6.289	-	-	6.289
Destinação do lucro líquido do exercício:										-
Reserva de incentivo fiscal	24.c	-	-	-	2.410	-	-	-	(2.410)	-
Reserva legal	24.b	-	-	2.557	-	-	-	-	(2.557)	-
Dividendos e JSCP deliberados	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(25.534)	(25.534)
Retenção de lucros		-	-	-	-	23.043	-	-	(23.043)	-
Em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)		**237.637**	**1**	**16.462**	**2.410**	**163.986**	**10.416**	**6.837**	**-**	**437.749**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estok Comércio e Representações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2019	2018	2017
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do impostos de renda e contribuição social	63.816	100.195	9.084
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	30.482	34.900	29.419
Amortização direito de uso - arrendamento	70.012	-	-
Perda na alienação/baixa de imobilizado	72	1.197	4.199
(Reversão) Provisão para demandas judiciais	1.354	7.524	37.245
Provisão para perdas de estoque	226	2.412	(203)
Provisão para devedores duvidosos	235	-	(65)
Pagamento baseado em ações	6.289	(684)	(418)
Juros sobre empréstimos e financiamentos, e contas a pagar com partes relacionadas	10.657	11.189	24.225
Juros/atualização sobre arrendamento	39.629	-	-
Parcela sob condição suspensiva	-	-	34.010
	222.772	156.733	137.496
(Aumento) reduções dos ativos operacionais			
Contas a receber	4.318	(67.466)	(12.894)
Estoques	(23.275)	(9.937)	5.124
Tributos a recuperar	(1.749)	(13.962)	3.611
Depósitos judiciais	(1.599)	(6.549)	(15.363)
Outros ativos	1.548	478	3.880
Aumento (reduções) dos passivos operacionais			
Fornecedores e fretes a pagar	(2.246)	(15.134)	(1.190)
Salários e encargos sociais	(12.726)	10.106	377
Tributos a recolher	(4.627)	(1.674)	(4.473)
IR/CS pagos	(7.865)	(1.576)	(384)
Demandas judiciais	(6.021)	(2.621)	(99.618)
Outros passivos	6.846	161	9.505
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**175.376**	**48.559**	**26.071**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Pagamento pela aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(58.523)	(25.732)	(19.010)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	1.396	-	16
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(57.127)**	**(25.732)**	**(18.994)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Ingressos de empréstimos e financiamentos	569.160	401.030	98.767
Amortização de empréstimos e financiamentos	(569.805)	(402.254)	(49.319)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.755)	(8.747)	(9.576)
Pagamentos de passivo de arrendamentos	(92.318)	-	-
Pagamento de contas a pagar com partes relacionadas	-	-	(124.909)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(21.610)	(2.162)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(121.328)**	**(12.133)**	**(85.037)**
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(3.079)**	**10.694**	**(77.960)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	15.504	4.810	82.770
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.425	15.504	4.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estok Comércio e Representações S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2019 (reapresentado)	2018	2017 (reapresentado)
Receitas	**1.590.810**	**1.505.177**	**1.416.906**
Vendas de mercadorias e serviços	1.591.045	1.505.177	1.416.906
Provisão para perda de crédito esperadas	(235)	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(755.220)**	**(653.727)**	**(620.346)**
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados	(521.569)	(473.544)	(445.870)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(164.099)	(119.200)	(126.344)
Fretes	(69.168)	(60.845)	(48.067)
Perda e recuperação de valores ativos	(384)	(138)	(65)
Valor adicionado bruto	**835.590**	**851.450**	**796.560**
Depreciação e amortização	(100.494)	(34.900)	(29.419)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**735.096**	**816.550**	**767.141**
Valor adicionado recebido em transferência	**10.778**	**2.592**	**7.971**
Receitas financeiras	9.651	3.142	5.475
Outras	1.127	(550)	2.496
Valor total adicionado a distribuir	**745.874**	**819.142**	**775.112**
Distribuição do valor adicionado	**(745.874)**	**(819.142)**	**(775.112)**
Pessoal	**(200.606)**	**(208.681)**	**(196.798)**
Remuneração direta	(139.803)	(154.033)	(142.334)
Benefícios	(35.842)	(34.051)	(38.425)
FGTS	(18.673)	(19.074)	(16.458)
Plano de pagamentos baseados em ações	(6.288)	(1.523)	419
Impostos, taxas e contribuições	**(402.289)**	**(398.149)**	**(418.748)**
Federais	(161.404)	(164.838)	(196.590)
Estaduais	(231.455)	(223.577)	(215.495)
Municipais	(9.430)	(9.734)	(6.663)
Remuneração de capitais de terceiros	**(89.435)**	**(139.282)**	**(172.361)**
Juros	(56.335)	(17.389)	(26.231)
Aluguéis	(4.794)	(94.553)	(79.646)
Outros	(2.180)	(2.221)	(34.010)
Despesas com cobranças	(26.126)	(25.119)	(32.474)
Remuneração de capitais próprios	**(53.544)**	**(73.030)**	**12.795**
Dividendos e JSCP do exercício	(25.534)	(23.733)	-
Lucros retidos (prejuízo) do exercício	(28.010)	(49.297)	12.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Estok Comércio e Representações S.A. (a "Companhia") tem por atividade preponderante a comercialização de móveis, utensílios e objetos de uso pessoal, doméstico, profissional e de decoração. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado com sede localizada na Av. Tucunaré, nº 550, Barueri – SP. A Companhia foi criada em outubro de 1977.
Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía 61 lojas distribuídas em 21 estados brasileiros.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 18 de outubro de 2020.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (“IASB”)* e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras estão apresentadas no pressuposto da continuidade. Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo na data da transação considerando as contraprestações pagas em troca de ativos.

A administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos.

A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuarem operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras

A administração da Companhia identificou ajustes que afetam os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como as demonstrações do resultado, resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2017 e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos naquelas datas. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras compreendendo esses exercícios de acordo com o previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

A Companhia efetuou ajustes no saldo de abertura, em 1º de janeiro de 2017, para refletir baixa do saldo de depósitos judiciais no montante de R$4.013, em decorrência da identificação de valores não recuperáveis, dessa forma o patrimônio líquido está sendo reapresentado a menor em R$ 2.649, líquido dos impactos tributários. Os ajustes no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2017 não geraram efeitos materiais nos saldos de abertura que impactem a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Consequentemente, a Administração da Companhia não está apresendo o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2017.

A Companhia efetuou o ajuste do saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 e 2018, com uma redução de R$7.620 em decorrência da identificação de valores não recuperáveis, reduzindo o ativo não circulante e o total do ativo nesse montante e o patrimônio líquido em R$5.030, líquido dos impactos tributários.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia efetuou o ajuste do saldo de depósitos judiciais, com uma redução de R$7.620 em decorrência da identificação de valores não recuperáveis, reduzindo o ativo não circulante e o total do ativo em R$4.031, líquido dos impactos tributários; e um complemento no saldo da provisão para demandas judiciais de R$2.820 em decorrência de eventos subsequentes, o que gerou aumento no passivo não circulante nesse montante. Esse ajustes geraram uma redução no patrimônio líquido de R$4.071, líquido de impactos tributários.

As demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio liquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado foram reapresentadas em decorrência desses ajustes e dos ajustes no lucro (prejuízo) dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2017.

As demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e de 2017 também foram alteradas para fins de melhor apresentação das atividades de financiamentos, sem alteração nos saldos totais previamente apresentados por atividade. As notas explicativas 25 – “Receita, líquida” e 29 – “Resultado financeiro” foram alteradas para fornecer informações adicionais para os usuários das demonstrações financeiras com relação a abertura das rubricas.

Adicionalmente, em 13 de outubro de 2020, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a realização do desdobramento das 665.390 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, na proporção de uma ação para 401 ações ordinárias, passando o capital a ser composto por 266.821.390 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sem modificação do valor do capital social. Diante disso, a Companhia efetuou as alterações nas notas explicativas abaixo:

- Demonstrações dos resultados - Lucro líquido (prejuízo) por ação;
- Nota explicativa 24.a - Capital social – Incluído informação sobre desdobramento de ações e alteração das quantidades de ações divulgadas na respectiva nota;
- Notas explicativas 24.d e f - Plano de remuneração baseado em ações – Alteração da quantidade do número de opções e preço de exercício;
- Nota explicativa 31 - Resultado por ação – alteração da quantidade do número de ações e o resultado por ação.

As tabelas abaixo apresentam um sumário dos ajustes efetuados nos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2017:

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019	**Original**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Ativo			
Depósitos judiciais	21.937	(7.620)	14.317
Tributos diferidos	50.833	3.549	54.382
Ativo não circulante	**688.246**	**(4.071)**	**684.175**
Total do ativo	**1.260.344**	**(4.071)**	**1.256.273**
Passivo e patrimônio líquido			
Provisão para demandas judiciais	14.428	2.820	17.248
Passivo não circulante	383.590	2.820	386.410
Total do passivo	**815.704**	**2.820**	**818.524**
Reserva de lucros	189.749	(6.891)	182.858
Total do patrimônio líquido	**444.640**	**(6.891)**	**437.749**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**1.260.344**	**(4.071)**	**1.256.273**

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018	**Original**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Ativo			
Depósitos judiciais	29.929	(7.620)	22.309
Tributos diferidos	52.065	2.590	54.655
Ativo não circulante	**270.887**	**(5.030)**	**265.857**
Total do ativo	**827.536**	**(5.030)**	**822.506**
Passivo e patrimônio líquido			
Reserva de lucros	159.878	(5.030)	154.848
Total do patrimônio líquido	**408.480**	**(5.030)**	**403.450**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**827.536**	**(5.030)**	**822.506**

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017	**Original**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Ativo			
Depósitos judiciais	66.218	(7.620)	58.598
Tributos diferidos	79.178	2.590	81.768
Ativo não circulante	**244.123**	**(5.030)**	**339.093**
Total do ativo	**798.197**	**(5.030)**	**793.167**
Passivo e patrimônio líquido			
Reserva de lucros	110.581	(5.030)	105.551
Total do patrimônio líquido	**359.867**	**(5.030)**	**354.837**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**798.197**	**(5.030)**	**793.167**

Demonstrações dos resultados – 2019	**Original**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Outras despesas operacionais, líquidas	(43.486)	(2.820)	(46.306)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.232)	959	(273)
Lucro líquido do exercício	55.405	(1.861)	53.544
Lucro líquido por ação – básico (em R$)	0,21	(0,01)	0,20
Lucro líquido por ação – diluido (em R$)	0,19	-	0,19

Demonstrações dos resultados – 2017	Original	Ajustes	Reapresentado
Outras despesas operacionais, líquidas	(52.405)	(3.607)	(56.012)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(23.105)	1.226	(21.879)
Prejuízo do exercício	(10.414)	(2.381)	(12.795)
Prejuízo por ação – básico (em R$)	(0,04)	(0,01)	(0,05)
Prejuízo por ação – diluido (em R$)	(0,04)	(0,01)	(0,05)

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia e foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de determinada classe do ativo imobilizado.

Operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remunerados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras.
A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no NBCTG 9 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

2.5. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração do Fluxo de Caixa, pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

2.6. Classificação circulante *versus* não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:
- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.7. Segmento operacional

A Companhia possui um único segmento operacional, que é utilizado pela diretoria para fins de análises e tomadas de decisões.

3. Resumo das principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

3.2.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial a Companhia mensura seus ativos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro. Para as contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação ajustada ao valor presente.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será: (i) custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. A Companhia reconhece nessa categoria contas a receber de clientes; (ii) valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período. A Companhia reconhece como ativos financeiros classificados nesta categoria: caixa e equivalentes de caixa.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

(i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.

(ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na

medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado.

O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

3.2.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será: (i) custo amortizado: os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, em que ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização; (ii) valor justo por meio do resultado: os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do período.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às demonstrações

financeiras tomadas em conjunto.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperadas (*impairment*).

No cálculo do valor presente das contas a receber, a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais.

3.5. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas da Companhia. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

3.6. Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Os depósitos judiciais são apresentados no ativo não circulante.

3.7. Tributos

3.7.1. Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários corrente são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social corrente relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração avalia periodicamente a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

3.7.2. Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, exceto:

- Quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período de reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto quando:

-
- o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos são revisados em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os tributos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.7.3. Tributos sobre vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não foram recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.8. Imobilizado

Demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de montagem das lojas, exceto terrenos que estão sendo apresentados pelo custo atribuído na data de transição para os novos CPCs em 2010, conforme permitido pela norma. A determinação do custo atribuído foi apurada por laudo de avaliação de especialistas e ocasionou mais-valia no montante de R$10.359 (R$6.837, líquido do efeito tributário). A administração julgou que para as demais classes de ativo a aplicação do custo atribuído não traria aprimoramentos significativos às demonstrações financeiras principalmente devido à representatividade dos principais ativos e pelo fato do principal ativo da Companhia estar representado por benfeitorias em imóveis de terceiros.

As benfeitorias em imóveis de terceiros, executadas com objetivo de preparar as lojas para operação, bem como as ampliações de lojas existentes, são registradas no ativo imobilizado e amortizadas pelo prazo de vigência dos contratos de aluguel, que podem ser renovados, ou sua vida útil estimada pelo prazo do contrato. Os custos incorridos após a aquisição ou construção inicial dos ativos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de eventuais itens ou partes substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados e as demais classes de ativo são depreciadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas. As vidas úteis são revisadas anualmente pela Administração com o objetivo de equilibrar eventuais desvios entre as taxas utilizadas e os reais desgastes desses ativos.O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

3.9. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Os ativos intangíveis compreendem principalmente *software* adquiridos de terceiros e ponto comercial.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas de forma prospectiva como mudanças das estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos como receita ou despesa do exercício quando da baixa do

ativo.

3.10. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Essas contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

No cálculo do valor presente das contas a pagar, a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecida por fontes oficiais.

3.11. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3.11.1. Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

3.11.1.1. *Ativos de direito de uso*

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida

útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável.

3.11.1.2. *Passivos de arrendamento*

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3.11.1.3. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:*

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção

de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor.

3.12. Benefícios a empregados

3.12.1. Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é efetuado com base em estimativas e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

3.12.2. Previdência complementar (contribuição definida)

A Companhia paga contribuições a planos de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido efetuadas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos gastos de pessoal.

3.12.3. Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Companhia antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

3.12.4. Outros benefícios

Os benefícios de assistência médica concedidos aos empregados são integralmente subsidiados pela Companhia e são encerrados no momento do desligamento, não sendo estendido a empregados aposentados ou garantida sua permanência no plano por meio de contraprestação direta ou indireta ou em apólice exclusiva.

3.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o

reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.14. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.15. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

3.15.1. Receita de venda de produtos - varejo

A Companhia opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de móveis, utensílios e objetos de uso pessoal, doméstico, profissional e de decoração. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro, cartão de crédito, cheque ou boleto bancário, os quais ficam registrados no balanço como adiantamento de clientes até o momento do reconhecimento da receita. A receita de venda é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do produto.

A Companhia não opera com qualquer programa de fidelização de clientes.

Conforme previsto no contrato padrão da Companhia, os clientes têm direito de devolver as mercadorias no prazo de até 2 anos em caso de defeito de fábrica. Ao mesmo tempo, a Companhia tem o direito de recuperar o produto quando os clientes exercem o direito de devolução; portanto, consequentemente, a Companhia reconhece o direito às mercadorias devolvidas e o correspondente ajuste do custo das vendas. A Companhia usa sua experiência histórica acumulada para estimar a quantidade de devoluções ao nível da carteira usando o método do valor esperado. Há uma grande probabilidade de não haver uma reversão significativa na receita acumulada reconhecida tendo em vista o nível consistente das devoluções nos exercícios anteriores.

3.15.2. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando são identificadas contas a receber que incorporam juros de períodos futuros, o valor contábil é reduzido para o seu valor recuperável que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

3.16. Capital social

As ações ordinárias totalmente subscritas e integralizadas estão classificadas no patrimônio líquido.

3.17. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. A Companhia ingressou em plano de subvenção no Estado de Minas Gerais para operações de Centro de Distruição.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O benefício obtido com empréstimo

governamental é reconhecido ou mensurado inicialmente ao valor justo de acordo com o CPC 48, sendo o benefício relacionado a uma taxa de juros abaixo da praticada pelo mercado tratado como subvenção governamental (mensurado por meio da diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo, apurado conforme o CPC 48, e o montante recebido).

3.18. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados para pagamento pelos acionistas, em Assembleia Geral.

3.19. Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a um grupo de funcionários e outros prestadores de serviços planos de opção de compra de ações ou bônus de subscrição. A Companhia mensura o custo de transações com pagamento baseado em ações com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos planos de opções de compra de ações e dos bônus de subscrição requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 24.d.

As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de pagamento baseado em ações, no patrimônio líquido.

3.20. Seguros

As despesas com prêmios de seguros são registradas como despesas antecipadas, e reconhecidas na demonstração do resultado, linearmente, no período de vigência das apólices.

3.21. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro (prejuízo) por ação básico utilizando o número médio ponderado das ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado. O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada

da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação.

3.22 Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais

baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

A Companhia determina as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia é responsável pelo departamento de avaliação de risco, os diretores financeiros e gerentes de cada propriedade.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo ativos financeiros não cotados, e passivos significativos, tais como contraprestação contingente.

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela Companhia, após discussão com a Companhia e respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas.

A Companhia após discussão com os avaliadores externo, determina que técnicas de avaliação e informações são utilizadas em cada caso. Para fins dessa análise, a Admininstração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

A Administração, em conjunto com os avaliadores externos da Companhia, também compara cada movimentação no valor justo de cada ativo e passivo com as respectivas fontes externas com o objetivo de determinar se a movimentação é aceitável.

Em caráter interino, a Administração apresenta os resultados da avaliação ao Conselho de Administração do Companhia, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. Para fins de divulgações do valor justo, o Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 1° de janeiro de 2019

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

4.1.1. IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A IFRS 16/CPC 06 (R2) substitui as orientações existentes na IAS 17/CPC 06 (R1) e correspondentes interpretações e estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento (Nota 3.11).

De acordo com a IAS 17/CPC 06 (R1), todos os pagamentos de arrendamentos operacionais eram apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. Atualmente, de acordo com a IFRS 16/CPC 06 (R2), os pagamentos de arrendamentos que são parte do escopo são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades de financiamento.

A Administração da Companhia, com o auxílio de especialistas, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando se há ou não, arrendamento de acordo com a IFRS 16/CPC 06(R2).

A Companhia, com base em avaliações, identificou que o maior impacto produzido por esta norma foi relacionado ao reconhecimento no balanço patrimonial do direito de uso e passivos de arrendamento dos contratos de imóveis locados de terceiros com prazos de vigência superiores a 12 meses enquadrados nos critérios estabelecidos pela norma.

A Companhia selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificado, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos. A Companhia optou por utilizar o expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento na transição para a IFRS 16.

Não foi realizado o reconhecimento contábil daqueles contratos de itens de baixo valor e com prazo de encerramento dentro do período de 12 (doze) meses a partir da data da aplicação inicial da nova norma.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- Utilização de uma única taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Nesse sentido, obteve-se a taxa incremental de captação, mensurada em 1º de janeiro de 2019, aplicável a cada uma das carteiras de ativos arrendados. Por meio desta metodologia, a Companhia adotou taxa única para contratos com períodos e condições similares.
- Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso;
- Utilização de percepção tardia para determinação do prazo do arrendamento, naqueles casos em que o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão; e
- O arrendatário pode optar, por cada classe de ativo subjacente, não separar os componentes do arrendamento de quaisquer componentes de não arrendamento associado.

O montante registrado como direito de uso e passivo de arrendamentos em 1º de janeiro de 2019 foi de R$ 410.479 em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 – Leases), utilizando o método retrospectivo modificado de adoção.

A Companhia chegou à sua taxa de desconto, com base em uma poderação das taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (*spread* de crédito). Os spreads foram obtidos com base nas atuais operações de créditos da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas consideradas, *vis-à-vis* os prazos dos contratos.

Prazo do contrato	Taxa
Até 5 anos	De 7,08% a 9,57%
De 6 a 10 anos	De 9,83% a 10,40%
Mais de 10 anos	De 10,45% a 10,56%

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS16/ CPC06(R2) e do Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/CPC06 (R2) e assim estão apresentados no balanço da Companhia.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características dos contratos de arrendamento, conforme determina o item 27b do ofício da CVM.

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 4,25%. O prazo médio dos contratos considerados é de 8,5 anos.

4.1.1. ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A interpretação ICPC 22 foi adotada pela primeira vez no exercício corrente, a qual esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A administração da Companhia deve determinar se eventuais posições fiscais incertas serão avaliadas separadamente ou em conjunto; e avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto.

Em caso positivo, a Companhia deve determinar se sua posição fiscal e contábil está consistente com o tratamento fiscal utilizado. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição contábil e fiscal utilizando o valor mais provável ou o método do valor esperado.

A Administração não identificou posições fiscais incertas, consequentemente, a posição fiscal e contábil da Companhia está consistente com o tratamento fiscal utilizado.

Outros pronunciamentos ou alterações não tiveram impacto ou não são aplicados.

4.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IFRS 3	Definição de negócios
Alterações à IAS 1 e IAS 8	Definição de material
Estrutura Conceitual	Estrutura Conceitual nas Normas IFRS

A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

5.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

5.1.1. Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 24(d).

5.1.2. Tributos

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande

variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

5.1.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes: (i) a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados; (ii) diferenças temporárias; (iii) ágio oriundo de incorporação reversa. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

A Nota 21 fornece detalhes sobre imposto de renda corrente e diferido.

5.1.4. Provisão para demandas judiciais

A Companhia tem diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 22. No processo de elaboração e revisão dessas provisões são considerados aspectos como a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos internos e externos, julga que essas provisões para risco tributáveis, cíveis e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais desfechos desfavoráveis no decorrer dos processos.

5.1.5. Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão

O Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. O Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a

opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

6. Gestão de risco financeiro

6.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Em 2019, 2018 e 2017, a Companhia não utilizou qualquer instrumento financeiro derivativo para se proteger de exposições a esses riscos.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Controladoria e Finanças da Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

a) Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes às mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas, ou com componentes fixos, expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2019, 2018 e 2017, os empréstimos da Companhia eram, em sua maioria, vinculados à moeda nacional e às taxas variáveis com componentes fixos em reais.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica e avaliando as circunstâncias atuais e cenários futuros.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Para instituições financeiras, incluindo operadoras de cartão de crédito, são aceitos somente títulos de entidades de reputação no mercado financeiro; dessa forma, a administração busca minimizar exposições a risco de crédito.

Para clientes corporativos (pessoa jurídica), a área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os parâmetros determinados pela diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para pessoas físicas são, substancialmente, liquidadas em dinheiro ou por meio das principais operadoras de cartões de crédito e financeiras existentes no mercado.

Em 2019, a Companhia adotou um meio de pagamento próprio, denominado Tok Pay, no qual concede crédito a clientes para pagamento em até 12 vezes. A análise de crédito é restritiva, e possui política determinada pela administração, bem como a exposição é acompanhada mensalmente.

c) Risco de liquidez

Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas com crédito devido à qualidade das instituições financeiras e operadoras de cartões de crédito com quem a Companhia mantém operações e ao fato relacionado à concentração de vendas por meio de transações que não derivam riscos de crédito à Companhia.

O risco de liquidez surge da possibilidade de não podermos cumprir as nossas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O excesso de caixa é gerenciado pela Tesouraria, que investe esse excesso em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões de fluxo de caixa.
O quadro abaixo demonstra o vencimento das principais obrigações reconhecidas em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	67.191	24.858	-	92.049
Passivo de arrendamento	23.695	71.086	322.397	417.178
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	39.148	39.148
Empréstimos e financiamentos	112.150	-	-	112.150
Outras contas a pagar	26.010	-	-	26.010
	229.046	**95.944**	**361.545**	**686.535**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	92.985	1.310	-	94.295
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	36.546	36.546
Empréstimos e financiamentos	94.609	9.376	7.510	111.495
Outras contas a pagar	21.334	371	-	21.705
	208.928	**11.057**	**44.056**	**264.041**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores e confirming	108.582	847	-	109.429
Contas a pagar com partes relacionadas	-	1.125	34.010	35.135
Empréstimos e financiamentos	55.627	33.461	23.796	112.884
Outras contas a pagar	17.293	5.028	-	22.321
	181.502	**40.461**	**57.806**	**279.769**

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador em equivalentes de caixa e contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos dois cenários diferentes. Como cenário provável foi considerado o valor contábil. A partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário 1) e 50% (cenário 2).

Para cada cenário foi calculada a “receita e despesa financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações.

31 de dezembro de 2019

Operações	Risco	% a.a. (a)	Valor contábil	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Equivalentes de caixa	Queda do CDI	5,96%	3.500	209	156	104
Passivo de arrendamento	Aumento do IGP-M	7,30%	417.178	(30.454)	(38.067)	(45.681)
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	5,96%	112.150	(6.684)	(8.355)	(10.026)
Contas a pagar com partes relacionadas	Aumento do CDI	5,96%	39.148	(2.333)	(2.917)	(3.500)

(a) Índice CDI obtido através do site da B3 S.A.

6.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal

para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo total do capital. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e contas a pagar com partes relacionadas, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro podem ser assim sumariados:

	2019	2018	2017
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Total dos empréstimos e financiamentos	112.150	111.495	112.884
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(12.425)	(15.504)	(4.810)
Dívida líquida	99.725	95.991	108.074
Total do patrimônio líquido	437.749	403.450	354.837
Total do capital	**537.474**	**499.441**	**462.911**
Índice de alavancagem financeira - %	18,55%	19,22%	23,35%

6.3. Valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil			Valor justo		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	12.425	15.504	4.810	12.425	15.504	4.810
Contas a receber de clientes	351.407	355.960	288.494	351.407	275.535	288.494
Total	**363.832**	**371.464**	**293.304**	**363.832**	**291.039**	**293.304**
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	112.150	111.495	112.884	112.150	111.495	112.884
Arrendamento	417.178	-	-	417.178	-	-
Fornecedores	92.049	94.295	109.429	92.049	94.295	109.429
Contas a pagar com partes relacionadas	39.148	36.546	35.135	39.148	36.546	35.135
Total	**660.525**	**242.336**	**257.448**	**660.525**	**242.336**	**257.448**

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é a quantia pela qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar e não em uma

venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.

Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pela Companhia com base em parâmetros, tais como: taxa de juros, fatores de risco específicos, credibilidade individual do cliente ou da contraparte. Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018	2017
Caixa e bancos	8.925	919	2.847
Aplicações financeiras	3.500	14.585	1.963
	12.425	**15.504**	**4.810**

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, por operações compromissadas, com remuneração mensal de 50% do CDI em 2019 (50% em 2018 e 95% a 101,3% em 2017) da variação do índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), de alta liquidez, resgatáveis com o próprio emissor, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

8. Contas a receber de clientes

	2019	2018	2017
Cartões de crédito de terceiros (a)	341.652	358.803	291.235
Duplicatas a receber e outros (b)	16.412	4.508	5.468
Ajuste a valor presente	(6.222)	(7.151)	(8.009)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(435)	(200)	(200)
	351.407	**355.960**	**288.494**

(a) Cartões de crédito de terceiros - as vendas por cartões de crédito podem ser realizadas à vista ou por meio de parcelamentos de 2 a 10 meses sem encargos financeiros, dependendo de certos patamares de compra. O risco de crédito nessas operações é assumido pelas operadoras de cartões de crédito. O prazo médio de recebimentos do contas a receber em 2019 ficou em 105 dias (114 em 2018 e 101 em 2017).

(b) Duplicatas a receber e outros - inclui saldo de duplicatas emitidas para pessoas jurídicas e pessoas físicas. O risco de crédito nessas operações é assumido pela Companhia. Em 2019, a Companhia possuía R$11.765 de contas a receber relacionadas a pessoas físicas (não existia a modalidade em 2018 e 2017).

A composição do saldo das contas a receber vencidas e a vencer é assim apresentada:

	2019	2018	2017
A vencer			
De 1 a 30 dias	99.980	88.721	65.771
De 31 a 60 dias	72.113	67.316	47.919
De 61 a 90 dias	47.789	47.511	39.167
De 91 a 120 dias	37.676	39.127	31.782
De 121 a 150 dias	25.195	28.030	26.717
De 151 a 180 dias	20.465	24.669	22.526
De 181 a 210 dias	18.573	19.591	20.508
Acima de 211 dias	28.020	43.857	35.587
	349.811	**358.822**	**289.977**
Vencidas			
De 1 a 30 dias	7.962	4.292	6.658
De 31 a 60 dias	210	166	21
De 61 a 90 dias	18	20	36
Acima de 91 dias	63	11	11
	8.253	**4.489**	**6.726**
Ajuste a valor presente	(6.222)	(7.151)	(8.009)
Provisão para créditos de realização duvidosa	(435)	(200)	(200)
	351.407	**355.960**	**288.494**

A movimentação do saldo da conta de provisão para perda de estoques é assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	200
Complementos (reversões)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**200**
Complementos (reversões)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**200**
Complementos (reversões)	235
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**435**

Os saldos das contas a receber apresentados nas demonstrações financeiras estão líquidos das comissões a serem pagas às administradoras de cartões de crédito e financeira, bem como ajustados a valor presente com base na taxa SELIC, quando aplicável. Considerando a natureza das operações da Companhia, e que o saldo a receber é substancialmente relacionado com operadoras de cartões, a exposição ao risco de crédito é mínima, e as análises sobre as provisões para créditos de realização duvidosa são efetuados apenas para duplicatas e cheques, os quais não apresentam variações significativas durante o exercício.

A totalidade das contas a receber é em moeda nacional (reais).

9. Estoques

	2019	2018	2017
Mercadorias para revenda			
Nos centros de distribuição	78.687	77.961	72.558
Nas lojas	95.065	76.186	72.842
Mercadorias em poder de terceiros	1.813	997	600
Mercadorias em trânsito	4.333	2.273	2.988
Material de uso e consumo	2.262	1.408	1.231
Adiantamentos a fornecedores	144	204	246
Provisão para perda de estoques	(2.743)	(2.517)	(1.478)
	179.561	**156.512**	**148.987**

A movimentação do saldo da conta de provisão para perda de estoques é assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	(656)
Provisão	(1.112)
Reversões/baixas efetivas	290
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**(1.478)**
Provisão	(1.387)
Reversões/baixas efetivas	348
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**(2.517)**
Provisão	(1.169)
Reversões/baixas efetivas	943
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**(2.743)**

10. Tributos a recuperar

	2019	2018	2017
IPI a recuperar (a)	16.457	15.790	-
ICMS a compensar	5.123	2.236	1.736
Tributos diferidos	1.587	1.824	2.042
Outros	74	1.642	1.186
	23.241	**21.492**	**4.964**
Circulante	22.345	20.888	3.812
Não circulante	896	604	1.152

O saldo do ativo não circulante está representado, substancialmente, pelo ICMS sobre compra do ativo imobilizado.

(a) Refere-se substancialmente a créditos relativos aos pagamentos a maior de IPI sobre preço estimado de venda dos últimos cinco anos.

11. Depósitos judiciais

	2019	2018	2017
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Processos tributários (a)	11.786	19.876	57.618
Processos trabalhistas	2.100	1.813	498
Processos cíveis	431	620	482
	14.317	**22.309**	**58.598**

(a) Em 2018, a Companhia converteu o depósito judicial a favor da União R$42.853 relacionado a processo de IPI. Em 2019, a Companhia reverteu a favor da União R$9.375 referente à parcela do depósito judicial relacionado ao processo de INSS. Vide Nota 22.

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado

	Terrenos	Móveis e utensílios	Máquinas e ferramentas	Equipamento de informática	Instalações	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Outros imobilizados	Imobilização em andamento	Imobilizado total
31/12/2016	15.465	21.437	13.158	6.033	68.477	72.722	3.191	4.783	205.266
Aquisição	-	954	2.392	2.525	2.004	913	1.072	6.853	16.713
Transferência	-	1.649	1.664	213	1.535	1.976	480	(7.517)	
Alienação e baixa	-	(1)	(68)	(2)	(1.057)	(511)	(317)	(1.745)	(3.701)
Depreciação	-	(1.995)	(1.204)	(2.190)	(10.772)	(11.713)	(554)	-	(28.428)
31/12/2017	**15.465**	**22.044**	**15.942**	**6.579**	**60.187**	**63.387**	**3.872**	**2.374**	**189.850**
Aquisição	-	1.200	2.015	1.961	5.626	1.391	328	18.527	31.048
Transferência	-	320	602	1.596	656	2.603	497	(6.274)	
Alienação e baixa	-	-	-	(11)	(11)	-	(587)	(4.515)	(5.124)
Depreciação	-	(2.681)	(2.594)	(2.483)	(13.093)	(12.231)	(687)	-	(33.769)
31/12/2018	**15.465**	**20.883**	**15.965**	**7.642**	**53.365**	**55.150**	**3.423**	**10.112**	**182.005**
Aquisição	-	3.020	2.474	1.621	3.204	6.572	2.448	31.547	50.886
Transferência		5.104	-	3.526	6.481	16.260	180	(31.551)	-
Alienação e baixa	-	-	-	(320)	-	-	(791)	-	(1.111)
Depreciação	-	(2.586)	(1.902)	(2.359)	(10.040)	(11.099)	(512)	-	(28.498)
31/12/2019	**15.465**	**26.421**	**16.537**	**10.110**	**53.010**	**66.883**	**4.748**	**10.108**	**203.282**
Taxas médias depreciação - %	**-**	**9,6**	**7,5**	**20**	**10**	**10,6**	**12**	**-**	**-**

	2019		2018		2017	
	Custo total	Depreciação acumulada	Custo total	Depreciação acumulada	Custo total	Depreciação acumulada
Terrenos	15.465	-	15.465	-	15.465	-
Móveis e utensílios	38.199	(11.777)	30.079	(9.191)	28.559	(6.516)
Máquinas e ferramentas	29.904	(13.368)	27.433	(11.465)	24.815	(8.873)
Equipamentos de informática	34.496	(24.387)	29.358	(21.707)	26.000	(19.421)
Instalações	144.108	(91.098)	134.423	(81.058)	128.153	(67.965)
Benfeitorias	165.119	(97.677)	141.170	(86.579)	137.177	(74.544)
Imobilizações em andamento	10.112	-	10.107	-	2.372	-
Outros imobilizados	9.573	(5.387)	9.067	(5.097)	9.412	(4.784)
Imobilizado Total	**446.976**	**(243.694)**	**397.102**	**(215.097)**	**371.953**	**(182.103)**

13. Intangível, líquido

	Software e licença	Ponto comercial	Total intangível
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.126	535	5.661
Aquisição	2.305	-	2.305
Baixa	(10)	-	(10)
Amortização	(1.973)	(77)	(2.050)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**5.448**	**458**	**5.906**
Aquisição	1.376	-	1.376
Baixa	(350)	-	(350)
Amortização	(2.099)	(76)	(2.175)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**4.375**	**382**	**4.757**
Aquisição	7.624	-	7.624
Baixa	(357)	-	(357)
Amortização	(1.907)	(77)	(1.984)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**9.735**	**305**	**10.040**
Taxas médias anuais de amortização - %	20	10	

	2019		2018		2017	
	Custo total	Amortização acumulada	Custo total	Amortização acumulada	Custo total	Amortização acumulada
Software e licença	32.103	(22.368)	24.479	(20.104)	23.628	(18.180)
Ponto comercial	1.967	(1.662)	1.967	(1.585)	1.967	(1.509)
	34.070	**(24.030)**	**26.446**	**(21.689)**	**25.595**	**(19.689)**

14. Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia possui arrendamentos exclusivamente com a natureza de locação de imóveis, utilizando as cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos.

A taxa de desconto em 31 de dezembro de 2019 variou entre 7,42% a 10,00%, (7,08% a 10,56% em 1º de janeiro de 2019), de acordo com os prazos de seus contratos, considerando o spread de crédito da Companhia.

Os arrendamentos contratados pela Companhia são apresentados abaixo:

i) Direito de uso

Adoção inicial 1º de janeiro de 2019	410.749
Atualizações contratuais	16.892
Adições novos contratos	42.226
Baixas	-
Amortização	(70.012)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**399.855**

ii) Passivo de arrendamento

Adoção inicial 1º de janeiro de 2019	410.749
Atualizações contratuais	16.892
Adições novos contratos	42.226
Baixas	-
Juros	39.629
(-) Pagamentos de principal	(52.689)
(-) Pagamentos de juros	(39.629)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**417.178**

iii) Maturidade dos contratos

	Valor
2020	93.157
2021	90.324
2022	86.602
2023	73.932
2024	59.273
Mais de 5 anos	185.829
Total dos valores não descontados	589.117
Juros	(171.939)
Passivo de arrendamento em 31/12/2019	**417.178**

15. Fornecedores

	2019	2018	2017
Fornecedores - mercado interno (i)	85.472	86.765	81.194
Fornecedores - confirming	-	-	25.031
Fornecedores - mercado externo	3.797	7.380	3.652
Ajuste a valor presente	(993)	(543)	(991)
Fretes a pagar	3.773	693	543
	92.049	**94.295**	**109.429**

(i) Em 2017, a Companhia possuía contrato de *Confirming* firmado com instituição financeira, o saldo da operação em 31 de dezembro de 2017 era de R$25.031 e possibilitava antecipar aos fornecedores, recursos referentes às suas vendas de mercadorias. Em 2018 e 2019 a Companhia não operou com essa modalidade.

16. Empréstimos e financiamentos

	2019	2018	2017	Média ponderada dos encargos financeiros - %
Em moeda nacional				
Capital de giro - lastreado em recebíveis	104.470	84.813	67.248	109% do CDI em 2019 (105% do CDI a.a. 2018 e 108% 2017)
Capital de giro	7.680	26.682	45.563	Variação do CDI + 1,61% a 2,10% para 2019 e 2018 (1,45% a.a. - 1,80% a.a. para 2017)
Financiamentos	-	-	73	-
	112.150	**111.495**	**112.884**	
Circulante	112.150	103.985	89.088	
Não circulante	-	7.510	23.796	

Em garantia dos empréstimos e financiamentos foram oferecidas notas promissórias avalizadas pelos acionistas e cessão fiduciária de parcela da carteira de recebíveis de cartões de crédito, e as operações não possuem cláusulas restritivas ("*covenants*") relacionadas a indicadores financeiros.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão apresentados a seguir:

	2019	2018	2017
6 meses ou menos	112.150	94.690	56.080
6 a 12 meses	-	9.295	33.008
Acima de 12 meses	-	7.510	23.796
	112.150	**111.495**	**112.884**

17. Contas a pagar com partes relacionadas

	2019	2018	2017
Parcela sob condição suspensiva	34.010	34.010	34.010
Juros sobre saldo de contraprestação a pagar	5.138	2.536	-
Contraprestação principal a pagar	-	-	1.125
	39.148	**36.546**	**35.135**
Circulante	-	-	1.125
Não circulante	39.148	36.546	34.010

O saldo de contraprestação a pagar referia-se ao parcelamento devido aos ex-controladores decorrente da aquisição do controle acionário da Estok Comércio e Representações S.A. e cuja dívida foi assumida pela Companhia com a incorporação da Mevamoga Participações S.A.

A Companhia discutia judicialmente três contratos de derivativos, celebrados em desconformidade com as suas operações, que não auferia receitas em moedas estrangeiras e não negociava tradicionalmente com produtos de risco financeiro. Com o encerramento dessa discussão judicial, em 25 de setembro de 2017, ocorreu a liberação do pagamento das parcelas retidas referente a venda do controle da Companhia, restando, ao final de 2017, apenas o montante de R$1.125, e que foram negociadas com os ex-controladores em 2018.

Adicionalmente, os sócios decidiram ajustar o valor da contraprestação para incluir um novo componente sujeito a condições suspensivas (nos termos do artigo 121 e ss. do Código Civil Brasileiro). O valor correspondente a esta parcela, cujo valor total ainda é indeterminado haja vista estar sujeito à ocorrência de certas condições foi mensurado com base na melhor estimativa da administração. Essa provisão foi registrada em 2017 na rubrica “Outras despesas operacionais” (Nota 28), pelo principal de R$34.010. Esse valor é corrigido mensalmente pela variação do CDI + 1% e tem vencimento previsto para 24 de outubro de 2024.

18. Salários e encargos sociais

	2019	2018	2017
Salários e participações no resultado a pagar	4.682	17.542	5.177
Provisões de férias	15.372	12.743	16.097
INSS a recolher	3.832	4.050	5.053
FGTS a recolher	1.038	1.107	1.666
IRRF a recolher	1.455	4.464	1.867
Outros	1.225	1.046	986
	27.604	**40.952**	**30.846**

19. Tributos a recolher

	2019	2018	2017
ICMS a recolher	8.220	13.508	13.185
COFINS a recolher	5.422	4.617	3.996
IPI a recolher	501	1.225	2.185
PIS a recolher	1.175	997	867
Outros tributos	1.211	809	719
	16.529	**21.156**	**20.952**

20. Receitas diferidas

	2019	2018	2017
Adiantamento de clientes (i)	23.099	16.182	14.840
Vales presentes e demais créditos	2.166	1.823	1.400
Outras receitas diferidas	1.525	3.445	3.996
	26.790	**21.450**	**20.236**
Circulante	26.790	20.781	17.997
Não circulante	-	669	2.239

(i) Referem-se a valores recebidos pela Companhia que serão reconhecidos como receita quando da efetiva transferência dos produtos para os clientes.

21. Imposto de renda e contribuição social

21.1. Parcelamento de imposto de renda e contribuição social

	2019	2018	2017
REFIS (IRPJ e CSLL jul/2009 a nov/2013) - (a)	5.695	6.094	6.228
PERT (IRPJ e CSLL dez/2012 a jan/2013) - (b)	2.908	3.174	3.199
	8.603	**9.268**	**9.427**
Circulante	986	951	914
Não circulante	7.617	8.317	8.513

(a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) junto à Secretaria da Receita Federal por meio de requerimento em 5 de agosto de 2014. A Companhia optou por incluir no parcelamento, com as reduções de 60% de multa e 25% de juros, para pagamento em 180 parcelas, valores devidos relativos às competências de 07/2009 a 11/2013 no montante de R$8.672, dos quais 10% foram liquidados no momento da adesão. O parcelamento se encerra em jan/2028 e cada parcela é atualizada mensalmente pela taxa de juros SELIC. Em 31 de dezembro de 2019 R$3.202 correspondia ao principal, R$185 multa e R$2.308 juros.

(b) A Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PERT) junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio de requerimento em 17 de março de 2017. O parcelamento foi efetuado mediante pagamento em espécie de 24% da dívida consolidada, que montava na época R$4.806, em 24 prestações mensais e sucessivas de R$22, e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL. O parcelamento se encerra em nov/2029 e cada parrcela é atualizada mensalmente pela taxa de juros SELIC. Em 31 de dezembro de 2019, R$2.358 correspondia ao principal, R$250 à multa e R$300 aos juros.

21.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2019	2018	2017
Tributos diferidos ativos	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSSL	37.609	34.483	28.122
Provisão para demandas judiciais e outras	9.976	13.091	25.988
Provisão para participação nos resultados	220	4.813	442
Efeito fiscal do ágio incorporado (i)	-	-	41.289
Provisão para não realização da parcela contingente do ágio incorporado	-	-	(16.394)
Provisão temporária - efeito IFRS 16	5.890	-	-
AVP	1.576	1.811	-
Stock Option	1.742	-	-
Outras diferenças temporárias	891	3.979	5.843
	57.904	**58.177**	**85.290**
Tributos diferidos passivos			
Adoção do custo atribuído (ii)	(3.522)	(3.522)	(3.522)
	(3.522)	**(3.522)**	**(3.522)**
Total IR/CS diferidos	**54.382**	**54.655**	**81.768**

(i) Em decorrência do processo de incorporação da controladora Mevamoga, foi reconhecido ativo fiscal diferido sobre a diferença temporária gerada na baixa do ágio. Em função de uma parcela do preço de aquisição ser contingente, a Administração decidiu registrar provisão para *impairment* sobre o montante do benefício condicionado à parcela contingente, no valor de R$16.394, no momento da incorporação até o momento em que o valor do passivo contingente seja pago e, por consequência, apurado o valor do ágio que será dedutível para fins fiscais.

(ii) A Companhia tem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, no montante de R$3.522, referente à mais-valia sobre o custo atribuído dos terrenos registrada na data de transição para os novos CPCs.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Ano	
2021	20.108
2022	15.687
2023	12.720
2024	9.389
	57.904

b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social, nominal e efetiva, pode ser assim demonstrada:

	2019	2018	2017
	(reapresentado)		(reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	63.816	100.195	9.084
Alíquota nominal	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, nominais	(21.697)	(34.066)	(3.089)
Conciliação			
Baixa dos tributos diferidos sobre ação judicial de derivativos	-	-	(3.760)
Parcela sob condição suspensiva	-	-	(11.563)
Imposto de renda e contribuição social - parcelamento	-	-	(2.791)
Subvenção para investimento (i)	819		
JSCP	8.682	8.069	-
Outras diferenças permanentes	1.924	(1.168)	(676)
	(10.272)	**(27.165)**	**(21.879)**
Imposto de renda e contribuição social, efetivos			
Corrente	(9.999)	-	-
Diferido	(273)	(27.165)	(21.879)
	(10.272)	**(27.165)**	**(21.879)**
Alíquota efetiva	16,10%	27,11%	-240,85%

(i) A Companhia possui incentivo fiscal estadual, o qual cumpre todos os requisitos legais para ser tratado como subvenção para investimento.

22. Provisão para demandas judiciais

a) A Companhia apresenta os seguintes passivos relacionados às provisões para demandas judiciais

	2019	2018	2017
	(reapresentado)		
Tributárias e previdenciárias	11.475	20.284	57.408
Trabalhistas e cíveis	5.773	10.600	11.411
	17.248	**30.884**	**68.819**

b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Provisão para demandas judiciais
Saldo em 31 de dezembro de 2016	119.956
Constituição de provisão	40.609
Pagamentos realizados	(91.342)
Baixa contra levantamento de depósitos judiciais	(404)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**68.819**
Constituição de provisão	7.539
Pagamentos realizados	(2.621)
Baixa contra levantamento de depósitos judiciais	(42.853)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**30.884**
Constituição (reversão) de provisão	1.354
Pagamentos realizados	(5.399)
Baixa contra levantamento de depósitos judiciais	(9.591)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	**17.248**

Contingências trabalhistas, cíveis, tributárias e previdenciárias

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Tributárias e previdenciárias - correspondem basicamente aos questionamentos relativo a:

(i) Em 2010, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com o objetivo da declaração de inconstitucionalidade do aumento do RAT da aplicação do FAP, que pode aumentar o RAT da Companhia. A partir daquele ano, vinha efetuando depósitos judiciais dos valores controversos de RAT/FAP, discutidos no mandado de segurança, correspondentes à diferença entre o “RAT Ajustado” exigido e o RAT considerado devido, que continuou a ser pago por GPS. Após agosto de 2018, a Companhia passou a recolher todo o valor devido por meio da GPS e, em dezembro de 2019, a Companhia reverteu em favor da União parcela dos depósitos realizados (R$9.375), seguindo ainda com a discussão da tese na esfera jurídica.

(ii) A Companhia possui Ação Ordinária com o objetivo de afastar o recolhimento do IPI na comercialização dos produtos importados e reconhecer o direito à compensação ou à restituição dos valores de IPI pagos indevidamente nos cinco anos anteriores à propositura da ação. Em 2018, a Companhia converteu em favor da União R$42.853 depositados judicialmente, por razões de conveniência gerenciais/operacionais seguindo com a discussão da tese.

Trabalhistas e cíveis - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados relacionadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões, horas extras, pagamento de adicionais por transferências, reclamações de clientes, entre outros. Consideram o estágio atual dos processos em andamento, em caso de perdas julgadas como prováveis.

Operações com derivativos - até 2017, a Companhia vinha discutindo judicialmente três contratos de derivativos, celebrados em desconformidade com as operações da Companhia. Em 25 de setembro de 2017, a Companhia estabeleceu um acordo extrajudicial com cláusula de confidencialidade em que as partes decidiram finalizar as ações judiciais (ordinárias, de cobrança e cautelares), bem como todos os seus eventuais incidentes e recursos, em quaisquer instâncias, de forma irrevogável e irretratável. O efeito líquido nos livros da Companhia totalizou R$90.000.

c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 25 de maio de 2018, a Companhia recebeu auto de infração questionando a dedutibilidade, entre os anos de 2013 a 2015, das despesas de amortização de ágio e juros sobre a parcela a pagar proveniente da transação de aquisição de 60% das ações da Companhia pela Mevamoga Participações S.A. ocorrida em 2012, que posteriormente foi incorporada, em 2013, pela Companhia. A Administração contesta o auto de infração ainda na esfera administrativa, e em conjunto com seus consultores jurídicos, avalia o risco de perda como possível para o montante de R$178.623 relacionado ao referido auto.

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:

	2019	2018	2017
Tributárias	192.000	183.691	4.578
Trabalhistas e previdenciárias	15.053	13.855	20.993
Cíveis	5.773	3.975	2.920
	212.826	**201.521**	**28.491**

d) Ganhos contingentes

ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS - a Companhia possui ações judiciais em andamento, que objetivam o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos. Os processos já possuem decisão favorável de 2ª Instância, proferidas pelos Tribunais Regionais Federais da 3ª e 4ª Regiões, e aguardam julgamento de embargos de declaração e/ou recursos apresentados pela União Federal. A probabilidade de ganho é avaliada por seus assessores jurídicos como provável quanto ao mérito e possível quanto à obtenção de efeitos patrimoniais em relação às competências anteriores à data da decisão do STF (que em 15 de março de 2017 decidiu, em repercussão geral, que "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS").

Estando os processos da Companhia ainda pendentes de decisão judicial transitada em julgado, não é possível o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados em relação às competências que antecedem cinco anos da data de ingresso das ações até a competência de março de 2017 (data da decisão do STF). No entanto, em razão da inexistência de decisão final sobre o pedido de modulação de efeitos, apresentado pela União Federal nos autos do *leading case*, julgado em sede de repercussão geral, e considerando que, além da modulação de efeitos, a União Federal pede também a fixação de forma de cálculo menos favorável ao contribuinte (exclusão do ICMS a recolher da base do PIS/COFINS). Por fim, não há como assegurar, nesse momento, quando serão efetivamente realizados.

Em relação aos valores relativos às competências posteriores à data da decisão do STF (15 de março de 2017), período no qual a probabilidade de perda das ações é avaliada por seus assessores jurídicos como remota, a Companhia vem reconhecendo os efeitos no resultado.

23. Partes relacionadas

23.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui, além dos administradores da Companhia, todos os membros da diretoria executiva. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	2019	2018	2017
Salários e encargos	13.323	12.161	7.357
Gratificações e encargos, incluindo plano de opção de compra de ações	2.108	2.980	1.560
Participação nos lucros	-	942	-
	15.431	**16.083**	**8.917**

23.2 Contas a receber com partes relacionadas

Em 2017 haviam saldos a pagar para os acionistas da Companhia, no montante de R$550, referente substancialmente à fianças prestadas, e que estão classificadas em outras contas a pagar no balanço patrimonial. Em 2018 e 2019 não existem saldos em aberto. Ainda, em 2018 a Companhia firmou contrato de arrendamento com a R&G Participações Imobiliárias Ltda., empresa que possui como proprietários partes relacionadas à membros do Conselho de Administração da Companhia. Referido contrato foi realizado seguindo valor de mercado, e em 2019 foram pagos R$1.188 a título de alugueis (R$1.670 em 2018).

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o capital social totalmente subscrito e integralizado está representado no montante de R$ 237.637, representados por 665.390 ações ordinárias nominativas (266.821.390 após o desdobramento aprovado em 13 de outubro de 2020), sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	Participação -%	Quantidade de ações	Quantidade de ações (após desdobramento)
FBIE-FIP - Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas	8,81	58.641	23.515.041
FS - Fundo de Investimento em Participações	38,51	256.257	102.759.057
TS Coinvestimento - Fundo de Investimento em Participações	13,4	89.129	35.740.729
Regghi Participações S.A.	8,72	58.042	23.274.842
Pessoas físicas	30,56	203.321	81.531.721
	100,0	665.390	266.821.390

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava autorizada a aumentar o capital social mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal até o limite de 7,5% do capital social da Companhia, independentemente de reforma do Estatuto Social vigente.

b) Distribuição de dividendos/JSCP

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária. A destinação do saldo remanescente do lucro

líquido do exercício, após as destinações previstas em lei ou no estatuto, será deliberado na Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou Juros Sobre Capital Próprio no montante de R$25.534, o qual representa 52,6% do lucro líquido após a destinação da reserva de incentivos fiscais e reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou Juros Sobre Capital Próprio no montante de R$23.733, o qual representa 34,0% do lucro líquido após a destinação da reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia havia declarado dividendos no montante de R$5.604.

Cálculo dos Dividendos/JSCP deliberados:

	2019	2018	2017
	(reapresentado)		(reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	53.544	73.030	(12.795)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(2.410)	-	-
Base de cálculo reserva legal	**51.134**	**73.030**	**(12.795)**
(-) Reserva legal (5%)	(2.557)	(3.652)	**-**
Base de cálculo para distribuição de dividendos	**48.577**	**69.378**	**(12.795)**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	12.144	17.345	-
Dividendo	**-**	-	5.604
Valor deliberado de dividendos/JSCP	**25.534**	**23.733**	**5.604**

c) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao custo atribuído dos terrenos, conforme permitido no período de transição dos CPCs. O saldo é composto pelo custo atribuído no montante de R$ 10.359, líquido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos no montante de R$ 3.522. Esses montantes serão realizados somente quando da alienação dos terrenos, a Companhia apresenta o saldo.

d) Plano de opções de compras de ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores opções de compras de ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos baseados em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As

despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de opções de compras de ações, no patrimônio líquido.

Plano de opções de compra de ações de 2014

Em 30 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou um plano de pagamento baseado em ações.

O plano de opções de compra de ações da Companhia tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos participantes com o objetivo de atrair, motivar e reter executivos-chave. O preço de exercício das opções concedidas é o valor justo das ações no momento da outorga das opções ("Preço de Exercício"), definido nos contratos individuais celebrados com cada participante, sem correção monetária até a data de seu efetivo exercício nos termos do plano.

As opções foram concedidas aos empregados considerados executivos-chave da Companhia, neste caso indicados pelo Conselho de Administração para receberem opções. As opções outorgadas são divididas como descrito a seguir:

"Time Based Options" (TBO) ou Exercício da Opção com base no Prazo do Vínculo Empregatício 71% do total (76% em 2016) - provê o direito do beneficiário de comprar ações a um preço predeterminado com base na ocorrência de um Evento de Liquidez e no tempo de trabalho contínuo na Companhia. Estas opções estão sujeitas a um período aquisitivo dos direitos às opções e ao seu exercício. O beneficiário terá direito de exercer as opções, com base em um cronograma de *vesting* de 20% ao ano, por 5 (cinco) anos, desde que ocorra o evento de liquidez e o mesmo permaneça como empregado, diretor ou prestador de serviços da Companhia durante o referido período. Na ocorrência de um Evento de Liquidez em data anterior ao vencimento do prazo de exercício de 5 (cinco) anos, as Opções poderão se tornar exercíveis antecipadamente e em data anterior ao aniversário da outorga das Opções.

"Performance Based Options" (PBO) ou Exercício da Opção com base no Desempenho da Companhia 29% do total (24% em 2016) - provê o direito do beneficiário de comprar ações na ocasião de um Evento de Liquidez (como por exemplo a alienação total/parcial de participação acionária ou Abertura Qualificada de Capital pela Companhia) condicionado ao atingimento da meta temporal de crescimento da área de vendas da Companhia.O valor justo das opções concedidas foi calculado separadamente pelo tipo de opção. O valor justo das opções do tipo TBO foi calculado com base no modelo de avaliação *"Binomial Tree Model"*. Já o valor justo das opções do tipo PBO foi calculado com base no modelo de avaliação contínuo de *Black & Scholes* do tipo Barreira (*knock-in*) haja vista sua dependência

de certas condições para ocorrência e atingimento de determinado nível de performance. As premissas e resultados dos cálculos estão demonstrados abaixo:

Detalhes	PBO	TBO
Data de início (primeira outorga)	30/06/2014	30/06/2014
Quantidade de opções[(i)]	1.304.854	4.078.170
Preço de exercício - R$[(i)]	R$3,16	R$3,16
Volatilidade anualizada esperada	28,10%	28,10%
Prazo maturidade estimado[(ii)]	6 anos	6 anos
Valor justo da opção	R$1,33	R$0,97

(i) Considera o desdobramento das ações de na proporção de uma ação para 401 ações, aprovado em 13 de outubro de 2020.
(ii) Período de cinco anos de carência mais primeiro aniversário da expiração do último período de carência.

Plano de opções de compra de ações de 2018

Em 20 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a criação do Plano de Opções de Compra de Ações (“OCA”) de emissão da Companhia, oferecidos para determinados funcionários, em que a Companhia emitiu Opções de Compra de Ações que foram adquiridas por esse grupo. De forma similar a um plano de pagamento baseado em ações, referido plano foi tratado conforme o pronunciamento contábil para registro de pagamento baseada em ações, sendo que o valor justo do plano será registrado como despesa do exercício durante o período de benefício ao executivo (*vesting period).*

Detalhes	OCA 2018	OCA 2019
Data da outorga	20-12-18	30-12-19
Quantidade de opções [(i)]	12.723.329	1.310.468
Preço de exercício - R$[(i)]	3,16	7,48
Volatilidade anualizada esperada	38,41%	43,60%
Prazo maturidade estimado (*)	6 anos	6 anos
Valor justo da opção	0,66	0,74

(i) Considera o desdobramento das ações na proporção de uma ação para 401 ações, aprovado em 13 de outubro de 2020.

e) Bônus de subscrição

Em 3 de setembro de 2019 a Companhia firmou um contrato de prestação de serviços com a Domus Aurea Serviços de Tecnologia Ltda. (“Domus”) com o objetivo de receber serviços exclusivos de desenho de estratégia, desenvolvimento, assessoria, gestão e treinamento em tecnologia digital aplicáveis às suas operações .

O referido contrato possui uma remuneração fixa liquidada em parcela única à vista de R$29.083 na assinatura do contrato, parcelas mensais sucessivas e parcela variável composta por bônus de subscrição de 20.038.772 ações próprias (considerando o desdobramento das ações aprovado em 13 de outubro de 2020) subdivididos em três séries, (A, B e C), sujeitos à regras específicas definidas no contrato de prestação de serviço. Na mensuração do valor, tomou-se por base que o serviço adquirido é similar a um empregado,

conforme previsto no IFRS 2/CPC10, sendo que o valor justo do plano será registrado como despesa do exercício durante o período de aquisição do direito (vesting period).

Os Bônus dão ao Beneficiário o direito de exercer após a data de Carência até a data de vencimento conforme descrito abaixo. O Bônus só poderá ser exercido após a ocorrência das seguintes condicionantes:

i. Evento de Liquidez da Companhia, conforme definido no contrato de prestação de serviços;
ii. À vigência do contrato de prestação de serviços entre a Companhia e Domus à época do exercício de cada prazo de carência do Bônus;
iii. Ao pagamento do preço de exercício;
iv. Aos Intervenientes da Domus serem diretores estatutários à época do exercício do Bônus;
v. Ao Atingimento Parcial ou Integral de Metas de performance, conforme definidos no Contrato de Prestação de Serviços;
vi. Ao cumprimento de Meta de Atração de executivos..

O Bônus foi dividido em três séries com o resumo das características de cada série descrito na tabela abaixo:

Descrição	Quantidade de opções(i)	Condicionantes	Período de Carência (*)	% de opções por vencimento	Vencimento	Preço de exercício por ação
Bônus A - 1	3.682.383	i, ii, iii, iv	N/A	100%	01/07/2027	0,0003
Bônus A - 2	3.682.383	i, ii,iii,iv,v	03/09/2021 03/09/2022 03/09/2023 03/09/2024	40% 20% 20% 20%	01/07/2027	0,0003
Bônus B	2.000.990	i, ii, iii, iv, v, vi	03/03/2022 03/03/2023 03/03/2024 03/03/2025	40% 20% 20% 20%	01/07/2027	7,5000
Bônus C	10.673.016	i, ii, iii, iv	03/09/2021 03/09/2022 03/09/2023 03/09/2024	40% 20% 20% 20%	01/07/2027	14,9900

(*) Período de cinco anos de carência mais primeiro aniversário da expiração do último período de carência.

(i) Considera o desdobramento das ações de na proporção de uma ação para 401 ações, aprovado em 13 de outubro de 2020.

	Bônus subscrição			
	A1	**A2**	**B**	**C**
Data da outorga	03-09-19	03-09-19	03-09-19	03-09-19
Quantidade de opções	3.682.383	3.682.383	2.000.990	10.673.016
Preço de exercício - R$	0,0003	0,0003	7,50	14,99
Volatilidade anualizada esperada	42,90%	42,90%	42,90%	42,90%
Prazo maturidade estimado (*)	1 anos	6 anos	7 anos	6 anos
Valor justo da opção	2,38	1,05	0,68	0,74

(i) Considera o desdobramento das ações de na proporção de uma ação para 401 ações, aprovado em 13 de outubro de 2020.

f) A movimentação da reserva de pagamentos baseados em ações está detalhada abaixo:

	Quantidade de opções [i]	Valor das opções	Custo
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.383.024	5.699	5.229
Reversão por prescrição	(815.634)	(794)	(1.046)
Despesa do exercício	-	-	628
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**4.567.390**	**4.905**	**4.811**
Nova outorga	12.723.329	8.419	-
Reversão por prescrição (ii)	(2.664.244)	(3.053)	(2.986)
Despesa do exercício	-	-	2.302
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**14.626.475**	**10.271**	**4.127**
Nova outorga	1.310.468	973	0
Reversão por prescrição (ii)	(1.903.146)	(1.852)	(1.852)
Despesa do exercício	-	-	3.016
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**14.033.797**	**9.392**	**5.291**
Bônus de subscrição emitido (Nota 24(e))	20.038.772	26.655	5.125
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**34.072.569**	**36.047**	**10.416**

(i) Em 31 de dezembro de 2019, 14.033.797 opções referem-se a OCA. A reversão refere-se exclusivamente ao plano PBO e TBO de 2013. Em 2018 havia 1.903.146 referente ao plano PBO/TBO, e 12.273.329 referente ao OCA. A quantidade de opções considera o desdobramento de ações na proporção de cada ação para 401 ações, aprovado em 13 de outubro de 2020.

(ii) Opções canceladas por demissão e/ou prescrição do prazo de exercício.

25. Receita, líquida

	2019	2018	2017
Receita operacional bruta			
Vendas de mercadorias e serviços	1.743.266	1.634.373	1.545.373
Ajuste a valor presente	(18.421)	(19.548)	(33.488)
Devoluções e descontos	(153.150)	(130.054)	(128.670)
Impostos	(370.069)	(360.136)	(353.663)
	1.201.626	**1.124.635**	**1.029.552**

26. Custo dos produtos vendidos

	2019	2018	2017
Custo das vendas	520.579	473.553	445.424
Ajuste a valor presente	(4.453)	(4.319)	(3.950)
	516.126	**469.234**	**441.474**

27. Despesas operacionais, por natureza

27.1. Despesas com vendas

	2019	2018	2017
Pessoal	116.211	109.153	121.737
Aluguéis	745	76.985	69.022
Transporte	63.752	57.003	49.734
Ocupação	37.971	43.847	47.249
Cobrança	29.222	28.298	27.864
Depreciação	24.474	23.241	22.460
Amortização direito de uso	60.002	-	-
Publicidade	26.061	21.479	15.987
Uso e consumo	9.172	7.830	8.536
Serviços de terceiros	8.725	4.428	4.004
Outras despesas	17.119	21.961	24.310
	393.454	**394.225**	**390.903**

27.2. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018	2017
Pessoal	107.896	96.145	99.158
Aluguéis	-	11.571	11.048
Transporte	1.012	(68)	246
Ocupação	3.352	4.689	6.087
Cobrança	357	156	258
Depreciação	6.007	11.658	6.958
Amortização direito de uso	10.010	-	-
Publicidade	156	32	(1)
Uso e consumo	2.086	2.251	1.855
Serviços de terceiros	23.791	13.770	12.141
Outras (receitas) despesas	(1.117)	6.246	(879)
	153.550	**146.450**	**136.871**

28. Outras despesas operacionais, líquidas

	2019	2018	2017
	(reapresentado)		(reapresentado)
Contratação da Domus (i)	29.886	-	-
Despesas e reformas pré-operacionais	3.346	1.289	335
Reversões de contingências, líquidas	1.354	1.242	3.609
Consultorias e reorganizações de processos (ii)	6.816	16.934	12.391
Despesas (reversão) de opções e bônus de subscrição	6.289	4.748	(553)
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(1.385)	(4.533)	6.220
Parcela sob condição suspensiva	-	-	34.010
	46.306	**19.680**	**56.012**

(i) Refere-se aos gastos e pagamentos antecipados relacionados à contratação da Domus (vide nota 24.e).
(ii) Referem-se substancialmente à despesas com reorganizações de pessoas e processos dentro da Companhia

29. Resultado financeiro

	2019	2018	2017
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	(4.386)	(7.316)	(7.510)
Juros sobre antecipações de recebíveis	(3.669)	(1.266)	
Juros sobre passivo de arrendamentos	(39.629)	-	-
Apropriação da despesa financeira sobre ajuste a valor presente	(4.359)	(4.658)	(3.950)
Juros sobre contas a pagar com partes relacionadas	(2.602)	(2.607)	(16.715)
Despesas com operações de créditos ao consumidor	(851)	(1.453)	(2.877)
Outras	(1.642)	(880)	(3.271)
	(57.138)	**(18.180)**	**(34.323)**
Receitas financeiras			
Ajuste a valor presente	19.113	20.187	33.640
Descontos obtidos	9.278	1.953	34
Outras	373	1.189	5.441
	28.764	**23.329**	**39.115**
Resultado financeiro, líquido	**(28.374)**	**5.149**	**4.792**

30. Mudanças nos passivos financeiros com o fluxo de caixa das atividades de financiamento

A seguir é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os exercícios de 2019, 2018 e 2017:

31 de dezembro de 2019

	Em 31 de dezembro de 2018	Pagamentos de principal	Juros pagos	Juros + var. monetárias	Novas captações	Outros	Em 31 de dezembro de 2019
Empréstimos e financiamentos	111.495	(569.805)	(6.755)	8.055	569.160	-	112.150
Passivo de arrendamento	-	(52.689)	(39.629)	39.629	42.226	427.641	417.178
Contas a pagar com partes relacionadas	36.546	-	-	2.602	-	-	39.148
Total	148.041	(622.494)	(46.384)	50.286	611.386	427.641	568.476

31 de dezembro de 2018

	Em 31 de dezembro de 2017	Fluxos de caixa	Juros pagos	Juros + var. monetárias	Novas captações	Outros	Em 31 de dezembro de 2018
Empréstimos e financiamentos	112.884	(402.254)	(8.747)	8.582	401.030	-	111.495
Contas a pagar com partes relacionadas	35.135	-	-	2.607	-	(1.196)	36.546
Total	148.019	(402.254)	(8.747)	11.189	401.030	(1.196)	148.041

31 de dezembro de 2017

	Em 31 de dezembro de 2016	Fluxos de caixa	Juros pagos	Juros + var. monetárias	Novas captações	Outros	Em 31 de dezembro de 2017
Empréstimos e financiamentos	65.502	(49.319)	(9.576)	7.510	98.767	-	112.884
Contas a pagar com partes relacionadas	126.493	(81.191)	(43.718)	16.715	34.010	(17.174)	35.135
Total	191.995	(130.510)	(53.294)	24.225	132.777	(17.174)	148.019

31. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado das ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

O cálculo do lucro líquido (prejuízo) por ação para os exercícios findo sem 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 está demonstrado a seguir:

	2019	2018	2017
	(reapresentado)		(reapresentado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	53.544	73.030	(12.795)
Quantidade média ponderada de ações [i]	266.821.390	266.821.390	266.821.390
Lucro (prejuízo) por ação - básico - R$	**0,20**	**0,27**	**(0,05)**
Efeito da diluição: opções de compra de ações e bônus de subscrição [i]	19.942.532	4.662.427	-
Quantidade média ponderada de ações após diluição[i]	286.763.922	271.483.817	266.821.390
Lucro (prejuízo) por ação - diluído - R$	**0,19**	**0,27**	**(0,05)**

(i) Quantidade de opções considera o desdobramento de ações na proporção de uma ação para 401 ações, aprovado em 13 de outubro de 2020.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as opções de compra de ações não foram consideradas no cálculo do resultado por ação diluído devido ao fato de a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não havendo assim efeito diluidor.

32. Plano de previdência privada (Contribuição Definida)

A Companhia paga contribuições a planos de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido efetuadas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos gastos de pessoal.

Em julho de 2008, a Companhia contratou junto à Bradesco Vida e Previdência S.A. Contrato de Previdência Complementar (Plano Coletivo Instituído) e Contrato de Seguro de Vida com Cobertura por Sobrevivência (Plano Coletivo Averbado), sob a forma de contribuição definida e nas modalidades PGBL e VGBL. As contribuições são feitas mensalmente, de forma voluntária pelos participantes de acordo com as faixas salariais, com a contrapartida da Companhia conforme o tempo de plano. As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R$872 no exercício de 2019 (R$900 em 2018 e R$912 em 2017).

33. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas
Incêndio de bens do imobilizado e estoques	278.005
Responsabilidade civil	40.000
Automóveis - frota operacional e executiva	38.095
Garantia judicial/locação	25.552
Transportes nacionais	900

34. Eventos subsequentes

34.1 – COVID-19

A Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do coronavírus (“COVID-19”) configura uma pandemia em escala global. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Companhia. Adicionalmente, o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões do Brasil onde a Companhia opera, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem-estar e saúde de seus colaboradores, culminaram no fechamento temporário de suas lojas físicas a partir de 21 de março de 2020.

No primeiro trimestre de 2020, o impacto foi de nove dias de fechamento de lojas. A partir do segundo trimestre de 2020 tivemos um crescimento substancial nas nossas vendas online. Adicionalmente, as lojas foram sendo reabertas de acordo com os cronogramas e padrões de segurança definidos pelos Estados e Municípios em que operamos. A Companhia vem adotando uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo: (i) instituição de dois comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia da COVID-19; (ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia; (iii) otimização de estoque; (iv) aprimoramento dos canais digitais de venda online e atendimento aos consumidores; e (v) emprego de home office para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes.

Não obstante, neste momento, nem a Companhia nem sua Administração conseguem prever ou estimar precisamente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia, uma vez que a COVID-19 continua a impactar a atividade econômica mundial e representa o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido a paralisações que podem ser solicitadas por autoridades governamentais como medida preventiva.

Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Companhia

a) Risco de continuidade operacional

Os riscos decorrentes de surtos de doenças e epidemias de saúde, notadamente aqueles oriundos da pandemia provocada pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e no mundo, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de desabastecimento, em virtude de impossibilidade ou atrasos na importação de produtos oriundos de fornecedores localizados em outros países impactados pela pandemia; (ii) tornar mais difícil ou oneroso obter financiamento para as operações ou refinanciar a dívida no futuro; (iii) prejudicar a condição financeira de alguns dos clientes e fornecedores e; (iv) reduzir os programas de investimentos.

A Companhia manteve as compras e o pagamento de todos seus fornecedores e obrigações operacionais em meio a pandemia. Adicionalmente, a Companhia tomou empréstimos de curto prazo junto a bancos comerciais no valor total de R$ 255 milhões como estratégia para reforçar sua disponibilidade de caixa nesse período de incertezas gerado pela pandemia.

A Companhia acredita que não possui evidências de algum risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras não esperadas que deteriorem o ambiente econômico e de negócios, ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em um aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento, se manifestadas em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções e, eventualmente, podem afetar a capacidade da Companhia de atender suas obrigações e/ou levar ao reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de seus ativos.

b) Risco de perdas com base no valor realizável dos estoques

A Companhia avalia mensalmente se os estoques estão apresentados por seu valor realizável, e quando aplicável registra as perdas em virtude da existência de estoques com valor superior ao valor realizável. Para tanto, a Companhia utiliza o preço estimado de venda no curso normal dos negócios como premissa.

c) Risco relacionado a recuperabilidade de ativos financeiros

A Companhia não espera ter perdas significativas relacionadas a não recuperabilidade de seus ativos financeiros além daqueles já reconhecidos contabilmente, principalmente em função de serem representados substancialmente por recebíveis de cartão de crédito.

d) Risco relacionado a recuperabilidade do ativo imobilizado

Pelo menos anualmente, a Companhia realiza o teste de *impairment* de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras, em virtude do cenário macroeconômico. A Companhia realizou novas análises referentes a necessidade de reduzir ao valor recuperável do ativo imobilizado e concluiu pela inexistencia de evidências que os ativos estejam reconhecidos por valores acima de seu valor recuperável.

34.2 – Captação de empréstimos

A Companhia fez captações no início de 2020, de empréstimos para fortalecer sua liquidez durante o ano. Abaixo um quadro resumo das captações realizadas até o momento:

Classe	Data da Captação	Montante	Vencimento	Taxa
CCB (Capital de Giro)	30/03/2020	85.000	15/03/2021	CDI+Spread
CCB (Capital de Giro)	30/03/2020	50.000	25/03/2021	CDI+Spread
CCB (Capital de Giro)	09/04/2020	10.000	25/03/2021	CDI+Spread
CCB (Capital de Giro)	16/04/2020	50.000	20/04/2021	CDI+Spread
CCB (Capital de Giro)	24/04/2020	60.000	19/04/2021	CDI+Spread

34.3 – Início das atividades pré operacionais de controlada

Em 7 de abril de 2020, a companhia até então inativa Estok Distribuidora e Serviços S.A. controlada direta da Companhia, com 100% de participação acionária, e situada na cidade de Extrema, estado de Minas Gerais, na estrada municipal Vargem do João Pinto,450 – Galpão 02 – Bairro da Ponte Nova, firmou contrato de arrendamento de um galpão para futura operação de comércio e distribuição. A controlada permanece sem operações, possuindo apenas o contrato de arrendamento e aquisições de imobilizado em seus livros.

34.4 – Alteração do Estatuto Social e desdobramento de ações

Em 13 de outubro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o desdobramento das 665.390 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia em 266.821.390 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem modificação no capital social, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A e a reforma integral e a consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado. O novo estatuto prevê um capital social autorizado no qual a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, até o limite de 266.821.390 novas ações ordinárias.

***

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO PERÍODO DE NOVE MESES ENCERRADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 6

Demonstração do Fluxo de Caixa 7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020 8

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019 9

Demonstração do Valor Adicionado 10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 11

Balanço Patrimonial Passivo 12

Demonstração do Resultado 13

Demonstração do Resultado Abrangente 14

Demonstração do Fluxo de Caixa 15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020 16

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019 17

Demonstração do Valor Adicionado 18

Comentário do Desempenho 19

Notas Explicativas 22

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 62

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 64

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 65

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	266.821.390
Preferenciais	0
Total	266.821.390
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	21/03/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,02660
Reunião do Conselho de Administração	26/06/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,02420
Reunião do Conselho de Administração	18/09/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,02320
Reunião do Conselho de Administração	23/12/2019	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,02170

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	1.396.480	1.256.273
1.01	Ativo Circulante	671.700	572.098
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	182.470	12.425
1.01.03	Contas a Receber	284.700	351.407
1.01.03.01	Clientes	284.700	351.407
1.01.04	Estoques	167.564	179.561
1.01.06	Tributos a Recuperar	30.766	22.345
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.200	6.360
1.02	Ativo Não Circulante	724.780	684.175
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	125.145	70.998
1.02.01.07	Tributos Diferidos	82.885	54.382
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	25.216	0
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	25.216	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	17.044	16.616
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	15.758	14.317
1.02.01.10.05	Tributos a recuperar	909	896
1.02.01.10.06	Outros ativos	377	1.403
1.02.02	Investimentos	10.530	0
1.02.02.01	Participações Societárias	10.530	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	10.530	0
1.02.03	Imobilizado	562.511	603.137
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	183.925	203.282
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	378.586	399.855
1.02.04	Intangível	26.594	10.040
1.02.04.01	Intangíveis	26.594	10.040

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	1.396.480	1.256.273
2.01	Passivo Circulante	612.428	432.114
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	57.514	27.604
2.01.01.01	Obrigações Sociais	57.514	27.604
2.01.02	Fornecedores	80.596	92.049
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	80.596	92.049
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.130	17.515
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	22.130	17.515
2.01.03.01.02	Tributos a recolher	20.965	16.529
2.01.03.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Parcelamento	1.165	986
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	387.120	206.931
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	289.183	112.150
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	289.183	112.150
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	97.937	94.781
2.01.05	Outras Obrigações	65.068	88.015
2.01.05.02	Outros	65.068	88.015
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	29.700
2.01.05.02.04	Compras de imobilizado a pagar	16.720	5.515
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	24.396	26.010
2.01.05.02.06	Receitas diferidas	23.952	26.790
2.02	Passivo Não Circulante	380.848	386.410
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	308.886	322.397
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	308.886	322.397
2.02.02	Outras Obrigações	47.197	46.765
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	40.371	39.148
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	40.371	39.148
2.02.02.02	Outros	6.826	7.617
2.02.02.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Parcelamento	6.826	7.617
2.02.04	Provisões	24.765	17.248
2.02.04.02	Outras Provisões	24.765	17.248
2.02.04.02.04	Provisão para demandas judiciais	24.765	17.248
2.03	Patrimônio Líquido	403.204	437.749
2.03.01	Capital Social Realizado	237.637	237.637
2.03.02	Reservas de Capital	26.007	10.417
2.03.02.04	Opções Outorgadas	26.006	10.416
2.03.02.07	Reserva de Capital	1	1
2.03.04	Reservas de Lucros	182.858	182.858
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	180.448	180.448
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.410	2.410
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-50.135	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.837	6.837

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	295.435	668.064	310.656	872.424
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-111.883	-269.759	-134.106	-374.323
3.03	Resultado Bruto	183.552	398.305	176.550	498.101
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-176.665	-447.197	-167.127	-435.705
3.04.01	Despesas com Vendas	-93.057	-253.466	-98.765	-287.566
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-39.715	-113.022	-39.693	-114.031
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-40.936	-75.239	-28.669	-34.108
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.957	-5.470	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.887	-48.892	9.423	62.396
3.06	Resultado Financeiro	-12.270	-29.743	-6.711	-21.806
3.06.01	Receitas Financeiras	3.664	17.479	7.409	19.864
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.934	-47.222	-14.120	-41.670
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.383	-78.635	2.712	40.590
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.125	28.500	494	-8.386
3.08.01	Corrente	0	0	0	-3.410
3.08.02	Diferido	5.125	28.500	494	-4.976
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-258	-50.135	3.206	32.204
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-258	-50.135	3.206	32.204
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00100	-0,19000	0,01200	0,12070
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,00100	-0,19000	0,01140	0,11480

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-258	-50.135	3.206	32.204
4.03	Resultado Abrangente do Período	-258	-50.135	3.206	32.204

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	145.765	83.720
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	90.843	152.426
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-78.635	40.590
6.01.01.02	Depreciação e amortização	28.600	22.883
6.01.01.03	Amortização direito de uso - arrendamento	54.246	51.607
6.01.01.04	Perda na alienação/baixa de imobilizado	71	924
6.01.01.05	(Reversão) Provisão para demandas judiciais	10.852	-1.594
6.01.01.06	Provisão para perdas de estoque	14.392	-286
6.01.01.07	Provisão para para perdas de créditos esperadas	1.181	27
6.01.01.08	Equivalencia patrimonial	5.470	0
6.01.01.09	Pagamento baseado em ações	15.590	1.739
6.01.01.10	Juros sobre empréstimos e financiamentos, e contas a pagar com partes relacionadas	9.196	6.619
6.01.01.11	Juros sobre passivos com arrendamentos	29.880	29.917
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	54.922	-68.706
6.01.02.01	Contas a receber	65.526	-5.246
6.01.02.02	Estoques	-2.395	-32.843
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-8.434	-5.588
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-1.441	-1.263
6.01.02.05	Outros ativos	-24.031	-545
6.01.02.06	Fornecedores	-11.453	-14.651
6.01.02.07	Salários e encargos sociais	29.910	1.365
6.01.02.08	Tributos a recolher	3.824	-17.109
6.01.02.10	Demandas judiciais	0	-4.349
6.01.02.11	Outros passivos	3.416	11.523
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-41.868	-37.301
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-25.868	-37.301
6.02.02	aumento de capital de controladas	-16.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	66.148	-57.350
6.03.01	Ingressos de empréstimos e financiamentos	479.997	456.003
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-304.137	-436.205
6.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-6.800	-5.694
6.03.04	Pagamento de passivo de arrendamento	-73.212	-68.493
6.03.05	Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	-29.700	-2.961
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	170.045	-10.931
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.425	15.504
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	182.470	4.573

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	237.637	10.417	182.858	0	6.837	437.749
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	237.637	10.417	182.858	0	6.837	437.749
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	15.590	0	0	0	15.590
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	15.590	0	0	0	15.590
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-50.135	0	-50.135
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-50.135	0	-50.135
5.07	Saldos Finais	237.637	26.007	182.858	-50.135	6.837	403.204

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	237.637	4.128	154.848	0	6.837	403.450
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	237.637	4.128	154.848	0	6.837	403.450
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.739	0	-19.800	0	-18.061
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.739	0	0	0	1.739
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-19.800	0	-19.800
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.204	0	32.204
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.204	0	32.204
5.07	Saldos Finais	237.637	5.867	154.848	12.404	6.837	417.593

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	892.273	1.156.607
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	895.173	1.156.935
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.900	-328
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-361.043	-545.288
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-274.693	-378.556
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-43.068	-117.397
7.02.04	Outros	-43.282	-49.335
7.03	Valor Adicionado Bruto	531.230	611.319
7.04	Retenções	-82.846	-74.490
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-82.846	-74.490
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	448.384	536.829
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.780	7.551
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.470	0
7.06.02	Receitas Financeiras	8.820	5.335
7.06.03	Outros	430	2.216
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	452.164	544.380
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	452.164	544.380
7.08.01	Pessoal	155.513	152.910
7.08.01.01	Remuneração Direta	99.435	111.078
7.08.01.02	Benefícios	30.629	25.639
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.860	14.454
7.08.01.04	Outros	15.589	1.739
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	219.117	295.226
7.08.02.01	Federais	78.362	119.894
7.08.02.02	Estaduais	132.687	167.992
7.08.02.03	Municipais	8.068	7.340
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	127.669	64.040
7.08.03.01	Juros	47.222	39.945
7.08.03.02	Aluguéis	63.937	3.273
7.08.03.03	Outras	16.510	20.822
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-50.135	32.204
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	20.684
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-50.135	11.520

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	1.479.034	0
1.01	Ativo Circulante	687.700	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	198.470	0
1.01.03	Contas a Receber	284.700	0
1.01.03.01	Clientes	284.700	0
1.01.04	Estoques	167.564	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	30.766	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.200	0
1.01.08.03	Outros	6.200	0
1.02	Ativo Não Circulante	791.334	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	102.746	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	85.702	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	85.702	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	17.044	0
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	15.758	0
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	909	0
1.02.01.10.05	Outros Ativos	377	0
1.02.03	Imobilizado	661.994	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	204.617	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	457.377	0
1.02.04	Intangível	26.594	0
1.02.04.01	Intangíveis	26.594	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	1.479.034	0
2.01	Passivo Circulante	630.504	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	57.514	0
2.01.01.01	Obrigações Sociais	57.514	0
2.01.02	Fornecedores	80.596	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	80.596	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	22.130	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	22.130	0
2.01.03.01.02	Tributos a recolher	20.965	0
2.01.03.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Parcelamento	1.165	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	405.196	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	289.183	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	289.183	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	116.013	0
2.01.05	Outras Obrigações	65.068	0
2.01.05.02	Outros	65.068	0
2.01.05.02.04	Compras de imobilizado a pagar	16.720	0
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	24.396	0
2.01.05.02.06	Receitas diferidas	23.952	0
2.02	Passivo Não Circulante	445.326	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	373.364	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	373.364	0
2.02.02	Outras Obrigações	47.197	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	40.371	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	40.371	0
2.02.02.02	Outros	6.826	0
2.02.02.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social - Parcelamento	6.826	0
2.02.04	Provisões	24.765	0
2.02.04.02	Outras Provisões	24.765	0
2.02.04.02.04	Provisão para demandas judiciais	24.765	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	403.204	0
2.03.01	Capital Social Realizado	237.637	0
2.03.02	Reservas de Capital	26.007	0
2.03.02.04	Opções Outorgadas	26.006	0
2.03.02.07	Reserva de Capital	1	0
2.03.04	Reservas de Lucros	182.858	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	180.448	0
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.410	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-50.135	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.837	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	295.435	668.064	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-111.883	-269.759	0	0
3.03	Resultado Bruto	183.552	398.305	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-175.318	-444.680	0	0
3.04.01	Despesas com Vendas	-93.057	-253.466	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-41.325	-115.975	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-40.936	-75.239	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.234	-46.375	0	0
3.06	Resultado Financeiro	-15.139	-35.077	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	3.664	17.479	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.803	-52.556	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-6.905	-81.452	0	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.647	31.317	0	0
3.08.02	Diferido	6.647	31.317	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-258	-50.135	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-258	-50.135	0	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-258	-50.135	0	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00100	-0,19000	0,00000	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,00100	-0,19000	0,00000	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-258	-50.135	3.206	32.204
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-258	-50.135	3.206	32.204
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-258	-50.135	3.206	32.204

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	170.988	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	90.850	0
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-81.452	0
6.01.01.02	Depreciação e amortização	28.600	0
6.01.01.03	Amortização direito de uso - arrendamento	57.199	0
6.01.01.04	Perda na alienação/baixa de imobilizado	78	0
6.01.01.05	(Reversão) Provisão para demandas judiciais	10.852	0
6.01.01.06	Provisão para perdas de estoque	14.392	0
6.01.01.07	Provisão para perdas de créditos esperadas	1.181	0
6.01.01.09	Pagamento baseado em ações	15.590	0
6.01.01.10	Juros sobre empréstimos e financiamentos, e contas a pagar com partes relacionadas	9.196	0
6.01.01.11	Juros sobre passivos com arrendamentos	35.214	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	80.138	0
6.01.02.01	Contas a receber	65.526	0
6.01.02.02	Estoques	-2.395	0
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-8.434	0
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-1.441	0
6.01.02.05	Outros ativos	1.184	0
6.01.02.06	Fornecedores	-11.453	0
6.01.02.07	Salários e encargos sociais	29.910	0
6.01.02.08	Tributos a recolher	3.824	0
6.01.02.10	Demandas judiciais	-3.333	0
6.01.02.11	Outros passivos	6.750	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-46.567	0
6.02.01	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-46.567	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	61.624	0
6.03.01	Ingressos de empréstimos e financiamentos	479.997	0
6.03.02	Amortização de empréstimos e financiamentos	-304.137	0
6.03.03	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-6.800	0
6.03.04	Pagamento de passivo de arrendamento	-77.736	0
6.03.05	Juros sobre cap	-29.700	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	186.045	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	12.425	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	198.470	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	237.637	10.417	182.858	0	6.837	437.749	0	437.749
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	237.637	10.417	182.858	0	6.837	437.749	0	437.749
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	15.590	0	0	0	15.590	0	15.590
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	15.590	0	0	0	15.590	0	15.590
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-50.135	0	-50.135	0	-50.135
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-50.135	0	-50.135	0	-50.135
5.07	Saldos Finais	237.637	26.007	182.858	-50.135	6.837	403.204	0	403.204

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	237.637	6.838	154.848	0	4.127	403.450	0	403.450
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	237.637	6.838	154.848	0	4.127	403.450	0	403.450
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.739	0	-19.800	0	-18.061	0	-18.061
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.739	0	0	0	1.739	0	1.739
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-19.800	0	-19.800	0	-19.800
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	32.204	0	32.204	0	32.204
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	32.204	0	32.204	0	32.204
5.07	Saldos Finais	237.637	8.577	154.848	12.404	4.127	417.593	0	417.593

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	892.273	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	895.173	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.900	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-357.052	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-274.693	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.077	0
7.02.04	Outros	-43.282	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	535.221	0
7.04	Retenções	-85.799	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-85.799	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	449.422	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.251	0
7.06.02	Receitas Financeiras	8.820	0
7.06.03	Outros	431	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	458.673	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	458.673	0
7.08.01	Pessoal	155.513	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	99.435	0
7.08.01.02	Benefícios	30.629	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.860	0
7.08.01.04	Outros	15.589	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	218.174	0
7.08.02.01	Federais	77.419	0
7.08.02.02	Estaduais	132.687	0
7.08.02.03	Municipais	8.068	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	135.121	0
7.08.03.01	Juros	54.673	0
7.08.03.02	Aluguéis	63.937	0
7.08.03.03	Outras	16.511	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-50.135	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-50.135	0

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO SOBRE OS RESULTADOS DO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

DESTAQUES TOKSTOK 30/06/2020

- Receita líquida de R$372,6 milhões, 33,7% menor que no mesmo período de 2019, em decorrência da pandemia do COVID-19 que após o fechamento da totalidade das lojas em março de 2020, acabou gerando uma redução significativa nas vendas do primeiro semestre;
- Prejuízo no primeiro semestre de (R$ 49,9) milhões, comparado com o lucro líquido de R$ 29,0 milhões no mesmo período de 2019

Sumário das Informações Financeiras (Valores em milhões de Reais)	**30/06/2020**	**30/06/2019**	**Var.%**
Receita operacional líquida[1]	**372,6**	**561,8**	**-33,7%**
Custo dos produtos vendidos	(157,9)	(240,2)	-34,3%
Lucro bruto	**214,8**	**321,6**	**-33,2%**
Margem bruta (%)	*57,6%*	*57,2%*	
Despesas comerciais	(160,4)	(188,8)	-15,0%
Despesas gerais e administrativas	(74,7)	(74,3)	0,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	(34,3)	(5,4)	535,2%
Lucro operacional	**(54,6)**	**53,0**	**203,0%**
Depreciação e amortização	55,0	49,1	12,0%
Resultado financeiro líquido	**(19,9)**	**(15,1)**	**31,7%**
(Prejuízo) lucro antes dos impostos sobre a renda (IR e CS)	**(74,5)**	**37,9**	**-296,7%**
Impostos sobre a renda	**24,7**	**(8,9)**	**-377,2%**
Lucro líquido (prejuízo)	**(49,9)**	**29,0**	**-272,0%**
Margem líquida (%)	*-13,4%*	*5,2%*	

1. Impactos da Covid-19

A pandemia do COVID-19 vem afetando de forma material e adversa nossos negócios, condições financeiras, resultado das operações e nosso fluxo de caixa.

A partir do fechamento da totalidade de nossas lojas ocorrido no final de março de 2020, tomamos medidas preventivas, incluindo, mas não se limitando a, reduzir despesas e buscar novas linhas de crédito para reforçar nosso capital de giro. Acreditamos que essas medidas e nossa posição financeira atual são adequadas para garantir o cumprimento de nossas obrigações de curto e longo prazos e apesar da administração entender que a pandemia do COVID-19 trará efeitos adversos relevantes no curto prazo e efeitos que não conseguimos prever de médio e de longo prazos, acreditamos que seremos capazes de continuar operando nossos negócios. Durante o fechamento das lojas, que começaram a ser reabertas no final do mês de abril de 2020, tivemos um crescimento expressivo de nossas vendas por meio do canal de e-commerce, o que atenuou o impacto pela perda das vendas nas lojas físicas.

1

Comentário do Desempenho

2. Comentários da Administração sobre os resultados apresentados

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, o prejuízo foi de (R$49,9) milhões frente a um lucro líquido de R$29,0 milhões no mesmo período em 2019. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação ocorreu principalmente em funçao da redução significativa das vendas a partir do mês de março tendo em vista o início da pandemia do COVID-19, sendo que nossas lojas físicas foram fechadas ou tiveram seus dias e horários de funcionamento reduzidos a partir de 21 de março de 2020. Também tivemos impactos negativos nas vendas por conta de restrições em nosso processo logístico (entregas e montagem de móveis foram prejudicadas pelas restrições de circulação e dificuldades de acesso a residencia de nossos clientes) notadamente nos últimos 10 dias do mês de março.

A seguir comentamos e explicamos as principais variações verificadas em nossos resultados do periodo de seis meses findo em 30 de junho de 2020 comparativamente ao mesmo período do ano anterior:

Receita Líquida

A receita líquida totalizou R$ 372,6 milhões , representando uma redução de R$ 189,2 milhões, ou -33,7%, quando comparada com o valor de R$ 561,8 milhões no primeiro semestre de 2019. Essa redução decorreu, principalmente, da redução de vendas verificada no mês de março de 2020, tendo em vista o início da pandemia da COVID-19 e consequente redução de fluxo de clientes em nossas lojas, até que as mesmas foram totalmente fechadas a partir de 21 de março de 2020.

Custos de Mercadorias Vendidas (CMV)

O CMV totalizou R$157,9 milhões no primeiro semestre de 2020, representando uma redução de R$ 82,3 milhões, ou -34,3%, quando comparado com o valor de R$240,2 milhões no mesmo período de 2019. Essa redução pode ser explicada, principalmente, pela redução nas vendas refletida na receita líquida, de -33,7%.

Despesas Operacionais:

Com Vendas

As despesas com vendas totalizaram R$ 160,4 milhões no primeiro semestre de 2020, representando uma redução de R$ 28,4 milhões, ou -15,0%, quando comparada com o valor de R$ 188,8 milhões no primeiro semestre de 2019. Essa redução pode ser explicada, principalmente, pela principalmente, pela (i) redução no montante de R$10,6 milhões de despesas com pessoal, tendo em vista medidas tomadas pela Diretoria como redução de jornada e suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia do COVID-19 e (ii) redução dos gastos com transportes e cobrança nos montantes de R$6,2 milhões e R$4,0 milhões, respectivamente, devido a redução do volume das vendas.

Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R$74,7 milhões no primeiro semestre de 2020, representando um aumento de R$0,4 milhões, ou 0,5%, quando comparada com o valor de R$74,3 milhões no mesmo período do ano anterior. Esse aumento deve-se, basicamente, ao aumento da despesa de depreciação no montante de R$ 2,3 milhões, do aumento da participação nos resultados no montante de R$1,7 milhão , compensado pela redução no montante de R$ 4,8 milhões de despesas com pessoal por impactos relacionados a redução de jornada e suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

2

Comentário do Desempenho

As outras despesas operacionais líquidas totalizaram R$34,3 milhões no primeiro semestre de 2020, comparado com R$ 5,4 milhões no mesmo período de 2019, representando um aumento de R$28,9 milhões. Este aumento pode ser explicado, principalmente, por gastos reconhecidos com ajustes em saldo de provisão para contingências e depósitos judiciais em aproximadamente R$ 7,9 milhões, custos com a amortização do pagamento baseado em ações de executivos e da Domus R$8,5 milhões maior que em 2019, R$4,1 milhões de despesa relacionada às revisões de processos internos e R$5,9 milhões referente a gastos incorridos com projeto de mudança do centro de distribuição para cidade de Extrema.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro totalizou uma despesa líquida de R$19,9 milhões no primeiro semestre de 2020, representando um aumento de R$ 4,8 milhões, ou 31,8%, quando comparado com um resultado financeiro líquido de R$ 15,1 milhões no mesmo período de 2019. Este aumento é explicado por (i) R$ 2,9 milhões de aumento nas despesas financeiras advindas do efeito da adoção do IFRS 16/CPC 06(R2), (ii) R$ 1,6 milhões por menor receita financeira proveniente de ajuste a valor presente das vendas e compras a prazo amortizadas e (iii) R$ 2,3 milhões por aumento nas despesas financeiras gerais, principalmente tendo em vista as novas captações de dívidas em março e abril de 2020 por conta da pandemia.

Lucro líquido/ (Prejuízo) antes dos Impostos sobre Renda (Imposto de renda e Contribuição Social)

O prejuízo antes dos impostos sobre a renda totalizou R$74,5 milhões no primeiro semestre de 2020, representando uma redução de R$112,4 milhões, quando comparado com o um lucro antes dos impostos sobre a renda de R$ 37,9 milhões no primeiro semestre de 2019. Esta redução decorre, principalmente, pelos severos impactos na redução de vendas em função da pandemia de COVID-19, iniciados a partir do primeiro trimestre de 2020.

Imposto de renda e Contribuição social

Apresentamos uma receita diferida com imposto de renda e contribuição social de R$ 24,7 milhões no primeiro semestre de 2020, equivalente a 33,2% do prejuízo antes dos impostos sobre a renda, comparado a uma despesa total de Imposto de renda e Contribuição social no mesmo período de 2019 de R$ 8,9 milhões, que foi equivalente a 23,5% do lucro antes dos impostos sobre a renda daquele período, tendo em vista a deliberação de pagamento de juros sobre o capital próprio no primeiro trimestre.

Lucro Líquido/ (Prejuízo)

Apresentamos um prejuízo de R$49,9 milhões no primeiro semestre de 2020, comparado com um lucro líquido de R$29,0 milhões no mesmo período de 2019. Esta redução significativa na rentabilidade pode ser explicada, principalmente, pelos severos impactos na redução de vendas em função da pandemia de COVID-19, iniciados a partir do primeiro trimestre de 2020.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Estok Comércio e Representações S.A. (a "Companhia") tem por atividade preponderante a comercialização de móveis, objetos de decoração e utensílios para o lar.

A Companhia tem sede no município de Barueri, Estado de São Paulo e foi criada em outubro de 1977.

1.1. Início das atividades pré operacionais de controlada

Em 7 de abril de 2020, a companhia até então inativa Estok Distribuidora e Serviços S.A. (“Estok Distribuidora”) controlada direta da Companhia, com 100% de participação acionária, e situada na cidade de Extrema, estado de Minas Gerais, na estrada municipal Vargem do João Pinto,450 – Galpão 02 – Bairro da Ponte Nova, firmou contrato de arrendamento de um galpão para futura operação de comércio e distribuição. Até 30 de junho de 2020, a Estok Distribuidora ainda estava pré-operacional, possuindo apenas o contrato de arrendamento e aquisições de imobilizado em seus livros.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

2.1. Declaração de conformidade

A emissão dessas informações intermediárias foi revisada e autorizada pela Administração em 18 de outubro de 2020.

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), incluindo o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo IASB, além de considerarem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

As informações financeiras intermediárias apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior em 31 de dezembro de 2019 e período de seis e três meses findo em 30 de junho de 2019.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possue recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuarem operando. Assim, estas informações intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
Em 30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações financeiras intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações financeiras intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Estas informações intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, uma vez que seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação àquela demonstração financeira.

Segmento de negócios

A Companhia possui um único segmento operacional, que é utilizado pelos acionistas e diretoria para fins de análises e tomadas de decisões.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Base de apresentação

As políticas contábeis, moeda funcional e de apresentação, estimativas e julgamentos, gestão de riscos e métodos de mensuração são os mesmos adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais, exceto pelas novas políticas contábeis relacionadas na nota 3 – Mudanças nas principais políticas contábeis.

Listamos a seguir as notas explicativas que foram apresentadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2019, as quais não estão sendo incluídas ou apresentadas no mesmo grau de detalhamento nestas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, visto a ausência de alterações relevantes neste trimestre:

	Referência
Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	Nota 2
Resumo das principais políticas contábeis	Nota 3
Julgamentos, estimativas e premissascontábeis significativas	Nota 5
Plano de previdência privada (contribuião definida)	Nota 31

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.1. COVID - 19

No início de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do coronavírus ("COVID-19") configura uma pandemia em escala global. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Companhia. Adicionalmente, o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões do Brasil onde a Companhia opera, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem estar e saúde de seus colaboradores, culminaram no fechamento temporário de suas lojas físicas a partir de 21 de março de 2020.

Durante o período tivemos um crescimento substancial nas nossas vendas online. Adicionalmente, as lojas foram sendo reabertas de acordo com os cronogramas e padrões de segurança definidos pelos Estados e Municípios em que operamos. A Companhia vem adotando uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo COVID-19 em suas operações, incluindo: (i) instituição de dois comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia da COVID-19; (ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia; (iii) adesão à Medida Provisória 936, suspendendo alguns contratos de trabalho e reduzindo a jornada de trabalho de alguns colaboradores, bem como adesão às portarias e instruções do Ministério da Economia e Receita Federal postergando o pagamento de alguns tributos e obrigações (iv) otimização de estoque; (v) aprimoramento dos canais digitais de venda online e Atendimento aos consumidores; e (vi) emprego de home office para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes.

Não obstante, neste momento, nem a Companhia nem sua Administração conseguem prever ou estimar precisamente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia, uma vez que a COVID-19 continua a impactar a atividade econômica mundial e representa o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido a paralisações que podem ser solicitadas por autoridades governamentais como medida preventiva.

Principais riscos associados a COVID-19 nas operações da Companhia

a) Risco de continuidade operacional

Os riscos decorrentes de surtos de doenças e epidemias de saúde, notadamente aqueles oriundos da pandemia provocada pela COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e no mundo, e poderiam trazer, entre outras consequências: (i) risco de desabastecimento, em virtude de impossibilidade ou atrasos na importação de produtos oriundos de fornecedores localizados em outros países impactados pela pandemia; (ii) tornar mais difícil ou oneroso obter financiamento para as operações ou refinanciar a dívida no futuro; (iii) prejudicar a

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

condição financeira de alguns dos clientes e fornecedores e; (iv) reduzir os programas de investimentos.

A Companhia manteve as compras e o pagamento de todos seus fornecedores e obrigações operacionais em meio a pandemia. Adicionalmente, a Companhia tomou empréstimos de curto prazo junto a bancos comerciais no valor total de R$ 255 milhões como estratégia para reforçar seu caixa nesse período de incertezas da pandemia.

A Companhia acredita que não possui evidências de algum risco de continuidade operacional. No entanto, mudanças futuras não esperadas que deteriorem o ambiente econômico e de negócios, ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em um aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento, se manifestadas em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções e, eventualmente, podem afetar a capacidade da Companhia de atender suas obrigações e/ou levar ao reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de seus ativos.

b) Risco de perdas com base no valor realizável dos estoques

A Companhia avalia mensalmente se os estoques estão apresentados por seu valor realizável, e quando aplicável registra as perdas em virtude da existência de estoques com valor superior ao valor realizável. Para tanto, a Companhia utiliza o preço estimado de venda no curso normal dos negócios como premissa. O montante total de perda estimada ao valor realizável líquido está apresentado na nota explicativa nº 7.

c) Risco relacionado a recuperabilidade de ativos financeiros

A Companhia não espera ter perdas significativas relacionadas a não recuperabilidade de seus ativos financeiros além daqueles já reconhecidos contabilmente, principalmente em função de serem representados substancialmente por recebíveis de cartão de crédito.

d) Risco relacionado a recuperabilidade do ativo imobilizado

Pelo menos anualmente, a Companhia realiza o teste de impairment de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras, em virtude do cenário macroeconômico. A Companhia realizou novas análises referentes a necessidade de reduzir ao valor recuperável os seus ativos imobilizados e concluiu pela inexistencia de evidências que os ativos imobilizados estejam reconhecidos por valores acima de seu valor recuperável.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Mudanças nas principais políticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, bem como nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A seguir apresentamos as principais políticas contábeis relacionadas a aplicação do CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas:

Base de consolidação

i. Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

ii. Investimento contabilizado pelo método da equivalência patrimonial

O investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

iii. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.2. IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras

Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante: Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º. de janeiro de 2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas demonstrações financeiras

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. As políticas de gestão de risco não sofreram alterações no período.

a) Risco de liquidez

O quadro abaixo demonstra o vencimento das principais obrigações reconhecidas em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Controladora			
	Até 3 meses	**De 3 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**
Saldos em 30 de junho de 2020				
Fornecedores	2.865	28.913	-	31.778
Passivo de arrendamento	24.507	73.521	316.709	414.737
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	40.063	40.063
Empréstimos, financiamentos	90.272	270.816		361.088
Outras contas a pagar	20.782	-		20.782
	138.426	**373.250**	**356.772**	**868.448**

	Consolidado			
	Até 3 meses	**De 3 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**
Saldos em 30 de junho de 2020				
Fornecedores	2.865	28.913	-	31.778
Passivo de arrendamento	27.527	82.579	361.162	471.268
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	40.063	40.063
Empréstimos, financiamentos	90.272	270.816		361.088
Outras contas a pagar	20.782	-		20.782
	141.446	**382.308**	**401.225**	**924.979**

	Controladora			
	Até 3 meses	**De 3 a 12 meses**	**Acima de 12 meses**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	67.191	24.858	-	92.04
Passivo de arrendamento	23.695	71.086	322.397	417.17
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	39.148	39.14
Empréstimos, financiamentos	112.150	-	-	112.15
Outras contas a pagar	26.010	-	-	26.01
	229.046	**95.944**	**361.545**	**686.53**

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador em equivalentes de caixa e contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2020, foram definidos dois cenários diferentes. Como cenário provável foi considerado o valor contábil. A partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário 1) e 50% (cenário 2). Para cada cenário foi calculada a "receita e despesa financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações.

Controladora

Operações	Risco	a.a% (a)	Valor contábil	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Equivalentes de caixa	Queda do CDI	4,60%	280.445	12.900	9.675	6.450
Passivo de arrendamento	Aumento do IGP-M	7,31%	414.737	30.309	37.886	45.464
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	4,60%	361.088	19.078	23.847	28.617
Contas a pagar com partes relacionadas	Aumento do CDI	4,60%	40.063	1.843	2.304	2.764

Consolidado

Operações	Risco	a.a% (a)	Valor contábil	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Equivalentes de caixa	Queda do CDI	4,60%	280.445	12.900	9.675	6.450
Passivo de arrendamento	Aumento do IGP-M	7,31%	471.268	34.450	43.062	51.675
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	4,60%	361.088	16.610	20.763	24.915
Contas a pagar com partes relacionadas	Aumento do CDI	4,60%	40.063	1.843	2.304	2.764

(a) Índice CDI obtido através do site da B3 S.A.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
Total dos empréstimos e financiamentos	361.088	112.150	361.088
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(281.408)	(12.425)	(281.408)
Dívida líquida	79.680	99.725	79.680
Total do patrimônio líquido	**396.849**	437.749	396.849
Total do capital	**476.529**	**537.474**	**476.529**
Índice de alavancagem financeira - %	**16,72%**	**18,55%**	**16,72%**

4.2. Valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor Justo	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	281.408	12.425	281.408	12.425
Contas a receber de clientes	212.662	351.407	212.662	351.407
Total	**494.070**	**363.832**	**494.070**	**363.832**
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	361.088	112.150	361.088	112.150
Passivo de arrendamento	414.737	417.178	414.737	417.178
Fornecedores	31.778	92.049	31.778	92.049
Contas a pagar com partes relacionadas	40.063	39.148	40.063	39.148
Total	**847.666**	**660.525**	**847.666**	**660.525**

	Consolidado	
	Valor contábil	Valor Justo
	30/06/2020	30/06/2020
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	281.408	281.408

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contas a receber de clientes	212.662	212.662
Total	**494.070**	**494.070**
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	361.088	361.088
Passivo de arrendamento	471.268	471.268
Fornecedores	31.778	31.778
Contas a pagar com partes relacionadas	40.063	40.063
Total	**904.197**	**904.197**

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é a quantia pela qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.

Valores a receber a longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pela Companhia com base em parâmetros, tais como: taxa de juros, fatores de risco específicos, credibilidade individual do cliente ou da contraparte. Em 30 de junho de 2020, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**
Caixa e bancos	963	8.925	963
Equivalentes de caixa	280.445	3.500	280.445
	281.408	**12.425**	**281.408**

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, por operações compromissadas, com remuneração mensal de 50% do CDI em 30 de junho de 2020 (50% em 31 de dezembro 2019), de alta liquidez, resgatáveis com o próprio emissor, sem risco de mudança de valor ou perda de rendimentos.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
Cartões de crédito de terceiros (a)	204.366	341.652	204.366
Duplicatas a receber e outros (b)	12.571	16.412	12.571
Ajuste a valor presente	(3.585)	(6.222)	(3.585)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(690)	(435)	(690)
	212.662	**351.407**	**212.662**

(a) Cartões de crédito de terceiros - as vendas por cartões de crédito podem ser realizadas à vista ou por meio de parcelamentos de 2 a 10 meses sem encargos financeiros, dependendo de certos patamares de compra. O risco de crédito nessas operações é assumido pelas operadoras de cartões de crédito. O prazo médio de recebimento do contas a receber no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi de 102 dias (105 dias em 31 de dezembro de 2019)

(b) Duplicatas a receber e outros - inclui saldo de duplicatas emitidas para pessoas jurídicas e pessoas físicas. O risco de crédito nessas operações é assumido pela Companhia.

A composição do saldo das contas a receber vencidas e a vencer é assim apresentada:

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
Total a vencer			
De 1 a 30 dias	51.315	99.980	51.315
De 31 a 60 dias	43.661	72.113	43.661
De 61 a 90 dias	32.951	47.789	32.951
De 91 a 120 dias	25.315	37.676	25.315
De 121 a 150 dias	18.957	25.195	18.957
De 151 a 180 dias	13.483	20.465	13.483
De 181 a 210 dias	7.093	18.573	7.093
Acima de 211 dias	18.363	28.020	18.363
Total	**211.138**	**349.811**	**211.138**
Vencidos			
De 1 a 30 dias	4.307	7.962	4.307
De 31 a 60 dias	827	210	827
De 61 a 90 dias	233	18	233
Acima de 91 dias	432	63	432
Total	**5.799**	**8.253**	**5.799**
Ajuste ao valor presente	(3.585)	(6.222)	(3.585)
Provisão para perdas de creditos esperadas	(690)	(435)	(690)
Total geral	**212.662**	**351.407**	**212.662**

A movimentação do saldo da conta de provisão para perdas de créditos esperada é assim apresentada:

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial	**435**	**200**
Complementos (reversões)	255	235

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo Final	**690**	**435**

Os saldos das contas a receber apresentados nas informações financeiras intermediárias estão líquidos das comissões a serem pagas às administradoras de cartões de crédito e financeira, bem como ajustados a valor presente com base na taxa Selic, quando aplicável. Considerando a natureza das operações da Companhia, e que o saldo a receber é substancialmente relacionado com operadoras de cartões, a exposição ao risco de crédito é mínima, e as análises sobre as provisões para perdas de créditos esperadas são efetuados principalmente sobre o saldo de duplicatas e cheques a receber, os quais tampouco apresentam variações significativas durante o período. A totalidade do saldo de contas a receber é denominado em moeda nacional (Reais).

7. Estoques

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
Mercadorias para revenda			
No centro de distribuição	90.423	78.687	90.423
Nas Lojas	89.669	95.065	89.669
Mercadorias em Poder de terceiros	2.373	1.813	2.373
Mercadorias em Trânsito	1.766	4.333	1.766
Material de uso e consumo	2.212	2.262	2.212
Adiantamentos a fornecedores	-	144	-
Provisão Perdas Estoques Obsoletos (i)	(7.420)	(2.743)	(7.420)
	179.023	**179.561**	**179.023**

(i) Durante o primeiro semestre de 2020 a Companhia revisou suas estimativas de provisões para perdas e obsolescências e reconheceu uma provisão adicional, conforme demonstrada na movimentação abaixo. Não são esperados impactos futuros decorrentes dessa mudança de estimativa.

A movimentação do saldo da conta de provisão para perda de estoques é assim apresentada:

Movimentação provisão	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
Saldo inicial	**(2.743)**	**(2.517)**	**(2.743)**
Adições	(4.677)	(1.169)	(4.677)
Baixas	-	943	-
Saldo Final	**(7.420)**	**(2.743)**	**(7.420)**

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
IPI a recuperar (a)	17.900	16.457	17.900
Tributos diferidos	914	1.587	914
ICMS a compensar	2.276	5.123	2.276
IPTU a compensar	855	-	855
Outros tributos a recuperar	1.792	74	1.792
IRPJ antecipado	2.228	-	2.228
	25.965	**23.241**	**25.965**
Circulante	25.192	22.345	25.192
Não circulante	773	896	773

O saldo do ativo não circulante está representado, substancialmente, pelo ICMS sobre compra do ativo imobilizado.

(a) Refere-se substancialmente a créditos relativos à pagamentos antecipados e a pagamentos a maior de IPI sobre preço estimado de venda dos últimos cinco anos.

9. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
Processos tributários (a)	12.765	11.786	12.765
Processos trabalhistas	2.506	2.100	2.506
Processos cíveis	42	431	42
	15.313	**14.317**	**15.313**

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimento

10.1 Composição do investimento

Investida	30/06/2020 Participação	30/06/2020 Valor
Estok Distribuidora e Serviços S.A.	100%	(2.513)

Investida	30/06/2020 Participação	30/06/2020 Valor
Estok Distribuidora e Serviços S.A.	100%	(2.513)

10.2 Informações financeiras resumidas

Investida	Ativo não circulante 30/06/2020	Passivo circulante 30/06/2020	Passivo não circulante 30/06/2020	Patrimônio Líquido 30/06/2020	Resultado líquido 30/06/2020
Estok Distribuidora	59.015	12.078	49.450	(2.513)	(2.513)
Total	**59.015**	**12.078**	**49.450**	**(2.513)**	**(2.513)**

10.3 Movimentação do investimento

	Estok Distribuidora
Aumento de capital	16.000
Capital a integralizar	(16.000)
Equivalência patrimonial (i)	(2.513)
Saldo final em 30 de junho	**(2.513)**

Em 30 de junho de 2020 a Controladora apresentou saldo de R$4.997 a receber da controlada, relacionado à aquisição de benfeitorias e máquinas e equipamentos.

11. Imobilizado

	Controladora						Cons	
	30/06/2020			31/12/2019			30/0	
	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo total	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo total	Dep ac
Terrenos	15.465	-	15.465	15.465	-	15.465	15.465	
Móveis e Utensílios	39.183	(13.376)	25.807	38.199	(11.777)	26.422	39.183	
Máquinas e Ferramentas	29.973	(14.341)	15.632	29.904	(13.368)	16.536	29.973	
Equipamentos de Informática	35.778	(26.014)	9.764	34.496	(24.387)	10.109	35.778	
Instalações	144.927	(96.208)	48.719	144.108	(91.098)	53.010	144.927	
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	167.031	(103.889)	63.142	165.119	(97.677)	67.442	167.031	(
Imobilizações em Andamento	8.348	-	8.348	10.112	-	10.112	13.345	
Outros Imobilizados	10.218	(5.666)	4.552	9.573	(5.387)	4.186	10.218	
Imobilizado Total	**450.923**	**(259.494)**	**191.429**	**446.976**	**(243.694)**	**203.282**	**455.920**	**(**

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação controladora

	Terrenos	Móveis e Utensílios	Máquinas e Ferramentas	Equipamentode Informática	Instalações	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Outros Imobilizados	Imobilização em Andamento	Imobilizado Total
1de-janeiro de-2020	**15.465**	**26.422**	**16.536**	**10.109**	**53.010**	**67.442**	**4.186**	**10.112**	**203.282**
Aquisição	-	302	29	1.147	383	1.044	42	1.004	3.951
Transferência	-	682	40	135	436	873	602	-2.768	-
Alienação e baixa	-	-	-	-	-	(6)	-	-	(6)
Depreciação		(1.599)	(973)	(1.627)	(5.110)	(6.211)	(278)		(15.798)
30de junhode 2020	**15.465**	**25.807**	**15.632**	**9.764**	**48.719**	**63.142**	**4.552**	**8.348**	**191.429**
Taxas médias depreciação - %	**-**	**9,6**	**7,5**	**20**	**10**	**10,6**	**12**	**-**	**-**

	Terrenos	Móveis e Utensílios	Máquinas e Ferramentas	Equipamentode Informática	Instalações	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Outros Imobilizados	Imobilização em Andamento	Imobilizado Total
1de janeiro de-2019	**15.465**	**20.883**	**15.965**	**7.642**	**53.365**	**55.150**	**3.423**	**10.112**	**182.005**
Aquisição	-	1.422	2.105	1.027	1.144	1.446	376	11.116	18.636
Transferência	-	541	(220)	691	899	2.596	52	(4.559)	-
Alienação e baixa	-	-	-	(95)	-	-	(791)	-	(886)
Depreciação	-	(1.185)	(940)	(1.366)	(5.053)	(5.375)	85	(98)	(13.932)
30-de junho de -2019	**15.465**	**21.661**	**16.910**	**7.899**	**50.355**	**53.817**	**3.145**	**16.571**	**185.823**
Taxas médias depreciação - %	**-**	**9,6**	**7,5**	**20**	**10**	**10,6**	**12**	**-**	**-**

Movimentação consolidado

	Terrenos	Móveis e Utensílios	Máquinas e Ferramentas	Equipamentode Informática	Instalações	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Outros Imobilizados	Imobilização em Andamento	Imobilizado Total
1de janeiro de-2020	**15.465**	**26.421**	**16.537**	**10.110**	**53.010**	**66.883**	**4.748**	**10.108**	**203.282**
Aquisição	-	302	29,00	1.147	383	1.044	42	6.001	8.948
Transferência	-	683	39,00	134	436	1.432	40	(2.764)	-
Alienação e baixa	-	-	-	-	-	(6)	-	-	(6)
Depreciação		(1.599)	(973)	(1.627)	(5.110)	(6.211)	(278)		(15.798)
30-de junho-de 2020	**15.465**	**25.807**	**15.632**	**9.764**	**48.719**	**63.142**	**4.552**	**13.345**	**196.426**
Taxas médias depreciação - %	**-**	**9,6**	**7,5**	**20**	**10**	**10,6**	**12**	**-**	**-**

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

	Controladora						Consolidado		
	30/06/2020			31/12/2019			30/06/2020		
	Custo total	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo total	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo total	Amortização acumulada	Valor líquid
Software e Licença	38.484	(23.967)	14.517	32.103	(22.368)	9.735	38.484	(23.967)	14.51
Ponto Comercial	2.467	(1.721)	746	1.967	(1.662)	305	2.467	(1.721)	74
Intangível em andamento	4.038	-	4.038	-	-	-	4.038	-	4.03
	44.989	**(25.688)**	**19.301**	**34.070**	**(24.030)**	**10.040**	**44.989**	**(25.688)**	**19.30**

Movimentação

	Software e Licença	Ponto Comercial	Total Intangível
Saldos em 01 de janeiro de 2020	**9.735**	**305**	**10.040**
Aquisição	10.419	500	10.919
Amortização	(1.599)	(59)	(1.658)
Saldos em 30 de junho de 2020	**18.555**	**746**	**19.301**
Taxas médias anuais de amortização - %	**20,1**	**10**	

	Software e Licença	Ponto Comercial	Total Intangível
Saldos em 01 de janeiro de 2019	**4.375**	**382**	**4.757**
Aquisição	1.176	-	1.176
Transferência	-	-	-
Baixa	-	-	-
Amortização	(1.010)	(38)	(1.048)
Saldos em 30 de junho de 2019	4.541	344	4.885

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Direito de uso e passivo de arrendamentos

A Companhia possui arrendamentos exclusivamente com a natureza de locação de imóveis, utilizando as cláusulas usuais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos.

A movimentação dos saldos para o período findo em 30 de junho 2020 está demonstrada a seguir:

(i) Direito de uso:

	Controladora			Consolidado
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2019**	**30/06/2020**
Saldo em inicial	399.855	-	-	399.855
Adoção inicial		410.749	410.749	
Atualizações contratuais	12.169	16.892	9.571	12.526
Adições Novos Contratos	14.152	42.226	24.393	67.861
Baixas	-	-		-
Amortização	(36.229)	(70.012)	(34.081)	(37.572)
Saldo final	**389.947**	**399.855**	410.632	**442.670**

(ii) Arrendamentos:

	Controladora			Consolidado
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2019**	**30/06/2020**
Saldo inicial	**417.178**	-		**417.178**
Adoção inicial 1º de janeiro		410.749	410.749	
Atualizações contratuais	12.169	16.892	9.571	12.526
Adições Novos Contratos	14.152	42.226	24.393	67.800
Baixas	-		-	-
Juros	20.093	39.629	19.693	22.410
(-) Pagamentos de Principal	(29.012)	(52.689)	(25.364)	(28.803)
(-) Pagamentos de Juros	(19.843)	(39.629)	(19.693)	(19.843)
Saldo final	**414.737**	**417.178**	**419.349**	**471.268**

(iii) Maturidade dos contratos

	Controladora	Consolidado
2020	23.839	25.509
2021	158.415	162.239
2022	81.890	86.453
2023	65.887	71.333
2024	54.935	61.434
2025	46.928	54.684
Mais de 5 anos	141.244	194.852
Total de valores não descontados	573.138	656.504
Juros	(158.401)	(185.236)
Passivo de arrendamento em 30 de junho de 2020	**414.737**	**471.268**

A Companhia chegou à sua taxa de desconto, com base em uma poderação das taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (spread de crédito). Os spreads foram obtidos com base nas atuais operações de créditos da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas consideradas, vis-à-vis os prazos dos contratos. Em 30 de junho de 2020, a taxa de juros incremental da Companhia variava entre 7,73% e 19,34%, conforme prazos contratuais.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS16/ CPC06(R2) e do Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Administração utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/CPC06 (R2) e assim estão apresentados no balanço da Companhia.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características dos contratos de arrendamento, conforme determina o item 27b do ofício da CVM.

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 3,50%. O prazo médio dos contratos considerados é de 8,5 anos.

Em conformidade com a Deliberação CVM 859/2020, que trata sobre alterações no Pronunciamento Técnico NBC TG 06 (R3) – Arrendamento em Decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento – a Companhia avaliou que os benefícios oriundos dos descontos de aluguel obtidos em alguns imóveis são pontuais e que não resultaram em alteração na vigência dos mesmos contratos de arrendamento

14. Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**
Fornecedores - Mercado Interno	29.997	85.472	29.997
Fornecedores - Mercado Externo	994	3.797	994
Ajuste a valor presente	(645)	(993)	(645)
Fretes a pagar	1.432	3.773	1.432
	31.778	**92.049**	**31.778**

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	Média ponderada dos encargos financeiros - %
Em moeda nacional				
Capital de giro - lastreado em recebíveis	105.672	104.470	105.673	Em média, 124% do CDI a.a. para 2020 (109% para 2019)
Capital de giro	255.416	7.680	255.415	Variação do CDI + 1,61% a 2,10% para 2020 (CDI + 1,61% a 2,10% em 2019)
	361.088	**112.150**	**361.088**	

Em garantia dos empréstimos foram oferecidas notas promissórias avalizadas pelos acionistas e cessão fiduciária de parcela da carteira de recebíveis de cartões de crédito, e as operações não possuem cláusulas restritivas ("*covenants*") relacionadas a indicadores financeiros.

Os vencimentos dos empréstimos estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
6 meses ou menos	158.703	112.150	158.703
6 a 12 meses	202.385	-	202.385
	361.088	**112.150**	**361.088**

A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os períodos 30 de junho de 2020 e 2019:

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30 de junho de 2020	Em 1º de janeiro de 2020	Fluxos de caixa	Juros pagos	Juros + Var. Monetárias	Novas Captações	Em 30 de junho de 2020
Capital de giro	7.680	(7.719)	(83)	3.437	252.101	255.416
Antecipação de recebíveis	104.470	(224.605)	(3.929)	1.840	227.896	105.672
Total	**112.150**	**(232.324)**	**(4.012)**	**5.277**	**479.997**	**361.088**

30 de junho de 2019	Em 1º de janeiro de 2019	Fluxos de caixa	Juros pagos	Juros + Var. Monetárias	Novas Captações	Em 30 de junho de 2019
Capital de giro	26.682	(10.433)	-	963	-	17.212
Antecipação de recebíveis	84.813	(274.461)	(3.778)	2.659	289.085	98.318
Total	**111.495**	**(284.894)**	**(3.778)**	**3.622**	**289.085**	**115.530**

16. Contas a pagar com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	**31/12/2019**	**30/06/2020**
Parcela sob condição suspensiva	34.010	34.010	34.010
Juros sobre saldo de contraprestação a pagar	6.053	5.138	6.053
	40.063	**39.148**	**40.063**

O saldo de contraprestação a pagar referia-se ao parcelamento devido aos ex-controladores decorrente da aquisição do controle acionário da Estok Comércio e Representações S.A. e cuja dívida foi assumida pela Companhia com a incorporação da Mevamoga Participações S.A.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
Salários	4.086	4.682	4.086
Provisões de 13º e férias	19.622	15.372	19.622
FGTS a recolher	2.686	1.038	2.686
INSS a recolher	6.861	3.832	6.861
IRRF a recolher	156	1.455	156
Provisão para participações no resultado	7.279		7.279
Outros	232	1.225	232
	40.922	**27.604**	**40.922**

18. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
ICMS a recolher	8.405	8.220	9.206
COFINS a recolher	2.670	5.422	2.924
IPI a recolher	855	501	855
PIS a recolher	566	1.175	620
Outros tributos	752	1.211	(357)
	13.248	**16.529**	**13.248**

19. Receitas diferidas

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
Adiantamento de clientes (i)	17.836	23.099	14.314
Vales presentes e demais créditos (ii)	1.595	2.166	5.117
Outras receitas diferidas	900	1.525	900
	20.331	**26.790**	**20.331**

(i) Referem-se a valores recebidos pela Companhia que serão reconhecidos como receita quando da efetiva transferência dos produtos para os clientes. Esses valores se realizam em uma média de 8 dias.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social

20.1. Imposto de renda e contribuição social Corrente e Parcelamento

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
REFIS (IRPJ e CSLL jul/2009 à nov/2013) - (a)	5.340	5.695	5.340
PERT (IRPJ e CSLL dez/2012 à jan/2013) - (b)	2.795	2.908	2.795
	8.135	**8.603**	**8.135**
Circulante	868	986	868
Não circulante	7.267	7.617	7.267

(a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) junto à Secretaria da Receita Federal por meio de requerimento em 5 de agosto de 2014. A Companhia optou por incluir no parcelamento, com as reduções de 60% de multa e 25% de juros, para pagamento em 180 parcelas, valores devidos relativos às competências de 07/2009 a 11/2013 no montante de R$8.672, dos quais 10% foram liquidados no momento da adesão. O parcelamento se encerra em jan/2028 e cada parcela é atualizada mensalmente pela taxa de juros SELIC. Em 30 de junho de 2020 R$2.983 correspondia ao principal, R$2.357 multa e juros.

(b) A Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PERT) junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio de requerimento em 17 de março de 2017. O parcelamento foi efetuado mediante pagamento em espécie de 24% da dívida consolidada, que montava na época R$4.806, em 24 prestações mensais e sucessivas de R$22, e liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL. O parcelamento se encerra em nov/2029 e cada parrcela é atualizada mensalmente pela taxa de juros SELIC. Em 30 de junho de 2020, R$2.266 correspondia ao principal, R$529 à multa e juros.

/

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
Tributos diferidos ativos			
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSSL	47.234	37.609	47.234
Provisão para demandas judiciais e outras	6.402	9.976	6.402
Provisão para participação nos resultados	2.475	220	2.475
Provisão temporária - Efeito IFRS 16	7.964	5.890	8.188
AVP	908	1.576	908
Stock Option	8.977	933	8.977
Outras diferenças temporárias	7.320	1.700	8.391
	81.280	**57.904**	**82.575**
Tributos diferidos passivos			
Adoção do custo atribuído (i)	(3.522)	(3.522)	(3.522)
	(3.522)	**(3.522)**	**(3.522)**
Total IR/CS diferido	**77.758**	**54.382**	**79.053**

(i) A Companhia tem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, no montante de R$3.522, referente à mais-valia sobre o custo atribuído dos terrenos registrada na data de transição para os novos CPCs.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Ano	Controladora 30/06/2020	Consolidado 30/06/2020
2021	20.108	20.108
2022	15.687	15.687
2023	12.720	12.720
2024 em diante	32.765	34.060
	81.280	**82.575**

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

A conciliação do imposto de renda e da contribuição social, nominal e efetiva, pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado
	Período de 6 meses findo em 30/06/2020	**Período de 6 meses findo em 30/06/2019**	**Período de 6 meses findo em 30/06/2020**
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(73.252)	37.878	(74.547)
Alíquota nominal	34%	34%	34%
	24.906	(12.878)	25.346
Juros sobre o capital próprio	-	4.604	-
Plano de opção de compra de ações	(503)	(540)	(503)
Resultado de equivalência patrimonial	(848)	-	-
Outras adições/exclusões permanentes	(180)	(66)	(174)
(Despesa)/Receira com IR/CS	**23.375**	**(8.880)**	**24.669**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	**-**	**(7.865)**	**-**
Diferido	**23.375**	**(1.015)**	**24.670**
	23.375	**(8.880)**	**24.670**
Alíquota efetiva	-31,9%	-23,4%	-33,1%

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais

a) A Companhia apresenta os seguintes passivos relacionados às provisões para demandas judiciais

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020
Tributárias e previdenciárias	16.673	11.475	16.673
Trabalhistas e cíveis	7.592	5.773	7.592
	24.265	**17.248**	**24.265**

b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Provisão para demandas judiciais
Saldo em 01 de janeiro de 2019	30.884
Constituição (reversão) de provisão	1.354
Pagamentos realizados	(5.399)
Baixa contra levantamento de depósitos judiciais	(9.591)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**17.248**
Constituição de provisão/atualização monetária	8.996
Pagamentos realizados	(1.979)
Saldo em 30 de junho de 2020	**24.265**

Contingências trabalhistas, cíveis, tributárias e previdenciárias

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Tributárias e previdenciárias - correspondem basicamente aos questionamentos relativos a:

(i) Em 2010, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com o objetivo da declaração de inconstitucionalidade do aumento do RAT da aplicação do FAP, que pode aumentar o RAT da Companhia. A partir daquele ano, vinha efetuando depósitos judiciais dos valores controversos de RAT/FAP, discutidos no mandado de segurança, correspondentes à diferença entre o "RAT Ajustado" exigido e o RAT considerado devido, que continuou a ser pago por GPS. Após agosto de 2018, a Companhia passou a recolher todo o valor devido por meio da GPS e, em dezembro de 2019, a Companhia reverteu em favor da União parcela dos depósitos realizados (R$9.375), seguindo ainda com a discussão da tese na esfera jurídica.

(ii) A Companhia possui Ação Ordinária com o objetivo de afastar o recolhimento do IPI na comercialização dos produtos importados e reconhecer o direito à compensação ou à restituição dos valores de IPI pagos indevidamente nos cinco anos anteriores à propositura da ação. Em 2018, a Companhia converteu em favor da União R$42.853 depositados judicialmente, por razões de conveniência gerenciais/operacionais seguindo com a discussão da tese.

Trabalhistas e cíveis - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados relacionadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões, horas extras, pagamento de adicionais por transferências, reclamações de clientes, entre outros. Consideram o estágio atual dos processos em andamento, em caso de perdas julgadas como prováveis.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 25 de maio de 2018, a Companhia recebeu auto de infração questionando a dedutibilidade, entre os anos de 2013 a 2015, das despesas de amortização de ágio e juros sobre a parcela a pagar proveniente da transação de aquisição de 60% das ações da Companhia pela Mevamoga Participações S.A. ocorrida em 2012, que posteriormente foi incorporada, em 2013, pela Companhia. A Administração contesta o auto de infração ainda na esfera administrativa, e em conjunto com seus consultores jurídicos, avalia o risco de perda como possível para o montante de R$178.623 relacionado ao referido auto.

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:

	30/06/2020	31/12/2019
Tributárias e previdenciárias	**195.910**	192.000
Trabalhistas	**4.188**	15.053
Cíveis	**1.151**	5.773
	201.249	**212.826**

d) Ganhos contingentes

ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS - a Companhia possui ações judiciais em andamento, que objetivam o reconhecimento do direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a compensação dos valores indevidamente recolhidos. Os processos já possuem decisão favorável de 2ª Instância, proferidas pelos Tribunais Regionais Federais da 3ª e 4ª Regiões, e aguardam julgamento de embargos de declaração e/ou recursos apresentados pela União Federal. A probabilidade de ganho é avaliada por seus assessores jurídicos como provável.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estando os processos da Companhia ainda pendentes de decisão judicial transitada em julgado, não é possível o reconhecimento do ativo relativo aos créditos a serem levantados em relação às competências que antecedem cinco anos da data de ingresso das ações até a competência de março de 2017 (data da decisão do STF). No entanto, em razão da inexistência de decisão final sobre o pedido de modulação de efeitos, apresentado pela União Federal nos autos do leading case, julgado em sede de repercussão geral, e considerando que, além da modulação de efeitos, a União Federal pede também a fixação de forma de cálculo menos favorável ao contribuinte (exclusão do ICMS a recolher da base do PIS/COFINS). Por fim, não há como assegurar, nesse momento, quando serão efetivamente realizados.

Em relação aos valores relativos às competências posteriores à data da decisão do STF (15 de março de 2017), período no qual a probabilidade de perda das ações é avaliada por seus assessores jurídicos como remota, a Companhia vem reconhecendo os efeitos no resultado.

22. Partes relacionadas

22.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui, além dos administradores da Companhia, todos os membros da diretoria executiva. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	**30/062019**	**30/06/2020**
Salários e encargos	**3.282**	6.662	**3.282**
Gratificações e encargos, incluindo plano de opção de compra de ações	**2.291**	1.054	**2.291**
	5.573	7.716	**5.573**

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital social totalmente subscrito e integralizado no montante de R$ 237.637, representado por 665.390 ações ordinárias nominativas (266.821.390 após desdobramento aprovado em 13 de outubro de 2020), sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	Participação -%	Quantidade de ações	Quantidade de ações (após desdobramento)
FBIE-FIP - Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas	8,81	58.641	23.515.041
FS - Fundo de Investimento em Participações	38,51	256.257	102.759.057
TS Coinvestimento - Fundo de Investimento em Participações	13,4	89.129	35.740.729
Regghi Participações S.A.	8,72	58.042	23.274.842
Pessoas físicas	30,56	203.321	81.531.721
	100,00	665.390	266.821.390

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava autorizada a aumentar o capital social mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal até o limite de 7,5% do capital social da Companhia.

b) Distribuição de dividendos/JSCP

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária. A destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações previstas em lei ou no estatuto, será deliberado na Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou Juros Sobre Capital Próprio no montante de R$25.534, o qual representa 52,6% do lucro líquido após a destinação da reserva legal. Em 2020 a Companhia não deliberou a destinação do resultado.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se ao custo atribuído dos terrenos, conforme permitido no período de transição dos CPCs. O saldo é composto pelo custo atribuído no montante de R$10.359, líquido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos no montante de R$3.522. Esses montantes serão realizados somente quando da alienação dos terrenos.

d) Plano de opções de compras de ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores opções de compras de ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos baseados em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, eventos futuros, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado (despesas gerais e administrativas) durante o período em que o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas) em contrapartida da reserva de opções de compras de ações, no patrimônio líquido.

Plano de opções de compra de ações de 2014

Em 30 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou um plano de pagamento baseado em ações.

O plano de opções de compra de ações da Companhia tem por objeto a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos participantes com o objetivo de atrair, motivar e reter executivos-chave. O preço de exercício das opções concedidas é o valor justo das ações no momento da outorga das opções (“Preço de Exercício”), definido nos contratos individuais celebrados com cada participante, sem correção monetária até a data de seu efetivo exercício nos termos do plano.

Detalhes	PBO	TBO
Data de início (primeira outorga)	30/06/2014	30/06/2014
Quantidade de opções[(i)]	1.304.854	4.078.170
Preço de exercício - R$[(i)]	R$3,16	R$3,16
Volatilidade anualizada esperada	28,10%	28,10%
Prazo maturidade estimado	6 anos	6 anos
Valor justo da opção	R$1,33	R$0,97

(i) Considera o desdobramento das ações de na proporção de uma ação para 401 ações, aprovado em 13 de outubro de 2020;

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de opção de compra de ações de 2018

Em 20 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração aprovou a criação do Plano de Opções de Compra de Ações ("OCA") de emissão da Companhia, oferecidos para determinados funcionários, em que a Companhia emitiu Opções de Compra de Ações que foram adquiridas por esse grupo. De forma similar a um plano de pagamento baseado em ações, referido plano foi tratado conforme o pronunciamento contábil para registro de pagamento baseado em ações, sendo que o valor justo do plano será registrado como despesa do exercício durante o período de benefício ao executivo (*vesting period).*

Detalhes	OCA 2018	OCA 2019
Data da outorga	20-12-18	30-12-19
Quantidade de opções [(i)]	12.723.329	1.310.468
Preço de exercício - R$[(i)]	3,16	7,48
Volatilidade anualizada esperada	38,41%	43,60%
Prazo maturidade estimado	6 anos	6 anos
Valor justo da opção	0,66	0,74

(ii) Considera o desdobramento das ações de na proporção de uma ação para 401 ações, aprovado em 13 de outubro de 2020;

e) Bônus de subscrição

Em 3 de setembro de 2019 a Companhia firmou um contrato de prestação de serviços com a Domus Aurea Serviços de Tecnologia Ltda. ("Domus") com o objetivo de receber serviços exclusivos de desenho de estratégia, desenvolvimento, assessoria, gestão e treinamento em tecnologia digital aplicáveis às suas operações.

O referido contrato possui uma remuneração fixa liquidada em parcela única à vista de R$29.083 na assinatura do contrato, parcelas mensais sucessivas e parcela variável composta por bônus de subscrição de 49.972 ações próprias (20.038.772 após o desdobramento de 401 ações para cada ação) subdivididos em três séries, (A, B e C), sujeitos à regras específicas definidas no contrato de prestação de serviço. Na mensuração do valor, tomou-se por base que o serviço adquirido é similar a um empregado, conforme previsto no IFRS 2/CPC10, sendo que o valor justo do plano será registrado como despesa do exercício durante o período de aquisição do direito (vesting period).

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os Bônus dão ao Beneficiário o direito de exercer após a data de Carência até a data de vencimento conforme descrito abaixo. Os Bônus só poderão ser exercidos após a ocorrência das seguintes condicionantes:

(i) Evento de Liquidez da Companhia, conforme definido no contrato de prestação de serviços;
(ii) À vigência do contrato de prestação de serviços entre a Companhia e DOMUS à época do exercício de cada prazo de carência do Bônus;
(iii) Ao pagamento do preço de exercício;
(iv) Aos Intervenientes da Domus serem diretores estatutários à época do exercício do Bônus;
(v) Ao atingimento parcial ou integral de metas de performance, conforme definidos no Contrato de Prestação de Serviços;
(vi) Ao cumprimento de meta de atração de executivos.

Descrição	Quantidade de opções	Condicionantes	Período de carência	% de opções por vencimento	Vencimento	Preço de exercício por ação (*)
Bônus A - 1	3.682.383	i, ii, iii, iv	N/A	100%	01/07/2027	0,0003
Bônus A - 2	3.682.383	i, ii,iii,iv,v	03/09/2021 03/09/2022 03/09/2023 03/09/2024	40% 20% 20% 20%	01/07/2027	0,0003
Bônus B	2.000.990	i, ii, iii, iv, v, vi	03/09/2022 03/09/2023 03/09/2024 03/09/2025	40% 20% 20% 20%	01/07/2027	7,5000
Bônus C	10.673.016	i, ii, iii, iv	03/09/2021 03/09/2022 03/09/2023 03/09/2024	40% 20% 20% 20%	01/07/2027	14,9900

(*) Considera o desdobramento das ações de na proporção de uma ação para 401 ações, aprovado em 13 de outubro de 2020.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Bônus subscrição			
	A1	**A2**	**B**	**C**
Data da outorga	03-09-19	03-09-19	03-09-19	03-09-19
Quantidade de opções (i)	3.682.383	3.682.383	2.000.990	10.673.016
Preço de exercício - R$ (i)	0,0003	0,0003	7,50	14,99
Volatilidade anualizada esperada	42,90%	42,90%	42,90%	42,90%
Prazo maturidade estimado (ii)	1 ano	6 anos	7 anos	6 anos
Valor justo da opção (i)	2,38	1,05	0,68	0,74

(iii) Considera o desdobramento das ações de na proporção de uma ação para 401 ações, aprovado em 13 de outubro de 2020;
(iv) Período de cinco anos de carência mais primeiro aniversário da expiração do último período de carência.

A movimentação dos planos de opções está detalhada abaixo:

	Quantidade de opções (*)	Valor das opções	Custo
Em 31 de dezembro de 2018	**14.626.475**	**10.271**	**4.127**
Reversão por prescrição	(1.087.512)	(1.058)	(1.058)
Despesa do período	-	-	794
Em 30 de junho de 2019	**13.538.963**	**9.213**	**3.863**

	Quantidade de opções (*)	Valor das opções	Custo
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**14.454.847**	**36.047**	**10.416**
Nova outorga	32.481	81	-
Despesa do exercício		-	8.977
Saldo em 30 de junho de 2020	**14.487.328**	**36.128**	**19.393**

(*) Considera o desdobramento das ações de na proporção de uma ação para 401 ações, aprovado em 13 de outubro de 2020.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Receita de vendas, líquida

	Controladora				Consolidado	
	01/04/2020 a 30/06/2020	**01/04/2019 a 30/06/2019**	**01/01/2020 a 30/06/2020**	**01/01/2019 a 30/06/2019**	**01/04/2020 a 30/06/2020**	**01/04/20 30/06/20**
Vendas de mercadorias e serviços	153.153	395.670	554.320	817.677	153.153	554.3
Ajuste a valor presente	(1.504)	(4.350)	(5.354)	(9.168)	(1.504)	(5.3
Impostos	(33.526)	(82.984)	(122.437)	(174.083)	(33.526)	(122.4
Devoluções e descontos	(16.463)	(39.906)	(53.900)	(72.658)	(16.463)	(53.9
	101.660	**268.430**	**372.629**	**561.768**	**101.660**	**372.6**

25. Custo dos produtos vendidos

	Controladora				Consolidado	
	01/04/2020 a 30/06/2020	**01/04/2019 a 30/06/2019**	**01/01/2020 a 30/06/2020**	**01/01/2019 a 30/06/2019**	**01/04/2020 a 30/06/2020**	**01/01/2020 30/06/202**
Custo das vendas	(40.516)	(114.618)	(159.853)	(242.236)	(40.516)	(159.85
Ajustes a valor presente	417	903	1.977	2.019	417	1.9
	(40.099)	**(113.715)**	**(157.876)**	**(240.217)**	**(40.099)**	**(157.87**

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Despesas operacionais, por natureza

26.1. Despesas com vendas

	Controladora				Consolidado	
	Trimestre Atual	Igual Trimestre do Exercício Anterior	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado doExercício Anterior	Trimestre Atual	Acumu Atual E
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/ 30/06
Pessoal	(18.488)	(27.690)	(44.168)	(54.767)	(18.488)	
Transporte	(8.382)	(15.182)	(24.420)	(30.604)	(8.382)	
Ocupação	(7.364)	(9.330)	(17.590)	(19.167)	(7.364)	
Cobrança	(2.704)	(6.501)	(9.811)	(13.830)	(2.704)	
Depreciação	(22.433)	(21.034)	(44.892)	(41.207)	(22.433)	
Publicidade	(5.512)	(5.455)	(12.746)	(11.416)	(5.512)	
Uso e Consumo	(1.859)	(1.934)	(3.621)	(4.123)	(1.859)	
Manutenção	(823)	(1.575)	(2.372)	(2.900)	(823)	
Serviço de terceiros	(2.170)	(2.100)	(4.654)	(3.777)	(2.170)	
Outras (receitas) despesas	6.973	(2.873)	3.865	(7.010)	6.973	
	(62.762)	**(93.674)**	**(160.409)**	**(188.801)**	**(62.762)**	**(**

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.2. Despesas gerais e administrativas

	Controladora				Consolidado	
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2 30/06/
Pessoal	(21.340)	(25.446)	(46.395)	(51.163)	(21.340)	
Transporte	(8)	(133)	(29)	(169)	(8)	
Ocupação	(731)	(784)	(1.433)	(1.538)	(731)	
Cobrança	81	(69)	(62)	(162)	81	
Depreciação	(4.444)	(3.943)	(8.793)	(7.853)	(5.787)	
Publicidade	(1)	-	(66)	-	(1)	
Uso e Consumo	(538)	(471)	(968)	(1.003)	(538)	
Serviços de Terceiros	(4.768)	(5.221)	(10.146)	(9.664)	(4.768)	
Participação nos resultados	(3.655)	(2.625)	(7.257)	(5.550)	(3.655)	
Outras receitas (despesas)	972	1.914	1.842	2.764	972	
	(34.432)	**(36.778)**	**(73.307)**	**(74.338)**	**(35.775)**	

27. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora				Consolidado	
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2 30/06/
Despesas e reformas pré-operacionais	(397)	(1.348)	(900)	(1.399)	(397)	
Contingências, líquidas	(7.330)	(1.030)	(8.996)	(1.019)	(7.330)	(
Consultorias e reorganizações de processos (i)	(563)	(1.822)	(9.811)	(5.786)	(563)	(
Projeto logístico (ii)	(5.907)	-	(5.907)	-	(5.907)	(
Pagamento baseado ações	(4.489)	(1)	(8.978)	263	(4.489)	(
Outras despesas (receitas) , líquidas	61	1.074	289	2.503	61	
	(18.625)	**(3.127)**	**(34.303)**	**(5.438)**	**(18.625)**	**(3**

(i) Referem-se substancialmente à despesas com reorganizações de pessoas e processos dentro da Companhia. Incluindo impacto de R$8,7 milhões relacionado à revisão dos processos.de apuração do ICMS.

(ii) Referem-se aos gastos incorridos com o projeto de mudança do centro de Distribuição para Extrema.

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado	
	01/04/2020 a 30/06/2020	01/04/2019 a 30/06/2019	01/01/2020 a 30/06/2020	01/01/2019 a 30/06/2019	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-
Juros sobre financiamentos	(1.854)	(347)	(2.831)	(1.467)	(1.854)	(2.831)
Juros sobre antecipações de recebíveis	(1.985)	(1.185)	(2.446)	(2.155)	(1.985)	(2.446)
Juros sobre arrendamento	(10.142)	(9.979)	(20.093)	(19.693)	(12.677)	(22.628)
Juros sobre contas a pagar com partes relacionadas	(427)	(667)	(915)	(1.329)	(427)	(915)
Ajuste ao valor presente	(866)	(879)	(2.319)	(1.885)	(866)	(2.319)
Outras	(2.076)	(892)	(2.684)	(1.022)	(2.006)	(2.614)
	(17.350)	**(13.949)**	**(31.288)**	**(27.551)**	**(19.815)**	**(33.753)**
Receitas financeiras						
Ajuste a valor presente	3.810	5.023	7.991	9.629	3.810	7.991
Descontos obtidos	1.034	1.674	4.124	2.651	1.034	4.124
Outras receitas	1.366	46	1.700	175	1.366	1.700
	6.210	**6.743**	**13.815**	**12.455**	**6.210**	**13.815**
Resultado financeiro, líquido	**(11.140)**	**(7.206)**	**(17.473)**	**(15.096)**	**(13.605)**	**(19.938)**

29. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado das ações ordinárias em circulação, durante o período correspondente ao resultado. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação para os períodos findos 30 de junho de 2020 e 2019:

	Controladora		Consolidado
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(49.877)	28.998	(49.877)
Quantidade média ponderada de ações	266.821.390	266.821.390	266.821.390
Lucro por ação - básico - R$	(0,19)	0,11	(0,19)
Efeito da diluição: opções de compra de ações	-	33.876	-
Quantidade média ponderada de ações após diluição	266.821.390	280.405.666	266.821.390
Lucro por ação - diluído - R$	**(0,19)**	0,11	**(0,19)**

30. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração,

Notas Explicativas

Estok Comércio e Representações S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de junho de 2020
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tinha as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas
Incêndio de bens do imobilizado e estoques	278.005
Responsabilidade civil	40.000
Automóveis - frota operacional e executiva	38.095
Garantia judicial/locação	25.552
Transportes nacionais	900

31. Eventos subsequentes

Em 13 de outubro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o desdobramento das 665.390 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia em 266.821.390 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem modificação no capital social, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A. e a reforma integral e a consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às deliberações da presente ata, às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado. O novo estatuto prevê um capital social autorizado, no qual a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, até o limite de 266.821.390 novas ações ordinárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Estok Comércio e Representações S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Estok Comércio e Representações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de outubro de 2020.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S/S

CRC-2SP034519/O-6

Lazaro Angelim Serruya

Contador CRC-1DF015801/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Estok Comércio e Representações S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, n° 550, 1° andar – salas 101 e 102 e 2° andar – salas 201 e 202, Bairro Tamboré, CEP 06460-020, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 49.732.175/0001-82, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 79.430.682/0001-22, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35.3.0044666-6 (“Companhia”),

declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas relativas aos trimestres e períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no Relatório sobre a revisão de informações trimestrais.

Barueri, 18 de outubro de 2020

_ _____

OCTAVIO CÔRTES PEREIRA LOPES

Diretor Presidente

_____

GUILHERME DE ANTONIO FAVARO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores da Estok Comércio e Representações S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, n° 550, 1° andar – salas 101 e 102 e 2° andar – salas 201 e 202, Bairro Tamboré, CEP 06460-020, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 49.732.175/0001-82, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 79.430.682/0001-22, com seu Estatuto Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35.3.0044666-6 (“Companhia”),

declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas relativas aos trimestres e períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2020 e 2019; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com a conclusão expressa no Relatório sobre a revisão de informações trimestrais.

Barueri, 18 de outubro de 2020

_ _____

OCTAVIO CÔRTES PEREIRA LOPES

Diretor Presidente

_____

GUILHERME DE ANTONIO FAVARO

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5
2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7
3.2 - Medições Não Contábeis 8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 17
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 18
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 20
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 21
3.7 - Nível de Endividamento 22
3.8 - Obrigações 23
3.9 - Outras Informações Relevantes 24

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 25
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 60
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 63
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 67
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 70
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 71
4.7 - Outras Contingências Relevantes 72

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 73

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 74

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 81

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 83

5.4 - Programa de Integridade 87

5.5 - Alterações significativas 90

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 91

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 92

6.3 - Breve Histórico 93

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 95

6.6 - Outras Informações Relevantes 96

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 97

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 113

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 114

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 115

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 124

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 125

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 132

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 133

7.8 - Políticas Socioambientais 134

7.9 - Outras Informações Relevantes 135

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 136

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 137

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 138

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 139

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 140

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 141

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 145

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 202

9.2 - Outras Informações Relevantes 203

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 204

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 229

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 232

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 233

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 236

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 238

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 239

10.8 - Plano de Negócios 240

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 242

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 243

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 244

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 245

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 254

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 258

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 262

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 263

12.7/8 - Composição Dos Comitês 268

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 269

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 271

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 272

12.12 - Outras informações relevantes 273

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 275

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 279

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 283

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 285

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 289

13.6 - Opções em Aberto 291

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 292

13.8 - Precificação Das Ações/opções 293

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 294

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 295

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 296

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 297

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 298

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 299

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 300

13.16 - Outras Informações Relevantes 301

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 302

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 305

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 306

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 310

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 311

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 312

15.3 - Distribuição de Capital 315

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 316

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 317

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 320

15.7 - Principais Operações Societárias 321

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 322

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 323

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 324

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 325

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 327

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 328

17.2 - Aumentos do Capital Social 329

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 330

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 331

17.5 - Outras Informações Relevantes 332

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 333

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 334

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 335

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 336

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 337

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 340

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 341

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 342

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 343

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 344

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 345

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 346

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 347

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 348

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 349

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 350

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 351

20.2 - Outras Informações Relevantes 352

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 353

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 355

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 357

21.4 - Outras Informações Relevantes 358

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Octavio Côrtes Pereira Lopes**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Guilherme de Antonio Favaro**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

OCTAVIO CÔRTES PEREIRA LOPES, brasileiro, economista, casado, inscrito no CPF/ME sob o n° 149.224.538-06 e no RG sob o n° 18.165.539-1, na qualidade de Diretor Presidente da **ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, n° 550, 1° andar – salas 101 e 102 e 2° andar – salas 201 e 202, Bairro Tamboré, CEP 06460-020, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 49.732.175/0001-82 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

OCTAVIO CÔRTES PEREIRA LOPES
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

GUILHERME DE ANTONIO FAVARO, brasileiro, engenheiro eletricista, solteiro, inscrito no CPF/ME sob o n° 360.351.878-03 e no RG sob o n° 37.741.502-9, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da **ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Tucunaré, n° 550, 1° andar – salas 101 e 102 e 2° andar – salas 201 e 202, Bairro Tamboré, CEP 06460-020, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 49.732.175/0001-82 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

GUILHERME DE ANTONIO FAVARO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 – Declaração do Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, tendo em vista que os nossos atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2, respectivamente, deste Formulário de Referência.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	10/10/2014
Descrição do serviço contratado	Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria das demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017; (ii) realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019 e realizar a revisão sobre informações financeiras intermediárias não auditadas sem a emissão de relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias para os períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2018 e realizar a revisão sobre informações financeiras intermediárias com emissão de relatório sobre as demonstrações financeiras intermediárias dos períodos findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019, (iii) Realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios 2020 e 2021, e revisão das informações contábeis intermediárias referentes aos períodos de três, seis e nove meses findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020 e 2021, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB; e (iv) procedimentos pré-acordados em conexão com a oferta pública inicial de ações da Companhia.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa à realização de procedimentos de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019; e às revisões das Informações Trimestrais de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019 foi de R$ 401 mil.
Justificativa da substituição	Não houve substituição dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Alessandra Aur	01/01/2017	304.987.448-17	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909, Torre Norte,, 6º. Andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25734886, e-mail: alessandra.aur@br.ey.com
Lazaro Angelim Serruya	01/07/2018	836.039.211-00	Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909, Torre Norte,, 6º. Andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25734886, e-mail: lazaro.serruya@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	403.204.000,00	437.749.000,00	403.450.000,00	354.837.000,00
Ativo Total	1.479.034.000,00	1.256.273.000,00	822.506.000,00	793.167.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	668.064.000,00	1.201.626.000,00	1.124.635.000,00	1.029.552.000,00
Resultado Bruto	398.305.000,00	685.500.000,00	655.401.000,00	588.078.000,00
Resultado Líquido	-50.135.000,00	53.544.000,00	73.030.000,00	-12.795.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	266.821.390	266.821.390	266.821.390	266.821.390
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,511138	1,640607	1,512060	1,329867
Resultado Básico por Ação	-0,190000	0,200000	0,270000	-0,050000
Resultado Diluído por Ação	-0,19	0,19	0,27	-0,05

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 – Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

(a.1) EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527"). O EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido do período/exercício, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social e da depreciação e amortização.

A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA ajustado por (i) pagamentos de passivo de arrendamento, (ii) ajuste a valor presente das vendas e compras a prazo, (iii) despesas extraordinárias decorrentes da mudança do centro de distribuição e gastos com projeto logístico ("Projeto Logístico"), (iv) despesas relativas à contratação da Domus, (v) despesas (reversão) de opções e bônus de subscrição relativa a pagamento baseado em ações dos executivos da Companhia e da Domus, e (vi) despesa com parcela sob condição suspensiva relativa a contas a pagar com partes relacionadas.

A Margem EBITDA Ajustado é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, o resultado da Companhia foi impactado pela adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Na adoção de tal norma a Companhia optou pelo método retrospectivo modificado, não reapresentando os exercícios anteriores. Desta forma, as informações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção desta norma, portanto, não são comparáveis com as informações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os principais efeitos trazidos pela nova norma são: (i) aumento das despesas de depreciação devido à amortização do direito de uso; (ii) aumento das despesas financeiras pelos juros incidentes da atualização do passivo de arrendamento; e (iii) redução das despesas com aluguéis. Para mais informações sobre o IFRS 16 (CPC 06-R2), vide seção 10.4 deste Formulário de Referência.

O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não devem ser consideradas como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro (prejuízo) líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto ao fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não possuem significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes divulgadas por outras companhias.

3.2 - Medições Não Contábeis

A tabela abaixo apresenta os valores do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado para os três últimos exercícios sociais e para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019.

(Em milhões de reais, exceto percentuais)	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
EBITDA[1]	39,5	136,9	192,7	130,0	33,7
Margem EBITDA[2]	5,9%	15,7%	16,0%	11,6%	3,3%
EBITDA Ajustado	8,5	109,7	150,6	149,9	96,6
Margem EBITDA Ajustado [3]	1,3%	12,6%	12,5%	13,3%	9,4%

(1) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.

(2) Margem EBITDA calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

(3) Margem EBITDA Ajustado calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

(a.2) Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

O Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado é calculado pelo Lucro (Prejuízo) Líquido ajustado por: (i) despesa de juros sobre arrendamentos reconhecida no resultado financeiro e a despesa de amortização do direito de uso deduzidas dos pagamentos de arrendamentos, decorrentes da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) ("Efeitos do passivo de arrendamento e direito de uso"), (ii) despesas extraordinárias decorrentes da mudança do centro de distribuição e gastos com projeto logístico ("Projeto Logístico"), (iii) despesas relativas à contratação da Domus, (iv) despesas (reversão) de opções e bônus de subscrição relativa a pagamento baseado em ações de executivos e da Domus, (v) despesa com parcela sob condição suspensiva relativa a contas a pagar com partes relacionadas, e (vi) efeito tributários considerando a alíquota vigente de 34% sobre os ajustes anteriores, exceto pela despesa com parcela sob condição suspensiva relativa a contas a pagar com partes relacionadas, considerada indedutível e que, desta forma, não possui impacto tributário.

A Margem Líquida Ajustada refere-se ao Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado dividido pela receita líquida.

O Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado e a Margem Líquida Ajustada não são medidas reconhecidas pelo BR GAAP nem pelas IFRS e não devem ser consideradas como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro (prejuízo) líquido, como indicador do desempenho operacional ou, ainda, como indicador de liquidez. O Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado e a Margem Líquida Ajustada não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes divulgadas por outras companhias.

A tabela abaixo apresenta os valores do Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado e da Margem Líquida Ajustada referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(Em milhões de reais, exceto percentuais)	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	(11,6)	61,4	88,8	76,1	20,8
Margem Líquida Ajustada [1]	(1,7)%	7,0%	7,4%	6,8%	2,0%

(1) A Margem Líquida Ajustada é calculada por meio da divisão do Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado pela receita líquida.

3.2 - Medições Não Contábeis

(a.3) Dívida Bruta, Dívida Líquida, Caixa Líquido Ajustado

A Dívida Bruta refere-se ao total de empréstimos e financiamentos

A Dívida Líquida é calculada como sendo a Dívida Bruta menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa.

O Caixa Líquido Ajustado é calculado a partir do saldo de Dívida Líquida, acrescentando: (i) saldo de contas a pagar com partes relacionadas e (ii) saldo de parcelamento de impostos, e deduzido pelo saldo de contas a receber de cartões de crédito, passíveis de venda ou desconto.

O Índice de Alavancagem é calculado dividindo a Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado. O Índice de Liquidez Ajustado é calculado dividindo o Caixa Líquido Ajustado pelo EBITDA Ajustado.

A Dívida Líquida e o Caixa Líquido Ajustado não são medidas de desempenho, endividamento ou liquidez reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida e o Caixa Líquido Ajustado de maneira diferente da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os valores da Dívida Bruta, Dívida Líquida, Índice de Alavancagem, Caixa Líquido Ajustado e o Índice de Liquidez Ajustado em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(Em milhões de reais, exceto índices)	**Em 30 de setembro de**	**Em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2018**	**2017**
Dívida Bruta	289,2	112,2	111,5	112,9
Dívida Líquida	90,7	99,8	96,0	108,1
Dívida (Caixa) Líquido Ajustado	(139,7)	(194,2)	(217,0)	(138,6)
Índice de Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado)	1,84x(1)	0,66x	0,64x	1,12x
Índice de Liquidez Ajustado (Caixa Líquido Ajustado / EBITDA Ajustado)	(2,83x)(1)	(1,29x)	(1,45x)	(1,43x)

(1) Para o cálculo dos índices em 30 de setembro de 2020 a Companhia considerou como denominador o EBITDA Ajustado para o período de 12 meses findo em 30 de setembro de 2020 (LTM – *Last Twelve Months*).

(a.4) Capital de Giro e Capital de Giro Ajustado

Calculamos o Capital de Giro como sendo o ativo circulante, exceto pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, subtraído do passivo circulante, exceto pelo saldo de (i) empréstimos e financiamentos, (ii) contas a pagar com partes relacionadas, (iii) dividendos a pagar e (iv) passivo de arrendamento. O Capital de Giro Ajustado refere-se ao Capital de Giro subtraído do saldo de contas a receber de cartões de crédito já descontados. Atualmente a Companhia tem como prática a antecipação de contas a receber de cartões de crédito de terceiros.

O Capital de Giro e o Capital de Giro Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular o Capital de Giro e o Capital de Giro Ajustado de maneira diferente da Companhia.

3.2 - Medições Não Contábeis

A tabela abaixo apresenta os valores do Capital de Giro e Capital de Giro Ajustado em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(Em milhões de reais)	Em 30 de setembro de 2020	Em 31 de dezembro de		
		2019	2018	2017
Capital de Giro	263,9	364,3	335,8	243,0
Capital de Giro Ajustado	232,5	259,8	251,0	175,8

(a.5) Capital fixo

Calculamos o Capital Fixo como sendo o ativo não circulante subtraído (i) do direito de uso, e (ii) do passivo não circulante, exceto pelo saldo de empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, contas a pagar com partes relacionadas e imposto de renda e contribuição social parcelados.

O Capital Fixo não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Capital Fixo de maneira diferente da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os valores do Capital Fixo em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

(Em milhões de reais)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Capital Fixo	309,2	267,0	234,3	268,0

(a.6) Lucro Operacional (NOPAT)

O Lucro Operacional – NOPAT (*Net Operating Profit after Taxes*) consiste no lucro (prejuizo) antes do resultado financeiro e tributos, líquido do efeito hipotético de imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva daquele período/exercício. O NOPAT inclui também o resultado financeiro líquido proveniente das receitas financeiras com antecipação de fornecedores e despesas financeiras com desconto de recebíveis.

O NOPAT não é uma medida contábil reconhecida pelo BR GAAP ou IFRS, e não deve ser considerado como alternativa ao lucro (prejuízo) líquido como indicador de desempenho operacional, como base para distribuição de dividendos ou, ainda, como indicador de liquidez. O lucro operacional não possui significado padrão e a nossa definição pode não ser comparável com a definição de lucro operacional de outras companhias.

A tabela abaixo apresenta os valores do NOPAT referente aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(*em milhões de reais)*	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
NOPAT	(2,7)	74,0	110,8	72,1	25,4

3.2 - Medições Não Contábeis

(a.7) ROIC – Retorno sobre o Capital Investido

O ROIC (*Return on Invested Capital*) é o NOPAT do período/exercício dividido pela média do capital investido total da Companhia, média simples entre o início e o fim de cada período ou exercício. O capital investido é representado pela soma do capital de giro ajustado e o capital fixo.

O ROIC não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROIC de maneira diferente da Companhia.

A tabela abaixo apresenta os valores do ROIC referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
ROIC	(0,7%)	21,9%	15,5%	5,0%

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(b.1) EBITDA, EBITDA ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA ajustada

(Em milhões de reais, exceto percentuais)	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido [1]	(50,1)	32,2	53,5	73,0	(12,8)
(+/-) Resultado financeiro	35,1	21,8	28,4	(5,1)	(4,8)
(+/-) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(31,3)	8,4	10,3	27,2	21,9
(+) Depreciação e amortização	85,8	74,5	100,5	34,9	29,4
EBITDA [1][2]	**39,5**	**136,9**	**192,7**	**130,0**	**33,7**
Margem EBITDA[1][3]	**5,9%**	**15,7%**	**16,0%**	**11,6%**	**3,3%**
(-) Pagamento de passivo de arrendamento [4]	(77,7)	(68,6)	(92,3)	-	-
(+) Ajuste a valor presente sobre vendas e compras a prazo [5]	5,5	10,6	14,0	15,2	29,5
(+) Despesa com projeto logístico [6]	18,2	-	-	-	
(+) Despesa pela contratação da Domus [7]	-	29,1	29,9	-	-
(+) Despesa (reversão) de opções e bônus de subscrição [8]	23,0	1,7	6,3	4,7	(0,6)
(+) Despesa com contas a pagar com partes relacionadas [9]	-	-	-	-	34,0
EBITDA Ajustado [10]	**8,5**	**109,7**	**150,6**	**149,9**	**96,6**
Margem EBITDA Ajustado [11]	**1,3%**	**12,6%**	**12,5%**	**13,3%**	**9,4%**
Receita Líquida	**668,1**	**872,4**	**1.201,6**	**1.124,6**	**1.029,6**

(1) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.
(2) O EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro, pelo imposto de renda e contribuição social e pela depreciação e amortização; calculado tomando como base as disposições da Instrução CVM 527/12.
(3) A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.
(4) Refere-se aos pagamentos do passivo de arrendamento, decorrentes da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2).
(5) Refere-se ao ajuste a valor presente das vendas e compras a prazo.
(6) Refere-se a despesas extraordinárias decorrentes da mudança do centro de distribuição e gastos com projeto logístico, líquidas de depreciação.

3.2 - Medições Não Contábeis

(7) Refere-se a despesas incorridas pela contratação da Domus para desenvolvimento do e-commerce da Companhia.
(8) Refere-se a despesas (reversão) de opções e bônus de subscrição relativa a pagamento baseado em ações dos Executivos da Companhia e bônus de subscrição da Domus.
(9) Refere-se a despesa decorrente de parcela sob condição suspensiva relativa a contas a pagar com partes relacionadas.
(10) O EBITDA Ajustado é calculado pelo EBITDA ajustado por pagamentos de passivo de arrendamento, ajuste a valor presente sobre vendas e compras a prazo, despesa com projeto logístico, despesa pela contratação da Domus, despesas (reversão) de opções e bônus de subscrição e despesa com contas a pagar com partes relacionadas.
(11) A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

(b.2) Lucro (prejuízo) líquido ajustado e margem líquida ajustada

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(Em milhões de reais, exceto percentuais)	**2020**	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
Lucro (prejuízo) líquido (1)	**(50,1)**	**32,2**	**53,5**	**73,0**	**(12,8)**
(+) Efeitos do passivo de arrendamento e direito de uso (2)	14,7	13,5	17,3	-	-
(+) Despesas com projeto logístico (3)	20,7	-	-	-	-
(+) Despesas pela contratação da Domus (4)	-	29,1	29,9	-	-
(+) Despesas (reversão) de opções e bônus de subscrição (5)	23,0	1,7	6,3	4,7	(0,6)
(+) Despesa com contas a pagar com partes relacionadas (6)	-	-	-	-	34,0
(+/-) Efeitos tributários sobre os ajustes acima (7)	(19,9)	(15,1)	(18,2)	(1,6)	0,2
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	**(11,6)**	**61,4**	**88,8**	**76,1**	**20,8**
Margem Líquida Ajustada(8)	**(1,7)%**	**7,0%**	**7,4%**	**6,8%**	**2,0%**

(1) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1 de janeiro de 2019.
(2) Refere-se à despesa de juros sobre passivo de arrendamentos reconhecida no resultado financeiro e a despesa de amortização do direito de uso deduzidas dos pagamentos de passivo de arrendamento, decorrentes da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2).
(3) Refere-se a despesas extraordinárias decorrentes da mudança do centro de distribuição e gastos com projeto logístico.
(4) Refere-se a despesas relativas à contratação da Domus para desenvolvimento do e-commerce da Companhia.
(5) Refere-se a despesa com pagamento baseado em ações de executivos da Companhia e bônus de subscrição relativos à contratação da Domus.
(6) Refere-se a despesa decorrente de parcela sob condição suspensiva relativa a contas a pagar com partes relacionadas.
(7) Efeitos tributários calculado pela alíquota vigente de imposto de renda e contribuição social (34%) sobre os ajustes acima indicados, exceto sobre o ajuste referente a despesa com parcela sob condição suspensiva das contas a pagar com partes relacionadas, considerada indedutível e que, desta forma, não foi considerada no cálculo dos efeitos tributários.
(8) A Margem Líquida Ajustada representa a divisão entre o lucro (prejuízo) líquido ajustado pela receita líquida do período/exercício.

(b.3) Dívida Bruta, Dívida Líquida, Índice de Alavancagem, Dívida (Caixa) líquido ajustado e Índice de liquidez ajustado

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
(*em milhões de reais, exceto índices*)	**2020**	**2019**	**2018**	**2017**
(+) Empréstimos e financiamentos (circulante)	289,2	112,2	104,0	89,1
(+) Empréstimos e financiamentos (não circulante)	-	-	7,5	23,8
(=) Dívida Bruta	**289,2**	**112,2**	**111,5**	**112,9**
(-) Caixa e equivalentes a caixa	(198,5)	(12,4)	(15,5)	(4,8)
(=) Dívida Líquida	**90,7**	**99,8**	**96,0**	**108,1**
(-) Conta a receber de cartões de crédito de terceiros	(278,8)	(341,7)	(358,8)	(291,2)
(+) Imposto de renda e contribuição social parcelados	8,0	8,6	9,3	9,4
(+) Contas a pagar com partes relacionadas	40,4	39,1	36,5	35,1
(=) Dívida (Caixa) Líquido Ajustado	**(139,7)**	**(194,2)**	**(217,0)**	**(138,6)**
Índice de Alavancagem (Dívida Líquida / EBITDA Ajustado)	1,84x(1)	0,66x	0,64x	1,12x
Índice de Liquidez (Caixa Líquido Ajustado / EBITDA Ajustado)	(2,83x)(1)	(1,29x)	(1,45x)	(1,43x)
EBITDA Ajustado	**49,4(2)**	**150,6**	**149,9**	**96,6**

(1) Para o cálculo dos índices em 30 de setembro de 2020 a Companhia considerou como denominador o EBITDA Ajustado para o período de 12 meses findo em 30 de setembro de 2020 (LTM – *Last Twelve Months*).
(2) Refere-se ao EBITDA Ajustado para o período de 12 meses findo em 30 de setembro de 2020 (LTM - *Last Twelve Months*), e consiste no EBITDA Ajustado do período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020 somado ao EBITDA Ajustado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 subtraído do EBITDA Ajustado do período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2019.

3.2 - Medições Não Contábeis

(b.4) Capital de Giro e Capital de Giro Ajustado

(Em milhões de reais)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Ativo circulante	687,7	572,1	556,6	454,1
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(198,5)	(12,4)	(15,5)	(4,8)
Ativo Circulante Operacional	**489,2**	**559,7**	**541,1**	**449,3**
Passivo circulante	630,5	432,1	335,1	301,0
(-) Empréstimos e financiamentos	(289,2)	(112,2)	(104,0)	(89,1)
(-) Dividendos a pagar	-	(29,7)	(25,8)	(5,6)
(-) Passivo de arrendamento	(116,0)	(94,8)	-	-
Passivo Circulante Operacional	**225,3**	**195,4**	**205,3**	**206,3**
Capital de Giro	**263,9**	**364,3**	**335,8**	**243,0**
(-) Contas a receber de cartões de crédito descontados	(31,4)	(104,5)	(84,8)	(67,2)
Capital de Giro Ajustado	**232,5**	**259,8**	**251,0**	**175,8**

(b.5) Capital Fixo

(Em milhões de reais)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Total do ativo não circulante	791,3	684,2	265,9	339,1
(-) Direito de uso	(457,4)	(399,9)	-	-
Total do ativo não circulante ajustado	**333,9**	**284,3**	**265,9**	**339,1**
Total do passivo não circulante	445,3	383,4	83,9	137,4
(-) Imposto de renda e contribuição social parcelados	(6,8)	(7,6)	(8,3)	(8,5)
(-) Empréstimos e financiamentos	-	-	(7,5)	(23,8)
(-) Contas a pagar com partes relacionadas	(40,4)	(39,1)	(36,5)	(34,0)
(-) Passivo de arrendamento	(373,4)	(322,4)	-	-
Total do passivo não circulante ajustado	**24,7**	**17,3**	**31,6**	**71,1**
Capital Fixo	**309,2**	**267,0**	**234,3**	**268,0**

(b.6) Lucro Operacional (NOPAT)

(Em milhões de reais exceto percentuais)	Período de 9 meses findo em 30 de setembro		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
Lucro líquido ajustado	**(11,6)**	**61,4**	**88,8**	**76,1**	**20,8**
(+) Resultado financeiro	35,1	21,8	28,4	(5,1)	(4,8)
(+) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(31,3)	8,4	10,3	27,2	21,9
EBIT Ajustado	**(7,8)**	**91,6**	**127,5**	**98,2**	**37,9**
Alíquota efetiva IR/CS	38%	21%	16%	27%	33%
(-) Despesa de juros com antecipação de recebíveis (1)	(3,4)	(2,8)	(3,7)	(1,3)	-
(-) Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre despesa de antecipação de recebíveis (2)	1,2	1,0	1,2	0,4	-
(+) Receita financeira - antecipação de fornecedores (3)	6,5	5,1	9,3	2,0	-
(-) Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre receita de antecipação para fornecedores (4)	(2,2)	(1,7)	(3,2)	(0,7)	-
Lucro líquido operacional – NOPAT	**(2,7)**	**74,0**	**110,8**	**72,1**	**25,4**

(1) As despesas com juros sobre antecipação de recebíveis são ajustados ao lucro líquido operacional por se tratarem de despesas financeiras diretamente atribuíveis às receitas de vendas, onde se utiliza o meio de pagamento cartão de crédito.
(2) Efeito calculado pela alíquota vigente de imposto de renda e contribuição social (34%) sobre o resultado financeiro
(3) Efeito calculado pela alíquota vigente de imposto de renda e contribuição social (34%) sobre os encargos sobre antecipação de cartão de crédito

3.2 - Medições Não Contábeis

(b.7) ROIC

(Em milhões de reais exceto percentuais)	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Capital de Giro Ajustado	232,5	259,8	251,0	175,8
Capital Fixo	309,2	267,0	234,3	268,0
Capital Investido Total	541,7	526,8	485,3	443,8
Capital Investido Total Médio (1)	**534,3**	**506,1**	**464,6**	**511,6**
NOPAT	(3,6) (2)	110,8	72,1	25,4
ROIC	**(0,7%)**	**21,9%**	**15,5%**	**5,0%**

(1) O Capital Investido Total Médio consiste na média aritmética do Capital Investido no início e no final do período ou exercício.

(2) O NOPAT foi calculado levando-se em consideração o NOPAT do período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020 dividido por 9 e multiplicado por 12 meses.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

(c.1) EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia entende que o EBITDA e o EBITDA Ajustado são medições mais apropriadas para apresentar corretamente sua condição financeira e o resultado de suas operações, pois apresenta o resultado das atividades ligadas ao seu desempenho operacional através de uma métrica comumente utilizada pelo mercado. Em razão do cálculo do EBITDA não considerar o resultado financeiro, o imposto de renda e a contribuição social e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral, sendo uma medida gerencial que permite a comparação da Companhia com outras empresas do setor. O EBITDA Ajustado é importante à medida que exclui alguns temas que a Administração considera como extraordinários ou não recorrentes e com isso tende a ser uma métrica mais estável e comparável entre os períodos e com terceiros que utilizem métrica semelhante.

A Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado demonstram, em termos relativos, o desempenho das atividades ligadas ao negócio e permite a comparabilidade entre períodos diversos.

(c.2) Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

A Companhia entende que existiram alguns efeitos pontuais ou extraordinários nos últimos períodos/exercícios que precisam ser ajustados ao lucro (prejuízo) líquido, juntamente com seus efeitos tributários, para que possamos mostrar como teria sido o lucro líquido sem esses impactos.

(c.3) Dívida Líquida e Caixa Líquido Ajustado

A Companhia entende que a medição da Dívida líquida é útil na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional e o Caixa Líquido Ajustado é útil como uma medida de liquidez da Companhia.

(c.4) Capital de Giro e Capital de Giro Ajustado

A Companhia entende que a medição do Capital de Giro e do Capital de Giro Ajustado é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de curto prazo (circulante) e também para o cálculo do retorno sobre o capital empregado (“ROIC”).

(c.5) Capital Fixo

A Companhia acredita que a medição do Capital Fixo é útil no gerenciamento dos direitos e obrigações de longo prazo e é importante para o cálculo de indicadores de performance do retorno sobre o capital investido, notadamente o ROIC.

3.2 - Medições Não Contábeis

(c.6) Lucro Operacional (NOPAT)

Acreditamos que o lucro operacional é uma importante ferramenta comparativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

(c.7) ROIC – Retorno sobre o Capital Investido

A Companhia entende que a medição do ROIC é útil para a medição do resultado e do retorno da Companhia em relação ao capital empregado, sendo uma ferramenta comparativa significativa para mensurar, periodicamente, o nosso desempenho operacional, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 – Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Em 13 de outubro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram o desdobramento das 665.390 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, em 266.821.390 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem modificação no capital social, nos termos do artigo 12 da Lei das S.A e a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adaptá-lo às deliberações da presente ata, às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado. O novo Estatuto Social prevê um capital social autorizado no qual a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, até o limite de 266.821.390 novas ações ordinárias.

Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, o desdobramento não resultou na modificação do valor total do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares, operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia, não afetando os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.
.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 – Política de destinação dos resultados

	2019	2018	2017
Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que atinja o limite de 20% do capital social, conforme fixado em lei, e que, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76, o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que atinja o limite de 20% do capital social, conforme fixado em lei, e que, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76, o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências.	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que atinja o limite de 20% do capital social, conforme fixado em lei, e que, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76, o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências.
Valores das retenções de lucros	No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou lucro líquido de R$ 55.544 mil, sendo que: (i) R$ 2.410 mil foram destinados à reserva de incentivos fiscais; (ii) R$ 2.557 mil foram destinados à reserva legal; (iii) R$ 23.043 mil foram destinados à reserva de investimentos; e (iii) R$ 25.534 mil foram distribuídos através de juros sobre o capital próprio;	No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou lucro líquido de R$ 73.030 mil, sendo que (i) R$ 3.652 mil foi destinado à reserva legal; (ii) R$ 45.645 mil foram destinados à reserva de investimentos; e (iii) R$ 23.733 mil foram distribuídos através de juros sobre o capital próprio.	No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apurou prejuízo líquido de R$ 12.795 mil.
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Percentual do lucro líquido retido à título de reserva legal, reserva de incentivos fiscais e reserva de investimento: 52,3%	Percentual do lucro líquido retido à título de reserva legal e reserva de investimentos: 67,5%	Não aplicável, dado que a Companhia apurou prejuízo líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2019	2018	2017
Periodicidade das distribuições de dividendos	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral ou trimestral e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral ou trimestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral ou trimestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Política de destinação de resultados	Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época.	Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época.	Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, não possuíamos uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, sendo aplicável o disposto no Estatuto Social vigente à época.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	-50.135.000,00	48.577.000,00	69.378.000,00	-12.795.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	52,600000	34,200000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	12,200000	18,100000	-3,600000
Dividendo distribuído total	0,00	25.534.000,00	23.733.000,00	5.604.000,00
Lucro líquido retido	0,00	28.010.000,00	49.297.000,00	0,00
Data da aprovação da retenção		24/06/2020	03/06/2019	30/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00		0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 – Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

A Companhia declarou dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas apenas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R$ 5,6 milhões declarados à reserva de investimentos.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2020	1.075.830.000,00	Índice de Endividamento	2,66820270	
31/12/2019	818.524.000,00	Índice de Endividamento	1,86984780	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		31.377.000,00	0,00	0,00	0,00	31.377.000,00
Empréstimo	Quirografárias		257.806.000,00	0,00	0,00	0,00	257.806.000,00
Total			289.183.000,00	0,00	0,00	0,00	289.183.000,00

Observação

Os valores apresentados acima, referem-se ao total de empréstimos e financiamentos.

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Garantia Real		7.680.000,00	0,00	0,00	0,00	7.680.000,00
Empréstimo	Quirografárias		104.470.000,00	0,00	0,00	0,00	104.470.000,00
Total			112.150.000,00	0,00	0,00	0,00	112.150.000,00

Observação

Os valores apresentados acima, referem-se ao total de empréstimos e financiamentos.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 – Outras informações relevantes

Estok Distribuidora

Em 7 de abril de 2020, a companhia até então inativa Estok Distribuidora e Serviços S.A. ("Estok Distribuidora"), controlada direta da Companhia, com 100% de participação acionária, e situada na cidade de Extrema, estado de Minas Gerais, na estrada municipal Vargem do João Pinto,450 – Galpão 02 – Bairro da Ponte Nova, firmou contrato de arrendamento de um galpão para futura operação de comércio e distribuição. Até 30 de setembro de 2020, a Estok Distribuidora ainda estava pré-operacional, possuindo apenas o contrato de arrendamento e aquisições de imobilizado em seus livros. As informações financeiras em 30 de setembro de 2020 e para o período de nove meses findo nessa data consideram a consolidação da Estok Distribuidora.

Desdobramento de ações

O número de ações, valor patrimonial por ação e o resultado básico e diluído por ação consideram o desdobramento de ações aprovado em 13 de outubro de 2020, conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação.

COVID-19 – Impactos financeiros da COVID-19 sobre a Companhia

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos seus países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e lockdown ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente podem ter um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Durante os meses de março e de abril de 2020 as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações. O impacto final na economia global e nos mercados financeiros ainda é incerto, mas espera-se que seja significativo.

Estamos monitorando os desenvolvimentos relacionados ao COVID 19 e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos e melhores práticas gerais de resposta a pandemia. Não temos como prever quando as medidas de distanciamento social deixarão de ser necessárias, e, em nosso entendimento, o retorno às atividades administrativas nos escritórios, deverá acontecer de forma gradual, uma vez que tais medidas de distanciamento social sejam reduzidas e, gradualmente, se tornem inexistentes.

Adicionalmente reforçamos as ações para garantir o distanciamento seguro entre colaboradores evitando aglomerações, reuniões presenciais estão sendo realizadas de forma remota por meio eletrônico, assim como adotamos o trabalho remoto no escritório corporativo.

Entendemos que estamos tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação do COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período que perdurar a pandemia. Embora nossa situação financeira não tenha sido afetada de forma relevante até o momento, a Administração não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia, sendo certo de que segue avaliando constantemente os impactos sobre as suas operações e se compromete a informar possíveis novos cenários e medidas necessárias a serem adotadas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia. As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir e/ou por outros fatores de risco. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses riscos, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte ou a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente pela Companhia ou que ela considere irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão afetá-la adversamente.

Para fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão deste item “4.1. Descrição dos Fatores de Risco” e do item “4.2. Descrição dos Principais Riscos de Mercado”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens deste item “4.1. Descrição dos Fatores de Risco” e do item “4.2. Descrição dos Principais Riscos de Mercado”.

(a) Riscos Relacionados ao Emissor

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do Coronavírus (COVID-19), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A pandemia da COVID-19 afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimento globais, e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros. Em 15 de junho de 2020, o Brasil era considerado um dos centros da pandemia global em número de casos e óbitos, da COVID-19. A pandemia da COVID- 19 teve e acreditamos que continuará tendo um impacto adverso relevante sobre os nossos negócios e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

desempenho financeiro. O alcance do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os nossos negócios e desempenho financeiro, inclusive a nossa capacidade de executar nossas estratégias de curto e longo prazos e implantar iniciativas no período esperado dependerá de desdobramentos futuros, inclusive a duração e gravidade da pandemia, especialmente no Brasil, o que é incerto e não pode ser previsto.

Em função da pandemia da COVID-19, e em resposta às normas ou recomendações editadas pelas autoridades governamentais, bem como das decisões que tomamos, no período de 22 de março a 25 de abril de 2020, todas nossas 59 lojas ficaram fechadas e, após a reabertura, todas as nossas lojas foram obrigadas a operar em horário reduzido. Em 30 de junho de 2020, a maior parte das nossas lojas havia sido reaberta. Nosso único centro de distribuição continuou operando, porém com algumas alterações nas rotinas principais. O volume de recebimento de mercadorias foi reduzido de maneira significativa, (em decorrência do atraso de fornecedores e de nossas lojas que fecharam ou operaram parcialmente). A expedição para clientes finais (entrega) continuou operando e apresentou um crescimento relevante devido à migração de vendas para o canal online. Caso a pandemia da COVID-19 se agrave ou uma segunda onda da doença se dissemine globalmente ou pelo Brasil, podemos enfrentar por mais tempo a obrigação de fechamento de lojas e/ou outras restrições operacionais com relação a algumas ou todas as nossas lojas e centro de distribuição, incluindo as lojas localizadas em shopping centers, por períodos prolongados de tempo devido a, entre outros fatores, normas governamentais, que se encontram em constante mutação, inclusive diretivas de saúde pública, políticas de quarentena, medidas de distanciamento social ou até mesmo um *lockdown*. Assim, acreditamos que os nossos resultados operacionais poderão continuar a ser afetados de forma adversa e relevante em decorrência da pandemia da COVID- 19.

Adicionalmente, 41 das nossas 59 lojas são localizadas em shopping centers, os quais foram e podem continuar a ser particularmente afetados pandemia da COVID-19. Não podemos garantir que não haverá alteração do hábito dos nossos consumidores ou que a frequência e volume de pessoas em shopping centers não diminuirá em decorrência da pandemia da COVID-19. Além disso, caso haja alteração de hábito, não podemos garantir que seremos eficientes e ágeis na adaptação ao atendimento desses hábitos. Ainda, nosso modelo de negócios pode necessitar ser alterado caso os shopping centers onde as nossas lojas estão localizadas tenham um fluxo de pessoas significativamente reduzido ou sofram prejuízos relevantes em decorrência da pandemia da COVID-19, sendo que não podemos garantir que seremos eficientes na implementação de uma eventual mudança nem que ela será bem-sucedida.

Embora nossas lojas já estejam todas abertas na data deste Formulário de Referência, continuamos sujeitos a certas restrições operacionais e medidas de distanciamento social (incluindo, por exemplo, limites no número de clientes em nossas lojas e horas e dias de abertura para vendas), e não podemos prever quando isso não será mais necessário e o impacto contínuo que isso poderá ter no comportamento do cliente e em nosso desempenho de vendas.

Além disso, o receio dos consumidores de adoecerem poderá persistir, mesmo após a abertura total de nossas lojas, o que poderá afetar adversamente os padrões de consumo e o tráfego de clientes nas lojas. O gasto dos consumidores também poderá ser afetado negativamente pelas condições gerais macroeconômicas e pela confiança do consumidor, inclusive os impactos de qualquer recessão, resultante da pandemia da COVID-19. Isso pode afetar negativamente as vendas nas nossas lojas e em nossa plataforma omnicanal. Qualquer redução significativa no número e no gasto de consumidores nas lojas devido à pandemia da COVID-19, e qualquer diminuição no gasto em nossas lojas ou *e-commerce* devido à diminuição da confiança e de gastos do consumidor após a pandemia resultaria em perda de receita, afetando a nossa lucratividade e capacidade de geração de caixa.

A pandemia da COVID-19 também pode impactar a nossa cadeia de suprimentos, se as fábricas que produzem as matérias primas dos produtos que comercializamos, o nosso centro de distribuição, ou as operações dos nossos prestadores de serviços de logística forem interrompidas, encerradas temporariamente, enfrentarem falta de funcionários ou sofrerem os efeitos de uma segunda onda de disseminação da COVID-19. Também pode haver interrupções ou atrasos em entregas e impactos negativos na precificação de determinados componentes dos nossos produtos. A nossa participação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de recebimento e venda de importados é de aproximadamente 20%, sendo mais concentrado em acessórios, com cerca de 35%, e móveis com 10%. Até a data deste Formulário de Referência, em função da capacidade reduzida de produção durante o período da pandemia da COVID-19, sofremos com atrasos de fornecedores de produtos importados e de fornecedores de produtos nacionais, uma vez que muitas matérias primas estão em falta no mercado, como espumas, tecidos, chapas MDF e embalagens de papelão. Consequentemente, a entrega de certos de nossos produtos sofreu atrasos, bem como ampliação de prazo. Durante os meses de março a maio de 2020, a Companhia suspendeu o serviço de montagem para todos os seus produtos e passou a fazer a entrega de produtos sem realizar a montagem dos produtos dentro das casas dos clientes.

Em função da pandemia da COVID-19, tendo em vista as normas e orientações governamentais, também limitamos o acesso aos nossos escritórios administrativos e outras instalações, adotando uma política de teletrabalho para nossos funcionários administrativos. Isso pode causar aumentos na indisponibilidade de nossos sistemas e infraestrutura, interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas do sistema e maior vulnerabilidade a ataques cibernéticos, bem como perdas gerais de produtividade. Dessa forma, nossa capacidade de conduzir nossos negócios pode ser adversamente afetada.

No contexto da recessão econômica no Brasil causada pela pandemia da COVID-19, também podemos enfrentar dificuldades na obtenção de novos financiamentos de instituições financeiras, o que pode comprometer e/ou dificultar o cumprimento dos covenants financeiros aos quais estamos sujeitos de acordo com nossos contratos de financiamento. Se nossos negócios não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis para nós por meio de empréstimos através das linhas de crédito ou de outras fontes, podemos não conseguir cobrir nossas despesas, cumprir nossas obrigações com terceiros (inclusive fornecedores), investir no crescimento do nosso negócio, responder aos desafios competitivos ou atender outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar nossos negócios. Os nossos custos com seguro também podem aumentar substancialmente no futuro para cobrir os custos que as seguradoras poderão vir a incorrer em função dessa pandemia.

Além disso, o fechamento de nossas lojas, de muitos shopping centers onde possuímos lojas e as normas federais, estaduais e municipais relacionadas à pandemia da COVID-19, podem nos expor a riscos jurídicos, reputacionais e financeiros em relação a nossos contratos de locação, como pagamento de multas por rescisão antecipada. Não há garantia de que, após a pandemia da COVID-19, conseguiremos retomar as operações em nossas lojas nos atuais termos dos contratos de locação em vigor, ou sequer se conseguiremos cumprir com os termos dos contratos de locação atuais firmados pela Companhia antes da pandemia do COVID-19. Caso não sejamos capazes de arcar com os pagamentos dos aluguéis de nossas lojas, centro de distribuição e imóveis administrativos, isso será considerado inadimplemento contratual, capaz de ensejar a rescisão antecipada do contrato de locação, afetando, desta forma, a continuidade de nossa ocupação no eventual imóvel.

O alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre nossos negócios e resultados operacionais depende de desdobramentos futuros, que são incertos e imprevisíveis, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, especialmente no Brasil, seu impacto sobre os mercados de capitais e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões, bem como as ações tomadas para contê-la, entre outras. No atual momento, não podemos estimar de forma razoável o alcance total do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, os efeitos da pandemia da COVID-19 poderão exacerbar os efeitos de outros fatores de risco divulgados nesta seção do Formulário de Referência. Para maiores informações sobre os efeitos da COVID-19 sobre os negócios da Companhia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Se não implementarmos totalmente nossa estratégia de crescimento, nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

Nossa estratégia de crescimento envolve a abertura e a operação de novas lojas a cada ano, o que pode demandar recursos adicionais. Tal estratégia gera demandas crescentes sobre nossos recursos operacionais, gerenciais, administrativos e financeiros, as quais podem resultar em queda

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de eficiência na gestão dos nossos negócios, que por sua vez pode levar a uma deterioração no desempenho de nossas lojas individualmente e de nosso negócio como um todo. Ainda, quando a inauguração de novas lojas ocorrer em mercados onde já possuímos lojas, poderemos sofrer uma redução nas vendas líquidas das lojas pré-existentes nesses mercados em função do deslocamento de vendas, que pode afetar negativamente nossos negócios e o resultado de nossas operações.

A implementação e o contínuo alinhamento das principais iniciativas e ações relativas à nossa estratégia de crescimento dependem de fatores críticos de sucesso, dentre os quais nossa competência e capacidade de (i) aproveitar as novas ocasiões de consumo com a abertura de novas lojas no formado *studio* (ii) alavancar as vendas das lojas existentes e aumentar a rentabilidade de nossas operações para clientes atuais e atrair novos clientes; (iii) fortalecer e expandir a oferta e variedade de produtos e serviços em condições competitivas para nossa base de clientes; (iv) aperfeiçoar a experiência de vendas por meio da omnicanalidade alinhada com competente gestão das operações comerciais, logísticas e de gestão de estoques; e (v) continuar com nossa estratégia de transformação digital, por meio da inclusão digital de nossos clientes, o aprimoramento contínuo de nossas operações multicanais, desenvolvimento de nossa plataforma digital e os produtos e serviços a ela associados, reformulação e digitalização de nossas lojas físicas e fortalecimento de nossa cultura digital.

Os principais fatores que podem impactar o crescimento das vendas no conceito “like for like” ou vendas “LFL” são: (i) dificuldades de aumentar nossa produtividade; (ii) nossa capacidade de prever e responder às novas tendências de consumo em tempo hábil; (iii) nossa capacidade de atrair novos clientes e manter os atuais; (iv) a confiança do consumidor; (v) a situação econômica nas áreas onde nossas lojas estão localizadas, pois qualquer cenário adverso pode impactar negativamente a demanda por nossos produtos, incluindo a recessão econômica em curso causada pela pandemia da COVID-19; (vi) o impacto que a abertura de novas lojas pode gerar sobre as lojas pré-existentes nestes mesmos mercados; (vii) mudanças em nossas políticas de propaganda e *marketing*; (viii) concorrência; e (ix) capacidade de reduzir prazos de entrega e aumentar a satisfação dos clientes quanto aos produtos, preços e serviços. Em decorrência dos eventos descritos acima, nossa performance de vendas *“like for like”* pode não apresentar um crescimento contínuo ou pode diminuir em exercícios futuros, o que pode impactar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, nosso crescimento futuro de vendas está fortemente baseado na ampliação e desenvolvimento dos canais digitais de vendas, como *e-commerce*, que são suscetíveis a uma maior concorrência e dependência de constantes evoluções tecnológicas, bem como mudanças no comportamento de consumo de nossos clientes, podendo impactar nosso ritmo de crescimento de vendas.

Nossa capacidade de reformar nossas lojas já existentes e de abrir novas lojas depende de inúmeros fatores que estão fora de nosso controle, tais como disponibilidade de materiais e estrutura a preços acessíveis, tecnologia disponível para as novas atratividades da loja e disponibilidade de mão de obra capaz de administrar esse modelo. Além disso, podemos nos deparar com dificuldades em encontrar locais adequados para a abertura de novas lojas, ou os locais disponíveis poderão estar acessíveis a preços maiores do que estamos dispostos a pagar, impossibilitando a abertura das novas lojas.

Não podemos garantir que as próximas lojas no formato *studio* serão recebidas de forma satisfatória pelos nossos clientes, tampouco que seremos capazes de aprimorar os modelos de lojas físicas de acordo com as necessidades e comportamentos de consumo de nossos clientes. Não podemos prever ainda que o novo modelo de loja atingirá os patamares esperados de faturamento e que as obras decorrentes das transformações das lojas não impactarão de forma negativa o nosso faturamento total. Não podemos garantir que encontraremos espaço disponível adequado para a instalação de novas lojas *studio* nos shopping centers que escolhemos como *target* para a expansão deste novo formato de lojas.

Ademais, as reformas e eventuais transformações de nossas lojas demandam a realização de obras para as quais é necessária a obtenção ou renovação (conforme o caso) de registros, autorizações, licenças, alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros. A nossa falha ou o atraso na obtenção desses registros, autorizações, licenças, alvarás e Autos de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Vistoria poderá inviabilizar a transformação de algumas lojas ou impactar o nosso cronograma de expansão.

Caso não possamos implementar nossas estratégias podemos afetar adversamente nossos negócios.

Além disso, considerando o caráter sazonal do nosso negócio, existem períodos em que a necessidade de capital de giro é maior. Não existe garantia de que teremos oportunidade de (i) nos financiar através da antecipação de nossa carteira de recebíveis de cartão de crédito; (ii) renovar nossas linhas de crédito atuais; (iii) ter acesso a novos financiamentos; (iv) emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições favoráveis; (v) negociar os prazos de pagamento com nossos fornecedores em condições atrativas; (vi) receber de nossos clientes em prazos reduzidos; ou (vii) manter nossa eficiência de estoque. Caso essas condições não ocorram, poderemos nos tornar insolventes, incapazes de implementar nossa estratégia de crescimento e de responder a pressões de concorrentes ou de financiar iniciativas importantes para a Companhia, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e situação financeira.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira, provocada por quaisquer fatores, incluindo em razão de pandemias e/ou outros surtos regionais ou internacionais, pode dificultar tanto nosso acesso a novos financiamentos em termos aceitáveis, quanto a emissão de valores mobiliários em condições favoráveis.

Os resultados de nossas operações podem ser afetados adversamente pelo efeito da sazonalidade das vendas de nossos produtos e serviços.

Os resultados de nossas operações variaram de trimestre para trimestre e entendemos que tais variações continuarão a acontecer no futuro. Historicamente, nossa receita e lucratividade atingem seus maiores níveis durante o último trimestre do ano, principalmente por conta de datas comemorativas como *Black Friday* e Natal.

Qualquer variação inesperada da demanda para tais ocasiões poderá nos compelir a vender o estoque excedente a preços significativamente inferiores àqueles inicialmente previstos e comumente praticados, o que reduzirá nossas margens e, com isso, nos afetará adversamente e de forma relevante. Para mais informações sobre a sazonalidade a que as nossas vendas estão sujeitas, vide item 7.3(d) deste Formulário de Referência.

Além disso, com o objetivo de atender ao aumento de demanda durante o último trimestre do ano, incorremos em investimentos e despesas adicionais significativas, tais como o aumento do volume de produtos estocados, das obrigações com fornecedores e da contratação temporária de equipes para as lojas físicas. Se nós previrmos erroneamente a demanda pela quantidade de produtos que nós venderemos durante o quarto trimestre de cada ano, nossas vendas líquidas podem não ser altas o suficiente para nos permitir recuperar integralmente nossos investimentos em produtos e serviços e nossas despesas com pessoal e publicidade. Consequentemente, poderemos experimentar um impacto negativo desproporcional e significativo em nossos resultados operacionais e financeiros no período em questão.

Disposições restritivas nos contratos financeiros (covenants) da Companhia podem afetar adversamente a capacidade de conduzir suas atividades e de realizar os pagamentos destes.

Alguns dos contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas restritivas. Em especial, algumas dessas cláusulas a impedem de incorrer em dívida adicional ou de efetuar pagamentos, caso alguns índices e testes financeiros não sejam cumpridos. Esses índices e testes financeiros têm como base o atingimento de certos níveis de EBITDA (calculado de acordo com os critérios contidos em seus instrumentos de dívida) e endividamento total. Esses índices e testes financeiros são testes de manutenção, o que significa que a Companhia deve cumpri-los continuamente para não descumprir suas obrigações de dívida. A capacidade da Companhia de cumprir com esses índices e testes financeiros pode ser afetada por eventos além do seu controle e a Companhia não pode garantir que irá cumprir com esses índices e testes financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Na hipótese da Companhia estar inadimplente nos termos de qualquer um de seus contratos de financiamento, os saldos devedores nos termos desses contratos (incluindo principal, juros e quaisquer multas) poderão ser antecipados, o que poderá acionar as disposições sobre inadimplemento cruzado ou vencimento antecipado (cross acceleration e cross default) nos termos de outros contratos de financiamento e instrumento de dívida da Companhia, o que pode afetar substancial e negativamente a sua situação financeira. A Companhia pode não conseguir cumprir com tais ou outras cláusulas aplicáveis e ser obrigada a solicitar anuências, para as respectivas instituições financeiras, as que quais poderão não ser obtidas. Para mais informações acerca dos contratos financeiros da Companhia, ver Seção 10.1 deste Formulário de Referência.

Podemos não conseguir ajustar o alinhamento de nossos canais de venda dentro de nossas expectativas.

Nossas operações são realizadas por meio de lojas físicas e canais digitais de *e-commerce*. Caso não consigamos ajustar o constante alinhamento e complementaridade das operações das lojas físicas e dos canais digitais de *e-commerce* sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e *marketing* e de atendimento às expectativas dos nossos clientes, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo impactar adversamente nossos resultados operacionais.

Outro risco da omnicanalidade é a possibilidade dos nossos canais de vendas entrarem em competição. Caso isso aconteça, não seremos bem-sucedidos na estratégia de crescimento do nosso faturamento e a integração dos nossos canais de vendas poderá não nos trazer os benefícios esperados, afetando negativamente os nossos negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.

Adicionalmente, podemos incorrer em custos maiores do que os esperados e as iniciativas omnicanal podem se mostrar economicamente inviáveis ou ter uma rentabilidade menor do que a esperada. Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à plataforma omnicanal no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que nos deixa vulneráveis a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para nossas operações. Qualquer dos fatores acima poderá afetar de forma relevante nossa estratégia de crescimento e o nosso resultado operacional.

Se não formos capazes de nos adaptarmos rapidamente às transformações digitais exigidas pelos nossos clientes e pelo setor que atuamos, as nossas operações poderão ser adversamente afetadas.

A tecnologia empregada no e-commerce e na cultura digital está em constante evolução, de modo que a Companhia pode não ser capaz de se adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes e preferências e padrões do setor. A Companhia pode enfrentar alguns obstáculos em busca de uma transformação digital rápida relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional e à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos colaboradores. Esses desafios podem ser uma limitação no crescimento do *e-commerce* da Companhia pela complexidade comercial, organizacional ou tecnológica. Essas mudanças, somadas à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, poderão tornar o *e-commerce* da Companhia e toda a tecnologia adotada ultrapassados e afetar adversamente os seus resultados.

Interrupções ou falhas em nossos sistemas de informações ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, violações de segurança da informação e/ou quaisquer outras interferências podem comprometer nosso centro de dados e operações, prejudicando os nossos negócios e a nossa reputação.

Problemas de operação ou de segurança nos sistemas da Companhia podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento. Caso a Companhia não seja capaz de efetuar os reparos a tempo e, se essa eventual interrupção se prolongar e causar a indisponibilidade de acesso ao sistema e/ou às informações, as operações da Companhia e seus controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de atualizá-los de maneira constante, acompanhando a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

velocidade do desenvolvimento tecnológico, suas operações poderão ser prejudicadas, o que pode afetar adversamente os resultados da Companhia.

As operações da Companhia dependem, em grande parte, da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional dos seus data centers e sistemas, incluindo sistemas de ponto de venda nas lojas, sistemas de comunicação e de logística, *softwares* usados para controlar o estoque e gerar relatórios de desempenho financeiro e comercial, dentre outros. A Companhia conta com os seus sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos, bem como para se comunicar com os seus clientes e fornecedores.

A tecnologia da informação e infraestrutura da Companhia, podem estar vulneráveis a ataques de hackers, problemas de telecomunicações, vírus, softwares maliciosos e/ou outras interferências. De modo que, a Companhia será adversamente afetada caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevistos e/ou apresentem falhas durante longo período, inclusive em razão da ação de terceiros.

Adicionalmente, os contratos com os prestadores de serviço que fornecem esses sistemas preveem que a falha no adimplemento da contraprestação pecuniária poderá provocar a interrupção imediata destes serviços e/ou nos sujeitar a multas pecuniárias e outras penalidades. Desta forma, se não formos capazes de adimplir ou se por qualquer outra razão falharmos em adimplir os referidos contratos, esses serviços poderão ser interrompidos por seus prestadores, sem prejuízo de multas pecuniárias e outras penalidades que, individual ou conjuntamente, poderão afetar adversamente, e de forma relevante, a nossa operação e os nossos resultados financeiros.

Falhas na segurança que acarretem a perda de dados e informações podem, ainda, além de impedir o adequado desenvolvimento das atividades da Companhia, interferir no cumprimento de suas obrigações legais, como, por exemplo, a retenção de guarda de registros de acesso à aplicação exigida pela Lei nº 12.965/2014 (o Marco Civil da Internet). Ainda, eventuais falhas em armazenar dados de acesso e utilização da plataforma de vendas pela Companhia podem dificultar ou impedir a defesa de seus interesses em eventuais ações judiciais ou administrativas, como, por exemplo, para investigação de fraudes e recuperação de valores.

Devido à pandemia da COVID-19, as práticas de trabalho remoto pelos colaboradores da Companhia aumentaram e, consequentemente, os riscos relacionados a uma falha na segurança cibernética dos sistemas internos da Companhia também se elevaram.

Enfrentamos riscos relacionados ao nosso centro de distribuição único.

Todas as mercadorias que vendemos são distribuídas por meio de um único centro de distribuição. Iniciamos em setembro de 2020 a transferência de nossas operações de um único centro de distribuição na cidade de Jandira, São Paulo, para um localizado na cidade de Extrema, Minas Gerais. Não podemos garantir que está transferência não gerará problemas que podem afetar nossos resultados financeiros durante a transição. Se a operação normal desses centros de distribuição for interrompida por fatores que estão além de nosso controle, como incêndios, desastres naturais, falta de energia, falha nos sistemas, intrusões, irregularidades ou danos ambientais, outras causas imprevistas e fatores externos ao nosso controle, incluindo epidemias e pandemias, tais como a atual pandemia do COVID-19, poderíamos não realizar a distribuição e entrega de nossas mercadorias em tempo hábil, o que geraria um efeito negativo material em nossa situação financeira e resultado operacional. Adicionalmente, nossa estratégia de crescimento pode demandar uma expansão na capacidade de nosso centro de distribuição ou o estabelecimento de novos centros de distribuição. Caso não consigamos encontrar locais adequados para estabelecer novos centros de distribuição nos novos mercados, ou não consigamos integrar novos ou expandir centros de distribuição ou serviços de operadores logísticos ao nosso processo de controle de estoques de maneira eficaz, podemos não conseguir entregar estoques às nossas lojas e aos nossos clientes em tempo hábil, o que pode ter um efeito negativo em nossas vendas, imagem e na nossa estratégia de crescimento. Além disso, se a suspensão ou interrupção da atividade decorrer de infração ambiental, crime ambiental ou, ainda, ocorrência de dano ambiental, os resultados financeiros, operacionais e a imagem da Companhia poderão ser adversamente afetados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não podemos assegurar que não seremos solicitados ou obrigados a suspender operações ou implementar restrições em nossas operações no centro de distribuição como consequência da pandemia da COVID-19, o que pode nos afetar material e substancialmente.

Dificuldades na gestão do risco de liquidez podem causar impactos adversos no desempenho financeiro e operacional e limitar o nosso crescimento.

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de nossos ativos e passivos, que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações financeiras por nós assumidas, nos prazos estabelecidos. Dificuldades em realizar operações de descontos de recebíveis e acessar instituições financeiras podem causar descasamento de vencimento de nossos ativos e passivos ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos e podem limitar ou restringir o nível de atividade nas operações para honrar nossos compromissos e impactar adversamente os resultados financeiros e operacionais e por consequência, nosso crescimento.

Eficácia das campanhas de propaganda e marketing.

O desenvolvimento e a destinação de recursos significativos para campanhas de propaganda e marketing, com o intuito de promover a atividade e o movimento em nossos canais de venda é parte importante do nosso negócio. Caso tais campanhas não alcancem as metas e objetivos esperados, poderemos ter impactos negativos em nossas vendas e rentabilidade e não gerar a desejada valorização de nossa marca. Além disso, nosso resultado operacional e nossa situação financeira podem ser afetados negativamente.

Paralisação ou greve significativa da força de trabalho poderá afetar nossos negócios.

A maioria de nossos colaboradores são sindicalizados e com direitos trabalhistas como dissídios coletivos ou outros acordos que podem ser renegociados dentro dos prazos estabelecidos em lei. Greves e outras paralisações ou interrupções trabalhistas em nossas lojas ou no centro de distribuição ou interrupções trabalhistas envolvendo terceiros que nos fornecem bens ou serviços podem afetar de forma relevante nossas atividades.

A incapacidade ou falha da Companhia em proteger sua propriedade intelectual contra violações de terceiros pode ter impacto negativo nos resultados operacionais da Companhia.

As marcas dos produtos que a Companhia vende (inclusive as suas marcas próprias) são um ativo de natureza competitiva e estratégica para a Companhia. Nesse sentido, o sucesso da Companhia depende significativamente da sua capacidade de proteger tais atuais e futuras marcas e defender seus direitos de propriedade intelectual, incluindo nomes de domínio, segredos comerciais e know-how. Por exemplo, na hipótese de perda da nossa marca “Tok&Stok”, que é nacionalmente reconhecida, a Companhia acredita que suas atividades seriam afetadas negativamente de maneira relevante.

A Companhia pode não conseguir renovar o registro de uma marca em tempo hábil ou os seus concorrentes podem contestar ou invalidar quaisquer marcas existentes ou futuras para a Companhia ou licenciadas por ela. Ainda, a Companhia não garante que as medidas para proteger os seus direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente de direitos de sua propriedade intelectual.

Aproximadamente 75% dos produtos comercializados pela Companhia possuem designs e modelos únicos, desenvolvido pelos fornecedores de acordo com as especificações e exclusivamente para a Companhia, de modo que a Companhia possui contratos de exclusividade e/ou licença de uso de marca (quando aplicável) junto aos seus fornecedores em relação a tais produtos.

No entanto, os direitos de propriedade intelectual referentes às marcas que a Companhia comercializa estão constantemente sujeitos à utilização indevida e à violação por terceiros. O uso não autorizado, indevido ou outra forma de apropriação indébita dos designs e modelos exclusivos da Companhia pode diminuir o valor dos referidos móveis e acessórios de decoração, dos negócios da Companhia ou de sua reputação e causar um declínio nas suas vendas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A perda de valor das marcas próprias da Companhia ou da marca de seus fornecedores, assim como a utilização indevida, por terceiros, das marcas comercializadas pela Companhia, poderá impactar, negativamente e de forma relevante, o resultado operacional da Companhia (vendas e lucratividade), bem como prejudicar a estratégia da Companhia de, a longo prazo, aumentar a participação de suas marcas próprias em seus negócios.

Adicionalmente, qualquer infração ou reivindicação de violação de propriedade intelectual dirigida contra a Companhia sobre os seus móveis e acessórios de decoração, mesmo que infundada, pode resultar em um litígio demorado e dispendioso, causando atrasos na entrega de produtos ou exigindo o pagamento de royalties ou taxas de licenciamento. Ainda, o registro de ativos relevantes da Companhia sob titularidade diversa pode prejudicar o uso e proteção de tais ativos. Como resultado, a incapacidade ou falha em proteger sua propriedade intelectual ou qualquer processo envolvendo uma suposta violação de propriedade intelectual de terceiros pela Companhia pode ter um efeito negativo em seus resultados operacionais e em dano à sua imagem e reputação.

Decisões desfavoráveis em processos, novos ou em andamento, judiciais, administrativos ou arbitrais podem nos afetar adversamente.

Nós somos e poderemos ser no futuro parte em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, seja em matéria cível, tributária, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, dentre outras. Os membros da nossa administração são e/ou poderão vir a ser parte em processos judiciais ou administrativos de natureza criminal oriundos de questões tributárias relacionadas com a Companhia e poderão vir a ser no futuro parte de outros processos de qualquer natureza. Destacamos que atualmente alguns membros da administração da Companhia são parte de duas ações penais oferecidas em razão de suposto crime contra a ordem tributária, decorrentes de cobrança de ICMS pelos Estados da Bahia e Ceará. Para maiores informações sobre o andamento das ações penais, vide item 4.4.

Além disto, não podemos assegurar que qualquer pessoa, direta ou indiretamente ligada à nossa Companhia, sejam acionistas, empregados, diretores, conselheiros, fornecedores, prestadores de serviços, subcontratados ou outros colaboradores não sejam envolvidos em processos judiciais, arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos, no âmbito de órgãos reguladores tais como a CVM, bem como que não haja eventuais repercussões na mídia desses processos, que possam impactar adversamente nossa imagem e reputação perante nossos clientes, fornecedores e investidores ou nos causar efeito adverso relevante. O nosso envolvimento ou de nossos administradores em investigações ou processos, ou decisões contrárias aos nossos interesses, incluindo decisões que impeçam a realização dos nossos negócios como inicialmente planejados, podem nos causar um efeito adverso relevante, impactando negativamente os resultados financeiros, operacionais e na imagem da Companhia, podendo inclusive ocasionar a inabilitação de nossos administradores para o exercício de suas funções na Companhia e na incapacidade da Companhia de obter benefícios e contratar com o Poder Público.

Caso as ações relevantes para as quais não temos provisão sejam decididas, em definitivo, de forma desfavorável, podemos ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios. Além das provisões contábeis, de honorários advocatícios e depósitos judiciais contabilizados, relacionados a esses processos, podemos ser compelidos a contratar seguros, fianças ou realizar novos depósitos judiciais para garantia de tais processos administrativos ou judiciais, o que poderá afetar adversamente nossa liquidez e condição financeira. Para mais informações sobre os processos relevantes de que somos partes vide Seção 4 deste Formulário de Referência, em especial itens 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7.

Podemos vir a ter que captar recursos adicionais por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro e poderemos optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o nosso capital social poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social.

Os processos de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia estão em fase de implantação pela Companhia e, quando estabelecidos, podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta da Companhia, podendo ocasionar impactos materiais e adversos nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado de ações da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção da Companhia, bem como os controles internos, ainda estão em fase de implementação. Uma vez implementados, estes podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem em nome da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei n° 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei n° 8.429/1992 ("Lei de Improbidade Administrativa"), a Lei n° 8.666/1993, a Lei nº 9.613/1998, a Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), Decreto nº 8.420/2015, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, assim como outras normas relacionadas à Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. As sanções aplicadas com base em tais leis incluem multas, perdimento de bens, direitos e valores ilicitamente obtidos, suspensão ou interdição parcial de atividades, proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar adversamente resultados da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, bem como os controles internos da Companhia podem não ser capazes de prevenir ou detectar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, à Lei Anticorrupção ou a leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte dos administradores, funcionários ou terceiros contratados para representar a Companhia, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de assegurar que todos os seus administradores, funcionários, representantes ou fornecedores atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos aplicáveis voltados à prevenção e combate à corrupção. Deste modo, a Companhia poderá estar sujeita a violações de seu Programa de Compliance, das leis e regulamentos listados acima e legislação correlata, em decorrência de conduta nos negócios e ocorrências de comportamento fraudulento e ilícito por parte de seus administradores, empregados, parceiros de negócio e terceiros que agem em nome ou em benefício da Companhia.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas, consorciadas ou, no âmbito do respectivo contrato, que nesse caso poderiam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de ações de sua emissão.

A Companhia pode não responder de forma eficiente às mudanças nas tendências e preferências de consumo seus clientes. Adicionalmente, podemos não ser capazes de nos adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos clientes e pelo setor.

O preço, a qualidade, experiência de compra, promoções, localização, plataformas digitais e disposição das lojas são algumas das preocupações da Companhia com relação a competição com outras empresas do setor de varejo. A satisfação dos clientes e a disposição de uma grande variedade de produtos e serviços são dois dentre muitos desafios da Companhia, em razão da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

volatilidade das tendências de consumo que influenciam a mudança quase constante da preferência de seus consumidores. O sucesso de vendas depende da habilidade da Companhia em antecipar e responder rapidamente as potenciais mudanças e tendências de consumo. Adaptar nossos negócios para responder às mudanças nos padrões de consumo e às preferências específicas de nossos clientes nas regiões em que operamos é essencial para nosso sucesso contínuo. Caso os produtos disponibilizados pela Companhia em suas lojas físicas, digitais e *e-commerce* não forem capazes de atender as expectativas e gostos dos clientes, a Companhia pode ser afetada adversamente podendo acarretar a diminuição significativa das vendas.

A tecnologia empregada no *e-commerce* e na cultura digital está em constante evolução. Podemos não ser capazes de nos adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes, preferências e padrões do setor. Podemos nos deparar com obstáculos em busca de uma transformação digital relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos funcionários. Esses desafios podem provocar uma limitação no crescimento da nossa plataforma digital e afetar de forma adversa os nossos negócios e resultados.

Se não conseguirmos responder à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, a nossa plataforma digital e nossa tecnologia própria poderão ficar ultrapassadas e afetar adversamente nossos resultados.

Além disso, não podemos garantir que os hábitos de nossos clientes não mudarão como resultado de limitações ou restrições na movimentação de pessoas devido à pandemia da COVID-19, medo de infecção relacionado à pandemia ou geralmente como resultado de ambiente macroeconômico adverso resultante da pandemia do COVID-19. Se houver uma mudança nesses hábitos, não podemos garantir que iremos nos adaptar de forma eficaz e eficiente para atender a essas novas demandas.

A perda de membros-chave da nossa administração ou de determinados prestadores de serviço estratégicos, o enfraquecimento da nossa cultura organizacional e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado poderá afetar negativamente nossos negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional.

Nossa capacidade de manter uma posição competitiva depende em larga escala dos serviços prestados pela nossa administração, da cultura organizacional por nós difundida e da nossa capacidade de contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de profissionais que estejam alinhados à nossa cultura organizacional. Caso venhamos a perder algum desses profissionais qualificados, podemos não ser capazes de atrair, contratar, gerir e manter pessoal capacitado para acompanhar nosso ritmo de crescimento. Adicionalmente, a Companhia possui contrato exclusivo de prestação de serviços relacionados à gestão e desenvolvimento de tecnologia que são prestados por profissionais altamente capacitados no setor de software e tecnologia da informação da empresa Domus. Caso venha a perder algum desses profissionais, a Companhia poderá incorrer em custos significativos para a contratação de novas pessoas chave com as mesmas qualificações. Além disso, a ausência de pessoas com as mesmas qualificações técnicas pode prejudicar a estratégia de transformação digital da Companhia e, consequentemente, afetar de forma negativa os negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional da Companhia.

Além disso, na medida em que expandimos nossos negócios para diferentes localidades, podemos ser incapazes de identificar, contratar e manter trabalhando conosco um número suficiente de profissionais alinhados à nossa cultura corporativa. A competição por tais funcionários altamente qualificados é intensa e podemos não ser capazes de atrair, contratar, reter, motivar e gerir com sucesso tais profissionais qualificados. Tal falha poderia resultar em uma queda do nosso desempenho operacional, bem como em um enfraquecimento da nossa marca. Adicionalmente, alguns de nossos administradores estão envolvidos em processos judiciais ou administrativos de natureza criminal oriundos de questões tributárias e podem vir a ser no futuro parte de outros processos de qualquer natureza. Dessa forma, a perda de qualquer dos membros da nossa administração e/ou a nossa incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode afetar adversamente e de forma relevante o nosso resultado operacional e nossa situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

É possível que não consigamos renovar ou manter os contratos de locação das nossas lojas e centro de distribuição, ou renovar ou manter esses contratos em condições favoráveis.

A grande maioria dos imóveis, onde funcionam nossas lojas e centro de distribuição, é objeto de contrato de locação. A Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que trata da locação de imóveis urbanos, dispõe que o locatário tem direito à renovação compulsória do contrato desde que, cumulativamente: (i) o contrato tenha sido celebrado por escrito e com prazo determinado; (ii) o prazo do contrato seja de, no mínimo, 5 (cinco) anos ininterruptos, sendo admitida a somatória de prazos contratuais; (iii) o locatário esteja explorando sua atividade, no mesmo ramo, pelo prazo mínimo e ininterrupto de três anos; e (iv) ajuíze ação renovatória no prazo decadencial de um ano a seis meses anterior à data do término do prazo do contrato de locação em vigor.

Acontece que não há garantia de que os contratos de locação atualmente vigentes serão renovados, ou de que tal renovação ocorrerá em termos considerados adequados para nós. Caso os imóveis em que estão localizadas as lojas de rua ou mesmo os shoppings, sejam alienados a terceiros durante a vigência do prazo contratual, o adquirente não estará obrigado a respeitar os termos e condições da locação, salvo se cumulativamente: (i) a locação for por prazo determinado; (ii) constar no contrato cláusula de vigência da locação em caso de alienação do imóvel; e (iii) o contrato estiver devidamente registrado nos Cartórios de Registro de Imóveis competentes. Caso estes requisitos não sejam preenchidos, o adquirente poderá solicitar a desocupação do imóvel locado no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento pela locatária de notificação nesse sentido.

Um dos contratos de locação – Loja Norte Shopping, localizada no Rio de Janeiro – está vigente por período indeterminado, tendo em vista que o prazo locatício previsto no contrato venceu e não foi renovado ou prorrogado. Nesse sentido, não podemos solicitar a renovação compulsória desse contrato e podemos ser obrigados a devolver o imóvel mediante aviso prévio de trinta dias do locador, caso não haja acordo para renovação formal do respectivo prazo locatício.

Ademais, não possuímos todos os contratos de locação registrados e averbados nas matrículas dos imóveis, o que poderá acarretar a necessidade de desocupação em 90 (noventa) dias, caso o locador venda o imóvel locado e o adquirente não tenha interesse em manter a locação do imóvel para nós. Inclusive, caso alguns dos contratos de locação não estipulem garantias locatícias, nos termos da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, também estaremos sujeitos à desocupação do imóvel em sede de decisão liminar.

A Organização Mundial de Saúde - OMS decretou, ainda, que o surto do Coronavírus (COVID-19) configura uma pandemia em escala global, motivo pelo qual diversos governos (incluindo no Brasil) impuseram políticas de isolamento, que resultaram no fechamento do comércio em diversas localidades, além da redução de circulação de pessoas, impactando no volume de vendas físicas da Companhia. Na hipótese de a Companhia não obter sucesso na negociação com os locadores de acordos para ajustar a forma de pagamento dos aluguéis mensais durante o período de restrições ao comércio e caso não consiga arcar com o pagamento dos respectivos aluguéis, é possível que a falta de pagamento dos aluguéis na forma ajustada nos contratos seja considerada um inadimplemento contratual, capaz de ensejar a sua rescisão antecipada, o que poderá afetar negativamente as operações da Companhia. Para maiores informações acerca dos impactos causados nas operações da Companhia pelo COVID-19, bem como as medidas por ela tomadas, vide fator de risco “A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do Coronavírus (COVID-19), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios”.

Além disso, caso seja necessário fechar qualquer uma das lojas físicas, localizadas em imóveis alugados, antes do fim do prazo contratual da locação, podemos ser obrigados a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. Os valores envolvidos em tais multas e sua eventual quantidade poderia, no total, afetar adversamente a Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ocorre que a localização de nossas lojas e de nosso centro de distribuição é um fator de grande relevância para o desenvolvimento da nossa estratégia comercial. Assim, se um número expressivo de contratos de locação for rescindido, não for renovado ou ainda for renovado em condições menos favoráveis do que as atuais condições contratuais, poderemos ser afetados negativamente.

A Companhia poderá buscar reduzir, consolidar, reposicionar, realocar ou fechar alguns de seus imóveis, o que, na maioria dos casos, exige o aditamento, ou a rescisão, do contrato de locação e, eventualmente, pagamento de multa pela rescisão antecipada ou devolução dos valores recebidos à título de allowance, conforme previsto nos respectivos contratos de locação. Porém, não há garantia de que conseguiremos alugar os imóveis nos quais temos interesses.

Devido ao fato de a localização dos imóveis representar um fator importante na estratégia de vendas da Companhia, se não conseguirmos celebrar novos contratos de locação com condições satisfatórias, a podemos ter nossos negócios afetados substancialmente e negativamente.

Dependemos do sistema de transporte e de infraestrutura para receber produtos de nossos fornecedores e entregar os produtos do nosso centro de distribuição a nossas lojas e aos nossos clientes.

As nossas operações dependem do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, incluindo rodovias e todos os meios de transporte por nós utilizados, ou por nossos prestadores de serviços, fornecedores e clientes. Qualquer interrupção significativa nessa infraestrutura ou qualquer incapacidade de transportar nossos produtos, por qualquer razão, poderá afetar negativamente nossos resultados operacionais e fluxos de caixa.

A infraestrutura e o sistema de transporte brasileiros são subdesenvolvidos e necessitam de investimentos, tanto por parte do governo brasileiro como da iniciativa privada, para que operem com eficiência e atendam às necessidades dos nossos negócios. Desta forma, quaisquer interrupções ou reduções significativas na oferta da infraestrutura e/ou serviços de transporte ou em seu funcionamento nas cidades em que se localizam o centro de distribuição e nossas lojas físicas, ou aumento nos preços para uso de tal infraestrutura e/ou serviço como resultado de desastres naturais, incêndio, acidentes, greves, protestos, falhas de sistema, alterações legislativas ou quaisquer outras causas, inclusive descumprimento da legislação ambiental ou danos ambientais, poderão atrasar ou afetar a nossa capacidade de distribuir produtos para as nossas lojas, bem como para os nossos clientes, prejudicar a demanda ou os preços de nossos produtos, impedir ou atrasar sua entrega e impor custos adicionais aos nossos produtos o que pode reduzir nossas vendas e afetar negativamente nosso resultado operacional e nossa condição financeira.

Perdas não cobertas pelos seguros contratados por nós podem resultar em prejuízos, o que poderá nos afetar adversamente.

Certos riscos a que estamos expostos não são garantidos pelas apólices de seguro das seguradoras que contratamos (tais como riscos decorrentes de guerra, terrorismo, caso fortuito e de força maior, interrupção de certas atividades e falhas humanas). Além disso, desastres naturais, pandemias (incluindo certos riscos que podem resultar dos efeitos contínuos da pandemia da COVID-19), condições meteorológicas adversas e outros eventos podem causar danos de todo tipo, incluindo, danos ao meio ambiente e interrupção de nossas atividades, dentre outros. Não podemos garantir que as apólices de seguro atualmente mantidas por nós serão adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. Adicionalmente, poderemos vir a ser responsabilizados judicialmente por eventuais danos causados a terceiros e, assim, obrigados a indenizar as respectivas vítimas, o que poderá ter um efeito adverso para nós. Ainda, a cobertura de nossas apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio.

Nossa falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá nos colocar em uma situação de risco, em que o dano não está sujeito à cobertura pela seguradora. Além disso, não podemos garantir que conseguiremos manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Todas as situações descritas acima poderão ter um efeito adverso para nós.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Parte dos produtos que vendemos é importada. Qualquer limitação em nossa capacidade de importar tais produtos poderá restringir a oferta de nossos produtos. Adicionalmente, flutuações cambiais nos países dos quais importamos produtos podem afetar adversamente nossos negócios.

Parte dos produtos que vendemos (equivalente a aproximadamente 20% das vendas realizadas pela Companhia no exercício encerrado em dezembro de 2019) é importada e comprada diretamente no mercado externo. Qualquer limitação em nossa capacidade de importar tais produtos poderá restringir a nossa oferta de produtos para os nossos clientes. Além disso, qualquer outro evento que torne tais importações mais onerosas, seja em função da desvalorização cambial, de eventual alteração na legislação tributária pertinente ou de aumentos de custo de logística, poderá reduzir nossa lucratividade, nos afetando adversamente e de forma relevante.

Durante a pandemia, diversos fornecedores internacionais tiveram as suas entregas interrompidas por conta de problemas nas respectivas cadeias de fornecimento. Nessa situação da pandemia do COVID-19, bem como em futuras situações similares, não poderemos assegurar aos nossos clientes a disponibilidade de determinados produtos, o que poderia nos causar um efeito adverso relevante.

Adicionalmente, flutuações cambiais relacionadas ao real e a moeda dos países de qual importamos nossos produtos ou do qual os nossos fornecedores importam os nossos produtos (principalmente o dólar norte-americano) poderão acarretar a aumento do custo de aquisição de nossos produtos. Nessa hipótese, não poderemos garantir que conseguiremos vender os nossos produtos em condições e preços aceitáveis pelos nossos consumidores. Adicionalmente, caso tenhamos que aumentar o preço de venda dos nossos produtos, não conseguimos garantir que isso não refletirá na diminuição em seu número de vendas.

No exercício encerrado dezembro de 2019, a maioria de nossas importações foram realizadas via *trading* e os pagamentos realizados dois dias após o recebimento da mercadoria, diretamente à intermediadora, incluindo todos os custos financeiros, inclusive a variação cambial e o preço de venda. Como o preço em moeda estrangeira já está acordado, poderemos ter nossas margens afetadas substancialmente em casos de depreciação do Real. Caso isso aconteça, podemos não ser capazes de repassar o aumento dos custos aos nossos clientes, o que pode tornar nosso produto menos atrativo, impactando o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

As nossas lojas estão localizadas em espaços de uso público e podem sofrer consequências que fogem do controle da administração das respectivas lojas, o que pode causar danos materiais e à imagem de nossas lojas e marcas, além de causar eventual responsabilidade civil.

As nossas lojas físicas, por serem espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de acidentes em suas dependências que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas e, consequentemente, podem causar danos aos nossos clientes, frequentadores e colaboradores. No caso da ocorrência de tais acidentes, a loja e as nossas marcas podem enfrentar sérios danos de imagem, considerando que o número de clientes nas lojas pode diminuir devido à percepção de falta de segurança e confiança e podemos ficar sujeitos à imposição de responsabilidade civil e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia nos causar um efeito adverso relevante.

Ocupamos imóveis localizados em shopping centers. Em decorrência disso, nossa atividade poderá ser diretamente afetada pelo movimento de clientes nestes centros de compras ou pelo descumprimento da legislação aplicável pelo shopping center.

Nosso faturamento é diretamente afetado pelas vendas efetivamente geradas pelas lojas instaladas nos *shopping centers*. O setor de *shopping centers* está exposto a diversos riscos, incluindo, sem limitação, aos níveis de atividade do ambiente macroeconômico (incluindo os efeitos da pandemia da COVID-19, taxas de juros, recessão, níveis de desemprego, etc.), à disposição da população em consumir, à capacidade de locação dos espaços disponíveis nos shopping centers em condições favoráveis, preços de locação, custos operacionais, tributos incidentes, riscos ambientais, legislação e regulamentação aplicáveis, níveis de concorrência, dificuldade de aquisição de terrenos, entre outros. O aumento das nossas receitas e o aumento dos lucros operacionais resultante do

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

investimento em lojas localizadas em shopping centers dependem do constante crescimento da demanda por produtos oferecidos pelas demais lojas localizadas nos *shopping centers* em que possuímos lojas. Eventual queda nos gastos pelos consumidores em períodos de desaquecimento econômico geral pode causar prejuízos à Companhia. Condições econômicas adversas na área que cada shopping center está localizado também podem afetar adversamente os níveis de ocupação e locação e, consequentemente, os seus resultados operacionais, afetando nossos resultados.

Além disso, os *shopping centers* podem estar sujeitos a licenciamento ambiental específico, bem como obtenção de registros, cadastros, outorgas e autorizações perante a autoridade ambiental competente. Nesse sentido, caso as licenças, registros, cadastros, outorgas ou autorizações sejam cancelados, não renovados tempestivamente ou não obtidos, poderá haver suspensão (parcial ou total) ou embargo de atividades, inclusive das lojas localizadas dentro dos *shopping centers,* o que poderá afetar os resultados operacionais, financeiros e a imagem da Companhia.

Dependemos de recursos tecnológicos providos por terceiros para disponibilidade e operação da nossa plataforma digital, das nossas operações (inclusive relacionada às nossas lojas físicas) e para implementação da nossa estratégia de crescimento.

O sucesso de nossas operações em dispositivos móveis depende, em parte, da interoperabilidade dos sites que operamos com sistemas operacionais para dispositivos móveis, que não controlamos, dentre os quais destacam-se os sistemas *Android* e *iOS*. Qualquer alteração nos referidos sistemas que prejudique a funcionalidade da nossa plataforma digital ou que conceda tratamento preferencial para produtos concorrentes, pode afetar de forma negativa a utilização da nossa plataforma digital e em dispositivos móveis, o que pode afetar de maneira relevante as nossas vendas. Nosso sucesso e habilidade de vender produtos online e oferecer serviços de alta qualidade a nossos clientes dependem da operação eficiente e ininterrupta de nossos sistemas de tecnologia da informação e computação e da transmissão segura de informações confidenciais em redes públicas. Ademais, nossas operações (inclusive aquelas que se realizam por meio de nossas lojas físicas) dependem em grande parte do nosso sistema de informação, que é importante ferramenta de administração de nossos recursos e controle dos nossos ativos.

Caso esses recursos e serviços tecnológicos não estejam disponíveis ou sejam operados de maneira ineficiente e não consigamos substituir o recurso, o prestador de serviço ou terceiro tempestivamente e a preços e condições favoráveis, poderemos sofrer um efeito relevante e adverso.

Dependemos, também, de uma conexão de Internet e de uma rede de comunicação confiáveis, com velocidade adequada, capacidade de dados e segurança, bem como do desenvolvimento tempestivo de produtos complementares para fornecer aos nossos clientes acesso confiável aos sites que operamos. Dependemos, ainda, de serviços de e-mail fornecidos por terceiros, provedores de Internet e de redes móveis, para enviar nossos e-mails e comunicações “push” para nossos clientes e para os sites. Nós não temos controle sobre provedores ou redes e podemos ser adversamente afetados no caso de quaisquer desses serviços apresentarem problema.

Problemas de operação ou de segurança em nossos sistemas podem causar a interrupção de seu funcionamento. Caso não sejamos capazes de efetuar os reparos necessários de maneira ágil, nossas operações e nossos controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente nossos resultados.

Além disso, as operações de *e-commerce* estão sujeitas a diversos outros riscos, incluindo:

- reclamações de consumidores que possam prejudicar nossa reputação e negócios;

- clientes podem ter dificuldade na navegabilidade dos sites e/ou estarem menos dispostos a usá-los do que a Companhia espera;

- dificuldade em integrar a plataforma de comércio eletrônico da Companhia à sua rede de lojas, o que pode resultar em complicações para seus clientes de e-commerce (por exemplo, dificuldade em devolver produtos comprados on-line a uma loja local);

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- dificuldades logísticas na entrega de produtos aos clientes de maneira satisfatória;

- responsabilidade por fraude on-line com cartão de crédito e problemas para proteger adequadamente os sistemas de pagamento da Companhia;

- a incidência de custos adicionais devido à necessidade de investir na manutenção de uma aparência, presença e conectividade on-line compatíveis com o posicionamento da marca da Companhia e a adaptação às plataformas de software e hardware; e

- devoluções de produtos acima de níveis históricos podem prejudicar os resultados operacionais da Companhia. Além disso, a introdução de novos produtos, mudanças de fornecedores ou *mix* de produtos, mudanças na confiança do consumidor, condições econômicas gerais e até dependência maior no futuro das receitas do *e-commerce* podem fazer com que as devoluções excedam as expectativas da Companhia.

A falha da Companhia em responder adequadamente a esses riscos e incertezas pode reduzir suas receitas com o comércio eletrônico, além de prejudicar sua reputação e marca.

Além disso, alterações nos algoritmos ou nos termos de serviço dos mecanismos de pesquisa podem fazer com que o *website* ou canais da Companhia sejam excluídos ou classificados com uma classificação mais baixa nos resultados de pesquisa natural. Ferramentas de busca na internet normalmente não aceitam pagamentos para classificar sites em suas listas naturais e, em vez disso, confiam em algoritmos para determinar quais sites serão incluídos nos resultados de uma consulta de pesquisa e sua classificação (*ranking*) em tais buscas.

Tais ferramentas de busca na internet frequentemente modificam seus algoritmos e critérios de classificação para aumentar a relevância de suas listagens. Se a Companhia não conseguir reconhecer e se adaptar rapidamente a essas modificações nos algoritmos dos mecanismos de busca, ou se a eficácia das atividades da Companhia for diminuída por qualquer outro motivo, poderemos sofrer uma diminuição significativa no tráfego de nosso website e, por sua vez, diminuir nossa taxa de conversão e receitas.

Nosso serviço de entrega dos produtos aos nossos clientes é parcialmente terceirizado com transportadoras e empresas logísticas e, por essa razão, estamos sujeitos a incidentes relacionados a serviços de entrega.

Estamos expostos a certos incidentes relacionados aos serviços de entrega de produtos que oferecemos aos nossos clientes, o que poderá gerar a obrigação de indenização ou causar um efeito material adverso. Reclamações, ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos contra nós sob a alegação de que a entrega do produto não foi realizada da maneira adequada.

Atualmente, a companhia tem três formas principais de entrega de produtos aos nossos clientes: (i) o cliente faz a retirada do produto (móveis e/ou acessórios) em uma das lojas, seja de itens a pronta entrega ou itens que foram comprados nos canais digitais ou em lojas e o cliente foi retirar em uma determinada data; (ii) compra de acessórios em um dos canais para entrega em casa, onde estes produtos são enviados por parceiros logísticos com entrega nacional e não possuem uma data específica de agendamento da entrega; (iii) produtos (móveis) e que são entregues com data agendada, por logística própria e são montados no momento da entrega.

Qualquer risco relacionado à entrega de produtos por nós comercializados poderá causar a perda de confiança dos nossos clientes na segurança e eficácia do nosso serviço de entrega, bem como das compras realizadas por meio da nossa plataforma digital. Assim, qualquer alegação dessa natureza contra nós, poderá causar um efeito material adverso em nossa imagem, atividades e condição financeira, além de poder gerar uma obrigação de indenizar eventuais clientes e, consequentemente, impactando negativamente o nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, os impactos da pandemia da COVID-19 são severos e generalizados. A pandemia da COVID-19 interrompeu as cadeias globais de fornecimento e as medidas preventivas e protetivas atualmente em vigor, a exemplo de quarentenas, restrições de viagem e fechamentos comerciais, podem interferir na capacidade de entrega de produtos de sellers a compradores. Caso os serviços de entrega sofram atrasos ou interrupções, as vendas brutas de mercadorias e a receita da Companhia podem ser negativamente impactadas.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e poderá ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Companhia está sujeita à legislação de proteção de dados pessoais no Brasil, tais como o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14) e a Lei nº 13.709/2018, conforme alterada, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais ("LGPD"), que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferências e compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições e, ainda, autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por elaborar diretrizes acerca das disposições da LGPD e aplicar suas sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD.

A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020 quanto à maior parte de suas disposições, exceto quanto à aplicabilidade de suas sanções administrativas que estão previstas para entrar em vigor no dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, anteriormente à entrada em vigor de suas sanções, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados vigente, como o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções da LGPD, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia poderá estar sujeita às seguintes penalidades, de forma isolada ou cumulativa: (i)de advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) obrigação de divulgação de incidente, após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (iii) bloqueio temporário até a sua regularização e/ou eliminação dos dados pessoais correspondentes à infração; (iv) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (v) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados; (vi) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração. Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados ou por suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD ou em legislações específicas.

Se não conseguirmos renovar nossas linhas de crédito atuais, acessar novos financiamentos ou emitir títulos no mercado de capitais em condições atraentes, podemos ser adversamente afetados.

Nossa capacidade de levantar recursos financeiros é fundamental para nossas operações, a implementação de nossa estratégia e nosso crescimento. Podemos não ser capazes de renovar as linhas de crédito existentes, acessar novos financiamentos ou emitir títulos no mercado de capitais em condições atrativas, para atender às nossas necessidades de financiamento, capital de giro ou obrigações gerais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os mercados de capitais foram recentemente impactados pelo aumento do custo do crédito e por fatores políticos, econômicos e outros, como a pandemia da COVID-19, que impactou negativamente a condição econômica do Brasil. As preocupações relacionadas à estabilidade dos mercados financeiros e à solvência das contrapartes resultaram em credores levantando custos de arrecadação de fundos com aumento das taxas de juros, adotando padrões rigorosos para a concessão de empréstimos e reduzindo ou parando de oferecer financiamento aos tomadores em termos comercialmente razoáveis.

Caso não consigamos obter financiamento, emitir títulos no mercado de capitais ou refinanciar nosso endividamento quando necessário ou se não formos capazes de obter ou renovar garantias bancárias, seguro-garantia, ou se tais instrumentos estiverem disponíveis apenas em termos desfavoráveis, podemos ser incapazes de atender às nossas necessidades de capital e obrigações financeiras, ou aproveitar oportunidades de negócios, que podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos resultados operacionais e financeiros.

Além disso, se não tivermos capital de giro suficiente, podemos não ser capazes de seguir nossa estratégia de crescimento, manter nossa posição competitiva ou financiar iniciativas estratégicas importantes, que podem afetar adversamente nossos negócios.

A Companhia pode vir a não pagar dividendos aos acionistas detentores de suas ações.

O lucro líquido da Companhia pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a legislação societária brasileira, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. Ainda, o conselho de administração da Companhia poderá determinar a não distribuição de dividendos aos seus acionistas em um determinado ano fiscal se a Companhia não tiver lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com a situação financeira da Companhia no momento.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados.

(b) Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

A Companhia possui acionistas controladores diretos cujos interesses podem ser conflitantes com os interesses de nossos investidores.

A Companhia possui acionistas diretos titulares da maioria absoluta do capital votante, que são parte de um acordo de acionistas. Tais acionistas controladores têm poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração e determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das S.A.

Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos nossos outros investidores e causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e causar um efeito relevante adverso nas atividades da Companhia. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

(c) Riscos Relacionados a seus Acionistas

Podemos ter que emitir novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações para captar recursos adicionais ou para honrar os bônus de subscrição emitidos em favor da Domus, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no nosso capital social.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro e poderemos optar por obtê-lo por meio de aumento de capital mediante subscrição privada ou distribuição pública de ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações, sendo que distribuições públicas podem ocorrer sem concessão de direito de preferência para os acionistas. Qualquer recurso adicional obtido de forma a aumentar o nosso capital social poderá diluir a participação do investidor no nosso capital social.

Adicionalmente, possuímos determinados instrumentos patrimoniais (bônus de subscrição) que conferem a um de nossos principais prestadores de serviço a possibilidade de adquirir até 7,51% do o capital social atual ou até 6,42% do capital social, em base totalmente diluída (*fully diluted basis*) por preço de no máximo R$6.011,51 por ação, a depender do cumprimento de determinadas metas de performance por parte dos titulares e do *valuation* da Companhia e sujeito a prazos usuais de *vesting* e de *lock-up*, conforme detalhado na Seção 14.3. No futuro, os titulares desses instrumentos podem vir a exercer seus direitos, o que pode diluir a participação dos investidores da Companhia, uma vez que o preço das ações emitidas não necessariamente leva em consideração expectativas do valor de mercado da Companhia após sua abertura de capital e isso pode fazer com que seu valor de exercício seja inferior ao valor da ação negociada em bolsa. Para mais informações, vide item 14.3 deste Formulário de Referência.

(d) Riscos Relacionados a suas Controladas e Coligadas

Dependemos em grande parte dos resultados de nossas controladas, que podem não vir a ser distribuídos.

A nossa capacidade de distribuir dividendos (inclusive sobre a forma de juros sobre o capital próprio) e de cumprir com nossas obrigações financeiras depende, em grande parte, do fluxo de caixa e dos lucros de nossas controladas, bem como da distribuição desses lucros sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Não é possível assegurar que quaisquer desses recursos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o pagamento das nossas obrigações e para a distribuição de dividendos a nossos acionistas. Qualquer alteração adversa na condição financeira ou nos resultados operacionais de suas controladas pode afetar o nosso negócio, nossa condição financeira ou nossos resultados operacionais.

(e) Riscos Relacionados a seus Fornecedores

Riscos relacionados aos produtos a serem comercializados pelos fornecedores e à eventuais alterações nessa cadeia de fornecimento podendo afetar adversamente nossos negócios.

Dependemos de terceiros (nacionais e internacionais) para fabricar nossos produtos. Ao usar terceiros para fabricar nossos produtos, estamos sujeitos a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos ambientais, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, como a atual COVID-19, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais não temos controle, o que pode afetar adversamente nossos negócios, nossas vendas e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, caso ocorra suspensões ou atrasos, temporários ou permanentes, devido a problemas econômicos ou técnicos, como a insolvência de um fabricante ou por falta de liquidez, a capacidade da Companhia de entregar produtos de qualidade aos seus clientes em tempo hábil pode ser afetada adversamente levando à queda de vendas. Qualquer ocorrência desse tipo pode acarretar em efeitos adversos nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos resultados das operações.

Finalmente, a maioria dos nossos fornecedores são empresas de manufatura de pequeno e médio porte e suscetíveis a dificuldades financeiras e operacionais em caso de crise econômica. Alguns fatores macroeconômicos podem fazer com que nossos fornecedores aumentem seus preços para compensar custos, como preços mais altos de commodities ou aumento da inflação, e não podemos prever se conseguiremos aumentar os preços de venda para nossos consumidores. Um aumento nos custos de nossos produtos pode refletir negativamente em nossos negócios, resultados operacionais e valor de nossas ações.

Nossos resultados podem ser adversamente afetados por flutuações nos custos das matérias-primas, custos de energia e na taxa câmbio.

Aumentos nos preços dos componentes e matérias-primas utilizadas em nossos produtos podem afetar negativamente as vendas e margens de nossas mercadorias. Alternativamente, a desvalorização do real pode impactar negativamente a produção de nossos fornecedores. Mudanças nos preços das matérias-primas e flutuações nas taxas de câmbio dependem de uma série de fatores além de nosso controle, incluindo fatores macroeconômicos que podem afetar os preços das commodities (incluindo os preços do petróleo, madeira serrada, espumas químicas e algodão); mudanças na oferta e demanda; condições econômicas gerais; eventos políticos significativos; custos trabalhistas; concorrência; direitos de importação, tarifas, direitos *anti-dumping* e outros custos semelhantes; câmbio e regulamentação governamental; e eventos como desastres naturais e surtos generalizados de doenças infecciosas doenças (como a pandemia da COVID-19). Além disso, os custos de energia podem experimentar uma volatilidade significativa no curto prazo. Dependendo da natureza das mudanças nesses diferentes fatores que afetam nossas operações, podemos sofrer um impacto adverso em nosso negócio por diferentes razões, incluindo aumento dos custos de operação ou menor demanda por nossos produtos.

Mudanças no valor do real em relação às moedas estrangeiras, incluindo o dólar norte-americano, podem aumentar o custo de negócios de nossos fornecedores e, em última análise, nosso custo de produtos vendidos e nossas vendas, em geral e custos administrativos. Se não formos capazes de repassar tais aumentos de custos aos nossos clientes ou o custo mais elevado dos produtos resulta em diminuição da demanda por nossos produtos, nossos resultados operacionais podem ser prejudicados.

Nossos fornecedores podem vender produtos semelhantes ou idênticos aos nossos concorrentes ou por conta própria, o que pode prejudicar nossos o negócio.

Nossos concorrentes podem entrar em acordos com fornecedores que podem prejudicar nossa capacidade de vender produtos desses fornecedores, inclusive exigindo que os fornecedores entrem em acordos exclusivos, o que poderia limitar nossa capacidade de entrar em acordos com tais fornecedores ou acessar seus produtos. Esses concorrentes também podem comprar produtos em volume significativamente maior que nós, o que pode permitir que vendam os produtos a custo reduzido ou inundem o mercado com produtos semelhantes.

Nossos fornecedores também podem iniciar ou expandir as vendas de seus produtos por meio de lojas próprias ou por meio da Internet para o mercado de varejo e, portanto, competir diretamente conosco ou vender seus produtos através de centros de varejo ou lojas de desconto, aumentando a pressão de preços competitivos que enfrentamos.

Qualquer um dos fatores acima pode afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O surto do Coronavírus (COVID-19) e as consequentes paralisações em escala global podem gerar interrupções nas fabricações de produtos utilizados na fabricação de móveis e acessórios de decoração por nós comercializados e crises na cadeia internacional de suprimentos. Além disso, o surto mundial pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os negócios e o resultado da Companhia.

O recente surto global do Coronavírus pode ter impactos de longo alcance – desde o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. O surto do Coronavírus ameaça a produção de diversos componentes utilizados na fabricação de móveis e acessórios de decoração por nós comercializados e a interrupção da cadeia de peças e/ou suprimentos para empresas do setor. Atualmente, a cadeia de suprimento global está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de peças e/ou de matérias-primas. Em decorrência destas paralisações, as empresas cuja cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos (principalmente, da China), incluindo a Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, redução na sua receita.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como o Coronavírus, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. As ações de emissão da Companhia, e toda a classe de ativos similares que compõem o mercado de capitais global, podem apresentar uma maior volatilidade resultando em pressão negativa na economia mundial e, consequentemente, nos negócios da Companhia e no preço das ações de sua emissão.

Riscos relacionados à qualidade dos produtos de fornecedores para ser comercializados.

Ainda que os fornecedores sejam escolhidos pela Companhia pela sua competência, qualidade e confiança, e que existam diversos critérios de qualidade quanto aos produtos fornecidos, isso não impede que eventuais produtos sejam entregues à Companhia e ao consumidor final com algum vício ou defeito. Caso isso ocorra, a reputação da Companhia pode ser afetada adversamente acarretando, inclusive, no declínio das vendas.

Podemos ser responsáveis por obrigações fiscais, trabalhistas, ambientais e previdenciárias de terceiros fornecedores ou prestadores de serviços, bem como podemos ser associados a práticas irregulares efetuadas por fábricas independentes e que possuem relação comercial conosco.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, podemos ser responsabilizados solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem materialmente nos afetar adversamente, inclusive a nossa imagem. Também podemos ser responsabilizados por lesões corporais ou morte dentro de nossas instalações de funcionários de terceiros, o que pode afetar adversamente nossa reputação e nossos negócios.

Não é possível assegurar que nossos fornecedores observem integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental. Logo, eventual constatação de práticas irregulares em nossa cadeia de fornecimento pode gerar danos à nossa imagem, assim como à nossa marca. Além dos impactos reputacionais, prejuízos financeiros, decorrentes da perda de atratividade da marca junto ao cliente, poderão ser constatados.

Não é possível assegurar que nossos fornecedores observem integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e ambiental. A identificação de irregularidades trabalhistas, previdenciárias e/ou ambientais junto aos fornecedores da Companhia, e seus eventuais subcontratados, em razão do não atendimento à legislação e/ou regulamentação aplicável, pode levar à interpretação de que somos solidários ou subsidiariamente responsáveis pelo ocorrido. No caso de danos ambientais, por exemplo, a responsabilidade civil ambiental é objetiva e solidária. Nesse sentido, caso um fornecedor ou prestador de serviços contratados pela Companhia cause dano ambiental, a Companhia poderá ser incluída no polo passivo de ações indenizatórias e poderá ser considerada solidariamente responsável pelas medidas destinadas à sua reparação. Esta associação pode levar a prejuízos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

financeiros, inclusão em listas do Ministério do Trabalho, bem como impactos reputacionais e de imagem relevantes e, em consequência, perda de atratividade junto aos seus clientes, com impacto negativo nas vendas, bem como queda no valor das ações.

(f) Riscos Relacionados a seus Clientes

Podemos deixar de cumprir as leis de privacidade, divulgando informações sensíveis ou confidenciais que possam prejudicar nossos negócios e reputação.

A Constituição Federal, a Lei n° 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), a Lei n° 12.965/2014 (Marco Civil da Internet), o Decreto n° 8.771/216 e a Lei nº 13.704/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) são as principais normas que regulam o tratamento de dados pessoais no Brasil atualmente.

Como a Companhia coleta, armazena, processa e usa dados pessoais de seus funcionários, seus clientes e outros parceiros em seus negócios, a Companhia deve cumprir com todas as leis de privacidade e proteção de dados pessoais acima mencionadas. Um risco significativo associado ao negócio da Companhia, particularmente em virtude de sua plataforma de *e-commerce* e comunicações em geral, é a transmissão segura de dados pessoais através de redes públicas para os servidores da Companhia e o armazenamento seguro de dados pessoais em sistemas conectados aos servidores da Companhia.

A percepção de negligência com o tema de proteção de dados, válida ou não, pode afetar a Companhia adversamente. As instalações e sistemas da Companhia, tanto da sua plataforma de comércio eletrônico quanto de suas lojas físicas, bem como de seus provedores de serviços terceirizados, podem estar vulneráveis a violações de segurança, fraudes, atos de vandalismo, vírus de computador, extravio ou perda de dados, programação ou erros humanos ou outros eventos semelhantes.

Qualquer violação de segurança, ou qualquer falha percebida envolvendo o uso indevido, perda ou outra divulgação não autorizada de dados pessoais, bem como qualquer falha ou aparente falha em cumprir as leis, políticas, obrigações legais ou padrões da indústria em relação à privacidade e proteção de dados, seja pela Companhia ou por seus fornecedores, podem prejudicar a reputação da Companhia, expor a Companhia à riscos e responsabilidades legais, além de sujeitar a Companhia a publicidade negativa, interromper suas operações e prejudicar seus negócios. Portanto, a Companhia não pode garantir que as medidas de segurança que adota evitarão vazamento de dados pessoais, incidentes de segurança, ou que a falha em os evitar não terá um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Ainda, se a Companhia não se adequar às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a Companhia estará sujeita, a partir de 1º de agosto de 2021, de forma isolada ou cumulativa, às sanções administrativas aplicáveis pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), quais sejam, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio e/ou eliminação de dados pessoais, multa de até 2% do nosso faturamento (ou do nosso grupo ou conglomerado no Brasil) apurado no mais recente exercício social, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000,00 por infração, e multa diária, observado limite global de R$50.000.000,00.

Falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, bloqueio temporário e/ou eliminação dos dados pessoais da base de dados da Companhia, sem prejuízo de eventuais sanções civis e criminais, podendo afetar negativamente a reputação, situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Podemos ser considerados responsáveis por danos causados por nossos produtos a consumidores ou a terceiros, o que poderá afetar adversamente nossos resultados.

A legislação de defesa do consumidor no Brasil imputa às empresas o ônus da prova na demanda de um cliente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas a proteção judicial é exercida e, inclusive, as ações coletivas podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou PROCON, com o objetivo de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor.

As ações judiciais ou os processos administrativos poderão ser propostos sob alegações de que os produtos da Companhia estavam deteriorados, adulterados, ou não continham informações adequadas, etc.

Decisões desfavoráveis envolvendo, individual ou conjuntamente, valores substanciais poderão afetar adversamente nosso resultado e condição financeira. Adicionalmente, decisões judiciais desfavoráveis poderão afetar adversamente a reputação da nossa marca e consequentemente, nossas vendas e resultados financeiros. Para maiores informações, vide item 4.3 deste Formulário de Referência.

As nossas vendas dependem principalmente do fluxo de pessoas nas lojas e nos shopping centers onde nossas lojas físicas estão localizadas e de acesso frequente de clientes em nossa plataforma digital. A queda no fluxo de pessoas nas lojas e nos shoppings poderá provocar uma redução do fluxo de pessoas em nossas lojas físicas, afetando adversamente e de forma relevante as nossas vendas.

Nossas vendas dependem do fluxo de pessoas em nossas lojas físicas. Considerando que, das 59 lojas físicas de nossa propriedade, 41 estão localizadas em *shopping centers*, o fluxo de pessoas no canal físico depende principalmente do fluxo de pessoas nos *shopping centers*. Assim, caso os *shopping centers* não sejam capazes de prever gostos e preferências dos clientes e não façam campanhas de propaganda e *marketing* significativas que atraiam fluxo para os empreendimentos em que nossas lojas estão localizadas, o fluxo de pessoas nesses estabelecimentos poderá cair, impactando de forma negativa o fluxo de pessoas em nossas lojas e, consequentemente, afetando adversamente nossas vendas.

Devemos ser capazes de identificar as mudanças de comportamento e preferências de nossos clientes e nos posicionar de tal maneira que o cliente busque entrar em nossos pontos de venda e acessar os canais que compõem a nossa plataforma digital.

O setor de varejo está sujeito a rápidas alterações nas preferências dos clientes. O sucesso de nossas vendas depende de nossa habilidade de responder rapidamente às mudanças e tendências da moda, às inovações tecnológicas para produtos esportivos, bem como às preferências dos nossos clientes. Não podemos garantir que estaremos sempre aptos a oferecer aos nossos clientes os produtos e serviços que procuram. Caso não sejamos capazes de prever os comportamentos e preferências dos clientes, as nossas vendas poderão ser impactadas negativamente e de forma relevante, nos afetando adversamente.

Adicionalmente, não podemos garantir que não haverá alteração do hábito dos nossos consumidores em razão de fatores como limitações ou restrição de circulação de pessoas como o provocado em razão da pandemia da COVID-19. Além disso, caso haja alteração de hábito, não podemos garantir que seremos eficientes e ágeis na adaptação ao atendimento desses hábitos.

Dependemos da disponibilidade de crédito e cartões de crédito para os nossos clientes. Qualquer mudança nas políticas e valores cobrados pelos emissores de cartões de crédito pode nos afetar, prejudicando nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

Nos últimos anos, a maioria das vendas realizadas por nós foi paga por clientes que usavam cartões de crédito. Para viabilizar pagamentos com cartão de crédito, somos obrigados a aderir às políticas dos emissores de cartão de crédito, inclusive às taxas por eles cobradas. Qualquer mudança nas políticas e valores cobrados pelos emissores de cartões de crédito, como a taxa de administração direcionada a comerciantes, pode nos impactar, prejudicando nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, parte das nossas vendas é feita a clientes que compram produtos por meio de um plano de pagamento parcelado em prestações mensais. Dependemos de emissores de cartões de crédito para continuar a oferecer esses planos de pagamento aos nossos clientes. Mudanças nas políticas e valores cobrados pelos emissores de cartão de crédito em relação aos planos de parcelamento ou taxas de juros mais altas, poderão afetar adversamente nossas receitas, nosso resultado operacional e a nossa situação financeira.

Os riscos associados à fraude de cartão de crédito podem afetar adversamente nossa reputação, marca, negócios e resultados operacionais.

Estamos expostos a riscos associados a transações fraudulentas com cartão de crédito porque aceitamos pagamento com cartão de crédito pelos produtos e serviços que vendemos sem exigir a assinatura do titular do cartão de crédito e não temos seguro para nos proteger contra esses riscos. Esse risco é ampliado à medida que aumentamos nossas operações ou na medida de falhas em nossos sistemas de proteção de dados. A falha em controlar adequadamente as transações fraudulentas com cartão de crédito pode prejudicar nossa reputação e nossos resultados financeiros, o que pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais. Como consequência, podemos ser questionados, multados, sancionados ou enfrentar ações judiciais por agências reguladoras.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

O setor de varejo no Brasil é altamente competitivo, o que pode afetar adversamente nossa participação no mercado e nossa receita líquida.

Enfrentamos intensa competição entre os varejistas que frequentemente podem se beneficiar das ineficiências do sistema de arrecadação de tributos no Brasil. Competimos com outras companhias nas seguintes bases: (i) variedade de produtos; (ii) qualidade; (iii) número de lojas; (iv) publicidade e posicionamento de marca; (v) preços e descontos; (vi) serviço e localização das lojas; e (vii) reputação. Alguns de nossos concorrentes têm acesso a capital próprio significativo ou a fontes maiores de financiamento a custos mais baixos do que nós.

Além disso, as decisões de compra por parte dos consumidores são afetadas por fatores tais como reconhecimento da marca, qualidade, disponibilidade e desempenho do produto, disponibilidade de crédito, preço e hábitos e preferências subjetivas de cada consumidor. Alguns de nossos concorrentes podem realizar investimentos em *marketing* substancialmente maiores do que os nossos. Se nossas estratégias publicitárias, promocionais ou mercadológicas não tiverem êxito, ou se formos incapazes de oferecer novos produtos que atendam às demandas do mercado ou às mudanças de hábito dos consumidores que representem tecnologias inovadoras que possam ser comercializadas, ou se não conseguirmos administrar com sucesso as épocas oportunas para introdução de novos produtos ou a rentabilidade destes esforços ou, se por outras razões, nossos consumidores finais acreditarem que os produtos de nossos competidores são mais atraentes, então nossas vendas, nossa rentabilidade e nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

A concorrência no comércio eletrônico também pode se intensificar. Outras empresas do ramo varejista e de comércio eletrônico podem vir a celebrar alianças ou acordos comerciais que venham a fortalecer a sua posição competitiva. À medida que a carteira de clientes for crescendo e aumentando a sua fidelização nos diversos segmentos do mercado de Internet, os participantes destes segmentos poderão buscar expandir os seus negócios para os segmentos de mercado no qual atuamos. Além disso, novas tecnologias podem intensificar ainda mais a natureza competitiva do varejo online. Acreditamos que a natureza da Internet como um local de mercado eletrônico facilita a entrada de competidores e permite a realização de compras por meio de comparação de preços.

Esse aumento na concorrência pode vir a reduzir as nossas vendas, lucros operacionais, ou ambos. Ainda, os concorrentes, tanto no mercado de varejo físico quanto no mercado de varejo eletrônico, poderão vir a disponibilizar mais recursos para o desenvolvimento de tecnologia e *marketing* do que nós. Ademais, na medida em que o uso da Internet e de outros serviços online aumentar, os

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

varejistas atuantes neste mercado poderão vir a ser adquiridos, receber investimentos, ou celebrar outros relacionamentos comerciais com empresas maiores, mais estabelecidas e dotadas de recursos financeiros. O crescimento da Companhia está diretamente ligado ao desenvolvimento do mercado interno brasileiro e os negócios da Companhia estão diretamente ligados aos seus clientes que estão distribuídos em diversos setores econômicos. A redução do crescimento econômico no Brasil, com a retenção da demanda no varejo, a redução do consumo e o declínio na demanda pelos produtos, pode afetar diretamente o resultado financeiro e operacional da Companhia.

O setor de varejo é sensível a diminuições no poder de compra do consumidor e a ciclos econômicos desfavoráveis, como o enfrentado pelo Brasil nos últimos tempos e atualmente em decorrência da pandemia da COVID-19.

As constantes instabilidades na economia acarretaram queda dos gastos do consumidor nos últimos anos e consequentemente em períodos de desaquecimento econômico para os varejistas. O sucesso das operações do setor depende, entre outros, de vários fatores relacionados aos gastos do consumidor e/ou que afetam sua renda, inclusive a situação geral dos negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e renda e da existência de epidemias ou pandemias (como o alcance e a duração do impacto da atual pandemia da COVID-19, incluindo redução na demanda de consumidores, diminuição das vendas e fechamento temporário generalizado de nossas lojas). Situações desfavoráveis na economia brasileira, ou na economia mundial com reflexo na economia brasileira, podem, portanto, reduzir consideravelmente a capacidade de gastos do consumidor e sua renda disponível, em especial o consumidor da Classe C, que tem menos acesso a crédito que as classes A e B, mais dificuldade para refinanciar dívidas e potencialmente mais afetado pelo aumento do desemprego. Tais situações poderão afetar adversamente nossas vendas, resultado operacional e na situação financeira da Companhia.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

A Companhia pode ser afetada de maneira relevante e adversa em caso de suspensão, modificação, cancelamento, revogação, não renovação ou não prorrogação dos incentivos fiscais atualmente concedidos pelas autoridades públicas competentes.

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais no Estado de Minas Gerais. A legislação e regulamentação que regem os referidos incentivos têm prazo de vigência determinado e, caso os incentivos sejam suspensos, modificados, cancelados, revogados, não sejam renovados ou não sejam prorrogados, a Companhia pode ser afetada de maneira adversa. Para garantir a continuidade desses incentivos durante seu prazo de vigência, a Companhia deve cumprir uma série de exigências fiscais, trabalhistas, sociais e de proteção e controle do meio ambiente que podem vir a ser questionadas, inclusive judicialmente por terceiros como, por exemplo, o Ministério Público Federal, outros Estados brasileiros, ou até outras autoridades públicas.

Especificamente no Estado de Minas Gerais, a Companhia firmou, com o Governo do Estado, Protocolo de Intenções para que seja concedido regime especial de ICMS nas operações internas e de importação realizadas pela sua Subsidiária, com estabelecimento no Município de Extrema, inclusive por meio de *e-commerce*. Nos termos do Protocolo de Intenções o tratamento tributário especial terá início a partir de 2021, produzindo efeitos por prazo indeterminado, e, em contrapartida, a Companhia deverá cumprir a legislação tributária e implementar projeto de investimento junto ao Município de Extrema.

Caso a Companhia não cumpra parte ou a totalidade dessas obrigações, no entendimento das autoridades competentes, seus incentivos fiscais poderão ser suspensos, revistos ou cancelados, inclusive por decisão judicial e/ou administrativa, podendo ainda a Companhia ser obrigada a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades, o que teria um efeito adverso relevante para a Companhia.

A Companhia não pode assegurar que, caso encerrado o prazo de vigência dos incentivos fiscais existentes, novos incentivos fiscais serão criados e que, caso sejam criados, beneficiem a Companhia, ou que seus termos e condições sejam equivalentes, ou mais favoráveis, aos termos e condições dos benefícios fiscais que se encontram atualmente em vigor.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e a Companhia não seja capaz de renová-los, ou novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, ou os termos e condições de quaisquer novos incentivos não sejam tão benéficos à Companhia em comparação aos que estão atualmente em vigor, a Companhia será igualmente afetada de maneira relevante e adversa.

Podemos sofrer impactos relevantes devido a alterações na legislação tributária brasileira ou a conflitos em sua interpretação.

O governo brasileiro e os governos estaduais têm frequentemente implementado diversas alterações nos regimes fiscais que podem afetar as empresas e seus clientes, inclusive como resultado da execução ou alteração de tratados fiscais. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e/ou criação de tributos, temporários ou definitivos, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo, assim como o cancelamento de benefícios em vigor. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos da nossa carga tributária, o que poderia afetar adversamente nossa lucratividade e os preços de nossos produtos e serviços, bem como restringir nossa capacidade de fazer negócios nos mercados existentes. Dentre as mudanças que podem afetar materialmente os nossos negócios, estão a reforma tributária, a revogação de isenções fiscais e alterações significativas na legislação do ICMS e do PIS/COFINS, incluindo aumento de alíquotas, alterações de base de cálculo, entre outros. Ademais, algumas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Consequentemente, podemos ser adversamente afetados no caso de uma interpretação diferente daquela em que nos baseamos para realizar nossas transações. Não podemos garantir que seremos capazes de manter o fluxo de caixa projetado e rentabilidade após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros aplicáveis às nossas operações.

Ademais, determinadas leis fiscais podem ser interpretadas controversamente pelas autoridades fiscais. Podemos ser adversamente afetados no caso de uma interpretação diferente daquela em que nos baseamos para realizar nossas transações prevalecer perante as autoridades fiscais.

Adicionalmente, a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às nossas atividades. Tais medidas poderão afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

Mudanças na regulamentação aplicável ao financiamento do saldo da fatura do cartão de crédito podem vir a afetar nossos resultados.

O Governo Federal implantou recentes mudanças na regulamentação das operações com cartões de crédito, com o intuito de reduzir as taxas de juros aplicáveis ao financiamento do saldo da fatura. Nesse sentido, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução nº 4.549, determinando que o saldo da fatura de cartão de crédito, quando não liquidado integralmente no vencimento, somente pode ser objeto de financiamento na modalidade “crédito rotativo”, ou seja, através do oferecimento ao consumidor de crédito para pagamento total da fatura do cartão até o vencimento da fatura subsequente. Decorrido esse prazo, o saldo poderá ser financiado apenas na modalidade “crédito parcelado”, através do parcelamento do total da fatura do cartão, e desde que em condições mais vantajosas para o cliente. Essa medida, assim como outras mudanças regulatórias relacionadas às operações com cartões de crédito, podem implicar na redução de nossas receitas financeiras decorrentes dos juros praticados em tais operações e afetar nossos resultados.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A regulamentação da Internet e do comércio eletrônico pelo Governo Federal está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar o negócio da Companhia.

A Companhia está sujeita a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a Internet e o comércio eletrônico. De acordo com as leis brasileiras, não há atualmente distinção entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda é incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar o negócio da Companhia, ocasionando uma diminuição na demanda pelos produtos e serviços da Companhia e um aumento nas suas despesas operacionais.

Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das nossas lojas e centro de distribuição.

Nossas atividades estão sujeitas à obtenção de diversos registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e a localização do nosso centro de distribuição e lojas físicas e devemos obter e renovar periodicamente grande parte desses registros, autorizações, licenças e alvarás, podendo, a depender do caso, estarmos sujeitos ao pagamento de taxas de renovação. Não temos garantia de que conseguiremos obter ou renovar, em tempo hábil, todos os registros, licenças, alvarás e autorizações necessários, e a sua ausência ou irregularidade pode resultar, gradativamente, na imposição de autos de infração e multas pelas autoridades competentes, cujo valor somente é determinado no caso específico, podendo culminar no fechamento administrativo das nossas lojas e centros de distribuição, caso não sejamos capaz de sanar eventuais irregularidades, afetando também a nossa imagem. A imposição dessas penalidades, em especial, o fechamento de unidades, poderá ter um efeito adverso em nossos resultados operacionais e negócios. Ademais, a não obtenção ou a não renovação das referidas licenças de forma tempestiva em algumas de nossas lojas poderá nos expor a riscos adicionais em caso de acidente ou evento similar que possa afetar essa loja enquanto a licença estiver pendente. A nossa estratégia de negócio poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguirmos abrir e operar novas lojas e, principalmente, o centro de distribuição ou se tivermos que suspender ou fechar nossas lojas e/ou o centro de distribuição em consequência da não obtenção ou não renovação dos registros, autorizações, licenças e alvarás a que estamos sujeitos ou se um acidente afetar uma loja ou o centro de distribuição enquanto essa estiver com uma licença pendente.

Não podemos assegurar que a obtenção dessas licenças ocorrerá dentro do cronograma previsto de abertura de novas lojas e centro de distribuição. A Companhia também não pode assegurar que atualmente obtém tais licenças para todas as lojas e/ou que obterá, no futuro, a renovação destas licenças sempre em prazos adequados ou que os imóveis hoje em fase de obtenção ou renovação de tais licenças irão de fato obtê-las.

Ainda, a interrupção na operação do centro de distribuição por falta de licenças pode prejudicar a capacidade de distribuir mercadorias para as lojas e entrega para o cliente final, o que pode resultar na queda nas vendas e afetar adversamente nossos resultados financeiros. Para mais informações acerca do impacto da obtenção de licenças para o funcionamento das lojas e centro de distribuição, ver seção 7.5 deste Formulário de Referência.

Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais de modo a adequar nossas atividades a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público, poderá ter um efeito adverso para nossas atividades.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Dentre os requisitos necessários à obtenção das referidas licenças, está a regularização das áreas construídas dos imóveis ocupados por nós. Na hipótese de existirem áreas construídas e edificadas sem a autorização prévia da Prefeitura Municipal competente, ou em desacordo com os respectivos projetos aprovados, poderão existir riscos e passivos para os imóveis e para nós, caso referidas áreas não sejam passíveis de regularização e venham a sofrer fiscalização pelos órgãos responsáveis. Dentre tais riscos, destacam-se: (i) a aplicação de multas pela administração pública; (ii) a impossibilidade da averbação da construção; (iii) a negativa de expedição da licença de funcionamento; (iv) a recusa da contratação ou renovação de seguro patrimonial; e (v) a interdição dos imóveis, podendo ainda, culminar em nossa obrigação de demolir as áreas não regularizadas, o que poderá afetar adversamente as atividades e os resultados operacionais dos imóveis e, consequentemente, nosso patrimônio e rentabilidade.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

Não há riscos envolvendo a Companhia com relação a países estrangeiros.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

O não cumprimento da legislação e regulamentação ambiental pela Companhia e pela nossa cadeia de fornecimento pode afetar adversamente o nosso negócio.

Estamos sujeitos a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de licenças ambientais e padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão nos expor a sanções administrativas (incluindo penalidades de suspensão de atividades e multas de até R$ 50 milhões) e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros. Além disso, não podemos garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, exigindo que aumentemos de forma significativa nossos investimentos a fim de cumprirmos com a legislação e regulamentação ambiental. Investimentos ambientais imprevistos poderão reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e afetar adversamente nossos resultados de forma significativa. O descumprimento da legislação ambiental pela Companhia e/ou pela sua cadeia de fornecimento pode impactar negativamente seus resultados operacionais, financeiros e a sua imagem.

A não observância das leis e regulamentos ambientais pode resultar na obrigação de reparação de danos ambientais, na imposição de sanções administrativas e penais e/ou em danos reputacionais.

Estamos sujeitos a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais referentes à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental e padrões para emissões atmosféricas, parâmetros de emissões de ruídos, gerenciamento de resíduos sólidos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode submeter a Companhia a sanções administrativas, tais como multas de até R$ 50 milhões e suspensão de atividades, e penais, além da obrigação de remediar os danos ambientais causados ou indenizar terceiros. Caso essas leis e regulamentos fiquem mais rigorosos, a Companhia poderá ter que aumentar significativamente os seus gastos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem afetar substancial e negativamente a Companhia.

A Companhia não detém, para algumas de suas unidades, a totalidade das licenças e autorizações ambientais necessárias ao exercício de suas atividades, hipótese que pode sujeitá-la a sanções administrativas, incluindo multas de até R$ 10 milhões e a suspensão de atividades, e criminais, bem como à obrigação de reparar e/ou indenizar danos decorrentes de suas atividades.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A pandemia da COVID-19 tem causado atrasos em processos de licenciamento, o que pode impactar direta ou indiretamente as atividades da Companhia, na medida em que impõe óbices à obtenção e renovação de licenças nos casos de órgãos de controle que mantiveram-se omissos com relação a procedimentos provisórios de licenciamento, com o intuito de assegurar a prestação do serviço público e prosseguimento de atividades. Contudo, o cenário de pandemia não exime a Companhia da obrigação de obter ou renovar tempestivamente as suas licenças ambientais, de modo que, caso a Companhia não atenda a legislação ambiental aplicável, poderá estar sujeita às penalidades administrativas e criminais acima mencionadas, bem como à reparação de eventuais danos ambientais causados.

Em todos os casos, se a Companhia for autuada por questões ambientais, a imagem e os resultados operacionais e financeiros da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Adicionalmente, a Lei Federal n.º 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS") para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos. A contratação de terceiros para realização de quaisquer das etapas de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados pela Companhia não a exime de responsabilidade, sobretudo na esfera civil (dever de reparar e indenizar), caso esses prestadores de serviço causem danos ao meio ambiente e/ou a terceiros no exercício de suas atividades.

Afora isso, a inobservância das regras de gerenciamento de resíduos pela própria Companhia, de qualquer natureza, inclusive a eventual ausência de elaboração e de implementação de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ("PGRS") para as unidades em que esses tipos de resíduos não sejam equiparados aos resíduos sólidos domiciliares coletados pelo Poder Público, pode causar poluição ambiental, expondo-a a sanções administrativas, civis e criminais. Determinados estabelecimentos da Companhia ainda não possuem um PGRS devidamente implementado. Caso a Companhia seja penalizada ou responsabilizada por irregularidades no gerenciamento de resíduos sólidos , a sua imagem também poderá ser adversamente afetada.

A PNRS previu, ademais, a obrigatoriedade de fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de certos produtos estruturarem e implementarem sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana.

Existem três instrumentos a serem possivelmente usados para tornar obrigatória a implantação do sistema de logística reversa: regulamento, acordo setorial ou termo de compromisso. Atualmente, a implementação de sistemas de logística reversa é ou se tornará obrigatória, nos próximos meses, em nível federal, aos envolvidos na cadeia de óleos lubrificantes e embalagens plásticas de óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio, embalagens em geral, embalagens de aço, produtos eletroeletrônicos e seus componentes, medicamentos, pneus inservíveis, embalagens de agrotóxicos, pilhas e baterias.

(k) Riscos macroeconômicos

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, determinados países europeus, países emergentes, China, Reino Unido e eventuais conflitos com Irã e Iraque, o que poderá afetar adversamente a economia brasileira, inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários, o que pode impactar no preço de negociação de nossas ações.

O crescimento da Companhia está diretamente ligado ao desenvolvimento do mercado interno brasileiro e os negócios da Companhia estão diretamente ligados aos seus clientes que estão distribuídos em diversos setores econômicos. A redução do crescimento econômico no Brasil, com a retenção da demanda no varejo, a redução do consumo e o declínio na demanda pelos produtos, podem afetar diretamente o resultado financeiro e operacional da Companhia.

A globalização dos mercados de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. As recentes e contínuas recessões em determinados países desenvolvidos como Estados

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Unidos, determinados países europeus e países emergentes, assim como as recessões na China, Reino Unido e eventuais conflitos no Irã e Iraque, afetam a economia brasileira de muitas maneiras, gerando inclusive uma retração nos fluxos comerciais acarretando incertezas para o investidor e desconfianças para o consumidor.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, portanto, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, principalmente de economias desenvolvidas. Os acontecimentos econômicos destes países podem causar um efeito adverso sobre o valor de mercado de valores mobiliários das companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. O aumento na taxa de juros de outros países pode reduzir a liquidez global e o interesse dos investidores nos mercados de capitais brasileiros, afetando negativamente nossas ações, assim como o preço das ações negociadas na B3 são afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes dos Estados Unidos, como por exemplo pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos.

Crises ou acontecimentos relevantes de diversas naturezas que aconteçam em outros países ou outros mercados de capitais também podem diminuir o interesse de investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive nos valores mobiliários de emissão da Companhia e o seu respectivo preço de negociação. Dentre estes podemos citar a recente crise global advinda do Coronavírus (COVID-19), em razão da adoção de medidas de restrições à circulação de bens e pessoas, quarentena de pessoas ou até mesmo de um determinado Estado ou do país, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas. Estes fatores podem afetar as decisões de investimento e poupança, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso da Companhia aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente nossos negócios, resultados de suas operações e o preço de negociação de nossas ações.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal, incluindo a maior investigação conhecida como "Lava Jato". Tais investigações tiveram um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Diversos políticos importantes, incluindo membros atuais e antigos do governo federal brasileiro e do poder legislativo, bem como executivos de alto escalão de grandes corporações e empresas estatais no Brasil, foram presos, condenados por várias acusações relacionadas à corrupção, celebraram acordos de delação premiada com promotores federais e/ou renunciaram ou foram destituídos de seus cargos como resultado dessas investigações da Lava Jato. Esses indivíduos supostamente aceitaram subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a diversas empresas de infraestrutura, petróleo e gás e construção, entre outras. Os montantes dessas propinas supostamente financiavam campanhas políticas de partidos que formavam a coalizão do governo anterior, liderada pela ex-presidente Dilma Rousseff, que não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente. Esses recursos também foram supostamente destinados ao enriquecimento pessoal de certos indivíduos. Os efeitos da Lava Jato, assim como outras investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e dos mercados capitais. Não temos controle e não podemos prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou empresas surgirão no futuro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro estava sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo um potencial impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive em nossos negócios.

Adicionalmente, a resposta do presidente Jair Bolsonaro à pandemia da COVID-19 tem sido fortemente criticada tanto no Brasil quanto internacionalmente, com os efeitos desestabilizadores do COVID-19 aumentando a incerteza política e a estabilidade no Brasil, principalmente após a saída de ministros federais e denúncias de corrupção contra o Presidente Bolsonaro acima mencionado.

O potencial resultado destas e outras investigações é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. O desenvolvimento desses casos de condutas antiéticas tem afetado e pode continuar a afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e nossos resultados operacionais, bem como o preço de negociação de nossas ações. Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Também não podemos pode prever os resultados dessas investigações, nem o impacto sobre a economia brasileira ou o mercado acionário brasileiro.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as nossas operações. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os nossos. Não podemos prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira.

Não podemos prever se as investigações em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra funcionários e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira; em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil.

Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderá afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos nossos produtos.

Crises econômicas, sanitárias, políticas, ambientais ou qualquer outro tipo de crise que tenha o condão de impactar a economia brasileira poderá afetar o poder aquisitivo da população, o que, poderá resultar em uma diminuição do número de vendas dos nossos produtos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008, por exemplo, provocou o aumento do dólar norte-americano frente ao real, a restrição de crédito no mercado interno, o aumento das taxas de desemprego, o aumento da inadimplência e, consequentemente, a redução do consumo no Brasil. No mesmo sentido, a crise político-econômica vivenciada pelo país entre 2015-2016, teve um impacto relevante nas taxas de desemprego, diminuindo o poder aquisitivo da população e, consequentemente o consumo no país.

Recentemente, o mundo tem sido afetado por uma pandemia (COVID-19), que tem provocado impactos econômicos negativos globais, dos quais nós ainda não conseguimos quantificar. Como resultado da pandemia, acredita-se que o poder aquisitivo da população brasileira reduzirá, o que poderá provocar uma redução relevante no consumo e impactar o nosso volume de vendas. O impacto no volume de nossas vendas poderá afetar negativamente os nossos resultados e a nossa situação econômica.

Limitação substancial na capacidade de os acionistas venderem as ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem, devido à volatilidade e à falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes envolve mais risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo considerados como investimentos de natureza mais especulativa.

Outro ponto é que o mercado brasileiro de valores mobiliários é menos líquido e mais concentrado comparado a outros mercados mundiais, sendo influenciado em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive, Estados Unidos, alguns países da Europa e países emergentes. Alguns acontecimentos nesses países podem ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nesses outros países podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Historicamente, por exemplo, os preços das ações na B3 são afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis. Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem nossas ações pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação de nossas ações ou de vendas e a percepção de uma possível venda de um volume substancial de nossas ações poderão prejudicar o valor da sua negociação.

Flutuações da taxa de câmbio podem afetar de forma negativa nossos resultados operacionais.

A moeda brasileira tem sofrido desvalorizações em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas fortes ao longo das últimas décadas em decorrência de diversas pressões inflacionárias e instabilidade macroeconômica. Durante todo esse período, foram implementadas diversas medidas governamentais através de planos econômicos e diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária e mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real, o Dólar e outras moedas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar. As depreciações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais ao Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados operacionais, por conta da retração no consumo e aumento de nossos custos. A Companhia está exposta principalmente a variações na taxa de câmbio do euro e do dólar norte-americano, de modo que tais oscilações podem fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil, nem dispomos de capacidade para prevê-la. Nosso negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação podem afetar adversamente nossos negócios, operações e condição financeira.

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico.

Nesse sentido, o Brasil continua sujeito a um aumento de inflação como consequência da intervenção do Governo Federal, inclusive mediante a redução ou aumento das taxas de juros e a intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real. O aumento da inflação pode refletir em crescimento do preço dos móveis e acessórios de decoração e afetar a demanda negativamente e consequentemente o volume de negócios da Companhia. Além disso, o poder de compra dos compradores pode ser afetado negativamente na hipótese de aumento da inflação, afetando negativamente as vendas no setor de varejo.

A intervenção do governo brasileiro na economia nacional por meio de modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias podem afetar os negócios da Companhia.

O passado recente da economia brasileira permite verificar inúmeros exemplos de medidas adotadas pelo Governo Federal que alteraram significativamente a condução de suas políticas, com intuito de fazer frente às situações econômicas e políticas da época. Citam-se como exemplos os aumentos ou reduções das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de salários e preços, bloqueio ao acesso a contas bancárias, desvalorização cambial, controle de capital, limitação às importações, intervenções às concessões no setor elétrico, dentre outras medidas.

Nesse sentido, a Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Os negócios, a situação financeira, o resultado das operações da Companhia, bem como suas perspectivas futuras poderão ser afetados de maneira significativa por modificações relevantes nas políticas ou normas que envolvam ou influenciam em fatores, tais como:

- política monetária;
- política fiscal;
- política cambial;
- estabilidade social e política;
- aumento na taxa de desemprego;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- controles cambiais e restrições a remessas para o exterior;
- flutuações cambiais relevantes;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- alterações no regime fiscal e tributário;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- taxas de juros;
- inflação;
- modificação nos critérios de definição de preços e tarifas praticados;
- racionamento de energia; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A adoção por parte do governo brasileiro de políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. A ocorrência de qualquer desses eventos pode ter um efeito adverso para os resultados da Companhia.

Qualquer diminuição da classificação de crédito do Brasil (rating) pode afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela percepção dos investidores quanto aos riscos relacionados à classificação de crédito da dívida soberana do Brasil. As agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e suas classificações soberanas, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de cálculos de dívida e a perspectiva de mudanças em qualquer desses fatores.

Em setembro de 2015, a Standard & Poor's iniciou a revisão da nota de risco de crédito soberano do Brasil, rebaixando-a para um grau abaixo do denominado grau de investimento e, desde então, o Brasil vem sofrendo sucessivos cortes em sua nota pelas três principais agências de classificação de risco no mundo. Após o rebaixamento feito em 30 de setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu novamente a nota de risco de crédito do Brasil de BB+ para BB e, mais recentemente, em 11 de janeiro de 2018, rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil de BB para BB- com perspectiva estável, citando o atraso na aprovação de medidas fiscais que reequilibrem as contas públicas. Em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou a nota de risco de crédito do Brasil para um grau abaixo do grau de investimento, para Ba2, com uma perspectiva negativa, alterada em abril de 2018 para uma perspectiva estável. Em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção. Em 5 de maio de 2020, a Fitch manteve a nota de risco de crédito soberano do Brasil em BB negativo, mas revisou a perspectiva para negativa e apontou que a revisão reflete a deterioração das perspectivas econômicas e fiscais do país, e os riscos negativos tanto por conta da incerteza política quanto sobre a duração e intensidade da pandemia da COVID-19.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, afetar negativamente o preço das ações ordinárias da Companhia.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como o atual Coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de nossa emissão.

Surtos de doenças que afetam o comportamento das pessoas, como o atual Coronavírus (COVID-19), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos nossos resultados e nas ações de nossa emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos seus países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente podem ter um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como a COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto da COVID- 19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020. As ações de emissão da Companhia podem apresentar uma maior volatilidade, impactando os seus investidores de maneira negativa.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de nossa emissão, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das nossas operações no futuro em termos aceitáveis.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos Principais Riscos de Mercado

Além dos fatores de risco indicados no item “4.1 – Fatores de Risco”, a Companhia está exposta a diversos riscos de mercado. Os riscos de mercado mais significativos são: (i) risco de crédito; (ii) risco de liquidez; e (iii) risco de mercado. O programa de gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia não utilizou qualquer instrumento financeiro derivativo para se proteger de exposições a esses riscos.

Os riscos de mercado descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que atualmente podem afetá-la adversamente, de modo que riscos adicionais que a Companhia não conhece atualmente ou que considera irrelevantes neste momento também podem vir a afetá-la adversamente no futuro.

Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes às mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas, ou com componentes fixos, expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. No período corrente e nos últimos três exercícios, os empréstimos da Companhia eram, em sua maioria, vinculados à moeda nacional e às taxas variáveis com componentes fixos em reais.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica e avaliando as circunstâncias atuais e cenários futuros.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, sendo aceitos somente títulos de entidades de reputação no mercado financeiro.

Para clientes corporativos (pessoa jurídica), a área de Análise de Crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os parâmetros determinados pela diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para pessoas físicas são, substancialmente, liquidadas em dinheiro ou por meio das principais operadoras de cartões de crédito e financeiras existentes no mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotou um meio de pagamento próprio, denominado Tok Pay, no qual concede crédito a clientes para pagamento em até 12 vezes. A análise de crédito, e possui política determinada pela administração e sua exposição é acompanhada mensalmente.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de liquidez

Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas com crédito devido à qualidade das instituições financeiras e operadoras de cartões de crédito com quem a Companhia mantém operações e ao fato relacionado à concentração de vendas por meio de transações que não derivam riscos de crédito à Companhia.

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Saldos em 30 de setembro de 2020		(em milhões de R$)		
Fornecedores	20,1	60,4	-	80,6
Passivo de arrendamento	29,0	87,0	373,4	489,4
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	40,4	40,4
Empréstimos e financiamentos	72,3	216,9	-	289,2
Outras contas a pagar	6,1	18,3	-	24,4
	127,5	**382,6**	**413,7**	**923,9**

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	67,2	24,9	-	92,0
Passivo de arrendamento	23,7	71,1	322,4	417,2
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	39,1	39,1
Empréstimos e financiamentos	112,2	-	-	112,2
Outras contas a pagar	26,0	-	-	26,0
	229,0	**95,9**	**361,5**	**686,5**

O risco de liquidez surge da possibilidade de não podermos cumprir as nossas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O excesso de caixa é gerenciado pela nossa Tesouraria.

Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador em equivalentes de caixa e contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, foram definidos dois cenários diferentes. Como cenário provável foi considerado o valor contábil. A partir deste, foram calculadas variações de 25% (cenário 1) e 50% (cenário 2).

Para cada cenário foi calculada a “receita e despesa financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações.

Operações	Risco	a.a%	Valor contábil 30/09/2020	Provável	Cenário 1	Cenário 2
				Em milhões de R$		
Equivalentes de caixa	Queda do CDI	3,55%	197,3	7,0	5,3	3,5
Passivo por arrendamento	Aumento do IGP-M	17,94%	489,3	87,8	109,7	131,7
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	3,55%	289,2	10,3	12,8	15,4
Contas a pagar com partes relacionadas	Aumento do CDI	3,55%	40,4	1,4	1,8	2,2

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

(a) Índice CDI obtido através do site da B3 S.A.

Operações	Risco	% a.a. (a)	Valor contábil 30/09/2020	Cenário provável	Cenário 1	Cenário 2
Equivalentes de caixa	Queda do CDI	**5,96%**	**3,5**	**0,2**	**0,2**	**0,1**
Passivo de arrendamento	Aumento do IGP-M	**7,30%**	**417,2**	**(30,5)**	**(38,1)**	**(45,7)**
Empréstimos e financiamentos	Aumento do CDI	**5,96%**	**112,2**	**(6,7)**	**(8,4)**	**(10,0)**
Contas a pagar com partes relacionadas	Aumento do CDI	**5,96%**	**39,1**	**(2,3)**	**(2,9)**	**(3,5)**

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Nós e nossa controlada somos partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. Nossas provisões são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por nossos advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por nossos consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item, foram considerados individualmente relevantes processos em que nós e nossas controladas figuramos como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o nosso patrimônio ou negócios ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a nossa imagem.

Contingência Fiscais

Processo nº 0008709-91.2007.4.03.6100	
Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF-3
Instância	2ª instância
Data de instauração	27.4.2007
Partes no processo	Polo Ativo: Estok Com. e Representações Ltda. Polo Passivo: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 38.199.985,61
Principais fatos	Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de que seja reconhecido o direito da Companhia em excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, indevidamente recolhido nos últimos cinco anos. Os autos foram regularmente processados e, em 28.6.2007, foi proferida sentença que negou a segurança pleiteada. Contra essa decisão, foi interposto Recurso de Apelação, o qual teve seu provimento negado pelo TRF3. A Companhia interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário aos Tribunais Superiores. Foi proferida decisão da Vice-Presidência do Tribunal determinando a remessa dos autos à turma para aplicação da decisão proferida pelo STF no julgamento do RE 574.706/PR, em sede de repercussão geral. Em juízo de retratação, foi proferido acórdão dando provimento ao apelo da Companhia. Interposto Recurso Extraordinário pela União, requisitando o sobrestamento do feito até o julgamento definitivo do recurso paradigma. Em 21.2.2019, foi proferida decisão não admitindo o Recurso Extraordinário. Após ciência, a União interpôs agravo interno. Em sessão de 27.2.2020, o Órgão Especial rejeitou o agravo interno da União. Ainda é possível a interposição do recurso de agravo em recurso extraordinário pela União, levando a matéria à apreciação do STF.
Chance de perda	Remota
Impacto em caso de perda do processo	N/A

Processo nº 0000437-24.2017.4.03.6144	
Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF-3
Instância	2ª instância
Data de instauração	19.1.2017
Partes no processo	Polo Ativo: Estok Com. e Representações Ltda. Polo Passivo: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 58.600.776,59
Principais fatos	Mandado de Segurança impetrado para que seja (i) reconhecido o direito da Companhia de, excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, indevidamente recolhido nos últimos cinco anos; (ii) reconhecido o direito a restituição dos os valores eventualmente recolhidos a partir do ajuizamento da demanda; e (iii) reconhecido o direito à compensação dos créditos tributários relativos à inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, indevidamente recolhidos nos últimos cinco anos. Proferida sentença julgando procedente o pedido e deferindo a liminar. Interposta apelação pela União. Em 17.08.2018, proferida decisão monocrática que negou provimento à apelação e ao reexeme necessário. A União interpôs Recurso Extraordinário em 14.6.2020. Em 31.7.2020, foi proferida decisão determinando a suspensão do processo até o julgamento do *leading case* (RE 574.706/PR) pelo STF.
Chance de perda	Remota
Impacto em caso de perda do processo	N/A

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0003112-39.2010.4.03.6100	
Juízo	Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF-3
Instância	2ª instância
Data de instauração	12.2.2010
Partes no processo	Polo Ativo: Estok Com. e Representações Ltda. Polo Passivo: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 16.242.446,39
Principais fatos	Sentença que denegou a segurança foi confirmada por Tribunal em recurso de apelação. Interposto recurso especial e extraordinário pela Estok. Processo sobrestado até o julgamento de recurso com repercussão geral reconhecida em trâmite no STF sob o n° 677.725/PR. Protocolada petição requerendo a retificação de depósito judicial (13/2017). Protocolada petição requerendo, após a retificação do depósito, a conversão dos depósitos em renda sem a extinção do processo. Em 13.03.2019, foi juntada petição pela CEF informando sobre retificação do depósito judicial de 13/2017. Em 01/08/2019, a Estok, sem desistir do processo, requereu a conversão em renda em favor da União Federal dos depósitos judiciais vinculados a este processo, referentes às competências de 01/2010 a 13/2010, bem como de 04/2012 a 07/2018, pretensão esta que foi deferida, mantendo-se na conta judicial os demais depósitos. A Caixa informou ao juízo que efetuou a conversão dos depósitos de RAT/FAP em renda. No entanto, até o momento, a Receita Federal ainda não reconheceu a conversão dos depósitos em renda (PA nº 13896.720102/2020-10). Foram mantidos no processo os depósitos de 01/2011 a 03/2012 realizados a maior. Aguarda-se documentos da Estok para requerer o levantamento dos depósitos a maior e a conversão em renda dos demais depósitos. Aguarda-se julgamento do Recurso Especial e Extraordinário, sobrestados em razão do recurso paradigma 677.725. (Há um saldo de pagamento em 25/11/2019 de R$ 2.078.050,06 - sem atualização, do qual reduzindo-se o valor depositado a maior (principal sem juros) de R$ 941.659,69, deverá ser convertido em renda o montante aproximado de R$ 1.136.390,00 (o montante exato será calculado no momento da conversão e atualizado para fins de contingência passiva)
Chance de perda	Possível
Impacto em caso de perda do processo	N/A

Processo nº 0854557-68.2014.8.06.0001	
Juízo	4ª Vara das Execuções Fiscais da Comarca de Fortaleza – CE
Instância	1ª instância
Data de instauração	28.4.2014
Partes no processo	Polo Ativo: Estok Com. e Representações Ltda. Polo Passivo: Fazenda Pública do Estado do Ceará
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 20.324.874,92
Principais fatos	Ação Anulatória ajuizada com o objetio de cancelar os débitos de ICMS decorrentes dos Autos de Infração nº 201109123-0 e 201110784-5. Em decorrência do Auto de Infração que deu origem ao débito em discussão na presente execução fiscal, foi instaurada a Ação Penal nº 0871608-92.2014.8.06.0001, em face do Sr. Regis Edourard Alain Dubrule e da Sra. Ghislaine Therese de Vaulx Dubrule, na condição de administradores da Companhia, pela alegada prática de crimes contra a ordem tributária previstos nos art. 1º, incisos I, II e IV, da Lei 8.137/90 (vide item 4.4). Tutela antecipada parcialmente deferida para suspender a exigibilidade do crédito de ICMS supostamente devido nas operações anteriores, correspondente a 7% do valor da operação, mantendo ativo o resto da cobrança, correspondente a 10% do valor da operação (17% -7%=10%), bem como para determinar a substituição da dívida ativa objeto da execução fiscal vinculada a esta ação. Decisão determinando o apensamento da anulatória à Execução Fiscal nº 0863451-33.2014.8.06.0001, onde foi ofertada em garantia Apólice de Seguro Garantia no valor integral da dívida, a qual foi recentemente renova e aceita pelo juízo. Em 29.7.2020, os autos foram remetidos ao TJCE para resolução de conflito negativo de competência.
Chance de perda	Remota
Impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor da causa devidamente atualizado.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0524973-22.2015.8.05.0001	
Juízo	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – TJ/BA
Instância	2ª instância
Data de instauração	4.5.2015
Partes no processo	Polo Ativo: Estok Com. e Representações Ltda. Polo Passivo: Fazenda Pública do Estado da Bahia
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 43.790.836,20
Principais fatos	Ação Anulatória ajuizada com o objetivo de cancelar os débitos de ICMS decorrentes do Auto de Infração nº 129712.0005/13-2. Apresentada petição informando o trânsito em julgado da Anulatória nº 0149996-45.2009.8.05.0001, em que restou assegurado o direito da Companhia de não sofrer cobranças de ICMS, pelo Estado da Bahia, em relação a operações de venda cuja efetiva saída da mercadoria tenha ocorrido fora do Estado da Bahia. Em decorrência do Auto de Infração que deu origem ao débito em discussão na presente ação anulatória, foi instaurada a Ação Penal nº 0546671-79.2018.8.05.0001 em face do Sr. Regis Edourard Alain Dubrule, na condição de administrador da Companhia, pela alegada prática de crimes contra a ordem tributária previstos nos art. 1º, incisos I, II e IV, da Lei 8.137/90 (vide item 4.4). Em 07/05/2019, foi proferida sentença julgando procedente o pedido, para conhecer como inexigível o crédito tributário apurado no auto de Infração nº 129712.0005/13-2. Em 03.04.2020, o Estado da Bahia interpôs recurso de apelação. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação pelo TJ/BA.
Chance de perda	Remota
Impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor da causa devidamente atualizado.

Processo nº 16561-720.011/2018-21	
Juízo	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF
Instância	2ª instância administrativa
Data de instauração	25.6.2018
Partes no processo	Polo Ativo: Secretaria da Receita Federal do Brasil Polo Passivo: Estok Com. e Representações Ltda.
Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 305.497.465,95
Principais fatos	Auto de Infração lavrado para exigir débitos de IRPJ e CSL sobre glosas de despesas de amortização de ágio e juros, incorridas nos anos-calendário 2013 a 2015. Aos valores dos principais, foram acrescidos juros, multa de ofício qualificada de 150% e multa isolada de 50%. Foram indicadas 19 pessoas físicas e jurídicas como responsáveis solidários pelos créditos tributários. Em 25.6.2018, a Companhia apresentou sua Impugnação. Entre 27.6.2018 e 4.7.2018, os responsáveis solidários apresentaram suas Impugnações. Em 20.2.2019, a DRJ/BHE julgou as Impugnações apresentadas, tendo (i) afastado a responsabilidade solidária atribuída à Sarah Previdência, Regghi Participaçoes S.A., Paul Edouard Dubrule e Regis Edouard Alain Dubrule; e (ii) mantido as demais exigências. Em 10.4.2019, a Companhia apresentou Recurso Voluntário. Entre 30.4.2019 e 18.6.2019, os responsáveis solidários apresentaram seus Recursos Voluntários. Atualmente, aguarda-se julgamento dos Recursos apresentados pelo CARF.
Chance de perda	Remota (R$ 136.644.808,37) / Possível (R$ 168.852.657,58)
Impacto em caso de perda do processo	Caso a Companhia não obtenha êxito, estará sujeita ao pagamento do valor da causa devidamente atualizado.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3.

O valor total provisionado para os processos descritos no item 4.3 é de R$ 1.136.390,00, referente ao Processo nº 0003112-39.2010.4.03.6100, integralmente depositado em Juízo.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 – Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Processo nº 0871608-92.2014.8.06.0001	
Juízo	Vara de Crimes Contra a Ordem Tributária de Fortaleza/CE
Instância	1ª instância – Vara Comum
Data de instauração	22.1.2020
Partes no processo	Ministério Público do Estado do Ceará x Regis Edourard Alain Dubrule e Ghislaine Therese de Vaulx Dubrule
Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
Principais fatos	Trata-se de Processo Criminal instaurado a partir de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face dos Srs. Regis Edourard Alain Dubrule e Ghislaine Therese de Vaulx Dubrule, pela alegada prática de crimes contra a ordem tributária previstos nos art. 1º, incisos II e V, da Lei 8.137/90, por, na qualidade de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da empresa Estok Comércio e Representações S.A., no período de janeiro de 2007 a abril de 2011, supostamente suprimir Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Estado do Ceará, com fundamento nos Autos de Infração n.º 2011.09123-0 e 2011.10784-5, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará em 2011 no valor total de R$9.962.953,04, que apontou venda de mercadorias por conta e ordem entre a filial da Tok&Stok em Fortaleza/CE e o estabelecimento (centro de distribuição) da Tok&Stok no Estado de São Paulo. No momento, aguarda-se retorno de cartas precatórias expedidas à São Paulo para citação dos réus.
Chance de perda	Possível
Impacto em caso de perda do processo	O Processo Criminal por si só não gera responsabilidade criminal para a pessoa jurídica, bem como não gera contingência financeira. É possível que eventual condenação impacte a imagem e a reputação da Companhia. A pena prevista para os crimes apurados é de 2 a 5 anos de reclusão e multa. Em caso de condenação inferior a 4 anos de reclusão e inexistência de reincidência, é possível que a pena privativa de liberdade seja convertida em pena restritiva de direitos. Além disso, de acordo com o artigo 147, § 2º, da Lei 6.404/1976, é possível que seja levantada discussão sobre potencial mácula na reputação/aptidão dos condenados para o exercício de cargos na Companhia. Por fim, os crimes apurados comportam a extinção da punibilidade pelo mero pagamento do tributo. A extinção da punibilidade pelo pagamento tem os mesmos efeitos da absolvição, não ocasionando quaisquer registros contra os indivíduos.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Processo nº 0546671-79.2018.8.05.0001	
Juízo	1ª Vara Criminal Especializada da Comarca de Salvador/BA
Instância	2ª instância – Grau de Recurso
Data de instauração	6.8.2018
Partes no processo	Ministério Público do Estado do Ceará x Regis Edourard Alain Dubrule
Valores, bens ou direitos envolvidos	N/A
Principais fatos	Trata-se de Processo Criminal instaurado a partir de denúncia oferecida pelo Ministério Público em face do Sr. Regis Edourard Alain Dubrule, pela alegada prática de crimes contra a ordem tributária previstos nos art. 1º, incisos I, II e IV, da Lei 8.137/90, por, na qualidade de Presidente da empresa Estok Comércio e Representações S.A., no período de janeiro de 2008 a dezembro de 2012, supostamente suprimir Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Estado da Bahia, com fundamento no Auto de Infração nº 129712.0005/13-2, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, no valor total à época da lavratura de R$ 30.138.242,79, que apontou venda de mercadorias pela filial da Tok&Stok em Salvador/BA. Após oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, sobreveio decisão proferida pela 3ª Vara da Fazenda Pública de Salvador/BA nos autos da Ação Anulatória de Débito Fiscal nº 0524973-22.2015.8.05.0001, anulando o auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia e considerando inexigível o débito tributário em questão. Assim, em 18.11.2019, o réu apresentou Resposta à Acusação, requerendo o reconhecimento da atipicidade dos fatos ou, alternativamente, a suspensão do feito até o julgamento do recurso da decisão em questão, sujeita a reexame necessário. Em 27.11.2019, O Juízo Criminal decretou a suspensão da Ação Penal pelo prazo de 1 (um) ano, para aguardar trânsito em julgado da decisão anulatória do débito. Em 6.12.2019, o Ministério Público apresentou Recurso em Sentido Estrito (RESE) contra tal decisão, alegando independência entre as esferas criminal e tributária. No momento, aguarda-se apreciação e julgamento do RESE interposto pelo Ministério Público.
Chance de perda	Possível
Impacto em caso de perda do processo	O Processo Criminal por si só não gera responsabilidade criminal para a pessoa jurídica, bem como não gera contingência financeira. O Processo Criminal por si só não gera responsabilidade criminal para a pessoa jurídica, bem como, não gera contingência financeira. É possível que eventual condenação impacte a imagem e a reputação da Companhia. A pena prevista para os crimes apurados é de 2 a 5 anos de reclusão e multa. Em caso de condenação inferior a 4 anos de reclusão e inexistência de reincidência, é possível que a pena privativa de liberdade seja convertida em pena restritiva de direitos. Além disso, de acordo com o artigo 147, § 2º, da Lei 6.404/1976, é possível que seja levantada discussão sobre potencial mácula na reputação/aptidão dos condenados para o exercício de cargos na Companhia. Por fim, os crimes apurados comportam a extinção da punibilidade pelo mero pagamento do tributo. A extinção da punibilidade pelo pagamento tem os mesmos efeitos da absolvição, não ocasionando quaisquer registros contra os indivíduos.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Não houve valor provisionado referente aos processos indicados no item 4.4.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 – Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou sua controlada figurem como parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 – Processos Judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processos Trabalhistas	
Valores Envolvidos	R$ 22.418.126,00
Práticas que causaram tal contingência	Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui 282 processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista ativos, cujos pedidos principais repetitivos ou conexos, são listados abaixo: (i) reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedido de responsabilização solidária/subsidiária; (ii) reclamações trabalhistas de atuais e ex-colaboradores com pedidos relacionados a doença ocupacional; acidente de trabalho; jornada de trabalho como, por exemplo, horas extras, intervalos interjornada, intrajornada, adicional noturno, domingos e feriados; danos morais; assédio moral, dentre outros; (iii) ações coletivas envolvendo Ministério Público do Trabalho, para comprovação do cumprimento da legislação trabalhista, com pedido de danos morais coletivos, execução de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Além dessas ações judiciais, há também um Inquérito Civil e um TAC sobre o tema, detalhados no item 4.7.

4.6.1 – Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.6

Na data deste Formulário, nós havíamos provisionado o valor de R$ 11.040.629,50, referente às ações descritas no item 4.6 acima.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 – Outras contingências relevantes

Termo de Ajustamento de Conduta Trabalhista

Em 19.8.2003, a Companhia firmou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nº 220/2003 com o Ministério Público do Trabalho, através da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região (SP). Através desse TAC, a Companhia se comprometeu, por prazo indeterminado e relativamente a todos os seus empregados, a (i) conceder descanso semanal de 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos, (ii) conceder intervalo mínimo de 11 horas consecutivas entre duas jornadas, (iii) não prorrogar a jornada normal de trabalho além do limite de duas horas diárias, sem justificativa legal, e (iv) exibir documentos obrigatórios à autoridade fiscal. O descumprimento de qualquer obrigação enseja o pagamento de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais) por trabalhador prejudicado ou item descumprido. Descumprimento a esse Termo de Ajustamento de Conduta pode resultar na imposição de multas pelo Ministério Público do Trabalho, o que pode afetar adversamente nossa reputação e nossas condições financeiras.

Atualmente a Companhia está discutindo, no âmbito do Inquérito Civil nº 001769.2008.02.000/2, a imposição de multa por descumprimento no valor de R$ 245.944,00.

Inquérito Civil Trabalhista

A Companhia é parte de um Inquérito Civil (IC nº 000544.2019.02.002/0), em curso na Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região (SP), que busca investigar suposto assédio moral e tratamento discriminatório de empregadas mulheres e empregados com deficiência (PCDs). Esse Inquérito Civil foi instaurado em 16.5.2019 e a Companhia tem apresentado os documentos e esclarecimentos solicitados pela Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região (SP).

Caso o Ministério Público do Trabalho entenda que não houve descumprimento por parte da Companhia, o Inquérito Civil será arquivado. De maneira contrária, se o Ministério Público do Trabalho entender que houve descumprimento, poderá ser proposto Termo de Ajuste de Conduta ou ajuizada ação civil pública sobre o tema.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 – Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável, tendo em vista que possuímos sede no Brasil e nossos valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às nossas atividades, adotamos uma Política de Gerenciamento de Riscos, a qual foi formalmente aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 13 de outubro de 2020 ("Política de Gerenciamento de Riscos").

Além disto, adotamos também políticas formais complementares destinadas ao gerenciamento de nossos riscos, tais como Código de Ética e Conduta, Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses e o Regimento Interno do Comitê de Auditoria.

As nossas políticas e os regimentos internos de nossos órgãos e departamentos podem ser consultados em nosso *website* de relações com investidores: https://ri.tokstok.com.br.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

O objetivo de nossa Política de Gerenciamento de Riscos é estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades do nosso negócio, de forma a identificar e monitorar os riscos relacionados à Companhia ou seu setor de atuação.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

Estamos comprometidos com a dinâmica de gerenciamento de todos os riscos descritos nas Seções 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência, de forma a preservar e desenvolver nossos valores, ativos, reputação, competitividade e perenidade dos negócios.

Entre os principais riscos para os quais buscamos proteção, encontram-se os seguintes:

- Estratégico: são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade;

- Operacional: riscos relacionados à operação da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos, que tornem impróprio o exercício das atividades da Companhia. Podem se manifestar de diversas maneiras, como por exemplo, atos fraudulentos, interrupção do negócio, conduta incorreta de empregados, incapacidade produzir e/ou distribuir seus produtos nas condições e prazos estabelecidos, resultando em perdas financeiras, comerciais, multas fiscalizatórias e/ou impactos jurídicos e reputacionais;

- Financeiro: está associado à exposição das operações financeiras/contábeis da Companhia e confiabilidade do balanço patrimonial. Pode se materializar em decorrência da não efetividade na administração dos fluxos de caixa visando a maximização e a geração de caixa operacional, retornos das transações financeiras, captação/aplicação de recursos financeiros, possibilidade de emissão de relatórios financeiros, gerenciais e fiscais incompletos, não-exatos ou intempestivos, expondo a Companhia à multas e penalidades;

- Regulatório e/ou de *Compliance*: riscos relacionados ao cumprimento de normas e legislação, considerando leis aplicáveis ao setor de atuação, leis gerais, nacionais e internacionais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/ fiscal), acordos, regulamentos, estatuto, código de conduta e/ou demais políticas;

- Socioambiental: risco de perdas em consequência de efeitos negativos no meio-ambiente e na sociedade decorrentes de impacto ambiental, impactos em povos e comunidades nativas e proteção da saúde humana, de propriedades culturais e da biodiversidade; e

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

• Risco de Imagem: possibilidade de ocorrência de evento, geralmente ocasionado por outros riscos, que possa causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia, inclusive em razão da publicidade negativa, verdadeira ou não.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia foi elaborado à luz do disposto no "ISO 31000.2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos":

Processo de Avaliação:

A avaliação de riscos é realizada de acordo:

• identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;

• análise dos principais riscos suscetíveis de afetar os seus objetivos, por meio da determinação do grau de impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos, conforme matriz abaixo:

¶

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

• priorização e definição do limite (ou apetite) de cada risco que a Companhia e seus acionistas estão dispostos a correr na busca pelo retorno e geração de valor, classificando os riscos como de acordo com a matriz de priorização de riscos e as definições abaixo:

(a) **Risco Inaceitável**: Riscos são inaceitáveis e demandam ação gerencial prioritária para eliminar a componente de risco ou reduzir sua severidade e/ou frequência;

(b) **Risco Inesperado**: Riscos inesperados, com alto impacto e baixa frequência. Riscos devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer;

(c) **Risco Provável**: Riscos de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor do negócio – Foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos; e

(d) **Risco Aceitável**: Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

Tratamento:

Após a avaliação e devida classificação, os riscos devem ser tratados por meio de iniciativas definidas e implantadas pela Diretoria, com auxílio da área de gestão de risco da Companhia, de forma a adequar a exposição da Companhia aos limites do risco aprovado.

As ferramentas utilizadas no processo de tratamento dos riscos devem objetivar sua (i) eliminação; (ii) mitigação; ou (iii) transferência à terceiros .

Comunicação e Consulta

A comunicação e a consulta entre os colaboradores da Companhia, sobre riscos e seu gerenciamento, deve ocorrer de forma contínua, visando o compartilhamento de informações e melhorias nos processos de gerenciamento.

O processo de gerenciamento de riscos deve ser observado em todos os processos de tomada de decisão da Companhia, incluindo o planejamento estratégico, as decisões de investimento e a gestão de projetos, desde o momento em que são criados e ao longo de todo o seu desenvolvimento.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Monitoramento

A partir da identificação dos riscos, estes deverão ser monitorados de forma contínua, de acordo com a divisão de responsabilidades descrita no item (iii) abaixo.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Nosso gerenciamento de riscos é realizado por uma estrutura formada por diferentes órgãos, com as seguintes competências:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável por:

- aprovar as políticas, diretrizes, matriz/modelagem de risco, limites de exposição e impactos conforme apresentados pela Diretoria e recomendado pelo Comitê de Auditoria;

- fornecer à Diretoria, quando necessário, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta (visão do acionista) e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;

- avaliar, quando necessário, mudanças nos limites de exposição de riscos que tenham sido aprovados pela Diretoria; e

- avaliar a adequação da estrutura operacional e de controles internos para o gerenciamento de Riscos.

Diretoria

A Diretoria é responsável por:

- desenhar as diretrizes, matriz/modelagem de risco, determinando os limites de exposição, impactos, e a tolerância de exposição aos riscos;

- definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de riscos dentro da Companhia;

- definir, em conjunto com a área de gestão de risco, os planos de ação para mitigação dos riscos;

- supervisionar o processo de avaliação de riscos e monitorar a evolução da exposição aos riscos e os sistemas de gerenciamento de risco; e

- disseminar a cultura da gestão de risco em toda Companhia.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é responsável por:

- acompanhar as atividades da área de auditoria interna e da área de gerenciamento de riscos da Companhia;

- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

Gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos

Os gestores das áreas de negócio e responsáveis diretos pelos processos de gerenciamento de riscos, com reporte para a Diretoria, são responsáveis por:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- identificar e gerenciar os riscos das respectivas áreas de negócio e processos de acordo com os limites de riscos;

- comunicar, tempestivamente, à área de gerenciamento de riscos da Companhia, os eventos de risco apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos limites de risco; e

- implementar e acompanhar os planos de ação para mitigação de riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos.

Área responsável pela função de compliance

A Área responsável pela função de compiance, subordinada ao Comitê de Auditoria, é responsável por:

- monitorar a criação de novas leis e regulamentos aos quais a Companhia está ou possa vir a estar sujeita, bem como identificar fatos relevantes que possam influenciar as operações da Companhia, cabendo-lhe compartilhar tais fatos em reunião da diretoria para definição de plano de ação, se necessário;

- monitorar o cumprimento de leis e regulamentos aos quais a Companhia está sujeita e de eventuais situações, fatos, notícias que possam afetar as operações ou a imagem da;

- monitorar a tramitação de projetos envolvendo criação ou modificação de leis ou normativos e regulamentos emitidos por entidades governamentais, e seus efeitos, ainda que potenciais, sobre as atividades da Companhia, cabendo-lhe compartilhar a existência de tais mudanças em reunião da diretoria para definição de plano de ação;

- monitorar os efeitos jurídicos potenciais ou efetivos gerados pelas atividades da Companhia relacionados aos riscos socioambientais nas atividades da Companhia, cabendo-lhe compartilhar a existência de impactos negativos em reunião da diretoria para definição de plano de açãoo;

- quando for o caso, auxiliar o gestor de risco na implementação dos planos de ação da Companhia;

- implantar o código de conduta da Companhia, bem como, realizar a fiscalização do cumprimento das disposições de tal código, prestando esclarecimentos aos colaboradores sempre que necessário, e promovendo atividades para divulgação e treinamento dos colaboradores;

- avaliar e auxiliar os colaboradores na identificação de situações que representem ou aparentem representar um conflito de interesses;

- auxiliar as demais áreas da Companhia na celebração de contratos com fornecedores;

- receber denúncias encaminhadas pelo departamento de ouvidoria e instaurar e conduzir processos de investigação independente para sua apuração.

Área de Auditoria Interna

A área de auditoria interna da Companhia é responsável por:

- administrar o sistema de gerenciamento de Risco;

- fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;

- fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;

- apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;

- propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;

- supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes;

- acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;

- avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;

- cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;

- comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;

- assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos;

- aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;

- fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;

- apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e

- propor limites para exposição aos riscos à Diretoria.

As atribuições da área de auditoria interna são aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo as atividades da área reportadas ao Comitê de Auditoria.

(b) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Nossa administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Conforme informado na Seção 12.1, possuímos Comitê de Auditoria vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. Ademais, a Companhia divulga, anualmente, relatório resumido do Comitê de Auditoria contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração.

Na mesma linha, a nossa a área de auditoria interna tem estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo Comitê de Auditoria

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

ao menos uma vez ao ano.

Por fim, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 – Política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Não adotamos uma política formalizada específica para o gerenciamento de riscos de mercado, apesar de entendemos que os riscos aos quais estamos atualmente expostos não requerem a utilização de instrumentos complexos. A forma com que nossa administração atualmente gerencia esses riscos parece adequada ao nosso porte e complexidade de nossas atividades.

Não obstante, nossa área de gerenciamento de riscos gerencia constantemente tais riscos e passamos a adotar uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, conforme descrita na Seção 5.1 deste Formulário de Referência e que pode ser acessada no *website* ali indicado, que também é aplicável aos riscos de mercado.

(**b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado**

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais buscamos proteção, incluindo riscos de mercado, estão relacionados a todo e qualquer evento decorrente de incertezas ao qual estamos expostos e que possa impactar negativamente o alcance de nossos objetivos e de geração de valor.

Entre os principais riscos de mercado para os quais buscamos proteção, podemos indicar:

- Risco de taxas de juros: é o risco de mudanças nas taxas de juros decorre de empréstimos de longo prazo atrelados a taxas variáveis, sendo que tal modificação podem aumentar as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado;

- Risco cambial: é o risco que existe nas operações comerciais futuras e se dá, principalmente, em razão de importações com fornecedores estrangeiros para revenda;

- Risco de crédito: é a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com operadoras de cartão. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes, relacionados principalmente às vendas efetuadas por cartões de crédito; e

- Risco de liquidez consiste na eventualidade de não dispormos de recursos suficientes para cumprir com nossos compromissos em função dos diferentes prazos de realização/liquidação de nossos direitos e obrigações.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não possuímos uma política formal de contratação de instrumentos financeiros derivativos, pois não contratamos tais instrumentos.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não contratamos instrumentos para proteção patrimonial (*hedge*).

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

Buscamos mitigar os riscos de mercado aos quais estamos expostos por meio das seguintes práticas:

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

• Risco de taxas de juros: os valores de crédito tomados pela Companhia e suas controladas são irrelevantes economicamente na operação, de forma que a variação da taxa de juros não implica risco relevante. Adicionalmente a Companhia possui liquidez em caixa e equivalentes de caixa que são atrelados ao mesmo indexador dos juros das obrigações de crédito.

• Risco de crédito: grande parte das contas a receber são relacionadas principalmente às operações de cartão de crédito, que possuem um risco bastante reduzido, além de as operações serem pulverizadas e a cadeia envolvida na liquidação das operações de cartão de crédito mitigar o risco de inadimplemento.

• Risco de liquidez: a gestão prudente do risco de liquidez implica manter disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. A nossa administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*)

Nós não operamos instrumentos financeiros com objetivos especulativos.

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia segue os princípios adotados por normas de gestão de risco empresarial reconhecidas no mercado, como a ISO 31000:2009, a fim de avaliar e monitorar os riscos estatutários, tributários, estratégicos, operacionais, financeiros, e regulatórios aos quais a Companhia está exposta, proporcionando um mecanismo para priorização desses riscos e, consequentemente, uma ferramenta de direcionamento dos esforços para mitigar sua materialização, conforme descrita na Seção 5.1(b) deste Formulário de Referência.

Nossa área de gerenciamento de riscos é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos nossos processos de gerenciamento de riscos, sugerindo, quando necessário, alterações ao Conselho de Administração, à diretoria financeira e ao Comitê de Auditoria, que devem definir, em conjunto com a área de gestão de risco, os planos de ação para mitigação dos riscos, avaliando, quando necessário, mudanças nos limites de exposição, diretrizes e políticas.

Para mais informações a respeito das responsabilidades específicas e estrutura hierárquica de nossa estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos, veja a Seção 5.1(b)(iii) deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Nossa administração monitora e avalia se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos. Além disto, na data deste Formulário de Referência, possuímos um Comitê de Auditoria instalado, conforme prática recomendada pelo Novo Mercado, e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

Acreditamos que conseguimos monitorar os riscos inerentes às nossas atividades de forma eficaz e consideramos que nossa estrutura operacional e controles internos implementados são adequados para monitorar os riscos aos quais estamos expostos, bem como ao nosso porte e complexidade de nossas atividades.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 – Descrição dos controles internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Implementamos e mantemos práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos nossos acionistas maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações financeiras e demais informações contábeis e financeiras, além de possuirmos uma estrutura de controles internos alinhados à nossa estrutura organizacional, descrita na Seção 5.1 deste Formulário de Referência.

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, adotamos diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de nossas demonstrações financeiras.

Os processos e sistemas de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. Para isso, nosso processo consiste basicamente em avaliarmos periodicamente o potencial de impacto e probabilidade de ocorrência de tais riscos, considerando ainda os limites de risco que estamos dispostos a incorrer na busca por retorno e geração de valor. Os processos relacionados com nossa gestão de riscos de *compliance* encontram-se detalhados na Seção 5.4 abaixo.

Consideramos nossas práticas de controles internos eficientes e adequadas ao nosso porte e à complexidade de nossas atividades.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A estrutura organizacional da Companhia é composta por: Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Diretor Presidente e Diretoria Financeira, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme descrito abaixo:

Conselho de Administração:

O Conselho de Administração da Companhia toma decisões colegiadas, cuja vontade é expressa mediante deliberação e voto da maioria dos conselheiros, não conferindo a seus membros, isoladamente, qualquer atribuição na administração.

Dentre outras atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos, cabe ao Conselho de Administração:

- fixar as orientações gerais dos negócios da Companhia;
- aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital, o plano de negócios e o plano plurianual da Companhia;
- fiscalizar a gestão da diretoria e dos diretores;
- examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia;
- escolher e destituir auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria; e
- apreciar as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral.

Comitê de Auditoria:

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Atualmente, possuímos um Comitê de Auditoria que, nos termos de seu Regimento Interno, tem como principais atribuições:

- opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;

- avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

- acompanhar as atividades e prover diretrizes para a área de auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

- avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e

- possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Diretor Presidente:

Compete ao Diretor Presidente:

- coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todos os negócios e operações da Companhia;

- coordenar as atividades dos demais Diretores da Companhia e de suas controladas, observadas as atribuições específicas previstas no Estatuto Social da Companhia;

- aprovar a estrutura organizacional da Companhia;

- dirigir, no mais alto nível, as relações institucionais da Companhia;

- convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e

- desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

Diretoria Financeira:

Compete ao Diretor Financeiro:

- gerenciar e responder pelo controle orçamentário da Companhia;

- prover informações financeiras e gerenciais;

- responder pelo controle de fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos da Companhia;

- supervisionar as atividades jurídicas, de contabilidade e fiscais da Companhia; e

- gerenciar a expansão da Companhia.

Área de auditoria interna: compete à área de auditoria interna da Companhia:

- Aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança;

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- revisar e avaliar a eficácia, suficiência e aplicação dos controles contábeis, financeiros e operacionais;

- determinar a extensão do cumprimento das normas, dos planos e procedimentos vigentes;

- determinar a extensão dos controles sobre a existência dos ativos da empresa e da sua proteção contra todo tipo de perda;

- determinar o grau de confiança, das informações e dados contábeis e de outra natureza, preparados dentro da empresa;

- avaliar a qualidade alcançada na execução de tarefas determinadas para o cumprimento das respectivas responsabilidades; e

- avaliar os riscos estratégicos e de negócio da organização.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração da Companhia é responsável por: (i) estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras, verificar se operações estão em conformidade com as políticas e/ou regras definidas; (ii) monitorar permanentemente o cumprimento às leis, normas e regulamentos; e (iii) auxiliar os controles relacionadas às demonstrações financeiras e à gestão.

A estrutura de controles internos mencionada, aliadas às revisões e trabalho conjunto da Diretoria, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, além das aprovações individuais, colegiadas e consolidadas de todos os órgãos envolvidos, asseguram à administração da Companhia que suas demonstrações financeiras estejam livres de distorções relevantes.

Conforme informado na Seção 5.3(a) acima, o Comitê de Auditoria é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração da Companhia, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento, de caráter permanente e que avalia o grau de eficiência dos controles internos da Companhia.

O Comitê de Auditoria elabora, anualmente, relatório resumido de suas atividades, o qual é divulgado pela Companhia, contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração da Companhia. O Comitê de Auditoria é ainda responsável por receber queixas e denúncias de natureza sigilosa e confidencial, internas e externas, sobre qualquer assunto ligado às atividades por ele desempenhadas.

Anualmente, a Administração recebe carta de recomendação dos auditores independentes, conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Instrução CVM n° 308/99, propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório circunstanciado do auditor independente, nos termos do inciso II do artigo 25 da Instrução CVM nº 308/99, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, não apontou deficiências significativas ou fraquezas materiais sobre os controles internos da Companhia.

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos nossos controles internos.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração considera que os pontos de recomendação incluídos no relatório circunstanciado do auditor independente referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são relacionados a temas que na visão da Companhia não trazem riscos significativos para a operação ou que possa colocar em risco o processo de elaboração de nossas demonstrações financeiras. Não obstante, a administração vem tomando medidas no sentido de melhorar os controles e processos internos que, por ventura, tenham sido considerados no relatório de recomendações.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Programa de integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Possuímos um sistema de controles internos para monitorar nossos processos operacionais e financeiros, inclusive aqueles relacionados à gestão de riscos e de conformidade (*compliance*), que entendemos adequado ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

Tal sistema de controles internos está em constante aperfeiçoamento e é composto por diversos princípios, procedimentos e práticas efetivamente implementadas, dentre as quais destacam-se aquelas descritas em nosso Código de Ética e Conduta (conforme abaixo definido) que foi recentemente atualizado e reformulado, conforme detalhado a seguir.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Temos como princípios fomentar credibilidade, honestidade, integridade, ética, transparência, equidade, responsabilidade corporativa, respeito e excelência, devendo ser observados em qualquer atividade, local e situação por todos os colaboradores e terceiros.

Buscando desenvolver e aprofundar tais princípios, em 13 de outubro de 2020 o Conselho de Administração reformulou e atualizou nosso Código de Ética e Conduta, que estabelece como condutas inaceitáveis a promessa, recebimento ou autorização, direta ou indiretamente, de qualquer forma de suborno, com o objetivo de obter ou prover vantagem indevida em qualquer situação.

Entre os mecanismos existentes para garantir a aplicação e efetividade do Código de Ética e Conduta, mantemos todas as declarações financeiras, contas e livros para nos certificarmos que reflitam corretamente a natureza das transações e dos pagamentos.

Adicionalmente, de acordo com nosso Código de Ética e Conduta, todos os nossos colaboradores deverão firmar um Termo de Responsabilidade e Compromisso de Adesão, comprometendo-se a zelar pela aplicação de todos os dispositivos descritos no Código de Ética Conduta, bem como participar de treinamentos periódicos a respeito das principais práticas a serem observadas por todos.

Nossos riscos são reavaliados e nossas políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas constantemente de modo que nossa administração pode implementar mudanças e aperfeiçoamentos sempre que entender conveniente.

Por fim, junto com a reformulação de nosso Código de Ética e Conduta, nós aperfeiçoamos também nosso Canal de Ética, conforme descrito na Seção 5.4(b) deste Formulário de Referência.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Para o monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos interno de integridade, contamos com o nosso Comitê de Ética e com o nosso Canal de Ética.

O Comitê de Ética é independente e composto por pessoas de diferentes áreas como: Diretor-Presidente, Recursos Humanos, Jurídico, e outras posições rotativas da Diretoria que participam sob demanda. Seus membros têm o dever de manter, sob caráter de confidencialidade, as informações recebidas e todas as denúncias, sem exceção, garantindo o anonimato do denunciante.

5.4 - Programa de Integridade

Além disso, contamos com o Canal de Ética, por meio do qual podem ser realizadas denúncias de todo e qualquer indício de comportamento incompatível com o nosso Código de Ética e Conduta, situações que envolvam suspeitas de fraudes, corrupção, desvios éticos de condutas, atos ilícitos, entre outros. O Canal de Denúncias também pode ser utilizado em casos de dúvidas sobre o Código de Conduta.

Entendemos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes de governo.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Na data deste Formulário de Referência, possuímos um Código de Conduta, formalmente aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 13 de outubro de 2020.

• *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados*

Nosso Código de Ética e Conduta deve ser observado em qualquer local e situação por todos os nossos empregados, administradores e outros colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços no relacionamento com seus diferentes públicos e partes interessadas.

• *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema*

O Código de Conduta estabelece que devemos propiciar treinamentos periódicos a todos os nossos colaboradores, a respeito das principais práticas a serem observadas por todos e a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Ética e Conduta.

• *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

Quaisquer violações ao Código de Ética e Conduta, as políticas e/ou a legislação e regulamentação aplicável, por parte de qualquer dos nossos colaboradores, poderão ter consequências graves para os envolvidos, para a companhia e para a própria sociedade. Quando comprovado o desvio, aplicaremos medidas compatíveis com a gravidade dos fatos, que podem ser desde o recebimento de advertência ou suspensão até sanções mais graves, como demissão, rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços, acordos de parceria comercial, entre outras.

Além disso, os casos que envolvam conduta ilícita poderão ser encaminhados para as autoridades competentes, tornando os responsáveis sujeitos a processo administrativo, civil ou criminal.

A aplicação de medidas disciplinares como advertência verbal e/ou escrita, suspensão, demissão por ou sem justa causa ou término do contrato de trabalho, será definida pelo nosso Comitê de Ética de acordo com a gravidade da infração.

A aplicação de uma sanção não depende de outra, sendo possível, por exemplo, a demissão por justa causa sem necessidade de advertência anterior, nos termos da legislação aplicável.

Por fim, a utilização da esfera disciplinar interna não visa limitar a efetivação de medidas legais cabíveis para reparar qualquer dano provocado à Tok&Stok ou aos nossos clientes, os quais poderão tomar as medidas cabíveis para eventual ressarcimento inclusive pecuniário, se for o caso.

• *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

5.4 - Programa de Integridade

O Código de Ética e Conduta foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2020 e pode ser consultado no nosso website: https://ri.tokstok.com.br.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Possuímos canal para acolher denúncias caso haja suspeita de uma possível violação a uma lei, a um regulamento ou a um padrão ético da Tok&Stok.

• *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

O canal de denúncias é interno e está a cargo de terceiros, sendo endereçadas as denúncias em caráter confidencial, segura, sigilosa, exceto nas situações em que tenhamos obrigação legal de informar aos órgãos e autoridades governamentais e, se do interesse do denunciante, de forma anônima.

• *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

O acesso ao Canal de Denúncias é gratuito e pode ser utilizado tanto por nossos colaboradores quanto por possíveis fornecedores, parceiros, prestadores de serviço e representantes comerciais, através do formulário on-line disponível em nossa Intranet no endereço www.contatoseguro.com.br/tokstok ou pelo telefone 0800 800 8020.

• *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé*

O Código de Ética e Conduta estabelece que todas as denúncias realizadas por meio do canal adequado possuem garantia de sua confidencialidade e anonimato, bem como que em nenhuma hipótese haverá retaliação pelo encaminhamento de dúvidas ou denúncias de violação ao Código de Ética e Conduta.

• *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

Eventuais investigações a respeito de denúncias apresentadas e de potenciais irregularidades ou violações ao Código de Ética e Conduta deverão ser realizadas pelo nosso Comitê de Ética e Conduta, cujas atribuições, bem como tratamento de apuração de denúncias está descrita em nosso Código de Ética e Conduta.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Em processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, contamos com o auxílio de assessores jurídicos e financeiros para realização de processos de *due-diligence* nas eventuais companhias envolvidas com o intuito de obter um *valuation* e mapear os eventuais riscos aos quais tais sociedades estariam expostas. Os assessores jurídicos e financeiros também auxiliam na recomendação de estrutura de operação mais adequada para cada processo envolvendo a Tok&Stok.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável. Conforme detalhado neste item 5.4, possuímos regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública que entendemos adequadas ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo.

5.5 - Alterações significativas

5.5 – Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

A natureza dos principais riscos que estamos expostos não sofreu alterações significativas ao término de 30 de setembro de 2020. Entretanto, o cenário tornou-se ainda mais desafiador, dada a reduzida previsibilidade do mercado e o prolongamento ainda indefinido das medidas de restrição à circulação de pessoas, impostas pelas autoridades governamentais como resposta à COVID-19, o que gera maiores incertezas nos indicadores operacionais. Para maiores informações acerca dos impactos causados nas operações da Companhia pela COVID-19, bem como as medidas por ela tomadas, vide o disposto nos itens 4.1, 7.1, 10.1, 10.2, 10.8 e 10.9 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 – Outras inf. Relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que julgamos relevante em relação ao nosso gerenciamento de riscos de mercado e controles internos que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	20/10/1977
Forma de Constituição do Emissor	Constituição sob a forma de sociedade limitada
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 – Breve Histórico

Nossa história teve início em 1978, quando, motivados pela criação e comercialização de produtos com design, acessíveis ao mercado e disponíveis para pronta entrega, o casal Régis e Ghislaine Dubrule fundou a Tok&Stok na cidade de São Paulo. Desde então, implementou-se um conceito que acreditamos ter sido inovador no Brasil: vender um produto desmontável, simples, exposto em ambientações que permitem a combinação com outros produtos e acessórios. Sendo assim e inspirado em tendências de design mundiais, no final da década de 70, acreditamos que a Tok&Stok dialogava com o que havia de mais contemporâneo no mundo do comércio varejista de móveis e acessórios para a casa.

No começo, além da Linha *Innovator (marca sueca fundada em 1969)*, comercializávamos outras duas linhas de móveis: a Linha de Bambu e a Linha de Madeira Clara – ambos materiais brasileiros, mas com um tratamento estético modular, que remetia também aos móveis escandinavos. Para nós, o móvel deve ser um suporte para que os mais diversos tipos de pessoas se expressem, por meio de uma multiplicidade de estilos e artefatos. Portanto, a valorização do design e da boa forma sempre foi um “mantra” da Companhia.

A primeira loja Tok&Stok foi inaugurada em fevereiro de 1978, na Avenida São Gabriel, na cidade de São Paulo, em um espaço de 80m^2, sofrendo expansões constantes e necessitando aumentar o espaço em 600m^2 logo no primeiro ano, devido ao crescimento da coleção. A Tok&Stok utilizou o que para uns seriam empecilhos, como tubulações e estruturas aparentes, como uma característica jovem da arquitetura de suas lojas. Dessa maneira, procurou ser reconhecida como a loja do toque e do estoque. O toque, por causa das ambientações e acessórios e o estoque porque permitia ao cliente retirar suas mercadorias no ato da compra.

No ano seguinte, em 1979, inauguramos nossa segunda loja, dessa vez no Rio de Janeiro, na Barra da Tijuca. Em março de 1980, nossa terceira loja, localizada no bairro Ibirapuera em São Paulo, foi inaugurada.

Com o crescimento das vendas dos produtos da Companhia, em 1981 inauguramos nosso primeiro depósito e elaboramos nosso primeiro catálogo de produtos.

A evolução da Tok&Stok é acompanhada pela integração dos diversos protagonistas envolvidos na sua complexa cadeia de valor: fornecedores, designers, funcionários e consumidores. De forma a garantir o design inovador, a contemporaneidade e a qualidade dos nossos produtos, desenvolvemos, gerenciamos e atualizamos constantemente a nossa cadeia de produção. Isso significou ensinar e ajudar nossos fornecedores a se desenvolverem para mantermos nosso protagonismo e exclusividade no mundo de móveis e acessórios no Brasil.

Nossos principais marcos são:

- 1987: lançamento da coleção Disform e intensificação das parcerias com designers nacionais e internacionais (Guilherme Bender, Phillipe Starck, Marcelo Rosembaum, Fernando Jaeger, Michel Arnoult, Caros Motta, Joana Lira).

- Surgimento do conceito do “Café Design”: espaço criado inicialmente nas lojas de Pinheiros e Lar Center para disponibilizar aos clientes uma refeição rápida ou uma parada para um café, com grande efeito positivo para a divulgação dos interiores das lojas, tendo em vista que muitos clientes entraram na loja para ir ao café e acabavam tendo contato com todos os produtos disponibilizados.

- Criação do setor “Tok&Stok SOFT”, especializada em produtos de cama, mesa e banho para a casa.

- 1989: lançamento da linha de produtos *Garden*, criando nossos primeiros produtos de jardim.

6.3 - Breve Histórico

- 1992: lançamento da linha de produtos "*Office*", criando nossos primeiros produtos voltados para escritórios.

- 1994: A Companhia recebeu o prêmio "Marketing Best"[1].

- 1996: início da operação de telemarketing "*Tok&Stok Direct*", com a implementação de vendas pelo telefone e serviço de retaguarda de vendas por e-mail

- 1998: inauguração do nosso primeiro site institucional.

- 2001: lançamento do primeiro canal de vendas pela internet.

- 2004: instituição do selo de garantia de 2 anos contra defeitos de fabricação, ratificando o compromisso com a qualidade dos produtos, confiabilidade com seus fornecedores e bom relacionamento com seus clientes.

- 2008: inauguração da "Tok&Stok *Compact*": formato compacto de lojas e que oferece toda coleção de acessórios e objetos de decoração para a casa ou escritório em sistema self-service, em conjunto com o sistema de venda de móveis pelo site e ao serviço de Lista de Casamento.

- 2012: Aquisição por The Carlyle Group de 60% da Companhia.

- 2013: lançamento do "*Design Book*", revista online com conteúdo e formato inovadores, com a presença de textos, fotos, áudios e vídeos, através de editoriais chamados Design, Tudo em Cima, Tok Especial, Pelo Mundo, Reforma Rápida, Casaterapia, entre outros.

- 2016: abertura da 50ª loja da Tok&Stok, em Porto Alegre, no Shopping Iguatemi.

- 2020: lançamento da marca TKSolution como laboratório de inovação, transformação digital e marca empregatícia.

[1] Desde 1988, a Editora Referência confere, anualmente, o prêmio Marketing Best com o objetivo de aprimorar, promover e difundir a utilização da ideologia das empresas de sucesso – o marketing - e todo suas ferramentas, mediante o reconhecimento e valorização de iniciativas emblemáticas e inspiradoras.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 – Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia fundado em valor relevante.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

Visão Geral

Acreditamos ser a marca de referência ("*lifestyle brand*") para móveis e acessórios no Brasil. Acreditamos que mais do que operar como um varejista tradicional, vendemos design, *lifestyle* e experiência. E esse tem sido o nosso foco há mais de 40 anos. Com o maior nível de *awareness*[1], no país, somos a maior[2] e entendemos que somos a mais reconhecida empresa de móveis e acessórios de decoração para casa para o público A e B no Brasil, nos considerando líder absoluto no setor. Nossa missão é possibilitar que nosso cliente mobilie e decore seu espaço com design, inovação e qualidade, de uma forma simples e prática, graças ao nosso modelo *one-stop-shop*, e com excelente custo benefício.

Somos o resultado de um legado rico e duradouro. Fundada há mais de 40 anos pelo casal de empreendedores Régis e Ghislaine Dubrule, a Tok&Stok foi criada para trazer inspiração, inovação, excelente custo benefício e estoque a pronta entrega na jornada de compra de móveis e acessórios. Partindo de uma pequena loja na Avenida São Gabriel em São Paulo, a Tok&Stok evoluiu e, na nossa visão, se tornou a marca dominante de móveis e acessórios no Brasil, com atualmente 59 lojas em 4 formatos diferentes. Nossa trajetória de crescimento se acelerou nos anos 2000 e culminou no investimento do The Carlyle Group em 2012 e a profissionalização do time de gestão a partir de 2017. Nossos últimos anos têm sido marcados pelo maior foco em eficiência e rentabilidade e pela transformação digital, que acelerou a participação de vendas online de 5% da nossa receita líquida no exercício de 2017 para mais de 24% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, conforme observado na imagem abaixo.

Somos uma marca sólida no mercado brasileiro.

Acreditamos que nossa proposta de valor é única e atende às aspirações dos nossos clientes. Em comparação a outros varejistas (lojas físicas tradicionais, e-commerce especializados ou lojas de departamento), nós acreditamos ser a marca com a melhor experiência omnicanal, maior variedade de produtos com curadoria e design exclusivo e melhor jornada de compra. Somos uma empresa DTC (Direct-to-Consumer) vendendo produtos únicos, com a nossa marca e por meio de nossos canais próprios, isso permite que tenhamos uma estrutura verticalizada e integrada para melhor atender as

[1] De acordo com pequisa Kantar – Tracking Decora realizada no período de novembro de 2019 a fevereiro de 2020.
[2] Em termos de receita bruta no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, com base nas informações publicadas pela Euromonitor International Limited

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

necessidades dos nossos clientes e garantir maior vantagem competitiva em relação aos competidores.

Nossa marca apresenta o maior nível de *awareness*[1], lealdade do setor voltado para o nosso público e melhor nota no Reclame aqui (tanto na loja digital quanto física) e se diferencia por ser uma marca em que o brasileiro confia, com a qual se identifica e que tem orgulho de ter em seu lar. Acreditamos que a construção da marca Tok&Stok é resultado da qualidade do produto e experiência de loja, reforçada pela nossa posição que acreditamos ser na vanguarda das tendências de móveis e acessórios e pelo nosso comprometimento com elevados níveis de serviço com o nosso consumidor.

Nossos produtos são os protagonistas do nosso modelo de negócios. Nosso sortimento é composto por mais de 10.000 SKUs, sendo 75% deles exclusivos e quase todos comercializados sob a marca Tok&Stok. Nossos produtos evoluem e acompanham as mais atualizadas e variadas tendências de design, remetendo às principais tendências internacionais adaptadas ao mercado brasileiro e contando com uma equipe composta por mais de 100 profissionais responsáveis por sua curadoria e aprimoramento. 5% dos nossos SKUs são renovados mensalmente e aproximadamente 16% das vendas dos últimos 12 meses findos em 30 de setembro de 2020 vieram desses novos SKUs. Atualmente, trabalhamos com mais de 900 fornecedores que produzem de acordo com os nossos padrões de qualidade e design os móveis e acessórios para casa inovadores e de alta qualidade que oferecemos aos nossos clientes.

Focamos em capturar tendências e estilos inovadores para implementá-los na concepção, desenvolvimento e criação de móveis e itens de decoração, o que se traduz em itens com designs originais a um melhor custo-benefício para nossos clientes. Em nossas lojas (físicas e online), criamos para nossos clientes ambientes que oferecem ampla variedade de estilos, gostos e preços, na busca a incentivá-los a expressar o seu próprio estilo.

Nossos produtos são desenvolvidos levando como base nas seguintes nove macrotendências:

Contamos com a parceria de longo prazo com mais de 150 designers e arquitetos e um time interno de design com mais de 25 anos de experiência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Nossas vendas são realizadas através do nosso e-commerce e de nossas lojas físicas, adotando o conceito de *one-stop shop* (ou seja, oferecemos uma proposta comercial em que o cliente consegue mobiliar e decorar sua casa com apenas uma única visita a qualquer um dos nossos múltiplos canais). Estamos presentes em toda a jornada do nosso consumidor e somos muito bem avaliados por eles. Nosso NPS ("Net Promoter Score") tem se mantido em nível superior a 80 desde 2019. Mais de um quinto dos nossos clientes são recorrentes (considerando aqueles que compraram mais de 4 vezes nos últimos 24 meses). Possuímos a melhor avaliação no Reclame Aqui de 8,0 em 30 de setembro de 2020, considerando a média dos últimos 6 meses, comparado à média de 6,5 de potenciais competidores dos setores de móveis e acessórios para casa.

Nossa jornada sempre foi orientada aos nossos clientes e omnicanal. Acreditamos que ocupamos uma posição de vanguarda no mercado brasileiro, a qual se traduz nos produtos e no desenvolvimento dos nossos canais de venda, em especial na estratégia de atuação em uma plataforma de múltiplos canais de venda (omnicanal). A omnicanalidade é elemento central da experiência de compra desenvolvida de forma visionária pelos nossos fundadores desde a inauguração da Tok&Stok, em 1978, ano de inauguração da Tok&Stok.

Nos mantemos atentos e buscamos nos atualizar à nova jornada dos nossos clientes, desenvolvendo soluções de integração aos múltiplos canais. Após a implementação do conceito de corredor infinito já na nossa inauguração em 1978, lançamos o atendimento via telemarketing em 1996 e cinco anos depois já possuíamos vendas por *e-commerce* e possibilidade de consultar os estoques *online*. Em 2017, expandimos nosso canal digital para comercialização de acessórios. Mais recentemente, integramos aos nossos canais os serviços de retirada em loja ("*pick-up in store")*, a partir de 2019, e drive-thru, atendimento via WhatsApp e pagamentos por link, a partir de 2020. Em setembro de 2020 lançamos um aplicativo que permite ao cliente realizar um processo completo de compra e interações de pós-venda com a Tok&Stok, além de oferecer funcionalidades, como a opção de realidade aumentada, que permitem ao cliente fazer a melhor seleção possível dos produtos.

Reflexo disso, durante o período de 9 meses encerrado em 30 setembro 2020, 18% dos nossos clientes já são omnicanal, e 35% dos nossos clientes visitam o nosso site antes de ir para as lojas físicas, de acordo com uma pesquisa com aproximadamente 1.200 mil clientes e 785 entrevistas nas nossas lojas físicas em dezembro de 2018, e 73% vão às lojas físicas antes de comprar no nosso site de acordo com a mesma pesquisa. Entre novembro de 2019 a fevereiro de 2020, 23% das nossas vendas online terminaram nas nossas lojas físicas através do pick-up in store (venda online de produtos que estão no estoque da loja) ou do click&collect (venda online de produtos que estão no centro de distribuição e são encaminhados às lojas para serem entregues). Nossos clientes omni são mais rentáveis por possuírem uma frequência de compra e um ticket médio de 4,1x nos últimos

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

24 meses e R$579,00 respectivamente, comparado com uma frequência de 2,7x e um ticket médio de R$523,00 do nosso cliente médio. Nos nove meses findos em 30 de setembro de 2020, nosso canal digital representou 24% da nossa receita líquida, comparado com 11% em 2019, 7% em 2018 e 5% em 2017, e com patamares de rentabilidade equivalentes aos que obtemos nas vendas em nossas lojas físicas.

Acreditamos ser líder absoluto no Brasil, resultado de uma performance financeira sólida e em crescimento. No exercício social findo em 31 de dezembro 2019, atingimos receita líquida de R$1.201,6 milhões (63% em venda de móveis e 37% em acessórios de decoração), um EBITDA Ajustado de R$150,6 milhões e um Lucro Líquido Ajustado de R$88,8 milhões, vide item 3.2 deste Formulário de Referência. Acreditamos que nos destacamos pela nossa performance nos canais digitais, em que tivemos um crescimento de receita bruta de 68% em 2019, quando comparado com 2018. Nos nove meses findos em 30 de setembro de 2020, 18% dos clientes eram omni e realizaram compras online e em nossas lojas, 24% das vendas foram feitas online e as vendas no nosso canal digital apresentaram crescimento de 69%.

Seja através dos canais físicos ou digitais, acreditamos que a Tok&Stok vem sempre acompanhando as novas tendências e estilos que emergem no Brasil e no mundo. Móveis e acessórios de decoração são elementos centrais, que acompanham os momentos de mudança na vida dos nossos clientes, e somos especializados nisso. Acreditamos, assim, que estamos em posição privilegiada para continuar crescendo em nosso mercado de atuação, e que nosso crescimento ocorrerá de forma orgânica ou através de novas ocasiões de consumo e será favorecido por nossa capacidade de desenvolver novos conceitos e atualizar concepções já existentes. Neste momento em que a casa adquire um papel ainda mais importante no bem-estar das pessoas, estamos unicamente posicionados para continuar a encantar nossos clientes.

Principais Informações Operacionais e Financeiras

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

Principais Informações Operacionais e Financeiras

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

Dados Financeiros

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
	(em R$ milhões, exceto percentuais)				
Receita Líquida	668,1	872,4	1.201,6	1.124,6	1.029,6
Lucro (Prejuízo) Líquido	(50,1)	32,2	53,5	73,0	(12,8)
EBITDA [(1) (3)]	39,5	136,9	192,7	130,0	33,7
EBITDA Ajustado [(2) (3)]	8,5	109,7	150,6	149,9	96,6
Margem EBITDA [(4)]	5,9%	15,7%	16,0%	11,6%	3,3%
Margem EBITDA Ajustada [(5)]	1,3%	12,6%	12,5%	13,3%	9,4%
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado [(3) (6)]	(11.6)	61,4	88,8	76,1	20,8

(1) O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) é uma medida não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada ("Instrução CVM 527"). O EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido do período/exercício, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social e da depreciação e amortização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, o resultado da Companhia foi impactado pela adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. Na adoção de tal norma a Companhia optou pelo método retrospectivo modificado, não reapresentando os exercícios anteriores. Desta forma, as informações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção desta norma, portanto, não são comparáveis com as informações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Para reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA, vide seção 3.2 deste Formulário de Referência;

(2) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA ajustado por (i) pagamentos de passivo de arrendamento, (ii) ajuste a valor presente das vendas e compras a prazo, (iii) despesas extraordinárias decorrentes da mudança do centro de distribuição e gastos com projeto logístico, (iv) despesas relativas à contratação da Domus, (v) despesas (reversão) de opções e bônus de subscrição relativa a pagamento baseado em ações dos executivos da

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Companhia e da Domus, e (vi) despesa com parcela sob condição suspensiva relativa a contas a pagar com partes relacionadas. Para reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA Ajustado, vide seção 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) EBITDA, o EBITDA Ajustado e o Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não devem ser consideradas como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro (prejuízo) líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto ao fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e o Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado não possuem significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes divulgadas por outras companhias.

(4) A Margem EBITDA é calculada por meio da divisão do EBITDA pela receita líquida.

(5) A Margem EBITDA Ajustado é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

(6) O Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado é calculado pelo Lucro (Prejuízo) Líquido ajustado por: (i) despesa de juros sobre arrendamentos reconhecida no resultado financeiro e a despesa de amortização do direito de uso deduzidas dos pagamentos de arrendamentos, decorrentes da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2), (ii) despesas extraordinárias decorrentes da mudança do centro de distribuição e gastos com projeto logístico, (iii) despesas relativas à contratação da Domus, (iv) despesas (reversão) de opções e bônus de subscrição relativa a pagamento baseado em ações de executivos e da Domus, (v) despesa com parcela sob condição suspensiva relativa a contas a pagar com partes relacionadas, e (vi) efeito tributários considerando a alíquota vigente de 34% sobre os ajustes anteriores, exceto pela despesa com parcela sob condição suspensiva relativa a contas a pagar com partes relacionadas, considerada indedutível e que, desta forma, não possui impacto tributário. Para reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado, vide seção 3.2 deste Formulário de Referência

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
	(em R$ milhões, exceto percentuais)				
Receita Líquida	668,1	872,4	1.201,6	1.124,6	1.029,6
Lucro (Prejuízo) Líquido	(50,1)	32,2	53,5	73,0	(12,8)
EBITDA (1) (3)	39,5	136,9	192,7	130,0	33,7
EBITDA Ajustado (2) (3)	8,5	109,7	150,6	149,9	96,6
Margem EBITDA (4)	5,9%	15,7%	16,0%	11,6%	3,3%
Margem EBITDA Ajustada (5)	1,3%	12,6%	12,5%	13,3%	9,4%
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado (3) (6)	(11.6)	61,4	88,8	76,1	20,8

	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
	(em R$ milhões, exceto percentuais)			
Dívida Bruta (1) (3)	289,2	112,2	111,5	112,9
Caixa e equivalentes de caixa	(198,5)	(12,4)	(15,5)	(4,8)
Dívida Líquida(1)	90,7	99,8	96,0	108,1
Dívida (Caixa) Líquido Ajustado (2)	(139,7)	(194,2)	(217,0)	(138,6)

(1) A Dívida Bruta refere-se ao total de empréstimos e financiamentos.

(2) A Dívida (Caixa) Líquido Ajustado é calculada a partir do saldo de Dívida Líquida, acrescentando: (i) saldo de contas a pagar com partes relacionadas e (ii) saldo de parcelamento de impostos, e deduzido pelo saldo de contas a receber de cartões de crédito, passíveis de venda ou desconto. A Dívida (Caixa) Líquido Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BRGAAP e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, e não possui um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida (Caixa) Líquido Ajustado de maneira diferente da utilizada pela Companhia. Para reconciliação da Dívida (Caixa) Líquido Ajustado, vide seção 3.2 deste Formulário de Referência

Dados Operacionais

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
Informações Operacionais	*(em R$ milhões, exceto percentuais)*				
Número de Lojas (fim do período)	59	57	59	55	55
Crescimento das vendas mesmas lojas - *Like-for-Like* (L4L) (1)	(23%)	6%	4%	5%	1%
Participação do Canal Digital	24%	11%	11%	7%	5%
Crescimento do *e-commerce*	69%	94%	68%	47%	6%

(1) Vendas mesmas lojas – Like for Like (LFL) são vendas realizadas nas lojas físicas comparáveis e no *digital*.
(2) Participação do canal digital representa a porcentagem de vendas realizadas através dos canais digitais no total de receita líquida da companhia.

Nossas Vantagens Competitivas

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Acreditamos que as seguintes vantagens competitivas nos diferenciam dos concorrentes e contribuem para nosso sucesso:

Dinâmica positiva de um setor ainda fragmentado

O mercado total de móveis, acessórios de decoração e utensílios domésticos no Brasil representa R$90 bilhões em receita em 2019, segundo o IEMI, e cresce anualmente a 2,1x o PIB em termos reais3. O sub-segmento de lojas especializadas de móveis e acessórios de decoração do varejo no Brasil representa R$36 bilhões em receita em 2019, e, incluindo o mercado de móveis sob medida, temos um sub-segmento, em 2019, de R$51 bilhões em termos de receita, segundo dados do Euromonitor em 2020. Nesse mercado altamente pulverizado, os 5 principais players somam 3% (segundo a Euromonitor) do market share (considerando o mercado total segundo o IEMI em 2019), enquanto em outros segmentos do varejo no Brasil como vestuário e calçados, saúde e beleza, e alimentos, somam 22%, 26% e 29%, respectivamente, segundo a Euromonitor.

As classes sociais que mais consomem no setor em que estamos inseridos são as classes A até C1, que são nosso público-alvo e representam, segundo o *IPC Maps, Furniture and Home Decor em 2020*, mais de 67% dos gastos com móveis e acessórios de decoração no Brasil.

Adicionalmente, acreditamos que o mercado brasileiro de móveis é bastante fechado, com importações representando 3,0% de penetração no setor. Ainda, acreditamos que os elevados custos de importação e a complexidade logística limitam a possibilidade de entrada de concorrentes estrangeiros no setor de móveis, razão pela qual não acreditamos em uma interferência internacional no mercado brasileiro no curto e médio prazo. Acreditamos que a dificuldade de entrada de novos concorrentes, em conjunto com a alta fragmentação do setor varejista de móveis e acessórios de decoração, é uma grande oportunidade de crescimento para nós.

Conceito de lojas físicas diferenciado para comercialização de móveis e acessórios de decoração no Brasil.

Nossas lojas estão distribuídas por todas as regiões do Brasil, se beneficiando de um know how acumulado nos mais de 40 anos desde a nossa fundação.

Em 30 de setembro de 2020, nossas 59 lojas físicas estavam presentes em 21 Estados e 36 cidades, incluído o Distrito Federal, e em todas as regiões do Brasil. A distribuição das nossas lojas se dá estrategicamente conforme o Produto Interno Bruto (PIB) nacional, razão pela qual nossa concentração se dá principalmente na região Sudeste, a mais rica do país. A distribuição geográfica de nossos pontos de venda é a seguinte: 54% na região Sudeste, 20% na região Nordeste, 15% na região Sul, 9% no Centro-Oeste e 2% na região Norte:

Nossa operação de lojas está dividida em 4 formatos:

- Lojas *Flagship* com mais de 6 mil m^2, oferecendo o nosso sortimento completo, localizadas exclusivamente em São Paulo e Rio de Janeiro;

- Lojas *Megastore* com tamanho entre 2 e 6 mil m^2, concentradas nas principais regiões metropolitanas do Brasil, oferecendo sortimento extenso de móveis e acessórios de decoração;

- Lojas *Standard* com tamanho entre 1 e 2 mil m^2 localizadas em cidades menores com população de pelo menos 300 mil habitantes e consumo anual de móveis e acessórios de pelo menos R$ 300 milhões; e

- Lojas *Studio* de até 1 mil m^2 localizadas nas principais regiões metropolitanas brasileiras, onde estamos presentes também com lojas *Flagships* e/ou Megastores, dentro de shoppings centers de alto fluxo, oferecendo 70% do sortimento de acessórios e oferecendo o sortimento de móveis exclusivamente através de totem digital para venda online, e experiência de loja

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

focada em uma jornada mais espontânea do cliente e na compra por impulso.

Do total das 59 lojas físicas que possuímos, 2 são Flagship, 32 são Megastore, 17 são Standard e 8 são Studio. As lojas Studio localizadas no Shopping Market Place em São Paulo e no Shopping Tijuca no Rio de Janeiro refletem um novo conceito para este formato e que empregaremos nas próximas inaugurações. Este novo conceito é voltado para uma jornada de compra mais rápida, de conveniência e impulso, com foco na venda de acessórios e decoração. A "Nova Loja Studio" apresenta, assim, um sortimento focado em acessórios de decoração, cuja proposta comercial é estruturada levando em consideração nossas tendências e estilos, de forma que continuamos proporcionando, em tais espaços, ambientes inspiradores que buscam beneficiar e combinar com os estilos individuais de nossos clientes.

Marca reconhecida ("Top of Mind Brand") no setor de móveis e decoração no Brasil.

Nossa marca é altamente reconhecida no mercado brasileiro, com 97% de *brand awareness*, de acordo com pesquisas desenvolvidas pela Kantar – Tracking Decora entre novembro de 2019 e fevereiro de 2020 com potenciais clientes do nosso mercado alvo. Assim, somos a *lifestyle brand* mais reconhecida em atributos intangíveis e relevantes para a decisão de compra dos clientes no setor de móveis e acessórios de decoração, com o maior nível de awareness[1].

Continuamos fortalecendo nossa marca ao oferecermos aos nossos clientes produtos exclusivos através de uma proposta comercial que acreditamos ser única, que combinam a constante entrega de produtos diferenciados e de qualidade aos consumidores, aliados a um ótimo custo-benefício.

Acreditamos que o poder de nossa marca é um exemplo da fidelidade de nossos clientes e sua relação a longo prazo conosco, contribuindo ainda mais para nosso crescimento e resiliência.

Desde 1994, ganhamos mais de 90 prêmios, nacionais e internacionais, dentre eles os mais relevantes para nossa marca:

- GIA – Global Innovator Award, em 2004;
- Ebit – Melhor e mais querida loja virtual do Brasil, em 2016;
- Alshop – Top of mind móveis e decoração, 12 vezes consecutivas, de 2001 a 2020;
- Casa & Mercado – Top of mind loja de objetos de decoração e design, 9 vezes consecutivas, de 2001 a 2020;
- IBEVAR - Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo & Mercado de Consumo - Empresa mais admirada no segmento de "Artigos para o Lar", além de ter registrado pontuação máxima no critério "Eficiência", 2019

Produtos funcionais, com design inovador e forte apelo comercial como core da operação e da nossa cultura empresarial.

A Tok&Stok desenvolveu um conceito que acreditamos ser único baseado na diferenciação de produtos oferecidos aos clientes – o nosso produto tem *design*, inovação e é funcional, além de ser altamente comerciável. Oferecemos uma ampla gama de produtos inovadores que buscam propiciar a nossos clientes *design* a um melhor custo benefício, fazendo uso de um *merchandising* atraente e inspirador. Através dessa combinação, oferecemos aos nossos clientes uma experiência imersiva e interativa, que os leva a reconhecer a diferenciação da marca.

Temos como marca registrada a capacidade de criar "universos de decoração" abrangendo todos os cômodos da casa em uma ampla variedade de temas e estilos, combinando acessórios de decoração para casa e mobília. Os clientes se beneficiam de produtos que são inspiradores e originais, e que combinam com seus estilos individuais.

Pretendemos continuar sendo um dos primeiros a adotar estilos e tendências em ascensão, capturando e adaptando projetos de design, cuidadosamente selecionados por nossa equipe experiente de *design* e nossa parceria com mais de 150 arquitetos e *designers*.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A nossa abordagem equilibra design e eficiência comercial, reutilizando e adaptando *best-sellers* e aproveitando os dados históricos detalhados de vendas para gradualmente nos atualizar e criar novas coleções e universos correspondentes às novas tendências do mercado.

Rede de lojas físicas integradas a uma plataforma de e-commerce omnicanal em crescimento.

Temos uma longa tradição de multi-canalidade, tendo adotado um modelo disruptivo desde nossa inauguração em 1978. Oferecendo, desde a nossa fundação, a opção de compra na loja com entrega à domicílio com serviço de montagem.. A oferta de sortimento expandido (corredor infinito) é parte do nosso DNA e da rotina de loja, uma vez que sempre tivemos variedade de tecidos e acabamentos de produtos que não estavam expostos em lojas. 90% de nossas vendas são associadas a um *client ID* específico, o que nos possibilita trabalhar com uma base de dados detalhada que ajuda na maior assertividade na tomada de decisões de campanhas de marketing e comunicação com nossos consumidores. Nossa base de clientes conta com mais de 6 milhões de nomes cadastrados, dos quais 4 milhões estão ativamente cadastrados no nosso *mailing list*.

Nosso cliente é omnicanal. Por isso, trabalhamos na sinergia entre nossos diferentes canais de venda. O estoque de móveis de nossas lojas é 100% integrado entre elas e o nosso centro de distribuição, além de termos implementado, em 2019, o *pick up in store* e o *click & collect.* Adicionalmente, nossos vendedores estão equipados com dispositivos móveis para realização de uma jornada de compra em lojas 100% mobile, podendo inclusive finalizar compras sem necessidade de filas em caixas tradicionais. Ainda, nossos clientes podem se apoiar no nosso aplicativo como ferramenta de suporte à jornada (seja dentro ou fora de nossas lojas).

Nossas plataformas digitais buscam expandir nossa experiência de loja a todos os clientes. A partir de nosso *website* e aplicativo *mobile*, os clientes podem se inspirar com as novas coleções, ambientes, buscar curadoria de tendências, consultar estoque de produtos em loja, dentre outros. Atualmente, 35% dos nossos clientes pesquisam online antes de ir para a loja, de acordo com uma pesquisa com aproximadamente 1.200 mil clientes e 785 entrevistas realizada nas nossas lojas físicas em dezembro de 2018, e 73% dos clientes online foram à loja antes de realizar uma compra via e- commerce, segundo a mesma pesquisa. Entre novembro de 2019 e fevereiro de 2020, 23% das nossas vendas online terminam nas nossas lojas físicas através do *pick up at store* ou do *click&collect*. Acreditamos que a robustez da nossa omnicanalidade possui ainda grande potencial de crescimento, engajando nosso consumidor em todos os canais disponibilizados.

Reconhecemos, desta forma, que os nossos canais *online* e *offline* são complementares e permitem a criação de jornadas múltiplas e integradas para nossos clientes, dando a eles a opção de percorrer seu caminho de inspiração, pesquisa, formação de opinião e compra do jeito que preferirem. Acreditamos, entretanto, que o nosso mercado de atuação nunca será 100% digital dado que a experiência de sentar em um sofá, sentir a textura de um tecido, tocar em um acabamento ou testar a maciez de um colchão ainda é essencial aos nossos clientes, razão pela qual prezamos também pelo domínio de execução das nossas lojas físicas. Nossa experiência reforça a força da complementariedade dos nossos canais. Por exemplo, a abertura da loja na cidade de Santos, São Paulo, em 2019, levou a um crescimento de 237% nas vendas através do canal digital nesta cidade, comparando os 12 meses anteriores a abertura com os 12 meses posteriores.

Proporcionamos atendimento especializado e oferecemos informação e orientação completa sobre os produtos e serviços disponíveis em nossas lojas. Nossa experiência de loja é reconhecidamente um diferencial competitivo da nossa empresa, com um Net Promoter Score (NPS) superior a 80 entre nossos clientes na média dos últimos 36 meses.

Nosso canal digital, que contempla todos os tipos de produtos, de móveis a acessórios, é um dos grandes motores de nosso crescimento com 68% e 69% de crescimento na receita líquida digital no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, respectivamente. A receita líquida digital representou 24% da nossa receita líquida no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, comparado a 11% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com crescimento na participação das vendas totais de mais de 4 vezes desde 2015. A constante evolução de uma plataforma omnicanal será chave para fornecer soluções

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

que fazem o melhor uso das nossas lojas físicas como um meio conveniente para nossos clientes e para possibilitar uma experiência que englobe todos os canais de forma unificada propiciando a jornada de consumo que o cliente desejar fazer.

Atualmente, temos 2 milhões de clientes ativos (que realizaram compras nos últimos 24 meses com no mínimo uma compra online e uma offline) com um grau de recorrência de 2,7 vezes durante 24 meses e ticket médio de R$523,00. Dentre os clientes ativos, mais de 10% são clientes que estão conosco há mais de 10 anos e 21% são considerados clientes recorrentes, considerando aqueles que compraram mais de 4 vezes nos últimos 24 meses. O cliente omnicanal, que representa 18% do total de clientes[4], realizou na média 4,1 compras na Tok&Stok nos últimos 24 meses, enquanto o cliente que comprou somente nas nossas lojas físicas realizou na média 2,5 compras na Tok&Stok nos últimos 24 meses e o cliente que realizou compras exclusivamente online, em média 1,3 vezes. Na média, o ticket médio anual do cliente omnicanal é de R$579,00, já o offline é de R$504,00 e o online é de R$474,00, considerando os últimos 24 meses.

Possuímos, ainda, uma grande presença nas mídias sociais, contando com aproximadamente 2,8 milhões de seguidores na rede social Instagram e 2,1 milhões no Facebook ao final de setembro de 2020. Quando comparada com outras empresas do setor, a Tok&Stok contempla o maior número de seguidores entre elas, conforme tabela abaixo.

TOK&STOK	2.8 mi	2.1 mi
CAMICADO	1.9 mi	1.0 mi
etna	1.6 mi	0.5 mi
	1.0 mi	1.5 mi
MOBLY	0.8 mi	1.5 mi

Ainda, possuímos mais de 2 milhões de curtidas no Facebook, 2,3 mil posts no Instagram, mais de 160 vídeos no Youtube e lives com mais de 3 mil visualizações, em setembro de 2020. Tais plataformas de mídia digital permitem, além da maior interação com o público-alvo e conexão entre a marca e consumidor, o enriquecimento da plataforma omnicanal e uma maior visibilidade para a divulgação de nossos produtos.

Talentos engajados trabalhando com uma equipe de administradores e prestadores de serviços qualificada e experiente

Acreditamos que nosso time é caracterizado por ser ágil, organizados em *squads* multi-funcionais e criativo. Combinamos especialistas em tecnologia disruptiva, gestão de varejo e design e tendências de móveis e acessórios para casa no nosso corpo gerencial.

Esta equipe altamente qualificada se mostra complementar devido a suas diferentes habilidades adquiridos com vivências singulares no setor. A experiência e o engajamento de nossa administração são elementos cruciais para a expansão e estratégia de nossos negócios.

Buscando a potencialização e uma aceleração da transformação digital, em setembro de 2019, estruturamos a contratação exclusiva da prestadora de serviços Domus, formada por um grupo de profissionais de renome e com vasta experiência no mercado digital aplicado ao varejo, focada em e incentivada a potencializar a conexão da nossa plataforma de e-commerce à nossa estratégia de omnicanalidade e transformação digital, de forma a acelerar nossa resposta às mudanças do comportamento do consumidor.

O nosso time de tecnologia e a TK Solution, nosso laboratório de inovação tecnológica, são liderados

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

pelos sócios executivos da Domus, que incluem:

- Gustavo Avelar, com experiência Linx, Neemu e Cnova;
- Fábio Coutinho, com experiência na Linx e Neemu;
- Leonardo Gasparin, com experiência em Neemu e Cnova;
- Luiz Carvalho, com passagem na XP Inc;
- Daniel Vidotti, que trabalhou na Centauro;
- Lucas Zago, que passou pela Linx e Chaordic; e
- Lucas Santos com experiência na Linx e Cnova.

A TK Solution e nossa área de tecnologia são responsáveis por gerar conteúdo digital, desenvolver tecnologia móvel, aquisição de mídia online, atração de clientes via canal digital, integração e desenvolvimento dos sistemas, gestão e análise de dados do nosso *data lake*, desenvolvimento e gestão de nossa plataforma de e-commerce, marketing via mídias sociais, desenvolvimento de nossa *user experience* online e desenvolvimento tecnológico de nossas lojas físicas.

A equipe da TK Solutions em conjunto com a nossa área de tecnologia é formada por mais de 210 profissionais, sendo 98 totalmente dedicados à tecnologia e mais de 100 engenheiros.

Forte cultura de governança corporativa, apoio dos fundadores e alinhamento de longo prazo dos executivos

Acreditamos que uma de nossas forças está na presença ativa do nosso conselho de administração, que inclui nossos fundadores, nas decisões estratégicas, na supervisão seguindo melhores práticas de governança corporativa e mantendo a essência do processo criativo de nossos variados produtos, preservando a identidade e autenticidade da marca. Ainda, nossos executivos estão alinhados com a nossa estratégia de longo prazo e possuem incentivos que os tornam sócios com participação relevante no capital social, em uma visão de diluição máxima (*fully-diluted basis*).

The Carlyle Group investiu na Tok&Stok em 2012 e, a partir de então, implementou um plano de expansão com crescimento orgânico, profissionalizou as operações e deu suporte para que tenhamos mais foco em eficiência e rentabilidade. Atualmente, estamos nos concentrando na estratégia omnicanal e de aceleração digital. O The Carlyle Group possui um know how extenso do mercado de varejo e consumo brasileiro e internacional, oferecendo à Tok&Stok apoio estratégico, financeiro e operacional para as tomadas de decisões.

Solidez Financeira

Temos um histórico crescimento tanto em receita líquida, quanto em EBITDA Ajustado e Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado. Entre 2017 e 2019, o CAGR de Receita Líquida, EBITDA Ajustado e Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado foi de 8,0%, 24,9% e 106,4%, respectivamente. Acreditamos que nosso retorno sobre o capital investido (ROIC) é atraente representando 15,5% e 21,9%em 2018 e 2019, respectivamente.

Nosso baixo Índice de Alavancagem, vide item 3.2 e 10.1 do Formulário de Referência, nos possibilita atravessar períodos adversos da economia e ter maior flexibilidade para aproveitar oportunidades estratégicas de expansão e investimento. Em 30 de setembro de 2020, tínhamos uma dívida líquida de R$ 90,7 milhões e uma posição de caixa líquido ajustado de R$139,7 milhões.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Nossa Estratégia

Objetivamos fortalecer a nossa liderança no mercado de móveis e acessórios de decoração para os segmentos A e B com foco total no cliente, através de um relacionamento próximo e personalizado, mantendo nossos níveis de reconhecimento de marca (*brand awareness*), aumentando a fidelidade dos nossos clientes e reforçando o DNA da nossa marca. Para tanto, temos como estratégia o fortalecimento do nosso *core business*, a expansão de nossas operações e formatos de lojas físicas e a busca pela liderança na transformação digital e diferenciação logística, a serem utilizadas como pilar para conhecer, engajar, vender e se relacionar com clientes, através de uma jornada de consumo multicanal.

Liderança de marca, inovação em design e lealdade dos nossos clientes

Continuamos fortalecendo o *core* da marca por meio de constante investimento na manutenção da nossa liderança no setor de móveis e acessórios de decoração brasileiro, buscando continuar a ser um dos primeiros a adotar estilos e tendências em ascensão, capturando e adaptando projetos de *design*, cuidadosamente selecionados por nossa equipe experiente de design e nossa parceria com mais de 150 arquitetos e designers. Estamos focando também em oferecer uma variedade maior e mais categorias de produtos, a partir da revisão e gestão do calendário integrado (planejamento, desenvolvimento de produto, compras e comunicação / campanhas), adaptado para diferentes *clusters* (geografia, nível de renda, tamanho da loja) e fortalecimento do nosso compromisso com a cadeia de fornecedores (*compliance*, desenvolvimento e controle de qualidade).

Estamos focados em aprimorar a experiência e o relacionamento com nosso consumidor em todos os canais. Os nossos investimentos em logística, especialmente o nosso novo centro de distribuição, está encurtando os nossos prazos de entrega e aumentando o sortimento disponível em todos os canais. Monitoramos constantemente as aspirações e mudanças nos hábitos de consumo dos nossos clientes, de forma a aprimorar a nossa linha de produtos e potencialmente introduzir novas categorias. Em 2020, introduzimos a nossa primeira linha de móveis e acessórios para *pets* que de maneira inovadora é integrada a nossas coleções de móveis. Ainda, estamos buscando maior integração entre as nossas vendas de móveis e acessórios de decoração.

Em paralelo ao desenvolvimento do nosso canal digital, estamos introduzindo novas tecnologias e fortalecendo nossas lojas físicas para oferecer mais conteúdo e interatividade, dentro do conceito de *retailtainment*. Algumas das iniciativas que estamos implementando são: redução do atrito na jornada do cliente na loja, possibilitando maior flexibilidade e rapidez, com serviço móvel e eliminando o conceito de caixa físico para *checkout*; melhor alocação e *layout* do espaço; aumento da inspiração com maior ênfase no conteúdo e experiências interativas; implementação de projetos de decoração personalizada; modernização da experiência de loja e digitalização da jornada do cliente.

A nossa política de preço está migrando para um modelo granular e estratégico, onde há uma maior flexibilidade para os clientes e onde os preços dos produtos e dos serviços são segregados (por exemplo, serviços de entrega e montagem).

Buscar liderança na transformação digital no segmento de móveis e acessórios de decoração

Pretendemos buscar a liderança na transformação digital do nosso mercado e a digitalização da jornada do nosso consumidor, através do aprofundamento de nossa estratégia omnicanal e da aceleração da nossa capacidade de desenvolvimento e entrega de tecnologia nas nossas principais áreas de negócio. Desta forma, pretendemos evoluir na visão de gestão e entrega de experiência focada no cliente, independente do canal escolhido para se relacionar com a marca, e na busca por formas mais eficientes e mais rápidas de entrega de produtos na casa dos consumidores, a partir da transformação dos nossos sistemas e processos logísticos.

Nosso processo de transformação digital é segregado em três fases. A primeira delas é o posicionamento digital, em que o *e*-commerce representava até 10% da receita e visa o desenvolvimento do *e-commerce* com uma proposta de diferenciação do canal. Nessa fase, passamos também a investir em marketing *online* e focamos nossa plataforma de CRM para o canal

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

digital. A segunda fase – em que estamos atualmente – foca na integração da experiência do consumidor. Nesta etapa, o digital tipicamente representa 10% a 30% da receita e com clientes *omni* representam mais de 20% do total, com consolidação da plataforma por meio de avanços paralelos de atividades e times voltados para atender o canal. Por fim, a terceira fase objetiva garantir o domínio da plataforma digital garantindo que esta seja capaz de se adaptar facilmente às necessidades do consumidor. Nesta etapa, o canal digital tipicamente representa mais de 30% da receita e clientes *omni* representam mais de 50% do total. Como fruto desses esforços, esperamos aumentar a participação da receita líquida do canal digital na receita líquida total dos atuais 24% do período de 9 meses findos em setembro de 2020 para os patamares típicos da transformação digital mencionada, e obtendo patamares de rentabilidade equivalentes aos que obtemos nas vendas em nossas lojas físicas.

A estratégia omnicanal tem como objetivo ampliar o relacionamento com os nossos clientes, para isso estamos criando novas interfaces com o consumidor, como lista de casamento, app mobile, pagamento por WhatsApp, vendedor online, entre outros. Também pretendemos ter todo o sortimento da Tok&Stok disponível para venda, troca e devolução em todas essas interfaces e ter novas opções e serviços de entrega, como entrega no mesmo dia, entrega em 1 dia e diversos serviços de montagem, entre outros.

Nós também estamos focando na digitalização de toda a experiência B2B, que já representa mais de 10% das vendas, e em oferecer novos serviços relacionados a móveis e acessórios, como FAAS (móveis como serviço) e arquiteto online, em internalizar ou migrar para plataformas que permitem que a Tok&Stok assuma 100% da interface de gestão do consumidor, em recrutar equipes de tecnologia em diferentes áreas de negócio e ter sistemas modulares e independentes de arquitetura para permitir paralelismo e agilidade na entrega da tecnologia. Todas essas iniciativas de transformação digital focam na maximização do *lifetime value* do cliente com base em suas necessidades.

Intenso investimento em logística para termos mais eficiência e melhor serviço aos clientes

Logística é um dos nossos diferenciais competitivos e visualizamos a oportunidade de manter nossa eficiência de entrega e distribuição a fim de aprimorar nossos prazos e expandir nossos raios de entrega e estrutura de custos para garantir que o produto correto chegue no prazo correto aos nossos consumidores. Acreditamos que, dadas as características bastante peculiares do nosso segmento, especialmente em relação ao transporte e montagem, possuirmos uma estrutura logística própria e dedicada é uma vantagem competitiva para nós.

O nosso novo centro de distribuição, que inauguramos em setembro de 2020 na cidade de Extrema, Minas Gerais e para qual todas nossas atividades de distribuição devem ser transferidas até novembro de 2020, será essencial para termos mais eficiência e melhor serviço aos clientes. As principais vantagens do novo centro de distribuição são:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- Arquitetura e projeto 100% adequados as nossas necessidades atuais;
- Uso dos novos sistemas de gerenciamento de armazém (WMS) e de gestão de pedidos (OMS), que possibilita um ganho de produtividade e redução do tempo de envio; maior precisão nos pedidos entregues ao cliente;
- Aumento da área de docas de carga e descarga para permitir a inclusão de novos parceiros logísticos (redução do tempo de entrega e redução de custos);
- Infraestrutura adequada para cross-docking;
- Entrega de móveis em 100% do Brasil;
- Captura de incentivos fiscais com o Estado de Minas Gerais equivalentes a aproximadamente 2,5% sobre a Receita Bruta;
- Área de embalagem para entrega direta dedicada; e
- Aumento da capacidade em relação ao centro de distribuição anterior localizado na cidade de Jandira, São Paulo: área construída aproximadamente 50% maior (66.000 m^2), número de docas aproximadamente 60% maior (112 docas de carga e descarga), e posição de pallets aproximadamente 52% maior (90.000).

Expansão de nossas operações e adensamento de nossa presença em praças onde já operamos

Vemos oportunidade significativa para aumento da nossa capilaridade de lojas físicas, tanto nos modelos tradicionais (*Flagship*, *Megastore* e *Standard*), que permitem ao cliente experimentar nosso portfólio completo de móveis, objetos de decoração e acessórios, quanto no modelo *Studio*, que permite uma maior presença em *shopping centers* e a captura de outras ocasiões de compra, mais impulsivas e menos planejadas. A oportunidade de expansão de nossa rede de lojas existe tanto por meio do adensamento em grandes regiões metropolitanas como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, onde já possuímos presença mais expressiva, quanto por meio da entrada em novas cidades.

Acreditamos ter um *track* record excelente de abertura de lojas, e nunca fechamos uma loja por baixa rentabilidade. Acreditamos que nossa vasta experiência em abrir lojas físicas e nossa alavancagem operacional podem contribuir para resultados positivos nos próximos anos.

Eventos Recentes – Impactos da Pandemia do COVID-19 em Nossas Atividades:

Estamos enfrentando um período de incertezas relacionado ao impacto contínuo da pandemia do Coronavírus (COVID-19) sobre a nossa demanda de clientes e nossa cadeia de suprimentos, incluindo, mas não se limitando, às logísticas associadas e funcionamento de lojas, que podem sofrer interrupções parciais ou totais, temporárias ou permanentes.

O escopo e a natureza desses impactos estão em constante evolução. A seguir, apresentamos um resumo de nossas ações recentes e previstas em resposta à pandemia de COVID-19 e seus impactos em nossos negócios:

Entre o período de 22 de março a 25 de abril de 2020 permanecemos com 100% de nossas lojas físicas fechadas, com o intuito de resguardar a saúde e segurança de nossos funcionários e consumidores e de acordo com as determinações das autoridades governamentais em cada localidade. Em março de 2020, nós também adotamos o regime de teletrabalho para todos os seus funcionários, exceto aqueles que trabalham no centro de distribuição e aqueles considerados chave para as operações omnicanal. Adotamos os protocolos recomendados de saúde, e segurança do trabalho para proteção de nossos funcionários que permaneceram trabalhando em suas instalações.

Acreditamos que a pandemia do COVID-19 trará impactos relevantes, especialmente no Brasil, incluindo a deterioração significativa da economia brasileira, consequentemente revertendo as expectativas (anteriores à atual pandemia) de uma recuperação econômica e de aumento da renda em níveis de consumo e renda da população brasileira, e possíveis interrupções na produção devido aos impactos sobre a cadeia de suprimentos. Nesse ambiente econômico desafiador, estamos focados em tomar as medidas necessárias para fortalecer nossa saúde financeira face ao impacto contínuo e sem precedentes da COVID-19.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Estamos enfrentando um período de incertezas relacionado ao impacto contínuo da pandemia do Coronavírus (COVID-19) sobre a nossa demanda de clientes e nossa cadeia de suprimentos, incluindo, mas não se limitando, às logísticas associadas e funcionamento de lojas, que podem sofrer interrupções parciais ou totais, temporárias ou permanentes.

Nossos principais desafios nesse momento contemplaram a necessidade de readequação logística para manutenção da entrega dos pedidos dos clientes (novos parceiros e modelos logísticos) e revisão dos protocolos de segurança para entrada no local de entrega para montagem de móveis. Na cadeia de suprimentos, temos trabalhado fortemente com nossos fornecedores a fim de minimizar os impactos da desaceleração de cadeia produtiva e a fim de manter os níveis de abastecimento do nosso estoque em patamares saudáveis para sustentação das vendas futuras (ex: apoio dos fornecedores na compra de suprimentos para produção, revisão e troca de matéria prima de produtos com componentes em escassez, revisão das políticas de "no show" e reforço de volume de estoque dos próximos meses - a fim de minimizar riscos de ruptura além do usual). Para mais informações sobre os impactos do COVID-19 em nossas atividades e sobre as medidas tomadas em decorrência da pandemia, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Estamos focando nossos esforços de venda em nossa plataforma omnicanal, servindo nossos clientes principalmente via *e-commerce*. Além disso, continuamos a nos concentrar nas seguintes estratégias prioritárias para conclusão ainda em 2020:

- aceleração dos enablers (viabilizadores): implementação de novo sistema integrado de gerenciamento empresarial (ERP) e implementação do WMS e OMS, novo suporte técnico em TI;

- digitalização de toda plataforma de atendimento ao cliente (para chat, e-mail e WhatsApp);

- habitilização de venda por WhatsApp e retirada de mercadorias vias *drive-thru* nas lojas a partir de março;

- aceleração da transformação logística com antecipação dos investimentos em *software,* a partir *de* novo centro de distribuição na cidade de Extrema, estado de Minas Gerais e de novo sistema de gerenciamento de armazém para entrega.

Estamos utilizando o atual período de incertezas relacionado ao impacto contínuo da pandemia do Coronavírus (COVID-19) sobre as nossas vendas e cadeia de logística e estamos adotando uma série de medidas administrativas, operacionais com o intuito de gerar um crescimento da nossa transformação digital.

Acreditamos que a adoção de medidas administrativas e operacionais poderão nos permitir mais soluções de omnicanalidade e o ganho de eficiência para diminuição dos impactos da COVID-19 em nossas operações.

Em busca do desenvolvimento logístico, até a data deste Formulário de Referência, modificamos nossa cadeia logística do modelo “dedicado” para o modelo “híbrido”, permitindo maior flexibilidade nas entregas dos produtos aos nossos clientes, trabalhando com logística de entrega dedicada e também logística de entrega compartilhada. Ainda, modificados algumas entregas que anteriormente eram enviadas dos centros de distribuição diretamente para o cliente final (em praças com dificuldades de entregas ou problemas de estoque), para um formato de entregas enviadas diretamente de das nossas lojas físicas para o cliente final.

Além disso, desde o início da pandemia de COVID-19, estamos monitorando de perto o negócio, e implantando ações de proteção e aumento de liquidez. Além do fechamento temporário de nossas

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

lojas e da implantação do regime de teletrabalho para os nossos funcionários, tomamos as seguintes medidas: reforçamos o nosso caixa com a captura de linhas de crédito em bancos no valor de R$255 milhões, renegociamos todos os aluguéis de lojas físicas, alguns permanentemente (com descontos contratuais efetivos) e outros postergações de pagamento, reforçamos ainda mais a contenção de despesas. Além disso, aplicamos a Medida Provisória 927/2020 de 22 de março de 2020 para nossos funcionários da seguinte forma: nossos colaboradores de loja ficaram 10 dias em casa, acumulando horas negativas em Banco de Horas e em seguida entraram em férias coletivas de 15 dias. Os colaboradores do escritório passaram a trabalhar em regime de Home Office e os colaboradores do Centro de Distribuição também ficaram em casa acumulando horas negativas em Banco de Horas.

No momento em que a MP 936 foi assinada passamos a aplicá-la em todo nosso time: suspensão de contrato para o time de loja, redução de jornada e salário para líderes de loja e times administrativos. A equipe do Centro de Distribuição foi reduzida (parte ficou com contrato suspenso) e outra parte teve carga horária e salário reduzidos. Todos os colaboradores pertencentes à grupo de risco tiveram seus contratos suspensos.

Conseguimos responder com muita eficiência aos impactos da pandemia do COVID-19, o que contrabalanceou o fato de várias de nossas lojas ficarem totalmente ou parcialmente fechadas desde março até setembro. Na imagem abaixo é possível observar que em setembro voltamos a patamares de receita líquida pré-COVID, com 100% de nossas lojas abertas, mas ainda com limitações de horários na maioria delas, de forma que em setembro nossas lojas estavam funcionando apenas aproximadamente 80% do tempo que poderiam funcionar caso não houvessem restrições.

Desdobramento de ações

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de outubro de 2020, foi aprovado o desdobramento das 665.390 (seiscentas e sessenta e cinco mil e trezentas e noventa) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia em 266.821.390 (duzentos e sessenta e seis milhões, oitocentas e vinte e uma mil, trezentas e noventa) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, sem modificação no capital social, nos

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

termos do artigo 12 da Lei das S.A. Com exceção da alteração do número de ações de emissão da Companhia, o desdobramento não resulta na modificação do valor total do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares, operacionalizado e efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia, não afetando os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1–A. – Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, pois a Companhia não é sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

Não aplicável, pois a Companhia não é sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, pois a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 – Informações sobre segmentos operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

A principal atividade da Companhia é a comercialização de produtos da categoria de móveis e acessórios de decoração, expostos e combinados em formato de ambientes, principalmente nas lojas físicas, e, também, no *e-commerce*, simulando cômodos de casas, zonas comerciais e escritórios.

A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão de negócio considerando um único segmento operacional e tem como principal fonte de receita a comercialização varejista, ou seja, as vendas diretamente realizadas ao consumidor final nas lojas físicas e *e-commerce*.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de				Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2019		2018		2017	
(em R$ milhões, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Receita líquida	**668,1**	**100%**	**872,4**	**100%**	**1.201,6**	**100,0%**	**1.124,6**	**100%**	**1.029,6**	**100%**

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de				Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	2020		2019		2019		2018		2017	
(em R$ milhões, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Lucro (prejuízo) líquido	**(50,1)**	**100%**	**32,2**	**100%**	**53,5**	**100%**	**73,0**	**100%**	**(12,8)**	**100%**

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 – Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) Características do processo de produção

Não possuímos processo de produção.

(b) Características do processo de distribuição

Nossos produtos são 100% fabricados por fornecedores terceiros e transportados até o nosso centro de distribuição. A logística interna do nosso centro atua na recepção, conferência e estocagem dos produtos, abastecimento de lojas ou envio direto aos clientes (conforme modalidade de venda). O transporte para as lojas físicas e entrega a clientes são realizados por via terrestre, através de empresas terceiras.

Nossas vendas são realizadas através do nosso e-commerce e de nossas lojas físicas, adotando o conceito de *one-stop shop* (ou seja, oferecemos uma proposta comercial em que o cliente consegue mobiliar e decorar sua casa com apenas uma única visita a qualquer um dos nossos múltiplos canais).

Nossas lojas estão lojas distribuídas por todas as regiões do Brasil, e todas apresentam rentabilidade positiva, se beneficiando de um *know how* acumulado nos mais de 40 anos desde a nossa fundação. Em 30 de setembro de 2020, nossas 59 lojas físicas estavam presentes em 21 Estados e 36 cidades, incluído o Distrito Federal, e em todas as regiões do Brasil. Nossa operação de lojas está dividida em 4 formatos (*Flagship*, Megastore, Standard e Studio).

Nosso time de vendas é composto por funcionários próprios, que recebem treinamentos constantes conforme sua atuação dentro da rotina de operação de vendas. Os treinamentos são aplicados desde sua entrada na empresa e são reforçados continuamente com o apoio do time mais experiente da loja.

Nossa jornada sempre foi orientada aos nossos clientes e omnicanal. Acreditamos que ocupamos uma posição de vanguarda no mercado brasileiro, a qual se traduz nos produtos e no desenvolvimento dos nossos canais de venda, em especial na estratégia de atuação em uma plataforma de múltiplos canais de venda (omnicanal). A omnicanalidade é elemento central da experiência de compra desenvolvida de forma visionária pelos nossos fundadores desde a inauguração da Tok&Stok, em 1978, ano de inauguração da Tok&Stok.

(c) Característica de mercado de atuação

Mercado total de mobília doméstica e utensílios domésticos no Brasil

De acordo com dados do IEMI, o mercado total de mobília doméstica e utensílios domésticos no Brasil representou um total de R$90 bilhões em 2019.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: IEMI (Estudo dos Canais do Varejo de Móveis 2020) e Euromonitor International Limited ("Euromonitor").
Notas: (1) Euromonitor International Limited, Home & Garden 2020, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local. . (2) Valor total do setor de Móveis e Colchões, conforme relatório da IEMI.

Os produtos são comercializados através dos seguintes principais canais: i) lojas de móveis, acessórios e utensílios domésticos; ii) lojas de móveis planejados; iii) lojas independentes; e iv) outros.

Lojas de móveis e acessórios consistem em redes que possuem cinco ou mais lojas, preponderantes na venda de móveis de uma única empresa ou de uma mesma bandeira, e também em lojas de departamento, que são lojas de grande metragem e que geralmente comercializam, em conjunto com outros produtos, eletrodomésticos e eletroeletrônicos.

As lojas de móveis planejados consistem em lojas cujos produtos são fabricados por grandes indústrias moveleiras. A grande maioria são franquias ou varejistas que possuem contrato de exclusividade com a empresa. Seus móveis são produzidos com o objetivo de possibilitar uma composição a partir de módulos preestabelecidos.

As lojas independentes especializadas em móveis comercializam geralmente várias marcas no mesmo ponto de venda e não são organizadas em redes.

Por fim, a categoria "outros" inclui redes de hipermercados e *Home Centers*.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O setor de lojas especializadas de mobília doméstica e utensílios domésticos

De acordo com a Euromonitor, o setor de lojas especializadas de móveis, acessórios e utensílios domésticos é definido conforme a seguir:

1) Mobília doméstica

Os móveis e outros artigos móveis em uma casa que são necessários ou úteis para conforto e conveniência. Os itens devem ser novos quando vendidos ao consumidor; excluem-se os móveis de segunda mão usados. Antiguidades também estão excluídas. Mobiliário doméstico refere-se à vida interna (têxteises lares, móveis de interior e revestimentos de janelas), vida ao ar livre (churrasqueiras, galpões de jardim e móveis de exterior) e iluminação (fontes de iluminação e luminárias).

2) Utensílios domésticos

Utensílios de cozinha, pratos, talheres, talheres, copos e outros pequenos artigos usados em uma casa. Os itens devem ser novos quando vendidos ao consumidor. Excluem-se os artigos de uso doméstico usados, assim como as vendas de antiguidades. Artigos para a casa referem-se a jantar (utensílios para bebidas, talheres e pratos) e cozinha (utensílios de cozinha e utensílios de cozinha).

De acordo com a Euromonitor International, entre 2014 e 2016 o setor de lojas especializadas de mobília doméstica e acessórios domésticos acumulou uma queda de 16,8% em vendas no varejo, sendo negativamente afetado pela crise econômica, assim como o setor de varejo como um todo, e retomou taxas positivas de crescimento ano sobre ano a partir de 2017. A partir de então, considerando o período de 2016 a 2019, o setor de lojas de móveis e utensílios domésticos cresceu a uma taxa composta anual 4,6%. Os valores históricos do setor, e suas taxas de crescimento históricas (em valores reais) são apresentadas abaixo:

Histórico do setor de lojas especializadas de mobília doméstica e utensílios domésticos (em R$ bi, exceto quando indicado)

	2017	2018	2019
Mobília doméstica e utensílios domésticos	**32,8**	**33,8**	**36,2**
Crescimento (%)	***3,5%***	***3,2%***	***7,2%***
Mobília doméstica	29,9	30,8	33,1
Crescimento (%)	*4,1%*	*3,1%*	*7,3%*
Utensílios domésticos	2,8	2,9	3,1
Crescimento (%)	*(2,7%)*	*3,5%*	*6,1%*

Fonte: Euromonitor International Limited, Home & Garden 2020, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

Comparando a série histórica de crescimento real do setor de 2006 a 2019 com o crescimento real do Produto Interno Bruto brasileiro ao longo do mesmo período, calcula-se que o fator de crescimento do setor frente ao PIB é de, em média, aproximadamente 2,1 vezes, conforme gráfico abaixo:

Crescimento do PIB vs. setor de lojas especializadas de mobília doméstica e utensílios domésticos (ano a ano %)

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fontes: Euromonitor International Limited, Home & Garden 2020, vendas ao consumidor final incluindo impostos, em termos correntes, moeda local.

Consumo per capita

Apesar do crescimento do consumo de móveis, acessórios e utensílios domésticos nos últimos anos, o consumo per capita no Brasil ainda se encontra em níveis baixos quando comparado com outros países, conforme gráfico a seguir.

Consumo per capita de móveis e acessórios domésticos em diferentes países

Fonte: Calculado pela Companhia de acordo com estimativas da Euromonitor International Limited, Home & Garden 2020, valor de vendas de Utensílios domésticos e Móveis domésticos per capita, incluindo impostos, taxas de câmbio fixas em USD 2019, nos termos atuais

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Consumo de móveis por região e classe social

Considerando os dados de consumo de móveis por classe social, 67,1% do consumo no Brasil está concentrado nas classes A, B1, B2 e C1.

Consumo nacional de mobília doméstica e utensílios domésticos

Fonte: IPC Maps 2020.

Tendências no setor

A demanda por mobília doméstica e utensílios domésticos depende principalmente do desempenho econômico brasileiro, aumento de capacidade de renda dos consumidores, acesso a crédito, desenvolvimento do setor imobiliário e mudança dos hábitos de consumo.

Além dos principais fatores acima, o setor também pode ser impactado por mudanças culturais e sociais que por consequência alterem o desejo dos clientes ou crie novos nichos. Um exemplo de mudança cultural/social é que, devido a crescente urbanização, a qual tem como uma de suas derivadas a verticalização do ambiente urbano com apartamentos menores, a demanda por móveis mais compactos, multifuncionais, com design agradável e moderno e que tornem a vida do consumidor mais prática tem aumentado. Outro exemplo mais recente, de segmento que já se desenvolvia há alguns anos e que foi acelerado em decorrência da pandemia do COVID-19, é o fortalecimento da cultura de trabalho de casa ("work from home"), e, por consequência, o estímulo ao consumo de móveis e acessórios para o lar.

Os hábitos de consumo estão mudando e as compras tornam-se cada vez mais dinâmicas. De acordo com dados do IEMI e da Google apresentados a seguir, 41% das pessoas compraram móveis motivadas por um evento da vida, mas esse número já aumenta para 50% se considerarmos a população entre 25 a 34 anos. Este consumidor está cada vez mais exigente e aberto a novos produtos, sendo que 74% afirmaram que pagariam a mais por um design diferenciado e 73% comprariam um móvel com cores diferentes das habituais[1].

[1] Relatório IEMI e Pesquisa Google Qualitativa

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Momento da vida na ocasião da última compra (% dos consumidores)

Fontes: Relatório IEMI e Pesquisa Google Qualitativa.

O aumento da exigência dos consumidores demanda produtos que combinem qualidade, durabilidade, beleza e preço, conforme dados apresentados a seguir:

Característica do produto buscada no momento da compra (% dos consumidores)

Boa qualidade	**46% +A (52%)**
Durável/resistente	**35%**
Bonito	**26% +B**
Barato	**26% +CDE (32%)**
Confortável	22% +A (35%)
Moderno	15% +A (19%)
Útil	13% +DE (20%)
Com garantia	10% +A (24%)
Sofisticado	9% +A (13%)
Básico	7% + DE (11%)
De uma loja conhecida	6%
De um fabricante (marca) conhecido	5%
Ecologicamente correto	4% +A (9%)

Fontes: relatório IEMI e Pesquisa Google Qualitativa.

O desenvolvimento do e-commerce

Em 2019 as vendas do setor de mobília doméstica e utensílios domésticos através do e-commerce representaram apenas 7,9% do total do setor de móveis, o que comprova a ainda baixa participação deste meio de compra nas vendas do setor. Porém, o aumento consistente da relevância e participação deste canal é uma tendência clara no setor.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Representatividade do e-commerce – Mobília doméstica e utensílios domésticos (%)

Fonte: Calculado pela Companhia com base nos dados do IEMI e nos dados da Euromonitor International Limited, Home & Garden 2020, valor de vendas de Utensílios domésticos e Móveis domésticos per capita, incluindo impostos, taxas de câmbio fixas em USD 2019, nos termos atuais.

De 2014 a 2019 as vendas através do e-commerce mais que dobraram. O volume de vendas em reais e o crescimento ano a ano são apresentados no gráfico a seguir:

Vendas e-commerce – Mobília doméstica e utensílios domésticos (R$bi, %)

Fonte: Euromonitor International Limited, Home and Garden in Brazil 2020.

O crescimento do consumo através de plataformas e-commerce tem ocorrido principalmente por adesão das gerações mais novas que é atraída por vantagens como praticidade na compra, acesso a uma variedade maior de produtos e preços mais competitivos. Por outro lado, a maioria dos consumidores ainda conclui suas compras em lojas físicas. Tal fato pode ser explicado por motivos culturais como a preferência do brasileiro por checar e testar fisicamente os móveis e utensílios de seu desejo antes de realizar o investimento em móveis e artigos para casa. Por este motivo, empresas do setor de móveis, acessórios e utensílios domésticos que atuavam somente através do e-commerce têm investido em lojas físicas.

Esta tendência de crescimento do e-commerce direciona as empresas do setor a buscarem cada vez mais investimentos neste canal. Em paralelo, os dados comprovam a importância da existência de estruturas físicas. Desta forma, o setor demanda cada vez mais uma forte presença omnicanal e competência logística.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Importação de produtos

Devido à complexidade das operações do setor no país, a entrada de competidores internacionais é bastante limitada. Motivos como tarifas de importação elevadas e dificuldades e custos logísticos tornam o Brasil um país menos interessante aos olhos de competidores estrangeiros. Tais fatos refletem o baixo percentual de penetração de bens importados no setor de móveis e utensílios quando comparado a outros países como os Estados Unidos e Japão, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Penetração de bens importados no setor de mobília doméstica e utensílios domésticos (%)

Fonte: Euromonitor International Limited, Home and Garden in Brazil 2020

Fragmentação do mercado

O setor de mobília doméstica e utensílios domésticos ainda é extremamente pulverizado, de forma que as cinco maiores empresas do setor somam uma participação de mercado de aproximadamente 3%, quando considerado o mercado total de móveis, acessórios e utensílios domésticos, e aproximadamente 9% quando considerado o mercado de lojas especializadas. A tabela abaixo demonstra como essa participação é significativamente abaixo do que em outros setores e abaixo do verificado no mesmo setor nos Estados Unidos de 24,6%.

Participação de mercado das cinco maiores empresas em diferentes setores (%)

Fonte: Euromonitor International Limited e IEMI.
(1) Considera mercado de R$90 bilhões, conforme segmento de "Móveis e Colchões" da IEMI.

Dados do IEMI também corroboram a fragmentação do mercado. Conforme apresentado no início da seção, o IEMI categoriza os canais de venda, de forma que lojas independentes especializadas

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

são aquelas que comercializam diversas marcas no mesmo ponto de venda e não são organizadas em redes. Conforme o gráfico a seguir, os participantes independentes representam 44,6% do mercado de aproximadamente R$90 bilhões.

Participação de independentes no setor

Fonte: IEMI, Estudo dos Canais do Varejo de Móveis 2020.

Impacto do COVID-19 no setor

A receita de vendas no setor de móveis, conforme segmentação do IBGE, apresentou queda significativa em março, mês em que se iniciaram os protocolos de isolamento no país. Em março a queda foi de 12,8%, quando comparado com o mesmo mês de 2019, fazendo com que as vendas que estavam 7,6% acima entre janeiro e fevereiro, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, caíssem para 1,0% no acumulado de janeiro a março.

A partir de junho as vendas no setor de móveis recuperaram-se fortemente - e em tendência ascendente, acumulando entre jan-jul 3,6% de vendas abaixo do mesmo período do ano anterior.

Receita nominal acumulada no ano no setor de móveis comparada com o mesmo período do ano anterior (%)

Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal de Mercado – de janeiro de 2020 a julho de 2020.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 – Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, considerando que não possuímos clientes responsáveis por mais de 10% da nossa receita líquida total.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, considerando que não possuímos clientes responsáveis por mais de 10% da nossa receita líquida total.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 – Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Estamos sujeitos a uma ampla gama de regulamentações que são geralmente aplicáveis às companhias que atuam no Brasil, inclusive regulamentações federais, estaduais e municipais, tais como leis trabalhistas, de saúde pública e ambientais, dentre outras. Também estamos sujeitos às leis e regras que são aplicáveis às companhias em setores e segmentos de negócios específico, como detalhado abaixo.

Regulamentação para nosso segmento de negócio de varejo

Nosso segmento de negócio de varejo está sujeito a um conjunto de regras de proteção do consumidor. Tais regras estabelecem certos direitos básicos do consumidor que precisam ser observados em nossas operações, entre os quais está o direito à informação prévia, clara e precisa sobre produtos e serviços oferecidos no mercado, com especificação correta de características, atributos, estruturas, qualidade, preços e riscos que eles representam, entre outros. Os consumidores também têm o direito ao acesso e de alterar ou solicitar que as informações pessoais recolhidas sobre eles e armazenadas em bancos de dados privados sejam deletadas. As regras de proteção do consumidor também têm um impacto na maneira em que fazemos publicidade e marketing.

Do ponto de vista de licenciamento, nossas lojas são obrigadas a ter as licenças exigidas pelas legislações federais, estaduais e municipais, entre as quais podemos destacar: (i) a licença operacional emitida pela prefeitura local (alvará); (ii) o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiras; (iii) o Auto de Verificação de Segurança emitida pelo Departamento de Controle e Uso de Imóveis (no caso de lojas localizadas nas cidades de São Paulo); (iv) habite-se, emitido pela prefeitura local; e (v) as licenças ambientais, se aplicáveis.

Acreditamos que preservamos uma relação harmoniosa com a administração pública no âmbito das aprovações mencionadas.

E-commerce

O negócio de *e-commerce* da Companhia está sujeito a um número de leis e regulamentos aplicáveis às companhias que fazem negócios na internet, muitos dos quais ainda estão evoluindo e poderiam ser interpretados de forma que possam impactar o nosso negócio. Embora seja difícil apurar plenamente em que medida os novos desenvolvimentos no campo jurídico afetarão nossos negócios, há uma tendência no sentido do aumento na proteção da privacidade de dados do consumidor, como a Lei Geral de Proteção de Dados, n.º 13.709/2018, conforme detalhado abaixo. É possível que regulamentos e leis gerais de negócios, ou aqueles que regem especificamente a Internet ou e-commerce, possam ser interpretados e aplicados de uma forma que possam vir a colocar restrições sobre a condução dos negócios da Companhia.

Regulamentação relativa à privacidade e proteção de dados no Brasil

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, especificamente, até o ano de 2018, o tema era tratado pelo judiciário, pelo Ministério Público e por órgãos de defesa do consumidor, de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de dispositivos legais esparsos e setoriais, quais sejam:

(i) a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;
(ii) o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de banco de dados de consumidores e cadastro de maus

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes

(iii) a Lei do Cadastro Positivo (Lei nº 12.414/11), alterada em abril de 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, entre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;

(iv) o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e

(v) o Decreto nº 8.771/16, que regulamentou o Marco Civil da Internet e definiu dados pessoais coo aqueles relacionados à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locacionais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, em agosto de 2018, foi promulgada a LGPD, que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no país de forma geral, por meio de um sistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas. A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

Além disso, a LGPD: (a) prevê diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais; (b) dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; e (c) prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa, no valor equivalente a até 2% (dois por cento) do faturamento da organização no Brasil.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive no ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no Brasil; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou a tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

Relevante destacar que, após a publicação da LGPD, esta foi alterada por meio da Lei 13.853/2019 que, dentre outras providências, criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade garantidora da observância das normas sobre proteção de dados no Brasil, que terá poderes e responsabilidades análogas às das autoridades europeias de proteção de dados, exercendo um triplo papel de (i) investigação, compreendendo o poder de solicitar informações de controladores e processadores de dados pessoais; (ii) execução, nos casos de descumprimento da lei, por meio de processo administrativo; e (iii) educação, com a responsabilidade de fomentar o conhecimento sobre proteção de dados no país.

Nesse sentido, vale destacar que apesar da publicação do Decreto nº 10.474/2020, em 26 de agosto de 2020, até o presente momento a ANPD não foi efetivamente estruturada pelo poder público, ou seja, os membros do seu Conselho Diretor ainda não foram nomeados pelo Presidente da República para posterior aprovação pelo Senado, conforme estabelecido pela LGPD. Com isso, alguns órgãos de defesa do consumidor já têm atuado, antes mesmo da vigência da LGPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais, exercendo

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

funções de fiscalização da LGPD, aplicando penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet.

Ademais, relevante esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, quanto a maior parte de suas disposições, exceto quanto à aplicabilidade de suas sanções administrativas (arts. 52, 53 e 54), cuja entrada em vigor está prevista para ocorrer no dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Neste cenário, todavia, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, mesmo antes de agosto de 2021, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

Logo, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

Para mitigar os riscos envolvendo a aplicação de quaisquer multas por descumprimento das disposições da LGPD, a Companhia possui política de privacidade e política de segurança da informação e veio desenvolvendo, nos últimos dois anos, diversas medidas para potencializar seus controles relacionados à segurança da informação.

Regulamentação Ambiental

Licenciamento ambiental

De acordo com a Lei Federal nº 6.938/1981 ("Política Nacional do Meio Ambiente"), a construção, instalação, ampliação e operação de estabelecimentos ou atividades que utilizem recursos naturais ou que possam ser consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou, ainda, passíveis de causar degradação ambiental, estão sujeitas ao licenciamento ambiental, que pode vir a ocorrer em âmbito federal, estadual ou municipal. As diretrizes para a determinação do órgão ambiental competente para a realização do licenciamento estão disciplinadas na Lei Complementar nº 140/2011.

Conforme definido pela Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA"), o processo de licenciamento ambiental engloba, em regra, três diferentes licenças, cada uma correspondendo a uma fase particular do projeto: a Licença Prévia ("LP"), concedida na fase preliminar e que avalia as condições básicas de localização, instalação e operação do empreendimento e/ou atividade; a Licença de Instalação ("LI"), que autoriza a sua efetiva instalação e implementação, conforme as condições estabelecidas na fase preliminar; e, por fim, a Licença de Operação ("LO") que autoriza o início de seu funcionamento ou das operações do empreendimento e/ou atividade licenciada.

A depender das especificidades do empreendimento e/ou projeto, do âmbito de seus impactos ambientais e dos critérios de exigibilidade estabelecidos pelo órgão ambiental competente, o processo de licenciamento ambiental pode ocorrer de forma simplificada, ao invés do sistema trifásico previamente descrito. No caso de licenciamento ambiental de empreendimento ou atividade que tenham potencial de causar significativo impacto ambiental, a autoridade ambiental poderá exigir a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental ("EIA/RIMA").

As licenças ambientais possuem validade limitada, de modo que deverão ser periódica e tempestivamente renovadas perante os órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade e irregularidade da atividade e/ou empreendimento. Ainda, as licenças ambientais podem

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

conter condicionantes técnicas estabelecidas pela autoridade ambiental, que são condições de validade e o seu descumprimento pode impactar a regularidade das operações da Companhia, sujeitando-a a penalidades administrativas e criminais, além da obrigação de reparar os danos ambientais causados.

Responsabilidade ambiental

No Direito brasileiro, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes, direta ou indiretamente, envolvidas na geração do dano. Não existe na legislação pátria qualquer previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de remediação ou indenização pelo dano ambiental na esfera cível. Tal valor será fixado proporcionalmente ao dano causado.

Como consequência, a Companhia não está eximida da responsabilidade pelos danos ambientais causados por terceiros contratados para realizar parte de suas operações, como o tratamento dos efluentes líquidos e resíduos sólidos. De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental de forma integral, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais. A pretensão reparatória do dano ambiental na esfera civil é imprescritível, não se extinguindo por decurso de prazo. Para mais, a lei ambiental permite a desconsideração da personalidade jurídica quando essa for compreendida como um obstáculo ao ressarcimento dos danos ambientais.

O cumprimento da legislação ambiental é fiscalizado por órgãos e agências governamentais. A eventual inobservância das normas pode sujeitar a sanções nas esferas: (i) administrativa; (ii) cível; e (iii) criminal. Diz-se que as três esferas de responsabilidade mencionadas são “diversas e independentes” porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar responsabilização ambiental nos três níveis, com a aplicação de três sanções diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

No que se refere à responsabilidade administrativa, prevista genericamente pela Lei Federal nº 9.605/1998 e regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008, toda ação ou omissão que importe na violação de norma de preservação ao meio ambiente, independentemente da efetiva ocorrência de dano ambiental, é considerada infração administrativa ambiental. De acordo com a legislação brasileira, as infrações administrativas são punidas com: advertência; multa simples no valor de até R$ 50 milhões; multa diária; apreensão dos produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total das atividades; e restritiva de direitos.

A responsabilização civil objetiva por danos causados ao meio ambiente e a terceiros está prevista nos artigos 3º, 10 e 14 da Lei Federal nº 6.938/1981, bem como no artigo 225, parágrafo 3º, da Constituição Federal.

A caracterização da responsabilidade civil ambiental como objetiva significa que sua imputação ao agente econômico depende tão somente da constatação de que uma ação ou omissão sua gerou dano ao meio ambiente, independentemente da verificação de culpa (negligência, imperícia ou imprudência) ou dolo do agente.

Ademais, a responsabilidade civil ambiental é solidária entre os agentes causadores do dano ambiental. Desta maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída, em princípio, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, pela atividade causadora contribuíram para a ocorrência de degradação ambiental (artigo 3º, inciso IV, da Lei Federal nº 6.938/1981).

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pela totalidade da remediação ou do pagamento de indenização pelo dano ambiental, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano ambiental, com base legal e/ou contratual, a depender do caso. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado.

Dessa forma, a contratação de terceiros para proceder qualquer serviço em seus estabelecimentos, incluindo, por exemplo, a destinação final de resíduos sólidos, não isenta a Companhia de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

Na esfera criminal, a responsabilidade por canos danos causados ao meio ambiente no Brasil tem como preceito fundamental a Lei Federal nº 9.605/98 ("Lei de Crimes Ambientais"). Referida Lei, além das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e as respectivas sanções, prevê regras e circunstâncias específicas de aplicação das penas por danos ambientais, adaptando as regras de direito penal às exigências que a proteção ao meio ambiente exige.

A violação à Lei de Crimes Ambientais pode caracterizar crime ambiental, atingindo as pessoas físicas na figura dos administradores, diretores, membros do conselho de administração e de órgãos técnicos, auditores, gerentes, prepostos ou mandatários e a própria pessoa jurídica. A Lei de Crimes Ambientais elege como responsáveis pelas condutas caracterizadas como criminosas todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para sua prática, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, a qual resta caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa.

Vale ressaltar que a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que acaba muitas vezes por estender a responsabilidade de tais atos aos membros das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos. Dessa forma, verifica-se ser abrangente a responsabilização criminal por danos ambientais, havendo a possibilidade de, pela prática de uma única conduta prevista como criminosa, serem responsabilizados diversos sujeitos, inclusive os administradores.

Ressalte-se, por fim, que a responsabilidade penal por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que a imputação de penalidades criminais estará condicionada à caracterização de culpa, a partir da comprovação de autoria e materialidade do crime ambiental. Sob este prisma, as pessoas físicas estarão sujeitas a penas restritivas de direito e/ou privativas de liberdade na medida da sua contribuição ou omissão para ocorrência do crime. Por sua vez, a pessoa jurídica estará sujeita, alternativa ou cumulativamente, às penalidades de multa, prestação de serviços à comunidade, suspensão parcial ou total de atividades, interdição temporária de estabelecimento, proibição de contratar com poder público.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

A Lei Federal nº 12.305/2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos ("PNRS") para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos, disciplinando a segregação, armazenamento, transporte, destinação e disposição final ambientalmente adequada desses resíduos.

Nos termos da legislação citada, a Companhia deve elaborar e implementar o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos para todos os resíduos sólidos que não forem equiparados àqueles domiciliares, coletados pelo Poder Público. O descumprimento dessas regras, pode expor a Companhia às mesmas sanções administrativas (e.g. multas de até R$50 milhões e embargo), civis e criminais já citadas.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Apesar de não possui uma política socioambiental devidamente implementada, a Companhia busca cumprir a legislação ambiental vigente. A partir de 2020, a Companhia desenvolveu sistema de monitoramento da cadeia de seus fornecedores através da contratação da empresa SGS – ICS Certificadora Ltda. Nesse sentido, a Companhia visa implementar ferramentas e controles que mitiguem eventuais riscos ambientais nas atividades de seus fornecedores de acordo com suas diretrizes.

Até a data de fechamento deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a padrões internacionais de proteção ambiental.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 ("Lei de Propriedade Industrial"), dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade industrial no Brasil. Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta, sendo assegurado ao titular o direito de uso exclusivo, em todo território nacional, por um período determinado de 10 (dez) anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade de registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado "depositante") possui apenas uma expectativa de direito de propriedade para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas de retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; ou (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; ou (iii) não contestação e/ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de 163 marcas registradas junto ao INPI, em nome próprio ou em nome de outras sociedades empresárias integrantes de seu grupo econômico, destacando-se a marca "TOK&STOK" como a principal marca da Companhia, tendo em vista que através dessa marca que a Companhia é identificada pelos consumidores.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System ("DNS"), de

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Ademais, a Companhia é titular de alguns nomes de domínio associados às marcas acima mencionadas, destacando-se <tokstok.com.br>.

Para maiores informações sobre marcas, nomes de domínio e demais ativos de propriedade intelectual de titularidade da Companhia, vide item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 – Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor.

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos operações em países estrangeiros e, portanto, não aufere receitas no exterior.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor.

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos operações em países estrangeiros e, portanto, não aufere receitas no exterior.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.

Não aplicável, tendo em vista que não possuímos operações em países estrangeiros e, portanto, não aufere receitas no exterior.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 – Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui operações em países estrangeiros.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 – Políticas socioambientais

(a) divulgação de informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual, de sustentabilidade ou integrado.

(b) metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(c) indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(d) indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais .

(e) se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais.

(f) se a Companhia não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), explicar o motivo

A Companhia não divulga informações socioambientais. A Companhia entende que as informações prestadas no Formulário de Referência atendem essa demanda .

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 – Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 – Negócios extraordinários

Não aplicável, uma vez que nos três últimos exercícios sociais, não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos nossos negócios e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 – Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável, uma vez que nos três últimos exercícios sociais, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 – Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável, uma vez que nos três últimos exercícios sociais, não foi celebrado nenhum contrato relevante por nós ou por nossas controladas que não fosse diretamente relacionado com nossas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 – Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

Todas as informações relevantes relacionadas a este Formulário de Referência foram descritas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Ao invés de descrever extensa lista dos nossos ativos imobilizados, entendemos ser mais útil aos nossos acionistas e ao mercado em geral, prestar as informações deste item no formato indicado no item 9.1(a) deste Formulário de Referência (ativos imobilizados, inclusive aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando a sua localização), por meio do qual é possível verificar uma descrição mais completa e detalhada dos imóveis relevantes para o exercício das nossas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Loja Rua Henrique da Cunha, 110	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Loja Rua Henrique da Cunha, 114	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Loja Rua Henrique da Cunha, 116	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Loja Rua Henrique da Cunha, 126	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Loja Rua Pedro Leão, 67	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Loja Rua Pedro Leão, 71	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Loja Rua Pedro Leão, 75	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Loja Rua Pedro Leão, 77	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Loja 1417-L, Av. Atlântica, 4240	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Loja 1417-M, Av. Atlântica, 4240	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Loja 1417-N Av. Atlântica, 4240	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Loja 1417-O, Av. Atlântica, 4240	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Loja 20-N, Av. Atlântica, 4240	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Loja SS-116, Av. Atlântica, 4240	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Loja SS-117, Av. Atlântica, 4240	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Loja SS-118, Av. Atlântica, 4240	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Loja SS-114, Av. Atlântica, 4240	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Loja SS-115, Av. Atlântica, 4240	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Loja Av. Pereira Barreto, 42, Ancora 01C – Vila Gilda	Brasil	SP	Santo André	Alugada
Loja Av. Marieta Leite esquina com Av. Ministro Geraldo Barreto Sobral	Brasil	SE	Aracaju	Alugada
Loja Alameda Xingu, 200/290 – Tamboré	Brasil	SP	Barueri	Alugada
Loja Av. Santa Catarina, 01 – Bairro dos Estados, São Comercial L.282	Brasil	SC	Balneário Camboriú	Alugada
Loja Shopping Bosque Grão-Pará - Loja 1065/1066	Brasil	PA	Belém	Alugada
Loja Boulevard Shopping BH	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja BR-356,2500 – Santa Lúcia	Brasil	MG	Belo Horizonte	Alugada
Loja Av. José de Azevedo Neto	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja SGCV/SUL L22	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Loja Lago Norte	Brasil	DF	Brasília	Alugada
Loja Botafogo	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja Vila Brandina	Brasil	SP	Campinas	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Loja Av. Miguel Sutil	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Loja Av. Afonso Pena	Brasil	MS	Campo Grande	Alugada
Loja 1417-J Av. Nossa Senhora de Copacabana	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja SSL-111 Av. Nossa Senhora de Copacabana	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 112 Av. Nossa Senhora de Copacabana	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 108 e 109 Av. Nossa Senhora de Copacabana	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 110 Av. Nossa Senhora de Copacabana	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja SLL-119 Av. Nossa Senhora de Copacabana	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 107 Av. Nossa Senhora de Copacabana	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 303 e 304 Av. Nossa Senhora de Copacabana	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja 301 Av. Nossa Senhora de Copacabana	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja Rua Capital Souza Franco	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Loja Brooklin Novo	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja Rod. Virgilio Varzea	Brasil	SC	Florianópolis	Alugada
Loja Av. Washington Soares	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Loja Av. Deputado Jamel Cecílio	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Loja Av. Bartholomeu de Carlos	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Loja Higienópolis	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja Av. Ibirapuera, Goldman	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja Av. Ibirapuera, Clenicon	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja Av. Regente Feijó	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja Rua Manoel Arruda Cavalcanti	Brasil	PB	João Pessoa	Alugada
Loja Av. Victor Ferreira do Amaral	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Loja Rua Maria Lucia da Paz	Brasil	PR	Londrina	Alugada
Loja Av. Comendador Gustavo Paiva	Brasil	AL	Maceió	Alugada
Loja Santo Amaro	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja Rua Capital Pacheco e Chaves	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja Av. Coronel Teixeira	Brasil	AM	Manaus	Alugada
Loja Rua Miguel Mentem	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja Av. Giovanni Gronchi	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Loja Rua Eletricista Elias Fernandes	Brasil	RN	Natal	Alugada
Loja Rua Quinze de Novembro	Brasil	RJ	Niterói	Alugada
Loja Av. Dom Helder Camara	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja Henrique da Cunha, 68	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja Av. Eusébio Matoso 1265	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja Av. Eusébio Matoso, 1233 e 1235	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja Rua Bento Frias	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja Rua Henrique da Cunha, 130	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja Av. Limeira	Brasil	SP	Piracicaba	Alugada
Loja Rua Vinte e Quatro de Outubro, Ritter	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja Rua Vinte e Quatro de Outubro, Pires	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja Av. Francisco Matarazzo	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja Av. Praia de Belas	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja Rua Padre Carapuceiro	Brasil	PE	Recife	Alugada
Loja Av. Luiz Eduardo Toledo Prado	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Alugada
Loja Rua Brigadeiro Franco	Brasil	PR	Curitiba	Alugada
Loja Rua Domingos de Morais	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Loja Av. João Wallig	Brasil	RS	Porto Alegre	Alugada
Loja Av. Dep. Benedito Matarazzo	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
Loja Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Alugada
Loja Av. Daniel de La Touche	Brasil	MA	São Luís	Alugada
Loja Rua Augusto Lipel	Brasil	SP	Sorocaba	Alugada
Loja Av. Tancredo Neves	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja Av. Centenário	Brasil	BA	Salvador	Alugada
Loja Av. Maracanã	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
Loja Av. Marechal Castelo Branco	Brasil	PI	Teresina	Alugada
Loja Av. João Naves de Avila	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
Loja Av. Rio Branco	Brasil	ES	Vitória	Alugada
Loja Av. Tucunaré, 550	Brasil	SP	Barueri	Alugada
Loja Estrada Municipal Vargem do João Pinto	Brasil	MG	Extrema	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Loja Av. Tucunaré, 878	Brasil	SP	Barueri	Alugada
Loja Estrada dos Alpes	Brasil	SP	Barueri	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 827799942, na classe NCL (8) 24, para a marca nominativa “TOCK STOCK”	Registro válido até 25/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 827799950, na classe NCL (8) 35, para a marca nominativa “TOK STOCK”	Registro válido até 20/08/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 827799969, na classe NCL (8) 35, para a marca nominativa “TOCK STOCK”	Registro válido até 03/12/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 827897782, na classe NCL (8) 16, para a marca mista "TOK & STOK"	Registro válido até 24/01/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 827897790, na classe NCL (8) 16, para a marca nominativa "TOK STOCK"	Registro válido até 24/01/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 828215065, na classe NCL (8) 09, para a marca mista "TOK & STOK"	Registro válido até 22/04/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 828215073, na classe NCL (8) 09, para a marca nominativa “TOK STOCK”	Registro válido até 25/03/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 828215081, na classe NCL (8) 21, para a marca nominativa “TOK STOCK”	Registro válido até 25/03/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 006900976, na classe 40:15, para a marca nominativa “PRESTOK”	Registro válido até 10/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 006900968, na classe 20, 10:15:40, para a marca mista "TOK & STOK"	Registro válido até 10/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 006900976, na classe 20, 10:15:40, para a marca mista "MINISTOK"	Registro válido até 31/07/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 811181278, na classe 26:10, para a marca mista "MINISTOK"	Registro válido até 20/02/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 811181308, na classe 20, 10:15:20, para a marca mista "MINISTOK"	Registro válido até 31/07/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 811181260, na classe 27, 10:20, para a marca mista "MINISTOK"	Registro válido até 31/07/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 811183300, na classe 24, 10:20:30, para a marca mista "MINISTOK"	Registro válido até 20/02/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 811516520, na classe 20, 25:35:40, para a marca nominativa “MAXISTOK”	Registro válido até 13/08/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 811516539, na classe 20, 10:15:20, para a marca nominativa “MAXISTOK”	Registro válido até 13/08/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 813996511, na classe 20:10, para a marca nominativa “TOK FINAL”	Registro válido até 12/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 814143105, na classe NCL (8) 35, para a marca nominativa "TOK&STOK"	Registro válido até 10/09/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 814143148, na classe 24, 10:20:30, para a marca nominativa "TOK&STOK"	Registro válido até 16/04/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 814143121, na classe NCL (8) 44, para a marca nominativa "TOK&STOK"	Registro válido até 10/09/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 814143130, na classe 24, 10:20:30, para a marca nominativa “T & S SOFT”	Registro válido até 22/10/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 816592802, na classe 20:10, para a marca mista “GARDEN TOK & STOK”	Registro válido até 03/11/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 818567813, na classe 27, 10:20, para a marca mista “TOK & STOK”	Registro válido até 20/07/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 818567805, na classe 26:10, para a marca mista “TOK & STOK”	Registro válido até 14/04/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 818567759, na classe 14, 10:20:30, para a marca mista “TOK & STOK”	Registro válido até 14/04/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 818567783, na classe 24, 10:20:30, para a marca mista “TOK & STOK”	Registro válido até 28/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 818567740, na classe 09, 25:50:80, para a marca mista "TOK & STOK"	Registro válido até 04/11/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 818567830, na classe 37, 20:49, para a marca mista "TOK & STOK"	Registro válido até 07/04/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 818567775, na classe 20, 10:15:20, para a marca mista "TOK & STOK"	Registro válido até 04/11/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 818567856, na classe 40:15, para a marca mista “TOK & STOK”	Registro válido até 07/04/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 818567848, na classe 38, 10:20:60, para a marca mista “TOK & STOK”	Registro válido até 16/09/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 818567791, na classe 25, 10:20:60, para a marca mista “TOK & STOK”	Registro válido até 14/04/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 818869798, na classe NCL (7) 20, para a marca nominativa “HOME THEATRE”	Registro válido até 12/09/2020	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 819570680, na classe 20, 10:15:25, para a marca nominativa “FUT”	Registro válido até 27/04/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 819585246, na classe 16, 60:70, para a marca mista “TOK & STOK”	Registro válido até 06/07/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 200025074, na classe NCL (8) 21, para a marca mista "CAFÉ DESIGN TOK & STOK"	Registro válido até 30/07/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 200025066, na classe NCL (8) 10, para a marca mista "CAFÉ DESIGN TOK & STOK"	Registro válido até 30/07/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 820476110, na classe NCL (8) 20, para a marca mista "CAFÉ DESIGN TOK & STOK"	Registro válido até 30/07/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 820476102, na classe NCL (8) 43, para a marca mista "CAFÉ DESIGN TOK & STOK"	Registro válido até 09/08/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 821573390, na classe NCL (8) 43, para a marca nominativa "CAFÉ DESIGN"	Registro válido até 21/10/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 821573403, na classe NCL (8) 20, para a marca nominativa "CAFÉ DESIGN"	Registro válido até 21/10/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 822578468, na classe NCL (7) 20, para a marca nominativa "POPSTOK"	Registro válido até 19/09/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 822614626, na classe NCL (7) 21, para a marca nominativa "POPSTOK"	Registro válido até 26/09/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 822578476, na classe NCL (7) 20, para a marca nominativa "SOFISTOK"	Registro válido até 19/09/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 822614618, na classe NCL (7) 21, para a marca nominativa "SOFISTOK"	Registro válido até 26/09/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 823116670, na classe NCL (7) 20, para a marca nominativa "TOC-STOC"	Registro válido até 28/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 823116662, na classe NCL (7) 20, para a marca nominativa "TOQUE ESTOQUE"	Registro válido até 28/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 823116689, na classe NCL (7) 20, para a marca nominativa “TOK-ESTOK”	Registro válido até 28/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 823116727, na classe NCL (7) 24, para a marca nominativa “TOK-ESTOK”	Registro válido até 28/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 823116751, na classe NCL (7) 27, para a marca nominativa “TOC-STOC”	Registro válido até 28/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 823116735, na classe NCL (7) 24, para a marca nominativa “TOK-STOCK”	Registro válido até 26/09/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 823116697, na classe NCL (7) 20, para a marca nominativa “TOK-STOCK”	Registro válido até 26/09/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 823116719, na classe NCL (7) 24, para a marca nominativa “TOC-STOC”	Registro válido até 28/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 823116700, na classe NCL (7) 24, para a marca nominativa “TOQUE ESTOQUE”	Registro válido até 28/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 823116743 , na classe NCL (7) 27, para a marca nominativa “TOQUE ESTOQUE”	Registro válido até 28/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 823116794, na classe NCL (7) 27, para a marca nominativa “TOK STOCK”	Registro válido até 28/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 823116760, na classe NCL (7) 27, para a marca nominativa “TOK-ESTOK”	Registro válido até 28/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 823116778, na classe NCL (7) 11, para a marca nominativa “TOQUE ESTOQUE”	Registro válido até 28/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 823116786, na classe NCL (7) 11, para a marca nominativa “TOC-STOC”	Registro válido até 28/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 823116808, na classe NCL (7) 11, para a marca nominativa “TOK-STOCK”	Registro válido até 28/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 823116816, na classe NCL (7) 11, para a marca nominativa “TOK-ESTOK”	Registro válido até 28/11/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 823371000, na classe NCL (7) 20, para a marca mista “CAFÉ DESIGN TOK&STOK”	Registro válido até 05/12/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 823371026, na classe NCL (7) 42, para a marca mista "CAFÉ DESIGN TOK&STOK"	Registro válido até 05/12/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 824395514, na classe NCL (8) 35, para a marca nominativa "TOK & ARTE"	Registro válido até 24/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 824395522, na classe NCL (8) 42, para a marca nominativa "TOK & ARTE"	Registro válido até 24/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 824716140, na classe NCL (8) 11, para a marca nominativa “ESTOK”	Registro válido até 24/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 824716191, na classe NCL (8) 35, para a marca nominativa “ESTOK”	Registro válido até 24/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 824716159, na classe NCL (8) 20, para a marca nominativa “ESTOK”	Registro válido até 24/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 824716167, na classe NCL (8) 24, para a marca nominativa “ESTOK”	Registro válido até 24/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 824716183, na classe NCL (8) 27, para a marca nominativa “ESTOK”	Registro válido até 24/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 824716205, na classe NCL (8) 42, para a marca nominativa “ESTOK”	Registro válido até 24/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 826189288, na classe NCL (8) 20, para a marca mista "PONTO VERMELHO"	Registro válido até 11/09/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 826622810, na classe NCL (8) 20, para a marca nominativa "COR & STOK"	Registro válido até 11/09/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 826745938, na classe NCL (8) 43, para a marca nominativa "ESTOK"	Registro válido até 25/09/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 826684343, na classe NCL (8) 19, para a marca mista "TOK & STOK"	Registro válido até 09/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 826945619, na classe NCL (8) 20, para a marca mista "TOK&STOK ECO SOCIAL"	Registro válido até 16/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 826945627, na classe NCL (8) 21, para a marca mista "TOK&STOK ECO SOCIAL"	Registro válido até 16/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 826945635, na classe NCL (8) 35, para a marca mista "TOK&STOK ECO SOCIAL"	Registro válido até 07/07/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 827432054, na classe NCL (8) 24, para a marca mista "TOK VIDA"	Registro válido até 20/11/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 827432062, na classe NCL (8) 35, para a marca mista "TOK VIDA"	Registro válido até 20/11/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 827432070, na classe NCL (8) 24, para a marca mista "TOK VIDA"	Registro válido até 20/11/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 827625774, na classe NCL (8) 16, para a marca mista "TOK&STOK EM REVISTA"	Registro válido até 26/12/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 827799896, na classe NCL (8) 20, para a marca nominativa "TOK STOCK"	Registro válido até 22/01/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 827799900, na classe NCL (8) 20, para a marca nominativa “TOCK STOCK”	Registro válido até 22/01/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 827799918, na classe NCL (8) 21, para a marca nominativa “TOK STOCK”	Registro válido até 22/01/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 827799926, na classe NCL (8) 21, para a marca nominativa “TOCK STOCK”	Registro válido até 22/01/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 827799934, na classe NCL (8) 24, para a marca nominativa “TOK STOCK”	Registro válido até 24/01/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 828215090, na classe NCL (8) 21, para a marca mista “TOK & STOK”	Registro válido até 22/04/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 900272309, na classe NCL (9) 20, para a marca nominativa “TOK”	Registro válido até 31/05/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 830081895, na classe NCL (9) 09, para a marca mista "TOK&STOK COMPACT"	Registro válido até 06/09/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 830081887, na classe NCL (9) 16, para a marca mista "TOK&STOK COMPACT"	Registro válido até 25/04/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 830081879, na classe NCL (9) 19, para a marca mista "TOK&STOK COMPACT"	Registro válido até 06/09/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 830081860, na classe NCL (9) 20, para a marca mista "TOK&STOK COMPACT"	Registro válido até 06/09/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 830081852, na classe NCL (9) 21, para a marca mista "TOK&STOK COMPACT"	Registro válido até 30/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 830081844, na classe NCL (9) 24, para a marca mista "TOK&STOK COMPACT"	Registro válido até 30/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 830081836, na classe NCL (9) 27, para a marca mista "TOK&STOK COMPACT"	Registro válido até 30/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 830081828, na classe NCL (9) 28, para a marca mista "TOK&STOK COMPACT"	Registro válido até 30/08/2021	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 830081810, na classe NCL (9) 35, para a marca mista "TOK&STOK COMPACT"	Registro válido até 17/12/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 831127317, na classe NCL (9) 41, para a marca nominativa “TOKLOK”	Registro válido até 02/12/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 910478678, na classe NCL (10) 09, para a marca nominativa “MAIS TOK&STOK”	Registro válido até 20/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 910478708, na classe NCL (10) 16, para a marca nominativa “MAIS TOK&STOK”	Registro válido até 20/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 910478716, na classe NCL (10) 19, para a marca nominativa “MAIS TOK&STOK”	Registro válido até 20/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 910478791, na classe NCL (10) 20, para a marca nominativa “MAIS TOK&STOK”	Registro válido até 20/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 910478872, na classe NCL (10) 21, para a marca nominativa “MAIS TOK&STOK”	Registro válido até 20/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 910478929, na classe NCL (10) 24, para a marca nominativa “MAIS TOK&STOK”	Registro válido até 27/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 910478953, na classe NCL (10) 27, para a marca nominativa “MAIS TOK&STOK”	Registro válido até 27/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 910478996, na classe NCL (10) 28, para a marca nominativa “MAIS TOK&STOK”	Registro válido até 27/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 910479070, na classe NCL (10) 35, para a marca nominativa “MAIS TOK&STOK”	Registro válido até 27/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 910479097, na classe NCL (10) 42, para a marca nominativa “MAIS TOK&STOK”	Registro válido até 27/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 910479100, na classe NCL (10) 09, para a marca nominativa “+ TOK&STOK”	Registro válido até 27/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 910479135, na classe NCL (10) 16, para a marca nominativa "+ TOK&STOK"	Registro válido até 27/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 910479194, na classe NCL (10) 19, para a marca nominativa "+ TOK&STOK"	Registro válido até 27/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 910479224, na classe NCL (10) 20, para a marca nominativa "+ TOK&STOK"	Registro válido até 27/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 910479259, na classe NCL (10) 21, para a marca nominativa "+ TOK&STOK"	Registro válido até 27/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 910479291, na classe NCL (10) 24, para a marca nominativa "+ TOK&STOK"	Registro válido até 14/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 910479305, na classe NCL (10) 27, para a marca nominativa "+ TOK&STOK"	Registro válido até 20/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 910479330, na classe NCL (10) 28, para a marca nominativa "+ TOK&STOK"	Registro válido até 14/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 910479356, na classe NCL (10) 35, para a marca nominativa "+ TOK&STOK"	Registro válido até 14/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 910479372, na classe NCL (10) 42, para a marca nominativa "+ TOK&STOK"	Registro válido até 14/02/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 916533638, na classe NCL (11) 09, para a marca nominativa “BLACK STOK”	Registro válido até 17/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 916533689, na classe NCL (11) 16, para a marca nominativa “BLACK STOK”	Registro válido até 17/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros
Marcas	Registro 916533735, na classe NCL (11) 19, para a marca nominativa “BLACK STOK”	Registro válido até 17/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 916533760, na classe NCL (11) 20, para a marca nominativa “BLACK STOK”	Registro válido até 17/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 916533816, na classe NCL (11) 20, para a marca nominativa “BLACK STOK”	Registro válido até 17/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 916533859, na classe NCL (11) 24, para a marca nominativa “BLACK STOK”	Registro válido até 17/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 916533883, na classe NCL (11) 27, para a marca nominativa “BLACK STOK”	Registro válido até 17/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 916533913, na classe NCL (11) 28, para a marca nominativa “BLACK STOK”	Registro válido até 17/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 916533921, na classe NCL (11) 35, para a marca nominativa “BLACK STOK”	Registro válido até 17/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 916533972, na classe NCL (11) 38, para a marca nominativa “BLACK STOK”	Registro válido até 17/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 916534014, na classe NCL (11) 42, para a marca nominativa “BLACK STOK”	Registro válido até 17/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 916534162, na classe NCL (11) 44, para a marca nominativa “BLACK STOK”	Registro válido até 17/09/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 918642825, na classe NCL (11) 14, para a marca mista "TOK"	Registro válido até 02/07/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 918643406, na classe NCL (11) 19, para a marca mista "TOK"	Registro válido até 02/07/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro 918643716, na classe NCL (11) 20, para a marca mista	Registro válido até 02/07/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 918824354, na classe NCL (11) 09, para a marca nominativa "TOK&STOK PAY"	Registro válido até 02/07/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	conselho-ts.com.br	Até 01/08/2024, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	estoc.com.br	Até 25/01/2021, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	estok.com.br	Até 25/01/2021, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	maistokstok.com.br	Até 08/12/2023, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	popstoc.com.br	Até 28/01/2021, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	popstock.com.br	Até 28/01/2021, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	popstok.com.br	Até 28/01/2021, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	popstoque.com.br	Até 25/01/2021, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	prestoc.com.br	Até 25/01/2021, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	prestock.com.br	Até 25/01/2021, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	prestoque.com.br	Até 28/01/2021, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	tksolution.com.br	Até 10/10/2024, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	tockstock.com.br	Até 14/08/2024, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	tockstock.com.br	Até 14/08/2024, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	tocstoc.com.br	Até 14/08/2024, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	tocstock.com.br	Até 02/08/2024, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	tocstok.com.br	Até 01/08/2024, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	tokemcasa.com	Até 21/07/2025, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	tokemcasa.com.br	Até 21/07/2025, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	tokemcasa.net	Até 21/07/2025, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	tokpresente.com.br	Até 19/11/2020, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	tokstoc.com.br	Até 01/08/2024, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	tokstock.com.br	Até 30/10/2024, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	tokstok.com	Até 08/11/2020, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	tokstok.com.br	Até 12/11/2020, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	tokstok.net.br	Até 08/10/2024, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	tokstoksolution.com.br	Até 10/10/2024, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	tokstoksolutions.com.br	Até 10/10/2024, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	toquestoque.com.br	Até 08/10/2024, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	gotokstok.net	Até 03/01/2025, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	tksolutionsystems.com	Até 18/04/2021, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.
Nome de domínio na internet	tokemcasa.co	Até 22/07/2025, renovação.	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas de classes diferentes; e (v) por ordem judicial; ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Impossibilidade de uso do nome de domínio. Adicionalmente, terceiros poderão pedir o registro do domínio.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro 826189300, na classe NCL (8) 20, para a marca nominativa “T&S DESIGN”	Registro válido até 11/09/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Estok Distribuidora e Serviços S.A.	34.225.363/0002-28	-	Controlada	Brasil	MG	Extrema	(i) a comercialização, importação, exportação e a locação de móveis, utensílios ou objetos de uso pessoal, doméstico, esportivo, profissional, de decoração ou adorno, de entretenimento e artigos de toucador; (ii) comércio e distribuição atacadista com predominância de móveis e acessórios; (iii) a comercialização de móveis planejados; (iv) a prestação de serviços de instalação, montagem, locação e decoração, por conta própria ou de terceiros; (v) a representação comercial por conta própria ou de terceiros, serviços de cadastramento, levantamento de dados; (vi) a realização de operações imobiliárias de imóveis próprios, exploração de serviços de restaurante, lanchonete, chá, café e bar; (vii) a participação em outras empresas, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, com ou sem controle acionário; (viii) a edição e comercialização de livros e revistas e; (ix) a comercialização de eletroeletrônicos em geral.	100,000000
30/09/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2020	10.530.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Segregação das atividades da distribuidora.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9, devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras auditadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e nossas informações financeiras intermediárias revisadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR relativas aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, as quais foram elaboradas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das operações de arrendamento (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Consequentemente, as informações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção de tal norma e, por isso, não são comparáveis com as informações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma. Para mais informações, ver seção 10.4 deste Formulário de Referência.

Conforme descrito nos itens 7.1 e 10.9, bem como no item 4.1 deste Formulário de Referência, a pandemia do COVID-19 vem afetando de forma material e adversa nossos negócios, condições financeiras, resultado das operações e nosso fluxo de caixa.

A partir do fechamento da totalidade de nossas lojas no final de março de 2020, tomamos medidas preventivas, incluindo, mas não se limitando, a reduzir despesas e buscar novas linhas de crédito para reforçar nosso capital de giro (vide item 10.9 deste Formulário de Referência). Acreditamos que essas medidas e nossa posição financeira atual são adequadas para garantir o cumprimento de nossas obrigações de longo e curto prazos e, apesar da administração entender que a pandemia do COVID-19 trará efeitos adversos relevantes no curto prazo e efeitos que não conseguimos prever de médio e longo prazo, acreditamos que seremos capazes de continuar operando nossos negócios. Durante o fechamento de nossas lojas, que começaram a ser reabertas no final do mês de abril de 2020, tivemos um crescimento expressivo de nossas vendas através de nossos canais digitais (Vide Seção 10.9), o que atenuou o impacto da redução das vendas nas lojas físicas.

As referências às vendas mesmas lojas ("like-for-like" ou vendas "LFL") comparam as receitas brutas de vendas (líquida de descontos, devoluções e cancelamentos) no período relevante com as do mesmo período do ano anterior, com base nas vendas realizadas pelo canal digital e por lojas comparáveis, que são definidas como lojas que estão abertas e operantes há pelo menos doze meses, que não foram objeto de encerramento ou renovação dentro deste período.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao ativo total e/ou passivo total e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores da Companhia entendem que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios para os próximos doze meses e cumprir com seus passivos de curto prazo. Os Diretores entendem que a geração de caixa operacional da Companhia, juntamente com os recursos de terceiros disponíveis, são suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o prejuízo foi de R$ 50,1 milhões frente a um lucro líquido de R$32,2 milhões no mesmo período em 2019. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação ocorreu principalmente em razão da redução significativa das vendas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

durante a pandemia do COVID-19, tendo em vista que nossas lojas físicas foram fechadas por um período e, ao reabrirem, tiveram seus dias e horários de funcionamento reduzidos. Também tivemos impactos negativos nas vendas por conta de restrições em nosso processo logístico (entregas e montagem de móveis foram prejudicadas pelas restrições de circulação e dificuldades de acesso de montadores à residência de nossos clientes), notadamente entre os meses de abril e junho de 2020.

Nossa operação no canal digital apresentou um crescimento significativo, principalmente a partir da segunda quinzena do mês de abril, passando de 10,8% da receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para 23,7% da receita líquida no mesmo período de 2020. O crescimento das nossas vendas no canal digital compensou parcialmente a redução da receita líquida da Companhia que foi 23,4% menor que o verificado no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019. Durante a pandemia do COVID-19 também tomamos importantes medidas relacionadas à redução de despesas (principalmente despesas com pessoal, aluguel e afins), o que contribuiu para uma redução de 11,9% nas despesas com vendas e um aumento de apenas 1,8% nas despesas gerais e administrativas no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, não obstante 5 novas lojas que foram inauguradas ao longo de 2019 e que portanto representaram despesas incrementais nesse ano e o mesmo período do ano anterior. Tais iniciativas de controle e redução de despesas compensaram parcialmente a redução em nosso lucro bruto decorrente da redução de vendas, tendo o EBITDA Ajustado da Companhia totalizando R$8,5 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado com um EBITDA Ajustado de R$ 109,7 milhões no mesmo período do ano anterior.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido foi de R$53,5 milhões em comparação a R$ 73,0 milhões em 2018. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação ocorreu principalmente devido a alguns fatores:

- Impacto negativo no lucro operacional da Companhia relacionado com a despesa do contrato de longo prazo firmado com a Domus, empresa de tecnologia, no montante de R$29,9 milhões

- Impacto positivo de R$ 16,9 milhões pela redução de despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social, devido a uma menor base de lucro antes do imposto de renda e da contribuição social; e

- Impacto negativo de R$17,3 milhões por conta da adoção da norma contábil CPC06 (R2) IFRS16, referente à despesa de juros sobre passivo de arrendamento reconhecida no resultado financeiro e a despesa de amortização do direito de uso, deduzidas dos pagamentos de passivo de arrendamento

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido foi de R$73,0 milhões, comparado a um prejuízo líquido de R$12,8 milhões no exercício de 2017. Na opinião dos Diretores da Companhia, este crescimento de rentabilidade deve-se principalmente a um aumento de 9,2% na receita líquida combinado com redução nas despesas operacionais, em 4,0%, sendo que parte dessa redução deve-se ao reconhecimento, em 2017, de R$ 34,0 milhões do ajuste referente a parcela sob condição suspensiva decorrente de negociação de compra de participação entre os acionistas da Companhia ocorrida em 2012.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado de R$ 8,5 milhões e 1,3%, respectivamente, comparado com R$109,7 milhões e 12,6% no mesmo período de 2019. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação ocorreu principalmente em razão da redução das vendas de nossas lojas físicas que foram fechadas por um período e, ao reabrirem, tiveram seus dias e horários de funcionamento limitados, que foi parcialmente compensada pelo crescimento das nossas vendas no canal digital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado de R$150,6 milhões e 12,5%, respectivamente, em comparação a R$149,9 milhões e 13,3%, respectivamente, em 2018. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação ocorreu principalmente em razão de um aumento do lucro bruto da Companhia, de R$30,1

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

milhões, compensado pelo aumento das despesas gerais e administrativas no exercício de 2019, substancialmente nas áreas de tecnologia e logística, em linha com a estratégia da Companhia de desenvolvimento dessas áreas.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado de R$149,9 milhões e 13,3%, respectivamente, apresentando um aumento de R$53,3 milhões ou 55,2%, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Na opinião dos Diretores da Companhia, este aumento ocorreu, principalmente, em decorrência de um aumento do lucro bruto da Companhia, no montante de R$67,3 milhões, adicionalmente a uma redução das despesas operacionais, no montante de R$23,4 milhões.

A tabela abaixo apresenta os principais indicadores levados em consideração por nossos Diretores na condução de nossos negócios:

Indicadores financeiros	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(em R$ milhões, exceto %s)	2020	2019	2019	2018	2017
Receita Líquida	**668,1**	**872,4**	**1.201,6**	**1.124,6**	**1.029,6**
Lucro (Prejuízo) Líquido	**(50,1)**	**32,2**	**53,5**	**73,0**	**(12,8)**
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado [1]	**(11,6)**	**61,4**	**88,8**	**76,1**	**20,8**
EBITDA Ajustado [2]	**8,5**	**109,7**	**150,6**	**149,9**	**96,6**
Margem EBITDA Ajustado[3]	**1,3%**	**12,6%**	**12,5%**	**13,3%**	**9,4%**

[1] O Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado é calculado pelo lucro (prejuízo) líquido ajustado por: (i) despesa de juros sobre arrendamentos reconhecida no resultado financeiro e a despesa de amortização do direito de uso deduzidas dos pagamentos de arrendamentos, decorrentes da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2), (ii) despesas extraordinárias decorrentes da mudança do centro de distribuição e gastos com projeto logístico, (iii) despesas relativas à contratação da Domus, (iv) despesas (reversão) de opções e bônus de subscrição relativa a pagamento baseado em ações de executivos e da Domus, (v) despesa com parcela sob condição suspensiva relativa a contas a pagar com partes relacionadas, e (vi) efeito tributários considerando a alíquota vigente de 34% sobre os ajustes anteriores, exceto pela despesa com parcela sob condição suspensiva relativa a contas a pagar com partes relacionadas, considerada indedutível e que, desta forma, não possui impacto tributário. Para reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado, vide seção 3.2 deste Formulário de Referência..

[2] O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA ajustado por (i) pagamentos de passivo de arrendamento, (ii) ajuste a valor presente das vendas e compras a prazo, (iii) despesas extraordinárias decorrentes da mudança do centro de distribuição e gastos com projeto logístico, (iv) despesas relativas à contratação da Domus, (v) despesas (reversão) de opções e bônus de subscrição relativa a pagamento baseado em ações dos executivos da Companhia e da Domus, e (vi) despesa com parcela sob condição suspensiva relativa a contas a pagar com partes relacionadas. Para reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA Ajustado, vide seção 3.2 deste Formulário de Referência.

[3] A Margem EBITDA Ajustado é calculada por meio da divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

(b) Estrutura de Capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R$ 403,2 milhões, representando uma redução de 7,9% em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente ao prejuízo apurado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e, decorrente principalmente dos efeitos da pandemia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava patrimônio líquido de R$437,7 milhões, representando um aumento de 8,5% em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018. Este aumento deve-se, principalmente, ao lucro líquido do exercício no montante de R$53,5 milhões, e ao aumento na reserva de plano de opções de compra de ações, no montante de R$6,3 milhões e deduzido dos dividendos e juros sobre capital próprio deliberados no montante de R$25,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava patrimônio líquido de de R$403,5 milhões, representando um aumento de 13,7% em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017. Este aumento deve-se, principalmente, ao lucro líquido do exercício, parcialmente compensados pelos dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Acreditamos que a Companhia apresenta estrutura equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(R$ milhões)	Em 30 de setembro de 2020	2019	Em 31 de dezembro de 2018	2017
Patrimônio Líquido	403,2	437,7	403,5	354,8
Dívida Bruta [1]	289,2	112,2	111,5	112,9
Dívida Líquida [2]	90,7	99,8	96,0	108,1
Dívida (Caixa) Líquido Ajustado [3]	(139,7)	(194,2)	(217,0)	(138,6)

[1]

[1] A Dívida Bruta é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos do passivo circulante e passivo não circulante.
[2] A Dívida Líquida é calculada pela Dívida Bruta menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BRGAAP e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, e não possui um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia. Para reconciliação da Dívida Líquida, vide seção 3.2 deste Formulário de Referência
[3] A Dívida (Caixa) Líquido Ajustado é calculada a partir do saldo de Dívida Líquida, acrescentando: (i) saldo de contas a pagar com partes relacionadas e (ii) saldo de parcelamento de impostos, e deduzido pelo saldo de contas a receber de cartões de crédito, passíveis de venda ou desconto. A Dívida (Caixa) Líquido Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelo BRGAAP e nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, e não possui um significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida (Caixa) Líquido Ajustado de maneira diferente da utilizada pela Companhia. Para reconciliação da Dívida (Caixa) Líquido Ajustado, vide seção 3.2 deste Formulário de Referência.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nos últimos três exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, nossas necessidades de recursos foram suportadas por nossa capacidade de geração de caixa operacional e por meio de recursos de terceiros.

Assim, considerando nosso baixo endividamento e nosso fluxo de caixa, acreditamos que teremos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir nossos custos, despesas operacionais, impostos e tributos, despesas financeiras, dívidas e investimentos pelos próximos 12 meses, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos do COVID-19 na economia brasileira, nossas operações e fluxos de caixa futuros. Caso entendamos necessário contrair empréstimos adicionais para financiar nossas atividades e investimentos, acreditamos ter capacidade para contratá-los.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentava uma dívida líquida, calculada pelo somatório de empréstimos e financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa, de R$ 90,7 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 a Companhia apresentava uma dívida líquida de R$99,8 milhões, R$96,0 milhões e R$ 108,1 milhões, representando 0,66x, 0,64x e 1,12x o nosso EBITDA Ajustado, respectivamente.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Temos financiado nossas operações, capital de giro e despesas de capital, principalmente com caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais.

No curso ordinário de nossos negócios, nós utilizamos o caixa oriundo de nossas operações, principalmente, para financiar nossa necessidade de capital de giro, cumprir nossas obrigações, investir em melhorias na operação da Companhia, renovar lojas existentes, abrir novas lojas e investimentos em transformação digital e logística.

A Diretoria entende que, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as principais fontes de financiamento utilizadas para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; (ii) desconto de recebíveis de cartões de crédito junto a instituições financeiras; e (iii) linhas de crédito para capital de giro junto a bancos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Tais fontes de financiamento foram utilizadas pela Companhia, principalmente, para cobrir custos e despesas relacionados a: (i) operações e negócios; (ii) exigência de pagamento decorrentes de seus contratos financeiros; (iii) exigências de pagamento decorrentes de linhas de crédito para capital de giro, dentre outras obrigações.

A Diretoria entende que tais fontes de financiamento estão adequadas ao perfil do endividamento da Companhia, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando a capacidade de pagamento da Companhia.

Nossos empréstimos e financiamentos em aberto em 30 de setembro de 2020, 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão detalhados abaixo no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A principal fonte de recurso para as nossas necessidades de capital que pretendemos utilizar no curso regular dos nossos negócios é o nosso caixa operacional. Ainda, podemos nos utilizar da venda da carteira de recebíveis junto às instituições financeiras.

Com despesas gerais e administrativas controladas e expectativa de crescimento das receitas, acreditamos que o nosso caixa operacional e a venda de nossa carteira de recebíveis será suficiente para financiar, pelos próximos 12 meses, as nossas necessidades de capital de giro e, ainda, investir em ativos não circulantes no curso normal dos nossos negócios, como por exemplo implantações de software importantes para a evolução da Companhia, bem como aberturas e reformas de lojas.

Não obstante essas fontes de financiamento terem sido suficientes no passado, os impactos do COVID-19 em nossas operações podem justificar, no futuro e caso os Diretores da nossa Companhia julguem pertinente, a utilização de outras fontes de financiamento como o mercado de capitais ou contratar financiamentos com instituições financeiras com as quais temos relacionamento não só para financiar eventuais aquisições ou investimentos em ativos não circulantes, mas também para financiar nossa necessidade de capital de giro no curto prazo, principalmente enquanto persistirem os efeitos da pandemia.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

Os Diretores reportaram que, em 30 de setembro de 2020, o saldo dos empréstimos e financiamentos da nossa Companhia era de R$ 289,2 milhões (R$112,2 milhões em 31 de dezembro de 2019), exclusivamente em reais e com juros ou indexados ao CDI.

Nossa dívida líquida é calculada pela soma dos nossos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e totalizou R$90,7 milhões em 30 de setembro de 2020, R$99,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, R$96,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R$108,1 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação da dívida líquida está em linha com a necessidade de capital de giro da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta os empréstimos e financiamentos da Companhia em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Em milhões (R$)				Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
Modalidade	**Encargos**	**Garantia**	**Vencimento**	**2020**	**2019**	**2018**	**2017**
Capital de Giro - CCB	CDI + 2,19%aa a 4,6% aa	Sem garantia real	Mar a Abr/2021	257,8	7,7	26,7	45,6
Capital de Giro - Desconto de recebíveis de cartão	6,9% aa	Recebíveis de cartão de crédito	Até Dez/2020	31,4	104,5	84,8	67,2
Financiamentos				**-**	**-**	**-**	**0,1**
Total de empréstimos e financiamentos				**289,2**	**112,2**	**111,5**	**112,9**
Passivo circulante				289,2	112,2	104,0	89,1
Passivo não Circulante				-	-	7,5	23,8

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações financeiras de longo prazo diferentes das descritas no item logo acima.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre as dívidas atuais. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com o disposto na Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, conforme em vigor: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(g) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

A Companhia não possui obrigações financeiras decorrentes de contratos de empréstimos e financiamentos que possuem cláusulas restritivas.

(h) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento com limites de utilização disponíveis para utilização.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(i) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação da demonstração de resultados entre o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019

(em R$ milhões, exceto %)	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020	AV (%)	Período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019	AV (%)	AH (%)
Receita líquida	668,1	100,0%	872,4	100,0%	-23,4%
Custo dos produtos vendidos	(269,8)	-40,4%	(374,3)	-42,9%	-27,9%
Lucro Bruto	398,3	59,6%	498,1	57,1%	-20,0%
Despesas operacionais					
Com vendas	(253,5)	-37,9%	(287,6)	-33,0%	-11,9%
Gerais e administrativas	(116,0)	-17,4%	(114,0)	-13,1%	1,8%
Outras despesas operacionais, líquidas	(75,2)	-11,3%	(34,1)	-3,9%	120,6%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos	(46,4)	-6,9%	62,4	7,2%	-174,3%
Resultado financeiro	(35,1)	-5,3%	(21,8)	-2,5%	60,9%
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(81,5)	-12,2%	40,6	4,7%	-300,7%
Imposto de renda e contribuição social – Corrente e diferido	31,3	4,7%	(8,4)	-1,0%	-473,4%
Lucro líquido (prejuízo) do período	(50,1)	-7,5%	32,2	3,7%	-255,7%

Receita líquida

A receita líquida totalizou R$ 668,1 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, representando uma redução de R$ 204,3 milhões ou 23,4%, quando comparada com o valor de R$ 872,4 milhões, no mesmo período de 2019. Este decréscimo na receita líquida pode ser explicado, principalmente, em razão da redução das nossas vendas em lojas físicas por conta da pandemia do COVID-19, já que nossas lojas físicas foram fechadas e ao reabrirem tiveram seus dias e horários de funcionamento modificados. Essa redução foi parcialmente compensada pelo crescimento das nossas vendas via canal digital, que passou a representar 23,7% da receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado a 10,8% no mesmo período de2019.

Custo dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos totalizou R$269,8 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, representando uma redução de R$ 104,5 milhões ou 27,9%, quando comparado com R$374,3 milhões no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019, principalmente em função da redução nas vendas e impactos da pandemia. A menor representatividade do custo dos produtos vendidos sobre a receita líquida nos períodos comparados (de 42,9% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para 40,4% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020) deve-se à menor atividade promocional.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores acima, a Companhia obteve lucro bruto de R$398,3 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, representando uma redução de R$99,8 milhões, ou 20,0%, quando comparado com R$498,1 milhões no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019. Entretanto analisando a margem bruta, a Companhia obteve 59,6% no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, representando um aumento de 2,5p.p. quando comparado a uma margem bruta de 57,1% nos nove meses findos em 30 de setembro de 2019, impactado principalmente pela menor atividade promocional e aumento de preços.

Despesas operacionais

Com vendas

As despesas com vendas totalizaram R$ 253,5 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, representando uma redução de R$ 34,1 milhões, ou 11,9%, quando comparada com R$ 287,6 milhões do mesmo período do ano anterior. Esta redução nas despesas com vendas ocorreu, principalmente, pela redução nas despesas com pessoal, tendo em vista medidas tomadas pela Diretoria como redução de jornada e suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia do COVID-19 e pela redução nas despesas com aluguéis, que foram renegociados permanentemente ou temporariamente pelos descontos concedidos durante o período de pandemia do COVID-19.

Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 116,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representando um aumento de apenas R$ 2,0 milhões, ou 1,8% quando comparado com R$ 114,0 milhões referente ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019. Não houve alteração significativa entre os períodos comparados.

Outras despesas operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais líquidas totalizaram R$ 75,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, representando um aumento de R$ 41,1 milhões, ou 120,5%, quando comparado com o valor de R$ 34,1 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019. Abaixo a composição das outras despesas operacionais, líquidas, majoritariamente itens extraordinários ou com alguma característica de excepcionalidade explicam a variação nessa rubrica:

(em R$ milhões)	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020	Período 9 meses findo em 30 de setembro de 2019
Contratação da Domus	-	(29,1)
Despesas e reformas pré-operacionais	(1,0)	(2,9)
Contingências, líquidas	(10,9)	1,6
Consultorias e reorganizações de processos	(18,5)	(6,9)
Projeto logístico [1]	(20,7)	-
Pagamento baseado ações [2]	(23,0)	(1,7)
Outras despesas (receitas), líquidas	(1,2)	4,9
	(75,2)	(34,1)

[1] Custos pré operacionais relacionados com mudança de nosso centro de distribuição, principalmente relacionado a gastos com pessoal e serviços que tivemos em duplicidade, até que a migração para o novo centro de distribuição seja completa, e custos de indenização relacionados a desocupação do centro de distribuição atual. Também classificamos nessa rubrica custos adicionais com provisão para não recuperação de estoques danificados ou de baixa rotação, os quais descartaremos em condições não usuais para que não tenhamos que incorrer em custos de transporte e armazenagem no novo centro de distribuição.

[2] Relacionado a custos de amortização do pagamento baseado em ações relacionado a opções ou bônus de subscrição outorgados a executivos e à Domus, mensurados a valor justo por empresa especializada no momento da outorga de tais instrumentos (opções ou bônus de subscrição), e que são amortizadas pelo período de fruição (vesting) estabelecido nos contratos de cada instrumento.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiros e tributos

Em decorrência dos fatores descritos acima, o prejuízo antes do resultado financeiro totalizou R$ 46,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado com o lucro antes do resultado financeiro e tributos de R$ 62,4 milhões, referente ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou uma despesa financeira líquida de R$ 35,1 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, representando um aumento de R$ 13,3 milhões, ou 61,0%, quando comparado com uma despesa financeira líquida de R$ 21,8 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019. Este aumento é explicado principalmente por (i) R$ 4,7 milhões de aumento nas despesas financeiras de juros sobre o passivo de arrendamentos, proveniente da aplicação das regras do IFRS 16/CPC 06(R2), por conta de arrendamento de novas lojas inauguradas ao longo de 2019 e pelo novo centro de distribuição iniciado em junho de 2020; e (ii) R$ 5,9 milhões de diminuição nas receitas financeiras relacionadas a ajuste a valor presente.

(Prejuizo) lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social

Em decorrência dos fatores descritos acima, o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R$ 81,5 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, representando uma redução de R$ 122,1 milhões quando comparado com o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social no valor de R$ 40,6 milhões, no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019.

Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido totalizou um crédito de R$ 31,3 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, representando uma variação de R$ 39,7 milhões quando comparado com a despesa de R$ 8,4 milhões do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019. Essa variação é decorrente principiante do prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

Lucro líquido (prejuízo) do período

Em decorrência dos fatores descritos acima, apresentamos um prejuízo de R$ 50,1 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, comparado com o lucro líquido de R$ 32,2 milhões referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação da demonstração de resultados entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018

(em R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AV (%)	AH (%)
Receita líquida	**1.201,6**	100,0%	**1.124,6**	100,0%	6,8%
Custo dos produtos vendidos	(516,1)	(43,0)%	(469,2)	(41,7)%	10,0%
Lucro bruto	685,5	57,0%	655,4	58,3%	4,6%
Despesas operacionais					
Com vendas	(393,5)	(32,7)%	(394,2)	(35,1)%	(0,2)%
Gerais e administrativas	(153,6)	(12,8)%	(146,5)	(13,0)%	4,8%
Outras despesas operacionais, líquidas	(46,3)	(3,9)%	(19,7)	(1,8)%	135,0%
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	**92,2**	**7,7%**	**95,0**	**8,4%**	**(2,9)%**
Resultado financeiro	(28,4)	(2,4)%	5,1	0,5%	(656,9)%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**63,8**	**5,3%**	**100,2**	**8,9%**	**(36,3)%**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(10,3)	(0,9)%	(27,2)	(2,4)%	(62,1)%
Lucro líquido do exercício	**53,5**	**4,5%**	**73,0**	**6,5%**	**(26,7)%**

Receita líquida

A receita líquida totalizou R$ 1.201,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 77,0 milhões, ou 6,8%, quando comparada com o valor de R$ 1.124,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento decorre, principalmente, do crescimento das vendas do canal digital que representaram 11% da receita liquida em 2019 ante 7% em 2018 e também pela abertura de 5 novas lojas em 2019.

Custos dos produtos vendidos (CPV)

O custo dos produtos vendidos totalizou R$516,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$ 46,9 milhões, ou 10,0%, quando comparado com o valor de R$469,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento decorre, principalmente, do aumento nas vendas refletido na receita líquida.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores acima, a Companhia obteve um lucro bruto de R$685,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$30,1 milhões, ou 4,6%, quando comparado com R$655,4 milhões com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. A margem bruta foi de 57,0% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 1,3 p.p. quando comparado a 58,3% referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, impactado principalmente pela maior atividade promocional.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas operacionais:

Com vendas

As despesas com vendas totalizaram R$ 393,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 0,7 milhão, ou 0,2%, quando comparada com o valor de R$ 394,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pelo efeito da adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) , a qual gerou uma redução de R$ 76,2 milhões em despesas de nos alugueis, parcialmente compensada pelo aumento nas despesas de amortização de direito de uso no montante de R$ 60,0 milhões e o aumento das despesas com pessoal e com transportes nos montantes de R$ 7,1 milhões e R$ 6,7 milhões, respectivamente, que aumentaram principalmente em função da abertura de novas lojas ocorridas em 2019 e consequente crescimento da estrutura de venda.

Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R$153,6 milhões no exercício social encerrado em 30 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$7,1 milhões, ou 4,8%, quando comparada com o valor de R$146,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo aumento de despesas com pessoal no montante de R$ 11,8 milhões em decorrência da contratação de novas posições administrativas e de logística, principalmente relacionadas às iniciativas de crescimento dos canais digitais/e-commerce e ajustes na estrutura administrativa e operacional, compensado parcialmente pela redução de despesa com depreciação no valor de R$5,7 milhões, uma vez que, em 2018, tivemos uma aceleração na depreciação dos móveis do escritório central antes da mudança para a atual sede administrativa.

Outras despesas operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais líquidas totalizaram R$ 46,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com R$ 19,7 milhões em 2018, representando um aumento de R$26,6 milhões. Este aumento pode ser explicado, principalmente, por despesas não recorrentes, no valor de R$ 29,9 milhões relacionadas à contratação da Domus, para prestação de serviços exclusivos de desenho de estratégia, desenvolvimento, assessoria, gestão e treinamento em tecnologia digital para as operações da Companhia, serviços esses que também incluem remuneração mensal e pelos frutos advindos de bônus de subscrição de ações emitidos pela Companhia, conforme descrito no item 14.3 deste Formulário de Referência. O aumento da despesa com a Domus foi parcialmente compensado pela redução nas despesas de consultorias e reorganizações de processos, em R$10,1 milhões.

Lucro antes do resultado financeiro e tributos

Em decorrência dos fatores descritos acima, o lucro antes do resultado financeiro e tributos totalizou R$ 92,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com R$ 9,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou uma despesa financeira líquida de R$ 28,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com uma receita financeira líquida de R$ 5,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação é decorrente, principalmente, do efeito da adoção do IFRS 16/CPC 06(R2) no valor de R$ 39,6 milhões referente aos juros sobre passivo de arrendamento, parcialmente compensadas por um aumento de R$ 7,3 milhões na receita financeira referente a descontos obtidos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

Em decorrência dos fatores descritos acima, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social totalizou R$ 63,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado com R$ 100,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social totalizou R$ 10,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$ 16,9 milhões, ou 62,2%, quando comparado com o valor de R$ 27,2 milhões, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pela redução do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social bem como pelo benefício de dedutibilidade dos juros sobre capital próprio deliberados em 2019

Lucro líquido do exercício

Em decorrência dos fatores descritos acima, o lucro líquido do exercício totalizou R$53,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$19,5 milhões, ou 26,7%, quando comparado com o valor de R$73,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Comparação da demonstração de resultados entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e o exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2017

(em R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	AH (%)
Receita líquida	**1.124,6**	**100,0%**	1.029,6	100,0%	9,2%
Custo dos produtos vendidos	(469,2)	(41,7)%	(441,5)	(42,9)%	6,3%
Lucro bruto	655,4	58,3%	588,1	57,1%	11,4%
Despesas operacionais					
Com vendas	(394,2)	(35,1)%	(390,9)	(38,0)%	0,8%
Gerais e administrativas	(146,5)	(13,0)%	(136,9)	(13,3)%	7,0%
Outras despesas operacionais, líquidas	(19,7)	(1,8)%	(56,0)	(5,4)%	(64,8)%
Lucro antes do resultado financeiro e tributos	**95,0**	**8,4%**	**4,3**	**0,4%**	**2.109,3%**
Resultado financeiro	**5,1**	**0,5%**	**4,8**	**0,5%**	6,3%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**100,2**	**8,9%**	**9,1**	**0,9%**	**1001,1%**
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(27,2)	(2,4)%	(21,9)	(2,1)%	24,2%
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**73,0**	**6,5%**	**(12,8)**	**(1,2)%**	**(670,3)%**

Receita líquida

A receita líquida totalizou R$ 1.124,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 95,0 milhões, ou 9,2%, quando comparada com o valor de R$ 1.029,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado, principalmente, em razão do aumento das vendas no canal digital, que representou 7% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, quando comparado com 5% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Custos dos produtos vendidos

O custo dos produtos vendidos totalizou R$469,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 27,7 milhões, ou 6,3%, quando comparado com o valor de R$441,5 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo aumento da receita líquida, sendo que o custo dos produtos vendidos representou 41,7% e 42,9% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, respectivamente.

Lucro bruto

Em decorrência dos fatores acima, o lucro bruto totalizou R$ 655,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 67,3 milhões, ou 11,4%, quando comparado com o valor de R$ 588,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A margem bruta foi de 58,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 1,2 p.p. quando comparado a margem bruta de 57,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Despesas operacionais

Com vendas

As despesas com vendas totalizaram R$ 394,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 3,3 milhões, ou 0,8%, quando comparada com o valor de R$ 390,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo aumento das despesas com alugueis e com transportes nos montantes de R$ 8,0 milhões e R$ 7,3 milhões, respectivamente, quando comparadas com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 parcialmente compensado pela redução de despesas com pessoal no montante de R$ 12,6 milhões devido aos dos benefícios advindos de projetos de eficientização da operação nas principais lojas da Companhia, com revisão do modelo operacional.

Gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R$ 146,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 9,6 milhões, ou 7,0%, quando comparado com o valor de R$ 136,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Este aumento pode ser explicado, principalmente, pelo aumento de R$ 4,7 milhões das despesas de depreciação por conta da aceleração da depreciação pela mudança em nosso escritório administrativo, parcialmente compensado pela redução de R$ 3,0 milhões das despesas com pessoal e outras (receitas) despesas que foram uma despesa de R$ 6,2 milhões no exercício social encerrado em 2018 comparado a uma receita de R$ 0,9 milhão no exercício social encerrado em 2017.

Outras despesas operacionais, líquidas

As outras despesas operacionais líquidas totalizaram R$ 19,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R$ 36,3 milhões, ou 64,8%, quando comparadas com o valor de R$ 56,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esta redução pode ser explicada, principalmente, pela despesa não recorrente referente a ajuste nas contas a pagar com partes relacionadas de parcela relacionada a ajuste de preço, sob condição suspensiva, registrado em 2017 no valor de R$ 34,0 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro antes dos resultados financeiros e tributos

Em decorrência dos fatores descritos acima, o lucro antes do resultado financeiro e tributos totalizou R$ 95,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, apresentando um crescimento de 2.109,3% quando comparado ao montante de R$ 4,3 milhões do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou uma receita financeira líquida de R$ 5,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$0,3 milhão, ou 6,3%, quando comparado com a receita financeira líquida de R$4,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. A despesa financeira totalizou R$18,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R$16,1 milhões, ou 47,0%, quando comparado com a despesa financeira de R$34,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, decorrente, principalmente, da despesa de juros sobre contas a pagar com partes relacionadas que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 totalizou R$2,6 milhões e R$16,7 milhões, respectivamente. A receita financeira totalizou R$23,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R$15,8 milhões, ou 40,4%, quando comparado com a receita financeira de R$39,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, decorrente, principalmente, da redução da receita financeira do ajuste a valor presente, que, nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 totalizou R$20,2 milhões e R$ 33,6 milhões, respectivamente em decorrência da queda na taxa de juros CDI entre 2017 e 2018 (de uma média 9,98% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para 6,42% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018).

Lucro antes dos impostos sobre renda (imposto de renda e contribuição social

Em decorrência dos fatores descritos acima, o lucro antes dos Impostos sobre renda e da contribuição social totalizou R$ 100,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, comparado com R$ 9,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido totalizou R$ 27,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$ 5,3 milhões, ou 24,2%, quando comparado com o valor de R$ 21,9 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

Em decorrência dos fatores descritos acima, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, tivemos um lucro líquido de 73,0 milhões quando comparado com prejuízo líquido de R$ 12,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇO PATRIMONIAL

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em R$ milhões, exceto %)	Em 30 de setembro de 2020	AV	Em 31 de dezembro de 2019	AV	AH
ATIVO					
Ativo circulante	**687,7**	**46,5%**	**572,1**	**45,5%**	**20,2%**
Caixa e equivalentes de caixa	198,5	13,4%	12,4	1,0%	1500,8%
Contas a receber de clientes	284,7	19,2%	351,4	28,0%	-19,0%
Estoques	167,6	11,3%	179,6	14,3%	-6,7%
Tributos a recuperar	30,8	2,1%	22,3	1,8%	38,1%
Outros ativos	6,2	0,4%	6,4	0,5%	-3,1%
Ativo não circulante	**791,3**	**53,5%**	**684,2**	**54,5%**	**15,0%**
Tributos a recuperar	0,9	0,1%	0,9	0,1%	0,0%
Outros ativos	0,4	0,0%	1,4	0,1%	-71,4%
Depósitos judiciais	15,8	1,1%	14,3	1,1%	10,5%
Tributos diferidos	85,7	5,8%	54,4	4,3%	57,5%
Imobilizado	204,6	13,8%	203,3	16,2%	0,6%
Intangível	26,6	1,8%	10,0	0,8%	166,0%
Direito de uso	457,4	30,9%	399,9	31,8%	14,4%
TOTAL DO ATIVO	**1.479,0**	**100,0%**	**1.256,3**	**100,0%**	**17,7%**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo circulante	**630,5**	**42,6%**	**432,1**	**34,4%**	**45,9%**
Fornecedores	80,6	5,4%	92,0	7,3%	-12,4%
Empréstimos e financiamentos	289,2	19,6%	112,2	8,9%	157,8%
Salários e encargos sociais	57,5	3,9%	27,6	2,2%	108,3%
Tributos a recolher	21,0	1,4%	16,5	1,3%	27,3%
Imposto de renda e contribuição social – parcelamento	1,2	0,1%	1,0	0,1%	20,0%
Compras de imobilizado a pagar	16,7	1,1%	5,5	0,4%	203,6%
Receitas diferidas	24,0	1,6%	26,8	2,1%	-10,4%
Dividendos a pagar	-	-	29,7	2,4%	-100,0%
Passivo de arrendamento	116,0	7,8%	94,8	7,5%	22,4%
Outras contas a pagar	24,4	1,6%	26,0	2,1%	-6,2%
Passivo não circulante	**445,3**	**30,1%**	**386,4**	**30,8%**	**15,2%**
Contas a pagar com partes relacionadas	40,4	2,7%	39,1	3,1%	3,3%
Imposto de renda e contribuição social – parcelamento	6,8	0,5%	7,6	0,6%	-10,5%
Passivo de arrendamento	373,4	25,2%	322,4	25,7%	15,8%
Provisão para demandas judiciais	24,8	1,7%	17,2	1,4%	44,2%
Patrimônio líquido	**403,2**	**27,3%**	**437,7**	**34,8%**	**-7,9%**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.479,0**	**100,0%**	**1.256,3**	**100,0%**	**17,7%**

ATIVO

Ativo circulante

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes totalizou R$284,7 milhões em 30 de setembro de 2020, representando uma redução de R$66,7 milhões ou 19,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2019, quando correspondia a R$351,4 milhões. Essa redução ocorreu em decorrência basicamente das menores vendas no período de pandemia, não tendo havido mudança significativa nos meios de pagamento e prazos de recebimento usualmente praticados pela Companhia nos últimos 9 meses.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Estoques

O saldo de estoques totalizou R$167,6 milhões em 30 de setembro de 2020, representando uma redução de R$12,0 milhões ou 6,7%, se comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2019 de R$179,6 milhões. Esse nível de estoques, semelhante entre os dois períodos comparados, é considerado razoável pela Diretoria, considerando os níveis atuais de atividade/vendas e uma retomada das vendas a partir de junho de 2020.

Ativo não circulante

Tributos diferidos

O saldo ativo de tributos diferidos totalizou R$85,7 milhões em 30 de setembro de 2020, um aumento de R$31,3 milhões, ou 57,5%, quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, que correspondia a R$54,4 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência do prejuízo apurado nos 9 meses findos em 30 de setembro de 2020, principalmente em função dos efeitos da pandemia do COVID-19. A Diretoria considera provável a utilização desses créditos em apurações de imposto de renda e contribuição a social de períodos futuros

Imobilizado

O saldo de imobilizado em 30 de setembro de 2020 totalizou R$204,6 milhões, representando um aumento de R$1,3 milhão, ou 0,6% em comparação à 31 de dezembro de 2019, quando o saldo correspondia a R$203,3 milhões. Os Diretores da Companhia esclarecem que não houve variação significativa entre as datas analisadas, uma vez que as acquisições de imobilizado foram praticamente compensadas pela depreciação do período.

Intangível

O saldo de intangível em 30 de setembro de 2020 totalizou R$26,6 milhões, representando um aumento de R$16,6 milhões em comparação ao saldo de R$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência de projetos de desenvolvimento de novas ferramentas e funcionalidades de tecnologia que totalizaram um investimentos de R$ 19,1 2 milhões nos nove meses findos em 30 de setembro de 2020 deduzido das amortizações amortização de R$ 2,6 milhões ocorridas no mesmo período. Direito de uso.

O saldo de direito de uso em 30 de setembro de 2020 totalizou R$ 457,4 milhões, representando um aumento de R$57,5 milhões, ou 14,4% em comparação a 31 de dezembro de 2019, quando o saldo correspondia a R$399,9 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência de 1 nova loja inaugurada e a contratação de um novo centro de distribuição distribuição localizado na cidade de Extrema, em Minas Gerais(MG), líquido da amortização ocorrida no período.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores em 30 de setembro de 2020 totalizou R$ 80,6 milhões, representando uma redução de R$ 11,4 milhões, ou 12,4% em comparação à 31 de dezembro de 2019, quando o saldo de fornecedores totalizou R$92,0 milhões. Essa redução ocorreu em decorrência de menores compras nos últimos meses tendo em vista os impactos da pandemia da COVID-19, efeito equivalente ao verificado no saldo de contas a receber da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos em 30 de setembro de 2020 totalizou R$ 289,2 milhões, representando um aumento de R$ 177,0 milhões, ou 157,8% em comparação ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R$112,2 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência de tomadas de linhas de capital de giro junto a bancos privados, para fazer face às incertezas provenientes do cenário da pandemia, parcialmente compensado por um menor nível de antecipação de saldos de recebíveis de cartão de crédito.

Salários e encargos sociais

O saldo de Salários e encargos sociais em 30 de setembro de 2020 totalizou R$57,5 milhões, representando um aumento de R$29,9 milhões, ou 108,3% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R$27,6 milhões. Esse aumento decorre principalmente de maior saldo de provisão para férias, 13º salário e de provisão de bônus em 30 de setembro de 2020, em comparação a 31 de dezembro de 2019.

Passivo de arrendamento

O saldo de passivo de arrendamento no passivo circulante em 30 de setembro de 2020 totalizou R$ 116,0 milhões, representando um aumento de R$ 21,2 milhões, ou 22,4% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R$94,8 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência de novos contratos, notadamente o contrato relacionado ao novo centro de distribuição em Extrema-MG.

Passivo não circulante

Passivo de arrendamento

O saldo de passivo de arrendamento no passivo circulante em 30 de setembro de 2020 totalizou R$ 116,0 milhões, representando um aumento de R$ 21,2 milhões, ou 22,4% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2019, no montante de R$94,8 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência de novos contratos, notadamente o contrato relacionado ao novo centro de distribuição em Extrema-MG.

Provisão para demandas judiciais

O saldo de provisão para demandas judiciais totalizou R$ 24,8 milhões em 30 de setembro de 2020, representando um aumento de R$ 7,5 milhões, ou 44,2% quando comparado ao saldo de R$17,3 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu em decorrência de desfechos e aumento da provisão em alguns processos judiciais no ano de 2020.

Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia reduziu 7,9% ou R$ 34,6 milhões, passando de R$ 437,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R$ 403,2 milhões em 30 de setembro de 2020, basicamente em decorrência do prejuízo apurado no período, compensado parcialmente pelo aumento na reserva de pagamento baseado em ações.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em R$ milhões, exceto %)	31 de dezembro de 2019	AV	31 de dezembro de 2018	AV	AH
ATIVO					
Ativo circulante	**572,1**	**45,5%**	**556,6**	**67,7%**	**2,8%**
Caixa e equivalentes de caixa	12,4	1,0%	15,5	1,9%	-20,0%
Contas a receber de clientes	351,4	28,0%	356,0	43,3%	-1,3%
Estoques	179,6	14,3%	156,5	19,0%	14,8%
Tributos a recuperar	22,3	1,8%	20,9	2,5%	6,7%
Outros ativos	6,4	0,5%	7,8	0,9%	-17,9%
Ativo não circulante	**684,2**	**54,5%**	**265,9**	**32,3%**	**157,3%**
Tributos a recuperar	0,9	0,1%	0,6	0,1%	50,0%
Outros ativos	1,4	0,1%	1,5	0,2%	-6,7%
Depósitos judiciais	14,3	1,1%	22,3	2,7%	-35,9%
Tributos diferidos	54,4	4,3%	54,7	6,7%	-0,5%
Imobilizado	203,3	16,2%	182,0	22,1%	11,7%
Intangível	10,0	0,8%	4,8	0,6%	108,3%
Direito de uso	399,9	31,8%	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	**1.256,3**	**100,0%**	**822,5**	**100,0%**	**52,7%**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo circulante	**432,1**	**34,4%**	**335,1**	**40,7%**	**28,9%**
Fornecedores	92,0	7,3%	94,3	11,4%	-2,4%
Empréstimos e financiamentos	112,2	8,9%	104,0	12,6%	7,9%
Salários e encargos sociais	27,6	2,2%	41,0	5,0%	-32,7%
Tributos a recolher	16,5	1,3%	21,2	2,6%	-22,2%
Imposto de renda e contribuição social - parcelamento	1,0	0,1%	1,0	0,1%	0,0%
Compras de imobilizado a pagar	5,5	0,4%	5,5	0,7%	0,0%
Receitas diferidas	26,8	2,1%	20,8	2,5%	28,8%
Dividendos a pagar	29,7	2,4%	25,8	3,1%	15,1%
Passivo de arrendamento	94,8	7,5%	-	-	-
Outras contas a pagar	26,0	2,1%	21,7	2,6%	19,8%
Passivo não circulante	**386,4**	**30,8%**	**83,9**	**10,2%**	**360,5%**
Empréstimos e financiamentos	-	-	7,5	0,9%	-100,0%
Receitas diferidas	-	-	0,7	0,1%	-100,0%
Contas a pagar com partes relacionadas	39,1	**3,1%**	36,5	4,4%	7,1%
Imposto de renda e contribuição social - parcelamento	7,6	**0,6%**	8,3	1,0%	-8,4%
Passivo de arrendamento	322,4	**25,7%**	-	-	-
Provisão para demandas judiciais	17,2	**1,4%**	30,9	3,8%	-44,3%
Patrimônio líquido	**437,7**	**34,8%**	**403,5**	**49,1%**	8,5%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.256,3**	**100,0%**	**822,5**	**100,0%**	52,7%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ATIVO

Ativo circulante

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes totalizou R$351,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$4,6 milhões ou 1,3%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$356,0 milhões. Essa redução ocorreu devido ao decréscimo no prazo médio de recebimento em 7,4%, atenuado por um aumento da receita operacional bruta em 2019.

Estoques

O saldo de estoques totalizou R$179,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de R$23,1 milhões ou 14,8%, se comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2018, quando correspondia a R$156,5 milhões. Esse aumento está alinhado com a estratégia da Companhia para atender o aumento das vendas e redução do prazo de entregas.

Ativo não circulante

Tributos diferidos

O saldo de tributos diferidos totalizou R$54,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, apresentando uma redução de R$ 0,3 milhão, ou 0,5% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2018, que correspondia a R$54,7 milhões, não tendo ocorrido variação significativa entre os períodos.

Imobilizado

O saldo de imobilizado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$203,3 milhões, representando um aumento de R$21,3 milhões, ou 11,7% em comparação à 31 de dezembro de 2018, quando o saldo correspondia a R$182,0 milhões. Esse aumento é substancialmente decorrente de investimentos em aberturas de cinco novas lojas em 2019, compensado parcialmente pela depreciação no período.

Intangível

O saldo de intangível em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$10,0 milhões, representando um aumento de R$ 5,2 milhões, ou 108,3% em comparação à 31 de dezembro de 2018, quando o saldo correspondia a R$ 4,8 milhões. Esse aumento é proveniente de investimentos em softwares e licenças, alinhado com a estratégia de desenvolvimento digital da Companhia.

Direito de uso

O saldo de direito de uso em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$399,9 milhões. Esse montante não era registrado em 31 de dezembro de 2018, em função à adoção inicial da norma CPC06 (R2) – Arrendamentos em 01 de janeiro de 2019.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo circulante

Fornecedores

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$92,0 milhões, representando uma redução de R$2,3 milhões, ou 2,4% em comparação à 31 de dezembro de 2018, quando o saldo de fornecedores totalizou R$94,3 milhões. Essa redução é proveniente de uma queda no prazo médio de pagamento em 13,7%, alinhado com a estratégia de antecipação dos pagamentos com a negociação de descontos financeiros.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$112,2 milhões, representando um aumento de R$8,2 milhões, ou 7,9% em comparação ao saldo de 31 de dezembro de 2018, no montante de R$104,0 milhões. Esse aumento decorre da uma maior captação de capital de giro lastreado em recebíveis, em linha com o aumento da necessidade de capital de giro, alinhado com o aumento do saldo de estoques e redução do saldo de fornecedores.

Salários e encargos sociais

O saldo de Salários e encargos sociais em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$27,6 milhões, representando uma redução de R$13,4 milhões, ou 32,7% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2018, no montante de R$41,0 milhões. Essa redução decorre de uma menor provisão para participação nos resultados em 2019.

Passivo de arrendamento

O saldo de passivo de arrendamento no passivo circulante totalizou R$94,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse montante não era registrado em 31 de dezembro de 2018, em função à adoção inicial da norma CPC06 (R2) – Arrendamentos em 01 de janeiro de 2019.

Passivo não circulante

Passivo de arrendamento

O saldo de passivo de arrendamento no passivo não circulante totalizou R$322,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse montante não era registrado em 31 de dezembro de 2018, em função à adoção inicial da norma CPC06 (R2) – Arrendamentos em 01 de janeiro de 2019.

Provisão para demandas judiciais

O saldo de provisão para demandas judiciais totalizou R$17,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de R$13,7 milhões, ou 44,3% quando comparado ao saldo de R$30,9 milhões, em 31 de dezembro de 2018. Essa redução se explica principalmente por pagamentos efetuados e pelo levantamento ou conversão em pagamento de depósitos judiciais no montante de R$15,0 milhões.

Patrimônio líquido

O saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, totalizou R$ 437,7 milhões, representando um aumento de R$ 34,2 milhões, ou 8,5% quando comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R$ 403,5 milhões. Esse aumento decorre do lucro líquido do exercício, no montante de R$53,5 milhões, e pelo aumento da reserva para pagamento baseado em ações em R$6,3 milhões, e compensado parcialmente pela distribuição de dividendos e/ou juros de capital próprio no montante de R$25,5 milhões.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(em R$ milhões, exceto %)	31 de dezembro de 2018	AV	31 de dezembro de 2017	AV	AH
Ativo circulante	**556,6**	**67,7%**	454,1	**57,2%**	**22,6%**
Caixa e equivalentes de caixa	15,5	1,9%	4,8	0,6%	222,9%
Contas a receber de clientes	356,0	43,3%	288,5	36,4%	23,4%
Estoques	156,5	19,0%	149,0	18,8%	5,0%
Tributos a recuperar	20,9	2,5%	3,8	0,5%	450,0%
Outros ativos	7,8	0,9%	8,0	1,0%	-2,5%
Ativo não circulante	**265,9**	**32,3%**	**339,1**	**42,8%**	**-21,6%**
Tributos a recuperar	0,6	0,1%	1,2	0,2%	-50,0%
Outros ativos	1,5	0,2%	1,8	0,2%	-16,7%
Depósitos judiciais	22,3	2,7%	58,6	7,4%	-61,9%
Tributos diferidos	54,7	6,7%	81,8	10,3%	-33,1%
Imobilizado	182,0	22,1%	189,9	23,9%	-4,2%
Intangível	4,8	0,6%	5,9	0,7%	-18,6%
TOTAL DO ATIVO	**822,5**	**100,0%**	**793,2**	**100,0%**	**3,7%**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo circulante	**335,1**	**40,7%**	**301,0**	**37,9%**	**11,3%**
Fornecedores	94,3	11,5%	84,4	10,6%	11,7%
Confirming	-	-	25,0	3,2%	-100,0%
Empréstimos e financiamentos	104,0	12,6%	89,1	11,2%	16,7%
Salários e encargos sociais	41,0	5,0%	30,8	3,9%	33,1%
Tributos a recolher	21,2	2,6%	21,0	2,6%	1,0%
Imposto de renda e contribuição social - parcelamento	1,0	0,1%	0,9	0,1%	11,1%
Compras de imobilizado a pagar	5,5	0,7%	2,7	0,3%	103,7%
Receitas diferidas	20,8	2,5%	18,0	2,3%	15,6%
Dividendos a pagar	25,8	3,1%	5,6	0,7%	360,7%
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	1,1	0,1%	-100,0%
Outras contas a pagar	21,7	2,6%	22,3	2,8%	-2,7%
Passivo não circulante	**83,9**	**10,2%**	**137,4**	**17,3%**	**-38,9%**
Empréstimos e financiamentos	7,5	0,9%	23,8	3,0%	-68,5%
Receitas diferidas	0,7	0,1%	2,2	0,3%	-68,2%
Contas a pagar com partes relacionadas	36,5	4,4%	34,0	4,3%	7,4%
Imposto de renda e contribuição social - parcelamento	8,3	1,0%	8,5	1,1%	-2,4%
Provisão para demandas judiciais	30,9	3,8%	68,8	8,7%	-55,1%
Patrimônio líquido	**403,5**	**49,1%**	**354,8**	**44,7%**	**13,7%**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**822,5**	**100,0%**	**793,2**	**100,0%**	**3,7%**

ATIVO

Ativo circulante

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes totalizou R$356,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$67,5 milhões ou 23,4%, se comparado ao saldo em 31 de dezembro de 2017 de R$288,5 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência de um aumento no prazo médio de recebimento de 101 dias em 2017 para 114 dias em 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Estoques

O saldo de estoques totalizou R$156,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de R$7,5 milhões ou 5,0%, se comparado ao total em 31 de dezembro de 2017, quando correspondia a R$149,0 milhões. Esse aumento foi em linha com a expectativa do aumento das vendas da Companhia para 2018.

Ativo não circulante

Tributos diferidos

O saldo de tributos diferidos totalizou R$54,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, apresentando uma redução de R$27,1 milhões, ou 33,1% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2017, que correspondia a R$81,8 milhões. Essa redução ocorreu em decorrência da utilização dos impostos diferidos relacionados ao ágio incorporado pela Companhia.

Imobilizado

O saldo de imobilizado em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$182,0 milhões, representando uma redução de R$7,9 milhões, ou 4,2% em comparação a 31 de dezembro de 2017, quando o saldo correspondia a R$189,9 milhões. Essa redução ocorreu em decorrência da depreciação ter superado as aquisições no período.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Passivo circulante

Fornecedores e confirming

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$94,3 milhões, representando uma redução de R$15,1 milhões, ou 13,8% em comparação a 31 de dezembro de 2017, quando o saldo de fornecedores e confirming totalizou R$109,4 milhões. Essa redução ocorreu em função de um alargamento no prazo médio de pagamentos.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$104,0 milhões, representando um aumento de R$14,9 milhões, ou 16,7% em comparação ao saldo de 31 de dezembro de 2017, no montante de R$89,1 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência da estratégia de financiamento da Companhia.

Salários e encargos sociais

O saldo de salários e encargos sociais em 31 de dezembro de 2018 totalizou R$41,0 milhões, representando um aumento de R$10,2 milhões, ou 33,1% quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2017, no montante de R$30,8 milhões. Esse aumento ocorreu em decorrência do atingimento das metas em 2018 e o provisionamento das gratificações relacionadas.

Passivo não circulante

Provisão para demandas judiciais

O saldo de provisão para demandas judiciais totalizou R$30,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de R$37,9 milhões, ou 55,1% quando comparado ao saldo de R$68,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa redução se deu em decorrência da conversão de depósitos judiciais para discussões tributárias em renda a favor da União.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 13,7% ou R$48,7 milhões, passando de R$354,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R$403,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, principalmente em decorrência do lucro líquido da Companhia apurado em 2018, compensado parcialmente pela distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio em 2018.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Comparação entre os fluxos de caixa para o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019

(em R$ milhões, exceto %)	**Período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2020**	**Período de nove meses encerrados em 30 de setembro de 2019**	**AH (%)**
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	171,0	83,7	104,2%
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(46,6)	(37,3)	24,8%
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	61,6	(57,4)	-
Aumento/ (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	186,0	(10,9)	-

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou um aumento R$ 87,3 milhões, passando de R$ 83,7 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 para R$ 171,0 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020. Esse aumento é decorrente, principalmente, do caixa gerado pelo capital de giro da Companhia.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um aumento de R$ 9,3 milhões, passando de R$ 37,3 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 para R$ 46,6 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, principalmente em decorrência de um aumento em aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível, passando de R$ 37,3 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 comparado com R$ 46,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos foi de R$ 61,6 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, comparado com um caixa líquido aplicado de R$ 57,4 milhões no mesmo período do ano anterior. Essa variação de R$ 119,0 milhões entre os períodos é justificada pelo decréscimo na amortização de empréstimos e financiamentos, de R$436,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R$ 304,1 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AH (%)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	175,4	48,6	260,9%
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(57,1)	(25,7)	122,2%
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(121,3)	(12,1)	902,5%
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(3,1)**	**10,7**	**(129,0)%**

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou um aumento de R$126,8 milhões, passando de um fluxo de caixa gerado de R$ 48,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa gerado de R$ 175,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente devido ao maior volume de recebimentos em 2019 quando comparado a 2018, associado ao fato que até meados de 2018 a Companhia efetuava parte de suas antecipações de recebíveis por uma modalidade denominada “sem direito de regresso”, que impactava o fluxo de caixa operacional e não financeiro.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um aumento de R$ 31,4 milhões, passando de R$ 25,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R$ 57,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente em decorrência do aumento de investimento em novas lojas e em projetos de tecnologia e sistemas relacionados ao nosso e-commerce.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos apresentou uma aumento de R$109,2 milhões, passando de um caixa líquido aplicado de R$ 12,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para um caixa líquido aplicado de R$ 121,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, principalmente em decorrência da adoção do CPC 06(R2) e IFRS 16 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para os contratos de arrendamentos, e a apresentação dos pagamentos do passivo de arrendamento nas atividades de financiamentos no montante de R$92,3 milhões em 2019.

Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(em R$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AH (%)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	48,6	26,1	86,2%
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos	(25,7)	(19,0)	35,3%
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(12,1)	(85,0)	(85,8)%
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	**10,7**	**(78,0)**	**(113,7)%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Fluxo de Caixa das atividades operacionais

O caixa líquido proveniente das atividades operacionais apresentou um aumento de R$ 22,5 milhões, passando de um caixa líquido de R$ 26,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para um caixa líquido de R$ 48,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente devido ao aumento do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, compensando parcialmente pelo caixa consumido pelo capital de giro da Companhia, principalmente em contas a receber, estoques e tributos a recuperar.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos apresentou um aumento de R$ 6,7 milhões, passando de R$ 19,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R$ 25,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente em decorrência do aumento de R$6,7 milhões em aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O caixa líquido aplicado das atividades de financiamentos apresentou uma redução de R$ 72,9 milhões, passando de um caixa líquido aplicado de R$ 85,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para um caixa líquido aplicado de R$ 12,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente em decorrência de pagamento de endividamento com partes relacionadas no valor de R$ 124,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, compensado parcialmente pelos ingressos de empréstimos e financiamentos, líquido de amortizações, no valor de R$ 49,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 – Resultado operacional e financeiro

Comentários dos Diretores a respeito do resultado operacional e financeiro da Companhia.

(a) Resultado das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base da sustentação das receitas da Companhia são compostas dos seguintes componentes: (i) Varejo (vendas diretas ao consumidor final em lojas próprias e *e-commerce*, substancialmente por venda de móveis e acessórios de decoração); e (ii) prestações de serviços, após a dedução de impostos e devoluções sobre vendas.

As receitas de vendas diretas de mercadorias ao consumidor final são geradas por todas as nossas lojas e a contabilização das receitas é feita quando da entrega e transferência da posse das mercadorias aos clientes. As receitas de prestação de serviços são principalmente reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos aos serviços prestados são transferidos à Companhia através da montagem e da entrega das mercadorias aos clientes.

Os diretores da Companhia entendem que a receita operacional líquida da Companhia é diretamente afetada por inúmeros fatores, inclusive: (i) satisfação dos clientes com os serviços prestados pela Companhia; (ii) práticas comerciais de seus concorrentes; (iii) legislação tributária sobre venda de móveis e acessórios de decoração; e (iv) margem bruta auferida em comparação com o capital empregado. Além disso, os aspectos macroeconômicos como a atividade econômica do país e a taxa de desemprego da população e diversos outros fatores podem afetar os resultados da Companhia, como o aumento da concorrência em seus mercados e o custo dos insumos utilizados para a elaboração dos móveis e acessórios de decoração, o qual é diretamente impacto pela taxa de câmbio. Tais fatos, incluindo os já descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, podem impactar o desempenho da receita dos negócios da Companhia.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As operações e clientes da Companhia estão localizados no Brasil e, dessa forma, as condições macroeconômicas do país podem afetar as receitas da Companhia. A receita bruta de vendas é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, é repassado parte dos aumentos nos custos para os clientes por meio de aumentos de preços.

A economia brasileira cresceu no ano de 2019 pelo 3º ano consecutivo, com expansão de 1,1% do PIB (Produto Interno Bruto) em relação ao ano anterior, em meio às incertezas externas relacionadas principalmente à disputa comercial entre Estados Unidos e China e ao cenário político na América do Sul, que fizeram com que o real brasileiro perdesse terreno frente ao dólar americano, que fechou o ano na cotação em R$4,03.

O crescimento da economia brasileira não foi acompanhado por pressões inflacionárias, e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano em 4,31%, dentro da margem de tolerância da meta de inflação estabelecida para 2019 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), permitindo que Banco Central do Brasil conduzisse uma política de redução gradual da taxa básica de juros, que levou a Taxa Selic a 4,5% ao ano ao final de 2019.

Contudo, a pandemia da doença causada pelo novo Coronavírus (ou COVID-19) causou e está causando contínuos impactos no mercado brasileiro e, portanto, a Companhia avaliará a evolução dos efeitos da atual pandemia em suas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas.

A Companhia segue monitorando os efeitos em decorrência da pandemia da COVID-19 e busca se adequar as novas necessidades do mercado. No primeiro semestre de 2020 a dinâmica de vendas da Companhia foi alterada, tendo em vista o período de fechamento e abertura parcial de nossas lojas físicas.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

O impacto negativo da pandemia em nossa receita líquida no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 foi de aproximadamente R$ 260 milhões.

Apesar deste cenário macroeconômico desafiador nos últimos três anos, conseguimos crescer de forma significativa, com ganhos de *marketshare* em todos os canais e também nas principais categorias de móveis e acessórios de decoração.

Permanecemos confiantes na nossa capacidade de crescer, de continuar ganhando participação de mercado e melhorar cada vez mais nossa eficiência operacional. A execução disciplinada da nossa estratégia da Transformação Digital tem produzido bons resultados, e entendemos que existem grandes oportunidades para continuar crescendo nos próximos anos.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, nossa receita bruta cresceu 6,7% em relação ao ano anterior. Vale destacar também o crescimento das vendas totais do nosso *e-commerce* de 7,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 em relação ao mesmo período em 2018.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, nossa receita bruta cresceu 5,8% em relação ao ano anterior. Vale destacar também o crescimento das vendas totais do e-commerce da Companhia de 11,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

No longo prazo, as perspectivas são ainda mais positivas, considerando fatores como: (i) o crescimento do e-commerce, fomentado pela população jovem e cada vez mais conectada, pelo aumento da penetração de smartphones e da velocidade de transmissão de dados cada vez mais rápida; (ii) o crescimento da Classe C, que representa a maior parte da população brasileira; e (iii) o upgrade de consumo em função das novas tecnologias e funcionalidades dos nossos móveis e acessórios de decoração.

(b) Variações das receitas atribuíveis às modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Entendemos que, devido a variações nos índices de inflação, o resultado operacional pode vir a ser sensivelmente afetado e que, além dos fatores externos, sobre os quais não temos controle e que podem vir a afetar a demanda de vendas do produto final, a falta de investimentos para lançamentos de novos produtos pode vir a ter impactos significativos em nossos resultados operacionais.

Ainda que não existam receitas significativas denominadas em moeda estrangeira e, consequentemente, as taxas de câmbio não tenham impacto direto sobre o aumento da nossa receita, existem reflexos indiretos das taxas cambiais sobre custos e inflação, que incorporam o aumento dos insumos em dólares e, posteriormente, repassam para os preços dos nossos móveis e acessórios de decoração.

Para obter maiores informações sobre as mudanças na receita e os motivos dessas alterações, consulte o item 10.1 (h) do Formulário de Referência.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros nos resultados operacional e financeiro do emissor

Nossos negócios são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil. Alterações nas taxas de juros de longo e curto prazo, taxa de desemprego e dos níveis gerais de preços poderão reduzir a disponibilidade de crédito, a renda e o poder de compra do nosso público alvo, afetando adversamente sua confiança nas condições econômicas futuras no Brasil, sua propensão a consumir e sua capacidade de adimplência.

Acreditamos que pequenas variações nos índices de inflação são repassadas para nossos clientes, embora, nas negociações com nossos fornecedores, buscamos sempre o menor custo possível, respeitando os princípios de nossa relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

afetar nossos negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos nossos produtos.

De forma similar, pequenas variações na taxa de câmbio são repassadas para os preços de nossos produtos. A variação cambial afeta os custos de grande parte de nossos fornecedores, de acordo com o grau de nacionalização de cada produto. A variação nos preços de alguns insumos pode afetar de forma relevante os custos de nossos fornecedores e, consequentemente, os preços para nossos clientes. Ainda que os móveis e acessórios de decoração que comercializamos sejam fabricados por uma quantidade considerável de fornecedores e que não sejamos dependentes de nenhum deles, acreditamos que nossa exposição à variação de um único insumo seja considerável.

Finalmente, a taxa de juros da economia tem uma elevada influência nos nossos resultados. Um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o consumo como um todo, afetando as nossas receitas com revenda de mercadorias. Por outro lado, nossas receitas de operações de crédito poderiam aumentar, na medida em que possamos repassar o aumento da taxa de juros para nossos clientes. Nesse cenário, nossas despesas financeiras também seriam afetadas negativamente, principalmente nas operações de varejo, tipicamente alavancadas por capital de terceiros. Por outro lado, uma redução nos juros básicos da economia estimularia o consumo e reduziria nossas despesas de intermediação financeira, juros de empréstimos bancários e principalmente o custo com a antecipação dos recebíveis.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional que se caracterize como alienação ou introdução de um segmento operacional.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 6.5 deste Formulário de Referência. Não houve aquisição ou alienação de participação societária no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(c) eventos ou operações não usuais

Não houve, durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, tampouco no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à nós ou nossas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou em nossos resultados.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas contábeis das demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2020, bem como nas estimativas utilizadas em relação àquelas apresentadas nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

As mudanças significativas nas nossas práticas contábeis nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são as descritas abaixo.

Arrendamentos CPC 06 (R2)/ IFRS 16

A IFRS 16/CPC 06 (R2) substituiu as orientações existentes na IAS 17/CPC 06 (R1) e correspondentes interpretações e estabeleceu princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento.

De acordo com a IAS 17/CPC 06 (R1), todos os pagamentos de arrendamentos operacionais eram apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades operacionais. Atualmente, de acordo com a IFRS 16/CPC 06 (R2), os pagamentos de arrendamentos que são parte do escopo são apresentados como parte dos fluxos de caixa de atividades de financiamento.

A Companhia, com o auxílio de especialistas, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando se existia ou não, arrendamento de acordo com a IFRS 16/CPC 06(R2).

A Companhia, com base em avaliações, identificou que o maior impacto produzido por esta norma foi relacionado ao reconhecimento no balanço patrimonial do direito de uso e passivos de arrendamento dos contratos de imóveis locados de terceiros com prazos de vigência superiores a 12 meses enquadrados nos critérios estabelecidos pela norma.

A Companhia selecionou como método para a adoção inicial a abordagem retrospectiva modificado, com o efeito cumulativo de aplicação inicial nos ativos e passivos, sem a reapresentação de períodos comparativos. A Companhia optou por utilizar o expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento na transição para a IFRS 16.

Não foi realizado o reconhecimento contábil daqueles contratos de itens de baixo valor e com prazo de encerramento dentro do período de 12 (doze) meses a partir da data da aplicação inicial da nova norma.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- Utilização de uma única taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Nesse sentido, obteve-se a taxa incremental de captação, mensurada em 1º de janeiro de 2019, aplicável a cada uma das carteiras de ativos arrendados. Por meio desta metodologia, a Companhia adotou taxa única para contratos com períodos e condições similares.

- Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso;

- Utilização de percepção tardia para determinação do prazo do arrendamento, naqueles casos em que o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão; e

- O arrendatário pode optar, por cada classe de ativo subjacente, não separar os componentes do arrendamento de quaisquer componentes de não arrendamento associado.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

O montante registrado como direito de uso e passivo de arrendamentos em 1º de janeiro de 2019 foi de R$ 410,5 milhões em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 – Leases), utilizando o método retrospectivo modificado de adoção.

A Companhia chegou à sua taxa de desconto, com base em uma poderação das taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (spread de crédito). Os spreads foram obtidos com base nas atuais operações de créditos da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas consideradas, vis-à-vis os prazos dos contratos.

Prazo do contrato	Taxa
Até 5 anos	De 7,08% a 9,57%
De 6 a 10 anos	De 9,83% a 10,40%
Mais de 10 anos	De 10,45% a 10,56%

Conforme base de conclusão 161 e 162 do IASB, referências do IFRS16/CPC06 (R2) e do Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia utilizou a taxa incremental como critério para os cálculos dos ativos e passivos escopo do IFRS16/CPC06 (R2) e assim estão apresentados no balanço da Companhia.

A Administração entende que a taxa utilizada representa o fluxo de caixa mais próximo do real e estão alinhados com as características dos contratos de arrendamento, conforme determina o item 27b do ofício da CVM.

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 4,25%. O prazo médio dos contratos considerados é de 8,5 anos.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores da Companhia informam que a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16 – Leases), utilizando o método retrospectivo modificado de adoção, gerou o reconhecimento pela Companhia em 1º de janeiro de 2019 do direito de uso e passivo de arrendamento, referentes aos contratos de locação de imóveis, no montante de R$ 410,5 milhões.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Diretores da Companhia informam que os relatórios dos auditores independentes sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 não possui ressalvas ou ênfases.

E o relatório dos auditores independentes sobre a auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 possui o seguinte parágrafo de ênfase:

Chamamos atenção à nota explicativa 2 às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a correção de erros em decorrência das alterações descritas na referida nota explicativa, atualização de eventos subsequentes e ajustes no resultado por ação e nas quantidades de ações e opções de compra de ações decorrentes do desdobramento da quantidade de ações, além da inclusão do relatório da administração conforme seção “Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor”. Em 11 de maio de 2020 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes aos períodos anteriores foram ajustados de forma retrospectiva.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Os Diretores informam que a administração da Companhia identificou ajustes que afetam os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, bem como as demonstrações do resultado, resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2017 e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos naquelas datas. Consequentemente, a Companhia reapresentou as demonstrações financeiras compreendendo esses exercícios de acordo com o previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

A Companhia efetuou ajustes no saldo de abertura, em 1º de janeiro de 2017, para refletir baixa do saldo de depósitos judiciais no montante de R$4,0 milhões, em decorrência da identificação de valores não recuperáveis, dessa forma o patrimônio líquido foi reapresentado a menor em R$ 2,6 milhões, líquido dos impactos tributários.

A Companhia efetuou o ajuste do saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 e 2018, com uma redução de R$7,6 milhões em decorrência da identificação de valores não recuperáveis, reduzindo o ativo não circulante e o total do ativo nesse montante e o patrimônio líquido em R$5,0 milhões, líquido dos impactos tributários.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia efetuou ajuste do saldo de depósitos judiciais, com uma redução de R$7,6 milhões em decorrência da identificação de valores não recuperáveis, reduzindo o ativo não circulante e o total do ativo em R$4,0 milhões, líquido dos impactos tributários; e um complemento no saldo da provisão para demandas judiciais de R$2,8 milhões em decorrência de eventos subsequentes, o que gerou aumento no passivo não circulante nesse montante. Esse ajustes geraram uma redução no patrimônio líquido de R$4,1 milhões, líquido de impactos tributários.

Adicionalmente, em 13 de outubro de 2020, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a realização do desdobramento das 665.390 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, na proporção de uma ação para 401 ações ordinárias, passando o capital a ser composto por 266.821.390 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sem modificação do valor do capital social. Diante disso, a Companhia efetuou as alterações nos valores do resultado por ação, quantidades de ações, opções de compra de ações e bônus de subscrição, e os respectivos valores, para todos os períodos apresentados, conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 – Comentários dos Diretores a respeito das políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia informam que as estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 24(d).

Tributos

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis consequências de inspeções das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes: (i) a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados; (ii) diferenças temporárias; (iii) ágio oriundo de incorporação reversa. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia tem diversos processos judiciais e administrativos. No processo de elaboração e revisão dessas provisões são considerados aspectos como a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos. A Administração, em conjunto com seus assessores jurídicos internos e externos, julga que essas provisões para risco tributáveis, cíveis

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

e trabalhistas são suficientes para cobrir eventuais desfechos desfavoráveis no decorrer dos processos.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão

O Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. O Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 – Comentários dos Diretores acerca dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Descrição dos ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheetitems)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, exceto por isenções permitidas pela norma contábil e adotadas pela Companhia, conforme descrito na seção 10.4(a) acima.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;

Nossos Diretores esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais mantínhamos riscos e responsabilidades não evidenciadas em nossos balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019, 2018 e 2017.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;

Nossos Diretores esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados em nossos balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(iv) contratos de construção não terminada; e

Nossos Diretores esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada em nossos balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Nossos Diretores esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados em nossos balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nossos Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 – Comentários dos Diretores sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(b) natureza e o propósito da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e 2019 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 – Plano de Negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Nos últimos anos, o crescimento do nosso número de lojas e áreas de vendas ocorreu majoritariamente, com cinco novas lojas no periodo de dois anos, 8,5% do total de lojas abertas.

Nos próximos anos planejamos dar continuidade ao nosso modelo de expansão com a nossa ambição digital. No período de três anos, nosso crescimento do número de vendas no canal digital também aumentou majoritariamente, partindo de uma representatividade em relação a receita liquida total de 5% em 2017 para 23,6% no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020.

Pretendemos seguir avançando com a nossa ambição digital. No período de três anos findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia investiu R$26 milhões nas iniciativas associadas à estratégia omnicanal, o que representa 24% do total de investimentos no período.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Atualmente, de forma a realizar nossos investimentos, a principal fonte de financiamento é a geração de caixa das nossas operações, complementadas com linhas de crédito de capital de giro e a emissão de empréstimos e financiamento junto a terceiros.

Acreditamos que as fontes de financiamento que utilizamos são adequadas ao nosso perfil de endividamento, atendendo às necessidades de investimentos, sempre preservando o perfil adequado da dívida financeira e, consequentemente, a nossa capacidade de pagamento. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o eventual acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, não possuímos desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devem influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, uma vez que não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que não há pesquisas em andamento já divulgadas.

(ii) Montagens totais gastos pelo emissor em pesquisar para desenvolvimentos de novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há novos produtos e serviços.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

10.8 - Plano de Negócios

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há novos produtos e serviços.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 – Outros fatores com influência relevante

Impactos do COVID-19 em nossas operações

Conforme descrito no item 4.1 – "*A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação do Coronavírus (COVID-19), a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em efeitos adversos relevantes em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa e, finalmente, nossa capacidade de continuar operando nossos negócios"* e no item 7.1 deste Formulário de Referência "Eventos Recentes – Impactos da Pandemia do COVID-19 em Nossas Atividades", as nossas operações sofreram um impacto relevante em razão das medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas como consequência da pandemia do COVID-19. Além disso, acreditamos que a pandemia provocada pelo novo Coronavírus continuará a afetar nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais, liquidez e fluxos de caixa. Acreditamos, ainda, que a extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis. Dessa forma, os impactos financeiros da pandemia na Companhia ainda não estão devidamente dimensionados em nossas informações trimestrais referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 ou neste Formulário de Referência.

Não há informações adicionais disponíveis para que pudéssemos realizar uma avaliação a respeito do impacto do surto do COVID-19 em nossos negócios, além das ponderações apresentadas neste item 10.9 e nos itens 4.1, 7.1, 10.1 e 10.2 deste Formulário de Referência. Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da nossa Companhia continuar operando nossos negócios.

Os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 são contínuos e, portanto, avaliaremos a evolução dos efeitos da atual pandemia em nossas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na nossa capacidade de continuar operando nossos negócios. As análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

Estamos monitorando os desenvolvimentos relacionados ao COVID 19 e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos e melhores práticas gerais de resposta a pandemia.

Para maiores informações das medidas que adotamos em decorrência da pandemia do COVID-19, vide itens 4.1 e 7.1 deste Formulário de Referência.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 – Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que não tenha sido divulgado projeções ou estimativas anteriormente. Dessa forma, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 – Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 480, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que não tenha sido divulgado projeções ou estimativas anteriormente. Dessa forma, optamos por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas às nossas atividades.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 – Descrição da estrutura administrativa

Nossa administração é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Ainda, de modo a auxiliar nossos administradores e acionistas, contamos com um Comitê de Auditoria. Além do Comitê de Auditoria, outros comitês poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração, quando necessário.

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

Conselho de Administração

Nosso Conselho de Administração é composto de, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, por 10 (dez) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, a contar da data das respectivas eleições, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Além das responsabilidades previstas nos termos da legislação aplicável, em conformidade com o Estatuto Social e Regimento Interno do Conselho de Administração, é de responsabilidade do Conselho de Administração:

A. *De acordo com o Estatuto Social e o Regimento Interno do Conselho de Administração*:

(i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

(ii) definir o número de cargos a serem preenchidos na Diretoria da Companhia, eleger e destituir seus membros, bem como atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada não especificados no Estatuto Social;

(iii) distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os Diretores e Conselheiros;

(iv) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papeis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;

(v) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente, observado o disposto no Estatuto Social;

(vi) manifestar-se sobre (a) o relatório da administração e as contas da Diretoria, (b) as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral e (c) a aprovação das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia;

(vii) estabelecer a alçada para aprovar investimentos, estabelecer qualquer associação, consórcio, parcerias ou alianças com terceiros envolvendo a Companhia e/ou suas controladas;

(viii) estabelecer a alçada para aprovar a venda, aquisição, desinvestimento, alienação, oneração de bens do ativo não circulante;

(ix) estabelecer a alçada para aprovar a celebração de quaisquer acordos no âmbito de processos judiciais, arbitrais ou administrativos;

(x) estabelecer a alçada para aprovar doações, inclusive no contexto de programas de assistência social da Companhia, pela Companhia e/ou suas controladas;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xi) estabelecer a alçada para aprovar a realização de transações entre a Companhia e/ou suas controladas e quaisquer partes relacionadas, e observado que eventuais membros não poderão participar da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a matéria;

(xii) estabelecer a alçada para aprovar concessão de empréstimos pela Companhia ou qualquer de suas controladas em favor de quaisquer terceiros, incluindo adiantamentos ou empréstimos a fornecedores;

(xiii) deliberar sobre os assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário;

(xiv) propor à Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício, bem como deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento ou crédito de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

(xv) deliberar sobre a admissão à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia em quaisquer mercados, bem como sobre ofertas de valores mobiliários de sua emissão, no Brasil ou no exterior;

(xvi) aprovar e/ou modificar a política de endividamento da Companhia, incluindo o limite máximo de endividamento;

(xvii) aprovar a adoção ou a mudança na política de derivativos financeiros e “hedging” da Companhia;

(xviii) aprovar e/ou modificar o plano anual de negócios (“Plano Anual”), o plano plurianual de negócios (“Plano Plurianual”), os orçamentos anuais e plurianuais, bem como o orçamento de capital preparados pela Diretoria da Companhia e/ou suas controladas (“Orçamento”), incluindo o estabelecimento de alçadas para que a Diretoria possa alterar parte do Orçamento de determinados patamares do total de despesas ou de determinada linha desse Orçamento;

(xix) aprovar orçamento da área de auditoria interna, e dos demais comitês de assessoramento, se e quando instaurados;

(xx) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia e/ou suas controladas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

(xxi) estabelecer a alçada para aprovar a outorga ou concessão, pela Companhia ou qualquer de suas controladas, de qualquer garantia, incluindo garantia real, garantia fidejussória ou aval, para garantir obrigações da Companhia ou suas controladas;

(xxii) deliberar sobre o resgate ou aquisição, pela Companhia ou por qualquer de suas controladas, de ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou cancelamento ou alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

(xxiii) aprovar os regimentos internos ou atos regimentais da Companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) Código de Ética; (b) Política de Remuneração; (c) Política de Indicação de Administradores; (c) Política de Gerenciamento de Riscos; (d) Política de Transações com Partes Relacionadas; e (e) Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários;

(xxiv) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;

(xxv) autorizar a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição,

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

nos limites autorizados no Artigo 6 do Estatuto Social, fixando as condições da emissão e subscrição, preço por ação, forma e prazo de integralização, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(xxvi) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Artigo 6 do Estatuto Social aprovar: (i) a outorga de opção de compra de ações aos administradores, empregados e pessoas naturais prestadoras de serviços da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas, com base no plano aprovado pela Assembleia Geral; e (ii) o aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

(xxvii) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures não conversíveis em ações em como sobre a emissão de *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada, no Brasil ou no exterior;

(xxviii) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

(xxix) elaborar e divulgar parecer fundamentado sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, contendo a manifestação, ao menos: (i) sobre a conveniência e a oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) quanto aos planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;

(xxx) estruturar um processo e avaliação do Conselho de Administração, de seus Comitês e da Diretoria;

(xxxi) aprovar operações que envolvam ou visam à contratação de derivativos;

(xxxii) estabelecer a alçada para aprovar alterações na política comercial da Companhia; e

(xxxiii) estabelecer a alçada para aprovar a contratação das assessorias a serem contratadas pela Companhia em processos de aquisição e/ou investimentos estratégicos.

B. *Além disto, compete exclusivamente ao Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração:*

(i) convocar a Assembleia Geral, nos termos do o Artigo 9, § 1, do Estatuto Social;

(ii) presidir a Assembleia Geral, nos termos do Artigo 10 do Estatuto Social;

(iii) organizar a agenda das reuniões do Conselho de Administração;

(iv) convocar, organizar e presidir as reuniões do Conselho de Administração, nos termos do Artigo 24 do Estatuto Social;

(v) assegurar que os membros do Conselho de Administração recebam informações completas e tempestivas sobre os itens constantes da agenda das reuniões;

(vi) coordenar as interações entre o Conselho de Administração e a administração e os comitês da Companhia; e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(vii) nomear um Secretário de Governança, para apoiar o Conselho de Administração no exercício se suas atividades, conforme facultado no Artigo 6 do Regimento Interno do Conselho de Administração.
As atribuições de nosso Comitê de Auditoria estão indicadas no item (ii) abaixo.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria possuem regimentos internos próprios, os quais foram devidamente aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2020.

Os supracitados Regimentos podem ser consultados no website da CVM (www.cvm.gov.br), em nosso website (https://ri.tokstok.com.br) bem como fisicamente em nossa sede.

Além do Comitê de Auditoria, outros Comitês poderão ser instituídos pelo Conselho de Administração, sendo certo que, quando instituídos, o Conselho de Administração aprovará seus respectivos regimentos internos, os quais estipularão as competências, as composições, as regras de convocação, instalação, votação e periodicidades das reuniões, prazos dos mandatos, eventuais requisitos de qualificação de seus membros e atividades do coordenador de cada Comitê, entre outras matérias.

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutária, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria, instalado conforme deliberação tomada em reunião do Conselho de Administração da Companhia ocorrida em 13 de outubro de 2020, que atende plenamente aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado e parcialmente aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM.

Nosso Comitê de Auditoria, órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, dotado de autonomia operacional, é composto por, no mínimo, 3 (três) membros nomeados pelo Conselho de Administração, sendo que (i) pelo menos 1 (um) membro deverá ser um Conselheiro Independente (conforme termo definido no Regulamento do Novo Mercado); e (ii) pelo menos 1 (um) membro deverá ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, em conformidade com as normas aplicáveis expedidas pela CVM. É de responsabilidade do Comitê de Auditoria:

A. De acordo com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria:

Compete ao Comitê de Auditoria:

(i) opinar sobre a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia;

(ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia;

(iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

(v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações com partes relacionadas; e

(vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos,

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

B. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria contará com um Coordenador, nomeado pelo Conselho de Administração, que será responsável por representar o Comitê de Auditoria e organizar e coordenar suas atividades. Além disso, nos termos do regimento interno do Comitê de Auditoria, será responsável por:

(i) convocar, instalar e presidir as reuniões do Comitê de Auditoria;

(ii) representar o Comitê de Auditoria em suas interações com o Conselho de Administração e a Diretoria, outros grupos de trabalho ou comitês internos e outros órgãos da Companhia. Também será encarregado de representar o Comitê de Auditoria assinando correspondências, intimações e relatórios;

(iii) convidar outros participantes a participar das reuniões do Comitê de Auditoria; e

(iv) cumprir e impor o cumprimento do Regimento Interno aos membros do Comitê de Auditoria.

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não possuímos uma política formalizada de contratação de serviços externos de auditoria com auditor independente.

Vale citar que, nos termos de nosso Estatuto Social, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir nossos auditores independentes.

Além disto, o Comitê de Auditoria, nos termos de seu Regimento Interno, é responsável por recomendar ao Conselho de Administração sobre a contratação e destituição dos auditores independentes, bem como por supervisionar suas atividades.

Adicionalmente, o Conselho de Administração, com apoio do Comitê de Auditoria, deve assegurar-se de que os auditores independentes cumpram as regras profissionais de independência, incluindo a autonomia financeira do respectivo contrato de auditoria.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, os auditores devem se reportar ao Conselho de Administração, informando quaisquer discussões havidas com os colaboradores da Companhia e a gestão sobre políticas contábeis críticas, mudança no escopo dos trabalhos, deficiências relevantes e falhas significativas nos controles e tratamento contábeis alternativos, avaliação dos riscos e análise de possibilidade de fraudes. O Conselho de Administração pode convocar nossos auditores independentes e os de nossas sociedades controladas direta ou indiretamente para prestar os esclarecimentos que entender necessários. Ademais, o Comitê de Auditoria, que se reporta ao Conselho de Administração, supervisiona todas suas atividades dos auditores independentes e pode recomendar ao Conselho de Administração a substituição destes, caso entenda que a prestação dos serviços não está satisfatória.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria é composta por, no mínimo 2 (dois) e no máximo 9 (nove) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente, 1 (um) Diretor Financeiro e 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Os cargos de Diretor-Presidente e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

de Diretor de Relações com Investidores são de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Os diretores podem, inclusive, acumular cargos. O prazo de mandato é 2 (dois) anos, considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição e destituição.

Além das atribuições previstas pela legislação aplicável, compete a Diretoria praticar os atos necessários ao funcionamento regular dos negócios da Companhia em seu curso normal, observadas as alçadas da Diretoria fixadas pelo Conselho de Administração e as competências dos demais órgãos societários.

Compete à Diretoria implementar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração e, como órgão colegiado:

(i) administrar os negócios sociais em geral e praticar, para tanto, todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração.

(ii) realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de credito, observada a Política de Alçadas da Companhia, a ser aprovada pelo Conselho de Administração, as restrições legais e as disposições estabelecidas neste Estatuto Social;

(iii) submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(iv) preparar as demonstrações financeiras anuais e trimestrais, para submissão ao Conselho de Administração, bem como, se for o caso, demonstrações ou balancetes emitidos em menor periodicidade;

(v) propor ao Conselho de Administração o Orçamento Plano Anual e o plano de negócios da Companhia;

(vi) aprovar a política de vendas da Companhia, incluindo as diretrizes para concessão de financiamento e parcelamento aos clientes; e

(vii) decidir sobre qualquer assunto que não seja competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Compete ao Diretor-Presidente: (i) coordenar e supervisionar a atuação dos demais Diretores, dirigindo o trabalho da Companhia e determinando os procedimentos a serem seguidos (ii) definir e acompanhar as diretrizes estratégicas a serem observadas pelos demais Diretores, com visão de curto, médio e longo prazo, em consonância com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração, (iii) representar a Companhia em assembleias gerais de acionistas e/ou de quotistas de sociedades controladas e/ou indicar um Diretor ou um procurador para representá-lo e (iv) exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pelo Conselho de Administração.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (ii) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e (iii) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente; (iv) representar isoladamente a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais (incluindo CVM, Banco Central do Brasil, B3, instituição escrituradora das ações de emissão da Companhia, entidades administradoras de mercados de balcão organizados), competindo-lhe prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; (v) representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e (vi) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas de finanças da Companhia, e suas controladas, que abrange análise de investimento e gestão de risco, preservando a integridade financeira; (ii) planejar a elaboração do orçamento consolidado, do plano de negócios e orçamento plurianual da Companhia; (iii) supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles e projeções financeiras, de gerenciamento de riscos, consolidando e reportando os resultados da Companhia e suas controladas; (iv) prospectar, analisar e negociar oportunidades de investimentos e desinvestimento para a Companhia, incluindo oportunidades de novos negócios; (v) manter a relação da Companhia com bancos, seguradoras, investidores existentes e potenciais; (vi) dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia, incluindo a análise de investimentos e definição dos limites de exposição a risco, propositura e contratação de empréstimos e financiamentos, negociações de outorga ou substituição de garantias nas operações em que a Companhia seja parte, operações de tesouraria e o planejamento e controle da Companhia; (vii) garantir o alinhamento das áreas subordinadas (controladoria, financeira, jurídica, inspetoria, planejamento financeiro e tesouraria), (vii) auxiliar os demais Diretores no desenvolvimento e acompanhamento das estratégias da Companhia; e (ix) desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho Fiscal da Companhia somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto na legislação aplicável. Na data deste Formulário de Referência, o conselho fiscal não está instalado e não possui regimento interno próprio.

Quando instalado, nosso Conselho Fiscal será composto de, no mínimo 3 (três) e, no máximo 5 (cinco) membros e suplentes em igual número (acionistas ou não) todos eles qualificados em conformidade com as disposições legais.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

Nos termos de nosso Estatuto Social, conforme aprovado por Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de outubro de 2020, compete ao Conselho de Administração estruturar um processo de avaliação do Conselho de Administração, de seus comitês e da Diretoria. Nesse sentido, em 13 de outubro de 2020 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e da Diretoria.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, os processos de avaliação serão realizados, no mínimo, 1 (uma) vez durante a vigência do mandato da administração.

Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho realizará, no mínimo 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do Conselheiro, a avaliação formal do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente, dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração ("Comitês") e do Presidente do Conselho. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os membros do Conselho de Administração que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. A condução do processo de avaliação do Conselho de Administração como órgão e dos membros do Conselho de Administração individualmente é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Diretoria

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Diretores a analisarem suas contribuições, bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, a Diretoria realizará, no mínimo 1 (uma) vez durante a vigência do mandato dos Diretores, a avaliação formal do desempenho da própria Diretoria e de cada um dos Diretores, individualmente. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os Diretores que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões desde a última avaliação. A condução do processo de avaliação dos Diretores individualmente é de responsabilidade do Diretor Presidente. A avaliação da diretoria como órgão é de responsabilidade do Presidente do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os Comitês deverão realizar, no mínimo, 1 (uma) vez durante a vigência do mandato do membro do Comitê, a avaliação individual de seus membros. Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação. O processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do Comitê. Adicionalmente, o Comitê deverá conduzir autoavaliações periódicas sobre seu próprio desempenho, incluindo sua eficácia e o cumprimento de seu regimento.

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Conselho de Administração

O processo de avaliação do Conselho de Administração é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre alocação de recursos, o desenvolvimento do capital humano, o monitoramento dos riscos, o direcionamento estratégico, o desenvolvimento de inovação e visão de futuro, o fortalecimento dos valores e conduta ética; e a efetividade dos Comitês.

Diretoria

Processo de avaliação da Diretoria é estruturado levando em consideração as principais responsabilidades específicas do órgão e temas normalmente tratados, como o monitoramento do desempenho da Companhia, a qualidade das decisões sobre a operação da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

O processo de avaliação dos Comitês é estruturado levando em consideração o desempenho do Comitê, incluindo sua eficácia e o cumprimento dos respectivos Regimentos Internos. Cada membro responde um questionário sobre estes temas – as respostas são tabuladas e os resultados são discutidos por todos os membros, bem como pelo Conselho de Administração.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Conselho de Administração

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho, dos Conselheiros serão divulgados a todos os membros do Conselho. Os resultados das avaliações individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho. Os resultados das avaliações do Presidente do Conselho serão também disponibilizados a todos os Conselheiros.

Diretoria

Os resultados consolidados das avaliações da Diretoria serão divulgados a todos os membros da Diretoria, e os resultados das avaliações individuais à pessoa em questão, ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração. Os resultados serão discutidos em sessões de feedback individuais, de modo a incentivar o aprendizado e melhoria de cada membro.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Os resultados consolidados das avaliações do Comitê de Auditoria serão divulgados a todos os membros do Comitê de Auditoria, bem como ao Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais dos membros do Comitê de Auditoria serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho.

Os resultados das avaliações do Conselho de Administração, da Diretoria e dos Comitês, bem como de seus respectivos membros, são utilizados pela Companhia para identificar os pontos fortes e os pontos que devem ser aprimorados por cada um dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria.

Uma vez identificados tais pontos, a Companhia é capaz de estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos, comitês e membros da administração da Companhia. Os planos de ação podem ser utilizados, por exemplo, para a definição de metas para o ano subsequente, para reajustes eventuais de remuneração ou, até mesmo, para indicação para outros cargos na administração da Companhia.

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Até a data deste Formulário de Referência, contratamos serviços de Auditoria Interna terceirizada, em 14 de outubro de 2020, para auxiliar no procedimento de avaliação interna.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 – Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

Descrever as regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais, indicando:

a. Prazos de convocação

Não adotamos prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização da Assembleia Geral. Independentemente de qualquer formalidade prevista em nosso estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, é considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

b. Competências

Como consta da Lei das Sociedade por Ações, a Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, um vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Além dos poderes atribuídos pela legislação vigente, é de competência exclusiva da Assembleia Geral as seguintes matérias:

(i) deliberar sobre a emissão de quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações (inclusive debêntures) da Companhia, ressalvado o disposto no Artigo 6 do Estatuto Social ;

(ii) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão total ou parcial envolvendo a Companhia ou a transformação de seu tipo societário;

(iii) deliberar sobre a alteração das matérias sujeitas à aprovação da Assembleia Geral, bem como das normas aplicáveis a convocação e realização da Assembleia Geral, observado o disposto na Lei das S.A.;

(iv) tomar as contas dos administradores da Companhia e/ou suas controladas, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;

(v) deliberar sobre a liquidação e dissolução da Companhia e/ou suas controladas, o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação, bem como sobre a eleição e a destituição de liquidantes e do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

(vi) autorizar os administradores a confessar falência, ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial;

(vii) deliberar sobre a alteração do Estatuto Social da Companhia;

(viii) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pelo Conselho de Administração da Companhia, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;

(ix) aprovar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado, observado que, em qualquer caso, a remuneração deverá estar contemplada nos planos anuais de negócios ou no orçamento da Companhia;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(x) deliberar sobre a dispensa da realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de saída voluntária do Novo Mercado;

(xi) suspender o exercício de direitos de acionista, conforme previsto em lei e no Estatuto, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão;

(xii) aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas;

(xiii) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; e

(xiv) aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à assembleia geral estarão disponíveis na sede administrativa da Companhia, no endereço Avenida Tucunaré, nº 550 - 1º e 2º andares – no bairro Tamboré, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06460-020, em seu website https://ri.tokstok.com.br, no website da CVM (www.cvm.gov.br) e no website da B3 S.A. – Brasil Bolsa Balcão (www.b3.com.br).

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira.

A esse respeito, a Lei das Sociedades por Ações prevê que o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável e o acionista responderá pelos danos causados. Os conflitos de interesse são identificados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e administrados pelo Conselho de Administração.

Na administração de conflitos de interesses, é registrada a abstenção dos acionistas que tenham qualquer interesse relacionado às matérias a serem deliberadas pela assembleia.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Nos termos do artigo 126º, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, nossos acionistas pessoas físicas podem ser representados por procuradores constituídos há menos de 1 (um) ano e, cumulativamente, ser acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

Nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, e em conformidade com o Ofício Circular CVM/SEP 02/2020, os acionistas que são pessoas jurídicas podem ser representados por seus representantes legais ou procuradores devidamente nomeados como tal, de acordo com nosso Estatuto Social ou com as regras previstas no Código Civil. Assim, no caso de pessoas jurídicas, seus procuradores não precisam ser acionistas, advogados ou administradores da Companhia.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma,

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Nossos acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja nosso acionista, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

Admitimos procurações enviadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato, mas orientamos nossos acionistas a enviarem com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral.

Além disto, não adotamos procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico e não possuímos nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

g. Formalidades necessárias para a aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização.

À luz da Instrução CVM n° 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada, a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria “A”.

Para exercício dos direitos de voto a distância com envio direto para a Companhia, os acionistas devem enviar os seguintes documentos para a Companhia: Avenida Tucunaré, nº 550 - 1º e 2º andares – no bairro Tamboré, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06460-020:

(a) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricando e assinando; e

(b) cópia autenticada dos seguintes documentos:

(i) para as pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista;

(ii) para pessoas jurídicas: (ii.1) último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii.2) documento de identidade com foto do representante legal; e

(iii) para fundos de investimento: (iii.1) último regulamento consolidado do fundo; (iii.2) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii.3) documento de identificação com foto do representante legal.

Em relação aos documentos indicados nos itens A e B, acima, solicitamos, conforme o caso, reconhecimento de firma, notarização, consularização (ressalvados os procedimentos alternativos eventualmente admitidos em razão de acordos ou convenções internacionais). Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão considerados apenas se recebidos por nós em plena ordem até 7 (sete) dias antes da data da assembleia. Nos termos do art. 21-U da Instrução CVM 481/09, comunicaremos aos acionistas se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

A Companhia disponibiliza sistema eletrônico, conforme instruções e legislação aplicável, que será disponibilizada aos acionistas por meio do edital de convocação.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Os acionistas que pretendam incluir propostas de deliberação ou de candidatos para o Conselho de Administração ou para o Conselho Fiscal sob a forma de voto a distância devem enviar suas propostas pelo correio para a Companhia: Avenida Tucunaré, nº 550 - 1º e 2º andares – no bairro Tamboré, na cidade de Barueri, estado de São Paulo, CEP 06460-020, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores, juntamente com os documentos relativos a proposta, ou por correio eletrônico para ri@tokstok.com.br, tal como previsto na regulamentação aplicável.

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebido pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal em até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da assembleia geral extraordinária convocada para este fim.

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não utiliza esses recursos. Temos disponível uma página na internet aberta ao público em geral para receber e compartilhar comentários sobre a Companhia e seus serviços.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância.

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias a participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as assembleias gerais da Companhia.

A Companhia mantém uma área de relação com os investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas de seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail: ri@tokstok.com.br.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 – Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) frequência das reuniões

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente pelo menos 6 (seis) vezes ao ano, conforme calendário anual a ser aprovado pelo Conselho de Administração na primeira reunião a se realizar após a eleição, e extraordinariamente, sempre que necessário.

As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser entregues por meio eletrônico ou por carta, pelo Presidente do Conselho de Administração, se ausente o primeiro, a cada membro do Conselho de Administração, com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião. Quaisquer 2 (dois) Conselheiros poderão, mediante solicitação escrita ao Presidente, solicitar que uma reunião seja convocada ou que itens sejam incluídos na ordem do dia. Caso não estejam fisicamente presentes, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria poderão fazer-se representar e manifestar seu voto por meio de: (a) delegação de poderes feita em favor de outro membro do respectivo órgão, (b) voto escrito enviado antecipadamente e (c) transmitido por correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, bem como por sistema de áudio ou videoconferência ou outros meios semelhantes, desde que permitam a identificação e participação efetiva na reunião, de forma que os participantes consigam simultaneamente ouvir uns aos outros.

No último exercício social o Conselho de Administração se reuniu ordinária e extraordinariamente 18 (dezoito) vezes. O Conselho de Administração se reúne em conformidade com o calendário anual aprovado no pelo Conselho de Administração em sua primeira reunião, ou conforme necessário e requerido.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

O Acordo de Acionistas da Companhia, em vigor na data deste Formulário de Referência, não possui qualquer restrição ou vinculação de direito de voto dos membros do Conselho de Administração. Para informações sobre o Acordo de Acionistas da Companhia, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Possuímos uma Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses, conforme aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2020.

Nos termos de referida política, o membro do Conselho de Administração que estiver envolvido em processo de aprovação ou que estiver em uma situação pessoal de conflito de interesses, deverá informar essa situação ao nosso Departamento Jurídico e, se relevante, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatuário, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Além disto, nos termos do Artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações, os membros do nosso Conselho de Administração e de nossas controladas que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração, a natureza e a extensão do seu impedimento.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

Adotamos uma política de indicação de administradores ("Política de Indicação de Administradores"), a qual foi formalmente aprovada em 13 de outubro de 2020 e que pode ser consultada em no website da CVM (www.cvm.gov.br) em nosso website (https://ri.tokstok.com.br) e fisicamente em nossa sede.

(i) órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado; e

Nossa Política de Indicação de Administradores, foi aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 13 de outubro de 2020. Referida política pode ser consultada no site: https://ri.tokstok.com.br, bem como fisicamente em nossa na sede.

(ii) principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

Diretrizes e Critérios para Indicação

Como diretriz geral, o processo de indicação de candidatos deve visar que o Conselho de Administração seja composto de membros de perfil diversificado, número adequado de conselheiros independentes e tamanho que permita a criação de comitês, o debate efetivo de ideias e a tomada de decisões técnicas, isentas e fundamentadas.

O Estatuto Social prevê que o Conselho de Administração deve composto por, no mínimo 7 (sete) e no máximo 10 (dez) membros efetivos, eleitos e destituíveis pela assembleia geral de acionistas, com mandato unificado de 2 (dois) anos, a contar da data das respectivas eleições, sendo permitida a reeleição.

Dentre os membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento) deles, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

Adicionalmente, seguindo a nossa diretriz geral, o processo de indicação deve buscar que o Conselho de Administração seja composto (i) tendo em vista a disponibilidade de tempo de seus membros para o exercício de suas funções e a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e gênero (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC); e (ii) em sua maioria por membros externos, tendo, no mínimo, um terço de membros independentes (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC).

Os membros indicados ao Conselho de Administração da Companhia, incluindo os conselheiros independentes, deverão atender os seguintes critérios, além dos requisitos legais e regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia e demais pactos societários porventura existentes que tenham a Companhia como objeto:

(i) alinhamento e comprometimento com os valores e a cultura da Companhia e seu Código de Conduta;

(ii) reputação ilibada;

(iii) não ter sido impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o sistema financeiro nacional, ou a pena criminal que vede acesso a cargos públicos;

(iv) não ter sido objeto de decisão irrecorrível que o suspendeu ou o inabilitou, por parte da CVM, que o tenha tornado inelegível aos cargos de administrador de companhia aberta;

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(v) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social;

(vi) conhecimento e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual foi indicado;

(vii) habilidades para implementar as estratégias, enfrentar os desafios e atingir os objetivos da Companhia; e

(viii) estar isento de conflito de interesse com a Companhia

Procedimento para Indicação

A composição do Conselho de Administração deverá ser avaliada ao final de cada mandato para buscar o atendimento aos critérios constantes da Política de Indicação de Administradores, quando da aprovação dos candidatos propostos pela Administração.

A proposta de reeleição dos conselheiros deverá considerar os resultados do processo de avaliação periódica do Conselho de Administração, bem como as conclusões quanto à adequação ou necessidade de ajustes em sua composição.

O acionista que tem direito a indicar candidatos ao Conselho de Administração, nos termos do Acordo de Acionistas, notificará o Diretor Presidente por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos antes da realização da assembleia geral que elegerá o novo Conselho de Administração. Ao indicar membro para integrar o Conselho de Administração, o acionista deverá apresentar declaração atestando que foram devidamente observados nessa indicação todos os requisitos legais aplicáveis e os atinentes ao sistema de governança corporativa da Companhia, juntamente com as comprovações cabíveis.

A indicação de membros independentes do Conselho de Administração será proposta pelo Diretor Presidente, que emitirá recomendação própria ao Conselho de Administração ou indicação recebida dos acionistas. Para emitir sua recomendação, o Diretor Presidente poderá solicitar assessoria externa de empresa especializada

A caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes deve ser deliberada na assembleia geral de acionistas que os eleger, nos termos do Artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Cada indicado a conselheiro independente deverá apresentar declaração ao Conselho de Administração, atestando seu enquadramento em relação aos critérios de independência estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado, contemplando a respectiva justificativa, se verificada alguma das situações previstas no § 2º do Artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração da Companhia deverá aprovar manifestação, inserida na proposta da administração referente à assembleia geral para eleição de administradores, quanto ao enquadramento ou não enquadramento do candidato nos critérios de independência.

O procedimento acima não se aplica às indicações de candidatos a membros do conselho de administração:

(i) que não atendam ao prazo de antecedência para inclusão de candidatos no boletim de voto, conforme disposto na regulamentação editada pela CVM sobre votação a distância; e

(ii) para eleição mediante votação em separado (aplicável às companhias com acionista controlador).

Adicionalmente, O Conselho de Administração deve avaliar e divulgar anualmente quem são os conselheiros independentes, bem como indicar e justificar quaisquer circunstâncias que possam

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

comprometer sua independência (conforme prática recomendada 2.2.1(ii) do CBGC). São consideradas situações que podem comprometer a independência do membro do Conselho de Administração, sem prejuízo de outras:

(i) ter atuado como administrador ou empregado da Companhia, de acionista com participação relevante ou de grupo;

(ii) de controle, de auditoria independente que audite ou tenha auditado a Companhia, ou, ainda, de entidade sem fins lucrativos que receba recursos financeiros significativos da companhia ou de suas partes relacionadas;

(iii) ter atuado, seja diretamente ou como sócio, acionista, conselheiro ou diretor, em um parceiro comercial relevante da Companhia;

(iv) possuir laços familiares próximos ou relações pessoais significativas com acionistas, conselheiros ou diretores da Companhia; ou

(v) ter cumprido um número excessivo de mandatos consecutivos como conselheiro na Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 – Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei n° 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Guilherme de Antonio Favaro	27/09/1988	Pertence apenas à Diretoria	13/10/2020	2 anos	0
360.351.878-03	Engenheiro	12 - Diretor de Relações com Investidores	13/10/2020	Sim	0.00%
Luciano Ribeiro Escobar	05/01/1973	Pertence apenas à Diretoria	13/10/2020	2 anos	0
183.895.908-40	Arquiteto	19 - Outros Diretores	13/10/2020	Sim	0.00%
		Diretor de Operações			
Octávio Côrtes Pereira Lopes	27/08/1971	Pertence apenas à Diretoria	13/10/2020	2 anos	0
149.224.538-06	Economista	10 - Diretor Presidente / Superintendente	13/10/2020	Sim	0.00%
Régis Edouard Alain Dubrule	29/01/1949	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/10/2020	2 anos	0
815.598.368-49	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/10/2020	Sim	0.00%
Paul Edouard Dubrule	25/12/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/10/2020	2 anos	0
177.418.958-50	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/10/2020	Sim	0.00%
Daniel Braga Sterenberg	19/07/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/10/2020	2 anos	0
938.453.247-91	Administrador	20 - Presidente do Conselho de Administração	13/10/2020	Sim	0.00%
Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule	18/04/1950	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/10/2020	2 anos	0
003.925.208-69	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/10/2020	Sim	0.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges	26/10/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/10/2020	2 anos	0
486.440.641-34	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/10/2020	Sim	0.00%
Andre Jacques Levy	25/11/1983	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/10/2020	2 anos	0
325.696.168-18	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/10/2020	Sim	0.00%
Marcos Guimarães Grasso	18/05/1962	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/10/2020	2 anos	0
045.350.748-44	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/10/2020	Sim	0.00%
João Lourenço Vivan Bernartt	20/02/1980	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/10/2020	2 anos	0
029.422.719-90	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/10/2020	Sim	0.00%
Pertence ao Conselho de Administração					
Thiago Osorio	03/12/1979	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/10/2020	2 anos	0
082.761.877-81	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/10/2020	Sim	0.00%
Pertence ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria					
Experiência profissional / Critérios de Independência					
Guilherme de Antonio Favaro - 360.351.878-03					

Sr. Guilherme de Antonio Favaro, nascido no Brasil, graduado na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo em Engenharia Elétrica com ênfase em Controle & Automação, participou dos cursos complementares em Financial Engineering, Management of Technology & Entrepreneurship na École Polytechnique Fédérale de Lausanne, na Suiçae Business Analysis and Valutation na The London School of Economics and Political Science (LSE).Atuou na área de Fusões & Aquisições e Mercado de Capitais do Deutsche Bank entre agosto de 2011 e julho de 2015, na RHI Magnesita como Global Head of FP&Aentre agosto de 2015 e outubro de 2017, como CFO EMEA & Asia entre novembro de 2017 e agosto de 2019, e como CFO na Bcredi, de setembro de 2019 a agosto de 2020,. Ingressou na Estok Comércio e Representações S.A. em 1º de setembro de 2020, eleito como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Luciano Ribeiro Escobar - 183.895.908-40

Sr. Luciano Ribeiro Escobar, nascido no Brasil, arquiteto, graduado em arquitetura e urbanismo na Universidade do Vale do Paraíba, em Gestão Mercadológica na Universidade Paulista e MBA em Gestão de TI, na economia pela ILERI (Paris/França).Ingressou na Estok Comércio e Representações S.A. em abril de 1995 como Vendedor de Loja até dezembro de 1998. De janeiro de 1999 a junho de 2000 foi Supervisor de Vendas. De julho de 200 a dezembro de 2002 foi Gerente de Loja. De janeiro de 2003 a dezembro de 2006 foi PMO desenvolvimento e implementação ERP em lojas. De janeiro de 2007 até junho de 2018 foi Gerente de TI. Atualmente, desde julho de 2018, é Diretor Executivo de Operações da Companhia. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Octávio Côrtes Pereira Lopes - 149.224.538-06

Sr. Octávio Côrtes Pereira Lopes, nascido no Brasil, economista, graduado em economia na Universidade de São Paulo – Faculdade de Economia e Administração em maio 1993, mestre em administração de empresas na The Wharton School of the University of Pennsylvania em maio de 1996. Iniciou sua carreira profissional como Consultor na MCM Consultores Associados em agosto de 1991 até abril de 1994. De agosto de 1996 até julho de 1997 foi associado ao grupo de finanças coorporativas do ING Bank. De julho de 1997 até junho de 2016 passou pelos cargos de Associado (Private Equity), Partner (Private Equity), Managing Director e membro do Conselho de Administração na GP Investiments. De maio de 2004 até a junho de 2007, foi Fundador e CEO, Chairman Equatorial e CEO Cemar - Co. Energetica do Maranhão na Equatorial Energia. De junho de 2012 a dezembro de 2018 na companhia RHI Magnesita NV/ Magnesita Refratarios, Octavio passou pelos cargos de CEO Magnesita Refratarios, Chairman Magnesita Refratarios, CEO Magnesita International, Interim CFO RHI Magnesita, Diretor RHI Magnesita. Ingressou na Estok Comércio e Representações S.A em abril de 2020 como Conselheiro Sênior até julho de 2020. De agosto de 2020 a setembro de 2020 foi Presidente Executivo (Não Estatutário). Atualmente, desde setembro de 2020, é CEO da Companhia e desde 2007 é Membro do Conselho Executivo da América Latina na The Wharton School of the University of Pennsylvania. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Régis Edouard Alain Dubrule - 815.598.368-49

Sr. Régis Edouard Alain Dubrule, nascido na França, administrador de empresa, diplomado no Institut D'Estudes Politiques de Grenoble (França). Fundou a empresa em 1977 e de outubro de 1977 até outubro de 2012 foi fundador presidente da Estok Comércio e Representações S.A. Desde outubro de 2012 é membro do Conselho de Administração da Companhia. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Paul Edouard Dubrule - 177.418.958-50

Sr. Paulo Edouard Dubrule, nascido na França, administrador de empresas, graduado em economia pela ILERI (Paris/França) em 1996 e mestre em Administração (MBA) pela Emory University (Atlanta/EUA) no ano 2001. Ingressou na Estok Comércio e Representações S.A. em dezembro de 2002 como gerente de loja até o ano de 2005. De janeiro de 2006 a dezembro de 2008 foi gerente de expansão. De janeiro de 2009 a maio de 2013 foi diretor financeiro. Em junho de 2013 assumiu o cargo de vice-presidente de expansão até outubro de 2017. De outubro de 2017 a agosto de 2018 assumiu o cargo de diretor executivo de operações. Atualmente, desde outubro de 2012, é membro do conselho de administração e do comitê de expansão da Companhia. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Daniel Braga Sterenberg - 938.453.247-91

Sr. Daniel Braga Sterenberg, nascido no Brasil, graduado em ciência da computação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em administração (MBA) na MIT Sloan School of Management. Managing Director do grupo de South America Buyout do Carlyle, acionista controlador indireto da Companhia. Antes de se juntar ao Carlyle em 2008, trabalhou na Mckinsey & Company, na Bozano Simonsen e na Aceleradora.com S.A., empresa da qual foi fundador. Além da Companhia, atualmente é membro do conselho de administração da USS Soluções Gerenciadas S.A. (Tempo). Ingressou na Estok Comércio e Representações S.A. pela primeira vez em novembro de 2012, eleito como membro do conselho de administração da Companhia, reeleito em 14 de novembro de 2016, oportunidade que também foi nomeado como presidente do conselho de administração, com mandato até 13 de novembro de 2017, reeleito em 13 de outubro de 2020 com mandato de 2 anos. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule - 003.925.208-69

Sra. Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule, nascida na França, administradora de empresa, diplomada no Institut d'Etudes Politiques de Grenoble (França). De janeiro de 1978 a outubro de 2012 foi Vice-Presidente da Companhia. De outubro de 2012 a março de 2017 foi Presidente da Companhia. Atualmente, desde abril de 2017, é membro do Conselho de Administração. Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges - 486.440.641-34

Sr. Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges, nascido no Brasil, graduado em relações internacionais na Universidade de Brasília e mestre em relações internacionais pela School of Advanced International Studies (SAIS) da Johns Hopkins University. Managing Director e Head do grupo de South America Buyout do Carlyle, acionista controlador indireto da Companhia. Antes de se juntar ao Carlyle em 2007, foi Managing Director e CEO na AIG Capital Investments do Brasil (1999-2007) e Diretor na divisão de Private Equity da Bozano Simosen (1994-1999). Além da Companhia, atualmente é membro do conselho de administração da (i) Ri-Happy Brinquedos S.A., (ii) USS Soluções Gerenciadas S.A. (Tempo), (iii) Vitru Limited e (iv) Madero Limited. Também é Vice-Chairman da ABVCAP, Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital. Ingressou na Estok Comércio e Representações S.A. pela primeira vez em 21 de janeiro de 2013, eleito como membro do conselho de administração da Companhia, reeleito em 14 de novembro de 2016, com mandato até 13 de novembro de 2017, e em 13 de outubro de 2020 com mandato até 13 de outubro de 2022. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Andre Jacques Levy - 325.696.168-18

Sr. Andre Jacques Levy, nascido no Brasil, graduado em engenharia na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e mestre em administração (MBA) na Wharton School da University of Pennsylvania. Principal do The Carlyle Group, acionista controlador indireto da Companhia. Anteriormente, foi parte do time de private equity da GP Investments e membro do conselho de administração da Sascar. Ingressou na Estok Comércio e Representações S.A. como membro do conselho de administração da Companhia eleito em 14 de novembro de 2016, com mandato até 13 de novembro de 2017, e em 13 de outubro de 2020 com mandato até 13 de outubro de 2022. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99

Marcos Guimarães Grasso - 045.350.748-44

Graduado em administração de empresas pela Fundação Getulio Vargas, com formação executiva em governança, gestão e liderança em Harvard, Oxford e Insead. Coach certificado pela Universidade de Columbia nos E.U.A. Experiência em conselhos de administração em empresas como BRF, a própria Companhia, Cacau Show, Marilan, Iberchem, Condor, C&A e Instituto Akatu. Mais de 30 anos de experiência em empresas de consumo no Brasil, Ásia, Europa e Estados Unidos em empresas como Warner Lambert, Pfizer, Cadbury e Mondelez/Kraft Foods, onde foi CEO no Brasil. Responsável pela America do Sul da firma francesa de investimentos Eurazeo. Atualmente é conselheiro independente do nosso Conselho de Administração. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

João Lourenço Vivan Bernartt - 029.422.719-90

Sr. João Lourenço Vivan é graduado em engenharia de controle e automação pela Universidade Federal de Santa Catarina e em engenharia industrial pela Université Paul Sabatier (França), mestre em Inteligência Artificial pela Universidade Federal de Santa Catarina, Scrum Master Certified, com 15 anos de experiência em P&D nas áreas de Internet, Data Mining, Inteligência Artificial, Varejo e Internet. Fundador e CEO da Chaordic, de 2010 a 2015, empresa vendida para LINX em 2015 e eleita pelo GPTW - Great Place to Work como a melhor empresa para se trabalhar em Santa Catarina em 2013 e 2014. De 2016 a 2018 foi Diretor de Omnicanalidade da Linx S.A. Investidor e conselheiro de algumas startups de tecnologia e Board Member do Conselho de Administração da Tok&Stok e Membro do Comitê de Transformação Digital do Grupo Hortifruti. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Thiago Osorio - 082.761.877-81

Formado em Engenharia de Computação pela PUC-Rio em 2002, Thiago atuou como Managing Director do Rothschild & Co, onde trabalhou por 15 anos, liderando inúmeras transações de fusões e aquisições, reorganizações societárias, reestruturações de dívida entre outros. Atualmente é Membro do Comitê de Auditoria da Tok&Stok. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Guilherme de Antonio Favaro - 360.351.878-03	
N/A	
Luciano Ribeiro Escobar - 183.895.908-40	
N/A	

602

Octávio Côrtes Pereira Lopes - 149.224.538-06

N/A

Régis Edouard Alain Dubrule - 815.598.368-49

N/A

Paul Edouard Dubrule - 177.418.958-50

N/A

Daniel Braga Sterenberg - 938.453.247-91

N/A

Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule - 003.925.208-69

N/A

Fernando Cezar Dantas Porfírio Borges - 486.440.641-34

N/A

Andre Jacques Levy - 325.696.168-18

N/A

Marcos Guimarães Grasso - 045.350.748-44

N/A

João Lourenço Vivan Bernartt - 029.422.719-90

N/A

Thiago Osorio - 082.761.877-81

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Paulo Sergio Cruz Dortas Matos	Comitê de Auditoria		Outros	30/06/1961	13/10/2020	2 anos
219.961.055-15		Consultor	Coordenador do Comitê de Auditoria	13/10/2020	0	0.00%
N/A						
Thiago Osorio	Comitê de Auditoria		Outros	03/12/1979	13/10/2020	2 anos
082.761.877-81		Engenheiro	Conselheiro de Adm. Independente (Efetivo)	13/10/2020	2	0.00%
Conselheiro Independente						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Paulo Sergio Cruz Dortas Matos - 219.961.055-15

Graduou-se em ciências contábeis na Universidade Federal da Bahia em 1982. Possui mais de 30 anos de experiência em auditoria externa em companhias globais. Sua experiência inclui ainda a liderança em projetos de due diligence para fundos de private equity e venture capital. Foi responsável pela Divisão de Auditoria da Grant Thorton do Brasil e na Ernst & Young foi o sócio líder da área de Strategic Growth Markets (SGM) com foco na preparação de empresas para a entrada de fundos de Private Equity e para a abertura de capital (IPOs). Atualmente atua como consultor independente e como membro de comitês de vários segmentos em empresas de capital aberto e fechado. Dedica parte de seu tempo como mentor a ONG Endeavor que atua junto a empresas com alto potencial de crescimento. É membro do Conselho Regional de Contabilidade (CRC). Atualmente é coordenador do nosso Comitê de Auditoria. Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Thiago Osorio - 082.761.877-81

Formado em Engenharia de Computação pela PUC-Rio, Thiago atuou como Managing Director do Rothschild & Co, onde trabalhou por 15 anos, liderando inúmeras transações de fusões e aquisições, reorganizações societárias, reestruturações de dívida entre outros.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Paulo Sergio Cruz Dortas Matos - 219.961.055-15	
N/A	
Thiago Osorio - 082.761.877-81	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Régis Edouard Alain Dubrule	815.598.368-49	ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.	49.732.175/0001-82	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Paul Edouard Dubrule	177.418.958-50	ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.	49.732.175/0001-82	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule	003.925.208-69	ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.	49.732.175/0001-82	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Paul Edouard Dubrule	177.418.958-50	ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.	49.732.175/0001-82	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				
Administrador do emissor ou controlada				
Régis Edouard Alain Dubrule	815.598.368-49	ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.	49.732.175/0001-82	Marido ou Esposa (1º grau por afinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule	003.925.208-69	ESTOK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES S.A.	49.732.175/0001-82	
Membro do Conselho de Administração				
Observação				

605

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Relação conjugal com Régis Edouard Alain Dubrule				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais, os administradores da Companhia não possuíam relações de subordinação, prestação de serviço ou controle com controladas, controladores e outros.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 – Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Nos termos do artigo 20 de nosso Estatuto Social, indenizaremos e manteremos indenes os membros de nosso conselho de administração, diretores, membros de Comitês e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

O parágrafo 1º de referido artigo 20 de nosso Estatuto Social, descreve situações nas quais não indenizaremos os Beneficiários, a saber: (i) atos praticados fora do exercício das atribuições ou poderes; (ii) atos com má-fé, dolo, culpa grave ou fraude; (iii) atos praticados em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia; (iv) indenizações decorrentes de ação social prevista no art. 159 da Lei das Sociedades por Ações ou ressarcimento de prejuízos de que trata o art. 11, § 5º, II da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976. Não obstante, outros excludentes de indenização poderão ser estabelecidos nos contratos de indenidade que serão firmados com os Beneficiários.

Ainda, nos termos do parágrafo 2º do artigo 20 de nosso Estatuto Social, caso seja o Beneficiário seja condenado por uma decisão judicial, arbitral ou administrativa, transitada em julgado ou da qual não caiba mais recurso, em virtude de atos praticados nos termos dos itens (i) a (iii) do parágrafo acima, o Beneficiário, além de não fazer jus ao recebimento de indenização pelas penalidades eventualmente impostas, deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica, nos termos da legislação em vigor.

As demais condições e limitações da indenização serão estabelecidas em contrato de indenidade, cujo modelo padrão deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do parágrafo 3º do artigo 20 de nosso Estatuto Social. Vale destacar que até a data deste Formulário de Referência não foi aprovado pelo nosso Conselho de Administração o referido modelo padrão de acordo de indenidade, de forma que não é possível informar as demais condições que ainda serão estabelecidas.

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores contratada com à Chubb Seguros Brasil S.A., em 20 de dezembro de 2019, cujo valor total do prêmio do seguro contratado foi de R$ 67.605,18 e o limite máximo de garantia é de R$ 50.000.000,00. O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R$ 58.958,82 e o vencimento acontece em 20 de dezembro de 2020. O D&O conta com as seguintes coberturas: (i) Cobertura A (garante o pagamento da Indenização ao Segurado ou ao Terceiro beneficiário, em nome e por conta do Segurado); (ii) Cobertura B (garante o pagamento da Indenização ao Tomador do Seguro, Controlada e/ou Subsidiária); (iii) Cobertura Adicional de Processos de Extradição; (iv) Cobertura Adicional de Custos de Defesa Emergenciais; (v) Cobertura Adicional de Custos de Investigação; (vi) Cobertura Adicional de Herdeiros, Representantes Legais e Espólio; (vii) Cobertura Adicional de Responsabilidade Solidária de Bens; (viii) Cobertura Adicional de Inabilitação dos Segurados; e (ix) Cobertura Adicional de Multas e Penalidades.

Por fim, a administração da Companhia entende que o seguro D&O e os contratos de indenidade são instrumentos importantes de atração e retenção de bons administradores, que se sentem mais seguros ao assumir a gestão de uma empresa que oferece esse tipo de proteção. Além disso, promovem proteção adequada para que eles possam tomar decisões negociais que impliquem a assunção de riscos compatíveis com os níveis tolerância a riscos fixados no interesse da companhia, e que restariam comprometidas ou engessadas com a possibilidade de responsabilização civil. Por fim, o seguro D&O, em particular, enquanto contrato de seguro de responsabilidade civil, possui uma natureza dúplice na medida em que o seguro, além de proteger o patrimônio dos Beneficiários, também garante a indenização do terceiro prejudicado.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 – Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
Assembleia Geral Extraordinária	15/10/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	13/10/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	26/03/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	24/06/2020	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	03/06/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	03/09/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	11/10/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	16/12/2019	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	10/01/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Extraordinária	20/12/2018	100%	NÃO
Assembleia Geral Ordinária	30/04/2017	100%	NÃO

Governança Corporativa

Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC
Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- contratação de empresa de auditoria independente que tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há mais de três anos;
- conselho de administração composto por, no mínimo, um terço de membros independentes;

12.12 - Outras informações relevantes

- não acumulação do cargo de diretor presidente e presidente do conselho de administração;
- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

- As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 – Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Possuímos uma Política da Remuneração de Administradores ("Política de Remuneração"), a qual foi formalmente aprovada em 13 de outubro de 2020, e que pode ser consultada no website da CVM (www.cvm.gov.br), em nosso website (https://ri.tokstok.com.br) e fisicamente no endereço da nossa sede.

A Política de Remuneração para nossos administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, os Diretores estatutários e não estatutários, Membros dos Comitês, e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, é coerente com as melhores práticas existentes no mercado. Sempre buscando aumentar nossa eficiência, o objetivo de nossa Política de Remuneração é atrair os melhores profissionais existentes no mercado, além de reter e motivar nossos colaboradores, alinhando-os aos interesses dos acionistas e estratégia da Empresa, através de metas de curto e de longo prazo.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração e Comitês

A remuneração fixa anual é o elemento básico da remuneração dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, pelo tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional e o valor dos serviços no mercado de cada membro, bem como por pesquisas de remuneração do setor de atividade e de companhias de porte similar ao nosso.

Os membros do Conselho de Administração e dos Comitês são elegíveis ao Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O). Adicionalmente, a Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos membros do Conselho de Administração e dos Comitês, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro ou membro do Comitê.

Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores. Os membros dos Comitês, estatutários ou não-estatutários, que também sejam membros do Conselho de Administração ou Diretores, estatutários ou não-estatutários, não farão jus a qualquer acréscimo de pró-labore ou outro elemento de remuneração em função de sua participação nos Comitês.

Os membros do Conselho de Administração poderão renunciar à remuneração que lhes sejam decorrentes do exercício da função.

Diretoria Estatutária

A remuneração fixa anual é o elemento principal e fundamental da remuneração dos membros da Diretoria, e deverá se basear especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas, bem como na experiência individual, sendo composta por uma remuneração mensal, a título de pró-labore ou salário, definido de acordo com a negociação individual, orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade.

Nossos diretores estatutários e não-estatutários poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) Plano de Assistência Médica e Odontológico; (ii) Vale Alimentação; (iii) Vale Refeição; (iv) Vale

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Combustível; (v) Seguro de Vida; (vi) Estacionamento; (vii) Previdência Privada; e (viii) Reembolso – Verba de Representação.

Os diretores poderão fazer jus ao recebimento de uma remuneração variável, que nos permite oferecer retribuição pelo seu desempenho e comportamento, refletindo, ao mesmo tempo, a lucratividade e a nossa situação financeira. Tal remuneração é atrelada ao cumprimento de metas financeiras, resultados da Companhia e metas individuais do Diretor.

Os Diretores também podem ser elegíveis a participar de planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com a legislação aplicável.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

As tabelas abaixo apresentam as proporções médias de cada elemento da remuneração dos administradores da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. Os valores totais da remuneração correspondem a todas as parcelas, com os respectivos encargos reconhecidos no resultado do exercício social analisado, incluindo aquelas atribuídas a membros que não permaneceram até o fim do exercício, além dos valores de benefícios e pós-emprego, os quais estão contidos na parcela de remuneração fixa.

31 de dezembro de 2019	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	-	-	100,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	81,65%	0	18,35%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	85,40%	0	14,60%	100,00%
Comitê de Auditoria	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-

31 de dezembro de 2018	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	-	-	100,00%	100,00%
Diretoria Estatutária	54,44%	34,31%	11,25%	100,00%
Diretoria Não-Estatutária	56,72%	34,39%	8,89%	100,00%
Comitê de Auditoria	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-

31 de dezembro de 2017	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	98,44%	0%	1,56%	100%
Diretoria Não-Estatutária	98,78%	0%	1,22%	100%
Comitê de Auditoria	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-

(1) A(o) proporção/percentual destacada(o) na coluna Remuneração Fixa Anual engloba o valor do INSS Patronal e outros encargos reconhecidos no resultado.
(2) A(o) proporção/percentual destacada(o) na coluna Remuneração Variável engloba o valor do INSS Patronal e outros encargos reconhecidos no resultado.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima dentro dos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

Abaixo estão detalhas as metodologias de cálculo utilizadas em cada um dos elementos da remuneração dos administradores.

A revisão da remuneração fixa é avaliada anualmente tendo em vista as práticas de mercado, sendo os valores incorporados à proposta da administração que é submetida à Assembleia Geral.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

Analisamos nossa performance e o desempenho de nossos administradores para manter a remuneração de acordo com as práticas de mercado, adequadas à qualidade de nossos executivos e dentro de nossas possibilidades financeiras. As razões que justificam a composição da remuneração são o incentivo à melhoria de nossa gestão e a permanência de nossos executivos, visando a ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e ao desempenho no curto prazo.

(v) a existência de membros não remunerado pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros do Conselho de Administração que também sejam membros da Diretoria, estatutária ou não-estatutária, farão jus exclusivamente à remuneração recebida na qualidade de Diretores.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Tendo em vista que a remuneração fixa e os benefícios não são afetados diretamente pelo desempenho individual de nossos colaboradores, não há indicadores específicos para estes elementos da remuneração. Os salários e benefícios praticados estão de acordo com o mercado.

As bonificações são calculadas com base na avaliação de critérios de desempenho. Levamos em consideração o indicador de desempenho de resultados financeiros obtidos por nós durante o ano, como o EBITDA para a determinação do montante total a ser distribuído a título de bonificação. Além da avaliação global de nossa performance no período, são considerados também indicadores de desempenho individuais, tais como o alcance de metas e cumprimento de tarefas pré-determinadas para cada administrador. Ainda, as competências de cada indivíduo tornam-se um fator adicional em sua remuneração, uma vez que procuramos reconhecer seus talentos e retê-los.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho. Analisamos nossa performance e o desempenho de nossa Diretoria regularmente, de forma a acompanhar o atingimento das metas, da Companhia e individuais, calculando o aumento do salário base e o valor da bonificação de acordo com o merecimento de cada administrador.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A nossa Política de Remuneração se alinha com os nossos interesses de curto, médio e longo prazo na medida em que atrela à Diretoria metas financeiras, metas internas de resultados da Companhia e metas individuais, todas voltadas ao nosso plano de negócios.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Somos responsáveis pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da nossa administração. Na data deste formulário, não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Na data de 15 de outubro de 2020, os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária, o montante adicional de R$ 20.000.000,00 a título de remuneração variável destinado a determinados diretores estatutários da Companhia em função da concretização da abertura de capital e da oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia. Referido montante somente será pago pela Companhia se e quando tal oferta seja liquidada.

Na hipótese de a Companhia se desvincular do grupo econômico e caso haja a dispensa dos Diretores estatutários, sem justa causa e antes do término do mandato, a Companhia pagará aos Diretores estatutários o valor relativo ao pró-labore do período remanescente do mandato limitado a 12 (doze) meses.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Assembleia Geral fixará, anualmente, a remuneração global dos administradores, sendo que o Conselho de Administração fixará a remuneração global e individual dos Diretores.

A revisão da remuneração fixa é avaliada anualmente tendo em vista as práticas de mercado e desempenho individual.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão um pró-labore fixo mensal, definido de acordo com negociação individual, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais do nosso segmento de atividade, observada a Política de Remuneração.

Os objetivos e práticas de remuneração visam reconhecer e remunerar os nossos administradores considerando as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a competência e a reputação profissional destes. Ademais, realizamos pesquisas salariais para garantir alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade de nossa estratégia de remuneração, a qual abrange tanto para a remuneração fixa mensal, recebida a título de pró-labore ou salário, quanto a remuneração variável e baseada em ações. Estas pesquisas levam em consideração uma amostra de empresas dos que atuam no mesmo setor que no nosso, além de companhias de porte semelhante ao nosso, e buscamos identificar a prática dessas empresas nos diferentes componentes da remuneração.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da nossa Política de Remuneração, avaliando se a remuneração paga por nós condiz com o cargo, responsabilidades e volume de trabalho de cada membro, levando em consideração, ainda, sua situação econômico financeira.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	3,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	5,00	5,00	0,00	10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	296.903,20	3.150.952,89	0,00	3.447.856,09
Benefícios direto e indireto	0,00	404.392,04	0,00	404.392,04
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	7.030.483,48	0,00	7.030.483,48
Participação de resultados	0,00	549.854,67	0,00	549.854,67
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	94.528,59	0,00	94.528,59
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	308.796,57	7.712.692,76	0,00	8.021.489,33
Observação	4 Conselheiros independentes a partir de 13/10/2020.	Cálculo realizado com a média de membros apuradas mês a mês.		
Total da remuneração	605.699,77	18.942.904,42	0,00	19.548.604,19

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	3,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	1,00	3,00	0,00	4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.017.253,33	0,00	3.017.253,33
Benefícios direto e indireto	0,00	408.403,02	0,00	408.403,02
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	90.517,60	0,00	90.517,60
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	325.756,42	1.093.248,15	0,00	1.419.004,57
Observação				
Total da remuneração	325.756,42	4.609.422,11	0,00	4.935.178,53

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	1,00	4,58	0,00	5,58
Nº de membros remunerados	1,00	7,00	0,00	8,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	4.502.387,82	0,00	4.502.387,82
Benefícios direto e indireto	0,00	552.843,00	0,00	552.843,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.601.140,20	0,00	1.601.140,20
Participação de resultados	0,00	4.538.614,48	0,00	4.538.614,48
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	135.071,63	0,00	135.071,63
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	27.146,37	1.461.248,80	0,00	1.488.395,17
Observação	Cálculo realizado com a média de membros apuradas mês a mês.	Cálculo realizado com a média de membros apuradas mês a mês.		
Total da remuneração	27.146,37	11.190.165,74	0,00	11.217.312,11

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	3,75	0,00	3,75
Nº de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.981.748,15	0,00	3.981.748,15
Benefícios direto e indireto	0,00	543.401,46	0,00	543.401,46
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	119.452,44	0,00	119.452,44
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	94.681,56	0,00	94.681,56

Observação		Cálculo realizado com a média de membros apuradas mês a mês.		
Total da remuneração	0,00	3.640.508,46	0,00	4.739.283,62

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

13.3 – Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração variável prevista do Exercício corrente 31/12/2020 (Provisionado em 2020 e pago em 2021)				
Item	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	1	3	-	4
Nº de membros remunerados	1	3	-	4
Bônus	0,00	7.030.483,48	-	7.030.483,48
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	0,00	0,00	-	0,00
Participação nos Resultados	0,00	549.854,67	-	549.854,67
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	1.649.564,00	-	1.649.564,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	0,00	1.099.709,33	-	1.099.709,33
Bônus Diferido	0,00	0,00	-	0,00
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração baseada em ações	308.796,57	7.712.692,76	-	8.021.489,33

Remuneração variável do Exercício 31/12/2019 (Pago em 2020)				
Item	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	1	3	-	4
Nº de membros remunerados	1	3	-	4
Bônus	0,00	0	-	0,0
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	0,00	0,00	-	0,00
Participação nos Resultados	0,00	0,00	-	0,0
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	3.808.608,00	-	3.808.608,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	0,00	2.539.072,00	-	2.539.072,00
Bônus Diferido	0,00	0,00	-	0,00
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	-	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas ("*Target*")	0,00	0,00	-	0,00
Remuneração baseada em ações	325.756,42	1.093.248,15	-	1.419.004,58

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável do Exercício 31/12/2018 (Pago em 2019)				
Item	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	1	3	-	4
Nº de membros remunerados	1	3	-	4
Bônus	0,00	1.601.140,20	0,00	1.601.140,20
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“*Target*”)	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados	0,00	2.937.474,28	0,00	2.937.474,28
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	3.545.847,00	0,00	3.545.847,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“*Target*”)	0,00	2.363.898,00	0,00	2.363.898,00
Bônus Diferido	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“*Target*”)	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	27.146,37	1.461.248,80	0,00	1.488.395,17

Remuneração variável prevista do Exercício 31/12/2017 (Provisionado em 2017 e pago em 2018)				
Item	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária***	**Conselho Fiscal**	**Total**
Número total de membros	0	3,75	-	3,75
Nº de membros remunerados	0	7	-	7
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“*Target*”)	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	3.926.393,09	0,00	3.926.393,09
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“*Target*”)	0,00	2.617.595,39	0,00	2.617.595,39
Bônus Diferido	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mínimo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Máximo Previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas (“*Target*”)	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração baseada em ações	0,00	94.681,56	0,00	94.681,56

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 – Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

O plano de opções, aprovado em 20 de dezembro de 2018, conforme aditado em 1 de setembro de 2020 ("Plano de Opções") compreende o oferecimento de opções para compra por determinados indivíduos, que poderão adquirir, a título oneroso, referidas opções da Companhia conforme descrito abaixo. Cada Opção, se adquirida e exercida nos termos e condições deste Plano, dará ao seu titular 1 (uma) ação de emissão da Companhia.

As opções poderão ser exercidas após o cumprimento das seguintes condições:

(i) um "Evento de Liquidez", definido como sendo (a) uma abertura qualificada de capital; ou (b) uma venda privada, pelo bloco formado pelos acionistas Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações, FS Fundo de Investimento em Participações e TS Coinvestimento – Fundo de Investimento em Participações ("Bloco de Controladores"), de ações representativas de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia por um preço equivalente, a pelo menos, 1.0x (uma vez) o capital total investido pelo Bloco de Controladores na Companhia; e

(ii) o decurso dos prazos de carência (*vesting*) previstos na tabela abaixo ("Data de Referência" definida como a data de admissão do participante):

Prazo	% Exercível
até 24 meses contados da Data de Referência	0%
24 meses contados da Data de Referência	40%
36 meses contados da Data de Referência	60%
48 meses contados da Data de Referência	80%
60 meses contados da Data de Referência	100%

O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada participante, em relação ao oferecimento e compra e venda de opções, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os participantes, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas. Tal atribuição confere poder, por exemplo, ao Conselho de Administração para aprovar pacotes específicos de alienação de opções de compra de ações a determinados participantes, sujeitos a regras específicas, entre outras, de vesting, recompra e preço de exercício, conforme contidas nos programas destinados a tais participantes, bem como nos respectivos contratos de opções.

Nesse sentido, o Conselho de Administração aprovou até aqui dois programas de opções, um geral de aplicabilidade a todos os participantes, aprovado pelo Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2018 ("Primeiro Programa"), e um segundo programa com regras distintas aplicáveis a determinados participantes, aprovado em 1 de setembro de 2020 ("Segundo Programa"), grupo este último até aqui integrado apenas pelo Direito Presidente da Companhia. Independentemente das diferenças de um programa para outro, todos os programas devem se sujeitar aos limites do Plano de Opções.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

b. Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia e alinhar seus interesses aos dos potenciais adquirentes (possíveis colaboradores que podem adquirir opções a convite da Companhia), ao oferecer a referidos indivíduos, todos eles relacionados direta ou indiretamente com a Companhia, com suas controladas diretas ou indiretas, com sociedades nas quais a Companhia detenha participação societária e/ou prestadores de serviços de tais sociedades, a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, mediante o exercício de opções adquiridas.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano de Opções é destinado a executivos em posição chave na Companhia, para incentivar atitude, comportamentos de performance de dono. Os beneficiários utilizam recursos próprios oriundos de prêmios pagos pela Companhia para aquisição de opções, investindo na sua valorização.

d. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano de Opções tem natureza estritamente mercantil. Nenhuma disposição do Plano ou Opção adquirida nos termos do Plano conferirá a qualquer Potencial Adquirente o direito de permanecer em qualquer cargo de qualquer das sociedades nas quais a Companhia detenha participação societária e/ou prestadores de serviços de tais sociedades.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O plano permite que a Companhia contrate talentos e conte com sua colaboração desde já e atribua a eles uma retribuição relevante atrelada a cenários em que a própria Companhia também tenha experimentado uma valorização de suas ações. Ao longo de sua vigência, o plano permite que os executivos sigam motivados com períodos de *vesting* anuais de parte de suas opções.

f. Número máximo de ações abrangidas

O Conselho de Administração poderá oferecer aos potenciais adquirentes, para compra, opções que conferem direitos de aquisição sobre um número de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia que não exceda a 9,5% (nove vírgula cinco por cento) do capital social da Companhia, após consideradas todas as diluições possíveis em decorrência do Plano de Opções (*fully diluted basis*) e observado o limite do capital autorizado da Companhia.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Cabe ao conselho administrativo definir o montante de opções a serem oferecidas para compra para cada um dos potenciais adquirentes, desde que dentro do limite de 9,5% (nove vírgula cinco por cento) do capital social da Companhia.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

h. Condições de aquisição de ações

(i) o *vesting* das opções adquiridas estará sujeito (a) à ocorrência de um Evento de Liquidez, conforme definido acima; e cumulativamente, (b) ao decurso dos prazos previstos na tabela abaixo:

Prazo	% Exercível
Até 24 meses contados da Data de Referência	0%
24 meses contados da Data de Referência	40%
36 meses contados da Data de Referência	60%
48 meses contados da Data de Referência	80%
60 meses contados da Data de Referência	100%

(ii) O Conselho de Administração poderá estabelecer termos e condições diferenciados para cada participante, em relação ao oferecimento e compra e venda de opções, sem necessidade de aplicação de qualquer regra de isonomia ou analogia entre os participantes, mesmo que se encontrem em situações similares ou idênticas.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os critérios de determinação e condições de pagamento do preço de compra das opções pelos potenciais adquirentes serão definidos pelo Conselho de Administração da Companhia e constarão dos programas.

Exceto se de outra forma disposto no programa, e sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável, a mora no pagamento do preço de compra de opções implicará: (i) aplicação de juros de mora à taxa de 1% a.m. (um por cento ao mês), bem como multa não compensatória no valor de 10% (dez por cento) do valor devido e não pago, conforme atualizado monetariamente pela variação positiva do IGP-M/FGV; e (ii) reembolso de quaisquer despesas, penalidades ou custos incorridos pela Companhia em decorrência do inadimplemento, incluindo encargos financeiros.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

As opções poderão ser exercidas pelos participantes a qualquer momento, no todo ou em parte, até o primeiro aniversário da expiração do último período de carência (*vesting*).

k. Forma de liquidação

Exclusivamente em títulos patrimoniais.

l. Restrições à transferência das ações

As ações adquiridas com o exercício das opções adquiridas não poderão ser alienadas a terceiros durante o prazo de 1 (um) ano a contar da data de exercício das respectivas opções, salvo se mediante prévia autorização do Conselho de Administração ou se permitido expressamente no programa e/ou contrato de opção.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário estabelecida no programa ou contrato de opção, as opções extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos:

(i) mediante o seu exercício integral;

(ii) após o decurso do prazo de exercício ou vigência da opção;

(iii) mediante o distrato do contrato de opção;

(iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou

(v) hipóteses de desligamento da Companhia (detalhado no item abaixo)

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

De maneira geral, em caso de desligamento da Companhia, por qualquer motivo, desde que não seja falecimento ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, sendo certo que não caberá nenhuma indenização ao potencial adquirente em relação à parcela não exercida; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, poderão ser exercidos pelo potencial adquirente nas mesmas condições contratadas, ou seja, pelo mesmo prazo que o respectivo potencial adquirente teria para exercê-los caso continuasse na Companhia, sendo certo que, transcorrido esse prazo e não exercidos referidos direitos (total ou parcialmente), não caberá nenhuma indenização ao potencial adquirente em relação à parcela não exercida;

Em caso de desligamento da Companhia por falecimento ou invalidez permanente: (i) os direitos ainda não exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu desligamento, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, salvo se o Conselho de Administração deliberar pela antecipação do prazo de vesting e/ou pela alteração de outras condições de vesting sobre parte ou a totalidade de tais direitos; e (ii) os direitos já exercíveis de acordo com o respectivo contrato de opção, na data do seu falecimento, poderão ser exercidos pelos herdeiros e sucessores legais do potencial adquirente, sendo certo que, transcorrido o prazo estabelecido para seu exercício no programa e respectivo contrato de opção e não exercidos referidos direitos (total ou parcialmente), não caberá nenhuma indenização ao adquirente em relação à parcela não exercida.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 – Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (a se encerrar em 31 de dezembro 2020)	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração**
Nº total de membros	3	1
Nº de membros remunerados	3	1
Outorga de opções de compras de ações	12.712.903	0
Data de outorga	1 de setembro de 2020	0
Quantidade de opções outorgadas	12.712.903	0
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Série Especial 1: 24 meses; 36 meses; 48 meses e 60 meses / Série Especial 2: 4 meses	0
Prazo máximo para exercício das opções	1 ano após o término de cada período de carência (*vesting*)	0
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano contado do exercício da opção	0
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	R$3,16	3,16
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	3,16	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	0
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	0
Valor justo das opções na data de cada outorga	1,46	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	4,09%	0

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (a se encerrar em 31 de dezembro 2019)	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração**
Nº total de membros	3	1
Nº de membros remunerados	3	1
Outorga de opções de compras de ações	0	0
Data de outorga	-	0
Quantidade de opções outorgadas	0	0
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	24 meses; 36 meses; 48 meses e 60 meses	0
Prazo máximo para exercício das opções	1 ano após o término de cada período de carência (*vesting*)	1 ano após o término de cada período de carência (*vesting*)
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano contado do exercício da opção	1 ano contado do exercício da opção
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	0	0
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	0
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	0
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	0
Valor justo das opções na data de cada outorga	0	0
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0	0

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (a se encerrar em 31 de dezembro 2018)	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração**
Nº total de membros	3	1
Nº de membros remunerados	3	1
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	20/12/2018	20/12/2018
Quantidade de opções outorgadas	5.074.254	1.304.854
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	24 meses; 36 meses; 48 meses e 60 meses	24 meses; 36 meses; 48 meses e 60 meses
Prazo máximo para exercício das opções	6 anos	6 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano	1 ano
Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	3,16	3,16
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga	0,66	0,66
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	1,87%	0,49%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (a se encerrar em 31 de dezembro 2017)	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração**
Nº total de membros	-	-
Nº de membros remunerados	-	-
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

13.6 - Opções em Aberto

13.6 – Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração**
Nº total de membros	3	1
Nº de membros remunerados	3	1
Opções ainda não exercíveis	5.074.254	1.304.854
Quantidade	12.654	3.254
Data em que se tornarão exercíveis	Evento de liquidez e conforme janela de carência (*vesting*)	Evento de liquidez e conforme janela de carência (*vesting*)
Prazo máximo para exercício das opções	20/12/2024	20/12/2024
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano a partir da data que se torna exercível	1 ano a partir da data que se torna exercível
Preço médio ponderado de exercício	3,16	3,16
Valor justo das opções no último dia do exercício social	0,66	0,66
Opções exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 – Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2019	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração**
Nº de membros	3	-
Nº de membros remunerados	3	-
Opções exercidas	0	-
Número de ações	0	-
Preço médio ponderado de exercício	0	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	0	-
Ações entregues	0	-
Número de ações entregues	0	-
Preço médio ponderado de aquisição	0	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	-

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2018	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração**
Nº de membros	3	-
Nº de membros remunerados	3	-
Opções exercidas	0	-
Número de ações	0	-
Preço médio ponderado de exercício	0	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	0	-
Ações entregues	0	-
Número de ações entregues	0	-
Preço médio ponderado de aquisição	0	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	-
Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2017	**Diretoria Estatutária**	**Conselho de Administração**
Nº de membros	5	-
Nº de membros remunerados	5	-
Opções exercidas	0	-
Número de ações	0	-
Preço médio ponderado de exercício	0	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	0	-
Ações entregues	0	-
Número de ações entregues	0	-
Preço médio ponderado de aquisição	0	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0	-

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo

a. Modelo de precificação

O modelo de precificação de opções outorgadas foi utilizado o Binomial.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Detalhes	Performance Based Options - PBO	Time Based Options - TBO
Data de início (primeira outorga)	30/06/2014	30/06/2014
Quantidade de opções	1.304.854	4.078.170
Preço de exercício – R$	R$ 3,16	R$ 1.266,46
Volatilidade anualizada esperada	28,10%	28,10%
Prazo de maturidade esperado (*)	6 anos	6 anos
Valor justo da opção	R$ 1,33	R$ 0,97

(*) Período de cinco anos de carência mais primeiro aniversário da expiração do último período de carência.

Detalhes	Opções de compra de ações 2018	Opções de compra de ações 2019
Data de início (primeira outorga)	20/12/2018	30/12/2019
Quantidade de opções	12.723.329	1.310.468
Preço de exercício – R$	R$ 3,16	R$ 7,48
Volatilidade anualizada esperada	38,41%	43,60%
Prazo de maturidade esperado (*)	6 anos	6 anos
Valor justo da opção	R$ 0,66	R$ 0,74

(*) Período de cinco anos de carência mais primeiro aniversário da expiração do último período de carência.

Detalhes	Opções de compra de ações 2020
Data de início (primeira outorga)	30/09/2020
Quantidade de opções	16.645.629
Preço de exercício – R$	R$ 6,17
Volatilidade anualizada esperada	38,25%
Prazo de maturidade esperado (*)	4,96 anos
Valor justo da opção	R$ 1,43

(*) Período de cinco anos de carência mais primeiro aniversário da expiração do último período de carência.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A Companhia estima o prazo das opções com base na expectativa de evento de liquidez.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Considerando que a Companhia não tem histórico de negociação de suas ações, a volatilidade utilizada para precificar as opções é baseada na volatilidade histórica do Ibovespa.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Nenhuma outra característica da opção foi levada em consideração na determinação do valor justo.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 – Participações Detidas por Órgão

Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Órgão	Ações	
	Número	%
Conselho de Administração	73.328.464	27,48%
Diretoria	13.514.101	5,06%
Conselho Fiscal	-	-

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 – Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

a. Órgão	Diretoria Estatutária
b. Número de membros	3
c. Número de membros remunerados	3
d. Nome do plano	Bradesco Previdência
e. Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Não Aplicável
f. Condições para se aposentar antecipadamente	Não Aplicável
g. Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	167.370,42
h. Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	218.842,00
i. Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	3,00	4,58	7,00
Nº de membros remunerados	3,00	7,00	7,00
Valor da maior remuneração(Reais)	2.764.466,39	4.621.439,47	2.936.496,52
Valor da menor remuneração(Reais)	1.215.999,20	358.450,89	209.061,73
Valor médio da remuneração(Reais)	1.985.642,48	1.889.725,50	866.042,67

Observação

	Diretoria Estatutária
31/12/2019	Valores englobam encargos, conforme detalhamento do Item 13.2.
31/12/2018	Valores englobam encargos, conforme detalhamento do Item 13.2.
31/12/2017	Valores englobam encargos, conforme detalhamento do Item 13.2.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 – Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há mecanismos pré-acordados atualmente para indenização de administradores em caso de aposentadoria ou destituição de cargos. Nos termos de nossa Política de Remuneração de Administradores, após a cessação do mandato dos Diretores, o Conselho de Administração poderá, a seu critério, conceder benefícios específicos motivados pela de cessação do cargo a esses Diretores.

Apesar de nosso estatuto social conter previsão de possibilidade de contratos de indenidade, até a presente data não há contratos efetivamente formalizados.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 – Percentual da remuneração total de cada órgão atribuída a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores do emissor

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0
Diretoria Estatutária	0
Conselho Fiscal	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0
Diretoria Estatutária	0
Conselho Fiscal	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Órgão	Percentual de Partes relacionadas
Conselho de Administração	0
Diretoria Estatutária	0
Conselho Fiscal	N/A

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve quaisquer valores pagos a título de remuneração para membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária por outra razão que não a função que ocupam nestes órgãos.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 – Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não foram reconhecidos valores no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor nos 3 últimos exercícios sociais.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 – Outras informações relevantes

As informações prestadas nos itens da seção 13 deste Formulário de Referência apresentam as informações individuais da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais e ao período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 – Descrições dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

I. Período findo em 30 de setembro de 2020

A tabela abaixo apresenta a distribuição, em 30 de setembro de 2020, dos empregados da Tok&Stok, por região e por cargo.

Atividade	30/09/2020					
	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	377	12	5	9	1	404
Diretoria/executivo	6	0	0	0	0	6
Especialista	70	0	0	0	0	70
Gerente	91	8	4	13	1	117
Operacional	1635	224	147	344	33	2383
Supervisor	110	23	16	34	3	186
Técnico	8	0	0	0	0	8
Total	**2297**	**267**	**172**	**400**	**38**	**3174**

II. Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019

A tabela abaixo apresenta a distribuição, em 31 de dezembro de 2019, dos empregados da Tok&Stok, por região e por cargo.

Atividade	31/12/2019					
	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	336	14	9	17	2	378
Diretoria/executivo	6	0	0	0	0	6
Especialista	59	0	0	0	0	59
Gerente	87	11	5	12	1	116
Operacional	1628	277	167	374	38	2484
Supervisor	105	24	15	35	3	182
Técnico	8	0	0	0	0	8
Total	**2229**	**326**	**196**	**438**	**44**	**3233**

III. Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

A tabela abaixo apresenta a distribuição, em 31 de dezembro de 2018, dos empregados da Tok&Stok, por região e por cargo.

Atividade	31/12/2018					
	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	289	3	8	5	3	308
Diretoria/executivo	6	0	0	0	0	6
Especialista	27	0	0	0	0	27
Gerente	83	9	4	11	1	108
Operacional	1709	281	150	401	43	2584

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Supervisor	113	22	14	32	3	184
Técnico	8	0	0	0	0	8
Total	**2235**	**315**	**176**	**449**	**50**	**3225**

IV. Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017

A tabela abaixo apresenta a distribuição, em 31 de dezembro de 2017, dos empregados da Tok&Stok, por região e por cargo.

Atividade	31/12/2017					
	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Total
Administrativo	311	2	5	13	3	334
Diretoria/executivo	9	0	0	0	0	9
Especialista	30	4	0	2	0	36
Gerente	62	5	4	10	1	82
Operacional	1739	304	171	430	42	2686
Supervisor	147	25	18	41	4	235
Técnico	8	0	0	0	0	8
Total	**2306**	**340**	**198**	**496**	**50**	**3390**

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

I. Período findo em 30 de setembro de 2020

A tabela abaixo apresenta a distribuição, em 30 de setembro de 2020, dos terceirizados da Tok&Stok, por região e por atividade prestada.

Atividade	30/09/2020					
	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Total
Tecnologia	66	0	0	0	0	66
Segurança	64	12	2	10	0	88
Limpeza	24	0	0	0	0	24
Financeiro	3	0	0	0	0	3
Jardinagem	1	0	0	0	0	1
Manobrista	96	6	0	0	0	102
Total	**254**	**18**	**2**	**10**	**0**	**284**

II. Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019

A tabela abaixo apresenta a distribuição, em 31 de dezembro de 2019, de terceirizados da Tok&Stok, por região e por atividade prestada.

Atividade	31/12/2019					
	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Total
Tecnologia	54	0	0	0	0	54
Segurança	47	11	2	8	0	68
Manobrista	96	8	0	0	0	104
Total	**197**	**19**	**2**	**8**	**0**	**226**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

III. Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

A tabela abaixo apresenta a distribuição, em 31 de dezembro de 2018, de terceirizados da Tok&Stok, por região e por atividade prestada.

Atividade	31/12/2018					
	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Total
Manobrista	110	8	0	0	0	118
Segurança	45	11	2	12	0	70
Total	**155**	**19**	**2**	**12**	**0**	**188**

IV. Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017

A tabela abaixo apresenta a distribuição, em 31 de dezembro de 2017, de terceirizados da Tok&Stok, por região e por atividade prestada.

Atividade	31/12/2017					
	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Total
Limpeza/Segurança	83	10	0	0	0	**93**
Total	**83**	**10**				

(c) índice de rotatividade

A tabela abaixo apresenta o índice de rotatividade dos empregados da Tok&Stok em 30 de setembro de 2020, 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
17,30%	44,20%	48,49%	39,67%

*índice anual calculado com a soma mensal de colaboradores, dividido pela soma mensal dos desligados.

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 – Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 – Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de remuneração como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

A Companhia possui, como política de salário, uma remuneração composta por uma parcela de salário fixo, além de uma parcela variável, composta por seus benefícios e PLR. Para a equipe de lojas e equipe de entregas, a composição variável é representada também pelas comissões e eventuais prêmios por atingimento de metas específicas de cada área.

A remuneração variável é composta pela Participação nos Lucros e Resultados (PLR), com o objetivo de premiar o alcance e superação das metas pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho e à estratégia de crescimento do negócio, bem como pela comissão e eventuais prêmios na remuneração da equipe de lojas e entregas, que possui o objetivo de incentivar e reconhecer o desempenho de vendas e entregas dos colaboradores.

Com objetivo de manter a remuneração dos colaboradores competitiva em relação ao mercado competidor, a Companhia participa regularmente de pesquisas salariais de seu segmento de atuação. A partir da pesquisa, a Companhia estabelece níveis de competitividade salariais.

(b) política de benefícios

Além de sua política de remuneração, a Companhia oferece benefícios específicos para atender a seus empregados, alinhada às práticas de mercado para cada função e cargo.

A Companhia possui política unificada de benefícios, adequada em regiões específicas em decorrência de necessidade de alteração de fornecedor ou exigência do sindicato da categoria.Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

(i) Plano de Assistência Médica e Odontológica

(ii) Plano de Previdência Privada

(iii) Seguro de Vida

(iv) Programa Conte Comigo

(v) Subsídio Academia (Gympass)

(vi) Vale Refeição

(vii) Vale Transporte

(viii) Estacionamento

(ix) Ajuda de Custo Moradia

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

Apesar de não se tratar de empregados da Companhia em si, a Companhia celebrou, em 3 de setembro de 2019, contrato de prestação de serviços de gestão e desenvolvimento de tecnologia com a Domus ("Contrato de Prestação de Serviços Domus") por meio do qual a Companhia, como

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

contraprestação aos serviços prestados no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços Domus, realizará pagamento baseado em ações por meio da entrega de instrumentos patrimoniais. O Contrato de Prestação de Serviços Domus permanecerá em vigor até 1º de julho de 2027, ou até a data de término aplicável em caso de rescisão antecipada.

Foram alienados e entregues à Domus instrumentos patrimoniais subdivididos em 3 séries, quais sejam Série A (subdividida em A.1 e A.2), Série B e Série C.

i. grupo de beneficiários

A remuneração baseada em ações estipulada no Contrato de Prestação de Serviços Domus foi concedida exclusivamente à Domus.

ii. condições para o exercício

Série A.1: o exercício estará condicionado, cumulativamente:

(i) à ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos ("Eventos de Liquidez"): (i.1) qualquer oferta pública de ações da Companhia no Brasil ou no exterior ("IPO") ou (i.2) quaisquer dos acionistas controladores (quais sejam, FS – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e TS Coinvestimento – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia) ("Controladores"), individual ou conjuntamente, realizem transferência do controle da Companhia a um terceiro em transação privada; (i.3) quaisquer dos acionistas detentores de 100% do capital social da Companhia (quais sejam, Régis Edouard Alain Dubrule, Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule, Regghi Participações S.A., Paul Jean Marie Dubrule, Paul Edouard Dubrule, FS – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e TS Coinvestimento – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia), individual ou conjuntamente, realizem transferência privada de ações de emissão da Companhia a um terceiro no contexto de uma operação na qual sejam transferidas ações representando mais de 50% do capital social da Companhia; (i.4) quaisquer dos Controladores, individual ou conjuntamente, realizem transferência privada de ações de emissão da Companhia representando, pelo menos, 41% do capital social da Companhia a um terceiro; ou (i.5) ocorra um evento que dê ensejo a direitos de venda conjunta ao beneficiário nos termos de qualquer dos contratos de opção de compra e ações da Companhia celebrados entre a Companhia e seus executivos (sendo os itens (i.2) a (i.5) considerados em conjunto como "Operação de M&A");

(ii) ao cumprimento da meta de permanência ininterrupta dos sócios da Domus nos seus respectivos cargos de diretores estatutários da Domus, observadas as exceções previstas no Contrato de Prestação de Serviços Domus ("Meta de Retenção").

Série A.2: o exercício estará condicionado, cumulativamente:

(i) à ocorrência de um Evento de Liquidez;

(ii) ao cumprimento da Meta de Retenção; e

(iii) (iii.1) ao atingimento da meta de atrair, no prazo de 6 meses contados da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços Domus, pelo menos 2 executivos-chave para a Companhia, com as qualificações descritas no Contrato de Prestação de Serviços Domus ("Meta de Atração") e de todas as metas de performance descritas no Contrato de Prestação de Serviços Domus ("Metas de Performance") ("Atingimento Integral de Metas") ou (iii.2) ao atingimento de 3 metas dentre as Metas de Atração e as Metas de Performance ("Atingimento Parcial de Metas"). Em caso de Atingimento Parcial de Metas, o exercício dará direito à aquisição de metade do total de ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia (1.840.991 ações). O cumprimento das condições descritas neste item (iii) será dispensado e

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

o exercício poderá ser pelo número total de 3.682.383 ações se: (a) a qualquer momento após sua emissão, for verificado *valuation* da Companhia estabelecido no Contrato de Prestação de Serviços Domus; ou (b) se o Evento de Liquidez consistir em uma Operação de M&A notificada à Domus ou ocorrida durante o prazo de 36 meses após assinatura do Contrato de Prestação de Serviços Domus ("Período de Verificação").

Série B: o exercício estará condicionado, cumulativamente: (i) ao cumprimento da Meta de Retenção; (ii) ao cumprimento da Meta de Atração; e (iii) à ocorrência de um Evento de Liquidez.

Série C: o exercício estará condicionado, cumulativamente: (i) ao cumprimento da Meta de Retenção e (ii) à ocorrência de um Evento de Liquidez.

iii. preços de exercício

Série A.1: o preço de exercício será de R$0,01 pelo lote completo de ações a serem subscritas, cujo pagamento será devido na data de seu exercício.

Série A.2: o preço de exercício será de R$0,01 pelo lote completo de ações a serem subscritas, cujo pagamento será devido na data de seu exercício.

Série B: o preço de exercício será de R$7,50, a ser ajustado, desde a data de celebração do contrato, pelos efeitos de eventuais desdobramentos, grupamentos, bonificações e de eventuais valores pagos ou creditados pela Companhia a título de redução de capital, resgate ou amortização de ações, dividendos e juros sobre capital próprio.

Série C: o preço de exercício será de R$14,99 por ação a ser subscrita, valor este a ser atualizado monetariamente pelo IPCA desde a data de assinatura do Contrato de Prestação de Serviços Domus até a data do seu pagamento, a ser ajustado, desde a data de celebração do contrato, pelos efeitos de eventuais desdobramentos, grupamentos, bonificações e de eventuais valores pagos ou creditados pela Companhia a título de redução de capital, resgate ou amortização de ações, dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. prazos de exercício

Série A.1: até 1º de julho de 2027. O exercício não está sujeito a qualquer prazo de aquisição do direito ao exercício.

Série A.2: até 1º de julho de 2027. O *vesting period* será (i) após o 2º aniversário de sua emissão, até o limite de 40% das ações a serem subscritas, e (ii) a partir do 3º de sua emissão, até o limite de 20%, por ano, das ações a serem subscritas. Os prazos de *vesting perio*d serão antecipados sempre que houver uma Operação de *M&A*, de modo que, neste caso, o exercício poderá ser em sua integralidade ou em parcelas, de tempos em tempos, inclusive de forma a possibilitar a venda das respectivas ações subscritas no contexto da Operação de M&A.

Série B: até 1º de julho de 2027. O *vesting period* será (i) a partir do fim do 30º mês após a sua emissão, até o limite de 40% das ações a serem subscritas, e (ii) a partir do fim do 42º mês da emissão, até o limite de 20%, por ano, das ações a serem subscritas. Os prazos de *vesting perio*d serão antecipados no caso de uma Operação de *M&A*, de modo que, neste caso, o exercício poderá ser em sua integralidade, inclusive de forma a possibilitar a venda das respectivas ações subscritas, no âmbito da respectiva Operação de *M&A*.

Série C: até 1º de julho de 2027. O *vesting period* será (i) após o 2º aniversário após a sua emissão, até o limite de 40% das ações a serem subscritas, e (ii) a partir do 3º aniversário da emissão, até o limite de 20%, por ano, das ações a serem subscritas. Os prazos de *vesting perio*d serão antecipados no caso de uma Operação de *M&A*, de modo que, neste caso, poderá ser exercido em sua integralidade, inclusive de forma a possibilitar a venda das respectivas ações subscritas, no âmbito da respectiva Operação de *M&A*.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Ciclos de Outorgas	Nº de Opções [1]	% Capital Social	% Capital Social (Fully Diluted)	Preço de Exercício [1]
Série A1	3.682.383	1,4%	1,2%	R$ 0,01
Série A2	3.682.383	1,4%	1,2%	R$ 0,01
Série B	2.000.990	0,7%	0,6%	R$ 7,50
Série C	10.673.016	4,0%	3,4%	R$ 14,99
Total Domus (Bônus de Subscrição)	**20.038.772**	**7,5%**	**6,4%**	**R$ 8,73**

[1] Número de opções e preço de exercício ajustados para o desdobramento de ações 1:401 aprovado em Reunião do Conselho de Administração datada de 13 de outubro de 2020.

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Em 30 de setembro de 2020, o saldo em aberto dos bônus de subscrição outorgados à Domus totalizava o montante de 20.038.772, representativos de 7,5% do capital social da Companhia.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 – Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos

Os nossos empregados são representados pelo sindicato do comercio varejista/lojista das cidades onde estão localizadas nossas lojas.

A Companhia busca manter ótimo relacionamento com as entidades sindicais, patronal e profissional: participamos de negociações para novas convenções coletivas, tendo abertura para negociação direta com os sindicatos para acordos de banco de horas, autorização de funcionamento das lojas aos domingos, feriados, acordo de PPR e alteração da jornada de trabalho, quando necessário.

Nossa Companhia obedece todas as fiscalizações e conciliações trabalhistas, de modo que busca atender às eventuais reclamações dos funcionários nos sindicatos profissionais, a fim de minimizar, qualquer tipo de conflito entre as partes, e procuramos estar em dia com todas as contribuições das entidades sindicais.

Nos últimos três exercícios sociais não foi registrada qualquer paralisação em nossas atividades por força de greve e/ou outras manifestações.

Nossos empregados são representados por sindicatos representativos dos empregados no setor comerciário, varejistas e/ou de transportadores. Os principais sindicatos aos quais nossos empregados e empregados de nossas controladas são filiados são os seguintes:

- Sindicato dos Empregados no Comércio no Estado de Alagoas
- Sindicato dos Empregados no Comércio da Cidade do Salvador
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Fortaleza
- Sindicato dos Empregados no Comércio do Distrito Federal
- Sindicato dos Empregados no Comércio no Estado do Espírito Santo (Vitória)
- Sindicato dos Empregados no Comércio no Estado de Goiás
- Sindicato dos Empregados no Comércio de São Luis
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Belo Horizonte
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Uberlândia
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Campo Grande
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Cuiabá e Várzea Grande
- Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Lojistas do Município de Belém
- Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Recife
- Sindicato dos Empregados no Comércio e Serviços de Teresina
- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Estabelecidas em Shopping Centers de Curitiba
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Curitiba
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Londrina
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Niterói
- Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro (Móveis e Decorações)
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Balneário Camboriú
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Florianópolis
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Aracaju
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Campinas
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Guarulhos
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Osasco e Região
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Piracicaba
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Ribeirão Preto
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Santo André
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Santos
- Sindicato dos Empregados no Comércio de São José do Rio Preto
- Sindicato dos Empregados no Comércio de São José dos Campos
- Sindicato dos Comerciários de São Paulo
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Sorocaba

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 14 foram descritas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Paul Jean Marie Dubrule						
232.995.068-38	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/09/2019		
Não						
9.508.111	3,560%	0	0,000%	9.508.111	3,560%	
Paul Edouard Dubrule						
177.418.958-50	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/09/2019		
Não						
2.667.853	1,000%	0	0,000%	2.667.853	1,000%	
Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule						
003.925.208-69	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/09/2019		
Não						
34.674.470	13,000%	0	0,000%	34.674.470	13,000%	
Regghi Participações S.A.						
59.876.664/0001-61	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/09/2019		
Não						
23.274.842	8,720%	0	0,000%	23.274.842	8,720%	
TS Coinvestimento – Fundo de Investimentos em Participações						
16.973.196/0001-30	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/09/2019		
Não						
35.740.729	13,400%	0	0,000%	35.740.729	13,400%	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Régis Edouard Alain Dubrule					
815.598.368-49	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/09/2019	
Não					
34.681.287	13,000%	0	0,000%	34.681.287	13,000%
FS – Fundo de Investimento em Participações					
16.465.811/0001-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/09/2019	
Não					
102.759.057	38,510%	0	0,000%	102.759.057	38,510%
Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações					
11.760.191/0001-06	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/09/2019	
Não					
23.515.041	8,810%	0	0,000%	23.515.041	8,810%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
266.821.390	100,000%	0	0,000%	266.821.390	100,000%

649

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	03/09/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	4
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	3

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 – Organograma dos acionistas

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 – Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

São "Intervenientes Anuentes": (i) Virginie Bárbara Dubrule Baptista ("Virginie"); (ii) Fanny Marie Dubrule Gire ("Fanny"); (iii) Marganne Marie Alane Dubrule ("Marganne"); (iv) Arthur Régis Dubrule ("Arthur"); (v) Companhia; e (vi) Estok Distribuidora e Serviços S.A. ("EDS").

(a) Partes

São partes no acordo de acionistas: (i) Regghi Participações S.A. ("Regghi"); (ii) Régis Edouard Alain Dubrule ("Régis"); (iii) Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule ("Ghislaine"); (iv) Paul Edouard Dubrule ("Paul Edouard"); (v) Paul Jean Marie Dubrule ("Paul Jean" e, em conjunto com Regghi, Régis, Ghislaine e Paul Edouard, doravante designados como "Acionistas Originais"); ("JMV"); (vi) FS – Fundo De E Investimento Em Participações Multiestratégica ("FS – FIP"); (vii) Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica ("FBIE – FIP"); e (viii) TS Coinvestimento– Fundo de Investimento em Participações Multiestratégica ("TS Coinvestimento – FIP" e, em conjunto com FS – FIP e FBIE – FIP, doravante designados simplesmente como "FIPs The Carlyle Group" e, em conjunto com os Acionistas Originais, doravante designados em conjunto como "Partes" ou "Acionistas", e individualmente como "Parte" ou "Acionista").

São "Intervenientes Anuentes": (i) Virginie Bárbara Dubrule Baptista ("Virginie"); (ii) Fanny Marie Dubrule Gire ("Fanny"); (iii) Marganne Marie Alane Dubrule ("Marganne"); (iv) Arthur Régia Dubrule ("Arthur"); e (v) Companhia;

(b) Data de celebração

O Acordo de Acionistas da Companhia foi celebrado em 19 de outubro de 2020.

(c) Prazo de vigência

O Acordo de Acionistas tem prazo de 2 (dois) anos, contados de 19 de outubro de 2020 ("Data de Início").

Em caso de redução na participação detida pelos Acionistas Originais em percentual inferior à 10% (dez por cento), o Acordo de Acionistas será parcialmente rescindido.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Serão sujeitas ao acordo todas as ações representativas do capital social da Companhia de propriedade dos Acionistas, na Data de Início e que vierem a sê-lo após a Data de Início, inclusive mediante subscrição, distribuição de dividendos com pagamento em ações, capitalização de créditos, lucros ou outras reservas, exercício de opções de compra, bônus de subscrição ou direitos de subscrição de ações previstos ou não no Acordo, bem como os valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia ou direitos de preferência para subscrição desses, conversão, aquisição, bonificação, desdobramento ou grupamento ou em decorrência de incorporações (inclusive de ações), fusões, cisões ou outro tipo de reorganização societária ("Ações").

Serão igualmente consideradas Ações todos e quaisquer valores mobiliários detidos diretamente pela Companhia nas Investidas. As partes do Acordo são obrigadas a cumprir e a fazer cumprir integralmente tudo que é pactuado entre elas no Acordo, pelo que reconhecem e afirmam ser nula e ineficaz, entre elas, perante a Companhia ou qualquer terceiro, qualquer atitude e/ou medida tomada em discordância com o aqui pactuado e/ou que represente violação às obrigações assumidas pelas partes e pela Companhia neste Acordo.

Caso, por força de reorganizações societárias ou qualquer outra razão: (i) os negócios da Companhia venham a ser conduzidos por uma outra sociedade; ou (ii) os Acionistas decidam transferir a titularidade das ações representativas do capital social da Companhia para outra sociedade ou

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

passem a deter indiretamente as Ações de emissão da Companhia; as disposições do Acordo serão aplicáveis, mutatis mutandis, à nova sociedade. Neste caso, os Acionistas e a Companhia se obrigam a celebrar acordos de acionistas (ou, conforme o caso, a aditar acordos já existentes) da nova sociedade titular de Ações de emissão da Companhia, de modo a refletir as disposições do Acordo, bem como reformar e compatibilizar o estatuto social da nova sociedade, quando aplicável, com disposições do Acordo.

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

Os FIPs The Carlyle Group terão o direito de indicar e eleger até 5 (cinco) membros do Conselho de Administração da Companhia; e os Acionistas Originais terão o direito de indicar e eleger até 3 (três) membros do Conselho de Administração da Companhia. O direito de nomear o Presidente do Conselho de Administração será dos FIPs The Carlyle Group.

Os Acionistas Originais e os FIPs The Carlyle Group conjuntamente terão o direito de indicar e eleger, por consenso, 1 (um) Conselheiro Independente, cabendo aos FIPs The Carlyle Group o direito de indicar e eleger, isoladamente, o(s) outro(s) Conselheiro(s) Independente(s), conforme aplicável, de forma a atingir o total de 2 (dois) Conselheiros Independentes, ou 20% (vinte por cento) do número total de membros no Conselho de Administração da Companhia, o que representar um maior número de membros.

Em caso de impedimento permanente ou renúncia de qualquer dos membros do Conselho de Administração durante o mandato para o qual foi eleito, seu substituto será nomeado pelo Acionista que havia indicado o membro do Conselho de Administração a ser substituído.

Em caso de impedimento temporário ou ausência, o membro do Conselho e Administração temporariamente impedido ou ausente poderá nomear outro membro do Conselho de Administração ou membro suplente, para que este vote em seu nome nas reuniões do Conselho de Administração de acordo com instruções de voto expressas e por escrito. Em caso de impedimento temporário ou ausência do Presidente do Conselho de Administração, as funções por este exercidas serão atribuídas a qualquer dos membros do Conselho de Administração indicados pelo Acionista que indicou o Presidente do Conselho de Administração.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Caso ocorra uma transferência indireta do Controle de qualquer um dos Acionistas sem a prévia e expressa autorização dos outros Acionistas, o Acionista cujo Controle tiver sido transferido indiretamente perderá todos os direitos atribuídos a tal Acionista no Acordo de acionistas, incluindo os direitos patrimoniais e de voto, permanecendo, entretanto, com todas as obrigações a ele atribuídas neste Acordo.

Respeitados os prazos de lock-up descritos abaixo, os Acionistas poderão desvincular ações sujeitas ao Acordo de Acionistas. Para as Ações que remanescerem vinculadas, qualquer transferência das Ações, seja ela ou não uma transferência permitida, estará condicionada, cumulativamente: (i) à expressa adesão do cessionário ao presente Acordo sem restrições, bem como à assunção do cessionário, por escrito, incondicional e irrestritamente das obrigações do Acionista cedente decorrentes deste Acordo; (ii) ao recebimento de todos os consentimentos e autorizações de Autoridades Governamentais ou de terceiros necessários em decorrência da transferência, devendo os custos relacionados à obtenção de tais consentimentos e autorizações ser de responsabilidade do cessionário ou do Acionista cedente, conforme o caso, na forma por eles acordada; e (iii) à transferência não resultar em infração de qualquer lei aplicável, de qualquer concessão, licença, permissão ou outra autorização, ou qualquer contrato, acordo ou instrumento a que a Companhia ou qualquer um dos Acionistas estejam sujeitos.

Nos 6 (seis) meses subsequentes à abertura qualificada de capital (“Primeiro Período de Restrição”), os Acionistas não poderão alienar ou de qualquer outra forma transferir quaisquer das Ações de que

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

sejam titulares após a efetivação da Abertura Qualificada de Capital. Durante os 6 (seis) meses seguintes ao Primeiro Período de Restrição ("Segundo Período de Restrição"), os Acionistas Originais poderão alienar ou de qualquer forma transferir quaisquer das Ações Vinculadas de que sejam titulares após a efetivação da abertura qualificada de capital, apenas nos casos previstos no Acordo de Acionistas. Durante o Segundo Período de Restrição e, adicionalmente, pelo período de 1 (um) ano a contar do fim do Segundo Período de Restrição ou do término do prazo do Acordo de Acionistas, o que ocorrer primeiro, ("Terceiro Período de Restrição"), caso qualquer dos Acionistas decida alienar ou de qualquer outra forma transferir suas Ações e tal alienação ou transferência requeira um Procedimento Especial de Negociação (incluindo block trade e Follow-On Secundário), tal Acionista deverá proporcionar aos demais Acionistas o direito de participar pro rata e em igualdade de preço por Ação da referida alienação ou transferência. Após o Terceiro Período de Restrição, os Acionistas não terão qualquer restrição em relação à venda ou oferta de Ações Vinculadas de sua titularidade além das previstas no Acordo de Acionistas.

(g) Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle

Não há disposições do Acordo de Acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 – Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

As alterações relevantes (aquisições ou alienações) nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos três últimos exercícios sociais foram descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 – Principais operações societárias ocorridas no emissor, controladas ou coligadas

a) evento	**Aquisição da Nuevo Plan 23 Participações S.A. pela Companhia**
b) principais condições do negócio	A Companhia adquiriu a totalidade das ações da Nuevo Plan, em 17 de dezembro de 2019, pelo preço de R$100,00 e efetuou aumento de capital em R$ 15.999.900,00 milhões. A Nuevo Plan 23 Participações S.A. modificou sua denominação para Estok Distribuidora e Serviços S.A.
c) sociedades envolvidas	Companhia e Estok Distribuidora e Serviços S.A.
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Como resultado da aquisição, a Companhia passou a deter 100% do capital social da Estok Distribuidora e Serviços S.A. e passou sua única acionista.
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não houve impacto nas participações da Companhia. A operação foi aprovada em Reunião de Conselho de Administração da Companhia.
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

a) evento	**Subscrição de Ações e Integralização de Capital**
b) principais condições do negócio	Em 3 de setembro de 2019 foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária a emissão de 4 (quatro) séries de bônus de subscrição pela Companhia a serem outorgados à Domus e a alteração do estatuto social da Companhia para prever o aumento do capital autorizado, além do já existente, em mais 20.038.772 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, ficando o número de ações sujeito aos ajustes previstos em cada instrumento de Bônus de Subscrição.
c) sociedades envolvidas	Companhia e Domus
d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não houve alteração no quadro acionário
e) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Não aplicável, uma vez que o evento não interferiu o tratamento equitativo entre os acionistas da Companhia
f) quadro societário antes e depois da operação	Não aplicável, uma vez que não houve alteração no quadro acionário da Companhia.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 – Fornecer outras informações relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este Formulário de Referência foram descritas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 – Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

Nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e Administração de Conflitos de Interesses ("Política de Partes Relacionadas"), aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2020, estabelece as regras que devem ser observadas em as nossas transações comerciais que envolvam Partes Relacionadas (conforme definidas na Política), bem como para administração de outras situações que envolvam possíveis conflitos de interesses.

O objetivo da Política de Partes Relacionadas é o de fornecer orientações à conduta dos nossos administradores e dos administradores de nossas controladas, de forma a zelar para que todas as transações com partes relacionadas e outras situações que envolvam potenciais conflitos de interesses sejam realizadas (i) de acordo com os nossos interesses, (ii) em condições estritamente comutativas ou com pagamento compensatório adequado, e (iii) de forma transparente aos acionistas e ao mercado em geral.

Cada Transação com Partes Relacionadas em potencial informada deverá ser analisada pelo Departamento Jurídico para determinar se ela de fato constitui uma Transação com Partes Relacionadas sujeita aos procedimentos da Política de Partes Relacionadas. O Departamento Jurídico deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas considerando (i) o montante envolvido e (ii) se elas dizem respeito a uma operação dentro do curso normal dos negócios ou não, para determinar os órgãos competentes responsáveis por sua avaliação e análise e, se aplicável, sua aprovação de acordo com esta Política. O Departamento Jurídico poderá consultar previamente o Coordenador do Comitê de Auditoria Não-Estatutário com relação à classificação das Transações com Partes Relacionadas nos termos desta Política.

A Política de Partes Relacionadas abrange e regulamenta: (i) os procedimentos e os responsáveis pela identificação das partes relacionadas e pela classificação de operações como uma "transação com partes relacionadas"; (ii) os critérios que devem ser observados para a realização de uma Transação com Partes Relacionadas; (iii) os procedimentos para auxiliar a identificação de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses; e (iv) as instâncias de aprovação de uma transação com partes relacionadas, a depender do valor envolvido ou da transação ser realizada dentro ou fora do curso normal dos negócios.

São vedadas as Transações entre Partes Relacionadas (i) realizadas em condições que não sejam as Condições de Mercado; (ii) formas de remuneração de assessores, consultores e intermediários que gerem conflito de interesses com a companhia, os administradores, os acionistas ou classes de acionistas; (iii) concessão de empréstimos em favor do controlador e dos administradores; (iv) com Partes Relacionadas que não estejam exercendo atividades comumente exercidas por elas; e (v) operações ou negócios estranhos ao objeto social e aos interesses sociais da Companhia e/ou de suas controladas, tais como fianças, avais, endossos e qualquer garantia em favor de terceiros.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de nossos ativos, em nosso detrimento; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o nosso, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

A Política de Partes Relacionadas está disponibilizada para consulta eletronicamente em nosso *website* (https://ri.tokstok.com.br), bem como fisicamente em nossa sede social.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Régis, Ghislaine, Paul Jean, Marie e Paul Edouard Dubrule	18/01/2018	34.010.000,00	R$40.371.000,00	R$34.010.000,00	24/10/2024	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Régis Edouard Alain Dubrule, Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule, Paul Jean Marie Dubrule e Paul Edouard Dubrule e Regghi Participações S.A. são ex-controladores da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compra e venda de ações da Companhia detidas pelos ex-controladores à Mevamoga Participações S.A. O saldo de contraprestação a pagar refere-se ao parcelamento devido aos ex-controladores em decorrência da aquisição de controle pela Mevamoga Participações S.A. e cuja dívida foi assumida pela Companhia com a incoporação da Mevamoga Participações S.A. pela Companhia.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	N/A						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
R&G Participações Imobiliárias Ltda.	24/01/2017	95.700,00	R$ 6.161.123,90	R$ 95.700,00	10 anos com início a partir de 24/01/2017	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	R&G Participações Imobiliárias Ltda. é proprietária do imóvel e pertence aos filhos de Régis e Ghislaine Dubrule (com usufruto a ambos)						
Objeto contrato	Locação de imóvel localizado na Sede do Jockey Club de São Paulo, intitulado Lote 3 – Parte do Prédio e terreno localizado no município de São Paulo, Butantã, na Rua Henrique Cunha, 130.						
Garantia e seguros	Companhia mantém seguro do imóvel.						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Locação de imóvel onde está localizada a Loja Pinheiros						
Posição contratual do emissor	Outra						
Especificar	Locatária						

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 – Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia instituiu a Política de Conflito de Interesses, que tem o objetivo de estabelecer diretrizes e orientar o time Tok&Stok – seus colaboradores, diretores, conselheiros e sócios ("Equipe Tok&Stok") – na identificação e declaração de situações que possam apresentar conflitos de interesse reais, potenciais ou aparentes. As disposições desta Política devem ser interpretadas em conjunto e complementam as diretrizes de conduta estabelecidas pelo Código de Ética e Conduta da Tok&Stok e pela nossa Política Anticorrupção.

O referido documento indica que é de responsabilidade de cada pessoa do Equipe Tok&Stok comunicar à Área de Compliance acerca dos potenciais ou confirmados conflitos de interesses: (i) no ato de sua admissão, eleição ou ingresso na sociedade; (ii) a cada 12 meses, nas solicitações da área de Compliance e; (iii) assim que identificar potencial situação de conflito de interesses, sob pena de se aplicarem as consequências cabíveis aos casos deliberadamente não informados.

À área de Compliance caberá a verificação dos relatos informados e encaminhamento dos casos para decisão do Comitê de Ética. Os gestores dos colaboradores e contratos que possuem conflitos de interesses devem ser comunicados das decisões por escrito e de eventuais restrições de atuação ou aprovação.

Nos termos do Artigo 156 da Lei das Sociedades por Ações, os nossos administradores, que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento. Caso algum administrador, que possa ter um interesse pessoal conflitante, não manifeste seu conflito de interesses, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence e que tenha conhecimento da situação deverá fazê-lo.

A pessoa da Equipe Tok&Stok que descumprir qualquer preceito desta Política e/ou não reportar uma situação de potencial ou confirmado conflito de interesses estará sujeito às sanções previstas no Código de Ética e Conduta da Tok&Stok, nos termos do que decidir o Comitê de Ética.

Adicionalmente, as práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento do Novo Mercado e na Lei das Sociedades por Ações, são aplicadas. Segundo tais regras, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o nosso. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o nosso é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Nosso Conselho de Administração ou Departamento Jurídico, conforme o caso, somente poderão aprovar uma transação com partes relacionadas se constatar, em boa-fé, que a transação é feita em condições de mercado ou com pagamento compensatório adequado e no nosso interesse e/ou de nossas controladas.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Nosso Conselho de Administração ou o Departamento Jurídico, a seu critério, poderão estabelecer como condição para a aprovação de uma transação com partes relacionadas qualquer modificação que considere necessária para que a transação seja concluída em bases equitativas e no nosso interesse e/ou de nossas controladas.

Ademais, uma transação com partes relacionadas deverá sempre ser concluída por escrito, especificando seus principais termos e condições, como: contraprestação nos termos do acordo, duração e condições para rescisão, declarações e indenizações, garantias, responsabilidade, entre outros.

Especificamente no que se refere à transação com partes relacionadas indicadas no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia entende que tal operação foi realizada com o estabelecimento de condições comutativas e/ou pagamento compensatório adequado, não prejudicando, desta forma, qualquer das partes envolvidas no negócio, especialmente a Companhia.

- Sétimo aditivo ao contrato de compra e venda celebrado entre a Companhia e a Mevamoga Participações S.A., em 22 de novembro de 2017, para a aquisição, pela Mevamoga Participações S.A., de parte da participação detida por Régis Edouard Alain Dubrule, Ghislaine Thérèse de Vaulx Dubrule, Paul Jean Marie Dubrule e Paul Edouard Dubrule e Regghi Participações S.A. na Companhia. Nos termos de referido contrato, parte do pagamento do preço de aquisição da Companhia ficou retido pela Mevamoga e seria liberado mediante a ocorrência de determinadas condições (tais como a materialização de contingências identificadas durante o processo de due diligence), tendo as partes pactuado, em referido aditivo, outros ajustes no preço, sujeito a condições suspensivas (nos termos do artigo 121 e seguintes do Código Civil Brasileiro), sendo o valor da prestação devida à Companhia, em 30 de setembro de 2020, de R$ R$ 40.371.000,00. O valor da prestação foi calculado com base (i) no valor atualizado das contingências e (ii) valor das demais condições.

- Contrato de locação de imóvel localizado no Lote 3 – Parte do Prédio e terreno localizado no município de São Paulo, Butantã, na Rua Henrique Cunha, 130, de propriedade da R&G Participações Imobiliárias Ltda. Referido imóvel era de propriedade do Jockey Club de São Paulo e locado pela Companhia desde 17 de novembro de 2015, sendo que, em 15 de setembro de 2016, referido imóvel foi à leilão, tendo sido, inclusive, concedido à Companhia direito de preferência para aquisição do imóvel. A Companhia optou por não exercer seu direito de preferência (uma vez que a administração de empreendimentos imobiliários não são parte de sua atividade principal), tendo a R&G Participações Imobiliárias Ltda. realizado a aquisição. O valor do aluguel pactuado entre a Companhia e a R&G Participações Imobiliárias Ltda. tem por base os valores historicamente pagos pela Companhia com relação a referida locação e, também, o valor apresentado por laudo de empresa especializada Cushman & Wakefield, em janeiro de 2017.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 – Outras Informações relevantes

Na data deste Formulário de Referência, não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia para os fins desta seção deste Formulário de Referência.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
13/10/2020	237.636.507,80	Totalmente integralizado	266.821.390	0	266.821.390
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
13/10/2020	237.636.507,80	Totalmente integralizado	266.821.390	0	266.821.390
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
13/10/2020	237.636.507,80	Totalmente integralizado	266.821.390	0	266.821.390
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
13/10/2020	0,00		266.821.390	0	266.821.390

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve aumento do capital social da Companhia.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
13/10/2020	665.390	0	665.390	266.821.390	0	266.821.390

999

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social nos últimos três exercícios sociais.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 – Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes encontram-se descritas nos demais itens da presente seção.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Nos termos da Lei das S.A., aos nossos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A. Tal dividendo obrigatório não será pago nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Qualquer acionista dissidente de determinadas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se da nossa Companhia, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, conforme hipóteses e critérios previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos que não sejam estabelecidos por lei, poderão ser alterados por deliberação da assembleia geral de acionistas, de acordo com o respectivo quórum de instalação e deliberação previsto na Lei das S.A.
Outras características relevantes	Solicitamos a admissão de suas ações para negociação no segmento Novo Mercado da B3. A partir da data de publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de nossa emissão, nossos acionistas terão todos os direitos previstos pelo Regulamento do Novo Mercado.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 – Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Limitação ao Direito de Voto

Não possuímos regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Obrigação de Realização de Oferta Pública

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o nosso Estatuto Social determina que a alienação direta ou indireta de nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto todas as ações de nossa emissão que sejam de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e, ainda, tendo em vista o compromisso assumido pela Companhia de adotar as práticas diferenciadas de governança corporativa estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 – Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Nosso Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, nossos acionistas poderão ter seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das S.A., caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Este item não é aplicável à Companhia, considerando que não foram negociados valores mobiliários em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado até a data da divulgação deste Formulário de Referência.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Certificado de Bônus de subscrição Série A1
Data de emissão	03/09/2019
Data de vencimento	01/07/2027
Quantidade (Unidades)	3.682.383
Valor total (Reais)	2,49
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Lock-up usual a instrumentos desta natureza. Nenhuma ação poderá alienada durante 6 (seis) meses após a oferta pública inicial de ações da Companhia. 40% (quarenta por cento) das ações não poderão ser alienadas entre 7 (sete) e 12 (doze) meses da oferta pública inicial de ações da Companhia
Conversibilidade	Sim
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	O bônus de subscrição garante o direito de subscrever ações ordinárias de emissão da Companhia
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Número de ações e/ou preço de exercício sujeitos a ajustes como resultado de desdobramentos, grupamentos, bonificações, redução de capital, resgate, amortização de ações e distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio (exceto os declarados até 30/06/2019) ocorridos desde 03/09/2019. Além disso, este bônus de subscrição está sujeito à permanência dos três sócios fundadores de Domus até o exercício
Outras características relevantes	Domus assumiu amplo compromisso de não concorrência durante a vigência do contrato de prestação de serviços (celebrado com a Companhia que deu origem ao bônus de subscrição) pelo prazo de 3 (três) anos após seu término.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Certificado de Bônus de subscrição Série A2
Data de emissão	03/09/2019
Data de vencimento	01/07/2027
Quantidade (Unidades)	3.682.383
Valor total (Reais)	2,49
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Lock-up usual a instrumentos desta natureza. Nenhuma ação poderá alienada durante 6 (seis) meses após a oferta pública inicial de ações da Companhia. 40% (quarenta por cento) das ações não poderão ser alienadas entre 7 (sete) e 12 (doze) meses da oferta pública inicial de ações da Companhia
Conversibilidade	Sim
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Hipótese e cálculo do valor de resgate	O bônus de subscrição não exercido ou não passível de exercício até a data do término do contrato será resgatado por R$1,00 (um real).
Características dos valores mobiliários de dívida	O bônus de subscrição garante o direito de subscrever ações ordinárias de emissão da Companhia
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Número de ações e/ou preço de exercício sujeitos a ajustes como resultado de desdobramentos, grupamentos, bonificações, redução de capital, resgate, amortização de ações e distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio (exceto os declarados até 30/06/2019) ocorridos desde 03/09/2019. Além disso, este bônus de subscrição está sujeito à permanência dos três sócios fundadores de Domus até o exercício
Outras características relevantes	Domus assumiu amplo compromisso de não concorrência durante a vigência do contrato de prestação de serviços (celebrado com a Companhia que deu origem ao bônus de subscrição) pelo prazo de 3 (três) anos após seu término.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Certificado de Bônus de subscrição Série B
Data de emissão	03/09/2019
Data de vencimento	01/07/2027
Quantidade (Unidades)	2.000.990
Valor total (Reais)	7,50
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Lock-up usual a instrumentos desta natureza. Nenhuma ação poderá alienada durante 6 (seis) meses após a oferta pública inicial de ações da Companhia. 40% (quarenta por cento) das ações não poderão ser alienadas entre 7 (sete) e 12 (doze) meses da oferta pública inicial de ações da Companhia
Conversibilidade	Sim
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	O bônus de subscrição não exercido ou não passível de exercício até a data do término do contrato será resgatado por R$1,00 (um real).
Características dos valores mobiliários de dívida	O bônus de subscrição garante o direito de subscrever ações ordinárias de emissão da Companhia
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Número de ações e/ou preço de exercício sujeitos a ajustes como resultado de desdobramentos, grupamentos, bonificações, redução de capital, resgate, amortização de ações e distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio (exceto os declarados até 30/06/2019) ocorridos desde 03/09/2019. Além disso, este bônus de subscrição está sujeito à permanência dos três sócios fundadores de Domus até o exercício
Outras características relevantes	Domus assumiu amplo compromisso de não concorrência durante a vigência do contrato de prestação de serviços (celebrado com a Companhia que deu origem ao bônus de subscrição) pelo prazo de 3 (três) anos após seu término.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Certificado de Bônus de subscrição Série C
Data de emissão	03/09/2019

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Data de vencimento	01/07/2027
Quantidade (Unidades)	10.673.016
Valor total (Reais)	14,99
Saldo Devedor em Aberto	0,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Lock-up usual a instrumentos desta natureza. Nenhuma ação poderá alienada durante 6 (seis) meses após a oferta pública inicial de ações da Companhia. 40% (quarenta por cento) das ações não poderão ser alienadas entre 7 (sete) e 12 (doze) meses da oferta pública inicial de ações da Companhia
Conversibilidade	Sim
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	O bônus de subscrição não exercido ou não passível de exercício até a data do término do contrato será resgatado por R$1,00 (um real).
Características dos valores mobiliários de dívida	O bônus de subscrição garante o direito de subscrever ações ordinárias de emissão da Companhia
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Número de ações e/ou preço de exercício sujeitos a ajustes como resultado de desdobramentos, grupamentos, bonificações, redução de capital, resgate, amortização de ações e distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio (exceto os declarados até 30/06/2019) ocorridos desde 03/09/2019. Além disso, este bônus de subscrição está sujeito à permanência dos três sócios fundadores de Domus até o exercício
Outras características relevantes	Domus assumiu amplo compromisso de não concorrência durante a vigência do contrato de prestação de serviços (celebrado com a Companhia que deu origem ao bônus de subscrição) pelo prazo de 3 (três) anos após seu término.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Bônus de Subscrição	0	0	0

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 – Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de nossa emissão está sendo requerida perante a CVM e a B3. Uma vez concedido o registro, as ações preferenciais de nossa emissão passarão a ser admitidas à negociação no Novo Mercado de governança corporativa da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer negociações em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou qualquer emissão de títulos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 – Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou nenhuma oferta pública de distribuição efetuada pela Companhia ou por terceiros relativa a valores mobiliários da Companhia.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 – Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 – Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável pois até a data deste Formulário de Referência a Companhia não realizou quaisquer aquisições relativas a ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 – Fornecer outras informações que julgue relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 18 do Formulário de Referência.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no período corrente.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência a Companhia não apresenta valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a Seção 19 deste Formulário de Referência que não tenham sido divulgadas acima.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**13/10/2020**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	São as pessoas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM 358, incluindo a Companhia, os Acionistas Controladores, Diretores, Membros do Conselho de Administração, Membros do Conselho Fiscal, Empregados com acesso a Informações Privilegiadas e, também, membros de quaisquer Comitês, incluindo quaisquer observadores nomeados, ou outros órgãos estatutários da Companhia que possam ser criados com funções técnicas ou consultivas e, também, qualquer pessoa que, devido ao seu cargo ou posição na Companhia ou em suas Subsidiárias, tiver aderido expressamente ao Termo de Adesão e possa ter conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia.

Principais características e locais de consulta

A Política de Divulgação e Negociação tem por objetivos: (i) fornecer informações adequadas aos acionistas e Entidades do Mercado; (ii) garantir a ampla e tempestiva divulgação de Fetos Refelantes, bem como assegurar sua confidencialidade enquanto não divulgados; e (iii) consolidar as boas práticas de governança corporativa; e (iv) cooperar com a higidez e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

As proibições também se aplicam a negociações realizadas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas ou seus parentes próximos, incluindo os casos em que esses negócios forem feitos por intermédio de:
(a) sociedade controlada pelas pessoas mencionadas acima, direta ou indiretamente;
(b) terceiros com quem foi assinado um contrato de gestão, fideicomisso (trust) ou administração de carteira de investimentos em ativos financeiros;
(c) procuradores ou agentes;
(d) cônjuges dos quais eles não estejam separados judicialmente, companheiros(as) e quaisquer dependentes incluídos na sua declaração de imposto de renda anual de pessoa física; e
(e) quaisquer pessoas que tenham tido conhecimento de Informação Privilegiada, por meio de qualquer uma das pessoas impedidas de negociar, cientes de que elas ainda não foram divulgadas ao mercado.
A negociação realizada por fundos de investimento, cujos cotistas são as pessoas mencionadas acima, não será considerada uma negociação indireta, desde que: (i) os fundos de investimento não sejam exclusivos; e (ii) as decisões de negociação do administrador de fundos ou fundo de investimento não possam, de forma alguma, ser influenciadas por sus cotistas.

A Política de Divulgação e Negociação pode ser consultada em nosso website (ri. https://ri.tokstok.com.br), bem como fisicamente em nossa sede social.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Período de Restrição à Negociação é qualquer período em que a negociação de Valores Mobiliários é proibida por determinação regulamentar ou por deliberação do Diretor de Relações com Investidores. Além dos períodos de restrição à negociação determinados pelas leis e regulamentações aplicáveis, o Diretor de Relações com Investidores poderá decidir sobre a imposição de períodos de restrição à negociação. Nesse caso, ele deverá indicar claramente às pessoas vinculadas o início e o final da vigência desses períodos de restrição à negociação adicionais.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção 20 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 – Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

A Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários da Tok&Stok, formulada de acordo com as normas da CVM, tem por objetivos: (i) estabelecer os procedimentos relacionados à divulgação de atos ou fatos relevantes; (ii) estabelecer padrões de boa conduta que devem ser observados pelas Pessoas Vinculadas; (iii) assegurar o cumprimento das leis e regras que coíbem a prática do Insider Trading; e (iv) estabelecer as regras para assegurar a observância das melhores práticas para a negociação dos Valores Mobiliários emitidos pela Companhia. A divulgação e comunicação imediata de um Fato Relevante à CVM e às Entidades do Mercado, bem como a adoção de outros procedimentos estabelecidos nesta Política, são de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores, de acordo com os termos abaixo:

(a) a divulgação deverá ser feita simultaneamente à CVM e às Entidades do Mercado, com antecedência mínima de 1 (uma) hora em relação ao início ou após o encerramento da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia nas Entidades do Mercado, sem prejuízo do disposto no item (b) abaixo. Se e quando os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia forem negociados simultaneamente em Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação deverá ser feita, como regra geral, antes ou depois do encerramento da negociação em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro ;

(b) nos casos excepcionais, em que for absolutamente necessária a divulgação de Fato Relevante durante a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia na B3, o Diretor de Relações com Investidores deverá contatar a B3 previamente à efetiva divulgação do Fato Relevante, que poderá suspender a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia, nos termos da regulamentação aplicável. Se for necessária a divulgação de Fato Relevante durante a negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia em Entidades do Mercado diversas da B3, será aplicável o procedimento adotado por tais Entidades do Mercado, sendo certo que, no caso de incompatibilidade, prevalecerá a regulamentação aplicável à B3; e

(c) a divulgação deverá ser realizada de modo claro e preciso, em linguagem acessível ao público investidor, por meio do portal de notícias com página da Internet indicado no Formulário Cadastral e no website de relações com investidores da Companhia, no endereço https://ri.tokstok.com.br.

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações sobre Fatos Relevantes serão responsáveis por comunicar essas informações ao Diretor de Relações com Investidores e deverão verificar se, após a comunicação, o Diretor de Relações com Investidores tomou as medidas previstas nesta Política e na legislação aplicável, com relação à divulgação de tais informações.

Caso as Pessoas Vinculadas que tenham conhecimento pessoal de um Fato Relevante, verifiquem a omissão do Diretor de Relações com Investidores em cumprir com o seu dever de comunicação e divulgação no prazo de 2 (dois) dias úteis contado a partir da comunicação referida na Cláusula 7.1.2 da Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários, e, contanto que a questão de manter o sigilo sobre o Fato Relevante não tenha decorrido de uma exceção de divulgação, essas Pessoas Vinculadas deverão comunicar o Fato Relevante imediatamente à CVM, a fim de se eximirem da responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável a tais hipóteses.

Sempre que a CVM ou as Entidades do Mercado exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Fato Relevante, ou se houver uma oscilação atípica na cotação ou no volume de negociação de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a informações sobre o Fato Relevante, a fim de verificar se tais pessoas têm conhecimento das informações que devem ser divulgadas ao mercado.

Os Administradores da Companhia e outros empregados que poderão ser inquiridos, conforme previsto no presente item, deverão responder prontamente à solicitação do Diretor de Relações com Investidores. Se não for possível entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores no

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

mesmo dia em que os Administradores ou empregados tiverem tido conhecimento da exigência da CVM ou das Entidades do Mercado, os Administradores ou empregados em questão deverão enviar um e-mail com as informações e esclarecimentos para ri@tokstok.com.br.

Caso seja excepcionalmente imperativo que a divulgação dos Fatos Relevantes ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar, simultaneamente às Entidades do Mercado brasileiro e estrangeiro, a suspensão da negociação de Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados, durante o tempo necessário para concluir a disseminação adequada de tais informações, observados os procedimentos previstos nos regulamentos editados pelas Entidades do Mercado correspondentes sobre o assunto.

O Acionista Controlador ou Administradores da Companhia são obrigados, diretamente ou por meio do Diretor de Relações com Investidores, a divulgar o Fato Relevante imediatamente, em qualquer uma das seguintes hipóteses:

(a) as informações tenham se tornado de conhecimento de terceiros não relacionados à Companhia e ao eventual negócio que caracteriza o Fato Relevante, sem estar vinculado a uma obrigação de confidencialidade com a Companhia;

(b) haja indícios concretos e fundado receio de que houve violação do sigilo do Fato Relevante; ou

(c) haja uma oscilação atípica na cotação ou volume de negociação dos Valores Mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados, devido a fato relacionado a um Fato Relevante

As Pessoas Vinculadas deverão manter o sigilo das informações referentes aos Fatos Relevantes às quais tenham acesso privilegiado devido ao cargo, posição ou função ocupada até a sua divulgação efetiva ao mercado, e garantir que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, sendo solidariamente responsáveis, em caso de não cumprimento.

Os procedimentos a seguir também devem ser observados:

(a) envolver somente pessoas consideradas necessárias às ações que possam resultar em Fatos Relevantes;

(b) não discutir informações confidenciais na presença de terceiros que não estejam cientes delas, mesmo que se possa esperar que esses terceiros não possam intuir o significado da conversa;

(c) não discutir sobre informações confidenciais em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem são os participantes;

(d) tomar as medidas necessárias e adequadas para manter a confidencialidade dos documentos, em formato físico ou eletrônico, que contenham informações confidenciais (segurança, proteção por senha, etc.); e

(e) sem prejuízo da responsabilidade de quem estiver transmitindo as informações confidenciais, exigir de um terceiro, que não pertença à Companhia e precise ter acesso a informações confidenciais, a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual a natureza das informações deverá estar especificada e deverá conter a declaração de que o terceiro reconhece a sua natureza confidencial, comprometendo-se a não a divulgar a nenhuma outra pessoa, nem negociar com os Valores Mobiliários emitidos pela Companhia, antes da divulgação das informações ao mercado.

Quando as informações confidenciais precisarem ser divulgadas aos funcionários da Companhia ou outras pessoas com uma função ou cargo na Companhia, seus Acionistas Controladores, Subsidiárias ou coligadas, exceto um Administrador, membros do Conselho Fiscal, de quaisquer dos Comitês ou de qualquer um dos órgãos estatutários da Companhia que poderão ser criados com funções técnicas ou consultivas, a pessoa responsável pela transmissão das informações confidenciais deverá se certificar de que a pessoa que receberá as informações confidenciais tem conhecimento das disposições da Política de Divulgação de Informações e Negociações de valores mobiliários.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 – Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para sua disseminação e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação e Negociação da Companhia baseia-se nos seguintes princípios e objetivos:

- fornecer informações adequadas aos acionistas e à Entidades do Mercado;

- garantir a ampla e tempestiva divulgação de Fatos Relevantes, bem como assegurar sua confidencialidade enquanto não divulgados;

- consolidar as boas práticas de governança corporativa; e

- cooperar com a higidez e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

Para alcançar tais objetivos, a sua Política de Divulgação e Negociação estabelece como responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores a divulgação e comunicação tempestiva de Fatos Relevantes à CVM e à B3, observado que:

- a divulgação deverá ser feita simultaneamente à CVM e à Entidades do Mercado, antes ou depois do encerramento da negociação na B3; e

- a divulgação deverá ser feita na íntegra no website de relações com investidores da Companhia, no endereço https://ri.tokstok.com.br.

Caso seja excepcionalmente imperativo que a divulgação dos Fatos Relevantes ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá solicitar, simultaneamente às entidades do mercado brasileiro e estrangeiro, a suspensão da negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, durante o tempo necessário para concluir a disseminação adequada de tais informações, observados os procedimentos previstos nos regulamentos editados pelas entidades do mercado correspondentes sobre o assunto.

As Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações sobre Fatos Relevantes serão responsáveis por comunicar essas informações ao Diretor de Relações com Investidores e deverão verificar se, após a comunicação, o Diretor de Relações com Investidores tomou as medidas previstas na Política de Divulgação e Negociação e na legislação aplicável, com relação à divulgação de tais informações. Se o Diretor de Relações com Investidores não tomar as medidas necessárias para a imediata divulgação, caberá, conforme o caso, ao acionista controlador ou ao Conselho de Administração, por meio do seu presidente, a adoção de tais medidas devidas.

Sempre que a CVM ou a B3 exigirem do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Fato Relevante, ou se houver uma oscilação atípica na cotação ou no volume de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a informações sobre o Fato Relevante, a fim de verificar se tais pessoas têm conhecimento das informações que devem ser divulgadas ao mercado.

Excepcionalmente, os Fatos Relevantes poderão não ser divulgados se quaisquer dos acionistas controladores da Companhia ou administradores entender(em) que a sua divulgação colocará em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política de Divulgação e Negociação deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tais Fatos Relevantes.

Caso o Fato Relevante seja relacionado a operações que envolvam diretamente e/ou somente quaisquer dos Acionistas Controladores, estes, deverão informar o Diretor de Relações com Investidores e, excepcionalmente, poderão instruir o Diretor de Relações com Investidores a não divulgar o Fato Relevante, expondo as razões pelas quais consideram que a divulgação colocaria em risco o interesse legítimo da Companhia. Nesses casos, os procedimentos previstos na Política

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

de Divulgação e Negociação deverão ser adotados para assegurar a confidencialidade de tal Fato Relevante.

O Diretor de Relações com Investidores sempre deverá ser informado sobre Fato Relevante mantido sob sigilo, e é sua responsabilidade, juntamente das outras pessoas cientes de tais informações, garantir a adoção dos procedimentos apropriados para garantir a confidencialidade.

Sempre que houver dúvida sobre a legitimidade da não divulgação de informações, por aqueles que têm conhecimento do Fato Relevante mantido sob sigilo, o assunto poderá ser apresentado à CVM, de maneira confidencial, conforme previsto nas normas aplicáveis.

Procedimentos de Preservação do Sigilo

As pessoas vinculadas deverão manter o sigilo das informações referentes aos Fatos Relevantes, às quais tenham acesso privilegiado devido ao cargo, posição ou função ocupada até a sua divulgação efetiva ao mercado, e garantir que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, sendo solidariamente responsáveis, em caso de não cumprimento.

Os procedimentos a seguir também devem ser observados:

- envolver somente pessoas consideradas necessárias às ações que possam resultar em Fatos Relevantes;

- não discutir informações confidenciais na presença de terceiros que não estejam cientes delas, mesmo que se possa esperar que esses terceiros não possam intuir o significado da conversa;

- não discutir sobre informações confidenciais em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem são os participantes;

- tomar as medidas necessárias e adequadas para manter a confidencialidade dos documentos, em formato físico ou eletrônico, que contenham informações confidenciais (segurança, proteção por senha, etc.); e

- sem prejuízo da responsabilidade de quem estiver transmitindo as informações confidenciais, exigir de um terceiro, que não pertença à Companhia e precise ter acesso a informações confidenciais, a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual a natureza das informações deverá estar especificada e deverá conter a declaração de que o terceiro reconhece a sua natureza confidencial, comprometendo-se a não a divulgar a nenhuma outra pessoa, nem negociar com os Valores Mobiliários de emissão da Companhia, antes da divulgação das informações ao mercado.

Quando as informações confidenciais precisarem ser divulgadas aos funcionários da Companhia ou outras pessoas com uma função ou cargo na Companhia, seus acionistas controladores, subsidiárias ou coligadas, exceto um administrador, membros do Conselho Fiscal, de quaisquer dos Comitês ou de qualquer um dos órgãos estatutários que poderão ser criados com funções técnicas ou consultivas, a pessoa responsável pela transmissão das informações confidenciais deverá se certificar de que a pessoa que receberá as informações confidenciais tem conhecimento das disposições da Política de Divulgação e Negociação.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 – Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O Diretor de Relações com Investidores deverá cumprir e garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas na Política de Divulgação e Negociação, bem como ser responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 – Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta Seção 21 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.